



# **SENADO FEDERAL**

## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

### **PAUTA DA 18ª REUNIÃO**

**(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)**

**04/08/2016  
QUINTA-FEIRA  
às 10 horas**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira  
Vice-Presidente: Senador Valdir Raupp**



**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

**18ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª  
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 04/08/2016.**

**18ª REUNIÃO, ORDINÁRIA**  
***Quinta-feira, às 10 horas***

**SUMÁRIO**

**1ª PARTE - SABATINAS**

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	<b>MSF 38/2016</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. VALDIR RAUPP</b>	<b>11</b>
2	<b>MSF 46/2016</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. CRISTOVAM BUARQUE</b>	<b>48</b>
3	<b>MSF 61/2016</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. FERNANDO BEZERRA COELHO</b>	<b>126</b>

**2ª PARTE - LEITURA DE RELATÓRIOS**

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	<b>MSF 60/2016</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. CRISTOVAM BUARQUE</b>	<b>200</b>
2	<b>MSF 70/2016</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. ARMANDO MONTEIRO</b>	<b>256</b>

<b>3</b>	<b>MSF 71/2016</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. TASSO JEREISSATI</b>	<b>351</b>
<b>4</b>	<b>MSF 73/2016</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. JORGE VIANA</b>	<b>442</b>
<b>5</b>	<b>MSF 75/2016</b> - Não Terminativo -	<b>SEN. LASIER MARTINS</b>	<b>504</b>

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)</b>			
Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315
Gleisi Hoffmann(PT)	PR (61) 3303-6271	3 VAGO(23)	
Lasier Martins(PDT)	RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Cristovam Buarque(PPS)	DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)	
Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)	AL (61) 3303-6148 / 6151
<b>Maioria (PMDB)</b>			
Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6747
Sérgio Petecção(PSD)(18)(17)	AC (61) 3303-6706 a 6713	3 Marta Suplicy(PMDB)(20)	SP (61) 3303-6510
Valdir Raupp(PMDB)(19)	RO (61) 3303-2252/2253	4 Kátia Abreu(PMDB)(25)	TO (61) 3303-2708
Ricardo Ferraço(PSDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PMDB)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
<b>Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)</b>			
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303-6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303-4502/4503	3 José Aníbal(PSDB)(26)(27)	SP 3215-5736
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(12)(15)(9)	MG (61) 3303-5717
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)</b>			
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
<b>Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b>			
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Eduardo Lopes(PR)(30)(32)	RJ (61) 3303-5730
Armando Monteiro(PTB)(28)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	2 Magno Malta(PR)(29)	ES (61) 3303-4161/5867

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
- (19) Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
- (20) Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
- (21) Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).



- (22) Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- (23) Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
- (24) Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- (25) Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
- (26) Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
- (27) Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
- (28) Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
- (29) Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
- (30) Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- (31) Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
- (32) Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
- (33) Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS  
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA  
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496  
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:  
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
55ª LEGISLATURA**

**Em 4 de agosto de 2016  
(quinta-feira)  
às 10h**

**PAUTA**  
18ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA  
NACIONAL - CRE**

<b>1ª PARTE</b>	Sabatinas
<b>2ª PARTE</b>	Leitura de Relatórios
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Inclusão dos relatórios das MSF 70 e 75/2016.

**1ª PARTE****PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2016****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Valdir Raupp

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1 - Em 23/06/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*

*2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.*

**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Anexos](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 2****MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2016****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Armando Monteiro (Substituído por Ad Hoc)

**Relatoria Ad hoc:** Senador Cristovam Buarque

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1 - Em 07/07/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*

*2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.*

**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Anexos](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 3****MENSAGEM (SF) Nº 61, de 2016**

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

1 - Em 07/07/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

**Textos da pauta:**

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

**2ª PARTE****PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2016****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Cristovam Buarque

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Observações:**

1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

**Textos da pauta:**

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

**ITEM 2****MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2016****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto*

às Nações Unidas.

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Armando Monteiro

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Observações:**

1) *Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

**Textos da pauta:**

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

### ITEM 3

#### MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2016

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Tasso Jereissati

**Relatório:** Pendente de Relatório.

**Observações:**

1) *Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

**Textos da pauta:**

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

### ITEM 4

#### MENSAGEM (SF) Nº 73, de 2016

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Jorge Viana

**Relatório:** Pendente de Relatório.

**Observações:**

1) *Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

**Textos da pauta:**

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

### ITEM 5

#### MENSAGEM (SF) Nº 75, de 2016

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.*

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Lasier Martins

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Observações:**

1) *Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

**Textos da pauta:**

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

## **1ª PARTE - SABATINAS**

**1**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador VALDIR RAUPP

## PARECER Nº      , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 38, de 2016 (Mensagem nº 138, de 2016, na Casa de origem), da Presidente da República, *que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.*

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do diplomata indicado, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Nascido em Niterói/RJ, em 17 de junho de 1952, filho de Anselmo Nogueira Macieira e Yeda Helmold Macieira, o indicado ingressou na carreira diplomática no cargo de Terceiro Secretário em 1977. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, em 1975. Concluiu o Curso de Altos Estudos (CAE) do





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador VALDIR RAUPP

Instituto Rio Branco, em 1998, com a defesa da tese intitulada *O Brasil e o MTCR. Outubro de 1995 a Janeiro de 1998: a fase inicial da participação brasileira no regime. Observações e perspectivas.*

O diplomata tornou-se Conselheiro em 1993, e Ministro de Segunda Classe em 1999. Em 2007, foi promovido a Ministro de Primeira Classe.

Entre as funções desempenhadas, destacam-se as de Segundo e Primeiro Secretário na Embaixada em Bagdá (Iraque), de 1986 a 1988; Subchefe e Chefe, substituto, da Divisão de Comércio Internacional, de 1989 a 1991; Assessor da Divisão das Nações Unidas, de 1992 a 1994; Conselheiro na Embaixada em Paris (França), de 1994 a 1998; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Dublin (Irlanda), de 1998 a 2003; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Berna (Suíça), de 2003 a 2006; Embaixador em Manágua (Nicarágua), entre 2008 e 2012; e Embaixador em Oslo (Noruega), desde 2012.

Para avaliação das relações bilaterais entre Brasil e a República do Panamá, levamos em consideração o dossiê elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexado à Mensagem presidencial. Extraímos do documento as informações que seguem.

Segundo o documento enviado pelo Itamaraty, em anos recentes, o Panamá vem ganhando importância para o Brasil como parceiro comercial e pelo interesse despertado pelo dinamismo de sua economia e de sua base logística de comércio e serviços. O tema da cooperação bilateral reveste-se, portanto, de extrema relevância, uma vez que, para o Brasil, interessa a experiência panamenha nas áreas de logística e administração portuária e aeroportuária, que poderá representar a contrapartida à cooperação prestada.

O Panamá abriga, atualmente, segundo informa o documento, cerca de 2.000 brasileiros, divididos em três grupos principais: mulheres brasileiras casadas com panamenhos que estudaram no Brasil; executivos de empresas brasileiras ou de empresas multinacionais com operações no Panamá; e profissionais que chegam ao Panamá em busca de emprego. Trata-se da maior comunidade de brasileiros vivendo em país da América Central.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador VALDIR RAUPP

Em 2015, foram registradas 238 autorizações de trabalho para brasileiros no Panamá. Para isso contribui, certamente, a presença, naquele país, de empresas brasileiras, como Odebrecht, Sadia, Embraer e Camargo Corrêa que, por questões logísticas, utilizam o Panamá como base de operações para a América Central e o Caribe.

No que diz respeito ao relacionamento comercial bilateral, o Relatório destaca que, até 2011, ano em que as exportações regulares do Brasil para o Panamá atingiram valor recorde, o comércio bilateral registrava acelerado crescimento, só interrompido em 2009, em razão da crise internacional. Em 2015, a corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 313,5 milhões, com superávit de US\$ 296 milhões para o Brasil. As exportações brasileiras para o Panamá são compostas principalmente por produtos manufaturados (92%), que também somaram 76% das importações oriundas do Panamá em 2015. As principais exportações brasileiras são produtos farmacêuticos, máquinas mecânicas, cereais, borracha e ferramentas. Já as principais importações são alumínio, automóveis, obras de couro, máquinas mecânicas e perfumaria.

Não há operações vigentes de financiamento brasileiro no Panamá.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais sendo aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

---

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**EMBAIXADA DO BRASIL NA REPÚBLICA DO PANAMÁ**  
**EMBAIXADOR ADALNIO SENNA GANEM**

Nos últimos anos o crescimento excepcional do Panamá, que se mantém desde a transferência para o país, em 2000, da administração do Canal, tem elevado a sua participação no cenário internacional.

2. Esse papel ampliado do Panamá se reflete no aumento de reuniões internacionais, na ampliação dos organismos multilaterais e empresas multinacionais instalados no país, no impacto econômico regional, no aumento da captação de investimentos diretos estrangeiros, na relevância do centro financeiro panamenho, na consolidação do aeroporto de Tocúmen como centro de distribuição aéreo da América Latina e na participação crescente do país na matriz logística do comércio mundial.

3. Efetivamente, a eficiente administração do Canal, que tornou o país um dos mais competitivos do mundo em termos de logística de transportes marítimos, promoveu uma irradiação de crescimento para diversos setores afins: financeiro, em que a cidade do Panamá posiciona-se como segundo maior mercado da América Latina, após São Paulo, logística em geral, tecnologia vinculada à logística, seguros e construção civil.

4. Adicionalmente, a regulamentação favorável aos negócios, a reduzida carga tributária e as facilidades de transporte criaram condições positivas para a atração de investimentos estrangeiros e para a implantação de multinacionais (117) com sede para a América Latina. Da mesma forma, em razão das facilidades oferecidas, muitos organismos multilaterais estabeleceram as suas sedes regionais no Panamá.

5. Todos estes fatores positivos criaram um círculo virtuoso na área econômica, favorecido por um processo político estável, fundamentado em uma democracia sólida e na alternância de poder entre os partidos. Desde a redemocratização do país, jamais um partido de Governo venceu as eleições presidenciais.

6. As relações bilaterais refletem, em certa medida, estas mudanças, com a ampliação da participação brasileira nos negócios do país. Há, contudo, um amplo espaço para aprofundá-las tanto nos terrenos da cooperação econômica quanto do diálogo político e cooperação técnica, tecnológica e educacional.

#### **CENÁRIO POLÍTICO**

7. O Panamá é uma democracia sólida. As eleições têm sido, desde a redemocratização, realizadas em clima pacífico, com permanente alternância de poder. O Governo atual, liderado pelo Presidente Juan Carlos Varela, do Partido Panameñista fundado por Arnulfo Arias, assumiu o compromisso de imprimir transparência às ações do Governo e de ressaltar os projetos sociais, com vistas a reduzir as desigualdades.

8. O Panamá, embora já seja o país de renda per capita, em termos de poder de compra da moeda, mais alta da América Latina, abriga uma população de 22% de pessoas abaixo da linha de pobreza, especialmente concentrada nas comunidades indígenas (12% da população do país).

9. O Presidente Varela substituiu o ex-Presidente Ricardo Martinelli, empresário conservador que imprimiu forte ritmo de crescimento ao país (média anual de 8,56 % em cinco anos), mas se encontra atualmente sob investigação por corrupção. Durante sua gestão, fortaleceu o partido Cambio Democrático, que se contrapõe ao próprio panameñismo (com quem manteve aliança, logo depois rompida, para as eleições anteriores) e ao PRD, fundado pelos militares, com tendência populista/nacionalista.

10. O aperfeiçoamento da democracia requer, entretanto, o fortalecimento institucional, uma vez que o Executivo normalmente sobrepõe-se aos demais poderes, que tendem a alinhar-se com o posicionamento do Governo. A imprensa é livre e as organizações sociais como o MOVIN (Movimento Independente) manifestam-se com vigor.

11. O país lida, ainda, com a necessidade de regulamentação e ações na área financeira que previnam a lavagem de dinheiro e a evasão fiscal. A esse respeito, a percepção internacional é de que o Panamá continua a configurar-se como um paraíso fiscal.

#### RELAÇÕES MULTILATERAIS

12. O Panamá busca refletir crescentemente seu poder econômico, alavancado por sua posição geoestratégica, na sua atuação nos organismos multilaterais, seja por encaminhamento de propostas, sobretudo nos temas transversais (como na área de meio ambiente e desenvolvimento sustentável), seja pela indicação de seus cidadãos a postos nesses organismos, seja pela realização de inúmeras reuniões internacionais no país.

13. A esse respeito, cabe ressaltar a realização, nos últimos quatro anos, da Cúpula das Américas em 2015, com a participação da Presidenta Dilma Rousseff, em que o Presidente Obama manteve histórico encontro com o Presidente Raul Castro, o Fórum de Competitividade das Américas, a Cúpula Ibero-americana, ademais de inúmeros encontros mundiais nas áreas de combate à corrupção, transparência, política de gênero, comunicações e logística.

14. A presença de 34 organismos internacionais, dos quais, 19 com sede para a América Latina, reforçam a atuação panamenha. Lembro que a própria Vice-Presidente e Chanceler, Isabel Saint Malo, provem do Sistema das Nações Unidas (PNUD).

15. Há uma boa coincidência de posições entre o Brasil e o Panamá em diversos temas da área multilateral. Os dois países têm-se apoiado mutuamente na indicação de candidatos para esses organismos. O Brasil poderá continuar explorando a coordenação com o Panamá.

#### RELAÇÕES BILATERAIS

16. As relações bilaterais são densas e tradicionais. Praticamente inexistem conflitos, à exceção de posicionamentos específicos na área multilateral (apoio do Panamá à proposta da Coalizão de Nações com Bosques Tropicales – CfRN quanto à inclusão do mecanismo de REDD+ na Declaração da COP21) e no setor tributário, em que o Brasil tem insistido na negociação de acordo de intercâmbio de informações bilaterais sem que haja uma resposta satisfatória panamenha quanto aos termos e prazos de negociação.

17. Se no passado o intercâmbio estudantil, no âmbito do Programa de Estudantes Convênio, constituía o setor mais relevante do relacionamento bilateral, hoje as relações tendem a ser mais diversificadas, mas com um viés essencial na área dos negócios.

18. Cabe, sem dúvida, o estabelecimento de um diálogo político mais amplo, em razão da presença internacional mais relevante do país. O Governo panamenho propôs, e o Brasil aceitou, a criação de um Mecanismo de Diálogo Político, em alto nível (Chanceler ou Vice-Chanceler), que até o momento não foi estabelecido por incompatibilidade de agendas. Conversas bilaterais nos vários níveis, inclusive entre a Presidenta Dilma e o Presidente Varela em janeiro de 2015, durante a CELAC, têm sido realizadas.

## COOPERAÇÃO ECONÔMICA

19. A presença econômica brasileira no Panamá é substantiva. Ressalto a participação brasileira na execução de obras públicas. Todos os principais projetos do país, à exceção da ampliação do Canal do Panamá, foram executados, recentemente, por empresas brasileiras, individualmente ou em associação com empresas europeias. Ressalto a reorganização viária da cidade do Panamá, novo terminal do aeroporto de Tocúmen, transporte de massa (metrô), reestruturação física e social de bairros e cidades (Colón), saneamento, autoestradas e hidrelétricas (Changuinola II). Há também presença de empresas brasileiras em diversos outros setores, inclusive financeiro.

20. Na área de comércio, o intercâmbio é relativamente reduzido, com claro superávit para o Brasil (US\$ 295 milhões em 2015). Ressalto a venda de 23 aviões da Embraer para a COPA, e a presença desta empresa brasileira no Panamá.

21. Não obstante essa forte presença, há inúmeras oportunidades a serem exploradas pelo Brasil:

- manufatura final (para aproveitar o baixo valor de integração requerido pelos inúmeros acordos de livre comércio concluídos pelo Panamá) de bens produzidos pelo Brasil nas zonas francas industriais panamenhas;

- utilização das zonas francas comerciais panamenhas para distribuição de produtos brasileiros na sub-região;

- participação de investimentos brasileiros em infraestrutura logística no Panamá, hoje sob o domínio de capitais dos EUA, China, Taiwan, Cingapura e Reino Unido.

22. Ressalto especialmente este último setor. Com a ampliação do Canal do Panamá, cujas obras serão inauguradas em 26 de junho próximo, com a presença de Chefes de Estado e de Governo (70 países, incluindo o Brasil, foram convidados), a participação do país nos fluxos internacionais de comércio ampliar-se-á progressivamente de 5 para 10% do total mundial. Adicionalmente, as novas eclusas permitirão a passagem pelo canal de navios de grande porte, de até 170 mil toneladas (contra 70 mil atual) ou 14 mil containers (contra 5 mil atual).

23. Nessas condições, toda a produção brasileira de grãos do Centro Oeste poderia ser consolidada em barcos panamax (até cerca de 70 mil toneladas) em portos do Norte do Brasil e ser objeto de nova consolidação em barcos de grande porte no lado do Atlântico do Panamá, com vistas ao seu escoamento para o Oriente.

24. Considero que a participação brasileira em infraestrutura logística no Panamá permitiria não somente apoiar esta matriz de escoamento da produção brasileira de grãos como também usufruir dos ganhos da crescente participação panamenha no comércio mundial.

## COOPERAÇÃO TÉCNICA, EDUCACIONAL E CULTURAL

25. O Brasil tem prestado cooperação técnica ao Panamá, especialmente na área de agricultura. A EMBRAPA mantém escritório no país e se ofereceu para esboçar mapeamento agrícola do Panamá, mas o alto custo do projeto impediu, até o momento, a sua realização.

26. Na área educacional, houve forte redução do intercâmbio de estudantes, uma vez que a elite panamenha realiza os seus estudos nos EUA e as demais classes sociais, com a melhoria das universidades panamenhas, efetuam seus estudos no próprio país.

27. Em compensação, o Centro de Estudos do Brasil é bastante ativo, com o registro de mais de 500 estudantes por ano e a conclusão de acordos de ensino com algumas

empresas, como a COPA. O Embaixador de Portugal vem propondo uma parceria com o Instituto Camões para a realização de atividades de difusão do português.

28. Na área cultural, a presença brasileira é reduzida, em razão da falta de recursos. Resume-se à exibição de filmes brasileiros, apoio à participação de grupos de ballet contemporâneo no Festival Internacional de dança e a atividades típicas. Seria de todo interesse capitalizar a identificação do povo panamenho com o brasileiro, em razão do respeito à diversidade e influência multicultural, para expandir a presença do Brasil no Panamá.

#### SETOR CONSULAR

29. A comunidade brasileira no Panamá é composta, a grosso modo, por três grupos:

- 1) cônjuges de cidadãos panamenhos que estudaram no Brasil;
- 2) grande número de executivos que integram as empresas brasileiras e as multinacionais instaladas no Panamá;
- 3) recente corrente migratória de profissionais em busca de emprego no mercado panamenho;

30. Estima-se a comunidade em cerca de 4.000 brasileiros. Adicionalmente, há número muito significativo em trânsito pelo Panamá, em razão dos 14 voos diários para o Brasil. Os serviços prestados são de rotina. As dificuldades restringem-se normalmente a cidadãos brasileiros que cometeram delitos e são presos em trânsito pelo Panamá. O sistema de segurança local é ostensivo.

31. A título de conclusão, considero que a ampliação do papel internacional do Panamá e da presença brasileira no país justificaria a expansão da Embaixada.



**SENADO FEDERAL**  
**MENSAGEM Nº 38 de 2016**  
(Nº 138/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Os méritos do Senhor Flávio Helmold Macieira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de abril de 2016.

**DILMA ROUSSEFF**

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00086/2016 MRE

Brasília, 5 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira*



## I N F O R M A Ç Ã O

### CURRICULUM VITAE

#### MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA*

CPF.: 284.875.247-53

ID.: 8849 MRE

1952 Filho de Anselmo Nogueira Macieira e Yeda Helmold Macieira, nasce em 17 de junho, em Niterói/RJ

#### Dados Acadêmicos:

1975 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense/RJ  
 1976 CPCD - IRBr  
 1998 CAE - IRBR, O Brasil e o MTCR. Outubro de 1995 a Janeiro de 1998: a Fase inicial da Participação brasileira no Regime. Observações e Perspectivas.  
 2002 Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade da Cidade de Dublin, Irlanda

#### Cargos:

1977 Terceiro-Secretário  
 1979 Segundo-Secretário  
 1987 Primeiro-Secretário, por merecimento  
 1993 Conselheiro, por merecimento  
 1999 Ministro de Segunda Classe, por merecimento  
 2007 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

#### Funções:

1977-79 Divisão da África II, Assistente  
 1979-82 Embaixada em Sófia, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário  
 1982-86 Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul-Adjunto  
 1986-88 Embaixada em Bagdá, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário  
 1989-91 Divisão de Comércio Internacional, Subchefe e Chefe, substituto  
 1989 Reunião Brasil-CEE para acompanhamento e avaliação do Acordo Siderúrgico bilateral, Brasília, Chefe de Delegação  
 1991 Divisão de Política Comercial, assessor e Chefe, substituto  
 1991 IV Reunião da Comissão Mista Brasil-UNIDO, Brasília, Chefe de Delegação  
 1991-92 Governo do Distrito Federal, Coordenadoria do Metrô de Brasília, Consultor  
 1992-94 Divisão das Nações Unidas, assessor  
 1994-98 Embaixada em Paris, Conselheiro  
 1996 GT para Revisão dos Anexos Técnicos do MTCR, Berlim, Chefe de Delegação  
 1998-2003 Embaixada em Dublin, Conselheiro e Ministro-Conselheiro  
 2003-06 Embaixada em Berna, Ministro-Conselheiro  
 2006-08 Secretaria-Geral, assessor e Chefe de Gabinete  
 2008-12 Embaixada em Manágua, Embaixador  
 2012- Embaixada em Oslo, Embaixador  
 2014 28ª Reunião Plenária do MTCR, Oslo, Chefe de Delegação.

#### Condecorações:

2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial  
 2008 Medalha "Mérito Santos Dumont", Brasil  
 2008 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial  
 2010 Medalha do Pacificador, Brasil  
 2012 Ordem José de la Marcoleta, Nicarágua, Grã-Cruz  
 2013 Ordem do Mérito da Aeronáutica, Brasil, Grande Oficial

**Publicações:**

- |      |  |
|------|--|
| 1994 | O Brasil e as Nações Unidas em 1994: uma Abordagem Política, in Revista brasileira de Política internacional, número 1, ano 37.                        |
| 2009 | Perspectivas para o Brasil no Cenário Internacional. Transcrição de palestra in Diálogos para o Desenvolvimento, volume I, capítulo 3. IPEA, Brasília. |

**MARIA-THERESA LAZARO**

Subsecretária-Geral do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Subsecretaria-Geral de América do Sul, Central e do Caribe**  
**Departamento da América Central e Caribe**  
**Divisão do México e América Central**

## PANAMÁ



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Março de 2016**

**DADOS BÁSICOS**

<b>NOME OFICIAL</b>	<i>República do Panamá</i>
<b>CAPITAL</b>	Cidade do Panamá
<b>ÁREA</b>	74.340 km²
<b>POPULAÇÃO (2015, FMI)</b>	4 milhões
<b>IDIOMAS</b>	espanhol; inglês
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	católicos (85%); protestantes (15%)
<b>SISTEMA POLÍTICO</b>	República presidencialista
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	Unicameral: Assembléia Nacional ( <i>Asamblea Nacional de Panamá</i> ) com 71 assentos
<b>CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO</b>	Juan Carlos Varela (desde julho de 2014)
<b>VICE-PRESIDENTA E MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES</b>	Isabel Saint Malo de Alvarado (desde julho de 2014)
<b>PIB NOMINAL (2015, FMI est.)</b>	US\$ 47,5 bilhões
<b>PIB NOMINAL PER CAPITA (2015, FMI est.)</b>	US\$ 11.850
<b>PIB PPP (2015, FMI EST.)</b>	US\$ 82,1 bilhões
<b>PIB PER CAPITA PPP (2015, FMI est.)</b>	US\$ 20.512
<b>CRESCIMENTO DO PIB (FMI)</b>	6% (2015); 6,2% (2014); 8,4% (2013); 10,8% (2012); 10,9% (2011)
<b>IDH (PNUD, 2015)</b>	0,780
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2015)</b>	77,6 anos
<b>ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2015)</b>	94,1 %
<b>DESEMPREGO (FMI, 2015 est. )</b>	4.5%
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Balboa (US\$ 1 = 1 B em 3/3/2016).
<b>EMBAIXADOR NO PANAMÁ</b>	Adalnio Senna Ganem
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA</b>	Edwin Emilio Vergara Cárdenas
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA</b>	2000 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC										
Brasil-Panamá	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Intercâmbio</b>	318,9	399,7	416,3	220,6	382,0	439,2	413,4	4.434,7	371,3	313,5
<b>Exportações (FOB)</b>	306,1	382,9	391,3	210,2	367,2	418,7	397,4	4.423,1	361,9	304,7
<b>Importações (FOB)</b>	12,8	16,8	25,0	10,4	14,8	20,5	16,0	11,6	9,4	8,8
<b>Saldo</b>	293,3	366,1	366,3	199,8	352,4	398,2	381,4	4.411,5	352,5	295,9

Informação elaborada em 3/3/2016 pelo SS Antonio Bidart.

Revisada pelo PS Fernando Augusto Moreira Costa, pelo TS Daniel Ferreira Magrini e pelo Embaixador Clemente de Lima Baena Soares.

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### Juan Carlos Varela – Presidente



Juan Carlos Varela nasceu na *Institute of Technology*, nos Estados em Engenharia Industrial, em 1985. No setor privado, exerceu a Vice-Presidência da empresa *Varela Hermanos*, de propriedade de sua família, entre 1985 e 2008. Iniciou a vida política na década de 1970 e participou de diversas campanhas presidenciais. Em 2004, liderou o movimento renovador no Partido Panameñista, que preside desde 2006. Foi Vice-Presidente do Governo de Ricardo Martinelli (2009-2014), tendo também exercido o cargo de Ministro das Relações Exteriores de julho de 2009 a agosto de 2011. Venceu as eleições presidenciais de maio de 2014 e assumiu a Presidência do Panamá em julho do mesmo ano.

Cidade do Panamá e estudou no *Georgia* Unidos, onde recebeu o título de Bacharel

## RELAÇÕES BILATERAIS

Em anos recentes, o Panamá vem ganhando importância para o Brasil como parceiro comercial e pelo interesse despertado pelo dinamismo de sua economia e de sua base logística de comércio e serviços. O país possui experiência em áreas de interesse brasileiro – particularmente em portos e aeroportos.

### **Cooperação Técnica**

A Cooperação Técnica entre o Brasil e o Panamá tem como marco legal o Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica celebrado em 1981, na Cidade do Panamá, e promulgado em 1 de março de 1983.

O atual programa de cooperação técnica contempla 4 projetos em vigor: 2 na área de agricultura, um na área de pecuária e um de implementação de bancos de leite humano.

### **Cooperação Portuária**

A Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP) e a Autoridade Marítima do Governo do Panamá negociaram Memorando de Entendimento para cooperação no setor de portos marítimos e logística portuária, assinado em setembro de 2013, durante visita do então Ministro-Chefe da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino, ao Panamá.

### **Classificação do Panamá como “País de Tributação Favorecida”**

O Panamá integra a lista de jurisdições de tributação favorecida da Receita Federal do Brasil – RFB (IN 1037/2010) em virtude, sobretudo, de sua baixa tributação e da falta de transparência. O Panamá tem feito gestões para mudar essa classificação não apenas em relação ao Brasil, mas, também, em outros fóruns internacionais.

Em outubro de 2015, o Governo brasileiro apresentou ao Panamá proposta de acordo para troca de informações tributárias (TIEA), seguindo o modelo de preferência indicado pelo Panamá, isto é, apenas com previsão de troca de informações a pedido. O Brasil tem reiterado o interesse na negociação de TIEA, mas aguarda reação panamenha. A importância da negociação de um TIEA com o Panamá deriva do empenho da RFB em assegurar acesso a informações tributárias relevantes para o combate à evasão fiscal.

No Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias (FG) do G20/OCDE, o Panamá manifestou compromisso com a melhoria do seu sistema tributário e com a implementação, até 2018, de mecanismos para troca automática de informações tributárias com outros países. O Panamá foi aprovado na primeira fase de avaliação do Fórum Global, em outubro de 2015, mediante entendimento de implementar medidas concretas (negociação e assinatura de Acordos de Troca de Informações Tributárias – TIEAs). No entanto, o país centro-americano tem declarado enfrentar dificuldades para aderir aos novos padrões internacionais de troca automática de informações endossados pelos países do G20 e do Fórum Global. Nesse contexto, o Fórum Global declarou que não considera o Panamá comprometido com os padrões internacionais.

### **Transportes Aéreos**

As relações aerocomerciais entre Brasil e Panamá são regidas por Acordo sobre Serviços Aéreos, bem como por Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e sua homóloga panamenha, a Autoridade Aeronáutica Civil (AAC). O Congresso Nacional aprovou o Acordo em outubro de 2009.

A empresa panamenha Copa Airlines é a segunda companhia aérea internacional presente no Brasil em número de destinos, com voos para 7 cidades brasileiras, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Recife e Manaus.

### **Reforma do Conselho de Segurança**

Em diversas ocasiões, o Panamá manifestou apoio ao pleito brasileiro por assento permanente em um Conselho de Segurança reformado: em 2007, durante visita do Presidente Lula da Silva ao país; em 2008, no contexto do Comunicado Conjunto Brasil-SICA; e em 2012, em conversa do então Presidente Ricardo Martinelli e o do então Chanceler Roberto Henríquez com o Embaixador do Brasil no Panamá. O Panamá defende a expansão em ambas as categorias de membros, mas se opõe à extensão do direito de veto a novos membros permanentes.

### **Assuntos Consulares**

A Embaixada do Brasil na Cidade do Panamá é a responsável pelos serviços consulares brasileiros no país. A comunidade brasileira no Panamá é estimada em cerca de 2000 cidadãos, divididos em três grupos principais: mulheres brasileiras casadas com panamenhos que estudaram no Brasil; executivos de empresas brasileiras ou de empresas multinacionais com operações no Panamá; e profissionais que chegam ao Panamá em busca de emprego. Em 2015, foram registradas 238 autorizações de trabalho para brasileiros no Panamá.

#### **Empréstimos e Financiamentos Oficiais**

Não há operações vigentes de financiamento brasileiros no Panamá.

## **POLÍTICA INTERNA**

O Panamá adota sistema de governo presidencialista, com mandato de cinco sem possibilidade de reeleição. O parlamento é unicameral (Assembleia Nacional), composto por 71 membros também eleitos, por sistema proporcional, para mandatos de cinco anos, em eleições que coincidem com as presidenciais. Do ponto de vista territorial, o Panamá divide-se em 10 províncias e 3 comarcas indígenas.

As últimas eleições gerais panamenhas foram realizadas em maio de 2014. Para o cargo de Presidente da República, foi eleito Juan Carlos Varela, do *Partido Panameñista*. Também foram renovados os 71 assentos da Assembleia Nacional, escolhidos 77 prefeitos e eleitos 20 deputados ao Parlamento Centro-Americano.

As eleições consagraram a divisão política do país em três grandes partidos políticos. A divisão também se refletiu no compartilhamento do poder: o *Partido Panameñista* obteve a Presidência e a Prefeitura da capital, o Partido Revolucionário Democrático (PRD) conquistou a maioria dos cargos executivos municipais, e o Câmbio Democrático (CD), partido do ex-Presidente Ricardo Martinelli, manteve maioria na Assembleia (29 deputados, contra 21 do PRD e 12 do Panameñismo). Atualmente, as cadeiras na Assembleia Nacional estão distribuídas da seguinte forma: o CD conta com 25 deputados, contra 25 do PRD e 17 do *Panameñista*. Os outros partidos representados são o Molirena (Partido Movimento Liberal Republicano Nacionalista), com 2 deputados, e o Partido Popular, com 1 deputado. Há uma deputada independente.

Juan Carlos Varela venceu as eleições com 39% dos votos contra 32% do candidato do governo, José Domingo Arias, e 27,5% de Juan Carlos Navarro, do PRD. Embora tenha sido Vice-Presidente e Chanceler (durante a primeira metade do mandato) de Ricardo Martinelli, Juan Carlos Varela rompeu com o Presidente e transformou-se em seu principal opositor.

O Presidente Varela tem enfatizado a importância da institucionalidade e da transparência e do combate à corrupção como diretrizes de seu governo. Nesse sentido, propôs uma reforma constitucional, que tem sido adiada em vista das dificuldades de obter apoio na Assembleia Nacional.

No contexto das iniciativas de combate à corrupção, a Assembleia Nacional suspendeu, em outubro de 2014, o magistrado Alejandro Moncada Luna de suas funções na Corte Suprema de Justiça, por suspeitas de corrupção. Em março de 2015, Alejandro Moncada foi condenado a 5 anos de reclusão e à destituição definitiva do cargo. Na mesma linha, foram detidos os ex-Secretários-Executivos do Conselho de Segurança Nacional, Alejandro Garuz e Gustavo Pérez, acusados de envolvimento na interceptação de comunicações de autoridades e figuras públicas durante o governo de Ricardo Martinelli.

Em votação unânime, durante sessão extraordinária realizada em janeiro de 2015, o Tribunal Superior de Justiça (TSJ) acatou pedido de abertura de processo judicial contra o ex-Presidente Ricardo Martinelli, com base em acusações de crimes contra a administração pública relacionados ao Fundo de Investimento Social, atual Programa de Ajuda Nacional (PAN). Ricardo Martinelli declarou-se vítima de perseguição política e, após outorgar poderes amplos a sua esposa e a seu irmão, partiu para os EUA. Em dezembro de 2015, teve a prisão preventiva decretada pelo TSJ. A defesa do Ex-Presidente apresentou recurso ao TSJ sustentando que somente o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN), do qual Martinelli é membro, poderia suspender o foro privilegiado de que goza o ex-Presidente. Em julho de 2015, o Tribunal Superior de Justiça aceitou nova denúncia contra o ex-Presidente Martinelli por irregularidades na expedição de 355 indultos ao final de seu governo.

Juan Carlos Varela tem manifestado preocupação com a área social, promovendo eventos para divulgar ações de caráter social no âmbito dos Objetivos do Milênio e do Desenvolvimento Sustentável, como o programa

"Biocomunidade", de atenção multisetorial a comunidades carentes. Além disso, o governo tem investido na infraestrutura e base logística do país, com projetos como a reurbanização de Colón e a expansão do metrô.

## POLÍTICA EXTERNA

A diplomacia panamenha tem empreendido esforços para alçar o país à condição de centro regional de diplomacia multilateral, favorecendo a instalação, no país, de escritórios de agências do sistema ONU e de organismos latino-americanos, como a CELAC. Nesse contexto, o Panamá sediou diversos eventos regionais, como a Cúpula Ibero-Americana, em 2013, o Foro Econômico Mundial para a América Latina, em 2014, e a VII Cúpula das Américas, em 2015.

O país também ambiciona consolidar-se como centro de negócios internacionais e elo logístico para a América Latina. Desse modo, tem procurado ampliar sua participação no Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), como estratégia de inserção e ampliação de sua influência na região. O Panamá também concluiu, em 2012, processo de adesão à ALADI, convertendo-se no 13º país-membro da Associação. Em fevereiro de 2014, o então Chanceler Francisco Álvarez de Soto enfatizou o compromisso do Panamá com o processo de integração latino-americano, com particular interesse na CELAC, no SICA, na ALADI e na Aliança para o Pacífico.

O Panamá considera a OEA um fórum político primordial da região, no qual os temas de interesse comum devem ser debatidos independentemente de sua discussão em outros agrupamentos regionais.

O comércio com os Estados Unidos é intenso, especialmente no que diz respeito às importações panamenhas, que totalizaram US\$ 10,5 bilhões em 2014. Em 2011, entrou em vigor do tratado de livre comércio entre os dois países. A exemplo do restante da América Central, a agenda bilateral panamenha com os EUA também contempla temas de segurança e de combate ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro. A expansão do Canal do Panamá também representa elemento de interesse comum.

Em Junho de 2012, o Panamá assinou o Acordo de Associação União Europeia (UE)-América Central. O acordo prevê diálogo político, cooperação e a formação de uma área de livre comércio. A UE representa um dos principais mercados de destino das exportações panamenhas, sendo responsável 26% do total das vendas externas do país em 2014, de acordo com a OMC.

O país também possui acordos de livre comércio em vigor com o Chile e, desde maio de 2012, com o Peru. Em 2015, entrou em vigor Tratado de Livre Comércio com o México, que deverá possibilitar a participação do Panamá na Aliança do Pacífico.

O Presidente Varela realizou visita oficial à Espanha em setembro de 2014, quando manteve encontros com o Rei Felipe VI e com o Primeiro-Ministro Mariano Rajoy. Nos encontros foi discutido, em particular, o fomento à participação de empresas espanholas em projetos públicos e privados panamenhos. As firmas espanholas são importantes concorrentes à atuação de empresas brasileiras no Panamá, onde disputam o mesmo segmento de obras públicas.

Juan Carlos Varela foi o primeiro mandatário latino-americano a realizar visita oficial a Cuba, em setembro de 2015, após a normalização das relações diplomáticas da ilha caribenha com os EUA. Na ocasião, estabeleceu negociações para vincular o tráfego de navios do Canal de Panamá com o porto de Mariel.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia panamenha concentra-se no setor de serviços, responsável por 79% do PIB, com destaque para os segmentos de transporte marítimo, serviços bancários, turismo, comunicações e comércio.

O país possui, há alguns anos, a economia com as maiores taxas de crescimento da América Latina. No quinquênio 2011-2015, cresceu em média 8,4%



anuais, registrando índices superiores a 10% em 2011 e 2012 (FMI). O acelerado crescimento da economia panamenha tem contribuído para a elevação da renda per capita, que saltou de US\$ 5.921 em 2007 para US\$ 11.146 em 2014 (FMI). De acordo com o Ministério da Economia e Finanças, o desemprego situava-se, em 2015, em apenas 3,8%.

O crescimento panamenho tem sido puxado por investimentos governamentais em infraestrutura. Entre os novos projetos, destacam-se: as linhas 2 e 3 do metrô, a recuperação física e social da cidade portuária de Colón, a ampliação da Carretera Panamericana, a Quarta Ponte sobre o Canal, a linha de transmissão elétrica Colômbia-Panamá e o Porto de Corozal. Além disso, a expansão do Canal do Panamá encontra-se em fase de conclusão.

Os investimentos governamentais visam à transformação do Panamá num polo de comércio, serviços, negócios e ecoturismo. O Presidente Juan Carlos Varela tem reafirmado, nesse contexto, a vocação panamenha de centro mundial de transportes e logística.

O Panamá, contudo, registra déficit em conta corrente: US\$ 5,3 bilhões, ou 12% do PIB em 2014 (FMI). O déficit tem sido financiado por meio de investimentos estrangeiros: em 2014, o IED recebido pelo Panamá totalizou US\$ 5,2 bilhões (Banco Mundial).

A dívida pública do Panamá atingiu US\$ 18,7 bilhões ao final de 2014 – aproximadamente 42,6% do PIB (FMI). A dívida está associada, em grande medida, aos pesados investimentos públicos (média de 33% do PIB nos últimos 6 anos).

Em setembro de 2015, em seu relatório de revisão, o FMI avaliou positivamente o desempenho macroeconômico e o crescimento do Panamá, mas alertou para a vulnerabilidade do país a choques externos e enfatizou a importância da adoção de medidas de fortalecimento fiscal, em equilíbrio com esforços de estabilidade financeira e crescimento sustentável e inclusivo.

O comércio exterior do Panamá registrou, em 2013, crescimento de 47,5% em relação a 2009, passando de US\$ 50,1 bilhões para US\$ 73,9 bilhões. A balança comercial, contudo, mostrou-se deficitária, totalizando, em 2013, saldo negativo de US\$ 53,2 bilhões.

A partir de 2014, o Panamá passou a excluir as exportações oriundas da Zona Franca de Colón das exportações que informa ao Centro Internacional de Comércio (*International Trade Center* – ITC) da UNCTAD, fonte das informações comerciais utilizadas nessa análise. Assim, o valor das exportações panamenhas tem de ser calculado pelo método do "espelho", ou seja, com base nos valores registrados pelos países importadores, o que reduz sua exatidão. Em 2014, por

exemplo, o valor registrado decresceu 45% em razão de mudança na metodologia.

De acordo com os dados informados ao ITC, em 2014, o Equador foi o principal destino das exportações panamenhas, com 16,8% do total, seguido de Guatemala (11,9%), Coréia do Sul (8,7%), Estados Unidos (7,6%) e Costa Rica (6,2%). O Brasil ocupou o 55º lugar entre os compradores do Panamá, com 0,2% do total.

Os Estados Unidos foram o principal fornecedor de bens ao Panamá no mesmo ano, com 19,8% do total, seguido de China (17,6%), Cingapura (17,4%), Japão (13,3%) e Colômbia (6,8%). O Brasil ocupou o 14º lugar, com 0,2% do total.

### **Comércio Bilateral**

Até 2011, ano em que as exportações regulares do Brasil para o Panamá atingiram valor recorde, o comércio bilateral registrava acelerado crescimento, só interrompido em 2009 em razão da crise internacional. Em 2015, a corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 313,5 milhões, com superávit de US\$ 296 milhões para o Brasil.

As exportações brasileiras para o Panamá são compostas principalmente por produtos manufaturados (92%), que também somaram 76% das importações oriundas do Panamá em 2015. As principais exportações brasileiras são produtos farmacêuticos, máquinas mecânicas, cereais, borracha e ferramentas. As principais importações são alumínio, automóveis, obras de couro, máquinas mecânicas e perfumaria.

### **Investimentos Bilaterais**

O Panamá é importante destino para investimentos brasileiros diretos (IBD) e, em 2008, foi o segundo maior receptor de IBD, com total aproximado de US\$ 3 bilhões. Em novembro de 2015, o Panamá detinha o 10º maior estoque de investimentos brasileiros diretos no exterior, com um montante de US\$ 3,7 bilhões.

Empresas brasileiras mantêm participação ativa na modernização da infraestrutura do país. Em 2012, a Odebrecht venceu licitação (US\$ 679 milhões) do projeto de ampliação da ala sul do aeroporto de Tocumen. Desde 2013 a Odebrecht também executa a instalação de linha de transmissão que integrará todo o país. O projeto está orçado em US\$ 233,8 milhões e deve entrar em operação no fim de 2016.

Em 2015, o consórcio liderado pela Odebrecht venceu a licitação para a construção da linha 2 do Metrô, orçada em US\$ 1,9 bilhão. Com o resultado, a Odebrecht consolidou-se como a maior contratista das últimas administrações panamenhas, com projetos estimados no valor total de US\$ 8,5 bilhões.

Em outubro de 2015, foi oficializado o início das obras de Renovação Urbana da Cidade de Colón. O projeto, também liderado pela Odebrecht, prevê a reurbanização da cidade e a realocação de cerca de 30.000 habitantes para apartamentos novos.

A Odebrecht Energy também venceu a concorrência para a construção da hidrelétrica Chan II. O investimento previsto é de US\$ 1,1 bilhão de dólares e a usina terá capacidade para gerar 224 megawatts, equivalente a 9% da atual capacidade instalada de geração de energia no país.

Outras empresas brasileiras no Panamá são: Cugnier, Eletrobras, Galores, Ibope, OAS, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez.

Em 2011, a Eletrobrás abriu escritório regional na Cidade do Panamá. Trata-se do terceiro escritório da empresa no exterior, depois de Montevideu e Lima. O escritório tem como objetivo a atração de investimentos para projetos da Eletrobrás e comercialização de suas várias formas de energia, inclusive eólica, na América Central e no Caribe.

#### CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PANAMÁ

1501	Descoberta do território que veio a ser o Panamá, por Rodrigo de Bastidas.
1519	Fundação da Cidade do Panamá, por Pedro Arias Dávila ("Pedrarias").
1671	A Cidade do Panamá é atacada pelo pirata inglês Henry Morgan. A cidade é evacuada e consumida por incêndio.
1673	Reconstrução da Cidade do Panamá, a 2 quilômetros de seu sítio original.
1821	Independência da Espanha. Após alguns meses, o Panamá se incorpora à Grã-Colômbia, sob o nome de Departamento do Istmo.
1826	O Panamá sedia o Primeiro Congresso Interamericano, convocado por Simón Bolívar.
1848	A descoberta de ouro na Califórnia impulsiona o comércio na Cidade do Panamá, que passa a receber o fluxo de transbordo com destino à costa oeste dos EUA.
1855	Inauguração da primeira ferrovia ligando os dois oceanos que banham o Panamá.
1881	Início da construção do Canal do Panamá, pela <i>Compagnie Universelle du Canal Interocéanique</i> , fundada por De Lesseps.
1889	Falência da <i>Compagnie Universelle</i> e paralisação das obras de construção do Canal.
1899	Início da Guerra dos Mil Dias, guerra civil entre liberais e conservadores.
1902	Fim da Guerra dos Mil Dias.
1903	Assinatura do Tratado Herrán-Hay entre Estados Unidos e Colômbia para finalizar a construção do Canal. O Panamá torna-se independente, na condição de protetorado dos EUA.
1914	Término da construção do Canal do Panamá, pelos EUA. O Presidente Belisario Porras pleiteia pela primeira vez a assinatura de novo tratado sobre o Canal do Panamá.
1936	Assinatura do Tratado Arias-Roosevelt. O Panamá deixa de ser protetorado dos EUA.
1948	Criação da Zona Franca de Colón.
1955	A assinatura do Tratado Remón-Eisenhower, que prevê vantagens econômicas para o Panamá, pelo arrendamento do Canal.
1964	Protestos estudantis contra o hasteamento de bandeira dos EUA no Canal terminam com a morte de 21 pessoas após o Governador da Zona do Canal autorizar o uso de armas de fogo para pôr fim às manifestações.
1965	Firmada a Declaração Robles-Johnson, que abordou temas como a administração do Canal, sua exploração por nova rota e sua defesa.
1968	Golpe de Estado culmina com a tomada do poder pelo General Omar Torrijos.
1977	Assinatura dos Tratados do Canal do Panamá (Tratados Torrijos-Carter), que previam a entrega da administração Canal ao Panamá e o fechamento das bases militares dos EUA no país.

1981	O General Omar Torrijos morre em acidente aéreo.
1989	O general Manuel Noriega anula as eleições presidenciais realizadas e toma o poder. Invasão do Panamá pelos EUA, que depõem Noriega, alçando ao poder Guillermo Endara, ganhador das eleições presidenciais. Noriega é levado a julgamento nos EUA sob a acusação de tráfico internacional de drogas.
1992	Aprovação, em referendo nacional, de emenda constitucional que suprime o Exército.
1994	Ernesto Pérez Balladares é eleito Presidente.
1999	Mireya Moscoso vence as eleições e se torna primeira mulher a governar o Panamá. O Panamá assume controle total do Canal do Panamá.
2004	Martín Torrijos, filho do General Omar Torrijos, é eleito Presidente.
2009	Ricardo Martinelli é eleito Presidente.
2014	Juan Carlos Varela é eleito Presidente.

#### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-PANAMÁ

1904	Reconhecimento da independência do Panamá pelo Governo brasileiro
1907	Entrega de credenciais pelo primeiro representante brasileiro junto ao Governo do Panamá, residente em Havana.
1908	Nomeação do primeiro representante diplomático panamenho junto ao Governo brasileiro, Belisário Porras, que posteriormente seria, em três ocasiões, Presidente da República.
1947	Entrada em vigor do Convênio Cultural.
1956	Participação do Presidente Juscelino Kubistchek na 1ª Reunião de Chefes de Estado da OEA, no Panamá
1989	Invasão do Panamá pelos EUA. O Governo brasileiro condenou o uso da força nas relações internacionais e reiterou apoio à soberania panamenha.
2000	Presidente Fernando Henrique Cardoso participa da Cúpula Ibero-Americana, no Panamá. Assinatura do Acordo sobre Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826.
2001	Visita oficial da Presidente Mireya Moscoso ao Brasil.
2002	Visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Panamá.
2003	Celebração do Centenário da Independência do Panamá. O Senador Eduardo Suplicy representou o Senhor Presidente da República. Visita de Martín Torrijos, então candidato à Presidência, ao Brasil.
2004	Posse do Presidente Martín Torrijos. O Vice-Presidente José Alencar representou o Senhor Presidente da República. Martín Torrijos visita o Brasil duas vezes: como Presidente Eleito e, após sua posse, como convidado à Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto.
2006	Visita do Ministro Luiz Fernando Furlan ao Panamá, liderando missão empresarial.
2007	Visita do Presidente Martín Torrijos ao Brasil, em maio. Visita do Presidente Lula da Silva ao Panamá, em agosto.
2008	Missão do IPHAN ao Panamá. Missão parlamentar brasileira ao Panamá, chefiada pelo Senador Heráclito Fortes. Visita do Presidente Martín Torrijos ao Brasil, quando da realização da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, em dezembro, na Costa do Sauípe.
2009	Em junho, Ricardo Martinelli, ainda na condição de Presidente Eleito, realizou sua única visita ao Brasil, encontrando-se com o então Presidente Lula da Silva. O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Miguel Jorge, representou o Senhor Presidente da República na cerimônia de posse do PR Ricardo Martinelli. A delegação foi composta por numeroso grupo de empresários brasileiros, que participaram de Rodada de Negócios com a presença de 73 empresas brasileiras e 128 panamenhas.
2010	Instalação da Embrapa Américas no Panamá, na Cidade do Saber.
2011	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, ao Panamá.
2013	O Panamá sedia a Cúpula Ibero-Americana, em outubro.
2014	Juan Carlos Varela é eleito Presidente em maio. O Panamá sedia o Foro Econômico Mundial para a América Latina, em abril, com a presença dos Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dos Transportes e do

	Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
2015	A Vice-Ministra das Relações Exteriores do Panamá, María Luisa Navarro, compareceu às cerimônias de posse da Presidenta Dilma Rousseff. O Panamá sedia a VII Cúpula das Américas, em abril, com a presença da Presidenta Dilma Rousseff.

#### ATOS BILATERAIS

<b>Título</b>	<b>Data de Celebração</b>	<b>Entrada em vigor</b>	<b>Publicação no DOU</b>
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais	10/08/2007	Em Vigor	12/07/2013
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/08/2007	Em Vigor	03/11/2011
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá	10/08/2007	Em Vigor	20/05/2010
Acordo de Cooperação na Área do Turismo	25/05/2007	Em Vigor	31/03/2009
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	25/05/2007	Em Promulgação	26/10/2009

## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

## Principais indicadores socioeconômicos do Panamá

Indicador	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>	2016 <sup>(1)</sup>	2017 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	8,37%	6,19%	6,01%	6,30%	6,60%
PIB nominal (US\$ bilhões)	40,39	43,78	47,47	51,53	56,03
PIB nominal "per capita" (US\$)	10.489	11.146	11.850	12.609	13.441
PIB PPP (US\$ bilhões)	71,12	76,77	82,18	88,40	95,88
PIB PPP "per capita" (US\$)	18.470	19.546	20.512	21.632	23.002
População (milhões de habitantes)	3,85	3,93	4,01	4,09	4,17
Desemprego (%)	4,10%	4,82%	4,50%	4,50%	4,50%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	3,74%	1,01%	3,00%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-12,18%	-12,01%	-9,79%	-9,61%	-8,12%
Dívida externa (US\$ bilhões)	16,47	18,38	20,02	21,74	23,27
Câmbio (B / US\$) <sup>(2)</sup>	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

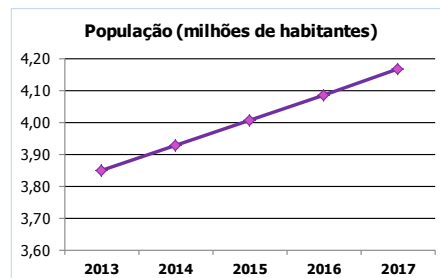
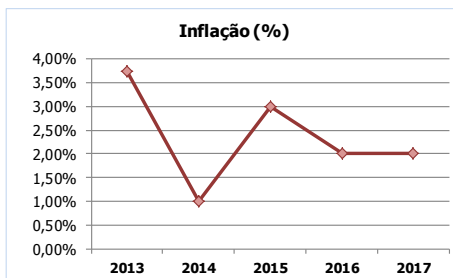
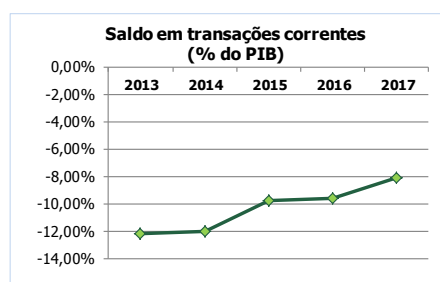
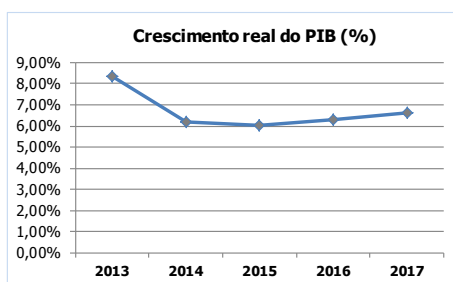
## Origem do PIB ( 2015 Estimativa )

Agricultura	3,0%
Indústria	20,0%
Serviços	77,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados da IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report December 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.

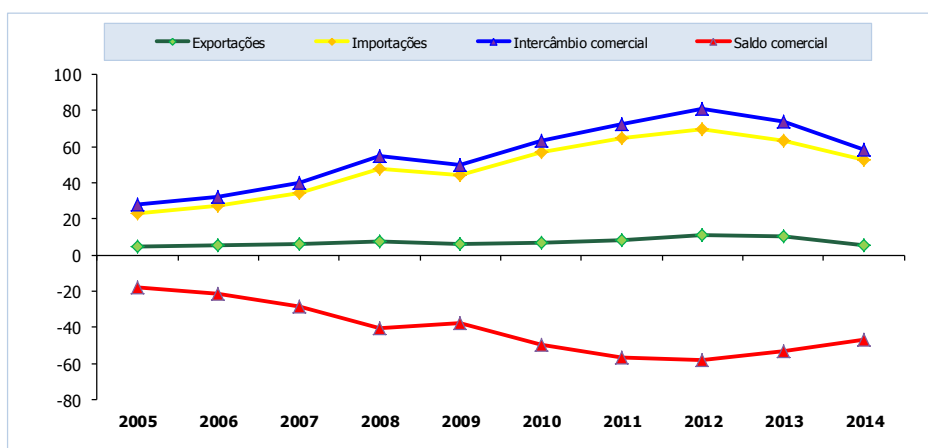
(2) Média de fim de período.



**Evolução do comércio exterior do Panamá**  
**US\$ bilhões**

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	4,81	39,1%	23,05	18,6%	27,86	21,7%	-18,24
2006	5,48	14,0%	27,05	17,4%	32,53	16,8%	-21,57
2007	5,83	6,4%	34,01	25,7%	39,84	22,5%	-28,18
2008	7,38	26,6%	47,67	40,2%	55,05	38,2%	-40,29
2009	6,28	-15,0%	43,87	-8,0%	50,15	-8,9%	-37,60
2010	6,75	7,5%	56,58	29,0%	63,32	26,3%	-49,83
2011	8,11	20,2%	64,59	14,2%	72,70	14,8%	-56,48
2012	11,17	37,7%	69,67	7,9%	80,84	11,2%	-58,50
2013	10,33	-7,6%	63,60	-8,7%	73,92	-8,6%	-53,27
2014	5,70	-44,8%	52,84	-16,9%	58,54	-20,8%	-47,14
<b>Var. % 2005-2014</b>	<b>18,5%</b>	<b>--</b>	<b>129,3%</b>	<b>--</b>	<b>110,2%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.  
O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



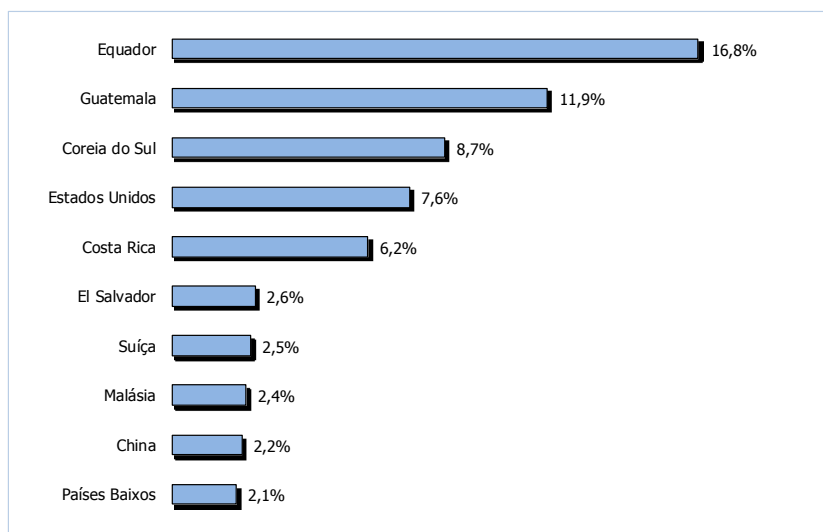
**Direção das exportações do Panamá**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
Equador	0,96	16,8%
Guatemala	0,68	11,9%
Coreia do Sul	0,50	8,7%
Estados Unidos	0,43	7,6%
Costa Rica	0,36	6,2%
El Salvador	0,15	2,6%
Suíça	0,143	2,5%
Malásia	0,135	2,4%
China	0,13	2,2%
Países Baixos	0,12	2,1%
...		
<b>Brasil (55ª posição)</b>	<b>0,01</b>	<b>0,2%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>3,60</b>	<b>63,1%</b>
<b>Outros países</b>	<b>2,10</b>	<b>36,9%</b>
<b>Total</b>	<b>5,70</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.*

*O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

**10 principais destinos das exportações**



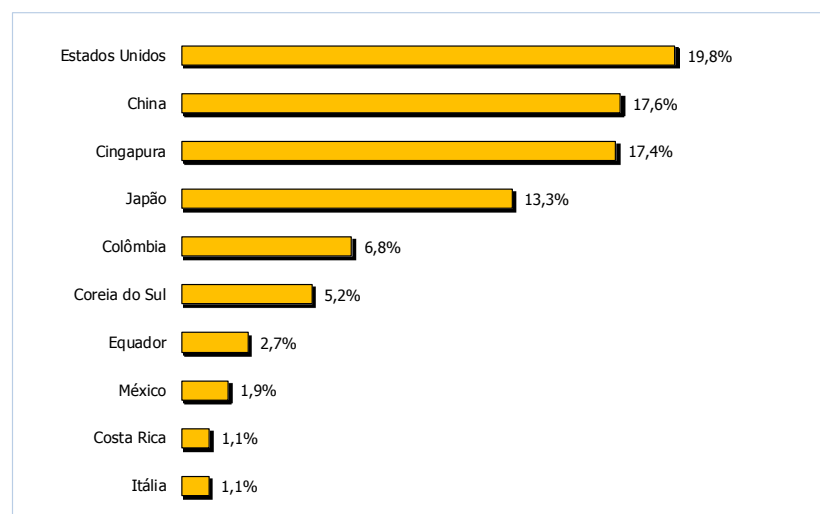


**Origem das importações do Panamá**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
Estados Unidos	10,46	19,8%
China	9,31	17,6%
Cingapura	9,21	17,4%
Japão	7,01	13,3%
Colômbia	3,62	6,8%
Coreia do Sul	2,77	5,2%
Equador	1,41	2,7%
México	0,99	1,9%
Costa Rica	0,59	1,1%
Itália	0,58	1,1%
...		
<i><b>Brasil (14ª posição)</b></i>	<i><b>0,40</b></i>	<i><b>0,7%</b></i>
<b>Subtotal</b>	<b>46,34</b>	<b>87,7%</b>
<b>Outros países</b>	<b>6,50</b>	<b>12,3%</b>
<b>Total</b>	<b>52,84</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.  
O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

**10 principais origens das importações**



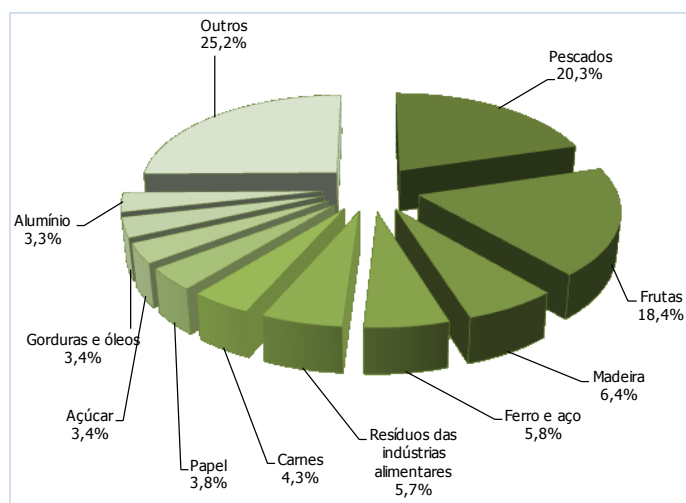
**Composição das exportações do Panamá**  
**Em %**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>Part.% no total</b>
Pescados	20,3%
Frutas	18,4%
Madeira	6,4%
Ferro e aço	5,8%
Resíduos das indústrias alimentares	5,7%
Carnes	4,3%
Papel	3,8%
Açúcar	3,4%
Gorduras e óleos	3,4%
Alumínio	3,3%
<b>Subtotal</b>	<b>74,8%</b>
<b>Outros</b>	<b>25,2%</b>
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.*

*O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

**10 principais grupos de produtos exportados**



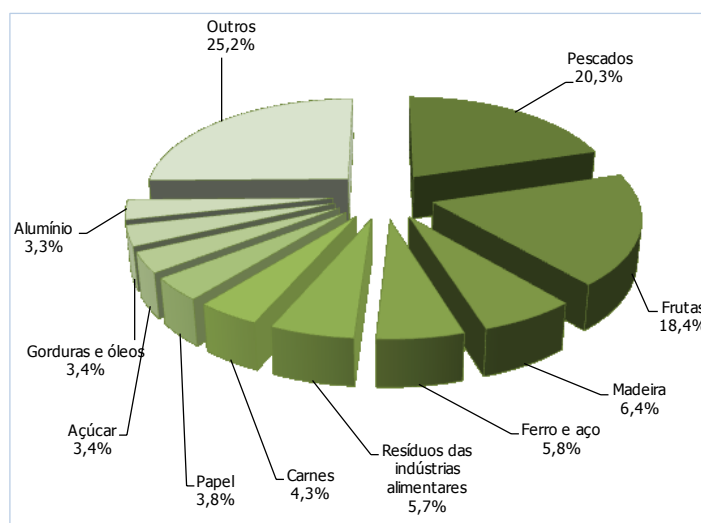
**Composição das exportações do Panamá**  
**Em %**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>Part.% no total</b>
Pescados	20,3%
Frutas	18,4%
Madeira	6,4%
Ferro e aço	5,8%
Resíduos das indústrias alimentares	5,7%
Carnes	4,3%
Papel	3,8%
Açúcar	3,4%
Gorduras e óleos	3,4%
Alumínio	3,3%
<b>Subtotal</b>	<b>74,8%</b>
<b>Outros</b>	<b>25,2%</b>
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.*

*O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

**10 principais grupos de produtos exportados**



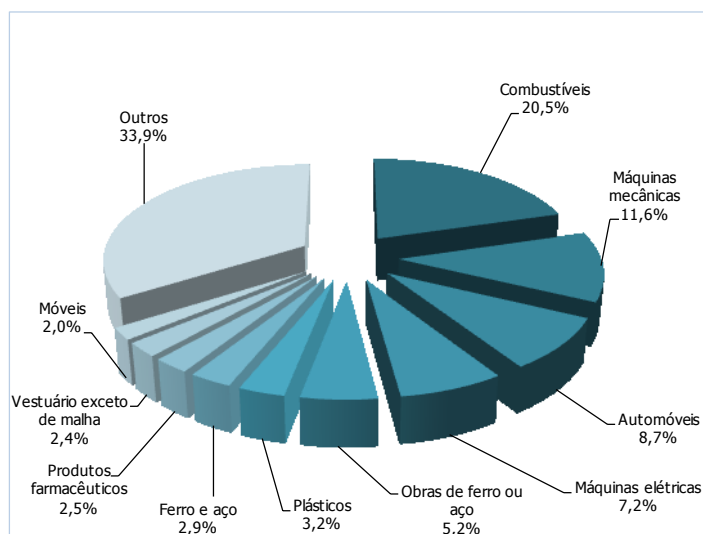
**Composição das importações do Panamá**  
**Em %**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>Part.% no total</b>
Combustíveis	20,5%
Máquinas mecânicas	11,6%
Automóveis	8,7%
Máquinas elétricas	7,2%
Obras de ferro ou aço	5,2%
Plásticos	3,2%
Ferro e aço	2,9%
Produtos farmacêuticos	2,5%
Vestuário exceto de malha	2,4%
Móveis	2,0%
<b>Subtotal</b>	<b>66,1%</b>
<b>Outros</b>	<b>33,9%</b>
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.*

*O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

**10 principais grupos de produtos importados**



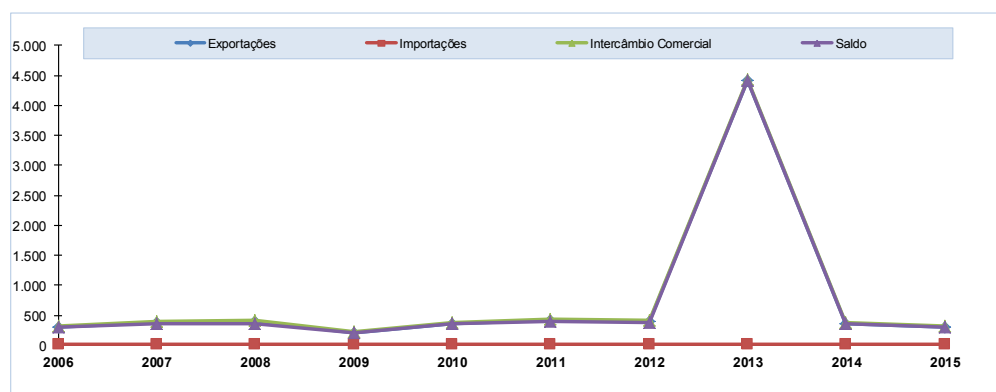
**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Panamá**  
**US\$ milhões**

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	306	9,9%	0,22%	12,84	-5,5%	0,01%	319	9,2%	0,14%	293
2007	383	25,1%	0,24%	16,84	31,2%	0,01%	400	25,3%	0,14%	366
2008	391	2,2%	0,20%	25,03	48,6%	0,01%	416	4,1%	0,12%	366
2009	210	-46,3%	0,14%	10,44	-58,3%	0,01%	221	-47,0%	0,08%	200
2010	367	74,7%	0,18%	14,86	42,4%	0,01%	382	73,2%	0,10%	352
2011	419	14,0%	0,16%	20,48	37,9%	0,01%	439	14,9%	0,09%	398
2012	397	-5,1%	0,16%	15,98	-21,9%	0,01%	413	-5,9%	0,09%	381
2013	4.423	(+)	1,83%	11,55	-27,7%	0,00%	4.435	972,8%	0,92%	4.412
2014	362	-91,8%	0,16%	9,40	-18,6%	0,00%	371	-91,6%	0,08%	353
2015	305	-15,8%	0,16%	8,75	-6,9%	0,01%	313	-15,6%	0,09%	296
2016 (janeiro)	16,40	-2,4%	0,15%	0,39	-74,3%	0,00%	16,80	-8,4%	0,08%	16,01
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>-0,4%</b>		<b>--</b>	<b>-31,8%</b>		<b>--</b>	<b>-1,7%</b>		<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.*

*(+) Variação superior a 1.000%.*

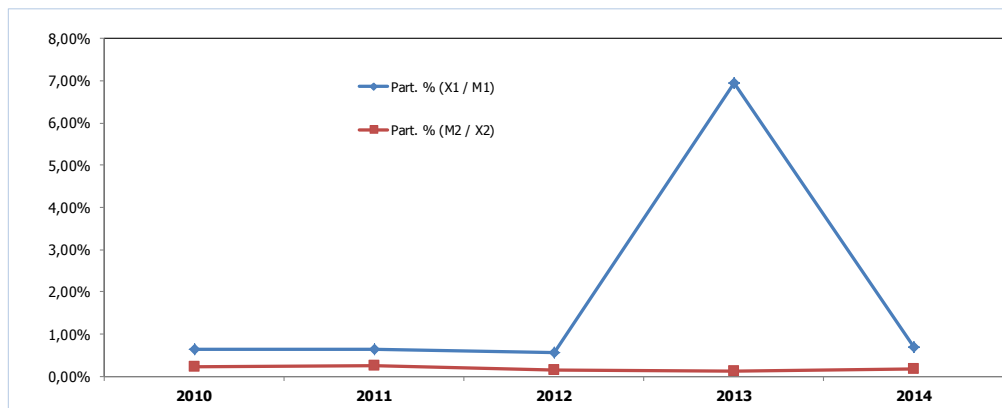
*(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



**Part. % do Brasil no comércio do Panamá**  
**US\$ milhões**

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para o Panamá (X1)	367	419	397	4.423	362	-1,4%
Importações totais do Panamá (M1)	56.579	64.590	69.669	63.598	52.840	-6,6%
Part. % (X1 / M1)	0,65%	0,65%	0,57%	6,95%	0,68%	5,5%
Importações do Brasil originárias do Panamá (M2)	14,86	20,48	15,98	11,55	9,40	-36,7%
Exportações totais do Panamá (X2)	6.745	8.110	11.170	10.325	5.701	-15,5%
Part. % (M2 / X2)	0,22%	0,25%	0,14%	0,11%	0,16%	-25,1%

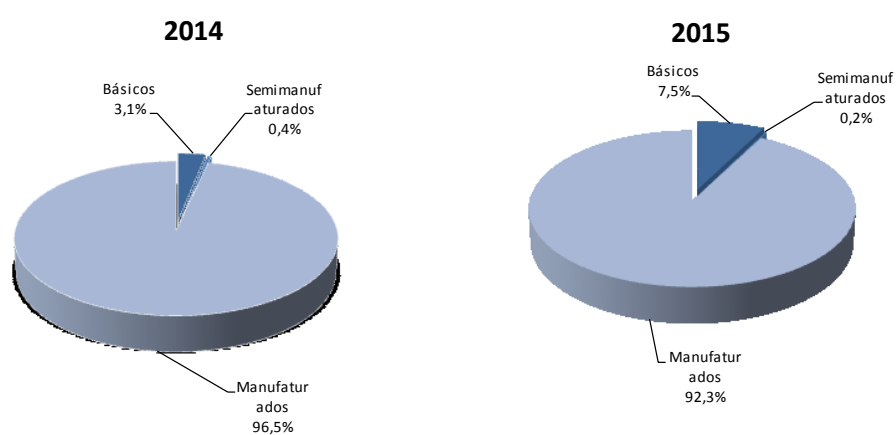
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.  
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Panamá e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



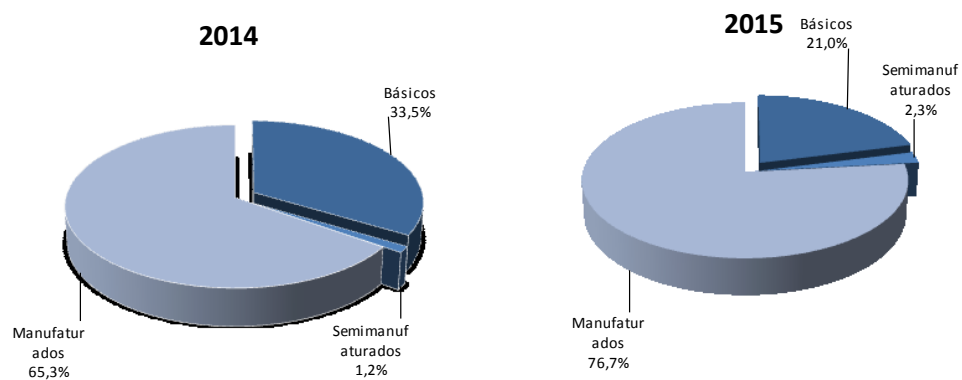
### Exportações e importações brasileiras por fator agregado

#### Comparativo 2015 com 2014

#### Exportações Brasileiras<sup>(1)</sup>



#### Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

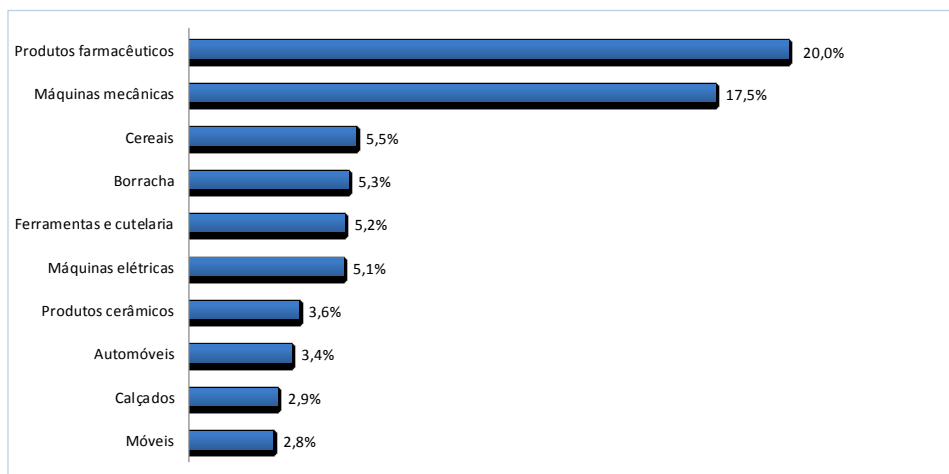
(1) Exclusive transações especiais.

**Composição das exportações brasileiras para o Panamá**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos farmacêuticos	50,0	1,1%	60,4	16,7%	60,8	20,0%
Máquinas mecânicas	86,0	1,9%	65,5	18,1%	53,4	17,5%
Cereais	34,6	0,8%	4,7	1,3%	16,8	5,5%
Borracha	7,9	0,2%	13,3	3,7%	16,1	5,3%
Ferramentas e cutelaria	25,8	0,6%	27,0	7,4%	15,7	5,2%
Máquinas elétricas	54,7	1,2%	41,1	11,4%	15,5	5,1%
Produtos cerâmicos	7,4	0,2%	9,1	2,5%	11,0	3,6%
Automóveis	13,5	0,3%	6,9	1,9%	10,3	3,4%
Calçados	10,5	0,2%	10,6	2,9%	8,9	2,9%
Móveis	6,1	0,1%	7,9	2,2%	8,5	2,8%
<b>Subtotal</b>	<b>297</b>	<b>6,7%</b>	<b>246,6</b>	<b>68,1%</b>	<b>217,1</b>	<b>71,2%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>4.127</b>	<b>93,3%</b>	<b>115,4</b>	<b>31,9%</b>	<b>87,7</b>	<b>28,8%</b>
<b>Total</b>	<b>4.423</b>	<b>100,0%</b>	<b>361,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>304,7</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015**



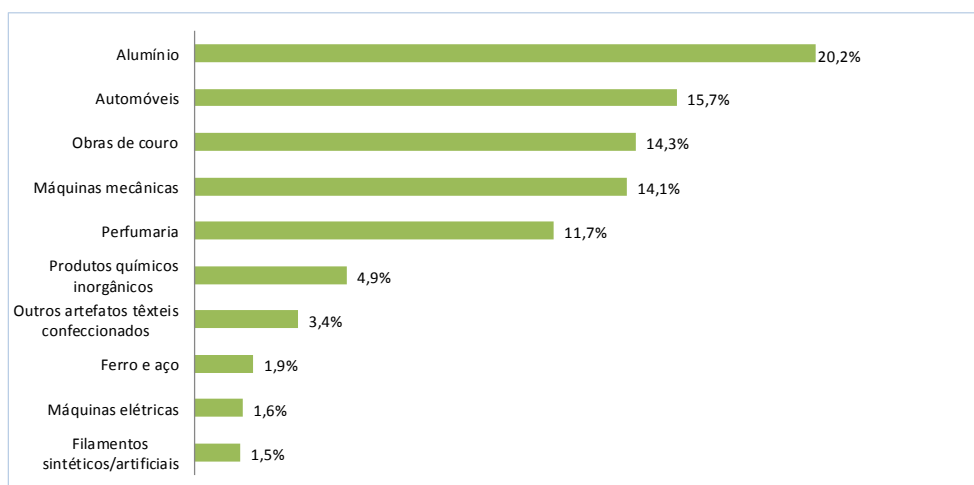


**Composição das importações brasileiras originárias do Panamá**  
**US\$ milhões**

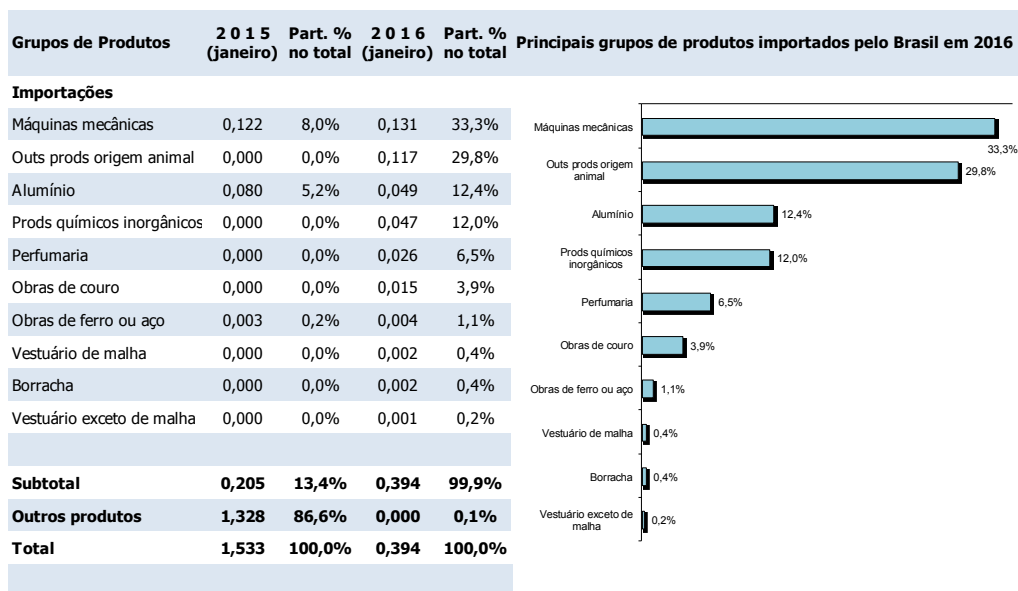
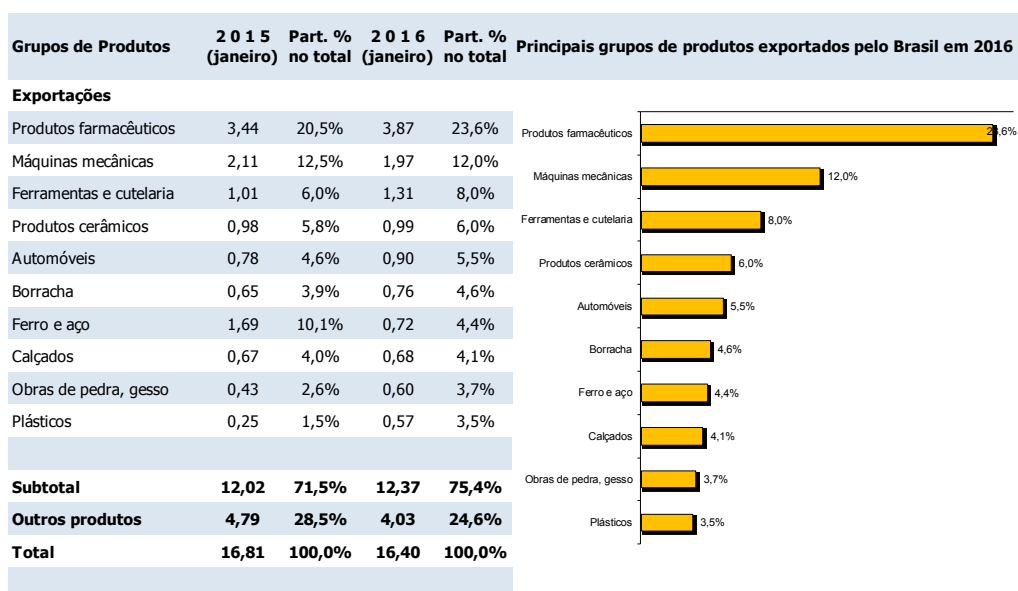
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alumínio	1,53	13,2%	2,03	21,6%	1,77	20,2%
Automóveis	0,20	1,7%	0,01	0,1%	1,37	15,7%
Obras de couro	0,24	2,0%	0,61	6,4%	1,26	14,3%
Máquinas mecânicas	1,82	15,7%	1,41	14,9%	1,23	14,1%
Perfumaria	4,06	35,1%	1,22	13,0%	1,02	11,7%
Produtos químicos inorgânicos	0,10	0,9%	0,52	5,6%	0,43	4,9%
Outros artefatos têxteis confeccionados	0,10	0,9%	0,03	0,3%	0,29	3,4%
Ferro e aço	0,10	0,9%	0,07	0,8%	0,17	1,9%
Máquinas elétricas	0,39	3,4%	0,29	3,1%	0,14	1,6%
Filamentos sintéticos/artificiais	0,51	4,4%	0,27	2,9%	0,13	1,5%
<b>Subtotal</b>	<b>9,04</b>	<b>78,3%</b>	<b>6,46</b>	<b>68,7%</b>	<b>7,80</b>	<b>89,2%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>2,51</b>	<b>21,7%</b>	<b>2,95</b>	<b>31,3%</b>	<b>0,95</b>	<b>10,8%</b>
<b>Total</b>	<b>11,55</b>	<b>100,0%</b>	<b>9,40</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,75</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Aviso nº 180 - C. Civil.

Em 12 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República, substituta

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

## **1ª PARTE - SABATINAS**

**2**



**SENADO FEDERAL**

Senador Armando Monteiro

## **RELATÓRIO Nº      , DE 2016**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 46, de 2016 (nº 174, de 27 de abril de 2016, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO LUÍS ESPÍNOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, desde que obtido o agrément do governo desse país.*

**RELATOR: Senador ARMANDO MONTEIRO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor ANTONIO LUÍS ESPÍNOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado nasceu em 11 de outubro de 1951, no Rio de Janeiro/RJ, filho de Antonio de Vicente da Silva Salgado e Gilda Espinola Salgado. Em 1974, graduou-se em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1980, concluiu o Curso para Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) do Instituto Rio Branco (IRBr).

**SENADO FEDERAL**

Senador Armando Monteiro

Ainda no âmbito da formação diplomática, concluiu, em 1990, o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD-IRBr) e, em 2003, o Curso de Altos Estudos (CAE-IRBr), quando defendeu a tese intitulada “Direitos Humanos, Reconciliação Nacional e Consolidação Democrática: a Experiência Chilena”.

Ingressou na carreira diplomática em 1981 no posto de Terceiro-Secretário. Passou a Segundo-Secretário em 1986 e a Primeiro-Secretário, em 1992. Ascendeu, por merecimento, em 1999 a Conselheiro; em 2006, a Ministro de Segunda Classe; e, em 2010, a Ministro de Primeira Classe.

Entre as funções desempenhadas na carreira, destaquem-se aqui as de Chefe da Divisão de Direitos Humanos, entre 1997 e 2000; Conselheiro na Embaixada em Santiago, de 2000 a 2003; Conselheiro na Embaixada em Berna, de 2003 a 2005; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral Política I, entre 2005 e 2008; Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada do Panamá, de 2006 a 2007; Embaixador em Teerã, de 2008 a 2013; e Embaixador em Ancara, de 2013 até o presente.

O currículo registra ainda que, em 2010, o embaixador recebeu a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco do Governo brasileiro.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Federação da Rússia e sobre a República do Uzbequistão, cumprindo o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a *relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado*. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse País, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil, além de nomear os acordos por nós celebrados.

Brasil e Rússia estabeleceram relações diplomáticas em 3 de outubro de 1828. Entre 1828 e 1917, foram mantidos laços formais, mas a distância geográfica, as dificuldades de comunicação e as próprias conjunturas históricas dos dois países não favoreceram uma maior aproximação. Após 1917, ano da Revolução Russa, as divergências ideológicas paralisaram as relações, que se viram interrompidas em duas ocasiões (1918-1945 e 1947-1961).



## SENADO FEDERAL

Senador Armando Monteiro

Em 1961, no Governo parlamentarista de Hermes Lima, e nos anos seguintes, na persistência da Guerra Fria, as relações se desenvolveram, sobretudo, no campo comercial, com base em mecanismos de comércio compensado.

O escopo do relacionamento começou a ampliar-se no contexto dos processos paralelos de redemocratização do Brasil e da abertura política da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com a *perestroika* de Mikhail Gorbachev. O principal marco político desse processo foi a visita do então Presidente José Sarney à URSS – a primeira de um Chefe de Estado brasileiro –, em outubro de 1988.

Com o fim da URSS, o relacionamento bilateral intensificou-se e tornou-se mais próximo. Em janeiro de 2002, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou a segunda visita de um Presidente brasileiro à Rússia, ocasião em que se instaurou a parceria estratégica entre os dois países. Em novembro de 2004, o Presidente Putin realizou a primeira visita de um Chefe de Estado russo ao Brasil. Durante essa visita, criou-se a Aliança Tecnológica Brasil-Rússia e estabeleceu-se a meta de elevar o comércio bilateral ao patamar de 10 bilhões de dólares. Dmitry Medvedev esteve no Brasil, como Presidente, em dezembro de 2008. O ex-Presidente Lula, por sua vez, visitou a Rússia em outubro de 2005 e em maio de 2010.

Nos últimos anos, a tentativa de redefinir a identidade da Rússia como “potência emergente” tem intensificado sua aproximação com países como o Brasil, junto ao qual a Rússia desempenhou papel de destaque na criação do grupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). A Rússia também tem defendido maior protagonismo dos BRICS, o que aumenta as perspectivas de cooperação com o Brasil.

A coordenação política do relacionamento bilateral dá-se, sobretudo, por meio da Comissão de Alto Nível de Cooperação (co-presidida pelo Vice-Presidente da República brasileiro e pelo Primeiro-Ministro russo). Realizou-se, em Moscou, em setembro de 2015, a Sétima Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN). A reunião da CAN foi precedida da nona Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC) Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica Brasil-Rússia.



## **SENADO FEDERAL**

**Senador Armando Monteiro**

---

O desenvolvimento da dimensão parlamentar do relacionamento bilateral atesta a maturidade da parceria estratégica brasileiro-russa. Os presidentes do Senado, Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), participaram, no dia 8 de junho de 2015, do 1º Fórum Parlamentar do BRICS.

De acordo com a Constituição de 1993, a Federação da Rússia é um Estado federal democrático com forma de governo republicana, em que vigora o princípio da separação de poderes. A Federação russa é composta de Repúblicas, territórios, regiões, cidades com status de Unidade da Federação (Moscou e São Petersburgo), regiões autônomas e áreas autônomas. Atualmente, a Federação da Rússia compõe-se de oitenta e três unidades. São titulares do Poder Público o Presidente, a Assembleia Federal (Conselho da Federação e Duma de Estado), o Governo e os tribunais da Federação da Rússia. O titular da soberania e única fonte de poder na Rússia, na expressão consagrada na Constituição Federal, é seu “povo multinacional”. O russo é a língua oficial em todo o território da Federação Russa, e às Repúblicas constituintes é reconhecido o direito de estabelecer suas línguas oficiais, sem prejuízo da língua russa.

A Carta Magna de 1993 estruturou o Poder Legislativo em formato bicameral. A Câmara Alta do Parlamento é o Conselho da Federação, que se compõe de dois representantes de cada unidade federativa, perfazendo, atualmente, o total de 166 membros. São eleitos de forma indireta (um pelo Poder Legislativo da respectiva unidade, outro nomeado pelo Poder Executivo central, a referendo do Legislativo local) para mandatos cuja extensão varia segundo as legislações de cada unidade federativa. A Câmara Baixa do Parlamento é a Duma de Estado, que conta com 450 representantes eleitos diretamente para mandatos de cinco anos.

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX, entre 2006 e 2015 o comércio bilateral entre o Brasil e a Rússia cresceu 6,8% passando de US\$ 4,386 bilhões para US\$ 4,685 bilhões. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. Foram os seguintes os superávits brasileiros resultantes das trocas comerciais com a Rússia, no último triênio: US\$ 298,1 milhões (2013); US\$ 812,9 milhões (2014); US\$ 243,5 milhões (2015). Em 2015, a Rússia foi o 17º parceiro comercial do Brasil.





## **SENADO FEDERAL**

**Senador Armando Monteiro**

Sobre a República do Uzbequistão, consideramos relevante registrar o seguinte: o Uzbequistão é um país localizado na Ásia Central e uma das repúblicas que formavam a extinta União Soviética. Sem costa marítima, é limitado ao norte pelo Cazaquistão, a leste pelo Quirguistão e pelo Tajiquistão, ao sul pelo Afeganistão e o Turcomenistão e a oeste também pelo Turcomenistão. Além do território principal, inclui os enclaves de Sokh e de Iordan, no Quirguistão. Sua capital é a cidade de Tashkent.

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1993. No final dos anos 2000, houve um aprofundamento do diálogo bilateral, com visitas de diversas autoridades, entre Embaixadores, Vice-Ministros, Ministros de Estado e, especialmente, a vinda ao Brasil do Presidente uzbeque Islam Karimov, em 2009. Naquela ocasião, foram assinados vários atos entre os dois países e entre algumas de suas instituições, a saber: os Acordos de Cooperação Técnica, de Cooperação em Agricultura, de Cooperação Econômica e Comercial, de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Cooperação na Área do Esporte, de Cooperação Cultural, os Memorandos de Entendimento para Cooperação em Turismo, para a Promoção do Comércio e do Investimento, na Área de Recursos Minerais e sobre Consultas Políticas.

O sistema político vigente no Uzbequistão é centralizado e seu funcionamento tem por base a autoridade do líder nacional e a manutenção do equilíbrio entre os interesses dos diversos clãs e regiões. O Presidente Islam Karimov chegou ao poder ainda no período soviético (junho de 1989). Em fins de 1991, ano em que o país se tornou independente, o Partido Comunista uzbeque, dirigido por Karimov, foi renomeado Partido Popular Democrático do Uzbequistão. Por referendo de 1995, o mandato presidencial foi estendido até 2000. Naquele ano, Karimov venceu com ampla margem as eleições presidenciais, reelegendo-se em 2007 e 2015. Nas eleições de 2015, Karimov venceu com 90,4% dos votos. O Presidente havia sido autorizado a concorrer a um quarto mandato por emenda constitucional de 2011. Anteriormente, a Constituição uzbeque só permitia dois mandatos presidenciais consecutivos.

O Uzbequistão disputa com seus vizinhos o uso compartilhado dos recursos hídricos regionais. O virtual desaparecimento do Mar de Aral é um dos mais conhecidos problemas regionais. A Ásia Central vem sendo afetada pelo reescalamento da presença dos EUA no Afeganistão, uma vez que as tropas

**SENADO FEDERAL****Senador Armando Monteiro**

norte-americanas reduziram-se de um pico de 140 mil homens, no auge das operações contra o terrorismo naquele país, para 14 mil, em 2015.

Acredita-se que o Uzbequistão continuará a desempenhar um papel importante em relação à estabilização do Afeganistão, devido à sua localização geográfica, como vizinho ao Norte, e suas preocupações sobre eventual penetração do extremismo islâmico pela fronteira porosa entre os dois países. O Presidente Karimov tem-se destacado na execução da estratégia de equilibrar as relações do país com as três principais potências que mais influenciam os acontecimentos na Ásia Central: os EUA, a Rússia e a China.

A política externa uzbeque é vista, muitas vezes, como oscilante, nas alianças com essas potências, a fim de maximizar os ganhos para o país. Exemplo recente foi o anúncio, em janeiro, de transferência de equipamento militar sobressalente dos EUA para o Uzbequistão, incluindo cerca de 300 veículos blindados resistentes a minas. Apenas um mês antes, Karimov garantira quase um bilhão de dólares em perdão de dívidas do Uzbequistão junto à Rússia, sem com isso comprometer-se com propostas para a adesão do país à União Eurasiática, como deseja Moscou. Em meados do ano passado, Karimov viajou a Pequim, onde reafirmou o objetivo de desenvolver uma parceria estratégica com os anfitriões e assinou acordos comerciais no valor de US\$ 6 bilhões.

A China é indubitavelmente a potência em ascensão para a região, na órbita da qual, progressivamente, deverá situar-se o projeto de desenvolvimento uzbeque. Isto ocorre, ao menos em parte, em prejuízo dos interesses russos, ainda que Moscou busque contrapor-se, no limite de suas possibilidades, a tal tendência. Essa transição de polos de atração para os quais está voltada a economia uzbeque é simbolizada pela exploração dos recursos de hidrocarbonetos do país. No início de fevereiro 2015, a gigante estatal russa Gazprom confirmou que irá reduzir suas importações de gás da Ásia Central, em resposta à menor demanda da Ucrânia e da União Europeia.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

7



**SENADO FEDERAL**

Senador Armando Monteiro

---

, Presidente

, Relator

7

RELATÓRIO DE GESTÃO  
EMBAIXADOR ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO  
EMBAIXADA DO BRASIL EM MOSCOU  
FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

As relações entre Brasil e Rússia foram alçadas ao patamar de Parceria Estratégica em 2002. Tal decisão refletiu a visão, compartilhada pelos dois países, de que vivemos um processo de desconcentração do poder global e atualização da ordem internacional às novas realidades e aos novos desafios delas decorrentes. O estabelecimento da Parceria Estratégica refletiu, também, a percepção de que Brasil e Rússia se deparam com questões semelhantes mas dispõem de capacidades diferentes, muitas vezes complementares, daí a relevância da promoção do intercâmbio de conhecimento, tecnologia e experiência nas mais diversas áreas.

2. Apesar de haver importantes semelhanças - ambos países em desenvolvimento, com dimensão continental e população numerosa, multiétnica e multirreligiosa -, Brasil e Rússia conhecem-se, entretanto, ainda muito pouco, desafio esse que estimo seja o principal a ser superado pelos esforços diplomáticos de ambos os países.

3. Assim como o Brasil, a Rússia enfrentou processo de transformação relevante nos últimos 25 anos. O passado soviético, ainda muito vivo na memória coletiva deste país, vem dando lugar, aos poucos, a uma nação que busca a modernização de sua economia e de seus meios de produção, preocupa-se com o bem-estar de sua população e é cada vez mais ciosa de seu lugar no mundo. A Rússia que encontrei em dezembro de 2013, quando apresentei minhas credenciais ao Presidente Vladimir Putin, é, sem dúvida, diversa daquela que estou deixando.

#### **Cenário político e econômico**

4. Os eventos relacionados à crise ucraniana - "reincorporação" da Crimeia; importante estremecimento na relação da Rússia com os países ocidentais; e a sublevação dos rebeldes separatistas pró-Rússia em Donetsk e Luhansk, que desencadeou uma guerra civil no país vizinho - representaram o fim de uma era para a política externa russa e repercutiram fortemente no plano interno.

5. O país viu-se forçado a reorientar sua estratégia de integração e de alianças internacionais. Isso porque, desde a desintegração da União Soviética, a Rússia apostara na integração com os países ocidentais. Ficou célebre, nesse sentido, a formulação do então secretário-geral da URSS, Mikhail Gorbachev, que falava em uma "casa comum europeia," ou a do Presidente Vladimir Putin, repetida muitas vezes, que propugnava a criação de uma "grande Europa" que se estenderia "de Lisboa a Vladivostok". Contudo, elementos importantes dessa estratégia, como as negociações com a União Europeia visando a encontrar algum formato de integração para a Rússia com o bloco, não evoluíram como desejava a liderança russa. As sucessivas expansões da OTAN ao Leste, em países que, durante a Guerra Fria, pertenciam à esfera de influência soviética ou mesmo faziam parte da própria URSS, a despeito de garantias dadas no passado a Moscou de que isso não ocorreria, causaram preocupações de natureza de segurança e grande descontentamento na Rússia.

6. Com o conflito ucraniano, essas decepções e desconfianças acumuladas parecem haver chegado a um ponto de ruptura. A integração da Rússia com o mundo ocidental, simbolizada pela inclusão do país no G8, foi abortada. O país foi suspenso por prazo indefinido desse bloco. Ainda mais importante, sanções econômicas foram impostas contra indivíduos e empresas russas. Moscou retaliou com contra-sanções.

7. O acirramento de posições manteve-se nos meses seguintes. Em setembro de 2015, a Rússia desdobrou contingente da Força Aeroespacial para atuar no conflito sírio. A campanha militar, a primeira fora do espaço pós-soviético desde o fim da Guerra Fria, acompanhada de hábil esforço diplomático, consolidou a percepção de uma Rússia provida de elevada capacidade de ação na arena internacional.

8. O impacto dessa nova realidade na política interna foi muito significativo. O ambiente político, então marcado por protestos sociais realizados nas principais capitais entre 2011 e 2012, alterou-se radicalmente. A política de sanções dos países ocidentais foi percebida como uma agressão ao país pela ampla maioria da sociedade, que apoiou o governo na defesa da segurança nacional e da dignidade do país. A incorporação da Crimeia e a participação militar russa na Síria reforçaram essa percepção. As pesquisas de opinião passaram, desde então, a mostrar taxas bastante elevadas de apoio da população russa ao governo e, principalmente, ao Presidente Vladimir Putin. Esse apoio praticamente não recuou, até a presente data, mesmo com a entrada do país em uma pronunciada recessão econômica.

9. O consenso dos analistas econômicos credita tal recessão a dois principais impactos negativos: a) a queda abrupta dos preços do petróleo, a partir do segundo semestre de 2014; e b) os efeitos das sanções econômicas impostas pelos EUA, União Europeia, Japão e aliados à indústria petrolífera e ao setor financeiro da Rússia, em reação à crise fronteiriça russo-ucraniana. Segundo o Fundo Monetário Internacional: i) o efeito combinado de ambos os choques tem magnitude equivalente ao impacto causado à Rússia pela crise financeira internacional de 2008; e ii) a queda das receitas petrolíferas russas corresponderia a cerca do dobro das perdas geradas pelas sanções externas.

10. Como se sabe, o desempenho da economia russa mantém forte correlação com o nível de preços internacionais do petróleo. A piora no desempenho econômico da Rússia seguiu a brusca queda das cotações a partir do segundo semestre de 2014. Nesse período, os preços de referência do barril de petróleo caíram cerca de 50% (de US\$ 105 a US\$ 52). Desde então, as autoridades monetárias russas viram-se forçadas a intervir para conter a rápida deterioração do ambiente econômico do país. Com efeito, no fim de dezembro de 2014 a política cambial foi alterada do regime de câmbio fixo então vigente (com cotação em torno de 35 rublos por dólar norte-americano) para o regime de livre-flutuação. Essa mudança levou o rublo à desvalorização em torno de 100% em poucos dias, o que motivou pronta elevação da taxa básica de juros de 6% ao ano para 17% ao ano.

11. Nesse contexto, a expansão do PIB russo passou a apresentar acentuada tendência de queda. A partir de 2014, o cômputo do PIB foi de +0,6%, ante a +1,3% no ano anterior. Em 2015, a contração do PIB acentuou-se, atingindo -3,8%. A previsão em 2016 é de retração mais suave, em torno de -1% (segundo o Banco Central da Rússia - CBR). Ao longo desse período, também houve aceleração inflacionária, quando se elevou da média de 6,5%, vigente até 2013, a 11,4%, em 2014, e a 13,5% no ano passado. A previsão do Fundo Monetário Internacional é que a taxa recue a 8,5% este ano. A meta de inflação na Rússia é, entretanto, de 4% ao ano.

12. As dificuldades econômicas agravaram também a situação fiscal russa. O custo das medidas anticíclicas tomadas ao longo de 2014 e 2015 elevou o déficit fiscal a cerca de 5% do PIB, acima do patamar de 1% vigente no biênio 2013-2014. A situação fiscal do país em 2016 segue adversa, devido à baixa arrecadação tributária oriunda da atividade petrolífera, que corresponde, direta e indiretamente, a quase 90% das receitas fiscais do país. Neste ano, a expectativa do Governo é que o déficit não ultrapasse a marca de 3%. Não obstante, a persistência da baixa cotação do hidrocarboneto (atualmente em torno de US\$ 35) deverá levar a novos cortes orçamentários, além dos 10% já efetuados no início deste ano. No mesmo período, a dívida bruta do país pouco se alterou, passando de menos de 18%, em 2014, a cerca de 21%, segundo previsão para o final deste ano.

13. O projeto de reerguimento da Rússia, associado a severo quadro político e econômico, traz consigo desafios de toda ordem, mas também oferece oportunidades. A Rússia vem privilegiando o BRICS como instrumento de integração e cooperação internacional. Durante a presidência russa do agrupamento (abril de 2015 a fevereiro de 2016), Moscou mostrou particular empenho em consolidar o BRICS institucionalmente e ampliar seu escopo de atuação para além do eixo econômico-financeiro. Foram realizadas mais de 300 reuniões ao longo de 2015. O Governo russo tem, também, procurado diversificar seus parceiros internacionais, como demonstra a busca por maior convergência com a Ásia, em particular a China, e a ampliação das relações com a América Latina.

#### Relações bilaterais

14. É contra esse pano de fundo que se vem desenvolvendo as relações bilaterais. Desde que cheguei a Moscou, registrei intensificação da agenda bilateral, a fim de dar concretude ao Plano de Ação da Parceria Estratégica, assinado, em dezembro de 2012, pelos Presidentes Dilma Rousseff e Vladimir Putin.

15. Os dois presidentes mantiveram encontros anuais: o mandatário russo visitou o Brasil, em julho de 2014, e a Senhora Presidenta da República manteve encontro bilateral à margem da VII Cúpula do BRICS, em Ufá, em julho de 2015. O Senhor Vice-Presidente da República esteve em Moscou, em setembro de 2015, a fim de presidir, pelo lado brasileiro, a VII Reunião da Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia. Na oportunidade, manteve reunião com o Primeiro Ministro Dmitry Medvedev e reuniu-se com o Deputado Sergey Naryshkin, Presidente da Duma de Estado, e a Senadora Valentina Matvienko, Presidenta do Conselho da Federação. Fizeram também parte da comitiva os Ministros das Minas e Energia, Eduardo Braga, do Turismo, Henrique Eduardo Alves, dos Portos, Edson Araújo, da Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho, e da Aviação Civil, Eliseu Padilha. O Presidente do STF, Ministro Ricardo Lewandowski, reuniu-se, em junho de 2015, com o Presidente da Suprema Corte da Federação da Rússia, Ministro Vyacheslav Lebedev.

16. Deu-se continuidade, com grande sucesso, ao diálogo direto entre os parlamentos dos dois países, iniciativa para a qual foi de particular relevância o empenho do saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira, que contribuiu, ademais, para a parceria cultural Brasil-Rússia. Foram realizadas, durante meu período em Moscou, duas missões do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Rússia (abril de 2014 e abril de 2015), esta

última com a presença do Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Jorge Viana, e do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Aloysio Nunes. Às margens do Foro Parlamentar do BRICS, em junho de 2015, os presidentes da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, e do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, mantiveram encontros com suas contrapartes, respectivamente, Sergey Naryshkin, Presidente da Duma de Estado, e Valentina Matvienko, Presidenta do Conselho da Federação.

17. A inegável intensificação dos encontros bilaterais de alto nível nos últimos meses reflete a convergência de interesses nos mais variados setores e a crescente importância da relação bilateral. Tal circunstância, aliada à sintonia fornecida pelo BRICS, ofereceu oportunidade ímpar de seguir avançando em temas de particular interesse brasileiro.

18. Recordo, a propósito, que a Senhora Presidenta da República, em julho de 2015, estabeleceu a cooperação em ciência, tecnologia e inovação como propulsora da relação bilateral, bem como ressaltou os seguintes objetivos: a) alcançar a meta de US\$ 10 bilhões anuais no comércio bilateral; b) ampliar as exportações agrícolas para a Rússia; c) promover troca de investimentos; d) desenvolver veículo lançador de satélites; e) ampliar a cooperação no uso da energia nuclear para fins pacíficos; e f) consolidar a cooperação em defesa.

#### Comércio

19. No campo das relações comerciais bilaterais, a partir de 2014, o Brasil aumentou sua participação no comércio exterior russo, em termos relativos. O intercâmbio bilateral, contudo, acompanhou tendência de queda, em números absolutos, observada com os demais países. O fluxo comercial bilateral, que em anos passados ultrapassava os US\$ 6 bilhões, em 2015 totalizou US\$ 4,839 bilhões. A participação do Brasil no comércio exterior russo, porém, passou de 0,65% em 2013, para 0,9% em 2015. Cabe ressaltar que, historicamente, observa-se superávit brasileiro nas transações comerciais com a Rússia. Em 2015, a título de exemplo, do total comercializado, US\$ 2,9 bilhões correspondem a exportações brasileiras à Rússia, enquanto US\$ 1,92 bilhão se refere ao fluxo de bens no sentido contrário.

20. Embora a pauta comercial apresente grande variedade de produtos (motores e peças, aviões, equipamentos médicos, cosméticos, joias, máquinas e peças, calçados, aparelhos de som, auto-peças, tratores etc), a maioria do comércio ainda se concentra em bens de pouco valor agregado. Sobressaem as exportações brasileiras de carnes, soja, tabaco, açúcar, e café, que somados equivalem a 77,5% do total. Já no que se refere às



exportações russas, a pauta apresenta-se ainda mais concentrada, com fertilizantes sendo responsáveis por cerca de 81% do total.

21. As empresas brasileiras presentes na Rússia atuam em distintos setores, havendo maior concentração na área alimentícia. Entre escritórios comerciais, representações e fábrica estão presentes na Rússia as seguintes companhias, com as quais a Embaixada mantém contato frequente e equidistante: BRFoods, JBS, Minerva (alimentos), Embraco (compressores), Embraer, H.STERN, Marcopolo, Metalfrio (refrigeradores), WEG (motores elétricos), Titanium Fix (equipamentos odontológicos), Jaguari Café e Latam.

22. Desde 2014, foi promovida série de eventos de promoção comercial e de investimento, com o intuito de aproximar o empresariado local das oportunidades de investimento existentes no Brasil, bem como de incentivar a importação de bens brasileiros. Desde 2014, a Embaixada organizou a participação brasileira nas feiras MITT (turismo, 2014, 2015, 2016), Prodexpo (alimentos, 2014, 2015), World Food (alimentos, 2014), Outono Dourado (máquinas agrícolas e projetos no agronegócio). Auxiliou, seja por meio da contratação de serviços e auxílio logístico, seja mediante prospecção de negócios, nas feiras DentalExpo (equipamentos odontológicos, 2014), Junwex (joias, 2014), World Food (2015,2015), Prodexpo (2016).

23. Foram organizados, ainda, eventos de promoção comercial em distintas áreas. No setor de turismo, realizaram-se ciclos de palestras e matchmaking, à margem da feira Leisure (2014,2015). Somados, ambos os eventos contaram com mais de 100 empresas russas do setor. No setor de calçados, foi organizado, em 2014, evento para exportadores brasileiros e importadores russos. Entre 2014 e 2015, promovi, ainda, os seguintes eventos: coquetel e apresentação de empresários brasileiros prestadores de serviços e fornecedores de equipamentos para grandes eventos esportivos (2014), seminário para importadores de carnes (2014), mesa redonda sobre agronegócios (2015, por ocasião da visita a Moscou da Ministra da Agricultura, Senhora Katia Abreu), seminário empresarial nos setores de infraestrutura, fármacos, agronegócios e inovação (2015, por ocasião da visita do Vice-Presidente da Republica, Senhor Michel Temer), ciclo de apresentações sobre oportunidades de negócios no Estado de Goiás (2015, por ocasião da visita do Vice-Governador de Goiás, Senhor Jose Eliton de Figueiredo Junior), ciclo de apresentações sobre oportunidades de negócios no Estado do Paraná (2015, por ocasião da visita do Governador do Paraná, Senhor Carlos Alberto Richa). Adicionalmente, foram realizadas por mim e pelo chefe do SECOM apresentações e palestras sobre oportunidades de negócios com o Brasil, em órgãos empresariais como Câmara de Comércio da Rússia, na União dos Industrialistas e em eventos empresariais setoriais.

Agricultura

24. O Brasil é hoje o segundo parceiro comercial russo na área agrícola, atrás apenas de Belarus. O setor de agronegócios é historicamente responsável por cerca de 90% das trocas comerciais. Os principais produtos exportados para o mercado russo são carnes (bovina, suína e de aves), açúcar, soja, tabaco e café.

25. Quanto às exportações de carnes, principal produto da pauta exportadora, o Brasil enfrentou, na Rússia, vários reveses por razões sanitárias entre 2010 e 2013, ainda que se tenha mantido, no período, como o maior exportador de carne bovina e um dos maiores exportadores de carne suína e de aves. Em 2011, 85 estabelecimentos brasileiros foram embargados.

26. A fim de reverter esse quadro, concentrei esforços para sanar as questões sanitárias, mesmo durante o período em que esteve vacante o posto de Adido Agrícola na Embaixada em Moscou (julho de 2014 a maio de 2015). Com a melhora do diálogo entre as autoridades veterinárias brasileiras e russas e a decisão russa de banir de seu mercado produtos agropecuários da União Europeia, dos EUA, do Canadá, da Austrália e da Noruega, foi possível que o Brasil, opção natural para o fornecimento de carnes, atendessem plenamente às exigências sanitárias russas. Em dezembro de 2013, apenas 60 estabelecimentos estavam habilitados para exportação de carnes e rações para o mercado russo. Hoje são 144. Foi possível, ademais, expandir para o mercado de derivados de leite, com a habilitação de 26 produtores.

27. Contribui enormemente as duas visitas a Moscou da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, (julho e outubro de 2015) e do Ministro da Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho. No curso dessas visitas, foram assinados o Protocolo entre o Mercosul e a União Econômica Eurasiática para exportação de envoltórios naturais e o aditamento ao acordo bilateral para importação de trigo russo. Foram adotados pelo Brasil os modelos de CSIs da União Econômica Euroasiática para ovos férteis, matéria-prima para ração de animais de estimação e suínos de raça.

## Energia

28. O principal projeto russo no segmento de energia no Brasil é desenvolvido pela estatal Rosneft para exploração de hidrocarbonetos na Bacia do Solimões, onde detém 21 licenças de exploração. De acordo com a Rosneft, os investimentos no Brasil já chegam a mais de US\$ 1 bilhão. A participação russa teve início em 2011, quando a então anglo-russa TNK-BP estabeleceu "joint venture" com a brasileira HRT. Em 2015,

a estatal russa aumentou sua participação acionária para 55% e adquiriu o status de operadora do projeto. O objetivo da estatal é distribuir a produção no próprio mercado brasileiro. Nesse sentido, assinou Memorando de Entendimento com a Petrobrás em julho de 2014, que prevê a utilização do gasoduto da estatal brasileira que liga a Bacia do Solimões até Manaus. Essa parceria viabilizaria economicamente a exploração dos campos, ao permitir a exportação do gás para os centros consumidores brasileiros.

29. No segmento de energia nuclear, a cooperação bilateral ganhou novo impulso com a inauguração, no último mês de junho, no Rio de Janeiro, de escritório de representação da "Rosatom International Network", subsidiária internacional da Rosatom. Além de desenvolver atualmente projetos de pesquisa em conjunto com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, no âmbito de acordo de cooperação bilateral assinado em agosto de 2014, em fevereiro de 2015, a Rosatom, celebrou seu primeiro contrato no Brasil. A JSC Isotope, subsidiária da empresa russa, assinou contrato com a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil (Cnen) para fornecimento de "molibdênio-99", o principal isótopo radioativo usado em procedimentos para detecção e terapia de câncer e doenças cardiovasculares. De acordo com as partes, o contrato poderá ser ampliado englobando o fornecimento de outros isótopos de uso na medicina.

30. Em setembro de 2015, no contexto da última reunião da Comissão Intergovernamental Rússia-Brasil de Cooperação Econômica, Comercial Científica e Tecnológica, foi assinado o Memorando de Entendimento entre a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP - e a ROSATOM América Latina, subsidiária da empresa estatal russa Rosatom. O documento determina marco para a cooperação entre as referidas empresas no setor de energia nuclear, que inclui cooperação industrial, inclusão da NUCLEP na cadeia de fornecimento global da Rosatom, possibilidade de realização de projetos conjuntos em terceiros países, cooperação para possível construção de usina nuclear de produção e armazenamento no Brasil, colaboração relacionada a componentes de usinas termoeletricas, à indústria petroquímica, à construção naval e ao fornecimento de ligas e componentes pesados para projetos da NUCLEP, entre outros. O MoU prevê a criação de grupo de trabalho para avaliar em detalhe as possibilidades de cooperação.

#### Cooperação espacial

31. Nos últimos anos, a cooperação espacial entre Brasil, por meio da Agência Espacial Brasileira (AEB) e Rússia, por meio da Agência Espacial da Rússia (ROSCOSMOS), tem resultado concretos, particularmente no que se refere à implantação no Brasil do sistema russo de navegação por satélite GLONASS. A primeira e a segunda estação do

GLONASS foram instaladas na Universidade de Brasília (UnB). Em fevereiro último, nova estação foi inaugurada no Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITP). No contexto última reunião da Comissão de Alto Nível, em setembro de 2015, foi assinado convênio entre a ROSCOSMOS e a Universidade Federal de Santa Maria para a instalação da quarta estação do GLONASS em território brasileiro. Ainda no marco da cooperação entre a AEB e a ROSCOSMOS, há interesse na instalação de estação de rastreamento e monitoramento de detritos espaciais em Itajubá, Minas Gerais. Brasil e Rússia têm mantido conversações no que se refere ao desenvolvimento de veículo lançador de satélites e lançamentos comerciais a partir do centro de lançamentos de Alcântara.

32. Tais temas foram discutidos, em detalhe, durante a visita do Ministro da Ciência e Tecnologia, Aldo Rebelo, e do Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Doutor José Raimundo Braga Coelho, à Rússia (Moscou, 14-17.06.2015).

#### Cooperação em defesa

33. O Brasil tem interesse em aprofundar a cooperação bilateral técnico-militar com base na transferência de tecnologias. A primeira iniciativa nesse sentido foi a aquisição de 12 helicópteros de combate Mi-35M pela Força Aérea Brasileira, cujo último lote foi entregue em 2014. Está prevista a instalação de centro de atendimento no Brasil para agilizar a manutenção e o reparo dos equipamentos.

34. Em outubro de 2013, o Ministro da Defesa da Rússia, Sergey Shoigu, realizou visita ao Brasil. Em 9 de maio de 2015, a então Ministro da Defesa, Jaques Wagner, esteve em Moscou para participar das celebrações do 70º Aniversário do Dia da Vitória na Segunda Guerra Mundial. Um dos principais temas que vem sendo tratados no campo da cooperação em matéria de defesa é a negociação para a compra, por parte do Brasil, do sistema de artilharia anti-aérea Pantsir-S1, produzido pela empresa russa ROSBORONEXPORT. Após a entrega de Carta de Eficácia do Pedido de Oferta pelo Brasil, em julho passado. Há a expectativa de que missão técnica brasileira visite a Rússia para examinar os requisitos técnicos, logísticos e industriais para a integração do Pantsir-S1 ao sistema aeroespacial do Brasil e, posteriormente, apresente complementação do Pedido de Oferta.

#### Direitos Humanos

35. Desde 2014, Brasil e Rússia mantêm diálogo em para discutir temas de direitos humanos, sem periodicidade definida. As duas primeiras reuniões tiveram lugar em Brasília e terceira edição do encontro deverá ocorrer em Moscou, em 2016. O diálogo tem como objetivo trocar impressões a respeito dos principais temas tratados no marco dos órgãos da ONU - Conselho de Direitos Humanos e Assembleia Geral - e identificar possibilidades de cooperação no plano multilateral.

## Cultura

36. Logo ao assumir minhas funções na Embaixada do Brasil em Moscou, surpreendi-me com o grande interesse que a cultura brasileira desperta junto ao público russo. Desde 2014, a divulgação e repercussão dos eventos culturais promovidos pela Embaixada, associados ao crescimento natural de referências ao País motivadas pela realização da Copa do Mundo e dos Jogos Rio-2016, aumentaram sensivelmente o patamar de exposição do Brasil na Rússia. O ano de 2014 representou um marco na difusão cultural brasileira no país, com a realização dos "Dias do Brasil na Rússia". De maio a julho, foram realizados mais de 30 eventos nas áreas de música, cinema, gastronomia, teatro, dança, artes plásticas, fotografia e literatura. A programação foi realizada em Moscou e São Petersburgo, com o apoio do Ministério da Cultura e do Itamaraty.

37. Na Rússia, o português é ensinado em algumas universidades estatais. De modo geral, tem crescido o interesse pela língua portuguesa no país, notadamente na sua variante brasileira, o que tem motivado a abertura de cursos e escolas particulares especializados no idioma. No campo da divulgação da língua, a Embaixada produziu e lançou em 2014 o "Guia básico de conversação russo-português: variante brasileira", que obteve grande repercussão. Com o objetivo de divulgar a literatura brasileira, com apoio da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), desde 2014 foram lançadas reedições em russo de clássicos como "Dom Casmurro", de Machado de Assis, além de traduções inéditas de obras consagradas como "Triste Fim de Policarpo Quaresma", de Lima Barreto.

38. Desde 2014, músicos brasileiros de renome se apresentaram na Rússia, com apoio direto ou indireto da Embaixada, entre eles Yamandu Costa, João Donato, Marcos Valle, Ellen Oléria, Márcia Castro, Verônica Ferriani e Leo Gandelman. A música clássica brasileira também foi bastante divulgada no período, com a realização de mais de dez concertos abertos ao público. A VII e VIII edições do Festival de Cinema Brasileiro, em 2014 e 2015, tiveram ampla repercussão junto ao público, na imprensa e nas mídias sociais. Desde a primeira edição, em 2008, o festival exibiu por volta de cem filmes

brasileiros na Rússia e se consolidou como uma das principais atividades de promoção cultural do Brasil em Moscou e São Petersburgo.

39. No campo da cooperação cultural bilateral, a relação do Brasil com o tradicional Teatro Bolshoi de Moscou foi bastante aprofundada nos últimos anos. Em 2015, o bailarino brasileiro David Motta Soares concluiu curso de formação na Escola do Balé Bolshoi em Moscou, graças a bolsa de estudo patrocinada pelo Itamaraty, e foi contratado para o principal corpo de baile da companhia. No âmbito da visita do Senador Luiz Henrique a Moscou (abril de 2015), foram realizadas reuniões no Ministério da Cultura russo e no Teatro Bolshoi. O tema foi também bastante mencionado durante a visita a Moscou, em agosto de 2015, do Vice-Presidente da República, Michel Temer. Com a contratação do bailarino David Motta Soares, o Brasil passou a contar com quatro representantes no Bolshoi em Moscou. Os outros três tiveram sua formação na Escola do Bolshoi em Joinville: Mariana Gomes (desde 2006), Erick Swolkin e Bruna Gaglianone (desde 2011). Outros bailarinos brasileiros formados em Joinville e atuando com destaque na Rússia são Amanda Gomes (Kazan) e Rafael Morel (Vladivostok).

#### Temas esportivos

40. O Brasil e a Rússia buscam, de forma crescente, promover o intercâmbio esportivo entre os dois países, sob o incentivo de terem recebido os últimos Jogos Olímpicos de Inverno, em Sochi, e a Copa do Mundo de Futebol, no Brasil, em 2014. Serão sede, ademais, dos próximos Jogos Olímpicos de Verão, no Rio de Janeiro, em 2016, e da Copa do Mundo de Futebol, na Rússia, em 2018. Essas oportunidades têm ensejado, principalmente, o aumento no interesse de trocas de experiências logísticas relacionadas à organização de grandes eventos.

41. Representantes da Secretaria de Aviação Civil visitaram e mantiveram reuniões nos aeroportos de Vnukovo e Sheremetyevo a fim de observar a organização dos aeroportos de Moscou para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Inverno. Compareci à Cerimônia de Encerramento dos Jogos Olímpicos de Inverno (Sochi 2014) e representante da Embaixada compareceu à Cerimônia de Abertura dos Jogos Paralímpicos. O Prefeito de Palmas, Carlos Amastha, e o Secretário Extraordinário dos Jogos, Hector Franco, estiveram em Moscou para divulgar os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (Palmas 2015).

42. A fim de dar corpo à cooperação bilateral em matéria esportiva, está prevista a criação de Grupo de Trabalho Brasil-Rússia sobre Temas Esportivos no âmbito da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica. O Grupo de Trabalho será responsável por coordenar a cooperação esportiva em diversos segmentos, como visitas de delegações na área de capacitação de treinadores esportivos; intercâmbio de profissionais de basquete, judô, atletismo e natação; realização de jogos amistosos das seleções júnior de futebol dos dois países; jogos de futebol das seleções de futebol feminino, de praia e de salão e troca de informações sobre sistemas de controle de dopagem e cooperação na área de Ciência e Tecnologia Aplicadas ao Esporte.

#### Consulado

43. Como é sabido, a Embaixada do Brasil em Moscou mantém sob sua jurisdição toda a Federação da Rússia e ainda a República da Belarus e a República do Uzbequistão. A entrada em vigor, em 2010, de acordo de isenção de vistos de curta duração com a Rússia reduziu a demanda por vistos. Tem-se observado, entretanto, aumento na demanda por serviços consulares, em razão do aumento da presença brasileira no país. Estima-se haver cerca de 1.100 brasileiros residentes na Rússia, sendo, em sua maioria, estudantes universitários, com idade entre 20 e 26 anos, ou nacionais brasileiros casados com nacionais russos. A comunidade brasileira concentra-se nas cidades de Moscou, São Petersburgo, Kursk e Belgorod.

44. De modo a melhor auxiliar os cidadãos brasileiros, a Embaixada tem mantido contatos frequentes e atuado em conjunto com as autoridades russas. Tem-se logrado aumento no número de brasileiros com matrícula consular, o que facilita o contato com o cidadão e eventual atuação da Embaixada em caso de necessidade. Ademais, seguindo política de maior integração com brasileiros expatriados, o setor consular ampliou a comunicação com brasileiros, em especial com o uso de mídias sociais.

#### Administração

45. Deu-se início às obras de reforma dos edifícios da Embaixada em Moscou. Segue em curso a primeira etapa – obras emergenciais na cozinha e no subsolo do Bloco 1 (Residência) e reforma geral dos Blocos 2 e 3 (Chancelaria). Em vista do estágio atual da reforma, parte da Chancelaria passou a operar no terceiro andar da Residência, a fim de serem economizados recursos com aluguel de outro prédio.

46. Até a presente data, todas as contas da Embaixada do Brasil em Moscou foram aprovadas pelo Escritório Financeiro. Os Inventários da Chancelaria e da Residência encontra-se em ordem e todos os itens foram periodicamente conferidos. A fim de serem economizados recursos determinei fosse extinta a prática de pagamento de horas-extras a motoristas."

ANTONIO GUERREIRO, Embaixador





**SENADO FEDERAL**  
**MENSAGEM Nº 46, de 2016**  
(Nº 174/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Os méritos do Senhor Antonio Luis Espinola Salgado que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de abril de 2016.

**DILMA ROUSSEFF**

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00108/2016 MRE

Brasília, 20 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, **ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO** poderá ser nomeado também para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República do Usbequistão, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

3. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira*

## I N F O R M A Ç Ã O

### CURRICULUM VITAE

#### **MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO**

CPF.: 667.174.697-49

ID.: 8000 MRE

1951 Filho de Antonio de Vicente da Silva Salgado e Gilda Espinola Salgado, nasce em 11 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ

#### **Dados Acadêmicos:**

1974 Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica/RJ  
 1980 CPCD - IRBr  
 1990 CAD-IRBr  
 2003 CAE - IRBr, Direitos Humanos, Reconciliação Nacional e Consolidação Democrática: a Experiência Chilena

#### **Cargos:**

1981 Terceiro-Secretário  
 1986 Segundo-Secretário  
 1992 Primeiro-Secretário, por merecimento  
 1999 Conselheiro, por merecimento  
 2006 Ministro de Segunda Classe, por merecimento  
 2010 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

#### **Funções:**

1981-84 Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, assistente  
 1983 Embaixada em Lagos, Terceiro-Secretário em missão transitória  
 1984 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente  
 1984-88 Embaixada em Bonn, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário  
 1988-93 Embaixada em Argel, Segundo-Secretário  
 1991-94 Divisão das Nações Unidas, assessor  
 1994-97 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário  
 1997-2000 Divisão de Direitos Humanos, Chefe  
 2000-03 Embaixada em Santiago, Conselheiro  
 2003-05 Embaixada em Berna, Conselheiro  
 2005-08 Subsecretaria-Geral Política I, Chefe de Gabinete  
 2006-07 Embaixada no Panamá, Encarregado de Negócios em missão transitória  
 2008-13 Embaixada em Teerã, Embaixador  
 2013- Embaixada em Ancara, Embaixador

#### **Condecorações:**

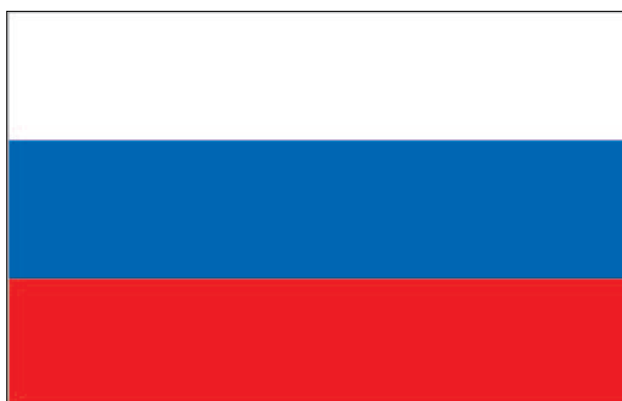
2010 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

**PAULA ALVES DE SOUZA**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

Departamento da Europa  
Divisão da Europa II

**FEDERAÇÃO DA RÚSSIA**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Federação da Rússia



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Fevereiro de 2016**

<b>CAPITAL</b>	Moscou
<b>ÁREA</b>	17.098.242 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO</b>	143,1 milhões de habitantes
<b>IDIOMA OFICIAL</b>	Russo
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Cristãos ortodoxos (63%); ateus (16%); cristãos não praticantes (12%); muçulmanos (6%); outros (1%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	República Federativa semi-presidencialista
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	Bicameral; Duma de Estado (450 membros) e Conselho da Federação (166 membros)
<b>CHEFE DE ESTADO</b>	Presidente Vladimir Vladimirovich Putin (desde 2012)
<b>CHEFE DE GOVERNO</b>	Primeiro Ministro Dmitri Anatolyevich Medvedev (desde 2012)
<b>CHANCELER</b>	Embaixador Sergey Lavrov (desde 2004)
<b>PIB NOMINAL (2015 est.)</b>	US\$ 1,24 trilhão
<b>PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP – 2015 est.)</b>	US\$ 3,47 trilhões
<b>PIB PER CAPITA (2015 est.)</b>	US\$ 12.717,68
<b>PIB PPP PER CAPITA(2015 est.)</b>	US\$ 23.744,22
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	-3,8% (2015 est.), 0,6% (2014), 1,3% (2013), 3,4% (2012), 4,3% (2011)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH 2015)</b>	0,798 - 50.º lugar (PNUD)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2015)</b>	70,1 anos (PNUD)
<b>ALFABETIZAÇÃO (2015)</b>	99,7% (UNESCO)
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015 est.)</b>	5,9%
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Rublo
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA</b>	Serguey Akopov
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA</b>	800

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-RÚSSIA (US\$ bilhões, fonte: MDIC)</b>									
<b>BRASIL → RÚSSIA</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Intercâmbio	5,4	7,9	4,2	6,0	7,1	5,9	5,5	6,8	4,6
Exportações	3,7	4,6	2,8	4,1	4,2	3,1	2,9	3,8	2,4
Importações	1,7	3,3	1,4	1,9	2,9	2,7	2,6	2,9	2,2
Saldo	2,0	1,3	1,4	2,2	1,3	0,4	0,3	0,9	0,2

Informação elaborada em 24 de fevereiro de 2016, por Igor Abdalla Medina de Souza. Revisada por Maurício da Costa Carvalho Bernardes.

## **PERFIS BIOGRÁFICOS**

**VLADIMIR PUTIN**  
Presidente



NASCEU EM 7/10/1952, EM LENINGRADO (HOJE SÃO PETERSBURGO). GRADUOU-SE EM DIREITO, PELA UNIVERSIDADE ESTATAL DE LENINGRADO, EM 1975.

No mesmo ano, ingressou na KGB (Comitê para a Segurança do Estado), órgão ao qual serviu, entre 1985 e 1990, em Dresden, na República Democrática Alemã - RDA. Após o colapso da RDA, retornou a Leningrado, onde trabalhou na Universidade Estatal. Em junho de 1991, o Prefeito de São Petersburgo, Anatoly Sobchak, nomeou-o para a chefia da Comissão de Relações Exteriores da prefeitura.

Em 1996, após a derrota eleitoral de Sobchak, Putin transferiu-se para Moscou, onde passou a trabalhar como Vice-Diretor do Departamento de Administração das Propriedades da Presidência e, em seguida, como Vice-Chefe de Gabinete da Presidência. Em julho de 1998, o Presidente Yeltsin tornou-o Diretor do Serviço Federal de Segurança (FSB) e, em agosto de 1999, nomeou-o Primeiro-Ministro. Com a renúncia de Yeltsin em 31/12/1999, tornou-se Presidente em exercício e, em março de 2000, venceu as eleições presidenciais, com 53% dos votos.

Em 2004, Putin foi reeleito com o apoio de 71% do eleitorado. Seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pela reestruturação e recuperação econômica do país e pelo fortalecimento do poder central. Impedido constitucionalmente de disputar um terceiro mandato em 2008, Putin lançou a candidatura de Dmitri Medvedev, que venceu com 71% dos votos. Durante o mandato de Medvedev, Putin voltou a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro. Apesar do surgimento de grandes manifestações populares de oposição, Putin voltou a eleger-se Presidente em março de 2012, com 63% dos votos.

**DMITRI MEDVEDEV**  
**Primeiro-Ministro**



Nasceu em 14/12/1965, em São Petersburgo, e graduou-se em Direito pela Universidade de Leningrado, em 1987. Iniciou sua atividade política na primeira metade dos anos 90 como assessor do Prefeito de São Petersburgo, Anatoly Sobchak. Nesse contexto, conheceu Vladimir Putin, de quem se tornou assessor direto na Comissão de Relações Exteriores da prefeitura de São Petersburgo.

Em 1999, após a renúncia de Boris Yeltsin e a assunção de Putin como Presidente provisório, Medvedev foi alçado ao Gabinete presidencial. Em 2000, foi diretor da primeira campanha presidencial de Putin e tornou-se membro do Conselho Executivo da Gazprom (em 2002, assumiria a Direção-Geral da companhia). Em 2005, foi designado Vice-Primeiro Ministro. Em 2008, com o apoio de Putin (impedido de candidatar-se a uma segunda reeleição consecutiva), elegeu-se Presidente pelo partido governista, com 71% dos votos. Conduziu a Rússia à vitória no breve conflito com a Geórgia, no mesmo ano, e levou o país à recuperação econômica após a crise financeira de 2008-2009. Foi com o Brasil um dos protagonistas na criação e consolidação dos BRICS e logrou concluir o processo de acessão da Rússia à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2011.

Com a eleição de Vladimir Putin à Presidência, foi nomeado, no dia 8 de maio de 2012, Primeiro-Ministro. É o principal articulador das tratativas com o Parlamento sobre reformas de modernização da economia e do aparato estatal.



## RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Rússia estabeleceram relações diplomáticas em 3 de outubro de 1828. Entre 1828 e 1917, foram mantidos laços formais, mas a distância geográfica, as dificuldades de comunicação e as próprias conjunturas históricas dos dois países não favoreceram uma maior aproximação. Após 1917, ano da Revolução Russa, as divergências ideológicas paralisaram as relações, que se viram interrompidas em duas ocasiões (1918-1945 e 1947-1961).

Em 1961, no Governo parlamentarista de Hermes Lima, e nos anos seguintes, na persistência da Guerra Fria, as relações vão desenvolver-se, sobretudo, no campo comercial, com base em mecanismos de comércio compensado.

O escopo do relacionamento começa a ampliar-se no contexto dos processos paralelos de redemocratização do Brasil e da abertura política da URSS, com a *perestroika* de Mikhail Gorbachev. O principal marco político desse processo foi a visita do então Presidente José Sarney à URSS – a primeira de um Chefe de Estado brasileiro –, em outubro de 1988. Com a derrocada do comunismo e o fim da URSS, o relacionamento bilateral intensificou-se e tornou-se mais próximo.

Em janeiro de 2002, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou a segunda visita de um Presidente brasileiro à Rússia, ocasião em que se instaurou a parceria estratégica entre os dois países. Em novembro de 2004, o Presidente Putin realizou a primeira visita de um Chefe de Estado russo ao Brasil. Durante essa visita, criou-se a Aliança Tecnológica Brasil-Rússia e estabeleceu-se a meta de elevar o comércio bilateral ao patamar de 10 bilhões de dólares. Dmitry Medvedev esteve no Brasil, como Presidente, em dezembro de 2008. O ex-Presidente Lula, por sua vez, visitou a Rússia em outubro de 2005 e em maio de 2010.

Nos últimos anos, a tentativa de redefinir a identidade da Rússia como “potência emergente” tem intensificado sua aproximação com países como o Brasil, junto ao qual a Rússia desempenhou papel protagônico na criação do agrupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). A Rússia também tem defendido maior protagonismo dos BRICS, o que aumenta as perspectivas de cooperação com o Brasil.

A Senhora Presidenta da República realizou visita de Estado a Moscou nos dias 13-14 de dezembro de 2011, ocasião em que manteve reuniões com o Presidente do Governo Dmitri Medvedev em 13/12 e com o Presidente da Federação da Rússia Vladimir Putin em 14/12, data em que teve lugar, ainda, o II Fórum Empresarial Brasil-Rússia. O Presidente Vladimir Putin e a Senhora Presidenta da República realizaram visitas recíprocas, em 2014 e 2015, por conta das Cúpulas do BRICS em 2014 (Fortaleza) e 2015 (Ufá).

A coordenação política do relacionamento bilateral dá-se, sobretudo, por meio da Comissão de Alto Nível de Cooperação (co-presidida pelo Vice-Presidente da República brasileiro e pelo Primeiro-Ministro russo). Realizou-se, em Moscou, em setembro de 2015, a Sétima Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto

Nível de Cooperação (CAN). A reunião da CAN foi precedida da nona Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC) Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica Brasil-Rússia.

O desenvolvimento da dimensão parlamentar do relacionamento bilateral atesta a maturidade da parceria estratégica brasileiro-russa. Os presidentes do Senado, Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), participaram, no dia 8 de junho de 2015, do 1º Fórum Parlamentar do BRICS. Cabe registrar que, com vistas ao fortalecimento da cooperação parlamentar entre o Brasil e a Rússia, o então presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Alves, realizou visita a Moscou e São Petersburgo em 2013.

O Brasil manteve postura positiva nas negociações para o acesso à OMC da Rússia, que apoiou a candidatura vitoriosa do Embaixador Roberto Azevêdo a Diretor-Geral da organização. As duas partes têm reiterado o objetivo, anunciado originalmente por ocasião da visita do Presidente Putin ao Brasil, em 2004, de elevar o comércio bilateral a US\$ 10 bilhões (o máximo a que se chegou foram US\$ 7,9 bilhões em 2008).

#### *Assuntos consulares*

O setor consular da Embaixada do Brasil em Moscou presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país, juntamente com um Consulado Honorário, sediado em São Petersburgo.

Estima-se haver cerca de 800 brasileiros estabelecidos na jurisdição da Embaixada. Não há, no momento, detentos brasileiros na Rússia.

O número de brasileiros residentes na Rússia tem crescido nos últimos quatro anos, devido à maior presença de estudantes brasileiros em universidades russas, especialmente nas cidades de Kursk e de Belgorod, próximas à fronteira com a Ucrânia.

#### *Empréstimos e créditos oficiais*

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano da Federação da Rússia.

## **POLÍTICA INTERNA**

No plano da política interna, o fim da URSS deu lugar a grandes distúrbios durante a década de 1990. Os principais marcos desse período foram a tentativa de golpe de Estado em 1993, a guerra civil na Chechênia e a grave crise econômica de 1998. Em resposta à tentativa de golpe, o então Presidente Yeltsin fez aprovar, ainda em 1993, nova Constituição que fortaleceu consideravelmente os poderes da Presidência (incluindo a prerrogativa de dissolver a Câmara Baixa do Parlamento).

De acordo com a Constituição de 1993, a Federação da Rússia é um Estado federal democrático com forma de governo republicana, em que vigora o princípio da separação de poderes. A Federação russa é composta de Repúblicas, territórios, regiões, cidades com status de Unidade da Federação (Moscou e São Petersburgo), regiões autônomas e áreas autônomas. Atualmente, a Federação da Rússia compõe-se de oitenta e três unidades. São titulares do Poder Público o Presidente, a Assembleia Federal (Conselho da Federação e Duma de Estado), o Governo e os tribunais da Federação da Rússia. O titular da soberania e única fonte de poder na Rússia, na expressão consagrada na Constituição Federal, é seu “povo multinacional”. O russo é a língua oficial em todo o território da Federação Russa, e às Repúblicas constituintes é reconhecido o direito de estabelecer suas línguas oficiais, sem prejuízo da língua russa.

A Carta Magna de 1993 estruturou o Poder Legislativo em formato bicameral. A Câmara Alta do Parlamento é o Conselho da Federação, que se compõe de dois representantes de cada unidade federativa, perfazendo, atualmente, o total de 166 membros. São eleitos de forma indireta (um pelo Poder Legislativo da respectiva unidade, outro nomeado pelo Poder Executivo central, a referendo do Legislativo local) para mandatos cuja extensão varia segundo as legislações de cada unidade federativa. A Câmara Baixa do Parlamento é a Duma de Estado, que dispõe de 450 representantes eleitos diretamente para mandatos de cinco anos.

Com a renúncia de Yeltsin, em 31 de dezembro de 1999, Vladimir Putin tornou-se Presidente em exercício, vencendo as eleições presidenciais de março de 2000, com 53% dos votos. Em 2004, Putin foi reeleito com o apoio de 71% do eleitorado. Em contraposição à instabilidade política e socioeconômica dos anos 1990, seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pela reestruturação e recuperação econômica do país (com fortalecimento do setor estatal e ênfase na exportação de recursos energéticos) e pelo fortalecimento do poder central.

Diante da proibição constitucional a sua candidatura a um terceiro mandato consecutivo, Putin favoreceu a escolha de Dmitri Medvedev como candidato presidencial do partido governante, o Rússia Unida, em 2008. Medvedev elegeu-se com 71% dos votos. Em sua gestão, buscou desenvolver projetos de cunho mais liberal, dando prioridade a programa de modernização da economia russa, de modo a reduzir sua dependência das exportações de petróleo e gás. Medvedev conduziu a Rússia à vitória no breve conflito com a Geórgia, em 2008, e levou o país à recuperação econômica após a eclosão da crise financeira internacional.

Em 7 de maio de 2012, Vladimir Putin assumiu a Presidência pela terceira vez, com 63,6% dos votos. A eleição deu-se em meio a protestos expressivos contra o sistema político vigente. Liderança incontestável na Rússia, Putin goza de popularidade, sobretudo, entre os eleitores mais pobres, os habitantes das regiões industriais e produtoras de recursos minerais, e as populações muçulmanas e do extremo oriente. Em todos esses setores persiste o apelo de sua plataforma

nacionalista, que, apesar das críticas de setores mais liberais, logrou estancar a instabilidade dos anos 1990.

O ex-Presidente Dmitri Medvedev foi nomeado Primeiro-Ministro, em 8 de maio de 2012. Desde então, arrefeceram os grandes protestos do inverno setentrional. Paralelamente, o Governo fez aprovar leis que impõem maiores restrições à realização de grandes atos públicos e aumentam o controle sobre ONGs que recebem recursos do exterior.

Apesar da crise econômica derivada da queda dos preços do petróleo e das sanções econômicas, as ações da Rússia na Ucrânia e na Síria elevaram a popularidade do Presidente Putin a níveis históricos.

## **POLÍTICA EXTERNA**

Desde a posse de Vladimir Putin, em 2000, a política externa russa tem sido marcada pelo esforço de restabelecer o prestígio internacional do país e confirmar seu status de grande potência. A política externa russa caracteriza-se (1) pela busca da preservação da influência de Moscou no espaço pós-soviético e regional; (2) pela retomada de relacionamento mais harmônico com a Europa Ocidental; (3) pelo equacionamento das diferenças que persistem com os EUA; (4) pela aproximação da Ásia como alternativa ao espaço europeu; (5) pela defesa do papel central do Conselho de Segurança das Nações Unidas em temas de paz e segurança internacionais, onde mantém estreita coordenação com a China; e (6) pela promoção de mecanismos que fortaleçam a voz das grandes potências emergentes, como o BRICS e o G-20.

Inicialmente, o país buscou preservar a percepção, abalada após o fim da URSS, de que a Rússia e os EUA permaneceriam as duas únicas superpotências globais, cooperando num diálogo inter pares. Essa orientação fortaleceu-se consideravelmente após o 11 de setembro de 2001. Putin foi o primeiro governante estrangeiro a conversar com George W. Bush após os ataques terroristas de 2001 e prontamente estabeleceu com ele ampla cooperação com vistas a derrocar o regime dos Talibãs, no Afeganistão (cooperação concretizada na influência exercida sobre os países pós-soviéticos da Ásia Central para que permitissem a instalação de bases e soldados norte-americanos; na aproximação da Aliança do Norte afegã aos norte-americanos, com o objetivo comum de derrocar os Talibãs; e na permissão de trânsito de suprimentos militares por espaço aéreo russo).

As ações de Washington foram gradualmente esfriando o diálogo com Moscou. Os marcos nesse processo foram a invasão do Iraque, os planos do Governo Bush de instalar escudo antimísseis na Europa Central, a persistente presença norte-americana na Ásia Central, as revoluções coloridas que derrubaram regimes afins a Moscou e a incorporação à OTAN dos três países bálticos. Tomada por sensação de estar crescentemente sitiada pelo Ocidente, a Rússia passou a assumir postura mais assertiva de denúncia do unilateralismo e de sua posição especial no seu exterior próximo. Antes da crise ucraniana que eclodiu em

novembro de 2013, o relacionamento com o ocidente passou por momentos de tensão durante a guerra da Geórgia (2008). EUA e Rússia vêm realizando esforço de equacionar suas diferenças desde o início do Governo Obama. Muito embora tenha havido êxitos nesse âmbito (assinatura de novo acordo bilateral de desarmamento e controle nuclear, o START-III), ainda persistem muitas diferenças, agravadas com os conflitos na Síria e na Ucrânia.

Na esteira do conflito ucraniano, consolidou-se na Rússia a noção de que chegou ao fim a era pós-Guerra Fria. A política externa russa depara-se com enormes desafios: (i) evitar o isolamento internacional; (ii) abrir ao país novos mercados exportadores; e (iii) garantir o influxo de capitais e tecnologias. A liderança russa confere especial valor à aproximação com a Ásia, especialmente com a China, para evitar o isolamento proposto pelos Estados Unidos e seus aliados.

Em vigor desde 1º de janeiro de 2015, a União Econômica Eurasiática (Rússia, Cazaquistão e Belarus, com perspectiva de entrada da Armênia e do Quirguistão) é encarada como prioridade. A liderança russa encara seu projeto de integração como parte de um movimento mais amplo de reorientação do desenvolvimento do país em direção à Ásia, também chamado "pivot para o leste". O país também aposta na Organização de Cooperação de Xangai, que incorporará neste ano a Índia e o Paquistão, abrindo o caminho para se tornar o principal foro de desenvolvimento e segurança para a Ásia continental.

No contexto da crise com o Ocidente e das dificuldades econômicas que enfrenta o país, a associação como os parceiros do BRICS tem sido crescentemente valorizada pelo lado russo. A Rússia classifica o BRICS não apenas como um símbolo da tendência global rumo à multipolaridade, mas também como "o principal vetor" dessa tendência. A Rússia deseja transformar o BRICS em mecanismo mais robusto para tratar da agenda política e econômica mundial.

A Rússia enxerga a América Latina como um dos polos emergentes em uma ordem global policêntrica. A Rússia demonstra especial interesse no campo da cooperação militar e venda de material de defesa (Venezuela) e dos investimentos em produção de energia (Argentina), bem como infraestrutura (Nicarágua). No contexto das sanções sofridas e impostas pela Rússia, países como o Brasil e a Argentina ainda se mostram como opções para o fornecimento de commodities ao mercado russo. No campo político, tem-se reforçado as tradicionais relações com Cuba, Venezuela e Nicarágua.

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

### **I – Panorama econômico**

Após registrar significativo crescimento econômico ao longo de dez anos consecutivos (1999 a 2008), a economia russa sofreu forte retração em 2009, em função, sobretudo, dos efeitos recessivos da crise financeira mundial. No biênio

2010-2011, a economia do país voltou a crescer a uma média em torno de 4,4% a.a., tendo fechado 2012 com expansão do PIB de 3,4%. Em 2013, todavia, a economia da Rússia voltou a perder dinamismo, crescendo apenas 1,3% em razão, particularmente, do fraco desempenho da demanda agregada. No que tange a 2014, a economia russa continuou perdendo dinamismo, uma vez que o crescimento de seu PIB ficou limitado a apenas 0,6%. O ano de 2015 foi caracterizado por forte decréscimo no nível de atividades, o que ficou evidenciado pelo comportamento do PIB russo, que sofreu retração de 3,8% no ano em questão. Nessas condições, o PIB nominal da Rússia limitou-se a US\$ 1,24 trilhão. Mesmo assim, com essa cifra, a Rússia ocupou a 13ª posição entre as grandes economias mundiais, ao se ter a magnitude com PIB como elemento de mensuração. O PIB per capita, por sua vez, acompanhou o desempenho geral da economia russa limitando-se a US\$ 8.4 mil em 2015. Como resultado, observou-se queda nos salários reais, que pressionou a demanda agregada por bens e serviços, o principal motor da economia russa nos últimos anos. A mais recente estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) sugere que o país continuará em marcha recessiva em 2016, quando deverá sofrer decréscimo de 0,6% em seu PIB. Para 2017, o país poderá alcançar expansão em torno de 1,0%.

Na visão de alguns analistas, as atuais dificuldades econômicas da Rússia não advêm de mera readequação da economia a preços mais baixos do petróleo. A este respeito, apontam para as deficiências de um modelo de crescimento baseado em atividades extrativistas que é, portanto, suscetível às variações do preço dos hidrocarbonetos e às turbulências da economia internacional, fato que pôde ser verificado na crise de 2009. Nessa linha, apontam para a conveniência de implantação de reformas profundas, que alarguem e diversifiquem a base da economia; criem segurança jurídica à inclusão de novos pequenos e médios empresários; elevem o volume total de investimentos e permitam o surgimento de inovações tecnológicas que gerem empregos de maior renda. De todo modo, é senso comum entre analistas a percepção de que, em médio prazo, a recuperação do preço do petróleo constitui fator fundamental para melhor equacionamento da economia russa.

Rússia - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)							
Discriminação	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 4	2 0 1 5	2 0 1 6	2 0 1 7
Variação real	4,30%	3,40%	1,30%	0,60%	-3,83%	-0,63%	1,00%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base em dados do FMI, World Economic Outlook Database, outubro de 2015.

## II – Comércio exterior total

As exportações russas de bens cresceram 10,6% nos últimos dez anos. Nessas condições, as vendas externas evoluíram de US\$ 302 bilhões, em 2006, para o valor de US\$ 334 bilhões, em 2015. Vale notar que, após atingir o patamar de US\$ 527 bilhões em 2013, as vendas externas mostraram acentuada retração, em

sintonia com o gradativo desaquecimento nas cotações internacionais de petróleo e gás. Nessas condições, sobre a cifra de 2014, as exportações sofreram forte decréscimo de 33,0% em 2015. Em termos geográficos, foram os seguintes os principais mercados de destino para as vendas externas globais da Rússia, no que tange aos resultados de 2015: Países Baixos (11,6% de participação); China (8,2%); Alemanha (7,4%); Itália (6,6%); Turquia (5,7%); Belarus (4,5%); Japão (4,3%). Salienta-se o elevado grau de complementaridade entre a oferta exportável russa e a demanda importadora da União Europeia, que absorveu 48% do total das vendas externas russas em 2015. O Brasil, por seu turno, foi o 34º país de destino para a oferta russa, com participação de 0,6% sobre o total de 2015. Com referência à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais grupos de produtos da exportação global da Rússia, em 2015: combustíveis, gás e lubrificantes (50,6% do total geral); ferro fundido ferro ou aço (4,5%); adubos ou fertilizantes (2,6%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (2,4%); ouro e pedras preciosas (2,2%); alumínio (2,1%); madeira e carvão vegetal (1,9%); cereais (1,6%); cobre (1,3%); produtos químicos inorgânicos (1,1%). Conforme salientado, a forte predominância dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) nas vendas externas do país torna a economia vulnerável às oscilações dos preços internacionais das "commodities" energéticas.

Rússia - evolução do comércio exterior total - valores em US\$ bilhões				
Discriminação	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2 0 0 6	301,6	137,8	439,4	163,7
2 0 0 7	352,3	199,7	552,0	152,5
2 0 0 8	468,0	267,1	735,0	200,9
2 0 0 9	301,8	170,8	472,6	131,0
2 0 1 0	397,1	228,9	626,0	168,2
2 0 1 1	517,0	306,1	823,1	210,9
2 0 1 2	524,8	316,2	841,0	208,6
2 0 1 3	527,3	314,9	842,2	212,3
2 0 1 4	497,8	286,6	784,5	211,2
2 0 1 5	333,5	177,3	510,8	156,2
Elaborado pelo MRE / DPR / DIC, com base em dados da UNCTAD / ITC / COMTRADE / Trademap, fevereiro de 2016.				

Ao longo dos últimos dez anos, as importações russas de bens cresceram 28,6% uma vez que passaram de US\$ 138 bilhões em 2006, para o nível de US\$ 177 bilhões em 2015. Vale notar que, após atingir o pico de US\$ 316 bilhões em 2012, as aquisições russas perderam dinamismo gradativamente sendo que, em 2015, sofreram forte decréscimo de 38,1% sobre a cifra análoga de 2014. O comportamento recente das aquisições externas guarda estreita relação com o atual quadro de desaquecimento da economia. O exame da matriz comercial mostra, ainda, que foram os seguintes os sete principais países fornecedores da demanda externa russa em 2015: China (19,2% de participação no total); Alemanha (11,2%); Estados Unidos (6,1%); Belarus (4,7%); Itália (4,6%); Japão (3,8%); França (3,3%). A União Europeia supriu 39% do total das aquisições externas da Rússia. O Brasil, com 1,6% de participação, foi o 15º fornecedor de bens à Rússia. Em relação à estrutura da demanda, foram os seguintes os principais grupos de

produtos da importação global da Rússia, em 2015: máquinas e aparelhos mecânicos (18,8% do total); máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (11,6%); veículos e autopeças (7,3%); produtos farmacêuticos (4,7%); plásticos e manufaturas de plástico (4,2%); instrumentos médicos e de precisão (2,8%); obras de ferro ou aço (2,3%); frutas (2,1%). Na pauta importadora da Rússia predominam bens de maior intensidade tecnológica, a exemplo de instrumentos médicos e produtos farmacêuticos.

O resultado da balança comercial da Rússia é estruturalmente superavitário, em razão, sobretudo, das volumosas exportações de petróleo e gás natural. Em 2014, por exemplo, a Rússia manteve a terceira posição na listagem de países detentores de grandes superávits comerciais. No que diz respeito ao ano de 2015, o superávit russo em transações comerciais de bens limitou-se, porém, a US\$ 156 bilhões, com retração de 26% sobre cifra da mesma base temporal do ano anterior.

### **III – Comércio exterior bilateral**

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-Aliceweb, entre 2006 e 2015 o comércio bilateral entre o Brasil e a Rússia cresceu 6,8% passando de US\$ 4,386 bilhões para US\$ 4,685 bilhões. Vale notar que, em 2015, o intercâmbio registrou forte queda de 31,6% em comparação a 2014. O decréscimo do comércio bilateral em 2015 deu-se tanto por conta da diminuição das exportações brasileiras quanto das importações originárias da Rússia. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. Foram os seguintes os superávits brasileiros resultantes das trocas comerciais com a Rússia, no último triênio: US\$ 298,1 milhões (2013); US\$ 812,9 milhões (2014); US\$ 243,5 milhões (2015). Em 2015, o saldo comercial registrou retração de 70,0% em comparação a 2014. A Rússia perdeu uma posição em relação ao ano anterior e foi o 17º parceiro comercial do Brasil, em 2015.

Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras para o mercado russo mostraram pouco dinamismo e, portanto, decresceram 28,4%. Assim, em termos de valor, as exportações passaram de US\$ 3,443 bilhões em 2006, para US\$ 2,464 bilhões em 2015. As vendas, novamente diminuíram em 2015, com significativo decréscimo de 35,6% em relação a 2014. A retração das exportações para a Rússia no ano passado deu-se, basicamente, em razão da diminuição nos embarques brasileiros de carnes (-44,9%). Como resultado, a Rússia caiu do 12º lugar, em 2014, para a 20ª posição em 2015, como mercado de destino para as exportações totais brasileiras. Os cinco principais grupos de produtos brasileiros destinados ao mercado russo, em 2015, foram: i) carnes e miudezas comestíveis (US\$ 1,341 bilhão; equivalentes a 54,4% do total geral exportado); ii) açúcares (US\$ 343,6 milhões; 14,0%); iii) soja (US\$ 248,2 milhões; 10,1%); iv) tabaco e seus manufaturados (US\$ 135,1 milhões; 5,5%); e v) produtos químicos orgânicos (US\$ 91,7 milhões, equivalentes a 3,7% do total). Salienta-se que o Brasil foi o principal fornecedor de carnes ao mercado russo, detendo participação de 49%. Segundo o MDIC, os produtos básicos representaram 74% do total das exportações, seguidos



dos semimanufaturados, com 15%. Os produtos manufaturados tiveram sua participação limitada a 11%. Os dados do MDIC mostram, ainda, que 561 empresas brasileiras registraram exportações para o mercado russo, no que diz respeito aos registros de 2015.

Evolução do intercâmbio comercial com a Rússia - US\$ milhões, fob										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	3.443	18,0%	2,50%	943	30,5%	1,03%	4.386	20,5%	1,91%	2.501
2007	3.741	8,7%	2,33%	1.710	81,4%	1,42%	5.451	24,3%	1,94%	2.031
2008	4.653	24,4%	2,35%	3.332	94,8%	1,93%	7.985	46,5%	2,39%	1.321
2009	2.869	-38,4%	1,87%	1.412	-57,6%	1,11%	4.281	-46,4%	1,52%	1.456
2010	4.152	44,7%	2,06%	1.910	35,3%	1,05%	6.062	41,6%	1,58%	2.242
2011	4.216	1,5%	1,65%	2.944	54,1%	1,30%	7.161	18,1%	1,48%	1.272
2012	3.141	-25,5%	1,29%	2.791	-5,2%	1,25%	5.932	-17,2%	1,27%	350,1
2013	2.974	-5,3%	1,23%	2.676	-4,1%	1,12%	5.650	-4,7%	1,17%	298,1
2014	3.829	28,7%	1,70%	3.016	12,7%	1,32%	6.846	21,2%	1,51%	812,7
2015	2.464	-35,6%	1,29%	2.221	-26,4%	1,30%	4.685	-31,6%	1,29%	243,5
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>-28,4%</b>		<b>--</b>	<b>135,6%</b>		<b>--</b>	<b>6,8%</b>		<b>--</b>	<b>n.c.</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

Ainda segundo os dados do Aliceweb, nos últimos dez anos as importações brasileiras originárias da Rússia aumentaram 135,6% passando de US\$ 943,0 milhões em 2006, para alcançar US\$ 2,221 bilhões em 2015. De 2014 para 2015 as compras, contudo, sofreram queda de 26,4% em função, particularmente, da retração nas importações de adubos e fertilizantes (-29,0%). A Rússia perdeu uma posição em relação ao ano de 2014 e foi o 19º fornecedor de mercadorias ao Brasil, em 2015. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil da Rússia, em 2015, foram: i) adubos (US\$ 1,227 bilhão; equivalentes a uma participação de 55,2% do total); ii) alumínio e suas obras (US\$ 359,6 milhões; 16,2%); iii) combustíveis minerais (US\$ 223,4 milhões; 10,0%); iv) ferro fundido, ferro e aço (US\$ 91,8 milhões; 4,1%), e v) borracha e suas obras (US\$ 76,6 milhões; equivalentes a 3,5% do montante total). A pauta apresentou a seguinte estrutura, quanto ao fator agregado das mercadorias: produtos manufaturados (46% do total); semimanufaturados (44%); básicos (10%). A base importadora compreendeu 533 empresas brasileiras que efetivaram compras do mercado russo em 2015, segundo o MDIC.

#### IV – Cruzamento estatístico entre as pautas de exportação e importação

No campo da identificação de prováveis nichos de mercado, o cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Rússia em 2015 mapeou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Por conseguinte, com base na nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH-6), os produtos brasileiros com maior potencial de inserção no

mercado local, em princípio, foram os seguintes: i) automóveis e autopeças; ii) óxidos de alumínio; iii) pneus; iv) soja em grãos; v) fumo não manufaturado; vi) torneiras, para canalizações; vii) medicamentos; viii) carnes de bovino; ix) preparações alimentícias diversas; x) minérios de ferro.

Cruzamento entre a oferta exportadora do Brasil e a de manda importadora da Rússia - 2015 - US\$ mil, fob							
Ranking	SH	Descrição dos produtos(*)	Exportações brasileiras para a Rússia	Importações totais da Rússia	Exportações totais do Brasil	Potencial indicativo de comércio	Part.% do Brasil
<b>Total geral</b>			<b>2.464.430</b>	<b>177.292.663</b>	<b>191.134.325</b>	<b>174.828.233</b>	<b>1,4%</b>
1º	870323	Automóveis e autopeças	509	5.403.484	3.381.306	3.380.797	0,0%
2º	281820	Óxidos de alumínio	91.620	1.394.243	2.505.473	1.302.623	6,6%
3º	401110	Pneus para automóveis ônibus ou caminhões	662	835.993	738.726	726.196	0,1%
4º	120190	Soja em grãos	231.535	939.450	20.981.829	707.915	24,6%
5º	240120	Fumo não manufaturado	125.218	768.832	2.016.147	643.614	16,3%
6º	848180	Torneiras para canalizações	95	1.102.214	627.492	627.397	0,0%
7º	300490	Medicamentos	387	4.722.999	538.529	538.142	0,0%
8º	20230	Carnes de bovino	546.681	1.040.326	3.953.397	493.645	52,5%
9º	210690	Preparações alimentícias diversas	5.536	422.711	404.656	399.120	1,3%
10º	260111	Minérios de ferro	0	339.701	10.378.928	339.701	0,0%

Elaborado pelo MRE/DFR/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(\*) Excluído petróleo e derivados, por razões específicas.

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>1894</b>	Morte de Alexandre III. Ascensão ao trono de Nicolau II.
<b>1904</b>	Guerra russo-japonesa.
<b>1905</b>	Início da Revolução Russa
<b>1914</b>	Primeira Guerra Mundial. A Rússia combate ao lado da França e do Reino Unido em defesa de sua aliada Sérvia.
<b>1917</b>	Revolução de Outubro. Fim da monarquia e implantação do socialismo. Armistício com a Alemanha. Início da guerra civil entre o Exército Vermelho e as forças contrarrevolucionárias.
<b>1921</b>	Fim da Guerra Civil, com vitória do Exército Vermelho.
<b>1922</b>	Criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
<b>1923</b>	Adoção de nova Constituição.
<b>1924</b>	Morte de Lênin. Stálin vence disputa pelo poder contra Trótski.
<b>1929</b>	Stálin torna-se ditador absoluto.
<b>1936</b>	Nova constituição outorgada por Stálin.
<b>1937-1938</b>	Auge da repressão stalinista com os Grandes Expurgos.
<b>1939</b>	Assinatura do Pacto Ribbentrop-Molotov de não-agressão com a Alemanha. Início da Segunda Guerra Mundial.
<b>1939 – 1941</b>	Invasão da URSS pela Alemanha.
<b>1945</b>	Vitória na Segunda Guerra Mundial. Ocupação de Berlim e da Europa Oriental pelo Exército Vermelho. Stálin participa das conferências de Yalta e Potsdam, que dividem a Europa em zonas de influência ocidental e soviética.
<b>1949</b>	A União Soviética cria o COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua) juntamente com países de orientação socialista.
<b>1953</b>	Morte de Stálin e ascensão de Khrushchev.
<b>1955</b>	Assinatura do Pacto de Varsóvia, aliança militar que congregava a União Soviética, a Alemanha Oriental, a Bulgária, a Polônia, a Romênia, a Albânia e a Tchecoslováquia.
<b>1956</b>	20º Congresso do Partido Comunista da URSS. Discurso secreto de Khrushchev. Início da <i>coexistência pacífica</i> com o Ocidente.
<b>1957</b>	Lançamento do primeiro satélite artificial, o <i>Sputnik</i> .
<b>1962</b>	Crise dos mísseis de Cuba.
<b>1964</b>	Ascensão de Leonid Brezhnev.
<b>1979</b>	Invasão do Afeganistão pela URSS.
<b>1982</b>	Morte de Brezhnev.
<b>1985</b>	Assume Mikhail Gorbachev.
<b>1986</b>	Gorbachev lança a <i>glasnost</i> e a <i>perestroika</i> .
<b>1989</b>	Eleições livres para a escolha do Congresso dos Deputados do Povo.
<b>1991</b>	Golpe de Estado malogrado contra Gorbachev. Em 26 de dezembro,

	a URSS é dissolvida. A Rússia ressurgue como Estado independente.
<b>1994</b>	Primeira Guerra da Chechênia
<b>1999</b>	Vladimir Putin assume o cargo de Primeiro-Ministro. Segunda Guerra da Chechênia.
<b>2000</b>	Putin assume a presidência da Federação da Rússia.
<b>2004</b>	Putin é reeleito a Presidente da Federação da Rússia.
<b>2008</b>	Eleição à presidência de Dmitri Medvedev. Conflito com a Geórgia. Reconhecimento, pela Rússia, da independência das regiões georgianas separatistas da Ossétia do Sul e Abcázia.
<b>2012</b>	Putin é eleito, pela terceira vez, Presidente da Federação da Rússia.

### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

<b>1828</b>	Estabelecimento de relações diplomáticas.
<b>1917</b>	Rompimento de relações diplomáticas, em decorrência do não reconhecimento do governo de Vladimir Lênin.
<b>1945</b>	Restabelecimento de relações diplomáticas.
<b>1947</b>	Novo rompimento de relações diplomáticas.
<b>1961</b>	Restabelecimento de relações diplomáticas.
<b>1985</b>	Visita do Presidente José Sarney à URSS, a primeira visita oficial de Chefe de Estado brasileiro à Rússia.
<b>1997</b>	Constituição da Comissão Mista Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação.
<b>2002</b>	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Rússia. Criação da Parceira Estratégica.
<b>2004</b>	Visita do Vice-Presidente da República José Alencar Gomes da Silva à Rússia.
<b>2004</b>	Visita do Presidente Vladimir Putin ao Brasil. Primeira visita de um Chefe de Estado da Federação da Rússia ao País.
<b>2005</b>	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia.
<b>2006</b>	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergey Lavrov
<b>2008</b>	Visita do Presidente Dmitri Medvedev ao Brasil
<b>2010</b>	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Rússia
<b>2010</b>	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia
<b>2011</b>	Visita do Vice-Presidente da República Michel Temer à Rússia
<b>2011</b>	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, à Rússia
<b>2012</b>	Visita da Presidenta da República Dilma Rousseff à Rússia.

---

<b>2013</b>	Visita do Primeiro Ministro da Rússia Dmitri Medvedev ao Brasil.
<b>2013</b>	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergey Lavrov, ao Brasil
<b>2013</b>	Visita do Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à Rússia.
<b>2013</b>	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, à Rússia.
<b>2014</b>	Visita do Presidente Vladimir Putin ao Brasil.
<b>2015</b>	Visita do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, e do Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, à Rússia.
<b>2015</b>	Visita do Vice-Presidente da República Michel Temer à Rússia.
<b>2015</b>	Visita da Presidente Dilma Rousseff à Rússia, Ufá.

### ATOS BILATERAIS

<b>Título</b>	<b>Data de Celebração</b>	<b>Vigência</b>	<b>Publicação no DOU</b>
<b>Acordo, por troca de Notas, para a Criação de Consulados-Gerais</b>	20/11/1992	20/11/1992	27/11/1992
<b>Acordo sobre Serviços Aéreos</b>	22/01/1993	07/09/1995	08/11/1995
<b>Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Criação de Adidâncias Militares</b>	06/06/1994	06/06/1994	22/06/1994
<b>Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Lotação de Pessoal das Respectivas Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações Comerciais</b>	27/07/1994	27/07/1994	-
<b>Acordo de Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear</b>	15/09/1994	27/03/1996	27/08/1998
<b>Acordo, por Troca de Notas, sobre a Instalação de Consulado-Geral na Cidade de São Paulo</b>	14/07/1995	14/07/1995	02/08/1995
<b>Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica</b>	21/11/1997	30/09/1999	19/01/2000
<b>Acordo de Cooperação Cultural e Educacional</b>	21/11/1997	25/07/1999	03/09/1999
<b>Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos</b>	21/11/1997	13/08/2002	15/10/2002
<b>Acordo sobre Cooperação na Área da Proteção da Saúde</b>	23/04/1999	19/10/2000	21/11/2000

<b>Animal</b>			
<b>Tratado sobre Relações de Parceria</b>	22/06/2000		18/09/2002
<b>Acordo sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal</b>	22/06/2000		26/06/2002
<b>Acordo sobre Cooperação na Área de Turismo</b>	12/12/2001	12/12/2007	20/03/2008
<b>Tratado de Extradicação</b>	14/01/2002	01/01/2007	03/07/2007
<b>Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda</b>	22/11/2004	Tramitação CC	
<b>Acordo de Cooperação na Área da Cultura Física e Esporte</b>	22/11/2004	22/11/2004	27/04/2005
<b>Acordo sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos</b>	14/12/2006	Em promulgação	-
<b>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas.</b>	13/08/2008	Em promulgação	
<b>Acordo entre o Brasil e a Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia</b>	26/11/2008	07/06/2010	26/08/2010
<b>Acordo entre o Brasil e a Rússia sobre</b>	26/11/2008	Em promulgação	-

<b>Cooperação Técnico-Militar</b>			
<b>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua da Propriedade Intelectual e Outros Resultados da Atividade Intelectual Utilizados e Obtidos no Curso da Cooperação Técnico-Militar Bilateral</b>	14/05/2010	Em Tramitação no Executivo	
<b>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Cooperação no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação</b>	14/05/2010	Tramitação CC	
<b>Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia</b>	14/05/2010	Em vigor	-
<b>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação em Defesa</b>	14/12/2012	Tramitação MRE	-



## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

### Principais Indicadores Socioeconômicos da Rússia

Indicador	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>	2016 <sup>(1)</sup>	2017 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	1,30%	0,60%	-3,83%	-0,63%	1,00%
PIB nominal (US\$ trilhões)	2,08	1,86	1,24	1,18	1,31
PIB nominal "per capita" (US\$)	14.468	12.718	8.447	8.058	8.949
PIB PPP (US\$ trilhões)	3,50	3,58	3,47	3,49	3,59
PIB PPP "per capita" (US\$)	24.343	24.449	23.744	23.876	24.535
População (milhões de habitantes)	143,70	146,30	146,30	146,30	146,30
Desemprego (%)	5,50%	5,20%	5,96%	6,50%	6,00%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	6,47%	11,35%	13,50%	8,50%	6,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,64%	3,20%	5,01%	5,42%	5,73%
Dívida externa (US\$ bilhões)	726,58	599,06	496,00	454,27	470,52
Câmbio (Rb / US\$) <sup>(2)</sup>	32,73	56,26	67,01	64,26	60,35

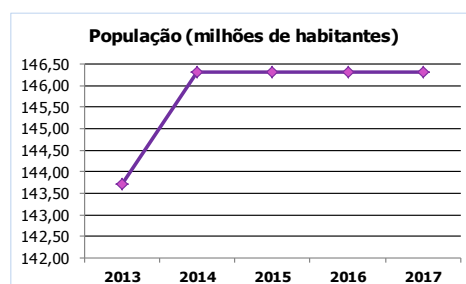
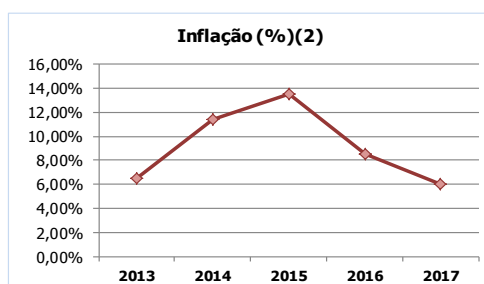
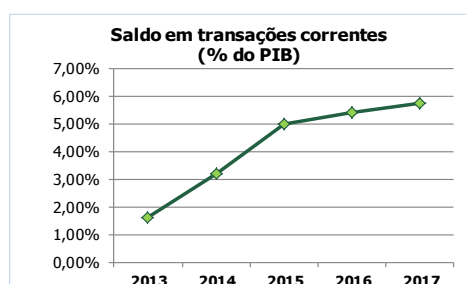
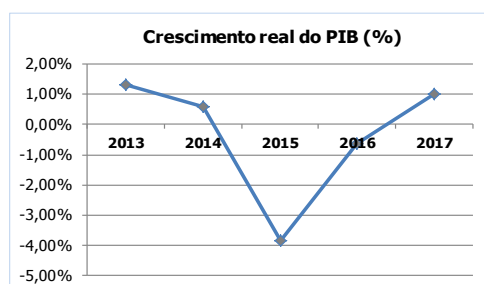
#### Origem do PIB ( 2014 Estimativa )

Agricultura	4,2%
Indústria	35,8%
Serviços	60,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report December 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.

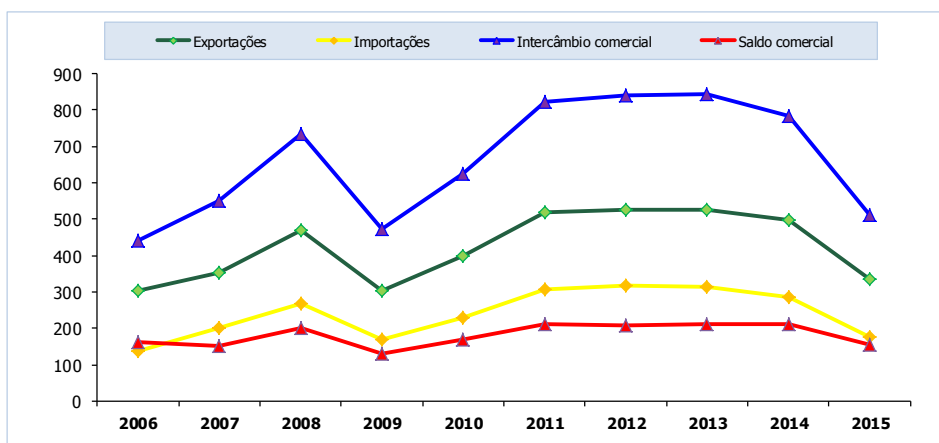
(2) Média de fim de período.



**Evolução do Comércio Exterior da Rússia**  
**US\$ bilhões**

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	302	24,9%	138	39,6%	439	29,2%	164
2007	352	16,8%	200	44,9%	552	25,6%	153
2008	468	32,9%	267	33,7%	735	33,2%	201
2009	302	-35,5%	171	-36,0%	473	-35,7%	131
2010	397	31,6%	229	34,0%	626	32,4%	168
2011	517	30,2%	306	33,7%	823	31,5%	211
2012	525	1,5%	316	3,3%	841	2,2%	209
2013	527	0,5%	315	-0,4%	842	0,1%	212
2014	498	-5,6%	287	-9,0%	784	-6,9%	211
2015	334	-33,0%	177	-38,1%	511	-34,9%	156
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>10,6%</b>	<b>--</b>	<b>28,6%</b>	<b>--</b>	<b>16,3%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

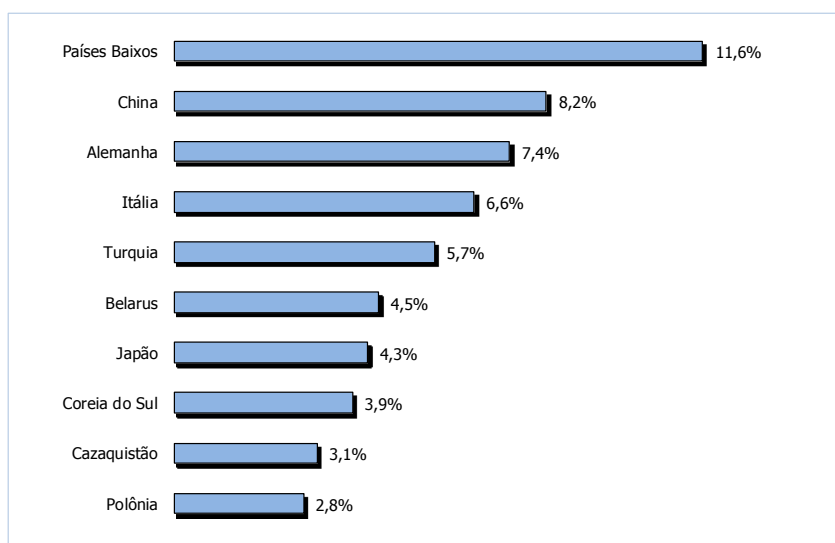


**Direção das Exportações da Rússia**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Países Baixos	38,7	11,6%
China	27,3	8,2%
Alemanha	24,6	7,4%
Itália	22,0	6,6%
Turquia	19,1	5,7%
Belarus	15,0	4,5%
Japão	14,2	4,3%
Coreia do Sul	13,1	3,9%
Cazaquistão	10,5	3,1%
Polônia	9,5	2,8%
...		
<b>Brasil (34ª posição)</b>	<b>1,9</b>	<b>0,6%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>195,9</b>	<b>58,7%</b>
<b>Outros países</b>	<b>137,6</b>	<b>41,3%</b>
<b>Total</b>	<b>333,5</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.*

**10 principais destinos das exportações**

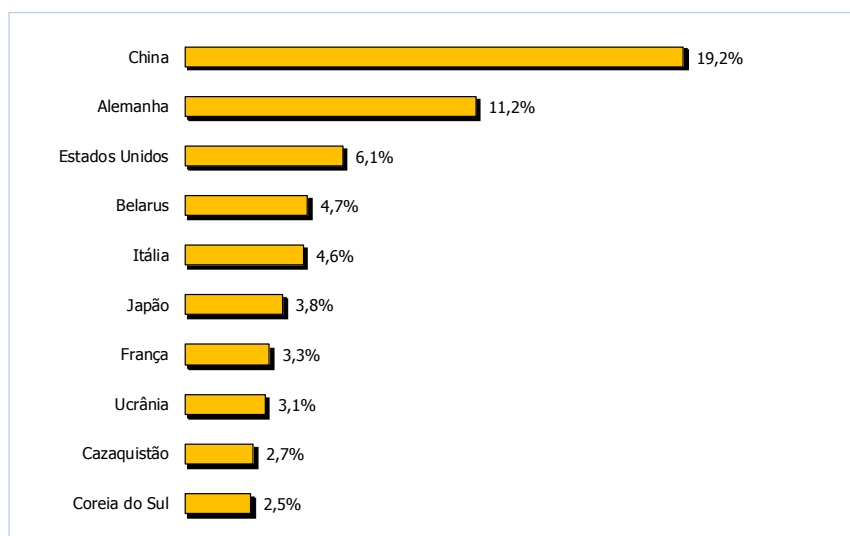


**Origem das Importações da Rússia**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
China	34,1	19,2%
Alemanha	19,9	11,2%
Estados Unidos	10,8	6,1%
Belarus	8,4	4,7%
Itália	8,1	4,6%
Japão	6,7	3,8%
França	5,8	3,3%
Ucrânia	5,5	3,1%
Cazaquistão	4,7	2,7%
Coreia do Sul	4,5	2,5%
...		
<b>Brasil (15ª posição)</b>	<b>2,8</b>	<b>1,6%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>111,3</b>	<b>62,8%</b>
<b>Outros países</b>	<b>66,0</b>	<b>37,2%</b>
<b>Total</b>	<b>177,3</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.*

**10 principais origens das importações**

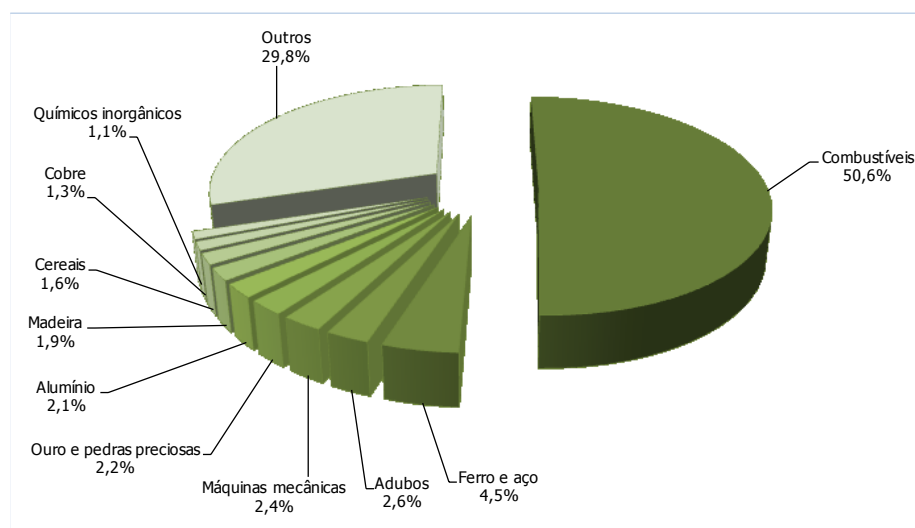


**Composição das exportações da Rússia**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Combustíveis	168,7	50,6%
Ferro e aço	14,9	4,5%
Adubos	8,6	2,6%
Máquinas mecânicas	8,1	2,4%
Ouro e pedras preciosas	7,4	2,2%
Alumínio	6,9	2,1%
Madeira	6,2	1,9%
Cereais	5,5	1,6%
Cobre	4,2	1,3%
Químicos inorgânicos	3,7	1,1%
<b>Subtotal</b>	<b>234,2</b>	<b>70,2%</b>
<b>Outros</b>	<b>99,3</b>	<b>29,8%</b>
<b>Total</b>	<b>333,5</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.*

**10 principais grupos de produtos exportados**

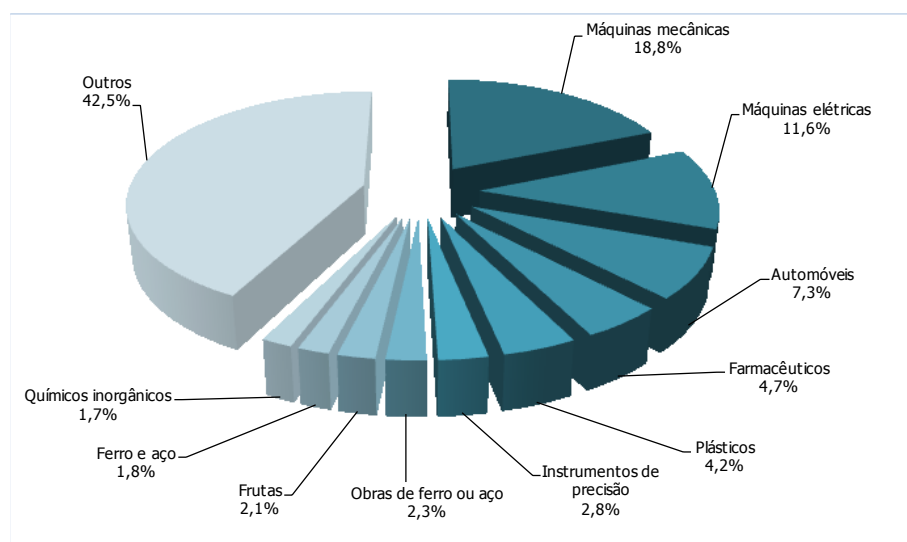


**Composição das importações da Rússia**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas mecânicas	33,4	18,8%
Máquinas elétricas	20,6	11,6%
Automóveis	12,9	7,3%
Farmacêuticos	8,4	4,7%
Plásticos	7,5	4,2%
Instrumentos de precisão	5,0	2,8%
Obras de ferro ou aço	4,0	2,3%
Frutas	3,8	2,1%
Ferro e aço	3,2	1,8%
Químicos inorgânicos	3,1	1,7%
<b>Subtotal</b>	<b>101,9</b>	<b>57,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>75,4</b>	<b>42,5%</b>
<b>Total</b>	<b>177,3</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.*

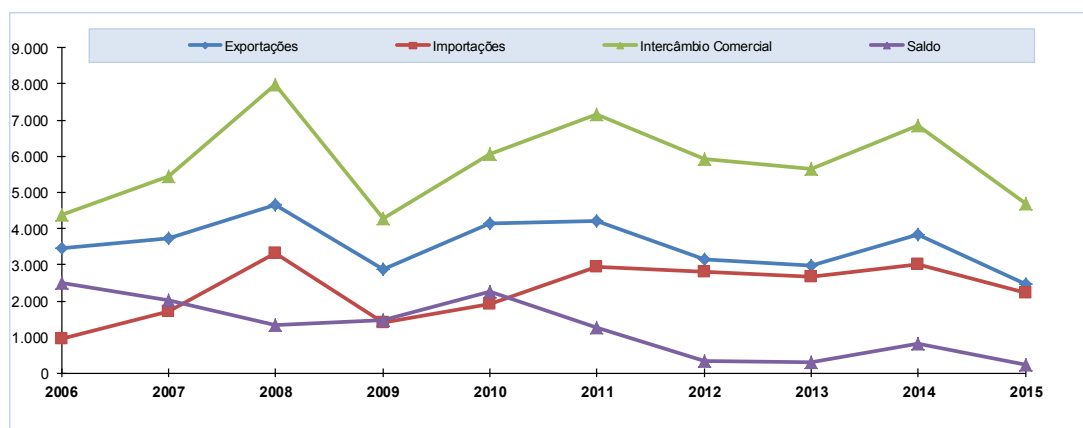
**10 principais grupos de produtos importados**



**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Rússia**  
**US\$ milhões**

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	3.443	18,0%	2,50%	943	30,5%	1,03%	4.386	20,5%	1,91%	2.501
2007	3.741	8,7%	2,33%	1.710	81,4%	1,42%	5.451	24,3%	1,94%	2.031
2008	4.653	24,4%	2,35%	3.332	94,8%	1,93%	7.985	46,5%	2,39%	1.321
2009	2.869	-38,4%	1,87%	1.412	-57,6%	1,11%	4.281	-46,4%	1,52%	1.456
2010	4.152	44,7%	2,06%	1.910	35,3%	1,05%	6.062	41,6%	1,58%	2.242
2011	4.216	1,5%	1,65%	2.944	54,1%	1,30%	7.161	18,1%	1,48%	1.272
2012	3.141	-25,5%	1,29%	2.791	-5,2%	1,25%	5.932	-17,2%	1,27%	350
2013	2.974	-5,3%	1,23%	2.676	-4,1%	1,12%	5.650	-4,7%	1,17%	298
2014	3.829	28,7%	1,70%	3.016	12,7%	1,32%	6.846	21,2%	1,51%	813
2015	2.464	-35,6%	1,29%	2.221	-26,4%	1,30%	4.685	-31,6%	1,29%	244
2016 (janeiro)	107	-24,5%	0,95%	109	-50,0%	1,06%	216	-40,0%	1,00%	-2
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>-28,4%</b>		<b>--</b>	<b>135,6%</b>		<b>--</b>	<b>6,8%</b>		<b>--</b>	<b>n.c.</b>

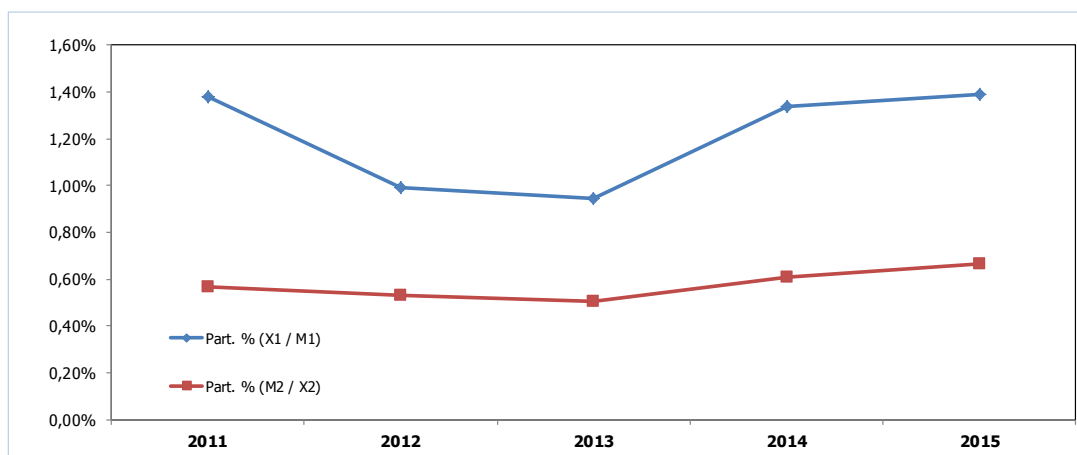
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



**Part. % do Brasil no Comércio da Rússia**  
**US\$ milhões**

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para a Rússia (X1)	4.216	3.141	2.974	3.829	2.464	-41,5%
Importações totais da Rússia (M1)	306.091	316.193	314.945	286.649	177.293	-42,1%
Part. % (X1 / M1)	1,38%	0,99%	0,94%	1,34%	1,39%	0,9%
Importações do Brasil originárias da Rússia (M2)	2.944	2.791	2.676	3.016	2.221	-24,6%
Exportações totais da Rússia (X2)	516.993	524.766	527.266	497.834	333.502	-35,5%
Part. % (M2 / X2)	0,57%	0,53%	0,51%	0,61%	0,67%	16,9%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.  
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Rússia e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

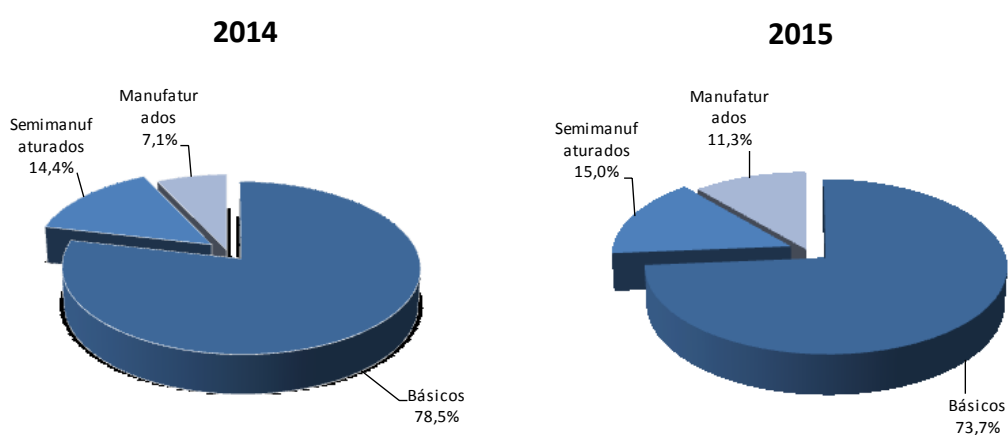




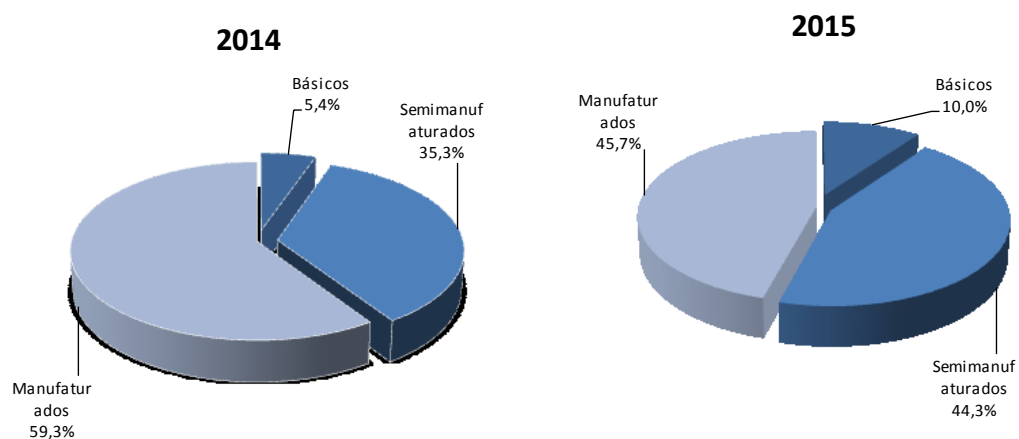
## Exportações e importações brasileiras por fator agregado

### Comparativo 2015 com 2014

#### Exportações Brasileiras<sup>(1)</sup>



#### Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

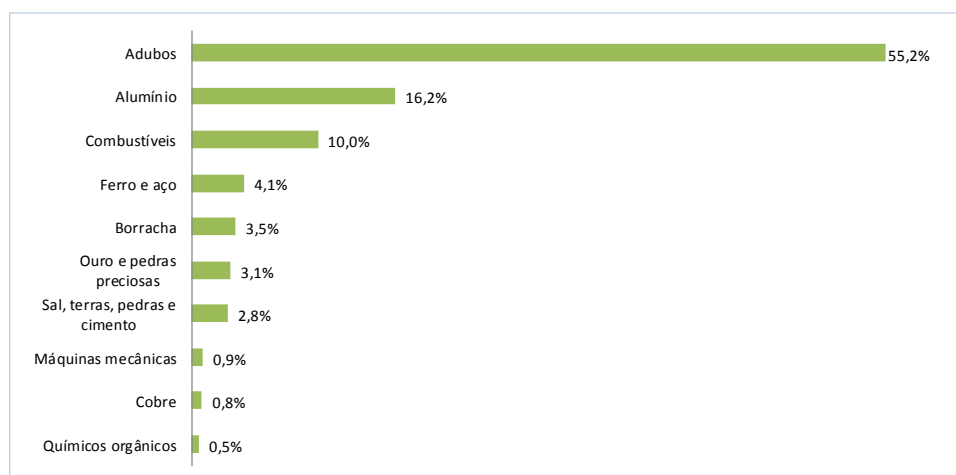
(1) Exclui transações especiais.

**Composição das importações brasileiras originárias da Rússia**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adubos	1.741	65,1%	1.729	57,3%	1.227	55,2%
Alumínio	16	0,6%	375	12,4%	360	16,2%
Combustíveis	381	14,2%	404	13,4%	223	10,0%
Ferro e aço	147	5,5%	126	4,2%	92	4,1%
Borracha	141	5,3%	122	4,0%	77	3,5%
Ouro e pedras preciosas	93	3,5%	41	1,4%	68	3,1%
Sal, terras, pedras e cimento	53	2,0%	54	1,8%	63	2,8%
Máquinas mecânicas	3	0,1%	3	0,1%	19	0,9%
Cobre	0	0,0%	0	0,0%	18	0,8%
Químicos orgânicos	16	0,6%	20	0,7%	12	0,5%
<b>Subtotal</b>	<b>2.591</b>	<b>96,8%</b>	<b>2.874</b>	<b>95,3%</b>	<b>2.159</b>	<b>97,2%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>85</b>	<b>3,2%</b>	<b>142</b>	<b>4,7%</b>	<b>62</b>	<b>2,8%</b>
<b>Total</b>	<b>2.676</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.016</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.221</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
<b>Exportações</b>					
Carnes	65,5	46,3%	63,7	59,6%	Carnes 59,6%
Tabaco e sucedâneos	4,4	3,1%	12,1	11,3%	Tabaco e sucedâneos 11,3%
Preparações alimentícias	5,3	3,7%	6,6	6,2%	Preparações alimentícias 6,2%
Açúcar	26,2	18,5%	6,2	5,8%	Açúcar 5,8%
Café	9,1	6,4%	4,8	4,5%	Café 4,5%
Ferro e aço	0,0	0,0%	4,4	4,1%	Ferro e aço 4,1%
Soja em grãos e sementes	10,4	7,4%	2,2	2,1%	Soja em grãos e sementes 2,1%
Calçados	4,2	3,0%	1,4	1,3%	Calçados 1,3%
Preparações hortícolas	0,2	0,1%	0,9	0,9%	Preparações hortícolas 0,9%
Farelo de soja	0,5	0,4%	0,9	0,9%	Farelo de soja 0,9%
<b>Subtotal</b>	<b>125,8</b>	<b>88,9%</b>	<b>103,2</b>	<b>96,6%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>15,7</b>	<b>11,1%</b>	<b>3,6</b>	<b>3,4%</b>	
<b>Total</b>	<b>141,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>106,8</b>	<b>100,0%</b>	

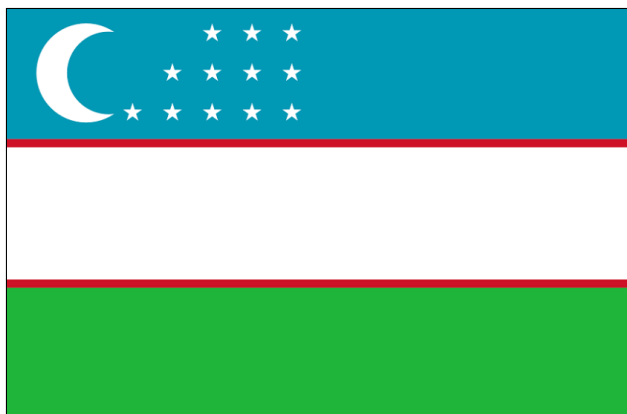
Grupos de Produtos	2 0 1 5 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
<b>Importações</b>					
Azubos	108,1	49,5%	37,4	34,2%	Azubos 34,2%
Combustíveis	26,1	12,0%	29,8	27,3%	Combustíveis 27,3%
Alumínio	39,1	17,9%	23,9	21,9%	Alumínio 21,9%
Borracha	5,7	2,6%	6,2	5,7%	Borracha 5,7%
Ouro e pedras preciosas	9,1	4,2%	4,5	4,1%	Ouro e pedras preciosas 4,1%
Químicos orgânicos	2,1	1,0%	2,8	2,6%	Químicos orgânicos 2,6%
Máquinas elétricas	0,3	0,2%	0,8	0,7%	Máquinas elétricas 0,7%
Ferro e aço	8,5	3,9%	0,7	0,6%	Ferro e aço 0,6%
Químicos inorgânicos	0,3	0,2%	0,5	0,5%	Químicos inorgânicos 0,5%
Sabões	0,4	0,2%	0,4	0,3%	Sabões 0,3%
<b>Subtotal</b>	<b>199,8</b>	<b>91,5%</b>	<b>106,9</b>	<b>97,9%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>18,5</b>	<b>8,5%</b>	<b>2,3</b>	<b>2,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>218,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>109,2</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania**  
**Divisão da Ásia Central**

**UZBEQUISTÃO**

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Abril de 2016**



### DADOS BÁSICOS

<b>NOME OFICIAL</b>	República do Uzbequistão
<b>CAPITAL</b>	Tashkent
<b>ÁREA</b>	447.400 km²
<b>POPULAÇÃO</b>	31.025.500 habitantes (2015)
<b>IDIOMAS</b>	Uzbeque (oficial), russo, tadjique, caracalpaque
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Muçulmana (90%), cristã ortodoxa (5%) e outras (5%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	Presidencialismo
<b>CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO</b>	Presidente Islam Karimov (desde 1991)
<b>MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES</b>	Abdulaziz Kamilov (desde 2012)
<b>PIB NOMINAL (2014)</b>	US\$ 62,61 bilhões
<b>PIB PPP (2014)</b>	US\$ 172,3 bilhões
<b>PIB NOMINAL PER CAPITA (2014)</b>	US\$ 2.046,00
<b>PIB PPP PER CAPITA (2014)</b>	US\$ 5.320,00
<b>CRESCIMENTO DO PIB (2014)</b>	7,5 %
<b>TAXA DE DESEMPREGO (2014)</b>	10,7%
<b>MOEDA</b>	Som Uzbeque
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2014)</b>	73 anos
<b>TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2014)</b>	99,4%
<b>IDH (2014)</b>	0.654
<b>EMBAIXADOR NO BRASIL</b>	Bakhtiyar Gulyamov (residente em Washington)
<b>EMBAIXADOR DO BRASIL</b>	Antônio José Valim Guerreiro (cumulativa com Moscou)

### INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ MILHÕES)

Brasil→ Uzbequistão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (Jan-Mar)
<b>Intercâmbio</b>	8,01	14,36	13,77	20,72	10,89	22,84	46,97	18,15	12,42	12,16
<b>Exportações</b>	6,75	7,66	11,71	19,65	8,36	20,87	46,61	16,92	9,96	12,16
<b>Importações</b>	1,26	6,70	2,06	1,07	2,53	1,97	0,36	1,22	2,46	0
<b>Saldo</b>	5,49	0,96	9,65	19,58	5,83	18,90	46,25	15,70	7,5	13,16

### APRESENTAÇÃO

O Uzbequistão é um país localizado na Ásia Central e uma das repúblicas que formavam a extinta União Soviética. Sem costa marítima, é limitado ao norte pelo Cazaquistão, a leste pelo Quirguistão e pelo Tajiquistão, ao sul pelo Afeganistão e o Turcomenistão e a oeste também pelo Turcomenistão. Além do território principal, inclui os enclaves de Sokh e de Iordan, no Quirguistão. Sua capital é a cidade de Tashkent.

<b>PERFIS BIOGRÁFICOS</b>
---------------------------

**Islam Karimov**

**Presidente**



Nasceu em 1938 (78 anos), em Samarkanda, Uzbequistão. Graduou-se em Engenharia e Economia pelo Instituto Politécnico da Ásia Central e no Instituto de Tashkent de Economia Nacional, respectivamente.

De 1961 a 1966, foi Coordenador do complexo de aviação de Chkalov em Tashkent. Em 1966, ingressou no Escritório do Planejamento de Estado da República Socialista Soviética do Uzbequistão e, em 1983, foi nomeado Ministro das Finanças do Uzbequistão Soviético. Em 1986, foi Presidente adjunto do Conselho de Ministros do Uzbequistão Soviético. De 1986 a 1989, foi Primeiro-Secretário do Comitê Provincial de Kashkadarya. Em 1989, tornou-se Primeiro-Secretário do Comitê Central do Partido Comunista do Uzbequistão.

Em 1990, tornou-se Presidente da República Socialista Soviética do Uzbequistão e, em dezembro de 1991, foi eleito Presidente do Uzbequistão independente. Em 1995, seu mandato foi estendido até 2000, por meio de referendo nacional. Foi reeleito Presidente em 2000, 2007 e 2015.

**Abdulaziz Kamilov**

**Ministro dos Negócios Estrangeiros**



Nasceu em 1947 (69 anos), em Yangiyul, Uzbequistão. Graduiu-se na Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Exteriores da União Soviética.

Em 1976, foi Secretário na Embaixada da União Soviética no Líbano. De 1980 a 1984, foi Secretário na Embaixada da União Soviética na Síria. De 1984 a 1988, trabalhou no Departamento do Oriente Médio do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética.

De 1991 a 1992, foi Conselheiro da Embaixada do Uzbequistão na Rússia. De 1992 a 1994, foi Vice-Presidente do Serviço Nacional de Segurança da República do Uzbequistão. Em 1994, tornou-se Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 1994, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. De 1998 a 2003, foi Reitor da Universidade da Economia e Diplomacia Mundiais.

Em 2003, foi Assessor do Presidente da República e tornou-se Embaixador do Uzbequistão nos EUA. Em 26 de maio de 2008, na condição de Embaixador do Uzbequistão residente em Washington, apresentou cópias figuradas de suas credenciais ao Chefe do Cerimonial do Itamaraty, sendo o primeiro Embaixador uzbeque acreditado no Brasil. Em 2010, tornou-se Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e, em 2012, foi novamente nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

## RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1993. No final dos anos 2000, houve um aprofundamento do diálogo bilateral, com visitas de diversas autoridades, entre Embaixadores, Vice-Ministros, Ministros de Estado e, especialmente, a vinda ao Brasil do Presidente uzbeque Islam Karimov, em 2009. Naquela ocasião, foram assinados vários atos entre os dois países e entre algumas de suas instituições, a saber: os Acordos de Cooperação Técnica, de Cooperação em Agricultura, de Cooperação Econômica e Comercial, de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Cooperação na Área do Esporte, de Cooperação Cultural, os Memorandos de Entendimento para Cooperação em Turismo, para a Promoção do Comércio e do Investimento, na Área de Recursos Minerais e sobre Consultas Políticas.

A I Reunião de Consultas Políticas Brasil – Uzbequistão realizou-se em Tashkent, em 2008.

### **Assuntos consulares**

Não há estimativas sobre o número de residentes brasileiros no Uzbequistão e tampouco há consulados honorários brasileiros no país.

## POLÍTICA INTERNA

O sistema político vigente no Uzbequistão é centralizado e seu funcionamento tem por base a autoridade do líder nacional e a manutenção do equilíbrio entre os interesses dos diversos clãs e regiões.

O Presidente Islam Karimov chegou ao poder ainda no período soviético (junho de 1989). Em fins de 1991, ano em que o país se tornou independente, o Partido Comunista uzbeque, dirigido por Karimov, foi renomeado Partido Popular Democrático do Uzbequistão. Por referendo de 1995, o mandato presidencial foi estendido até 2000. Naquele ano, Karimov venceu com ampla margem as eleições presidenciais, reelegendo-se em 2007 e 2015.

Nas eleições de 2015, Karimov venceu com 90,4% dos votos. O Presidente havia sido autorizado a concorrer a um quarto mandato por emenda constitucional de 2011. Anteriormente, a Constituição uzbeque só permitia dois mandatos presidenciais consecutivos.

As vagas no Gabinete de Ministros e principais posições governamentais são ocupadas por personalidades vinculadas ao Presidente, que, via de regra, permanecem por extensos períodos em suas funções ou revezam-se em seus cargos. O Presidente Karimov ainda não sinalizou qual seria o sucessor de sua preferência.

O Poder Legislativo é bicameral e constituído pelo Senado, também conhecido como Assembleia Suprema ou Oliy Majlis, e pela Câmara Legislativa, também conhecida como Assembleia Nacional. No Senado há 100 senadores, 84 dos quais são eleitos pelos conselhos regionais e 16 são indicados pelo Presidente da República. O mandato é de cinco anos. Na Câmara Legislativa há 150 deputados, dos quais 135 são eleitos por voto popular e 15 assentos são reservados para o partido Movimento Ecológico do Uzbequistão. O mandato na Câmara Legislativa também é de cinco anos.

## POLÍTICA EXTERNA

O Uzbequistão disputa com seus vizinhos o uso compartilhado dos recursos hídricos regionais. O virtual desaparecimento do Mar de Aral é um dos mais conhecidos problemas regionais.

A Ásia Central vem sendo afetada pelo reescalonamento da presença dos EUA no Afeganistão, uma vez que as tropas norte-americanas reduziram-se de um pico de 140 mil homens, no auge das operações contra o terrorismo naquele país, para 14 mil, em 2015. Acredita-se que o Uzbequistão continuará a desempenhar um papel importante em relação à estabilização



do Afeganistão, devido à sua localização geográfica, como vizinho ao Norte, e suas preocupações sobre eventual penetração do extremismo islâmico pela fronteira porosa entre os dois países.

O Presidente Karimov tem-se destacado na execução da estratégia de equilibrar as relações do país com as três principais potências que mais influenciam os acontecimentos na Ásia Central: os EUA, a Rússia e a China. A política externa uzbeque é vista, muitas vezes, como oscilante, nas alianças com essas potências, a fim de maximizar os ganhos para o país. Exemplo recente foi o anúncio, em janeiro, de transferência de equipamento militar sobressalente dos EUA para o Uzbequistão, incluindo cerca de 300 veículos blindados resistentes a minas. Apenas um mês antes, Karimov garantira quase um bilhão de dólares em perdão de dívidas do Uzbequistão junto à Rússia, sem com isso comprometer-se com propostas para a adesão do país à União Europeia, como deseja Moscou.

Em meados do ano passado, Karimov viajou a Pequim, onde reafirmou o objetivo de desenvolver uma parceria estratégica com os anfitriões e assinou acordos comerciais no valor de US\$ 6 bilhões.

A China é indubitavelmente a potência em ascensão para a região, na órbita da qual, progressivamente, deverá situar-se o projeto de desenvolvimento uzbeque. Isto ocorre, ao menos em parte, em prejuízo dos interesses russos, ainda que Moscou busque contrapor-se, no limite de suas possibilidades, a tal tendência. Essa transição de polos de atração para os quais está voltada a economia uzbeque é simbolizada pela exploração dos recursos de hidrocarbonetos do país. No início de fevereiro 2015, a gigante estatal russa Gazprom confirmou que irá reduzir suas importações de gás da Ásia Central, em resposta à menor demanda da Ucrânia e da União Europeia.

As importações de gás da Rússia, a partir do Uzbequistão, recuaram de 4,5 bilhões de metros cúbicos, em 2014, para 1 bilhão de metros cúbicos, em 2015. O volume que se tornará ocioso deverá ser mais que compensado pelo aumento das vendas para a China, já que, na sequência da inclusão do país na malha de gasodutos Ásia Central-China, em 2012, as estimativas de exportações para a superpotência asiática saltaram de 14 bilhões de metros cúbicos, em 2012, para cerca de 22 bilhões de metros cúbicos, em 2014.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.

A Ásia Central enfrenta o importante desafio - talvez o maior da história da região na era pós-URSS - de ter que lidar com cenário simultâneo de recessão na economia russa, queda dos preços internacionais do petróleo e do gás e desaceleração da economia chinesa. A economia uzbeque tem reagido a este quadro com a diminuição dos elevados índices de expansão econômica registrados, quase ininterruptamente, nas últimas duas décadas. Segundo o serviço oficial de estatísticas local, o país centro-asiático registrou um crescimento de 8,1% do PIB, em 2014. Consultorias independentes acreditam que essa taxa - refletindo a desaceleração já observada na maioria dos setores da economia uzbeque, bem como quedas dos preços das principais *commodities* de exportação do país no mercado internacional - deverá cair para 4% no ano corrente.

Contribui para essa situação a desaceleração da economia russa, responsável, por exemplo, por grande parte das exportações de veículos do Uzbequistão. Os efeitos da crise russa são sentidos também por intermédio dos mais de 3 milhões de trabalhadores migrantes, residentes na Rússia e responsáveis por remessas financeiras importantes para a economia local (cabe

observar que o serviço russo de estatísticas indica que, se levado em conta o número de trabalhadores indocumentados, o referido número de migrantes pode ser ainda superior). De acordo com dados do Banco Central russo, as remessas dos migrantes uzbeques caíram 43%, nos últimos três meses de 2014, comparativamente ao ano anterior. Caso persista ou se agrave a recessão na Rússia, a perspectiva de um retorno em massa dos trabalhadores migrantes poderia até mesmo ameaçar a estabilidade social, em face da dificuldade da economia do país de absorvê-los.

Com a queda do crescimento econômico, está previsto também o agravamento da situação fiscal. Há que se ter presente, porém, que o Uzbequistão ostentou, nos últimos anos, indicadores bastante positivos na área fiscal e no balanço de pagamentos, o que deverá auxiliá-lo a atravessar o período de menor dinamismo, com menores sobressaltos do que seria esperado. Deste modo, o superávit de cerca de 1,5% do PIB deverá dar lugar a um resultado fiscal neutro ou a um pequeno déficit, caso o governo decida combater as tendências de desaceleração, com políticas anticíclicas.

Em relação ao balanço de pagamentos, entende-se que haverá continuidade da progressiva erosão do superávit em conta corrente, que foi de 1,8%, em 2013, e de cerca de 1,5% do PIB, em 2014.

Há ainda questões relacionadas à cotação oficial do dólar e demais divisas internacionais e a moeda oficial (som). As restrições à troca de moeda estrangeira, até mesmo por taxas oficiais de câmbio, a utilização generalizada do mercado negro e o baixo nível de intermediação financeira e de desenvolvimento do sistema bancário local são problemas persistentes que o governo não tem conseguido equacionar.

Do mesmo modo, subsistem queixas generalizadas de que as estatísticas oficiais subestimam o verdadeiro nível da inflação. Segundo o FMI, o país encerrou 2014 com alta de preços ao consumidor acumulada de 11.7%, quase 4 pontos percentuais acima do índice aferido oficialmente pelo governo (7.9%).

## **CRONOLOGIA HISTÓRICA**

**1991:** Independência e eleição do Presidente Islam Karimov.

**1995:** Extensão do mandato presidencial até 2000 por meio de referendo popular.

**2000:** Reeleição do Presidente Karimov.

**2002:** O mandato presidencial é estendido por mais dois anos.

**2007:** Reeleição do Presidente Karimov

**2015:** Reeleição do Presidente Karimov para um quarto mandato

### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

**1993:** Estabelecimento das relações diplomáticas.

**2007:** Missão a Tashkent do Assessor Especial para a Ásia do MRE; Visita ao Brasil do então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uzbequistão.

**2008:** Reunião de Consultas Políticas, Tashkent; Visita ao Brasil do Ministro de Relações Econômicas Internacionais, Investimento e Comércio do Uzbequistão.

**2009:** Visita ao Brasil do Presidente Islam Karimov; Missão ao Uzbequistão da ABC/Embrapa.

### ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	28/05/2009	VIGENTE
Acordo de Cooperação em Agricultura	28/05/2009	VIGENTE
Acordo sobre Cooperação Econômica e Comercial	28/05/2009	VIGENTE
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	28/05/2009	VIGENTE

Acordo de Cooperação na Área de Esporte	28/05/2009	VIGENTE
Acordo Sobre Cooperação Cultural	28/05/2009	EM TRAMITAÇÃO
Memorando de Entendimento para Cooperação na área de Turismo	28/05/2009	VIGENTE
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o MRE e o MNE do Uzbequistão	28/05/2009	VIGENTE
Memorando de Entendimento entre o MDIC e o Ministério de Relações Econômicas Exteriores do Uzbequistão para Promoção do comércio e do investimento	28/05/2009	VIGENTE
Memorando de Entendimento entre o Comitê do Uzbequistão para Geologia e Recursos Minerais e o MME sobre cooperação no campo dos recursos minerais	28/05/2009	VIGENTE
Declaração Conjunta	28/05/2009	VIGENTE

**UZBEQUISTÃO – COMÉRCIO EXTERIOR**

### Principais indicadores socioeconômicos do Uzbequistão

Indicador	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>	2016 <sup>(1)</sup>	2017 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	8,00%	8,10%	6,80%	7,00%	6,70%
PIB nominal (US\$ bilhões)	57,17	62,61	65,95	68,70	73,46
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.890	2.046	2.130	2.192	2.316
PIB PPP (US\$ bilhões)	156,81	172,30	185,82	201,19	218,41
PIB PPP "per capita" (US\$)	5.185	5.630	6.000	6.419	6.886
População (milhões de habitantes)	30,24	30,60	30,97	31,34	31,72
Desemprego (%)					
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	10,24%	9,81%	9,07%	9,54%	10,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	2,85%	1,70%	0,20%	0,33%	0,23%
Dívida externa (US\$ bilhões)	10,68	13,39	13,54	14,91	15,73
Câmbio (Som / US\$) <sup>(2)</sup>	2,20	2,41	2,78	3,02	3,34

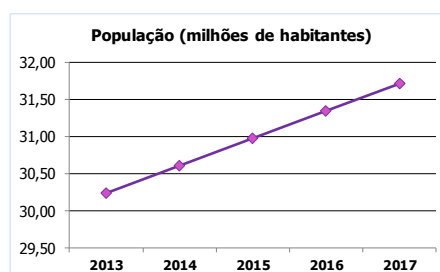
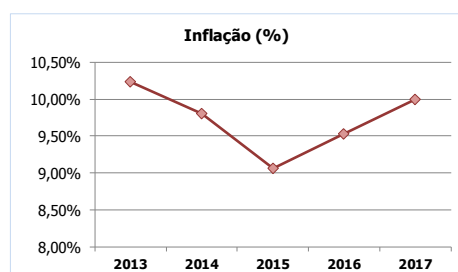
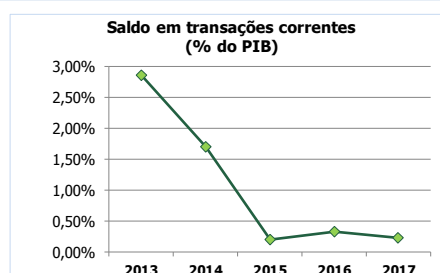
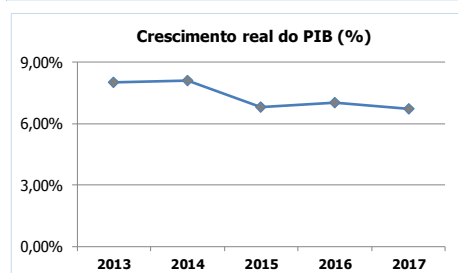
#### Origem do PIB ( 2015 Estimativa )

Agricultura	18,8%
Indústria	33,7%
Serviços	47,5%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



**Evolução do comércio exterior do Uzbequistão**  
**US\$ milhões**

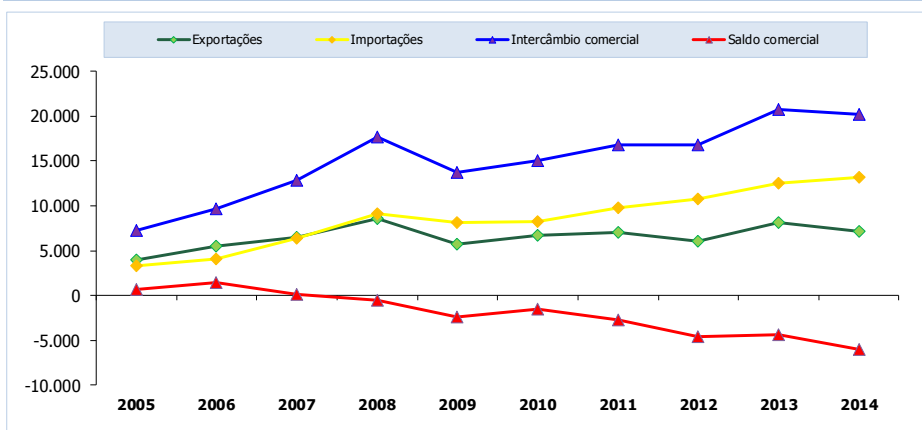
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	3.944	8,7%	3.299	14,8%	7.243	11,4%	646
2006	5.537	40,4%	4.114	24,7%	9.651	33,2%	1.423
2007	6.491	17,2%	6.382	55,1%	12.873	33,4%	110
2008	8.571	32,0%	9.131	43,1%	17.702	37,5%	-559
2009	5.680	-33,7%	8.099	-11,3%	13.779	-22,2%	-2.419
2010	6.722	18,3%	8.288	2,3%	15.010	8,9%	-1.567
2011	7.037	4,7%	9.754	17,7%	16.791	11,9%	-2.717
2012	6.101	-13,3%	10.737	10,1%	16.839	0,3%	-4.636
2013	8.186	34,2%	12.569	17,1%	20.756	23,3%	-4.383
2014	7.103	-13,2%	13.126	4,4%	20.229	-2,5%	-6.023
2015(jan-set)	1.137	21,6%	1.686	-11,4%	2.823	-0,5%	-549
<b>Var. % 2005-2014</b>	<b>80,1%</b>	<b>--</b>	<b>297,9%</b>	<b>--</b>	<b>179,3%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2016.*

*O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

*Última posição disponível em 13/06/2016*

*(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



**Direção das exportações do Uzbequistão**  
**US\$ milhões**

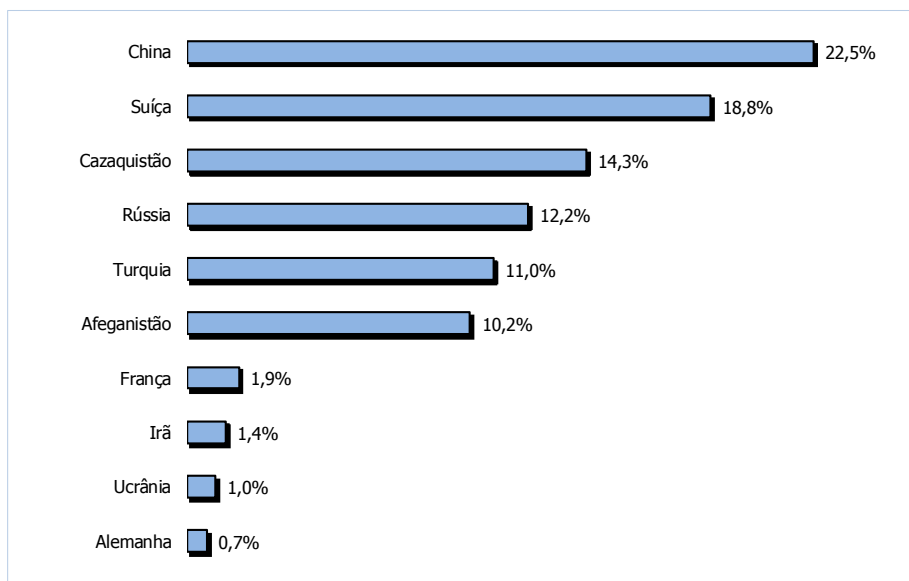
<b>Países</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
China	1.598	22,5%
Suíça	1.336	18,8%
Cazaquistão	1.018	14,3%
Rússia	870	12,2%
Turquia	781	11,0%
Afeganistão	722	10,2%
França	132	1,9%
Irã	98	1,4%
Ucrânia	73	1,0%
Alemanha	50	0,7%
...		
<b>Brasil (49ª posição)</b>	<b>1,2</b>	<b>0,02%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>6.679</b>	<b>94,0%</b>
<b>Outros países</b>	<b>424</b>	<b>6,0%</b>
<b>Total</b>	<b>7.103</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2016.*

*O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

*Última posição disponível em 13/06/2016*

**10 principais destinos das exportações**



**Origem das importações do Uzbequistão**  
US\$ milhões

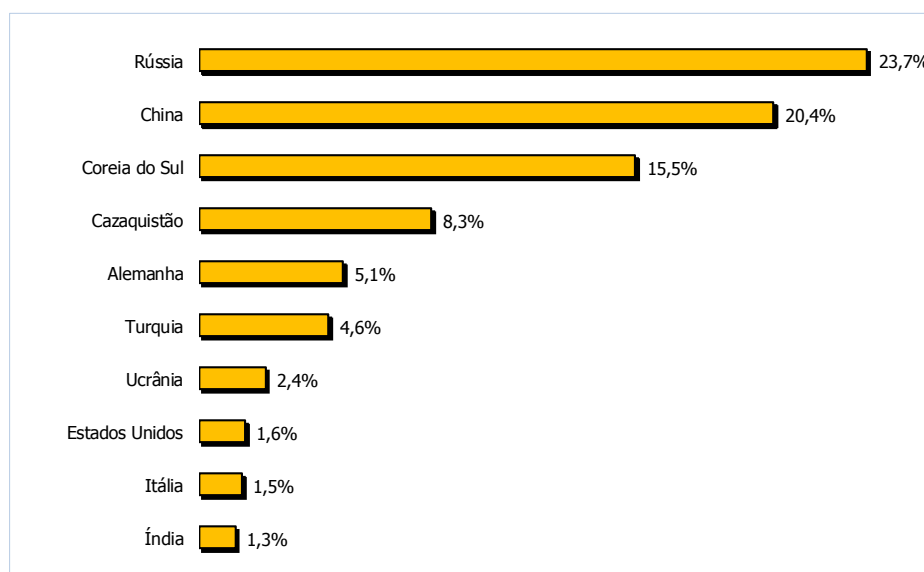
<b>Países</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
Rússia	3.114	23,7%
China	2.678	20,4%
Coreia do Sul	2.033	15,5%
Cazaquistão	1.084	8,3%
Alemanha	671	5,1%
Turquia	603	4,6%
Ucrânia	309	2,4%
Estados Unidos	213	1,6%
Itália	198	1,5%
Índia	168	1,3%
...		
<b>Brasil (38ª posição)</b>	<b>17</b>	<b>0,1%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>11.088</b>	<b>84,5%</b>
<b>Outros países</b>	<b>2.038</b>	<b>15,5%</b>
<b>Total</b>	<b>13.126</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2016.*

*O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

*Última posição disponível em 13/06/2016*

**10 principais origens das importações**





**Composição das exportações do Uzbequistão**  
**US\$ milhões**

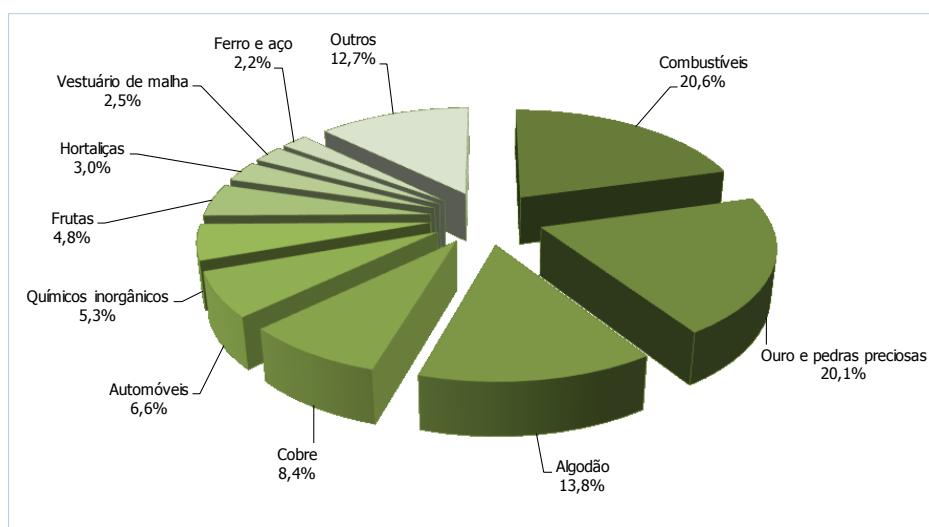
<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
Combustíveis	1.466	20,6%
Ouro e pedras preciosas	1.431	20,1%
Algodão	977	13,8%
Cobre	595	8,4%
Automóveis	469	6,6%
Químicos inorgânicos	375	5,3%
Frutas	341	4,8%
Hortaliças	215	3,0%
Vestuário de malha	177	2,5%
Ferro e aço	156	2,2%
<b>Subtotal</b>	<b>6.202</b>	<b>87,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>901</b>	<b>12,7%</b>
<b>Total</b>	<b>7.103</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2016.*

*O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

*Última posição disponível em 13/06/2016*

**10 principais grupos de produtos exportados**



**Composição das importações do Uzbequistão**  
**US\$ milhões**

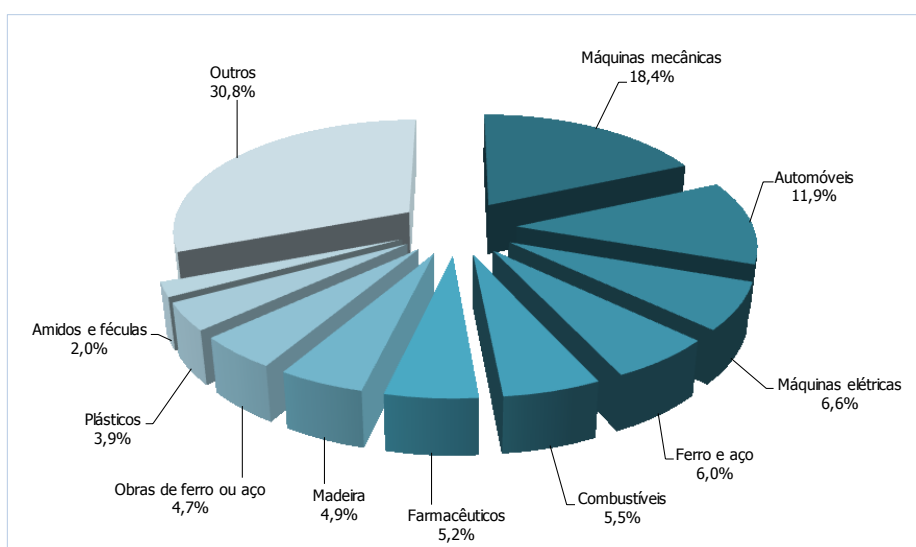
<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas mecânicas	2.416	18,4%
Automóveis	1.563	11,9%
Máquinas elétricas	871	6,6%
Ferro e aço	792	6,0%
Combustíveis	728	5,5%
Farmacêuticos	685	5,2%
Madeira	641	4,9%
Obras de ferro ou aço	612	4,7%
Plásticos	512	3,9%
Amidos e féculas	264	2,0%
<b>Subtotal</b>	<b>9.084</b>	<b>69,2%</b>
<b>Outros</b>	<b>4.042</b>	<b>30,8%</b>
<b>Total</b>	<b>13.126</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2016.*

*O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

*Última posição disponível em 13/06/2016*

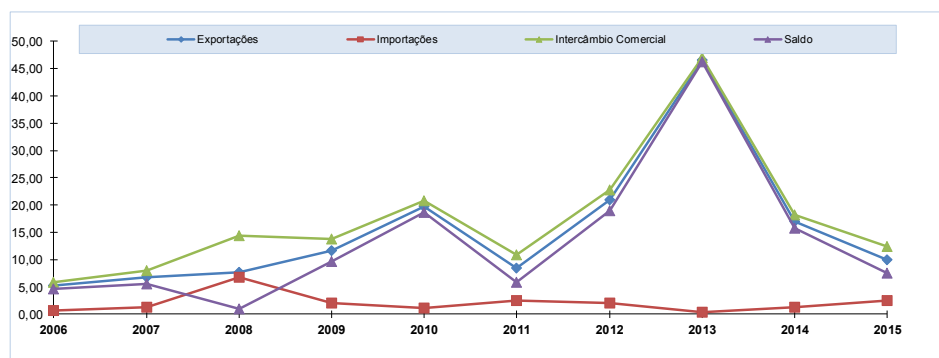
**10 principais grupos de produtos importados**



**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Uzbequistão**  
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	
2006	5,25	-32,9%	0,00%	0,61	-55,5%	0,00%	5,85	-36,2%	0,00%	4,64
2007	6,75	28,8%	0,00%	1,26	107,7%	0,00%	8,01	36,9%	0,00%	5,49
2008	7,66	13,5%	0,00%	6,70	432,4%	0,00%	14,36	79,3%	0,00%	0,96
2009	11,71	52,8%	0,01%	2,06	-69,2%	0,00%	13,77	-4,1%	0,00%	9,65
2010	19,65	67,8%	0,01%	1,07	-47,9%	0,00%	20,72	50,5%	0,01%	18,58
2011	8,36	-57,5%	0,00%	2,53	135,9%	0,00%	10,89	-47,5%	0,00%	5,83
2012	20,87	149,7%	0,01%	1,97	-22,3%	0,00%	22,84	109,7%	0,00%	18,90
2013	46,61	123,3%	0,02%	0,36	-81,7%	0,00%	46,97	105,7%	0,01%	46,25
2014	16,92	-63,7%	0,01%	1,22	239,2%	0,00%	18,15	-61,4%	0,00%	15,70
2015	9,96	-41,1%	0,01%	2,46	101,1%	0,00%	12,43	-31,5%	0,00%	7,50
2016 (jan-mar)	12,16	300,0%	0,03%	0,00	-100,0%	0,00%	12,16	237,8%	0,02%	12,16
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>89,9%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>306,3%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>112,4%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

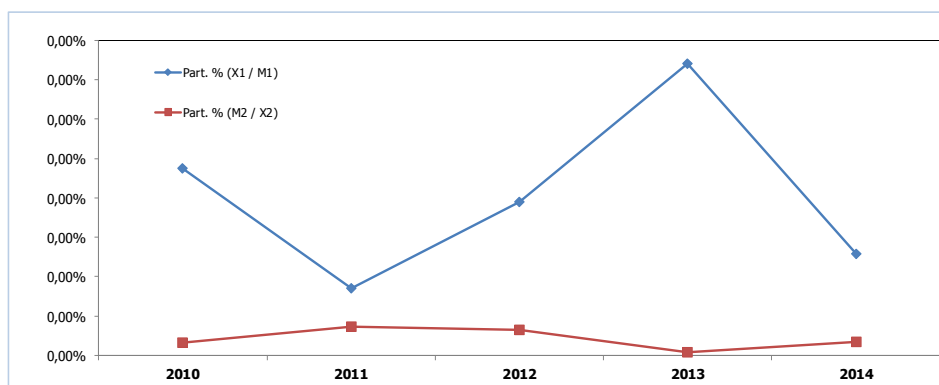
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

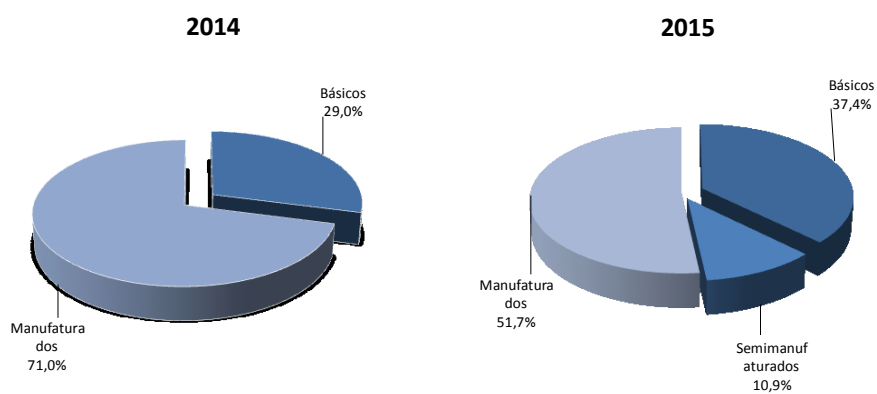
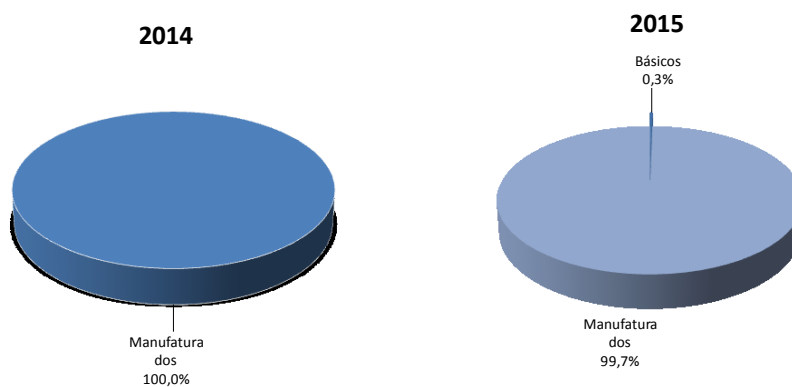


**Part. % do Brasil no comércio do Uzbequistão**  
**US\$ milhões**

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010-2014
Exportações do Brasil para o Uzbequistão (X1)	20	8	21	47	17	-13,9%
Importações totais do Uzbequistão (M1)	8.288.139	9.754.429	10.737.376	12.569.346	13.126.000	58,4%
Part. % (X1 / M1)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-45,6%
Importações do Brasil originárias do Uzbequistão (M2)	1	3	2	0	1	14,0%
Exportações totais do Uzbequistão (X2)	6.721.619	7.036.950	6.101.464	8.186.260	7.103.035	5,7%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.  
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Uzbequistão e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado****Comparativo 2015 com 2014****Exportações Brasileiras<sup>(1)</sup>****Importações Brasileiras**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2016.

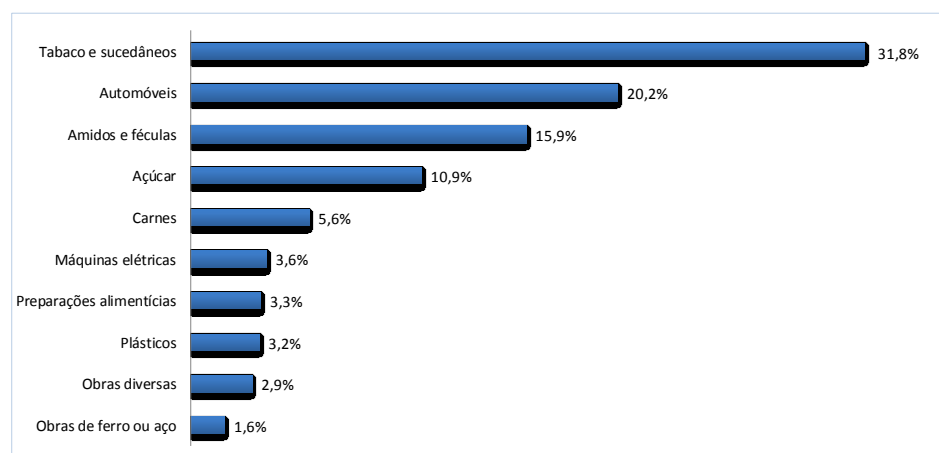
(1) Exclusive transações especiais.

**Composição das exportações brasileiras para o Uzbequistão**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tabaco e sucedâneos	5,25	11,3%	2,36	13,9%	3,17	31,8%
Automóveis	7,85	16,8%	6,44	38,1%	2,01	20,2%
Amidos e féculas	0,90	1,9%	1,48	8,7%	1,58	15,9%
Açúcar	23,41	50,2%	0,00	0,0%	1,09	10,9%
Carnes	1,68	3,6%	2,55	15,1%	0,56	5,6%
Máquinas elétricas	3,19	6,8%	0,40	2,4%	0,36	3,6%
Preparações alimentícias	0,15	0,3%	0,22	1,3%	0,33	3,3%
Plásticos	0,95	2,0%	1,02	6,0%	0,32	3,2%
Obras diversas	1,49	3,2%	1,20	7,1%	0,29	2,9%
Obras de ferro ou aço	0,70	1,5%	0,54	3,2%	0,16	1,6%
<b>Subtotal</b>	<b>45,56</b>	<b>97,8%</b>	<b>16,21</b>	<b>95,8%</b>	<b>9,85</b>	<b>98,9%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>1,04</b>	<b>2,2%</b>	<b>0,72</b>	<b>4,2%</b>	<b>0,11</b>	<b>1,1%</b>
<b>Total</b>	<b>46,61</b>	<b>100,0%</b>	<b>16,92</b>	<b>100,0%</b>	<b>9,96</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2016.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015**

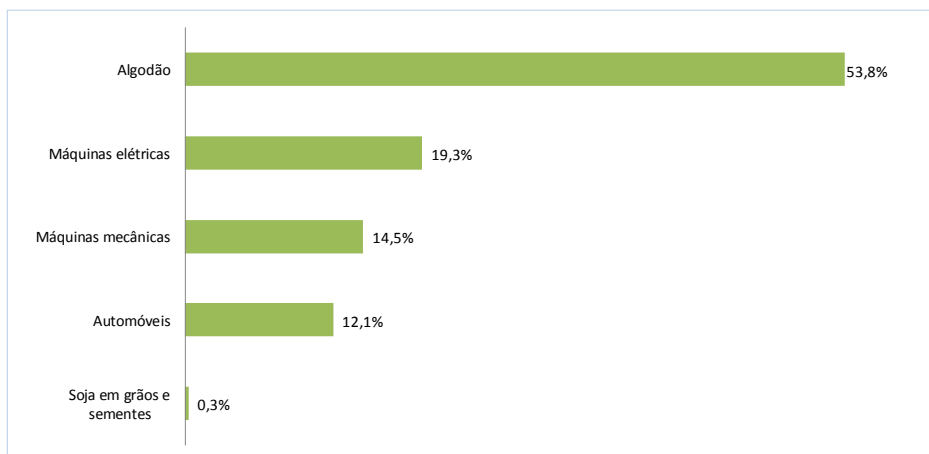


**Composição das importações brasileiras originárias do Uzbequistão**  
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Algodão	0,10	27,1%	0,70	57,3%	1,33	53,8%
Máquinas elétricas	0,00	0,0%	0,52	42,7%	0,48	19,3%
Máquinas mecânicas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,36	14,5%
Automóveis	0,00	0,6%	0,00	0,0%	0,30	12,1%
Soja em grãos e sementes	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,01	0,3%
<b>Subtotal</b>	<b>0,10</b>	<b>27,7%</b>	<b>1,22</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,46</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>0,26</b>	<b>72,3%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>0,36</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,22</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,46</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2016.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
<b>Exportações</b>					
Açúcar	0,00	0,0%	11,81	97,1%	
Preparações alimentícias	0,11	3,7%	0,20	1,6%	
Cerâmicos	0,00	0,0%	0,14	1,2%	
Soja em grãos e sementes	0,00	0,0%	0,01	0,1%	
<b>Subtotal</b>	<b>0,11</b>	<b>3,7%</b>	<b>12,16</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>2,93</b>	<b>96,3%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>3,04</b>	<b>100,0%</b>	<b>12,16</b>	<b>100,0%</b>	
Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015
<b>Importações</b>					
Automóveis	0,30	53,0%	0,00	0,0%	
Máquinas elétricas	0,25	44,6%	0,00	0,0%	
<b>Subtotal</b>	<b>0,55</b>	<b>97,7%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0,01</b>	<b>2,3%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>0,56</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2016.



Aviso nº 217 - C. Civil.

Em 27 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República, substituta

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

## **1ª PARTE - SABATINAS**

**3**



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

**RELATÓRIO Nº      , DE 2016**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 61, de 2016 (nº 347/2016, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.*

**RELATOR: Senador FERNANDO BEZERRA COELHO**

Trata-se da indicação, pelo Presidente da República, do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto,



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

O Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA nasceu a 20 de janeiro de 1958, no Rio de Janeiro. É bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 1980. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) em 1982; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1991; e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2007, defendendo a tese “Exportação de Produtos de Defesa: importância estratégica e promoção comercial”.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1983 e Segundo-Secretário em 1987. Sempre por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 1996, a Conselheiro em 2003, a Ministro de Segunda Classe em 2007 e a Ministro de Primeira Classe em 2010.

No Itamaraty, foi Assistente e Chefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial de 2003 a 2009 e Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos de 2009 a 2011.

No Exterior, serviu na Embaixada em Roma (Itália) de 1987 a 1991, no Consulado-Geral em Caiena (Guiana Francesa) de 1997 a 1999, na Missão Junto à Comunidade Econômica Europeia (CEE) em Bruxelas (Bélgica) de 1999 a 2003, além de ter sido Embaixador em Helsinki (Finlândia) de 2011 a 2015 e ser o Embaixador em Luanda (Angola) desde o ano passado.

Também em atendimento ao art. 383 do RISF, o MRE elaborou relatórios sobre Kuwait e Bahrein, do qual destacamos as informações seguintes.

O Estado do Kuwait possui cerca de 18 mil km<sup>2</sup> e 4,3 milhões de habitantes. A indústria do petróleo responde por mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB). De 2012 a 2014, o intercâmbio comercial com o Brasil superou a marca de US\$ 1 bilhão. Em 2015, o montante caiu para US\$ 670



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

milhões. Desde 2011, o saldo é desfavorável ao Brasil. O Brasil, basicamente, exporta carnes e importa combustíveis.

O Reino do Bahrein é um arquipélago com 678 km<sup>2</sup> e cerca de 1,3 milhão de habitantes. Sua economia também é bastante dependente da extração de hidrocarbonetos. Em 2014 e 2015, o intercâmbio comercial com o Brasil situou-se na casa dos US\$ 400 milhões. O saldo é tradicionalmente favorável ao Brasil. O Brasil exporta, principalmente, minério de ferro, açúcar e carne de frango, e importa alumínio, adubos e combustíveis.

Não foi disponibilizado o relatório de gestão do atual Embaixador.

É o relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

EMBAIXADA DO BRASIL NO ESTADO DO KUAITE  
EMBAIXADOR ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO  
RELATÓRIO DE GESTÃO

Ao concluir minha missão de pouco mais de dois anos à frente da Embaixada do Brasil junto ao Estado do Kuaite e ao Reino do Bareine, apresento meu relatório de gestão. Teço breves considerações sobre características dos dois países, mas me concentro nos aspectos de interesse para o desenvolvimento das relações bilaterais de cada um com o Brasil.

2. São os seguintes os dados básicos dos dois países, de acordo com dados consolidados disponíveis:

KUAITE:

Área: 17,8 mil km<sup>2</sup>,

População: 3,4 milhões de habitantes, dois terços dos quais estrangeiros,

PIB: US\$ 165,9 bilhões em 2012,

PIB per capita: a maior renda per capita de toda a região, US\$ 43,420 mil dólares,

Religião: Islamismo (70 por cento sunitas; 30 por cento xiitas),

Regime político: monarquia constitucional (Emirado) desde a Independência em 1962, ano em que se adotou uma Constituição e foram convocadas as primeiras eleições diretas para o Parlamento (Unicameral de 50 representantes),

Base da economia: quinta maior reserva mundial de petróleo, 8% de toda a riqueza desse produto em todo o mundo. Pouca diversificação econômica e grande acúmulo de capital no exterior (as estimativas variam, mas certamente superiores a USD 500 bilhões no total, incluindo-se os quatro fundos de investimento).

BAREINE:

Área: 678 km<sup>2</sup>,

População: 1,3 milhão de habitantes, cerca de mais da metade estrangeiros,

PIB: US\$ 25,8 bilhões,

PIB per capita: US\$ 19,8 mil,

Religião: islamismo(70% xiitas; 30% sunitas),

Sistema político: regime monárquico, com Constituição promulgada em 1973.

Base da Economia: atualmente baixa produção de petróleo; desenvolvimento como pólo de turismo regional; grandes esforços para a diversificação da economia, especialmente no setor de

petroquímicos. Não há informações atualizadas sobre capitais no exterior.

3. Apesar de pequenos em suas dimensões territoriais, Kuaite e Bareine tem grande importância política, diplomática e econômica, por integrarem o Golfo Árabe, área historicamente presente nos cálculos geopolíticos das potências internacionais. Além disso, o Kuaite é produtor relevante de petróleo e ativo nas discussões sobre questões que afetam o seu entorno. São, portanto, postos de observação diplomática relevantes, não apenas pelos papéis que desempenham na economia internacional, mas também pelo jogo dos interesses globais que se desenrola na Região.

4. É difícil individualizar as questões mais importantes da agenda dos países do Golfo. Assinalaria, com a nota de cautela de que não se trata de lista excludente, as seguintes: segurança interna; o predomínio da Arábia Saudita na balança de poder entre os países da região e o impacto da disputa com o Irã; contenciosos históricos ainda latentes; corrida - ou competição - armamentista não declarada e crescente; a presença militar maciça dos EUA; turbulência e violência políticas que sempre ameaçam ultrapassar fronteiras; ausência de um sistema de segurança coletiva; sentimento perene de iminência de guerra; fragilidade em termos de coordenação regional em temas econômicos e mesmo políticos; visões diferenciadas e conflitantes sobre o Irmandade Muçulmana; interferências políticas de países extra-regionais.

5. O Kuaite e o Bareine, ainda que em graus diferenciados e com nuances, seguem em linhas gerais o mesmo modelo de organização política, social e econômica que prevalece no Golfo: riqueza baseada no petróleo; monopólio do poder político por uma família (Al-Sabah, no Kuaite, e Al-Khalifa, no Bareine); grande contingente de estrangeiros como massa de trabalho principal; tensão entre sunitas e xiitas; distribuição de benefícios econômicos à população como forma de evitar tensões e demandas populares e propiciar a continuidade da "estabilidade política".

6. Fechando o foco mais especificamente sobre Kuaite e Bareine, cabe ressaltar que o primeiro é, no plano da política interna, considerado país mais liberal se comparado ao Bareine. Possui um Parlamento ativo (o primeiro da região) e, embora não seja permitida a formação de partidos políticos, existe uma dinâmica acentuada de debate, com momentos de tensa dialética no diálogo com o Executivo. Foi pioneiro na eleição de mulheres para o Legislativo, o que, entretanto, não se manteve na atualidade. O marco referencial em que se movem os membros do Parlamento

kuaitano é dado por princípios de estabilidade política, da integridade territorial e da segurança do Estado, o que em passado recente deu margem para que o Emir, a mais alta autoridade do país, dissolvesse, em pelo menos duas oportunidades, a Assembleia, com base nos seus poderes constitucionais.

7. O Bareine, por sua vez, segue sistema mais monolítico de poder, com concentração nas mãos do Rei e de seu entorno imediato. Entretanto, sua menor expressão como país produtor de petróleo obrigou a adoção de políticas de diversificação para substituir essa fonte de recursos financeiros. Os setores petroquímico e de turismo são relevantes nesse contexto.

8. Num e noutro país, a questão sunitas/xiitas é relevante, como de resto o é para toda a região do Golfo e, mais amplamente, para o entorno do MENA. No Kuaite, os sunitas constituem cerca de 70 por cento da população local e há um acordo tácito de alguns séculos em que, sob o controle político sunita da família Al-Sabah, famílias xiitas de grande expressão comercial e econômica (algumas com suas origens no Irã) tenham liberdade de ação. Esse equilíbrio, delicado e complexo, distingue o Kuaite do Bareine e dos outros países da área; é a pedra de toque do sistema e toda e qualquer decisão do Executivo está por ele balizado. Os dois lados reconhecem a conveniência desse acordo.

9. No Bareine, a equação sunitas/xiitas é oposta e, portanto, menos estável: 30 por cento de sunitas com o controle político e econômico sobre 70 por cento de xiitas, o que constitui fórmula de grande potencial para pleitos, contestações e tensões. Essa é, basicamente, a explicação para as manifestações fortes de rua que houve no país em 2010 e que, ainda hoje, por vezes se repetem e ecoam sobre a vida política bareinita.

10. Da mesma maneira, Kuaite e Bareine são países onde a distribuição de benefícios econômicos ("rentier states") tem garantido a estabilidade política e social. A crise atual, com a redução dos preços do petróleo e, por conseguinte, a dos rendimentos do país, coloca em certo risco essa política tradicional de relacionamento do poder com a população.

11. Há questões relevantes, em ambos os países, na área social e dos direitos humanos, como por exemplo, no que se refere a gênero, migrantes, apátridas.

12. Ainda no plano da política interna, cabe assinalar que o Bareine esteve - e ainda está - mais sujeito a manifestações contra o governo desde a eclosão dos eventos na Tunísia, Egito e Líbia. No Kuaite, o impacto daquela conjuntura pode ser esmaecida por medidas que combinaram a vigilância de segurança interna com a



distribuição de benefícios sociais e isenções econômicas. No entanto, como tem sido a História de ambos os países, o Irã aparece sempre como inspirador das contestações internas.

13. No campo da política externa, há igualmente diferenças entre Kuaite e Bareine, dadas pela maior envergadura e expressão econômica, política e diplomática do primeiro, que se move com maior autonomia do que o segundo.

14. Nesse sentido, o Kuaite consegue exercer com habilidade o que se pode denominar "ambivalência" no relacionamento com seu entorno, com os EUA e com outros países de expressão extra-regional. Encapsulado entre a Arábia Saudita, o Iraque e o Irã, e com uma dívida de gratidão para com os EUA, não resta ao Kuaite senão desenvolver uma política externa hábil que joga com vertentes dos interesses desses interlocutores, sem que isso signifique ameaça à sua autonomia.

15. O Bareine, por sua vez, tem latitude de ação limitada e está concentrado no relacionamento com a Arábia Saudita que lhe financia a economia e assegura sua estabilidade interna, e com os EUA, que lhe asseguram, com a presença da V Frota em Manama, estabilidade frente às "ameaças xiita e iraniana".

16. Os dois países oferecem grandes oportunidades ao Brasil e procurei, dentro dos limites do Posto e da margem de atuação disponível, explorá-las ao máximo.

17. Temos presença tradicional em ambos, especialmente no Kuaite. O Kuaite tem Embaixada no Brasil e o Bareine está em processo de abertura de sua Representação Diplomática em nossa Capital. O Brasil poderia considerar abrir, quando as circunstâncias o possibilitem, Embaixada residente em Manama, como forma de adensar substantivamente e com mais facilidade o relacionamento bilateral com o Bareine.

18. No comércio bilateral com o Kuaite, o Brasil é deficitário e, nos últimos anos, constata-se a tendência ao declínio do fluxo de comércio nos dois sentidos. O intercâmbio comercial bilateral foi de 1,273 bilhão de dólares em 2012, com déficit de 647 milhões de dólares para o Brasil.

19. As exportações kuaitianas são, em geral, direcionadas em sua maior parte para os países em desenvolvimento (mais de 50 por cento), sendo os asiáticos o principal destino. Não há, no Bareine e no Kuaite, estatísticas consolidadas, confiáveis, públicas e atualizadas, mas se pode inferir da série de 2012, por exemplo, que o Brasil, foi o 13º país importador (0.9% do total), majoritariamente de combustível, químicos e plásticos.

20. Em sentido contrário, o Kuaite importa cerca de 70 por cento dos países desenvolvidos, com os chamados emergentes e em desenvolvimento em plano secundário. Dos asiáticos, as importações chegam a quase 50 por cento, mas são os EUA o principal fornecedor de bens ao Kuaite, tendo o Brasil, em 2012, sido o 14º principal exportador para o país. A pauta de importações naquele ano concentrou-se em três grupos de manufaturados.

21. Entretanto, há espaço para ampliarmos nossa presença comercial e econômica. Será indispensável ativar todos os mecanismos de promoção comercial para que se reverta a tendência decrescente e também para que possamos, numa projeção mais de médio e longo prazo, reverter - ou pelo menos diminuir - progressivamente o déficit brasileiro.

22. Dentre as possibilidades de ação para adensar as relações bilaterais com o Kuaite, procurei, durante minha gestão no Posto, explorar e identificar o interesse kuaitiano nos vetores que a seguir indico:

- parceria com o Brasil, por parte do Kuwait Fund for Arab Economic Development (KFAED), financiador de projetos de desenvolvimento em terceiros países, com taxas favoráveis, anos de carência e amortização também favorável. O KAFED tem carteira de pelo menos 664 projetos financiados,
- Participação de empresas brasileiras em projetos do setor petrolífero no Kuaite,
- contatos com empresários, com a Câmara de Comércio com vistas a uma possível intensificação do comércio e troca de visitas empresariais e de autoridades governamentais;
- atividades conjuntas de promoção comercial;
- possíveis parcerias na área da produção agrícola (no Kuaite, no Brasil e em terceiros países) ;
- visitas recíprocas de autoridades governamentais, como forma de adensar o diálogo,
- visitas recíprocas de delegações dos dois Parlamentos;
- diálogo com autoridades e empresas kuaitianas em prol do levantamento da sanção imposta à carne brasileira;
- possibilidades para investimentos kuaitianos no Brasil;
- realização de reunião da Comissão Mista Bilateral; e
- análise de alternativas ao pleito kuaitiano de assinatura dos Acordos de Bitributação e de Proteção de Investimentos.

23. Estão em vigor os seguintes Acordos entre Brasil e Kuaite:

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite sobre Cooperação Esportiva, de 2010; Memorando de Entendimento entre

o MRE e o MNE do Kuaite sobre Estabelecimento de Consultas Bilaterais, de 2002; Acordo de Cooperação, de 1976.

24. Encontram-se em tramitação no Parlamento Brasileiro os seguintes instrumentos, assinados, e sobre os quais seria benéfico contar com a aprovação para sua implementação: Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite nas Áreas de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de 2010; Emenda ao Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Estado do Kuaite, de 2010; Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, de 2010. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite sobre Serviços Aéreos, de 2010; e o Acordo de Cooperação Cultural, de 2005.

25. Como sugestões para ação futura, listo a seguir:

- organização de "road shows" comerciais;
- reuniões no Brasil com a comunidade empresarial com interesse na região do Golfo, para explicar as possibilidades identificadas ( por exemplo, na área da infra-estrutura, tanto no Kuaite quanto no Brasil) ;
- aprovação, no Parlamento Brasileiro, dos Acordos já assinados com o Kuaite; e
- exportação, pelo Brasil, de serviços médico-hospitalares.

26. No que se refere ao comércio bilateral com o Bareine, a Ásia representa o principal destino das exportações bareinitas (Índia é o principal mercado consumidor). O Brasil situa-se em torno do trigésimo quinto lugar como destino das exportações bareinitas.

27. No que se refere às importações do Bareine, grande parte é também originada na Ásia, mas a prevalência cabe aos produtos norte-americanos. O Brasil situa-se, historicamente, em torno do oitavo lugar como país fornecedor de bens ao Bareine.

28. A corrente de comércio entre Brasil e Bareine tem histórico de grandes superávits em nosso favor. Por exemplo, em 2012 (também no Bareine há dificuldade para estatísticas públicas, consolidadas e atualizadas), a corrente de comércio foi de US\$ 446 milhões e nosso superávit de US\$ 381 milhões.

29. Dentre os produtos que contribuíram para o desempenho das exportações brasileiras, os minérios de ferro (74% do total), alumina calcinada (6%) e frango congelado (4%). O Brasil importou produtos de alumínio (cabos e ligas) e óleos lubrificantes e petróleo.

30. Entretanto, essa tendência histórica reverteu-se a partir dos últimos anos, com aumento expressivo de importações e diminuição das exportações. Dados ainda não consolidados do ano passado

apontam para déficit de USD 647 milhões de dólares para o lado brasileiro (Exportações de 313 milhões; importações de 960 milhões)

31. Como no caso do Kuaite, há no Bareine espaço para o aumento da participação de produtos e serviços brasileiros. Durante minha gestão no Posto, procurei, também explorar e identificar, no Bareine, possibilidades a serem aproveitadas para adensar as relações bilaterais, com o objetivo que considero estratégico de reversão do déficit brasileiro.

32. Há possibilidades de expansão da presença de produtos agrícolas e agropecuários; de participação de empresas brasileiras na área do software e da informática; de atração de investidores bareinitas para projetos no Brasil; participação de empresas brasileiras em projetos naquele país.

33. Considero importante desenvolver linhas de ação para a construção de um quadro de Acordos Bilaterais que possa servir de moldura para a institucionalização do relacionamento entre os dois países. Neste momento, não há Acordos assinados com o Bareine.

34. Promover visitas recíprocas de missões empresariais é igualmente importante, bem como constituir uma Comissão Mista para que os temas de interesse dos dois lados possam ser tratados de maneira coordenada e abrangente.

35. Concluo este relatório de gestão, referindo-me à atuação na proteção, assistência e defesa dos interesses das comunidades brasileiras no Kuaite e no Bareine. Refiro-me, igualmente, à gestão administrativo-financeira do Posto.

36. As comunidades brasileiras, tanto no Kuaite quanto no Bareine, são pequenas, com cerca de 150 pessoas em cada uma delas. Os dois grupos são integrados, na sua maioria, por pessoas que adquiriram a nacionalidade em função de casamento, paternidade ou maternidade. Predominam, nesses casos, os que possuem também a nacionalidade libanesa, síria e palestina. Não foi possível mapear e registrar integralmente as comunidades nos dois países, já que existem resistências ao registro consular.

37. De maneira geral, nos grupos há nacionais brasileiras casadas com estrangeiros; jogadores e técnicos de futebol. A comunidade no Bareine parece-me mais homogênea, estruturada e atenta na defesa em grupo de seus interesses, contando majoritariamente com técnicos e profissionais, inclusive na área financeira e da aviação.

38. A comunidade brasileira, tanto no Kuaite, quanto no Bareine, é altamente demandante e tende a reivindicar serviços da Embaixada de maneira agressiva e muitas vezes fora dos preceitos adequados

de urbanidade. Entretanto, foi possível mobilizar as duas comunidades para a criação de Conselhos de Cidadãos e Cidadãs. No Bareine, o Conselho continua ativo e promovendo encontros e atividades de interesse dos que lá residem; no Kuaite, entretanto, o Conselho não se desenvolveu e não há registro de atividades por ele promovidas. A Embaixada tem sempre reafirmado abertura e receptividade a ambas comunidades.

39. Em Manama, Capital do Bareine, há um Cônsul Honorário cujo desempenho insatisfatório poderia ensejar sua substituição, em benefício da melhoria da qualidade e celeridade no atendimento à nossa comunidade. Considero igualmente importante poder contar com serviços advocatícios de escritório especializado tanto no Kuaite e no Bareine. Os dois países têm sistema legal complexo que requer conhecimento específico, inclusive quanto à tramitação de processos trabalhistas e de deportação por comissão de ilícitos.

40. Os problemas enfrentados, nos dois países, por nossos(as) nacionais são comuns a outros grupos de estrangeiros, como a retenção de passaporte por empregadores; o não-cumprimento de contrato de trabalho; a não-observância da legislação trabalhista; a falta de renovação do visto de permanência.

41. Entretanto, nos últimos meses, houve, especialmente no Bareine, um visível aumento dos casos de exploração sexual, envolvendo transgêneros e travestis brasileiros. Há também registro, no Bareine, de incidentes de trânsito e de alcoolismo em via pública, com detenção.

42. Em todos os casos em que a Embaixada foi acionada, prestou-se a assistência necessária, de forma tempestiva, e foi possível dar soluções tempestivas, normalmente com a deportação em poucos dias.

43. As restrições orçamentárias impossibilitaram a realização de missões consulares itinerantes ao Bareine. Os inúmeros atendimentos consulares registrados foram administrados à distância, pois, na maior parte dos casos, houve dificuldade no acionamento do Cônsul Honorário.

44. Com relação à administração do Posto, a orientação com vistas à economicidade prevaleceu, em sintonia com as diversas instruções recebidas e com a conjuntura financeira adversa. As dotações do Posto encontram-se em patamar mínimo, contando apenas com serviço básico de limpeza, manutenção e de segurança com apenas um agente local não armado, durante o horário de expediente.

45. O esforço para economizar abrangeu a renovação dos contratos de aluguel da Residência e da Chancelaria e a redução drástica dos

serviços telefônicos ao número mínimo de linhas necessárias. Há um único telefone celular oficial, colocado à disposição e controlado no Setor Consular, para plantão de assistência a brasileiros(as) em situação de risco ou emergência.

46. Do ponto de vista de lotação de pessoal, a carência absoluta de servidores do quadro no Posto dificulta a concentração dos dois diplomatas (Chefe do Posto e a Ministra-Conselheira) em questões mais substantivas, como o desenvolvimento de projetos na área cultural, por exemplo. Existem possibilidades claras de cooperação e intercâmbio em distintas áreas, mas o planejamento e a execução dos projetos demandam tempo, pessoal e recursos, o que é a limitação atual da atividade diplomática no Posto.



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM Nº 61, DE 2016

(nº 347/2016, na origem)

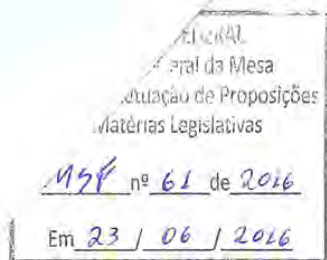
Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

**AUTORIA:** Presidente da República

**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



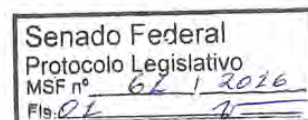
Mensagem nº 347

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

Os méritos do Senhor Norton de Andrade Mello Rapesta que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de junho de 2016.





EM Nº 158 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 8 de junho de 2016.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



JOSÉ SERRA

Ministro de Estado das Relações Exteriores



00001.002082/2016-92

EM nº 00158/2016 MRE



Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente de República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: José Serra*



## INFORMAÇÃO

## CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA

CPF.: 405941227-91

ID.: 8275 MRE

1958 Filho de Enrique Wilson Libertário Rapesta e Maria Augusta Rapesta, nasce em 20 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ

**Dados Acadêmicos:**

1980 Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ  
 1982 CPCD - IRBr  
 1991 CAD - IRBr  
 2007 CAE - IRBr, Exportação de Produtos de Defesa: importância estratégica e promoção comercial

**Cargos:**

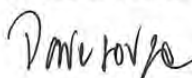
1983 Terceiro-Secretário  
 1987 Segundo-Secretário  
 1996 Primeiro-Secretário, por merecimento  
 2003 Conselheiro, por merecimento  
 2007 Ministro de Segunda Classe, por merecimento  
 2010 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

**Funções:**

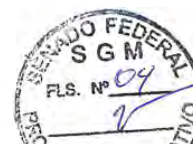
1984-85 Divisão de Divulgação Documental, Assistente  
 1985-87 Coordenadoria Especial de Imprensa, Assessor  
 1987-91 Embaixada em Roma, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário  
 1991-92 Presidência da República, Secretaria de Imprensa, Adjunto  
 1992-97 Divisão de Operações de Promoção Comercial, Assessor  
 1997-99 Consulado-Geral em Caiena, Cônsul-Geral  
 1999-2003 Missão Junto à CEE, Bruxelas, Primeiro-Secretário  
 2003-09 Divisão de Operações de Promoção Comercial, Assistente e Chefe  
 2009-11 Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, Diretor  
 2011-15 Embaixada em Helsinki, Embaixador  
 2015- Embaixada em Luanda, Embaixador

**Condecorações:**

1986 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Cavaleiro  
 1993 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro  
 1994 Medalha Santos Dumont, Brasil  
 1995 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro  
 1999 Ordre du Mérite National, França, Cavaleiro  
 2007 Ordem de Dannebrog, Dinamarca, Comandante  
 2008 Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Comandante  
 2008 Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador  
 2010 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial  
 2015 Comandante da Grã Cruz da Ordem do Leão da Finlândia


**PAULA ALVES DE SOUZA**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

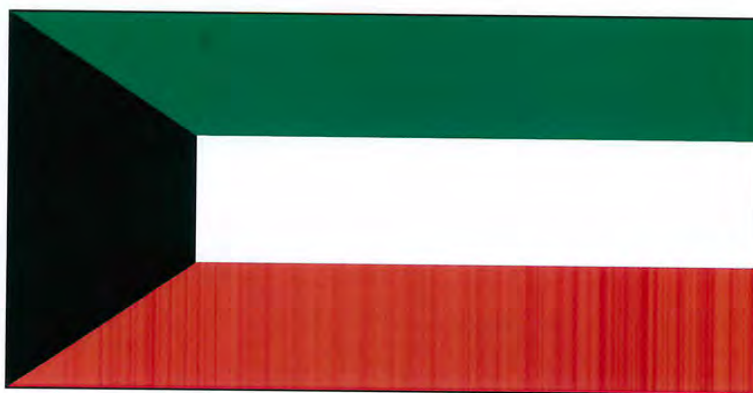




1

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

### KUWAIT



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Mai de 2016**



<b>DADOS BÁSICOS SOBRE O KUWAIT</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	Estado do Kuwait
<b>CAPITAL:</b>	Cidade do Kuwait
<b>ÁREA:</b>	17.818 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO:</b>	4.298.634, dos quais 1.316.554 detém nacionalidade kuwaitiana
<b>IDIOMA OFICIAL:</b>	árabe e inglês.
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	islã (85%, sendo 70% destes sunitas e 30% xiitas). O cristianismo, o hinduísmo e as demais religiões representam 15%.
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Monarquia constitucional
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Assembleia Nacional (Majlis Al-Ummah). Parlamento unicameral, composto por 50 membros eleitos para mandatos de quatro anos e até 15 membros não eleitos (ministros, ao serem indicados pelo Emir, tornam-se automaticamente membros do parlamento).
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Emir Xequé Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah (desde 29/01/2006)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Primeiro-Ministro Xequé Jaber al Mubarak al Sabah (desde 04/12/2011)
<b>CHANCELER:</b>	Xequé Sabah al Khalid al Sabah (desde 22/09/2011)
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):</b>	US\$ 163,6 bilhões (2015)
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):</b>	US\$ 274,9 bilhões (2015)
<b>PIB PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 38.058 (2015)
<b>PIB PPP PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 63.959 (2015)
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	-1,6% (2014); 1,1% (2013); 6,6% (2012)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):</b>	0,816 (48ª posição entre 188 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2015):</b>	74,4 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO (2015):</b>	99,54%
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):</b>	3% (CIA World Factbook)
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	dinar kuwaitiano
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Ayadah M. Al-Saidi
<b>BRASILEIROS NO PAÍS:</b>	Há registro de 300 brasileiros residentes no Kuwait

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-KUWAIT (em milhões de US\$, fonte: MDIC)</b>									
<b>Brasil → Kuwait</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>
<b>Intercâmbio</b>	70,6	120,4	147,9	224,7	344,4	373,6	744,4	1.322	670,3
<b>Exportações</b>	49,5	65,5	74,0	191,6	230,7	373,3	357,3	306	239,1
<b>Importações</b>	21,1	54,9	74,0	33,1	113,7	0,3	387,1	1.016	430,7
<b>Saldo</b>	28,4	10,7	0	158,6	117,1	373	-30	-710	-191,2

Informação elaborada em 29/04/2016 por Pedro Menezes.



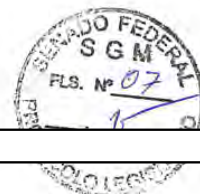
## APRESENTAÇÃO

O Kuwait compreende uma área de 17.818 km<sup>2</sup>, possuindo fronteira terrestre com Arábia Saudita e Iraque, bem como fronteira marítima com o Irã. Localizado na extremidade noroeste do Golfo Pérsico e próximo da desembocadura do sistema fluvial mesopotâmico, o Kuwait possui posição estratégica. A população do Kuwait é de cerca de 4,3 milhões, dos quais 1,3 milhão detém nacionalidade kuwaitiana. Apesar da presença de minoria xiita relevante, não há, tradicionalmente, rivalidade sectária significativa.

Embora formalmente vassalo do Império Otomano, o Emir do Kuwait assinou, em 1896, Tratado de Protetorado com o Império Britânico, status que manteve até 1961, ano de sua independência.

A indústria petrolífera responde por mais da metade do PIB nacional, sendo a principal fonte de receitas estatais.

Apesar de ser a família real o principal centro de poder no país, as instituições kuaitianas permitem grau de participação e liberdade políticas superiores, vai de regra, ao demais membros do Conselho de Cooperação do Golfo.





**PERFIS BIOGRÁFICOS****Emir Xequê Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah  
Chefe de Estado**

Nascido em junho de 1929, é o quarto descendente do Emir do Kuwait Xequê Ahmad al Jaber al Sabah. Viúvo.

Estudou em escolas do Kuwait e completou estudos superiores com tutores particulares. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 1963 a 1991 e Ministro em exercício da Informação entre 1963 e 1985. Entre 1965 e 1967 desempenhou as funções de Ministro das Finanças e Ministro Interino do Petróleo.

Foi nomeado vice-primeiro-ministro em fevereiro de 1978, função que acumulou com a de Ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo sido confirmado nesses cargos nos governos empossados em março de 1985 e outubro de 1992.

Foi nomeado primeiro-ministro por decreto de julho de 2003. Ascendeu ao trono em janeiro de 2006, em virtude do falecimento de seu antecessor.



**Primeiro-Ministro Xequê Jaber Al-Mubarak Al-Hamad Al-Sabah**  
**Chefe de Governo**



Nasceu em 1948, é casado e tem 9 filhos.

Foi supervisor, diretor e subsecretário do "Amiri Diwan" (Gabinete do Emir) entre 1968 e 1979. Foi governador do distrito de Hawaly entre 1979 e 1985, e do distrito de Ahmadi entre 1985 e 1986.

Em 1986, foi indicado Ministro de Assuntos Sociais e do Trabalho, cargo que exerceu até 1988, quando foi indicado Ministro da Informação. Após a invasão do país pelo Iraque (agosto 1990), foi nomeado assessor particular do Emir, função que exerceu até março de 1992.

Foi nomeado Ministro da Defesa entre 2001 e 2002, retornando ao cargo em 2006. Em 2007 foi designado Vice-Primeiro-Ministro, ascendendo ao posto de Primeiro-Ministro em 19 de julho de 2011.





## RELAÇÕES BILATERAIS

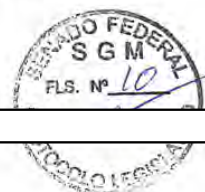
Em 1968, foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países e criada a primeira Embaixada do Brasil junto ao Governo do Kuwait, funcionando, cumulativamente, a partir do Cairo. Em 1975, o Brasil inaugurou sua Missão diplomática residente no emirado, gesto reciprocado pelos kuwaitianos em Brasília em agosto do mesmo ano.

A crise do petróleo de 1973 compeliu o Brasil a estreitar seus vínculos com os países árabes exportadores da *commodity*, inclusive o Kuwait. Datam dessa época a criação do mecanismo bilateral de Comissão Mista, a assinatura do Acordo de Cooperação de 1975 e o intenso intercâmbio de visitas de autoridades financeiras entre os dois países.

Após o aumento das taxas internacionais de juros (1981) e a conseqüente crise internacional da dívida de 1982, na qual o Brasil se viu diretamente envolvido, continuou intenso o intercâmbio de visitas de autoridades financeiras, desta vez com o objetivo de angariar o apoio kuwaitiano para iniciativas de refinanciamento das dívidas públicas e privadas brasileiras para com o emirado. Ocorre nessa época, também, um esforço coordenado entre os ministérios militares e as empresas de defesa brasileiras no sentido de abrir o mercado kuwaitiano para os produtos nacionais de defesa. É nesse contexto que Roberto de Abreu Sodré realiza a primeira visita de chanceler brasileiro ao Kuwait em abril de 1986. Em 1989, o então presidente José Sarney convida o então Primeiro-Ministro do emirado a visitar o Brasil, visita que não ocorreu.

A invasão do Kuwait pelo Iraque (1990) e a subseqüente Guerra do Golfo alteram o panorama das relações do Brasil com o pequeno emirado. Até então concentrado no plano econômico-comercial, o diálogo bilateral ganhou maior densidade política ao longo da década de 1990, em especial nos períodos 1993-1994 e 1998-99, quando o Brasil ocupou assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Entre 1993 e 1994, intensificaram-se as gestões kuwaitianas de alto nível junto ao Brasil, solicitando nosso apoio para pressionar o Iraque a implementar diversas resoluções da Organização das Nações Unidas, como as referentes à demarcação da fronteira entre os dois países árabes, após a Guerra do Golfo. Registre-se, nesse particular, a audiência concedida pelo Presidente Itamar Franco ao então Ministro da Informação, Xequê Saud al Sabah, na qualidade de Emissário Especial do Emir, em março de 1993.



Durante o período de 1998 a 1999, o Brasil voltou a tratar de temas de forte interesse do Kuwait. Foram criados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, à época, três painéis relativos à situação no Iraque, todos presididos pelo representante brasileiro na Organização: o primeiro sobre temas de desarmamento, o segundo sobre assuntos humanitários e o terceiro sobre prisioneiros de guerra e propriedade kuwaitiana.

As posições então adotadas pelo Brasil no Conselho de Segurança da ONU contribuíram para superar, em definitivo, o desconforto existente entre 1990 e 1993 nas relações bilaterais, causado pela não participação do Brasil na coalizão militar que derrotou o Iraque na Guerra do Golfo. Na instância máxima da ONU, o Brasil sempre defendeu as resoluções favoráveis à manutenção da soberania e da integridade territorial do Kuwait e ao cumprimento, pelo Iraque, de todas as resoluções do CSNU.

Do ponto de vista comercial, a partir de 1995 inicia-se processo de retomada das importações brasileiras de petróleo do Kuwait (interrompidas com os conflitos do início dos 90), o que levou à ocorrência de déficits substanciais para o Brasil nas trocas bilaterais, que chegaram a alcançar o valor total aproximado de US\$ 1 bilhão. No final dessa década, em razão da priorização da política brasileira de integração sul-americana, parte das compras de petróleo originárias dos países do Golfo passou a ser substituída por aquisições oriundas da Argentina e da Venezuela, o que inverteu o fluxo do comércio bilateral com o gradual incremento das exportações brasileiras. Nesse período, o Kuwait começa a disputar o papel, com os Emirados Árabes Unidos, de porta de entrada de produtos brasileiros para alguns importantes países do Oriente Médio, como o Irã e as repúblicas islâmicas da antiga URSS.

Outro aspecto relevante, que despontou após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, foi o aumento potencial da importância do Kuwait como fonte alternativa para captação de investimentos externos, em vista do movimento de realocação das inversões kuwaitianas que estiveram concentradas nos mercados norte-americano e da Europa Ocidental.

Em julho de 2010, o então primeiro-ministro kuwaitiano, Xequé Nasser Al-Sabah, visitou o Brasil em caráter oficial, no que constituiu a visita de mais alto nível da história das relações bilaterais. Na ocasião, foram assinados diversos acordos, como o Memorando de Entendimento nas Áreas de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva, o Acordo de Cooperação Técnica e o Acordo sobre Serviços Aéreos.





## POLÍTICA INTERNA

O Kuwait é uma monarquia constitucional, na qual os ramos Jaber e Salem, da família al Sabah, se alternam no poder. Pela Constituição de 1962, é vedada a formação de partidos políticos e garantida a liberdade de culto, existindo na prática templos de todas as religiões, exceto a judaica.

No sistema político kuwaitiano, a Assembleia Legislativa não tem o poder de formar o Gabinete, sendo o primeiro-ministro e os ministros indicados pela família al Sabah. O segmento mais liberal e modernizante do governo é o executivo, dirigido pela família real, que, além do Emir, Príncipe Herdeiro e Primeiro-Ministro, sempre manteve em suas mãos as pastas mais importantes como a da Defesa, Interior, Relações Exteriores, Energia, Comunicações e Planejamento. Tradicionalmente, os al Sabah vêm conduzindo uma política que visa a satisfazer a população kuwaitiana através da distribuição de uma parcela (pequena, com relação ao total) dos recursos provenientes da exportação de petróleo, na forma de educação e assistência médica totalmente gratuitas, elevados salários no setor público, doação por ocasião do casamento, empréstimos subsidiados para a aquisição de casa própria, aposentadoria integral após 25 anos de serviço, entre outras.

O Kuwait conta atualmente com cerca de 400 mil eleitores, sendo que pouco mais da metade são mulheres. A Assembleia é composta por 50 representantes eleitos, metade dos quais são, historicamente, chefes tribais e representantes de comunidades islâmicas.

A história política recente do país é marcada por trajetória de embates entre o legislativo e o executivo. A oposição, liderada por uma coalizão de parlamentares de plataforma essencialmente religiosa, membros tribais, alguns liberais e uma miríade de grupos de jovens ativistas, obteve vitória histórica contra o governo nas eleições de fevereiro de 2012. Em reação ao ganho de poder da oposição, foi decretada mudança na lei eleitoral, que reduziu o número de votos por pessoa de 4 para 1, possibilitando ao governo que impedisse que grupos tribais e religiosos alcançassem maioria no parlamento nas eleições de dezembro. Em represália, a oposição boicotou as eleições legislativas do final de 2012, o que resultou em ganho histórico de assentos xiitas.

As últimas eleições ocorreram em 2013, tendo sido boicotadas pelos principais partidos de oposição, especialmente os de vertente islâmica.



9

Apesar do boicote, o comparecimento às urnas foi de 51% do eleitorado, apenas 7% menor do que o pleito anterior. Partidos liberais e partidos ligados a tribos menores ocuparam boa parte do espaço deixado vago pelos políticos de matiz religiosa.

Em 26 de junho de 2015, um ataque suicida foi perpetrado contra uma das principais mesquitas xiitas do Kuwait, matando 27 pessoas e ferindo 227. O autoproclamado "Estado Islâmico" assumiu a autoria pelo ataque, imediatamente após o ato. Procedimentos judiciais sumários condenaram, em setembro do mesmo ano, sete pessoas à morte e oito a penas de prisão por envolvimento com a execução do ataque terrorista. Apesar da natureza sectária do ataque, não houve escalada de tensões religiosas no país, que manteve a tradicional cordialidade entre as comunidades xiita e sunita.





## POLÍTICA EXTERNA

No pós-Guerra do Golfo (1990-91), o Kuwait tem procurado, em termos de política regional, reafirmar sua identidade árabe. Alinha-se às críticas mundiais quanto ao comportamento do atual governo israelense, contrário ao processo de paz para o Oriente Médio. Outra vertente da ação externa do emirado, a partir da liberação do país da ocupação iraquiana, foi a concentração de sua agenda externa, prioritariamente, sobre os membros permanentes do CSNU e sobre potências emergentes de outras regiões do globo, identificadas como importantes para a manutenção de sua soberania e integridade territorial, como a África do Sul, China, Índia, e Canadá, além do Brasil.

Após o trauma da ocupação, tornou-se uma constante da política externa kuwaitiana a utilização de sua pujança econômico-financeira para atrair os parceiros do cenário internacional, priorizando-os através de concessões comerciais vantajosas e do direcionamento de seus excedentes financeiros para investimentos nesses países.

No campo da diplomacia econômica, destaca-se o papel do Kuwait Fund for Arab Economic Development (KFAED), braço econômico do Ministério das Relações Exteriores kuwaitiano. Criado em 1961, é utilizado como instrumento para adensar o relacionamento entre o Kuwait e os países em desenvolvimento com os quais o Reino possa ter (ou tencione vir a ter) relacionamento especial. O KFAED prioriza projetos nos setores de transporte, comunicações, agricultura, saneamento básico e meio ambiente e analisa projetos de nível municipal, estadual ou federal, desde que aprovados pelo órgão de planejamento central do país solicitante.

Até maio de 2016, o fundo havia concedido empréstimos no montante de US\$ 18 bilhões a 105 países, num total de 905 operações de crédito. Desse universo de 105 países, 13 países da América do Sul e Caribe foram beneficiados com um total de US\$ 1,19 bilhões.



## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia kuwaitiana é altamente dependente do setor de hidrocarbonetos, com a venda do petróleo contribuindo com a maior parte da arrecadação estatal, além de responder por mais de metade do PIB, estando a higidez econômica do Kuwait atrelada ao desempenho do mercado internacional dessa commodity. A crise econômica de 2008 e a consequente contração da demanda por hidrocarbonetos atingiram repercutiram negativamente na economia do país, resultando em contração de -7,1% em 2009 e de -2,4% em 2010. Desde então as taxas de crescimento têm oscilado intensamente: após breve período de recuperação, com crescimento superior a 6% em 2011 e 2012, a economia kuwaitiana voltou a se retrair em 2014. Espera-se que com a configuração de um novo statu quo da indústria petrolífera, ainda que menos favorável a produtores, a taxa de crescimento aumente gradualmente, de 1,2% em 2016 a uma média de 2,7% ao ano no período 2018-2020.

A Kuwait Petroleum Corporation, companhia estatal de petróleo, planeja, no curto prazo, incrementar a produção nacional de 3 milhões de barris/dia no início de 2016 para atingir 3,2 milhões até junho do mesmo ano. A meta de longo prazo traçada pelo Governo kuwaitiano, de produzir 4 milhões de barris por dia até 2020, no entanto, pode ser prejudicada por um prolongamento na baixa nos preços no mercado internacional ou por outros fatores, como a greve de trabalhadores da indústria petrolífera que reduziu a produção kuwaitiana a 1,1 milhão de barris/dia em abril de 2016.

Estima-se, contudo, que a manutenção dos preços do petróleo em patamar reduzido resulte, em 2016, no primeiro déficit em conta corrente do Kuwait desde 1992. Pelo mesmo motivo, é previsto um aprofundamento do déficit fiscal do governo, atingindo patamar de US\$ 40 bilhões no ano fiscal de 2016/2017, superior em quase 50% ao déficit do exercício anterior. Além da queda nas receitas petrolíferas, contribuem para o déficit estatal kuwaitiano, gastos associados ao amplo plano de desenvolvimento "Kuwait Vision 2035" (principalmente em áreas como construção civil e infraestrutura petrolífera), subsídios ao consumo de energia elétrica e combustíveis e a tradicional política de garantia de emprego no setor público a cidadãos kuwaitianos.

São constantes os pronunciamentos de autoridades governamentais reconhecendo a necessidade de ajustes fiscais, tendo o próprio Emir recomendado, em janeiro de 2016, cortes no orçamento e maior controle sobre os gastos públicos. Apesar disso, têm sido escassas as medidas





práticas nesse sentido. O Kuwait é o único membro do CCG a não ter revisado sua política de subsídios aos combustíveis: diferentes propostas ainda estão em discussão na Assembleia Nacional, mas não há cronograma relativo a qualquer tomada de decisão.

A bolsa de valores do Kuwait (KSE), terceira maior do mundo árabe, sofreu forte impacto da crise financeira de 2008. O ambiente de aversão ao risco que se enraizou foi potencializado pela falta de confiança nas regras e instituições que regem a KSE, sujeita a interferência constante da parte de famílias mercantes tradicionais e da própria família real. A abertura, ainda que limitada, da bolsa de valores saudita (Tadawul) a investidores estrangeiros, em 2015, aprofundou a crise da KSE, oferecendo nova e atraente alternativa de investimento na região. Das 211 companhias listadas na KSE no início de 2014, 24 se retiraram até setembro de 2015. Visando contornar esse cenário desfavorável, autoridades kuwaitianas contrataram, em 2012, o banco HSBC para privatizar a operação da KSE, resultando na criação, em 2014 da empresa Boursa Kuwait, que deverá, eventualmente, assumir a operação da bolsa, até o momento operada por autoridades estatais.

A exemplo da privatização da KSE, o Executivo kuwaitiano tem se esforçado nos últimos anos para implementar reformas econômicas de cunho liberal, malgrado a oposição de membros conservadores do Parlamento e de representantes dos setores afetados. Algumas mudanças foram alcançadas, como a aprovação, em 2013, da Lei de Investimentos Estrangeiros, que permite a cidadãos estrangeiros controlar até 100% do capital de empresas no Kuwait e a redução das taxas (15%) incidentes sobre o lucro das empresas estrangeiras.

A "generosidade" do Estado kuwaitiano tem repercutido no mercado de trabalho. Mais de 90% dos nacionais do Kuwait trabalham no setor público, com melhores salários, enquanto os trabalhadores estrangeiros trabalham, em sua maioria, no setor privado. Assim, cada vez menos nacionais desejam entrar para a iniciativa privada, fazendo com que as vagas preteridas sejam preenchidas por expatriados. Dos 4,3 milhões de residentes do Kuwait, mais de 2/3 são imigrantes, vindos principalmente da Ásia (Índia, Paquistão, Filipinas).



### CRONOLOGIA HISTÓRICA

1756 - O primeiro membro da família al Sabah é escolhido emir da cidade do Kuwait pelas classes mercantis locais.

1896 - Embora formalmente vassalo do Império Otomano e subordinado à Província de Basra, o emir do Kuwait assina Tratado de Protetorado com o Império Britânico.

1914 – Com o início da Primeira Guerra Mundial, Londres declara o Kuwait um “Estado independente sob proteção britânica”.

1934 – o emir do Kuwait entrega uma concessão petrolífera à Kuwait Oil Company, uma empresa mista de capitais ingleses e norte-americanos

1938 - Campanha da burguesia kuwaitiana pela incorporação do emirado ao Reino do Iraque, como forma de contrarrestar sua insatisfação com o domínio da dinastia al Sabah;

1961 – Independência do Kuwait do jugo britânico em 1961; ameaça iraquiana de invasão, apoiada por diversos setores da sociedade kuwaitiana. Tropas britânicas evitam a invasão iraquiana.

1967 - O Kuwait declara guerra a Israel, em conjunto com outros países árabes, por ocasião do Conflito dos Seis Dias

1973 – Choque entre tropas do Kuwait e do Iraque, por questões fronteiriças. Os países produtores de petróleo, entre eles o Kuwait, decidem utilizar o produto como arma econômica na guerra contra Israel e, além de elevar o preço do produto, promovem um boicote aos países simpatizantes dos israelenses.

1975 - Nacionalização da Kuwait Oil Company

1976 – O Emir Sabah al Salem al Sabah dissolve o Parlamento, suspende parcialmente a constituição e aceita a renúncia de seu gabinete. Somente em 1980 haverá novas eleições parlamentares.

1978 – Morte do Emir Sabah al Sabah. Assume o cargo de emir o príncipe-herdeiro, Jaber al Ahmed al Sabah.

1986 – Segunda dissolução do Parlamento pelo emir.

1990 - Invasão iraquiana de 1990. Saddam Hussein declara o Kuwait a 19ª província iraquiana.





14

1991- Em fevereiro, as tropas iraquianas são expulsas do território kuwaitiano por uma coalizão de forças lideradas pelos EUA. Restauração da independência kuwaitiana.

2006 – Morre o Emir Jaber al Ahmed al Sabah. Assume a Chefia de Estado o atual Emir Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah



**CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

1968 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Kuwait. Criação da primeira representação diplomática brasileira junto ao emirado, funcionando, em caráter cumulativo, a partir da Embaixada no Cairo.

1974 – Abertura da missão diplomática brasileira residente na cidade do Kuwait, sob a chefia de encarregado de negócios.

1975 – Visita oficial a Brasília do então Ministro dos Negócios Estrangeiros e hoje Emir do Kuwait, Xequê Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah. Assinatura do Acordo de Cooperação que cria a Comissão Mista Bilateral.

1975 – abertura da missão diplomática kuwaitiana em Brasília.

1977 – I Reunião da Comissão Mista, no Kuwait.

1979 – II Reunião da Comissão Mista, em Brasília.

1980 – Visita oficial do então Ministro da Indústria e Comércio, João Camilo Penna ao Kuwait.

1980 – visita do Ministro das Finanças do Kuwait, Abdul-Haman al Atiqi, a Brasília.

1981 – Visita oficial do Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao Kuwait.

1983 – Visita oficial do então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto ao Kuwait.

1986 – Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores Roberto de Abreu Sodré, a primeira visita de um Chanceler brasileiro ao Kuwait.

1989 – O Presidente da República envia carta ao Príncipe-Herdeiro e Primeiro-Ministro Saad al Abdullah al Salem al Sabah, contendo convite de visita oficial ao Brasil.

1992 – Encontro do Ministro das Relações Exteriores com o enviado especial do Emir, o Ministro do Ensino Superior daquele país, em Brasília.

1992 – O então Emir do Kuwait, Xequê Jaber al Ahmad al Sabah chefia a delegação de seu país à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, sem a ocorrência de encontros bilaterais com autoridades brasileiras à margem do evento.



- 1993 – O Presidente da República concede audiência ao então Ministro kuwaitiano da Informação, Xequê Saud al Sabah, na qualidade de Emissário Especial do Emir.
- Maio de 1994 – Visita de enviado especial do Emir, Embaixador Mohammad A. Abulhassan, Representante do Kuwait junto às Nações Unidas. Audiência com o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores.
- Junho de 1994 – Visita oficial do Ministro do Exército, General Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, ao Kuwait.
- Junho de 1996 – Visita oficial do Subsecretário-Geral de Política III, Embaixador Ivan Cannabrava, ao Kuwait.
- Maio de 2002 – Visita oficial do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, ao Kuwait. Encontros com o Chanceler Mohammed al Sabah e com o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Khalid al Jarrah. Assinatura do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas Bilaterais.
- Fevereiro de 2005 – Visita oficial do Chanceler Celso Amorim ao Kuwait. Encontro do Ministro das Relações Exteriores com o então primeiro-ministro e hoje Emir do Kuwait, Xequê Sabah al Ahmad al Sabah. Seminário empresarial organizado pelo Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores na ocasião. Assinatura do Acordo bilateral de Cooperação Cultural.
- Maio de 2005 – Brasília - maio – Vinda do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Xequê Mohammed Sabah al Salem al Sabah, para chefiar a delegação kuwaitiana na I Cúpula América do Sul – Países Árabes.
- Agosto de 2007 – O Presidente da República envia carta ao Emir Sabah al Ahmad al Sabah, contendo convite de visita oficial ao Brasil.
- Setembro de 2007 – O Emir do Kuwait envia carta ao Presidente da República aceitando visitar oficialmente o Brasil e reciprocando o convite de visita ao Kuwait ao Presidente da República.
- Novembro de 2008 – À margem da Conferência sobre o Financiamento ao Desenvolvimento, em Doha, o Senhor Ministro de Estado se encontra com o Chanceler kuwaitiano, Mohammed al Sabah.
- Abril de 2010 – Realização de reunião de consultas aéreas bilaterais, no Rio de Janeiro





17

Abril de 2010 – Seminário organizado pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB), em parceria com o Ministério do Turismo do Brasil e a Câmara de Comércio e Indústria do Kuwait.

Julho de 2010 – O então primeiro-ministro do Kuwait, xeque Nasser al Sabah, visita Brasília em caráter oficial, é homenageado com almoço pelo Presidente Lula e mantém reunião de trabalho com o mandatário brasileiro.

Julho de 2010 – Em cerimônia de despedida o Embaixador Waleed Ahmad Mohamed Ahmad al Kandari foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco.

Agosto de 2011 – O Embaixador do Kuwait, Yousef Ahmad Abdul-Samad, apresenta cartas credenciais à Presidenta da República.

Junho de 2012 — A xeica Amthal al Ahmad al Jaber al Sabah, irmã do Emir do Kuwait, chefia a delegação kuwaitiana à Conferência Rio+20.

Agosto de 2013 – O Embaixador kuwaitiano Yousef Ahmad Abdulsamad encerra sua Missão no Brasil.

Agosto de 2013 – O Embaixador Roberto Abdalla encerra sua Missão no Kuwait.

Outubro de 2013 – O Embaixador do Kuwait, Ayadah M. al Saidi, apresenta suas cartas credenciais à Presidenta da República.

Junho de 2014 – O Embaixador Antonio Carlos do Nascimento Pedro assume a função de Embaixador brasileiro no Kuwait.

Setembro de 2015 – Delegação parlamentar kuwaitiana, liderada pelo deputado Askar Al Enzi, visita Brasília e realiza agenda de encontros oficiais com o Vice-Presidente Michel Temer e com parlamentares brasileiros.

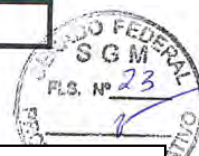


18

**ACORDOS BILATERAIS**

**DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS**
**Evolução do comércio exterior do Kuwait**

<b>Atos Bilaterais</b>			
<b>Título do Acordo</b>	<b>Data de Celebração</b>	<b>Entrada em vigor</b>	<b>Situação</b>
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait nas Áreas de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	22/07/2010		Congresso
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait sobre Cooperação Esportiva	22/07/2010	07/02/2011	Vigente
Emenda ao Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Estado do Kuwait	22/07/2010		Congresso
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait	22/07/2010		Congresso
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait sobre Serviços Aéreos	22/07/2010		Congresso
Acordo de Cooperação Cultural	23/02/2005		Vigente
Memorando de Entendimento entre o MRE e o MNE do Kuwait sobre Estabelecimento de Consultas Bilaterais	08/05/2002		Vigente
Declaração Conjunta.	25/03/1975	25/03/1975	Vigente
Acordo de Cooperação	25/03/1975	10/02/1976	Vigente





US\$ bilhões							
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	38,9	35,9%	14,4	-35,8%	53,3	86,2%	24,5
2006	56,0	43,9%	17,2	19,6%	73,2	37,3%	38,8
2007	62,7	11,9%	21,4	23,9%	84,1	14,8%	41,3
2008	87,5	39,5%	24,8	16,3%	112,3	33,6%	62,6
2009	52,0	-40,6%	19,9	-19,9%	71,9	-36,0%	32,1
2010	62,7	20,6%	22,7	13,9%	85,4	18,8%	40,0
2011	102,7	63,9%	25,1	10,9%	127,9	49,8%	77,6
2012	114,5	11,5%	27,3	8,5%	141,8	10,9%	87,3
2013	114,1	-0,4%	29,3	7,5%	143,4	1,1%	84,8
2014	101,1	-11,4%	31,5	7,5%	132,6	-7,5%	69,6
2015(jan-mar)	13,7	-48,6%	7,9	5,9%	21,6	-36,7%	5,9
<b>Var. % 2005-2014</b>	<b>159,8%</b>	<b>--</b>	<b>118,5%</b>	<b>--</b>	<b>148,6%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

### Direção das exportações do Kuwait US\$ bilhões



21

<b>Países</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% total</b>	<b>no</b>
Coreia do Sul	16,91	16,7%	
Índia	15,04	14,9%	
Japão	12,34	12,2%	
Estados Unidos	11,44	11,3%	
China	10,01	9,9%	
Taiwan	6,67	6,6%	
Egito	3,52	3,5%	
Cingapura	3,42	3,4%	
Paquistão	3,96	3,9%	
Países Baixos	2,66	2,6%	
...			
<b><i>Brasil (15ª posição)</i></b>	<b><i>1,21</i></b>	<b><i>1,2%</i></b>	
<b>Subtotal</b>	<b>87,14</b>	<b>86,2%</b>	
<b>Outros países</b>	<b>13,99</b>	<b>13,8%</b>	
<b>Total</b>	<b>101,13</b>	<b>100,0%</b>	

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

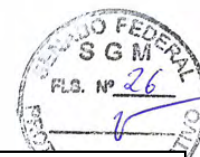




**Origem das importações do Kuwait**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% total</b>	<b>no</b>
China	4,45	14,1%	
Estados Unidos	3,08	9,8%	
Emirados Árabes Unidos	2,95	9,4%	
Japão	2,24	7,1%	
Alemanha	2,10	6,7%	
Arábia Saudita	1,57	5,0%	
Índia	1,31	4,2%	
Coreia do Sul	1,29	4,1%	
Itália	1,17	3,7%	
Reino Unido	0,82	2,6%	
...			
<b>Brasil (21ª posição)</b>	<b>0,31</b>	<b>1,0%</b>	
<b>Subtotal</b>	<b>21,28</b>	<b>67,6%</b>	
<b>Outros países</b>	<b>10,21</b>	<b>32,4%</b>	
<b>Total</b>	<b>31,49</b>	<b>100,0%</b>	

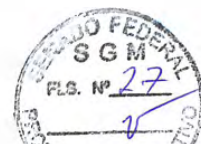
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*



**Composição das exportações do Kuwait**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% total</b>	<b>no</b>
Combustíveis	94,53	93,5%	
Produtos químicos orgânicos	1,71	1,7%	
Plásticos	1,09	1,1%	
Automóveis	0,33	0,3%	
<b>Subtotal</b>	<b>97,66</b>	<b>96,6%</b>	
<b>Outros</b>	<b>3,48</b>	<b>3,4%</b>	
<b>Total</b>	<b>101,13</b>	<b>100,0%</b>	

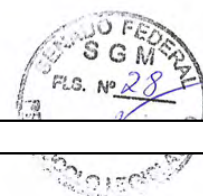
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*



**Composição das importações do Kuwait**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% total</b>	<b>no</b>
Automóveis	4,96	15,8%	
Máquinas mecânicas	3,62	11,5%	
Máquinas elétricas	3,53	11,2%	
Ouro e pedras preciosas	1,49	4,7%	
Obras de ferro ou aço	1,26	4,0%	
Ferro e aço	0,97	3,1%	
Produtos farmacêuticos	0,96	3,1%	
Plásticos	0,71	2,2%	
Instrumentos de precisão	0,68	2,2%	
Cereais	0,68	2,2%	
<b>Subtotal</b>	<b>18,86</b>	<b>59,9%</b>	
<b>Outros</b>	<b>12,63</b>	<b>40,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>31,49</b>	<b>100,0%</b>	

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*



25

**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Kuwait**



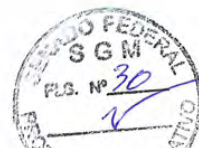
## US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	
2006	167,5	-12,6%	0,12%	0,6	-98,3%	0,00%	168,1	-25,2%	0,07%	166,9
2007	230,7	37,7%	0,14%	113,7	(+)	0,09%	344,4	104,9%	0,12%	117,1
2008	632,3	174,0%	0,32%	20,3	-82,2%	0,01%	652,6	89,5%	0,20%	612,0
2009	373,3	-41,0%	0,24%	0,3	-98,6%	0,00%	373,6	-42,8%	0,13%	373,0
2010	339,4	-9,1%	0,17%	244,1	(+)	0,13%	583,5	56,2%	0,15%	95,3
2011	357,3	5,3%	0,14%	387,1	58,6%	0,17%	744,4	27,6%	0,15%	-29,7
2012	313,6	-12,2%	0,13%	960,4	148,1%	0,43%	1.274	71,1%	0,27%	-646,8
2013	306,2	-2,3%	0,13%	1.016	5,8%	0,42%	1.323	3,8%	0,27%	-710,1
2014	226,1	-26,2%	0,10%	1.205	18,6%	0,53%	1.431	8,2%	0,32%	-979,3
2015	239,5	5,9%	0,13%	430,7	-64,3%	0,25%	670,3	-53,2%	0,18%	-191,2
2016 (jan-fev)	34,6	27,9%	0,14%	78,0	-46,4%	0,38%	112,6	-34,8%	0,25%	-43,3
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>43,0%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>76081,3%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>298,8%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



**Part. % do Brasil no comércio do Kuwait**  
**US\$ milhões**

<b>Descrição</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Var. % 2010/2014</b>
Exportações do Brasil para o Kuwait (X1)	339,4	357,3	313,6	306,2	226,1	-33,4%
Importações totais do Kuwait (M1)	22.671	25.137	27.264	29.299	31.489	38,9%
Part. % (X1 / M1)	1,50%	1,42%	1,15%	1,05%	0,72%	-52,0%
Importações do Brasil originárias do Kuwait (M2)	244,1	387,1	960,4	1.016	1.205	393,8%
Exportações totais do Kuwait (X2)	62.685	102.726	114.536	114.125	101.132	61,3%
Part. % (M2 / X2)	0,39%	0,38%	0,84%	0,89%	1,19%	206,1%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.*

*As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Kuwait e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*





**Composição das exportações brasileiras para o Kuwait**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	236,4	77,2%	180,2	79,7%	191,1	79,8%
Cereais	25,69	8,4%	6,87	3,0%	14,53	6,1%
Máquinas mecânicas	14,79	4,8%	1,11	0,5%	5,16	2,2%
Calçados	4,38	1,4%	6,97	3,1%	4,75	2,0%
Farelo de soja	0,15	0,0%	0,12	0,1%	3,94	1,6%
Papel	2,75	0,9%	2,54	1,1%	2,54	1,1%
Madeira	3,01	1,0%	4,90	2,2%	2,53	1,1%
Preparações de carne	4,54	1,5%	5,02	2,2%	2,03	0,8%
Instrumentos de precisão	0,30	0,1%	0,96	0,4%	1,723	0,7%
Preparações alimentícias diversas	2,40	0,8%	1,74	0,8%	1,718	0,7%
<b>Subtotal</b>	<b>294,4</b>	<b>96,1%</b>	<b>210,4</b>	<b>93,1%</b>	<b>230,0</b>	<b>96,0%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>11,8</b>	<b>3,9%</b>	<b>15,7</b>	<b>6,9%</b>	<b>9,6</b>	<b>4,0%</b>
<b>Total</b>	<b>306,2</b>	<b>100,0 %</b>	<b>226,1</b>	<b>100,0 %</b>	<b>239,5</b>	<b>100,0 %</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*



**Composição das importações brasileiras originárias do Kuwait  
US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	977,0	96,1%	986,0	81,8%	369,1	85,7%
Aubos	31,8	3,1%	206,5	17,1%	56,5	13,1%
Sal; enxofre; cal e cimento	6,8	0,7%	12,0	1,0%	5,1	1,2%
Instrumentos de precisão	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,006	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>1.016</b>	<b>99,9%</b>	<b>1.205</b>	<b>99,9%</b>	<b>430,7</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>1</b>	<b>0,1%</b>	<b>1</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>1.016</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.205</b>	<b>100,0%</b>	<b>430,7</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*





1

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES****BAHREIN**

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Maio de 2016**



<b>DADOS BÁSICOS SOBRE O BAHREIN</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	Reino do Bahrein
<b>GENTÍLICO:</b>	bahreinita
<b>CAPITAL:</b>	Manama
<b>ÁREA:</b>	678 km²
<b>POPULAÇÃO:</b>	Cerca de 1,3 milhões, dos quais cerca de 580,000 detém nacionalidade bahreinita
<b>IDIOMA OFICIAL:</b>	árabe
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	islamismo, sendo 70% xiitas e 30% sunitas
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Monarquia absolutista
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Rei Hamad al Khalifa (desde 1999)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Xeque Khalifa al Khalifa (desde 1971)
<b>CHANCELER:</b>	Xeque Khalid al Khalifa (desde 2005)
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):</b>	US\$ 33,851 bilhões (2015)
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):</b>	US\$ 61,968 bilhões (2015)
<b>PIB PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 27.419 (2015)
<b>PIB PPP PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 50.193 (2015)
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	4,5% (2014); 5,4% (2013); 3,6% (2012)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):</b>	0,819 (45ª posição entre 188 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2015):</b>	76,6 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO (2015):</b>	99,76%
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):</b>	5,3% (CIA World Factbook)
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	dinar bahreinita
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Não há missão diplomática residente em Brasília. O embaixador bahreinita em Washington, Xeque Abdullah Bin Mohamed Bin Rashid Al Khalifa, responde pelas relações com o Brasil.
<b>BRASILEIROS NO PAÍS:</b>	Há registro de 200 brasileiros residentes no Bahrein

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-BAHREIN (em milhões de US\$, fonte: MDIC)</b>									
<b>Brasil → Bahrein</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>
<b>Intercâmbio</b>	48,2	51,3	70,8	137,7	115,7	250,9	707,1	311,9	382,6
<b>Exportações</b>	48,2	51,3	70,8	137,7	113,8	249,4	691,1	258,4	309,1
<b>Importações</b>	0	0	0	0	1,8	1,5	15,9	53,5	73,5
<b>Saldo</b>	48,2	51,3	70,8	137,7	112	247,9	675,2	204,9	235,6

Informação elaborada em 29/04/2016 por Pedro Menezes. Revisada por \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_



## APRESENTAÇÃO

O território do Bahrein é formado por um conjunto de ilhas, totalizando 678 km<sup>2</sup>. O Arquipélago se localiza no golfo pérsico, a noroeste do Qatar e a leste da Arábia Saudita. Sua população, de maioria árabe xiita, é de cerca de 580,000 pessoas, havendo também cerca de 700,000 imigrantes residentes no país.

Após períodos de dominação portuguesa (1521-1602) e persa (1602-1783), a dinastia árabe Al-Khalifa toma o poder em 1783, condição que perdura até o presente. Em 1816, o Bahrein se torna protetorado britânico, obtendo sua independência em 1971.

O setor produtivo bahreinita é centrado em atividades relacionadas à extração de hidrocarbonetos, sendo a economia nacional altamente dependente neste setor.

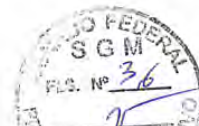
A sociedade bahreinita é marcada por clivagem sectária xiita-sunita, sendo a família real de fé sunita e cerca de 70% da população de confissão xiita.

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### **Rei Xequé Hamad bin Isa Al-Khalifa** **Chefe de Estado**



Nasceu em 28 de janeiro de 1950 na cidade de Riffa. Realizou seus estudos secundários e cursou a escola de cadetes na Inglaterra, com períodos curtos de retorno ao país. É casado e tem doze filhos.





4

Subiu ao trono em março de 1999, após a morte de seu pai, Xequê Isa bin Salman al-Khalifa. Sua família tem governado o Reino do Bahrein desde 1799.

Em 1971, foi designado Ministro da Defesa, posto que manteve até 1999. Em 1972, frequentou o curso de Comando do Exército dos EUA, em Fort Leavenworth, e a Universidade do Kansas. No mesmo ano, obteve diploma em Administração Militar pelo Instituto das Forças Armadas, em Washington. Após seu retorno ao Bahrein, empenhou-se no processo de desenvolvimento do país e no desenvolvimento da Força de Defesa do Bahrein (BDF).

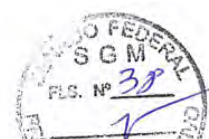


**Primeiro-Ministro Xequê Khalifa  
bin Salman Al-Khalifa  
Chefe de Governo**



Primeiro-Ministro e tio do Rei Hamad, Xequê Khalifa é uma figura extremamente influente, responsável por grande parte do cotidiano do país. É também o principal homem de negócios do Bahrein. Nasceu em 24 de novembro de 1935.

Está no cargo desde 1971, sendo o Primeiro-Ministro há mais tempo na titularidade dessa posição em todo o planeta.



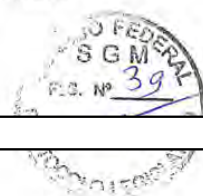
## RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Bahrein estabeleceram relações diplomáticas em 1980. A Embaixada em Riade representou cumulativamente o Brasil junto às autoridades de Manama até 1985, ano em que a representação junto ao então Estado do Bahrein passou a ser exercida pela Embaixada no Kuwait. Houve abertura de Missão diplomática do Bahrein em Brasília, em 2014, mas a representação está desativada. O Embaixador do Bahrein em Washington, Abdullah bin Mohammed Al-Khalifa, representa os interesses do seu país no Brasil, tendo apresentado cópias figuradas de suas cartas credenciais no dia 1º de fevereiro de 2016.

Tradicionalmente, as relações bilaterais sempre se concentraram na área financeira. Os bancos do Bahrein – um dos maiores centros financeiros do Oriente Médio – constituíram os maiores credores árabes do Brasil, nas décadas de 80 e 90. As relações financeiras entre os dois países eram tão estreitas que o Banco do Brasil chegou a possuir escritório em Manama, entre 07/10/1976 e 31/12/1995. Com o tempo, os vínculos financeiros entre os dois países foram perdendo a relevância, embora esteja em operação no Brasil sucursal da Arab Banking Corporation do Bahrein, que atende pelo nome de Banco ABC.

Apesar disso, nos termos de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal, o Bahrein é considerado como país que não tributa a renda ou a tributa à alíquota inferior a 20% ou cuja legislação interna opõe sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas (equivalente a paraíso fiscal).

A primeira visita bilateral de alto nível se deu em 1983, quando o então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, fez breve visita ao Bahrein, no âmbito de missão financeira ao Oriente Médio. Em 2005, o Chanceler do Bahrein participou da Cúpula América do Sul - Países Árabes em Brasília. Em maio de 2013, delegação chefiada pelo Secretário de Comércio e Serviços do MDIC, dr. Humberto Ribeiro, visitou o Bahrein para estimular intercâmbio bilateral de investimentos. Em junho do mesmo ano o Representante Permanente do Bahrein junto à ONU visita Brasília para iniciar o processo de abertura da representação diplomática residente na capital brasileira, e missão oficial do governo de Pernambuco, liderada pelo então Governador Eduardo Campos, visita o Bahrein. Em abril de 2014, o Senador Cristovam Buarque visita o Bahrein, onde participa, como membro do júri, do "Award for Service to Humanity". Em novembro de 2015, a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Katia Abreu, visita



7

Manama, ocasião em que participa, como conferencista, do Bahrain Bay Forum.

A corrente de comércio entre Brasil e Bahrein alcançou US\$ 382 milhões em 2015. A tendência histórica das relações comerciais bilaterais apresenta superávit para o Brasil (US\$ 235 milhões, em 2015) em suas trocas com o arquipélago.

Os principais produtos brasileiros exportados para aquele mercado em 2015 foram minérios de ferro (63% do total), açúcar (17%) e carne de frango (7%). O Brasil importa do Bahrein produtos de alumínio (cabos e ligas) e óleos lubrificantes e petróleo.

Em Manama residem, aproximadamente, duzentos cidadãos brasileiros, a maior parte deles executivos do setor financeiro e comerciantes, e suas famílias.

Não há registro de pendências de natureza consular ou de empréstimos e financiamentos oficiais com o Bahrein.





## POLÍTICA INTERNA

Habitado desde o século XIII por maioria populacional árabe de confissão xiita e situado em região de grande importância geopolítica, o arquipélago onde hoje se encontra o Reino do Bahrein foi disputado, entre os séculos XVI e XX, por agentes tão diversos como os impérios persa, português, otomano e britânico, pelo Sultanato de Omã e por tribos árabes e persas das duas costas do Golfo Pérsico.

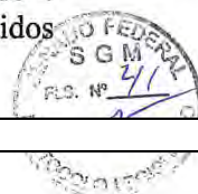
Enfraquecido por 70 anos de disputas entre algumas dessas potências, em 1799 o arquipélago foi invadido pela tribo sunita dos al Khalifa, oriunda da atual região de fronteira Kuwait-Arábia Saudita. Após 20 anos de domínio do arquipélago, contestado interna e externamente, os al Khalifa foram compelidos a assinar tratado de protetorado com o império britânico, o que acabou por consolidar a soberania daquela Casa sobre o território bahreinita.

Ao longo de seus 217 anos de reinado sobre o Bahrein, a referida dinastia sunita tem sido, em maior ou menor medida, questionada em sua legitimidade para governar território de onde não é originária e população majoritariamente integrada por adeptos do ramo xiita do islamismo. A chegada da onda liberalizante da "Primavera Árabe" ao arquipélago, em princípios de 2011, representou a mais grave crise enfrentada pelos al Khalifa em toda sua história de dinastia reinante no Bahrein.

Dadas as condições histórico-sociais do país, o regime monárquico no país constituiu, desde a independência em 1971, monarquia absolutista hereditária de facto, com tinturas pálidas de regime constitucional. Os poderes do Rei Hamad Al Khalifa, no poder desde 1999, são amplos e incluem: a criação de emendas constitucionais e projetos de lei, tendo a palavra final em sua ratificação e promulgação; indicação do Primeiro-Ministro e demais ministros; a titularidade do comando supremo das Forças Armadas; a celebração de tratados por decreto, bem como a nomeação de funcionários públicos; a presidência do Conselho Judicial e a indicação de seus juizes.

Em 2002, foi outorgada a Constituição que vigora no país, e o então Emir Hamad foi consagrado Rei, quando o país adotou o nome de Reino do Bahrein.

O Legislativo é composto de um Parlamento bicameral, dividido em Conselho Shura (40 membros apontados pelo Monarca) e Câmara dos Deputados (40 membros eleitos por sufrágio direto para período de 4 anos), cuja última eleição ocorreu em outubro de 2010. Partidos





9

políticos são proibidos, mas sociedades politicamente orientadas são permitidas. Tradicionalmente, o Al-Wefaq (Sociedade Islâmica Nacional) é o principal grupo de oposição no Parlamento, representando os xiitas. Logo após a última eleição, todos os parlamentares do Al-Wefaq no Parlamento renunciaram, em protesto pela violência governamental contra os manifestantes.



## POLÍTICA EXTERNA

O tamanho reduzido do Reino do Bahrein e sua posição central no Golfo, situado entre países de grande porte, fazem com que seu desempenho na política externa seja um delicado exercício de equilíbrio. O país, a quem os Estados Unidos atribuem um tratamento assemelhado ao conferido aos países da OTAN, é sede da 5a. Frota Americana, a maior base naval dos Estados Unidos no Golfo Pérsico, utilizada pelos aviões ocidentais durante a Guerra do Golfo (1990-91) e durante a recente invasão e ocupação do Iraque (2003 e 2011).

A ocorrência de protestos relacionados à "Primavera Árabe" no Bahrein levou a acirramento nas relações com o regime islamista de Teerã. O discurso oficial da Casa dos al Khalifa atribui exclusivamente a complô iraniano a onda de manifestações em prol de maiores liberdades políticas e de distribuição mais equilibrada da renda no país, fortemente desfavorável ao segmento xiita da população.

Em 2015, o Bahrein se juntou à coalizão liderada pela Arábia Saudita na luta contra as forças rebeldes houthis, no Iêmen. O país tem comprometido parte de sua força aérea nas operações de bombardeios de alvos críticos em solo iemenita. O arquipélago também participa, desde setembro de 2014, em conjunto com Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar e Jordânia, da coalizão liderada pelos Estados Unidos contra o grupo "estado islâmico".

O Bahrein é membro da ONU, do Conselho de Cooperação do Golfo, da Organização de Cooperação Islâmica e da Organização Mundial do Comércio, bem como participa da Cúpula América do Sul-Países Árabes.



## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Desde a década de 60, o Bahrein tem empreendido, pioneiramente, esforços para diversificação de sua economia, então excessivamente baseada na extração e na exportação de petróleo. Em um primeiro momento, o governo do país buscou atrair investimentos para o processamento e o refino de petróleo, de forma a poder exportar derivados de hidrocarbonetos com maior valor agregado. No começo da década de 1970, o país empenhou-se na tentativa de transformação do país em centro bancário e logístico internacional, com resultados positivos até a ocorrência da "Primavera Árabe".

À mesma época, o Reino investiu pesadamente do setor industrial: a produção de alumínio operada pela ALBA – companhia sobre a qual o governo detém a maioria das ações – iniciou-se em 1971 e, em 2005, a instalação tornou-se a maior do gênero com a implantação da quinta potline (série de células eletrolíticas). Em 2006, a produção do metal representou 13% do PIB barenita e o crescimento da indústria foi o responsável pelo aumento da participação do setor industrial na economia.

Apesar disso, a produção e o refino de petróleo respondiam, em 2015, por cerca de 60% da receita de exportação, 60% da renda governamental e 30% do PIB. A empresa Bapco – cujas ações são de propriedade do governo – é a responsável pelas atividades de extração de petróleo.

Os serviços – que até 2005 respondiam por mais da metade do PIB do país – são o principal setor da economia e a queda de sua representatividade na economia deve-se menos a uma diminuição de sua importância do que a um rápido crescimento do setor industrial. Os serviços financeiros têm o maior peso no PIB, tendo sido responsáveis por 25,5% do total nacional em 2015.

A política econômica, sob o comando do Banco Central, sofre restrições devido ao câmbio fixo entre o dinar e o dólar norte-americano. O Bahrein Currency Board confere, porém, relativa estabilidade de preços e a paridade em relação a quatro dos outros cinco membros do Conselho de Cooperação do Golfo.





12

Os principais destinos das exportações são Arábia Saudita, Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos, Japão e outros países asiáticos e os principais produtos exportados são os derivados do petróleo e alumínio.

O desemprego, principalmente entre os jovens xiitas, continua muito alto, o que acabou por constituir uma das razões subjacentes para a explosão dos protestos da "Primavera Árabe" no país. Aos efeitos de desestímulo à atração de investimento direto estrangeiro provocados pela instabilidade política aguda no arquipélago, somam-se as preocupações do governo e de analistas internacionais com o rápido declínio das reservas de petróleo e dos lençóis de água no país, cujas previsões mais catastrofistas indicariam estar próximo do esgotamento, a partir do ano de 2020.

Recentemente, como outras economias rentistas do Golfo, o Bahrein tem sofrido com a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Analistas preveem déficit fiscal de 10% em 2015, com progressivo corte de gastos do governo em função da diminuição das receitas. O crescimento da economia está previsto para alcançar 2,7% em 2016 e a conta corrente deverá registrar déficits modestos no biênio 2015-2016.

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 628 – O Islamismo chega ao Bahrein.
- 1200 – O xiismo consolida-se no Bahrein como a principal seita.
- 1521 – Portugueses invadem o arquipélago do Bahrein, onde ficarão até 1602.
- 1602 – Os portugueses são expulsos do Bahrein pelos persas.
- 1783 – Invasão do arquipélago por árabes sunitas oriundos da atual Arábia Saudita. Os persas são expulsos. Assume o poder a dinastia árabe Al-Khalifa.
- 1816 – Região torna-se protetorado inglês.
- 1971 – Independência do Bahrein.



1975 – Fechamento do Parlamento.

1995 – Fracasso das tentativas de entendimento entre o Governo e a oposição.

1996 – Execução do ativista Isa Ahmed Hassan.

1999 – Morre o Emir Xequê Isa Bin Sulman al-Khalifa, no comando do país desde 1961. O cargo é transmitido a seu filho e sucessor, Xequê Hamad Bin Isa al-Khalifa.

2002 – Promulgação da Constituição.

2005 – Suspensão o embargo comercial a Israel.

2007 – A jurista Haya Rashed al-Khalifa, 53 anos, é eleita para o cargo de Presidente da Assembléia-Geral da ONU.

2008 – Visita do Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush.

2009 – Visita do Presidente da República da França, Nicolas Sarkozy.

2011 – A onda da “Primavera Árabe” atinge o Bahrein. Em 15 de março, tropas do Conselho de Cooperação do Golfo intervêm no Bahrein. A violenta repressão da monarquia sunita aprofunda a clivagem xiita-sunita no arquipélago. O Rei Hamad estabelece uma Comissão Independente de Inquerito para avaliar as violações de direitos humanos quando da repressão os protestos e convoca uma primeira tentativa de Diálogo de Consenso Nacional.

2013 – O Rei Hamad lança o segundo Diálogo Nacional (10 de fevereiro).

2014 – Crise diplomática entre o Catar, de um lado, e a Arábia Saudita, os EAU e o Bahrein, de outro. Estes três últimos países retiram seus Embaixadores junto ao Governo catariano, em alegado protesto ao não-cumprimento, pelo Catar, de disposições do acordo de segurança do Conselho de Cooperação do Golfo, assinado no final de 2013 (março). A crise se encerra em novembro, e o embaixador bahreinita retorna a Doha.

Realizam-se eleições parlamentares no Bahrein, em primeiro e segundo turnos (22 e 29 de novembro). A oposição xiita islamista boicotou o pleito e não apresentou candidatos, tendo o número de representantes xiitas, no geral, se reduzido a 14 sobre 40 no Conselho de Representantes. O comparecimento às urnas, segundo o Governo, montou a 52,6% do eleitorado e, de acordo com a oposição, a 30%. O resultado demonstra que persiste o acirramento das divisões sectárias no país resultante dos eventos de 2011.





14

Com a realização de Cúpula extraordinária do Conselho de Cooperação do Golfo, realizada em Riade por convocação do Rei Abdullah da Arábia Saudita, é declarada encerrada a "crise dos embaixadores", tendo sido decidido o retorno dos representantes diplomáticos saudita, emirático e bahreinita a Doha. (16 de novembro)

2015 – Início dos ataques aéreos contra alvos houthis no território iemenita pela coalizão integrada por Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Marrocos, Jordânia, Sudão, Egito e governo Hadi. (26 de março)

2016 – Em solidariedade a medida tomada pelo Governo saudita, o Bahrein rompe relações diplomáticas com o Irã. O episódio se insere no contexto da reação de manifestantes iranianos contra decisão de Riade de executar o Xequ Nimr al Nimr, principal líder religioso e político da comunidade xiita saudita, por acusações de terrorismo, junto com outros 46 condenados. (04 de janeiro).

#### **CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

1980 – Estabelecem-se relações diplomáticas entre o Brasil e o Bahrein, representado o primeiro pelo seu embaixador em Riade e o Bahrein pelo seu representante permanente em Washington;

1983 – O então Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto faz breve visita ao país no âmbito de missão financeira ao Oriente Médio;

1985 – A Embaixada do Brasil no Kuwait passa a representar os interesses do Brasil junto a Manama;

1996 – O Ministro das Relações Exteriores mantém encontro com o chanceler bahreinita, Xequ Mohammed al-Khalifa, à margem da 51ª AGNU;

1997 – O Ministro das Relações Exteriores mantém encontro com o chanceler bahreinita, Xequ Mohammed al-Khalifa, à margem da 52ª AGNU;

Maio de 2005 – O então Vice-Primeiro-Ministro e Chanceler do Bahrein Mohamed Bin Mubarak Al-Khalifa chefia a delegação de seu país à I Cúpula ASPA, em Brasília.



15

Setembro de 2006 – O Embaixador brasileiro no Kuwait, Mário Roiter, (cumulatividade com Bahrein), apresenta credenciais ao Rei Xequê Hamad Bin Isa Al Khalifa.

Julho de 2007 – Brasil e Bahrein concertam apoio recíproco acerca das candidaturas ao Conselho de Direitos Humanos;

5 de maio de 2010 – A embaixadora do Bahrein, Houda Ezra Nonoo, apresenta credenciais ao então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

25-28 de novembro de 2010 – A então vice-governadora do DF, Ivelise Longhi, visita o Bahrein em caráter oficial, acompanhada de comitiva de sete pessoas.

3-5 de dezembro de 2010 – O embaixador Roberto Abdalla participa do VI Manama Dialogue na capital bahreinita, em representação ao Ministro das Relações Exteriores.

31 de maio de 2011 – O Ministro das Relações Exteriores encontra-se com o Chanceler bahreinita, xequê Khalid al Khalifa, em Washington.

31 de janeiro de 2012 – o embaixador Roberto Abdalla apresenta cartas credenciais ao Rei Hamad bin Issa al Khalifa, em Manama.

1 de outubro de 2012 – O Ministro das Relações Exteriores concede audiência ao chanceler bahreinita, xequê Khalid al Khalifa, em Lima, à margem da III Cúpula América do Sul-Países Árabes.

7-9 de dezembro de 2012 – O embaixador Roberto Abdalla participa do VIII Manama Dialogue na capital bahreinita, em representação ao Ministro das Relações Exteriores.

4-10 de abril de 2013 – Missão parlamentar composta de três representantes da Câmara bahreinita e um assessor parlamentar visita Brasília. A delegação foi recebida em audiências separadas pelo Subsecretário-geral de Política III, pela Diretora do DDH, pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Pellegrino, pelo Secretário de Comércio e Serviços do MDIC, Humberto Silva, e pela presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministra Carmen Lúcia.





16

5 de maio de 2013 - Delegação chefiada pelo secretário de comércio e serviços do MDIC, Humberto Ribeiro, visita o Bahrein para estimular intercâmbio bilateral de investimentos

24-27 de junho de 2013 - O Representante Permanente do Bahrein junto à ONU visita Brasília para iniciar o processo de abertura da representação diplomática residente na capital brasileira.

26-28 de junho de 2013 - Missão oficial do governo de Pernambuco, liderada pelo então Governador Eduardo Campos, visita o Bahrein.

Abril de 2014 - o senador Cristovam Buarque visita o Bahrein, onde participa, como membro do júri, do "Award for Service to Humanity", a convite do Rei Hamad bin Issa al Khalifa

24 de junho de 2014 - O governo brasileiro concede agrément ao Senhor Abdullah bin Mohamed al Khalifa como Embaixador, não-residente, do Bahrein (residente em Washington).

6 de outubro de 2014 - Início de operações da Embaixada bahreinita em Brasília, sob a chefia do ministro Hassan Mohammed Hassan Mohammed, na qualidade de encarregado de negócios, a.i.

8 de outubro de 2014 - o embaixador Antonio Carlos do Nascimento Pedro apresenta credenciais ao Rei Hamad bin Issa al Khalifa em Manama.

28-29 de novembro de 2015 - A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Katia Abreu, visita Manama, oportunidade em que participa, como conferencista, do Fórum Bahrein Bay 2015.

#### ACORDOS BILATERAIS

Não há.



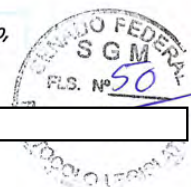


# DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

## Evolução do comércio exterior do Bahrein US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	11,66	13,9%	8,96	-60,1%	20,62	101,4%	2,71
2007	13,67	17,2%	11,52	28,6%	25,18	22,1%	2,15
2008	13,08	-4,3%	18,42	59,9%	31,50	25,1%	-5,33
2009	8,38	-35,9%	11,99	-34,9%	20,38	-35,3%	-3,61
2010	16,06	91,5%	16,00	33,4%	32,06	57,3%	0,06
2011	22,56	40,5%	17,64	10,3%	40,21	25,4%	4,92
2012	16,62	-26,3%	14,25	-19,2%	30,87	-23,2%	2,37
2013	20,04	20,5%	18,62	30,7%	38,65	25,2%	1,42
2014	18,03	-10,0%	20,07	7,8%	38,11	-1,4%	-2,04
2015	8,77	-51,4%	12,45	-38,0%	21,21	-44,3%	-3,68
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>-24,8%</b>	<b>--</b>	<b>38,9%</b>	<b>--</b>	<b>2,9%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap,



18

March 2016.

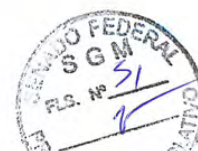
Em 2015 os dados são preliminares.

**Direção das exportações do Bahrein**  
**US\$ milhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part. % total</b>	<b>no</b>
Arábia Saudita	4.219	48,1%	
Emirados Árabes Unidos	953,4	10,9%	
Estados Unidos	668,6	7,6%	
Kuwait	400,3	4,6%	
Egito	309,8	3,5%	
Catar	267,6	3,1%	
Argélia	182,0	2,1%	
Marrocos	142,4	1,6%	
Índia	134,9	1,5%	
Omã	133,9	1,5%	
...			
<b>Brasil (12ª posição)</b>	<b>121,9</b>	<b>1,4%</b>	
<b>Subtotal</b>	<b>7.534</b>	<b>85,9%</b>	
<b>Outros países</b>	<b>1.232</b>	<b>14,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>8.766</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap,  
March 2016.

Em 2015 os dados são preliminares.



**Origem das importações do Bahrein**  
**US\$ milhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
China	1.571	12,6%
Estados Unidos	1.151	9,3%
Emirados Árabes Unidos	1.131	9,1%
Japão	1.119	9,0%
Austrália	785,1	6,3%
Arábia Saudita	773,5	6,2%
Alemanha	544,2	4,4%
Índia	507,4	4,1%
Reino Unido	420,2	3,4%
<b><i>Brasil</i></b>	<b><i>414,3</i></b>	<b><i>3,3%</i></b>
<b>Subtotal</b>	<b>8.417</b>	<b>67,6%</b>
<b>Outros países</b>	<b>4.027</b>	<b>32,4%</b>
<b>Total</b>	<b>12.445</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.  
Em 2015 os dados são preliminares.*





**Composição das exportações do Bahrein**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Alumínio	2.193	25,0%
Máquinas mecânicas	1.055	12,0%
Vestuário de malha	588,7	6,7%
Automóveis	547,5	6,2%
Máquinas elétricas	435,8	5,0%
Minérios	393,7	4,5%
Ferro e aço	350,9	4,0%
Plásticos	273,4	3,1%
Ouro e pedras preciosas	270,7	3,1%
Obras de ferro ou aço	232,0	2,6%
<b>Subtotal</b>	<b>6.340</b>	<b>72,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>2.426</b>	<b>27,7%</b>
<b>Total</b>	<b>8.766</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.*

*Em 2015 os dados são preliminares.*



**Composição das importações do Bahrein**  
**US\$ milhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Automóveis	2.072	16,7%
Máquinas mecânicas	1.240	10,0%
Máquinas elétricas	978,8	7,9%
Produtos químicos inorgânicos	617,1	5,0%
Ouro e pedras preciosas	568,2	4,6%
Minérios	401,0	3,2%
Plásticos	378,9	3,0%
Alumínio	335,9	2,7%
Produtos farmacêuticos	292,6	2,4%
Leite/ovos/mel	269,5	2,2%
<b>Subtotal</b>	<b>7.154</b>	<b>57,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>5.291</b>	<b>42,5%</b>
<b>Total</b>	<b>12.445</b>	<b>100,0%</b>

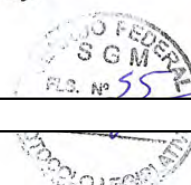
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.  
Em 2015 os dados são preliminares.*



## Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Bahrein

US\$ milhões										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	
2006	136,7	-0,8%	0,10%	32,6	(+)	0,04%	169,2	22,9 %	0,07%	104,1
2007	113,8	-16,7%	0,07%	1,8	-94,4%	0,00%	115,7	31,6 %	0,04%	112,0
2008	405,4	256,2%	0,20%	29,9	(+)	0,02%	435,4	276,4 %	0,13%	375,5
2009	249,4	-38,5%	0,16%	1,5	-95,1%	0,00%	250,9	42,4 %	0,09%	247,9
2010	609,6	144,4%	0,30%	42,7	(+)	0,02%	652,3	160,0 %	0,17%	567,0
2011	691,1	13,4%	0,27%	15,9	-62,6%	0,01%	707,1	8,4%	0,15%	675,2
2012	414,3	-40,1%	0,17%	32,4	103,1 %	0,01%	446,7	36,8 %	0,10%	382,0
2013	258,4	-37,6%	0,11%	53,5	65,2%	0,02%	311,9	30,2 %	0,06%	204,9
2014	343,9	33,1%	0,15%	60,3	12,7%	0,03%	404,2	29,6 %	0,09%	283,6
2015	309,1	-10,1%	0,16%	73,5	21,9%	0,04%	382,6	5,3%	0,11%	235,6
2016 (jan-fev)	17,3	-68,4%	0,07%	19,5	199,7 %	0,09%	36,8	39,8 %	0,08%	-2,3
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>126,2%</b>		<b>--</b>	<b>125,8%</b>		<b>--</b>	<b>126,1%</b>		<b>--</b>	<b>n.c.</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.





23

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

**Part. % do Brasil no comércio do Bahrein**  
**US\$ milhões**

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011- 2015
Exportações do Brasil para o Bahrein (X1)	691,1	414,3	258,4	343,9	309,1	-55,3%
Importações totais do Bahrein (M1)	17.643	14.249	18.618	20.074	12.445	-29,5%
Part. % (X1 / M1)	3,92%	2,91%	1,39%	1,71%	2,48%	-36,6%
Importações do Brasil originárias do Bahrein (M2)	15,9	32,4	53,5	60,3	73,5	361,4%
Exportações totais do Bahrein (X2)	22.562	16.621	20.036	18.031	8.766	-61,1%
Part. % (M2 / X2)	0,07%	0,19%	0,27%	0,33%	0,84%	1087,5%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.*

*As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Bahrein e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

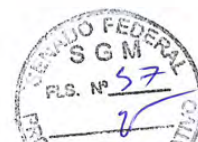




**Composição das exportações brasileiras para o Bahrein**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minérios	173,4	67,1%	245,4	71,4%	195,4	63,2%
Açúcar	20,7	8,0%	19,1	5,6%	54,1	17,5%
Carnes	37,4	14,5%	34,5	10,0%	38,4	12,4%
Combustíveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	5,63	1,8%
Leite, ovos e mel	4,77	1,8%	5,95	1,7%	4,15	1,3%
Armas e munições	0,97	0,4%	0,04	0,0%	2,49	0,8%
Máquinas mecânicas	0,89	0,3%	0,25	0,1%	1,79	0,6%
Calçados	0,62	0,2%	0,89	0,3%	1,16	0,4%
Preparações alimentícias diversas	0,78	0,3%	0,70	0,2%	0,80	0,3%
Algodão	0,00	0,0%	0,45	0,1%	0,79	0,3%
<b>Subtotal</b>	<b>239,6</b>	<b>92,7%</b>	<b>307,3</b>	<b>89,4%</b>	<b>304,7</b>	<b>98,6%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>18,8</b>	<b>7,3%</b>	<b>36,6</b>	<b>10,6%</b>	<b>4,4</b>	<b>1,4%</b>
<b>Total</b>	<b>258,4</b>	<b>100,0 %</b>	<b>343,9</b>	<b>100,0 %</b>	<b>309,1</b>	<b>100,0 %</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*



**Composição das importações brasileiras originárias do Bahrein  
US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alumínio	8,08	15,1%	2,07	3,4%	31,57	42,9%
Aubos	35,40	66,2%	34,15	56,6%	18,85	25,6%
Combustíveis	7,26	13,6%	14,37	23,8%	15,56	21,2%
Plásticos	0,00	0,0%	4,24	7,0%	4,83	6,6%
Produtos químicos inorgânicos	0,47	0,9%	3,10	5,1%	1,74	2,4%
Veículos para vias férreas	1,75	3,3%	2,26	3,7%	0,89	1,2%
<b>Subtotal</b>	<b>52,9 6</b>	<b>99,0%</b>	<b>60,1 8</b>	<b>99,8%</b>	<b>73,4 4</b>	<b>99,9%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>0,52</b>	<b>1,0%</b>	<b>0,12</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,09</b>	<b>0,1%</b>
<b>Total</b>	<b>53,4 8</b>	<b>100,0 %</b>	<b>60,3 0</b>	<b>100,0 %</b>	<b>73,5 3</b>	<b>100,0 %</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.*



Aviso nº 386 - C. Civil.

Em 22 de junho de 2016.

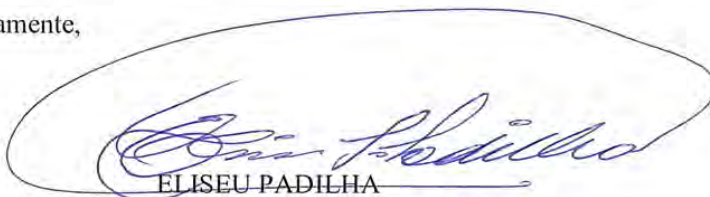
A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

Atenciosamente,



ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República


Nome legível: Sedio A.  
Rubrica: Sedio A.  
Matrícula:  
Data: 23 / 06 / 2016  
Hora: 13 : 01

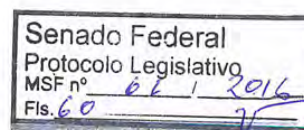






## SEDOL - Protocolo Legislativo

Guia de Envio de Documentos pelo SEDOL		Número: SF/16110.16672-01 
Destino: MESA DO SENADO FEDERAL		
Descrição: Mensagem nº 347, de 2016		
Tipo: MSG - Mensagem		
Enviado por: Presidência da República - PR		
Ementa:		
Responsável pelo envio: Edmar Alves de Jesus		
Data e hora do envio: '06/2016 12:11	Lista de arquivos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mensagem</li> <li>• Exposição de Motivos</li> <li>• Aviso</li> <li>• Anexo de Mensagem</li> </ul>	
Informações adicionais:		
Recebido pela SGM em ____ / ____ / ____ _____		



## **2ª PARTE - LEITURA DE RELATÓRIOS**

**1**

## RELATÓRIO Nº DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem Presidencial nº 60, de 2016 (Mensagem nº 346, de 22 de junho de 2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO é filho de Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho e Maria de Lourdes Cordeiro Franco de Carvalho e nasceu em 13 de fevereiro de 1961, em Curitiba (PR).

Em 1985, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, como pré-requisito para ingressar, no ano seguinte, como Terceiro-Secretário, na carreira diplomática. Em 1988, pós-graduou-se em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (DF). Em 1995, no âmbito do Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD) e, em 2007, teve aprovada sua tese “As perspectivas para o fortalecimento da Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (CPAB) e os interesses brasileiros”, como corolário do Curso de Altos Estudos (CAE) daquela instituição.

Em 2004, ascendeu a Conselheiro; em 2008, a Ministro de Segunda Classe; e, em 2015, a Ministro de Primeira Classe. Todas as ascensões por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de Primeiro-Secretário, de 2003 a 2007, na Delegação Permanente em Genebra; Chefe de Gabinete, de 2008 a 2009, da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior; Chefe da Divisão de Serviços Gerais, de 2009 a 2010; Chefe da Divisão do Meio Ambiente, de 2010 a 2013; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral Política I em 2013; e, de 2013 até o presente, Diretor do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos.

Desempenhou ainda importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações, tais como: a Reunião de Consultas Regionais entre países da América Latina e Caribe sobre o Grupo de Trabalho de Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, no Panamá (2010); a II Reunião do Grupo de Amigos dos Co-Presidentes sobre Responsabilidade e Compensação no âmbito do Protocolo de Cartagena (Biossegurança) da Convenção de Diversidade Biológica, em Kuala Lumpur (2010); a IX Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, em Cali (2010); a XIV Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica (SBSTTA) da Convenção de Diversidade Biológica, em Nairóbi (2010); a II



Sessão da IX Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, em Montreal (2010); a Reunião do Grupo Inter-regional de Negociação do Protocolo de Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, em Montreal (2010); a V Reunião das Partes (V COP/MOP) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, em Nagoya (2010); a 13ª Sessão da Comissão de Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura da FAO, em Roma (2011); a X Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, em Changwon (2011); a II Sessão Plenária de Negociação da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), no Panamá (2012); a XVI Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica (SBSTTA) da Convenção de Diversidade Biológica, em Montreal (2012); a VI Reunião das Partes (V COP/MOP) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, em Hyderabad (2012); a 48ª Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), em Yokohama (2012); a Segunda Reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Especialistas em Financiamento Florestal do Foro das Nações Unidas sobre Florestas, em Viena (2013); a I Reunião Plenária da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), em Bonn (2013); e a XVI Conferência das Partes na Convenção sobre Espécies Ameaçadas da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), em Bangkok (2013).

O diplomata indicado recebeu, em 2001, a Medalha do Mérito Tamandaré; em 2002, a Ordem do Mérito, da Itália, no grau de Cavaleiro; em 2003, a Ordem de Rio Branco, no grau de Oficial; em 2008, a Medalha Mérito Santos Dumont; e, em 2015, a Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial.

Complementando seu histórico profissional e acadêmico, registre-se sua publicação “Notas sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos”, no periódico Cadernos de Política Exterior, ano 1, número 2, em 2015.

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República de Angola, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

Ex-colônia portuguesa, a República de Angola tornou-se independente em 11 de novembro de 1975. O país, a seguir à independência, viu-se mergulhado em uma guerra civil que só se encerraria em 2002. Conquistada a paz, Angola encontra-se em dinâmico processo de reconstrução nacional, buscando a revitalização de sua economia e o desenvolvimento social.

Com economia profundamente vinculada às atividades petrolíferas, Angola encontra-se exposta às oscilações dos preços internacionais da *commodity*. Nesse sentido, o governo angolano vem envidando esforços no sentido da diversificação econômica.

Localizado na costa sudoeste do continente africano e com 1.246.700 km<sup>2</sup> de extensão, o território angolano é limitado a Norte e Nordeste pela República Democrática do Congo e pela República do Congo; a Leste, pela Zâmbia; e ao Sul, pela Namíbia. Banhado pelo Oceano Atlântico, o país tem uma costa de 1.650km de extensão.

Com pouco mais de 24 milhões de pessoas, segundo dados mais recentes do Banco Mundial, a população angolana é majoritariamente de origem Bantu. A língua oficial é o Português, mas existem mais de 40 outras línguas faladas no país, sendo as mais abrangentes o umbundu, o kicongo, o kimbundu e o tchokwe.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em novembro de 1975, fato que ainda hoje confere grande prestígio à diplomacia brasileira em Luanda.

A “Declaração de Parceria Estratégica”, assinada em 2010, conferiu nova dimensão às relações bilaterais. O documento delimita áreas de interesse recíproco e prioridades em termos de cooperação técnica, concertação política e integração econômica. No âmbito da parceria, criou-se a Comissão Bilateral de Alto Nível, com vistas ao aprofundamento, por meio de encontros regulares entre os Chanceleres, do diálogo sobre temas bilaterais, regionais e internacionais de interesse comum. Realizaram-se, até o momento, 4 encontros no âmbito daquela Comissão.

O Programa de Cooperação Brasil – Angola possui como marco jurídico o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em 11 de junho de 1980. A Agência Brasileira de Cooperação desenvolveu, nos últimos 18 anos, um total de 67 iniciativas com Angola. Ao longo desse período, a cooperação técnica abrangeu áreas diversas como formação profissional, educação, inclusão digital, gestão pública, agricultura, segurança alimentar, saúde e defesa.

O setor de defesa é um dos pilares da Parceria Estratégica entre Brasil e Angola. A cooperação nessa área já é bastante intensa, especialmente no âmbito do ensino militar. A intensidade da cooperação nesse setor decorre, entre outros, da grande demanda angolana por formação e aperfeiçoamento de seus militares, à luz do fato de que as Forças Armadas Angolanas (FAA) se encontram em meio a processo de estabelecimento de academias de formação militar.

Ademais, Brasil e Angola encontram-se em vias de concluir negociações em torno do Acordo de Cooperação na Área de Defesa, cujo texto, inicialmente assinado em 2010, teve de ser revisto de forma a adequar-se à nova lei brasileira de acesso à informação. A assinatura do referido acordo permitirá a intensificar ainda mais a cooperação nesse domínio, especialmente no tocante à pesquisa, ao intercâmbio de conhecimento, ao apoio logístico e à aquisição de produtos e serviços de defesa.

Angola é nosso sexto parceiro comercial na África, atrás de Nigéria, Argélia, Egito, África do Sul e Marrocos. Em 2015, as importações brasileiras foram quase que inteiramente de combustíveis (99,6%), enquanto os principais produtos exportados foram carnes (26%) e açúcar (13%).

Entre 2002 e 2008, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de vinte vezes. Em 2009, as importações brasileiras de petróleo angolano caíram 94%, e o fluxo comercial reduziu-se a US\$ 1,47 bilhão. Manteve-se no mesmo patamar nos três anos seguintes (US\$ 1,44 bilhão em 2010, US\$ 1,51 bilhão em 2011 e US\$ 1,2 bilhão em 2012) e registrou recuperação a partir de então (US\$ 2 bilhões em 2013 e US\$ 2,4 bilhões em 2014). Em 2015, porém, houve novo declínio: o intercâmbio foi de apenas US\$ 680 milhões, redução parcialmente explicada pela queda nos preços do petróleo e da consequente crise econômica no país africano.

Muito embora o Brasil seja o nono maior parceiro comercial de Angola (5º maior exportador e 11º maior importador), a participação do Brasil no comércio exterior do país ainda é modesta. Com efeito, nossas importações correspondem a apenas 1,7% das exportações angolanas, e nossas exportações a apenas 4,8% das importações daquele país. Tal cenário é explicado, sobretudo, pela posição de destaque ocupada pela China, maior parceiro comercial de Angola.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Relatório de gestão  
Embaixada do Brasil em Luanda  
Norton de Andrade Mello Rapesta, Embaixador

1. SETOR POLÍTICO

2. Desde minha assunção, em abril de 2015, busquei estreitar os contatos bilaterais pela intensificação do diálogo não somente com a chancelaria angolana, mas também com os demais ministérios e governos provinciais. Envidei esforços para que a Embaixada estivesse representada nos principais eventos oficiais do governo, do corpo diplomático e da comunidade empresarial. A presença dos diplomatas brasileiros nos referidos eventos permitiu manter o fluxo de informação sobre os acontecimentos locais. Com o reforço do quadro proporcionado pela chegada de dois diplomatas no final de agosto de 2015, foi possível estabelecer uma rotina regular de acompanhamento da política interna de Angola e da atuação internacional do país e de seu crescente protagonismo nos foros africanos.

3. A chancelaria e as autoridades angolanas de um modo geral não se furtam a reiterar o caráter especial da relação com o Brasil, sempre que surge ocasião para tal. O pronto reconhecimento da independência de Angola pelo nosso país e os vínculos culturais e humanos com o Brasil são constantemente lembrados, não só pelos integrantes do governo, mas também pela sociedade como um todo. O êxito das gestões que realizei em prol de candidaturas brasileiras em foros internacionais, como à Corte Internacional de Justiça, ao Conselho de Direitos Humanos e à Comissão de Direito Internacional, evidencia o prestígio do Brasil junto ao governo angolano.

4. A entrega pela Fundação Eduardo dos Santos (FESA), órgão vinculado à presidência angolana, da nova sede do Centro Cultural Brasil-Angola (CCBA), na data nacional brasileira, constitui, a meu ver, testemunho emblemático do favorecimento de que o Brasil desfruta neste país. O antigo Hotel Luanda, que hoje acolhe o CCBA, é uma das mais importantes edificações do patrimônio histórico de Angola e

foi minuciosamente restaurado e equipado sob os auspícios da FESA.

5. Em sua vertente política, minha missão foi, portanto, beneficiada pela atenção especial conferida ao Brasil, o que serviu para contrabalançar as numerosas dificuldades materiais enfrentadas em um país onde as sequelas de longo conflito civil ainda estão presentes. Durante minha gestão, o relacionamento bilateral foi impulsionado também por visitas de alto nível, a começar pela participação do vice-presidente Michel Temer, nas comemorações dos 40 anos da independência de Angola, em novembro de 2015, pela vinda de Vossa Excelência, em abril do corrente ano, no âmbito da Comissão Bilateral de Alto Nível, pela presença do então Ministro da Cultura, Juca Ferreira, na inauguração do CCBA, em setembro de 2015, bem como pela visita do então Chefe do Estado Maior do Exército, General Sérgio Etchegoyen, em outubro de 2015, no contexto da profícua cooperação bilateral no domínio da defesa. Pela parte angolana, destaco a participação do Chanceler Georges Chikoti, em atenção a convite de Vossa Excelência, nas comemorações no Brasil dos 40 anos de independência de Angola, a visita da Ministra das Pescas, Victoria de Barros Neto, em julho de 2015, e dos Ministros do Interior, da Construção, da Saúde e do Urbanismo e Habitação, em novembro de 2015.

6. Com vistas a um panorama mais acurado a respeito do país, procurei sempre que possível atender aos convites oficiais para visitar as províncias. Nesse sentido, participei de evento na província do Cuando Cubango e visitei a hidrelétrica de Laúca, na província de Malanje.

#### SETOR DE PROMOÇÃO COMERCIAL

7. O preenchimento de duas vagas de assistentes do SECOM com profissionais qualificados permitiu estruturar o setor, com vistas ao acompanhamento detalhado dos temas, ao atendimento de consultas por parte de empresários brasileiros e angolanos e à assistência a missões brasileiras em Luanda. Entre as atividades do SECOM durante minha gestão, destaco a prospecção de oportunidades de investimentos na nova fronteira energética e agrícola de

Angola. Dignos de nota também o apoio à APEX na organização da participação brasileira na Feira Internacional de Luanda (FILDA), principal evento de promoção comercial no país, e a realização de palestras sobre temas econômicos e financeiros.

#### SETOR CULTURAL

8. A inauguração do novo Centro Cultural Brasil-Angola, mencionada acima, permitiu intensificar a atuação brasileira na área cultural. As excelentes instalações do CCBA, que conta com auditório, biblioteca, galeria de exposições e salas de aula, permitiram implementar programação diversificada, ainda que sob forte impacto de restrições orçamentárias severas. A gestão do setor cultural beneficiou-se da contratação de nova diretora do CCBA, com formação específica em produção cultural.

9. Entre os numerosos eventos culturais realizados durante minha gestão, destaco o show Kalunga, que marcou a inauguração do CCBA (7/9/2015) e do qual participaram nomes como Martinho da Vila, Francis Hime, Yamandu Costa, Elba Ramalho, entre outros.

#### COOPERAÇÃO TÉCNICA

10. A cooperação técnica para o desenvolvimento é uma tradicional vertente da relação bilateral. Durante minha gestão, houve a conclusão da segunda fase do projeto "Escola de Todos", que resultou em proposta de lei de regulamentação da educação inclusiva. Encontra-se em curso o projeto "Fortalecimento da Capacidade de Pesquisa e Inovação dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola", resultante de parceria entre a EMBRAPA e a FAO, com coordenação da ABC. Há demandas não atendidas nas áreas da saúde (doação de antirretrovirais) e de direitos humanos.

#### SETOR CONSULAR

11. Ao assumir a Chefia do Posto, constateei numerosas deficiências no setor consular e práticas improdutivas,



além de irregularidades, conforme registrado em vários expedientes. Com vistas a organizar o setor, implementei novas práticas e rotinas de trabalho. Aprimorei a análise da documentação dos requerentes de visto, o que resultou no aumento do número de denegações, justificada na maior parte dos casos por apresentação de falsas declarações de trabalho e de renda.

12. Tendo em vista a grande demanda de vistos junto ao setor consular da Embaixada, dei início ao processo de criação do "Visa Center", que proporcionará mais conforto e agilidade aos requerentes.

#### ADMINISTRAÇÃO

13. Ante as restrições orçamentárias já mencionadas, buscou-se aprimorar a gestão financeira, como forma de otimizar os recursos. Foram contratados novos serviços de informática, melhores e mais baratos. A escala de trabalho dos contratados locais foi organizada de modo a reduzir o pagamentos de horas-extra.

14. Por fim, dei início ao processo de avaliação das instalações da chancelaria e da residência, edifício dos anos 1960, ampliado há cerca de sete anos. Foram constatadas falhas estruturais, além dos conhecidos problemas de infiltrações, goteiras e baixíssimo desempenho energético.

15. Em razão do alto custo dos aluguéis em Luanda, a Embaixada conta com anexo residencial onde vivem os servidores do quadro. As condições gerais do edifício são boas, mas alguns problemas diminuem a qualidade de vida dos moradores. Antes de minha assunção, por exemplo, os servidores ficaram seis meses sem gerador, à mercê de longos cortes de energia. A solução desse problema foi uma de minhas primeiras iniciativas ao assumir a chefia do Posto. Pendem, porém, questões graves. Alerttei a SERE sobre o problema de contaminação da água do reservatório do edifício pelo esgoto do mesmo, o que coloca em risco a saúde dos servidores e de suas famílias.

Norton de Andrade Mello Rapesta, Embaixador



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM Nº 60, DE 2016

(nº 346/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

**AUTORIA:** Presidente da República



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 346

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Os méritos do Senhor Paulino Franco de Carvalho Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de junho de 2016.

EM nº 00157/2016 MRE

Brasília, 8 de Junho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: José Serra*

Aviso nº 385 - C. Civil.

Em 22 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**INFORMAÇÃO****CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO**

CPF: 500.108.329-04

ID: 9066 MRE

1961 Filho de Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho e Maria de Lourdes Cordeiro Franco de Carvalho, nasce em 13 de fevereiro, em Curitiba/PR

**Dados Acadêmicos:**

1985 CPCD - IRBr  
 1988 Pós-Graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas/DF  
 1995 CAD - IRBr  
 2007 CAE - IRBr, "As perspectivas para o fortalecimento da Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (CPAB) e os interesses brasileiros"

**Cargos:**

1986 Terceiro-Secretário  
 1993 Segundo-Secretário  
 1999 Primeiro-Secretário, por merecimento  
 2004 Conselheiro, por merecimento  
 2008 Ministro de Segunda Classe, por merecimento  
 2015 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

**Funções:**

1986-88 Secretaria de Orçamento e Finanças, Assistente  
 1988-91 Secretaria de Relações com o Congresso, Assistente  
 1991-95 Embaixada em Roma, Terceiro-Secretário e Segundo Secretário  
 1995-99 Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário  
 1999 Cerimonial, assistente  
 1999-03 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Assistente e Assessor  
 2003-07 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário  
 2008-09 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Chefe de Gabinete  
 2009-10 Divisão de Serviços Gerais, Chefe  
 2010-13 Divisão do Meio Ambiente, Chefe  
 2013-13 Subsecretaria-Geral Política I, Chefe de Gabinete  
 2013 Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos, Diretor

**Chefias de Delegação:**

2010 Reunião de Consultas Regionais entre países da América Latina e Caribe sobre o Grupo de Trabalho de Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, Panamá  
 2010 II Reunião do Grupo de Amigos dos Co-Presidentes sobre Responsabilidade e Compensação no âmbito do Protocolo de Cartagena (Biossegurança) da Convenção de Diversidade Biológica, Kuala Lumpur  
 2010 IX Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, Cali  
 2010 XIV Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica (SBSTTA) da Convenção de Diversidade Biológica, Nairóbi  
 2010 II Sessão da IX Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, Montreal  
 2010 Reunião do Grupo Inter-regional de Negociação do Protocolo de Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, Montreal  
 2010 V Reunião das Partes (V COP/MOP) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, Nagoya



2011	13ª Sessão da Comissão de Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura da FAO, Roma
2011	X Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Changwon
2012	II Sessão Plenária de Negociação da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), Panamá
2012	XVI Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica (SBSTTA) da Convenção de Diversidade Biológica, Montreal
2012	VI Reunião das Partes (V COP/MOP) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, Hyderabad
2012	48ª Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), Yokohama
2013	Segunda Reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Especialistas em Financiamento Florestal do Foro das Nações Unidas sobre Florestas, Viena
2013	I Reunião Plenária da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), Bonn
2013	XVI Conferência das Partes na Convenção sobre Espécies Ameaçadas da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), Bangkok

**Condecorações:**

2001	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
2002	Ordem do Mérito, Itália, Cavaleiro
2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2008	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2015	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

**Publicações:**

2015	"Notas sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos" in: Cadernos de Política Exterior, ano 1, número 2
------	---

**MARIA-THERESA LAZARO**  
Subsecretária-Geral do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES****ANGOLA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

## Maio de 2016

<b>DADOS BÁSICOS SOBRE ANGOLA</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	República de Angola
<b>CAPITAL:</b>	Luanda
<b>ÁREA:</b>	1.246.700 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO:</b>	24,2 milhões (2014) - Banco Mundial
<b>LÍNGUA OFICIAL:</b>	Português
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Religiões africanas (47%), católica (38%), protestante (15%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	República presidencialista
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Assembleia Nacional – Parlamento unicameral, composto por 220 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Presidente José Eduardo dos Santos
<b>CHANCELER:</b>	Georges Chikoti
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL:</b>	US\$ 138,36 bilhões (2013)
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP):</b>	US\$ 152,5 bilhões (2011)
<b>PIB PER CAPITA</b>	US\$ 5.890 (2013)
<b>PIB PPP PER CAPITA</b>	US\$ 6.950 (2011)
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	10,3% (2013); 13,2% (2012)
<b>IDH (2014):</b>	0,532 (149ª posição entre 188 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2014):</b>	52,3 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO (2015):</b>	72,9% (est.)
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2014):</b>	6,8% (2014) - Banco Mundial
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	kwanza
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Nelson Manuel Cosme
<b>BRASILEIROS NO PAÍS:</b>	Cerca de 15 mil pessoas

**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Angola**  
**US\$ milhões**

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	838	60,7%	0,61%	460	(+)	0,50%	1.297	148,8%	0,57%	378
2007	1.218	45,4%	0,76%	946	105,9%	0,78%	2.165	66,9%	0,77%	272
2008	1.975	62,1%	1,00%	2.236	136,3%	1,29%	4.211	94,5%	1,26%	-262
2009	1.333	-32,5%	0,87%	138	-93,8%	0,11%	1.471	-65,1%	0,52%	1.195
2010	947	-28,9%	0,47%	494	258,9%	0,27%	1.442	-2,0%	0,38%	453
2011	1.074	13,4%	0,42%	438	-11,4%	0,19%	1.512	4,9%	0,31%	636
2012	1.145	6,6%	0,47%	46	-89,5%	0,02%	1.190	-21,3%	0,26%	1.099
2013	1.271	11,1%	0,53%	727	(+)	0,30%	1.998	67,8%	0,41%	544
2014	1.262	-0,7%	0,56%	1.110	52,7%	0,48%	2.372	18,7%	0,52%	152
2015	648	-48,6%	0,34%	32	-97,1%	0,02%	680	-71,3%	0,19%	616

**APRESENTAÇÃO**

Ex-colônia portuguesa, a República de Angola tornou-se independente em 11 de novembro de 1975. O país, a seguir à independência, viu-se mergulhado em uma guerra civil que só se encerraria em 2002. Conquistada a paz, Angola encontra-se em dinâmico processo de reconstrução nacional, buscando a revitalização de sua economia e o desenvolvimento social.

Com economia profundamente vinculada às atividades petrolíferas, Angola encontra-se exposta às oscilações dos preços internacionais da *commodity*. Nesse sentido, o governo angolano vem envidando esforços no sentido da diversificação econômica.

República presidencialista, o país está administrativamente dividido em 18 províncias: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Kuando Kubango, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.

Localizado na costa sudoeste do continente africano e com 1.246.700 km<sup>2</sup> de extensão, o território angolano é limitado a Norte e Nordeste pela República Democrática do Congo e pela República do Congo; a Leste, pela Zâmbia; e ao Sul, pela Namíbia. Banhado pelo Oceano Atlântico, o país tem uma costa de 1.650km de extensão. A temperatura média em Luanda é de 26 graus, sendo raro fazer frio. Em algumas províncias do Planalto Central

angolano a temperatura pode cair um pouco mais, chegando a 15 graus. Em Luanda e províncias do Norte, as temperaturas no verão variam entre 30 e 36 graus.

Com pouco mais de 24 milhões de pessoas, segundo dados mais recentes do Banco Mundial, a população angolana é majoritariamente de origem Bantu. A língua oficial é o Português, mas existem mais de 40 outras línguas faladas no país, sendo as mais abrangentes o umbundu, o kicongo, o kimbundu e o tchokwe.

#### **PERFIL BIOGRÁFICO**

**José Eduardo dos Santos**

*Presidente da República*



Nasceu em agosto de 1943, em Luanda. Iniciou a atividade política após a criação, em 1956, do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), em grupos clandestinos estabelecidos nos subúrbios da capital. Em 1961, com o início da luta pela independência, deixou o país e passou a coordenar a atividade da Juventude do MPLA em Brazzaville. Exerceu diversas funções político-militares na província de Cabinda. Com a independência, tornou-se Ministro de Negócios Estrangeiros (1975-77). Assumiu a chefia do MPLA e a posição de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Populares de

Libertação de Angola (FAPLA) (1979-80). Presidiu a Assembleia do Povo (1980-1992). Tornou-se Presidente em 1992, após vencer, no primeiro turno, as primeiras eleições multipartidárias de Angola. Reelegeu-se nas eleições de agosto de 2012.

## RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em novembro de 1975, fato que ainda hoje confere grande prestígio à diplomacia brasileira em Luanda.

A “Declaração de Parceria Estratégica”, assinada em 2010, conferiu nova dimensão às relações bilaterais. O documento delimita áreas de interesse recíproco e prioridades em termos de cooperação técnica, concertação política e integração econômica. No âmbito da parceria, criou-se a Comissão Bilateral de Alto Nível, com vistas ao aprofundamento, por meio de encontros regulares entre os Chanceleres, do diálogo sobre temas bilaterais, regionais e internacionais de interesse comum. Realizaram-se, até o momento, 4 encontros no âmbito daquela Comissão. A última reunião do mecanismo ocorreu em abril de 2016, quando o Ministro Mauro Vieira realizou visita oficial a Luanda. As outras edições ocorreram: I Reunião, em outubro de 2012, em Brasília; II Reunião, em abril de 2015, em Luanda; III Reunião, em novembro de 2015, em Brasília, no contexto das comemorações dos 40 anos do reconhecimento brasileiro da independência de Angola e do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

### *Visitas presidenciais recentes*

Houve quatro visitas presidenciais durante o governo Lula, que esteve em Luanda em 2003 e 2007 e recebeu o presidente José Eduardo dos Santos em 2005 e 2010. A presidenta Dilma Rousseff visitou Luanda em 2011, durante seu primeiro périplo pela África.

A mais recente visita presidencial ocorreu em junho de 2014, quando o presidente José Eduardo dos Santos, no contexto da Copa do Mundo, realizou visita ao Brasil. Durante a visita, José Eduardo dos Santos avistou-se com a presidenta Dilma, ocasião em que se assinou o Protocolo sobre Facilitação de Vistos de Negócios.

### *Visitas ministeriais recentes*

Em abril de 2016, o Ministro Mauro Vieira realizou visita oficial a Luanda. Na ocasião, os dois Chanceleres presidiram a IV Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível, oportunidade em passaram em revista os principais



temas da agenda bilateral, regional e multilateral de interesse comum. O Ministro Mauro Vieira foi recebido pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

Tratou-se da segunda visita a Angola desde que o Ministro assumiu a Chefia do Ministério das Relações Exteriores. Anteriormente, o Ministro Mauro Vieira havia visitado Luanda em abril de 2015, quando presidiu com seu homólogo a II Reunião da Comissão Bilateral e também se avistou com o Presidente José Eduardo dos Santos. Naquela ocasião, foram assinados o “Memorando de Entendimento para a Promoção de Investimentos nos Setores da Indústria, Agricultura, Energia e Serviços”, bem como o “Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos” (hoje em fase de aprovação congressional).

A mais recente visita do Ministro Georges Chikoti ao Brasil teve lugar em novembro de 2015, no contexto das comemorações dos 40 anos do reconhecimento brasileiro da independência de Angola e do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. No dia 13 de novembro de 2015, o Ministro Georges Chikoti e o Ministro Mauro Vieira mantiveram reunião de trabalho, dando sequência aos contatos que mantiveram, em abril de 2015, em Luanda. Naquele mesmo dia, os dois Ministros também inauguraram o Seminário “40 Anos do Reconhecimento da Independência de Angola pelo Brasil”, organizado pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Fundação Alexandre de Gusmão.

Para além das visitas dos dois Chanceleres, o ano de 2015 foi marcado por uma série de outras visitas ministeriais de lado a lado.

Em julho de 2015, o Ministro das Finanças de Angola, Armando Manuel, avistou-se, em Brasília, com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, e o então Ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Naquele mesmo mês, a Ministra das Pescas de Angola, Sra. Victória de Barros Neto, também esteve no Brasil, ocasião em que, entre outros compromissos, inaugurou o “Seminário Brasil-Angola sobre Pesca e Aquicultura”, ao lado de seu homólogo brasileiro, Ministro Helder Barbalho. Os dois Ministros avaliaram temas da agenda bilateral na área de pesca e aquicultura.

Em setembro de 2015, o Ministro da Cultura do Brasil, Juca Ferreira, visitou Luanda, por ocasião da inauguração do Centro Cultural Brasil-Angola, ocasião em que se avistou com sua homóloga angolana, Rosa Cruz e Silva.

### ***Cooperação técnica***

O Programa de Cooperação Brasil – Angola possui como marco jurídico o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em 11 de junho de 1980. A Agência Brasileira de Cooperação desenvolveu, nos últimos 18 anos, total de 67 iniciativas com Angola. Ao longo desse período, a cooperação técnica abrangeu áreas diversas como formação profissional, educação, inclusão digital, gestão pública, agricultura, segurança alimentar, saúde e defesa.

Atualmente, a cooperação técnica entre Brasil e Angola resume-se a alguns poucos projetos, destacando-se: i. “Projeto-Piloto em Doença Falciforme” (a ser finalizado ainda este ano), que busca capacitar médicos e enfermeiros do Hospital Pediátrico David Bernardino no diagnóstico e tratamento da doença falciforme; ii. “Capacitação do Sistema de Saúde do Governo de Angola” (a ser finalizado ainda este ano), que busca capacitação nos campos de ensino, ciência e tecnologia no país, incluindo comunicação e informação; iii. “Fortalecimento da Capacidade de Pesquisa e Inovação dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola”, iniciativa conjunta do governo brasileiro e da FAO, que também deverá ser concluída neste ano.

Dentre os projetos já realizados, destaque-se o projeto Escola de Todos – Fase II, concluído tecnicamente em 2015, que contribuiu para a iniciativa do Ministério da Educação angolano de elaborar projeto de lei que prevesse a criação de política pública nacional de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas públicas angolanas. Merece, ainda, destaque o projeto de Capacitação em Saúde Pública, que viabilizou a formação de 15 mestres angolanos em saúde pública. A iniciativa contou com a parceria da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz).

### ***Cooperação educacional***

Angola é um dos principais países beneficiados pelo PEC-G. É o terceiro país em número de estudantes, atrás apenas de Cabo Verde e Guiné Bissau. Nos últimos 10 anos, foram beneficiados 698 estudantes angolanos. A maioria dos angolanos no PEC-G recebe bolsa mensal, no valor de US\$500, do Instituto Nacional de Bolsa de Estudos (INAGBE) de Angola. No caso de carência de recursos, os estudantes com destacado rendimento escolar também são

contemplados, semestralmente, com a Bolsa-Mérito ou com a Bolsa MRE. Nos dois semestres de 2015, 40 angolanos foram selecionados para o recebimento do auxílio.

Angola também ocupa posição de destaque no Programa de Estudantes–Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). É o terceiro país africano em número de participantes do Programa (59 nos últimos dez anos), após Cabo Verde e Moçambique.

### ***Cooperação cultural***

Por ocasião da visita do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, a Luanda, em setembro de 2015, foram inauguradas as novas instalações da Casa de Cultura Brasil-Angola. A mudança é resultado de Memorando de Entendimento, assinado em 2009, para a cessão recíproca de imóveis históricos para abrigar os Centros Culturais do Brasil em Angola e de Angola no Brasil (que já funciona em edifício cedido pelo governo da Bahia no Pelourinho, Salvador). Por esse instrumento, a Fundação Eduardo dos Santos (FESA) comprometeu-se a restaurar integralmente prédio histórico em Luanda e cedê-lo ao governo brasileiro. O imóvel tem 1.700 metros quadrados de área, foi totalmente reconstruído, com novas fundações, estruturas, paredes e revestimentos. Dispõe de quatro salas de aula, seis salas para oficinas, biblioteca, espaço para exposições e teatro completamente equipado, com capacidade para 175 pessoas.

### ***Cooperação Jurídica Brasil-Angola***

No âmbito da CPLP, encontram-se vigentes para o Brasil, desde 2013, os Acordos de Extradicação e de Transferência de Pessoas Condenadas. Os referidos Acordos possuem cláusula específica determinando a revogação dos Tratados bilaterais anteriores sobre ambos os institutos, celebrados em 2005.

Em 2005, celebrou-se Convenção da CPLP sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal. Ambos os países ratificaram a Convenção da CPLP sobre o tema, ainda não promulgado pelo Brasil. Atualmente, os pedidos de auxílio jurídico entre as partes tramitam com base em promessa de reciprocidade.

O Brasil propôs recentemente o entabulamento de negociações com vistas à celebração de instrumento bilateral de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Civil. Registre-se que a inexistência de tal tipo de acordo, contudo, não impede a formulação e atendimento de pedidos com base em promessa de reciprocidade.

### *Cooperação em defesa*

O setor de defesa é um dos pilares da Parceria Estratégica entre Brasil e Angola. A cooperação nessa área já é bastante intensa, especialmente no âmbito do ensino militar. A intensidade da cooperação nesse setor decorre, entre outros, da grande demanda angolana por formação e aperfeiçoamento de seus militares, à luz do fato de que as Forças Armadas Angolanas (FAA) se encontram em meio a processo de estabelecimento de academias de formação militar.

Trocas de visitas de altas autoridades do Ministério da Defesa também demonstram a coesão das relações bilaterais nessa área. Entre outras visitas, destaquem-se a do então Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, a Angola em fevereiro de 2013 e a do Ministro da Defesa de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, a Brasília em agosto de 2014. Destaque-se, ainda, a visita do Chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro, General de Exército Sérgio Westphalen Etchegoyen, a Luanda, em outubro de 2015. Em todas essas ocasiões, discutiram-se possíveis linhas de ação para a cooperação no tema de defesa.

Embora já bastante intensa, Brasil e Angola encontram-se em vias de concluir negociações em torno do Acordo de Cooperação na Área de Defesa, cujo texto, inicialmente assinado em 2010, teve de ser revisto de forma adequar-se à nova lei brasileira de acesso à informação. A assinatura do referido acordo permitirá a intensificação da cooperação nesse domínio, especialmente no tocante à pesquisa, ao intercâmbio de conhecimento, ao apoio logístico e à aquisição de produtos e serviços de defesa.

Há interesse, igualmente, de explorarem-se novas parcerias na indústria de defesa, em particular no segmento aeronáutico. Há vários anos, aeronaves Embraer (EMB-110, Bandeirante, EMB-120, Brasília, ERJ-135, ERJ-145 e EMB-312, Tucano) são operadas em Angola. As aeronaves militares EMB-312, Tucano, equipam a Força Aérea Angolana desde 1998. Em 2009, foram adquiridas pela Força Aérea Nacional de Angola (FANA) seis aeronaves A-29 (EMB-314) Super Tucano. O primeiro lote, de três Super Tucano, foi entregue em julho de 2013. O segundo lote, também de três aeronaves, foi entregue no final do mesmo ano.

Registre-se, por fim, que o Ministério da Defesa brasileiro, por meio da empresa EMGEPRON (vinculada diretamente ao Comando da Marinha), prestou apoio técnico ao estudo do levantamento da plataforma continental

angolana. Os trabalhos foram concluídos em dezembro de 2013. O projeto teve impacto muito positivo junto às autoridades militares angolanas. A especial relevância do projeto reside no fato de que a maior parte da produção de petróleo de Angola, principal fonte de receitas do país, dá-se em bacias marítimas.

### ***Cabos submarinos***

A empresa Angola Cables pretende construir cabo submarino de fibra óptica entre Fortaleza e Luanda. Em 24 de julho de 2015, a Prefeitura de Fortaleza e a empresa angolana assinaram contrato de concessão de terreno para construção de um “datacenter” e uma central para conexão dos cabos. A Angola Cables estima investir R\$ 72 milhões no Brasil. A Telebrás dispôs-se a cooperar na etapa de ancoragem do cabo no litoral brasileiro. Há previsão de que a conexão entre em funcionamento a partir de 2017.

### ***Reforma do Conselho de Segurança***

Angola já manifestou, em várias ocasiões, apoio à candidatura do Brasil a membro permanente em CSNU reformado. Esse apoio foi reiterado pelo Presidente de Angola em comunicado conjunto emitido na visita da Presidenta Dilma Rousseff a Luanda, em outubro de 2011.

### ***Assuntos consulares***

A Embaixada em Luanda é a única representação brasileira no país.

A comunidade brasileira residente em Angola está estimada em cerca de 15 mil pessoas (dados de 2015).

### ***Empréstimos e financiamentos oficiais***

No período de 1998 a 2015, o BNDES desembolsou cerca de 34,7 bilhões de dólares para financiar a exportação de bens e serviços brasileiros para todo o mundo, em operações pós-embarque.

Nesse período, Angola foi o terceiro maior destino de exportações financiadas pelo BNDES (3,39 bilhões de dólares, ou 9,7% do total), superada apenas pelos Estados Unidos (14,3 bilhões de dólares) e pela Argentina (3,4 bilhões de dólares). Vale mencionar, também, que no período de 2010 a 2015, foram despendidos cerca de 210 milhões de dólares em recursos do PROEX para o financiamento de exportações para Angola.

## **POLÍTICA INTERNA**

### ***Panorama geral***

O fim da guerra civil, em 2002, após a morte do líder histórico da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Jonas Savimbi, propiciou a pacificação do país que esteve mergulhado em 40 anos de conflitos: 15 anos de luta anticolonial e 27 anos de embate fratricida.

A nova Constituição, aprovada e promulgada em janeiro de 2010, trouxe avanços em várias áreas das liberdades civis e coletivas e da ordem econômica do país. A Constituição prevê um regime presidencialista no qual o Presidente é eleito pelo voto direto e secreto e tem poderes para nomear os Governadores das províncias e também dos municípios. Extinguiu-se a figura do Primeiro-Ministro, mas criou-se o cargo de Vice-Presidente, o qual acumula as funções de coordenação administrativa.

De forma ordeira e tranquila, conforme relatos de observadores eleitorais, realizaram-se, em agosto de 2012, eleições presidenciais e legislativas. Como já esperado, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) elegeu o PR José Eduardo dos Santos, ao obter 71,8% dos votos válidos. O partido da situação elegeu, ademais, 175 dos 220 deputados à Assembleia Nacional, número que garante ao MPLA confortáveis 80% do Parlamento.

O programa de governo do MPLA para o quinquênio 2012-2017, inspirado na Estratégia Geral de Longo Prazo do partido, estruturou-se em torno dos seguintes eixos fundamentais: (i) a consolidação da paz, o reforço da democracia e a preservação da unidade e da coesão nacionais; (ii) a garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento; (iii) a melhoria da qualidade de vida dos angolanos; (iv) apoio ao empresariado nacional; (v) o reforço da inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

### ***Evolução política recente***

Atualmente, a grande questão política no país gira em torno dos efeitos da queda do preço internacional do petróleo (cuja exportação corresponde a 70% das receitas do país) e seus impactos sociais. Em 2015, o governo angolano realizou severo corte no orçamento nacional inicialmente previsto. Conforme reconheceu à época o Presidente José Eduardo dos Santos, reduzia-se “enormemente a capacidade do Executivo de realizar despesas públicas e de financiar a economia. Se esta situação não for devidamente controlada e o país convenientemente orientado, podemos afetar as bases em que assenta a sua estabilidade econômica e social”.

A atual situação econômica também afeta as perspectivas para as próximas eleições gerais, previstas para 2017. Nesse contexto, registre-se que, em março de 2016, o Presidente José Eduardo dos Santos declarou que deixará

“a vida pública ativa em 2018”. Nesse possível cenário de abandono definitivo da vida política do Presidente angolano, proliferam especulações sobre seus possíveis sucessores, mas sem qualquer nome de consenso. Ao que tudo indica, o MPLA já estaria discutindo internamente possíveis nomes, sem ter ainda encontrado nome aceito pela maioria e com respaldo da população.

Há grande expectativa em torno dessa incógnita, uma vez que a divulgação da lista do partido permitirá conhecer se haverá sucessão e, caso o nome de José Eduardo dos Santos não esteja efetivamente presente, revelará quem poderá ser futuro Presidente da República, haja vista que o partido da situação goza de grande favoritismo nas eleições.

### ***Poder Legislativo***

O Parlamento de Angola é unicameral (Assembleia Nacional). Nos termos da Constituição do país, trata-se de órgão “representativo de todos os angolanos, que exprime a vontade soberana do povo e exerce o poder legislativo do Estado”.

A Assembleia Nacional é integrada por 220 Deputados. Os Deputados são eleitos por sufrágio universal, direto, secreto e periódico, segundo o sistema de representação proporcional, para mandatos de cinco anos. São eleitos por círculos eleitorais, existindo um círculo eleitoral nacional – pelo qual se elegem 130 deputados – e círculos eleitorais correspondentes a cada uma das 18 províncias – pelo qual se elegem 5 Deputados por província (90 ao todo).

São elegíveis os cidadãos angolanos maiores de 18 anos. A lei eleitoral prevê algumas exceções que decorrem da natureza de certas funções, tais como as de magistrado, militar na ativa, diplomata, entre outras.

### ***Poder Judiciário***

Conforme a Constituição angolana, os Tribunais superiores de Angola são: o Tribunal Constitucional (a quem compete, em geral, administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional), o Tribunal Supremo (instância judicial superior da jurisdição comum), o Tribunal de Contas (o órgão supremo de fiscalização da legalidade das finanças públicas e de julgamento das contas que a lei sujeitar à sua jurisdição) e o Supremo Tribunal Militar (órgão superior na hierarquia dos tribunais militares).

Sempre conforme a Constituição angolana, os Tribunais são os órgãos “de soberania com competência de administrar a justiça em nome do povo” e,



no exercício da função jurisdicional, compete-lhes “dirimir conflitos de interesses público ou privado, assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos, bem como os princípios do acusatório e do contraditório e reprimir as violações da legalidade democrática”.

### **POLÍTICA EXTERNA**

Angola tem assumido maior projeção no cenário internacional, em particular por meio de papel protagonista no continente africano. O país é a segunda economia da África Austral, após a África do Sul, e ocupa assento não permanente no CSNU durante o biênio 2015/2016.

No continente, além dos vizinhos República Democrática do Congo e Namíbia, favorece o relacionamento com os Países Africanos de Língua Portuguesa, com os quais o sentido de cooperação e engajamento é reforçado pela atuação angolana na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O país, ao utilizar seu próprio exemplo de superação de conflitos fratricidas, projeta-se como interlocutor necessário nos processos de estabilização da África, não só entre os países vizinhos, mas também em outras zonas do continente, como o Golfo da Guiné e a Região dos Grandes Lagos. Luanda defende soluções africanas para os problemas africanos e busca reforçar o papel das organizações regionais. Apoia a ampliação das competências das entidades sub-regionais, como a União Africana e a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral).

Fora do continente, prioriza os parceiros estratégicos (Brasil, EUA e China), seguidos dos países com os quais mantém laços tradicionais, como Portugal, Rússia e Cuba. Grandes países europeus e o Japão também estão muito presentes em Angola, por meio de novos investimentos. Os vínculos com parceiros do Sul (Índia, Argentina, Venezuela, entre outros) estão sendo fortalecidos.

A diplomacia angolana tem-se esforçado para atrair investidores públicos e privados e para estimular parcerias internacionais que possam favorecer o crescimento e a diversificação de sua economia, sobretudo no atual cenário de contenção orçamentária decorrente da queda dos preços internacionais do petróleo.

A China é o principal parceiro comercial de Angola. O país é destino de metade das exportações angolanas (48,8%) e origem de praticamente um quarto de suas importações (23%).

### ***Guiné-Bissau***

Os guineenses nutrem pelos angolanos forte relação de proximidade, em função das relações históricas entre os dois países, que remontam à época da luta anticolonial.

As relações bilaterais foram abaladas quando, com o golpe militar de 2012, o novo governo da Guiné-Bissau determinou a evacuação imediata da MISSANG, missão militar angolana, composta por cerca de 200 militares, que apoiava a reforma do setor de defesa e segurança do país. A MISSANG foi, então, substituída por missão da CEDEAO – a ECOMIB.

Marco recente na reaproximação bilateral foi a visita do Presidente da Assembleia Nacional Parlamentar da Guiné-Bissau, Cipriano Cassamá, a Luanda, em junho de 2015. O Presidente guineense José Mário Vaz esteve em Luanda, em novembro de 2015, para participar das festividades alusivas aos 40 anos de independência de Angola.

Quando de sua presidência no Conselho de Segurança (março), Luanda organizou a passagem do CSNU por Bissau (7 de março), que envolveu encontros com: Presidente José Mario Vaz; Primeiro-Ministro Carlos Correia; Presidente da Assembleia Nacional Popular Cipriano Cassamá; e lideranças do PAIGC (inclusive com o ex-Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira).

### ***Conselho de Segurança***

Angola exerce mandato eletivo no CSNU no biênio 2015-2016. Luanda tem-se engajado mais ativamente em temas africanos e, nesse sentido, entre outras medidas, preside o “Ad Hoc Working Group on Conflict Prevention and Resolution in Africa”.

Em março de 2016, Luanda exerceu a presidência mensal do Conselho de Segurança. Dentre as suas principais iniciativas, vale destacar as seguintes: debate aberto em nível ministerial sobre a prevenção e a resolução de conflitos na região dos Grandes Lagos; debate aberto sobre papel das mulheres na

prevenção e na resolução de conflitos na África; e Fórmula Arria sobre segurança alimentar e conflitos.

### ***Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL)***

Desde janeiro de 2014, Angola ocupa a Presidência rotativa da CIRGL, organização que congrega 12 países da região dos Grandes Lagos (Angola, Burundi, Quênia, República do Congo, República Democrática do Congo, República Centro-Africana, Ruanda, Uganda, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia e Zâmbia). Durante a presidência angolana, o engajamento da CIRGL na busca de soluções duradouras para as principais questões de segurança na região (Burundi, Leste da República Democrática do Congo, RCA e Sudão do Sul) tem sido fortalecido. A ausência de interesses diretos angolanos na perpetuação da instabilidade regional contribui para o renovado protagonismo da CIRGL.

Em março de 2016, quando na presidência do Conselho de Segurança, Luanda organizou debate aberto naquele órgão sobre a promoção da segurança na região dos Grandes Lagos, que resultou na adoção, em 31 de março, de Declaração Presidencial. Por meio dela, o Conselho de Segurança lamentou o descumprimento dos acordos regionais para estabilização da República Democrática do Congo, a continuidade do tráfico ilícito de recursos naturais e a importância da neutralização das milícias armadas em operação no leste da República Democrática do Congo.

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

A economia angolana vincula-se estreitamente às receitas oriundas das atividades petrolíferas. Estima-se que o setor responda por 46% do PIB do país, 70% de suas receitas totais e 95% de suas exportações. Essa dependência deixa o país exposto às oscilações dos preços internacionais do petróleo. Nesse contexto, o governo angolano vem envidando esforços para diversificar a economia.

O baixo preço internacional do petróleo tornou-se um dos mais importantes temas políticos e econômicos do país, com os mais variados desdobramentos: revisão do orçamento nacional, desvalorização cambial, inflação, adoção de política monetária restritiva.

Em 2015, o Governo angolano viu as receitas oriundas de exportação reduzirem-se drasticamente. Houve redução na projeção do PIB, nas

expectativas de crescimento da indústria de transformação e dos serviços. A baixa dos preços do petróleo também reduziu a entrada de dólares no país, com forte pressão sobre as reservas nacionais. O kwanza desvalorizou-se fortemente frente ao dólar, pressionando assim os preços dos produtos importados e, em consequência, a inflação, o que tem particular impacto sobre as camadas menos favorecidas da população.

De forma a contornar as limitações de suas reservas internacionais, o governo angolano vem tentando encontrar novas fontes de financiamento externo e renegociar as dívidas existentes. Ademais, pretende potencializar a produção nacional voltada ao mercado interno e internacional, gerando, desta forma, divisas, fora do setor petrolífero. Nesse contexto, pretende-se a canalização de recursos para apoiar a diversificação da economia produtiva no setor privado.

### ***Inflação***

Em 2002, ano em que o país saiu da Guerra Civil, a inflação alcançou 106%. Um ano depois, fruto de uma política monetária, cambial e fiscal rigorosa, registrou uma redução em 28%, fixando-se em 76,6%. Com o acentuar da crise atual (decorrente da queda dos preços internacionais do petróleo), a inflação que registrava índices baixos (na casa dos 7% em 2014) voltou a estar em alta, tendo alcançado, já em 2015, 14,27%.

Atualmente, a inflação anualizada está acima de 20%. Aponta-se como principais causas da recente escalada inflacionária, a alta dos preços dos combustíveis e a escassez de divisas para a importação, que, por sua vez, origina um efeito em cascata na redução da oferta de bens e serviços na economia.

### ***Comércio Exterior***

Os maiores parceiros comerciais do país são: China (que responde por mais de 40% de todo o comércio exterior do país), Estados Unidos (8%), Portugal (7%) e Índia (6,9%). O Brasil é o nono parceiro comercial de Angola (dados disponíveis de 2014). Entre 2013 e 2014 o país registrou considerável redução (20%) no saldo de sua balança comercial, reflexo inicial da queda dos preços do petróleo. Essa tendência pode ter-se aprofundado em 2015.

### ***Comércio bilateral***

Angola é nosso sexto parceiro na África, atrás de Nigéria, Argélia, Egito, África do Sul e Marrocos. Em 2015, as importações brasileiras foram quase que inteiramente de combustíveis (99,6%), enquanto os principais produtos exportados foram carnes (26%) e açúcar (13%).

Entre 2002 e 2008, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de vinte vezes. Em 2009, as importações brasileiras de petróleo angolano caíram 94%, e o fluxo comercial reduziu-se a US\$ 1,47 bilhão. Manteve-se no mesmo patamar nos três anos seguintes (US\$ 1,44 bilhão em 2010, US\$ 1,51 bilhão em 2011 e US\$ 1,2 bilhão em 2012) e registrou recuperação a partir de então (US\$ 2 bilhões em 2013 e US\$ 2,4 bilhões em 2014). Em 2015, porém, houve novo declínio: o intercâmbio foi de apenas US\$ 680 milhões, redução parcialmente explicada pela queda nos preços do petróleo e da consequente crise econômica no país africano.

Muito embora o Brasil seja o nono maior parceiro comercial de Angola (5º maior exportador e 11º maior importador), a participação do Brasil no comércio exterior do país ainda é modesta. Com efeito, nossas importações correspondem a apenas 1,7% das exportações angolana, e nossas exportações a apenas 4,8% das importações daquele país. Tal cenário é explicado, sobretudo, pela posição de destaque ocupada pela China, maior parceiro comercial de Angola.

### ***Investimentos***

Em abril de 2015, durante a visita do Ministro Mauro Vieira a Luanda, assinaram-se o Memorado de Entendimento para a Promoção de Investimentos nos Setores da Agricultura, da Energia e dos Serviços e do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) – este último ainda pendente de aprovação congressional. Os dois instrumentos são complementares: enquanto o memorando prevê criação de Grupo de Trabalho para identificar oportunidades e desenvolver projetos para a promoção de investimentos de empresas brasileiras em Angola, o ACFI prevê a criação de mecanismo intergovernamental de consultas na área.

Ainda nesse contexto, ressalte-se a assinatura, em junho de 2014, por ocasião de visita oficial do Presidente José Eduardo dos Santos ao Brasil, do Protocolo sobre Facilitação de Vistos de Negócios, cujas negociações haviam iniciado em janeiro de 2013. O Protocolo busca sanar dificuldades enfrentadas

pelas comunidades brasileira e angolana, estendendo para 24 meses o prazo de vistos de negócios e permitindo aos seus titulares permanência de até 90 dias não prorrogáveis por ano.

Todos esses acordos vêm-se juntar à linha de crédito concedida nos últimos anos a Angola como mecanismos de apoio à consolidação da presença do Brasil naquele mercado. Atualmente, Angola é o principal destino de financiamentos oficiais brasileiros na África e o segundo no mundo, atrás apenas da Argentina.

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>1975</b>	Angola torna-se independente. Início da guerra civil, opondo o MPLA, apoiado por Cuba, à Frente Nacional para Libertação de Angola (FNLA) e à União Nacional para a Total Independência de Angola (UNITA), apoiadas pelos Estados Unidos e pela África do Sul
<b>1979</b>	Agostinho Neto, líder do MPLA, morre. José Eduardo dos Santos torna-se Presidente
<b>1987</b>	A África do Sul invade Angola para apoiar a UNITA
<b>1988</b>	África do Sul, Angola e Cuba assinam acordo para a retirada das tropas cubanas. A África do Sul retira-se do País
<b>1989</b>	MPLA e UNITA acordam cessar-fogo, que não é respeitado. A guerra civil é retomada
<b>1991</b>	Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi assinam acordo de paz em Lisboa, que resulta em uma constituição multipartidária
<b>1992</b>	Eleições parlamentares e presidenciais. José Eduardo dos Santos é eleito
<b>1993</b>	Sanções da ONU contra a UNITA. EUA reconhecem o governo do MPLA
<b>1994</b>	Governo e a UNITA assinam o Protocolo de Lusaka
<b>1996</b>	Santos e Savimbi concordam em formar governo de união
<b>1997</b>	Início do governo de união. Savimbi recusa-se a participar
<b>1998</b>	Reinício da guerra civil
<b>2002</b>	Morre Savimbi. Governo e UNITA assinam cessar-fogo. UNITA abandona seu braço-armado, tornando-se um partido político
<b>2010</b>	Aprovação da Nova Constituição angolana
<b>2012</b>	Reeleição do Presidente José Eduardo dos Santos

### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

<b>1975</b>	O Brasil é o primeiro país a reconhecer a independência de Angola (novembro)
<b>1982</b>	I Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
<b>1983</b>	II Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
<b>1984</b>	III Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
<b>1992</b>	V Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
<b>2003</b>	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola (novembro)
<b>2005</b>	VI Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
<b>2007</b>	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola (outubro)



<b>2010</b>	Visita ao Brasil do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, e assinatura da Parceria Estratégica (junho)
<b>2011</b>	Visita da Presidenta Dilma Rousseff a Angola (outubro)
<b>2012</b>	Visita do Ministro Georges Chikoti ao Brasil. Realiza-se, na ocasião, a I Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível (novembro)
<b>2014</b>	Visita ao Brasil do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos (junho)
<b>2015</b>	Visita do Ministro Mauro Vieira a Angola. Realiza-se, na ocasião, a II Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível (abril)
<b>2015</b>	Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti, no contexto das comemorações dos 40 anos do reconhecimento brasileiro da independência de Angola e do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. Realiza-se, na ocasião, a III Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível (novembro)
<b>2016</b>	O Ministro Mauro Vieira realiza visita oficial a Angola. Realiza-se, na ocasião, a IV Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível (abril)

#### ACORDOS BILATERAIS

<b>Título do Acordo</b>	<b>Data de Celebração</b>	<b>Vigor Internacional</b>	<b>Publicação (D.O.U)</b>
Acordo de Cooperação Cultural e Científica	11/06/1980	11/02/1982	09/10/1990
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica	11/06/1980	11/02/1982	09/10/1990
Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços	31/05/1999	30/09/2000	02/10/2000
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Angola no Domínio de Turismo	17/04/2009	Em processo de ratificação	
Acordo de Cooperação entre a República	23/06/2010	Em tramitação no Congresso Nacional	

Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Educação Não-Superior e Formação		
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio do Ensino Superior e Formação de Quadros	23/06/2010	Em tramitação no Congresso Nacional
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola	01/04/2015	Em tramitação no Congresso Nacional

**DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS**

### Principais indicadores socioeconômicos da Angola

Indicador	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>	2016 <sup>(1)</sup>	2017 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	6,81%	4,80%	3,00%	2,51%	2,70%
PIB nominal (US\$ bilhões)	124,91	126,78	102,98	81,50	86,29
PIB nominal "per capita" (US\$)	5.277	5.199	4.100	3.150	3.238
PIB PPP (US\$ bilhões)	166,43	177,29	184,44	190,93	198,79
PIB PPP "per capita" (US\$)	7.030	7.271	7.344	7.381	7.461
População (milhões de habitantes)	23,67	24,38	25,12	25,87	26,64
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	7,69%	7,49%	14,27%	19,19%	14,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	6,68%	-2,94%	-8,50%	-11,59%	-8,81%
Dívida externa (US\$ bilhões)	25,00	28,45	33,84	38,59	43,40
Câmbio (Kz / US\$) <sup>(2)</sup>	97,56	102,86	135,32	169,57	221,44

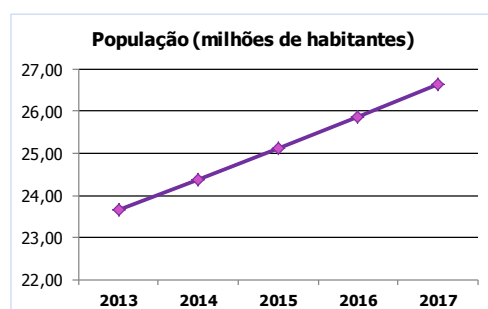
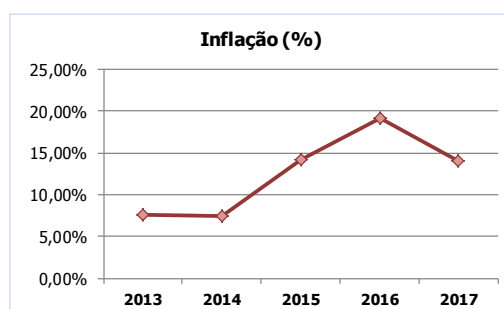
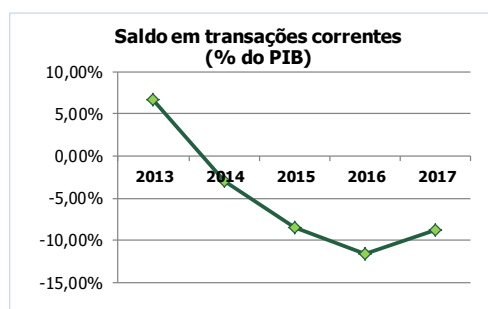
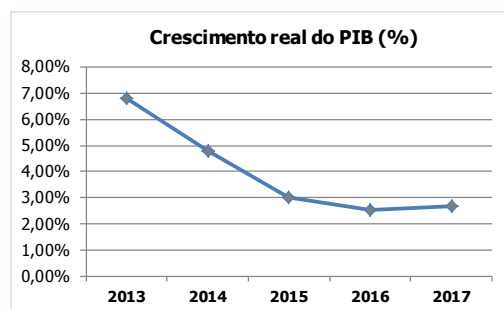
#### Origem do PIB ( 2011 Estimativa )

Agricultura	10,2%
Indústria	61,4%
Serviços	28,4%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



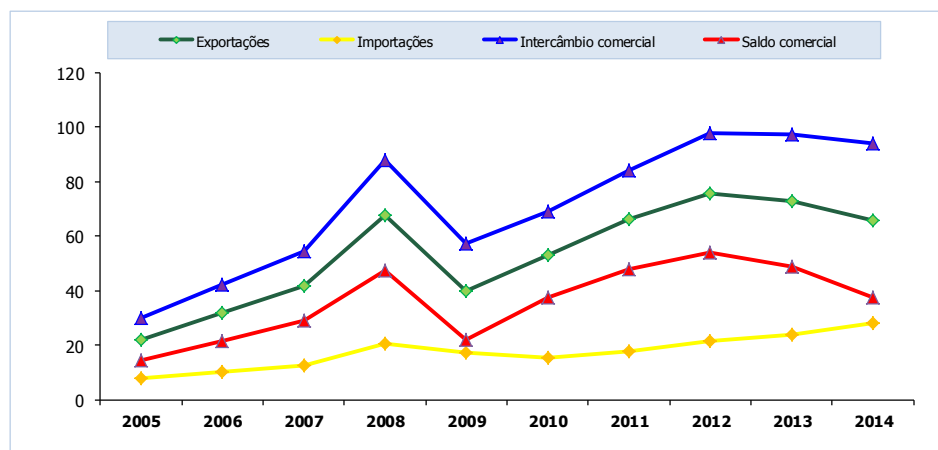
**Evolução do comércio exterior da Angola**  
**US\$ bilhões**

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	22,09	72,7%	7,76	17,6%	29,85	53,9%	14,32
2006	31,99	44,8%	10,50	35,2%	42,48	42,3%	21,49
2007	41,70	30,4%	12,67	20,7%	54,36	28,0%	29,03
2008	67,75	62,5%	20,46	61,5%	88,21	62,3%	47,30
2009	39,83	-41,2%	17,53	-14,3%	57,36	-35,0%	22,30
2010	53,30	33,8%	15,70	-10,5%	69,00	20,3%	37,60
2011	66,17	24,2%	17,98	14,5%	84,15	22,0%	48,19
2012	75,89	14,7%	21,78	21,1%	97,67	16,1%	54,11
2013	73,14	-3,6%	24,17	11,0%	97,31	-0,4%	48,97
2014	65,74	-10,1%	28,25	16,9%	93,99	-3,4%	37,49
<b>Var. % 2005-2014</b>	<b>197,6%</b>	<b>--</b>	<b>263,8%</b>	<b>--</b>	<b>214,9%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.*

*A Angola não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

*(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



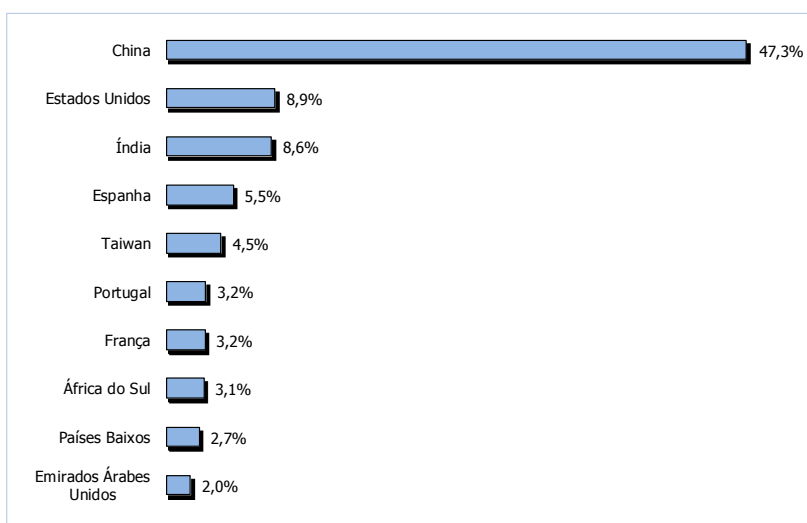
**Direção das exportações da Angola**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
China	31,11	47,3%
Estados Unidos	5,84	8,9%
Índia	5,64	8,6%
Espanha	3,60	5,5%
Taiwan	2,95	4,5%
Portugal	2,13	3,2%
França	2,08	3,2%
África do Sul	2,02	3,1%
Países Baixos	1,77	2,7%
Emirados Árabes Unidos	1,32	2,0%
...		
<b>Brasil (12ª posição)</b>	<b>1,11</b>	<b>1,7%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>59,57</b>	<b>90,6%</b>
<b>Outros países</b>	<b>6,17</b>	<b>9,4%</b>
<b>Total</b>	<b>65,74</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.*

*A Angola não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

**10 principais destinos das exportações**





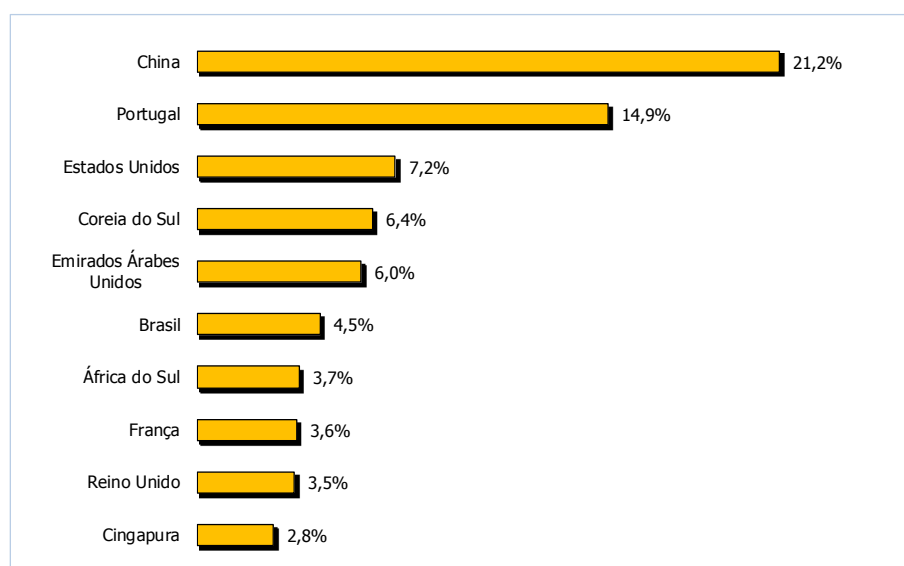
**Origem das importações da Angola**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
China	5,98	21,2%
Portugal	4,22	14,9%
Estados Unidos	2,04	7,2%
Coreia do Sul	1,80	6,4%
Emirados Árabes Unidos	1,68	6,0%
<b>Brasil</b>	<b>1,26</b>	<b>4,5%</b>
África do Sul	1,05	3,7%
França	1,02	3,6%
Reino Unido	1,00	3,5%
Cingapura	0,79	2,8%
<b>Subtotal</b>	<b>20,84</b>	<b>73,8%</b>
<b>Outros países</b>	<b>7,41</b>	<b>26,2%</b>
<b>Total</b>	<b>28,25</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.*

*A Angola não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

**10 principais origens das importações**





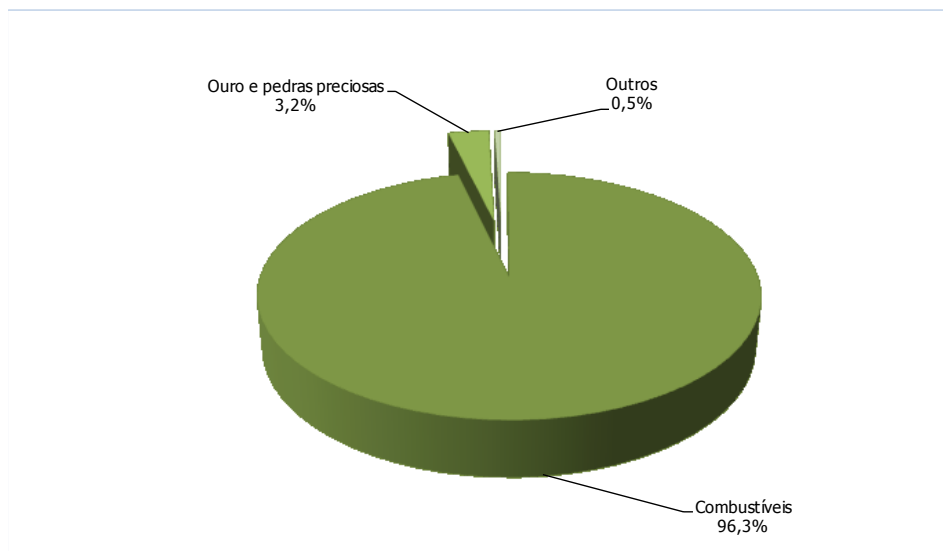
**Composição das exportações da Angola**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
Combustíveis	63,29	96,3%
Ouro e pedras preciosas	2,12	3,2%
<b>Subtotal</b>	<b>65,41</b>	<b>99,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>0,33</b>	<b>0,5%</b>
<b>Total</b>	<b>65,74</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.*

*A Angola não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

**Principais grupos de produtos exportados**



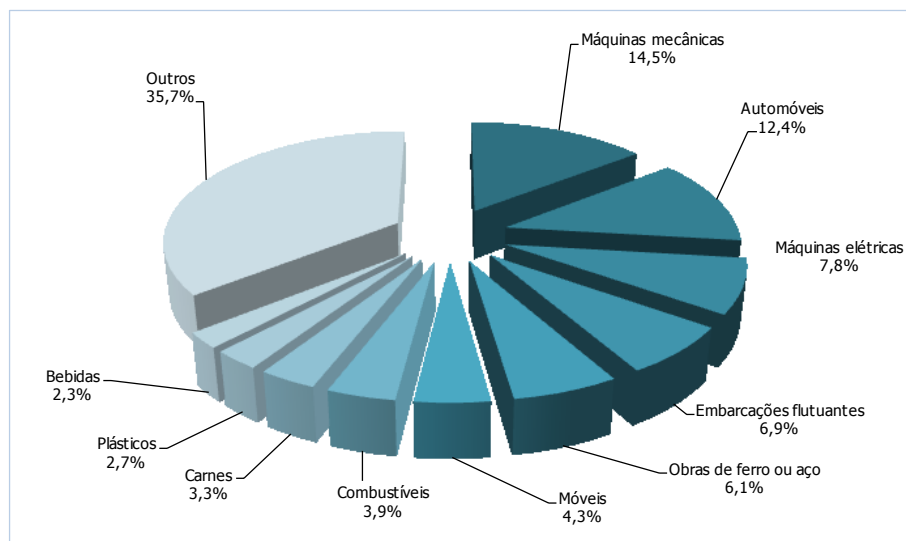


**Composição das importações da Angola**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 4</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas mecânicas	4,09	14,5%
Automóveis	3,50	12,4%
Máquinas elétricas	2,21	7,8%
Embarcações flutuantes	1,96	6,9%
Obras de ferro ou aço	1,73	6,1%
Móveis	1,21	4,3%
Combustíveis	1,11	3,9%
Carnes	0,94	3,3%
Plásticos	0,77	2,7%
Bebidas	0,64	2,3%
<b>Subtotal</b>	<b>18,16</b>	<b>64,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>10,09</b>	<b>35,7%</b>
<b>Total</b>	<b>28,25</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.*

**10 principais grupos de produtos importados**



**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Angola**  
**US\$ milhões**

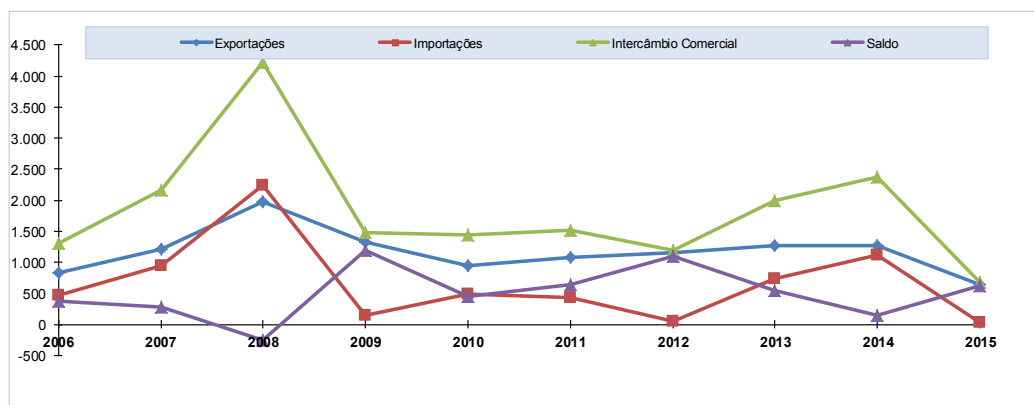
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	838	60,7%	0,61%	460	(+)	0,50%	1.297	148,8%	0,57%	378
2007	1.218	45,4%	0,76%	946	105,9%	0,78%	2.165	66,9%	0,77%	272
2008	1.975	62,1%	1,00%	2.236	136,3%	1,29%	4.211	94,5%	1,26%	-262
2009	1.333	-32,5%	0,87%	138	-93,8%	0,11%	1.471	-65,1%	0,52%	1.195
2010	947	-28,9%	0,47%	494	258,9%	0,27%	1.442	-2,0%	0,38%	453
2011	1.074	13,4%	0,42%	438	-11,4%	0,19%	1.512	4,9%	0,31%	636
2012	1.145	6,6%	0,47%	46	-89,5%	0,02%	1.190	-21,3%	0,26%	1.099
2013	1.271	11,1%	0,53%	727	(+)	0,30%	1.998	67,8%	0,41%	544
2014	1.262	-0,7%	0,56%	1.110	52,7%	0,48%	2.372	18,7%	0,52%	152
2015	648	-48,6%	0,34%	32	-97,1%	0,02%	680	-71,3%	0,19%	616
2016 (jan-abr)	124	-32,0%	0,22%	29	n.a.	0,07%	153	-16,4%	0,16%	96
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>-22,7%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>-93,1%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>-47,6%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

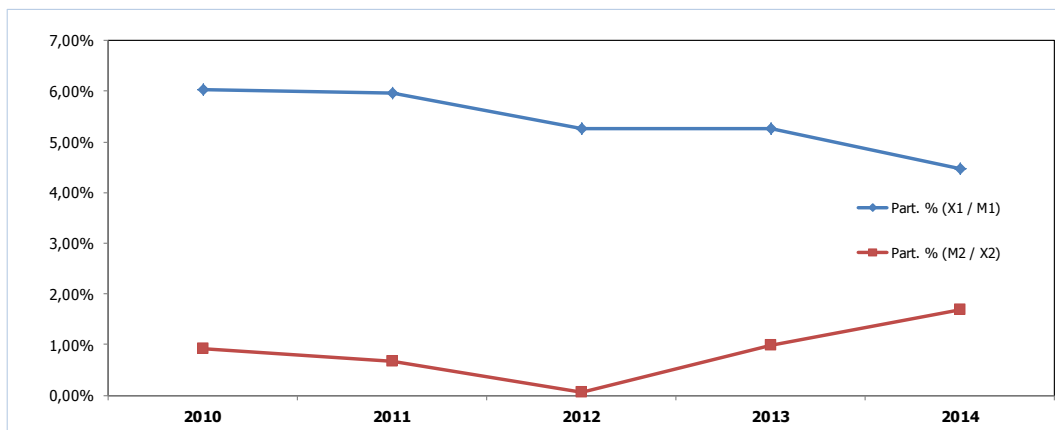
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



**Part. % do Brasil no comércio da Angola**  
**US\$ milhões**

<b>Descrição</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Var. % 2010/2014</b>
Exportações do Brasil para a Angola (X1)	947,1	1.074	1.145	1.271	1.262	33,2%
Importações totais da Angola (M1)	15.700	17.982	21.780	24.170	28.249	79,9%
Part. % (X1 / M1)	6,03%	5,97%	5,26%	5,26%	4,47%	-26,0%
Importações do Brasil originárias da Angola (M2)	494,5	438,1	45,9	726,8	1.110	124,5%
Exportações totais da Angola (X2)	53.300	66.172	75.886	73.144	65.740	23,3%
Part. % (M2 / X2)	0,93%	0,66%	0,06%	0,99%	1,69%	82,0%

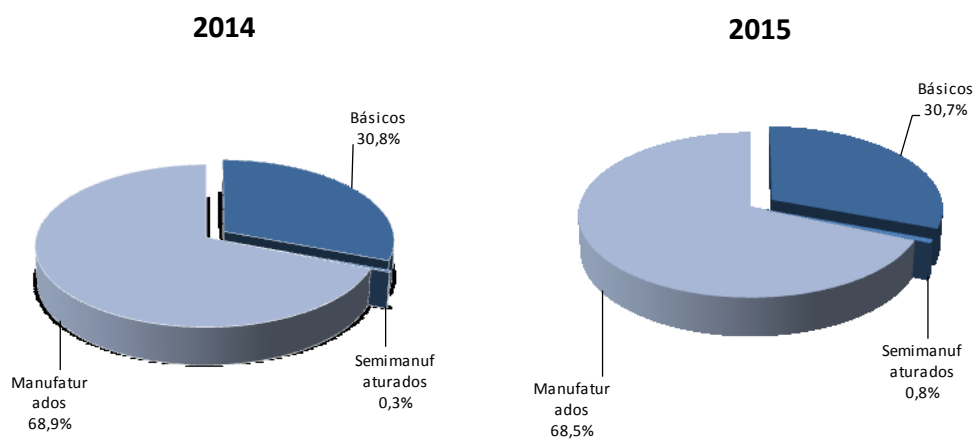
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.  
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Angola e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



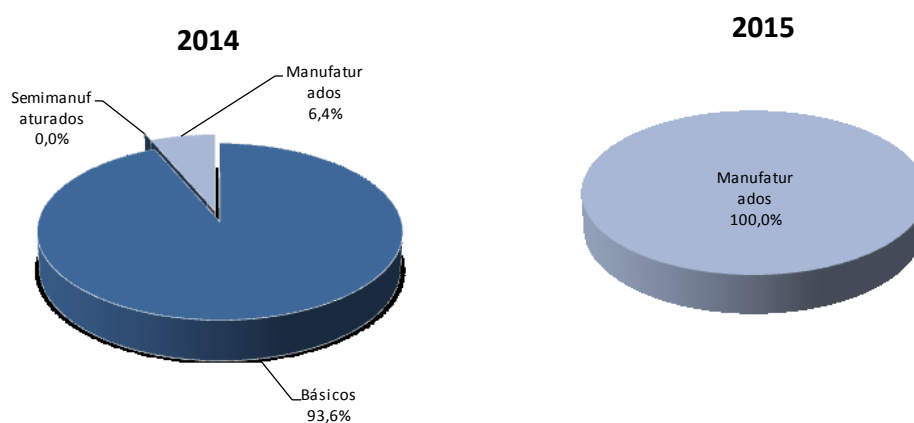
### Exportações e importações brasileiras por fator agregado

#### Comparativo 2015 com 2014

#### Exportações Brasileiras<sup>(1)</sup>



#### Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

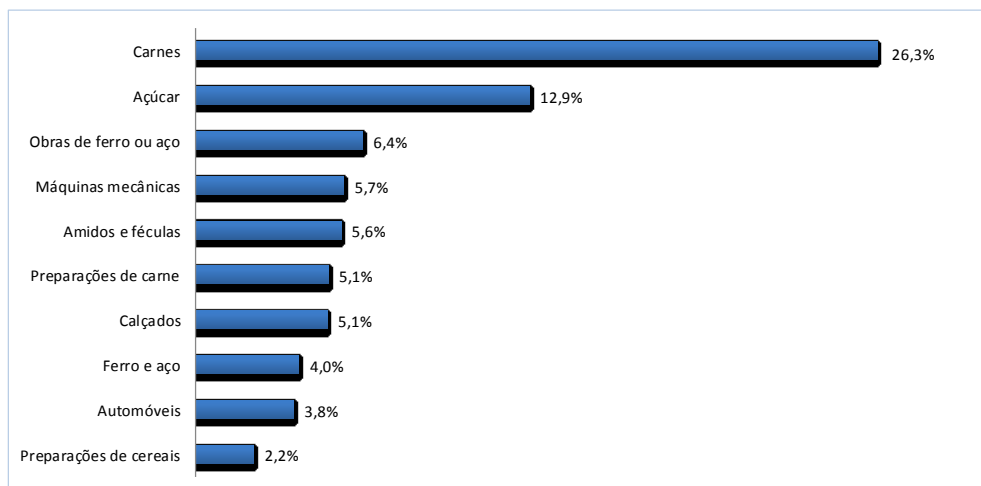


**Composição das exportações brasileiras para a Angola**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	315,9	24,9%	343,4	27,2%	170,4	26,3%
Açúcar	185,7	14,6%	184,8	14,6%	83,5	12,9%
Obras de ferro ou aço	33,1	2,6%	54,1	4,3%	41,6	6,4%
Máquinas mecânicas	90,0	7,1%	56,5	4,5%	36,9	5,7%
Amidos e féculas	37,7	3,0%	49,0	3,9%	36,2	5,6%
Preparações de carne	55,5	4,4%	74,9	5,9%	33,0	5,1%
Calçados	51,8	4,1%	54,9	4,4%	32,8	5,1%
Ferro e aço	24,1	1,9%	17,2	1,4%	25,8	4,0%
Automóveis	77,1	6,1%	111,8	8,9%	24,4	3,8%
Preparações de cereais	32,9	2,6%	40,0	3,2%	14,5	2,2%
<b>Subtotal</b>	<b>903,8</b>	<b>71,1%</b>	<b>986,4</b>	<b>78,2%</b>	<b>499,0</b>	<b>77,0%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>367,4</b>	<b>28,9%</b>	<b>275,3</b>	<b>21,8%</b>	<b>149,0</b>	<b>23,0%</b>
<b>Total</b>	<b>1.271</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.262</b>	<b>100,0%</b>	<b>648</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015**



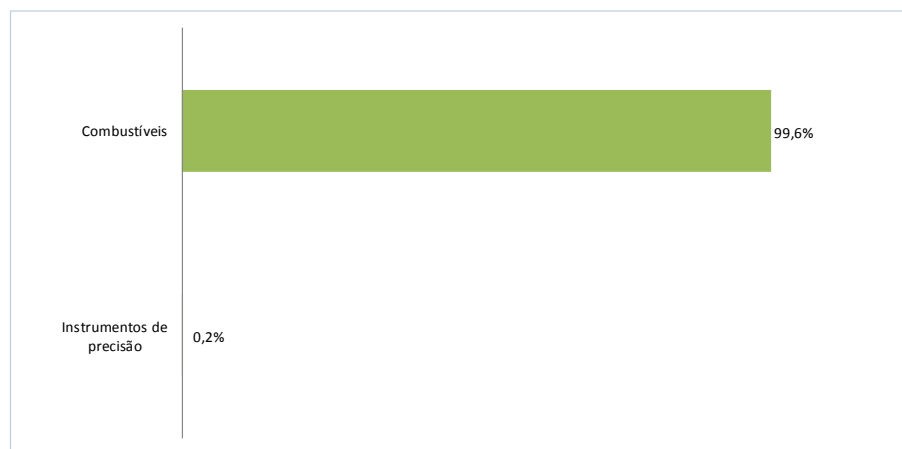


**Composição das importações brasileiras originárias da Angola**  
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	726,8	100,0%	1.110	100,0%	31,7	99,6%
Instrumentos de precisão	0,0	0,0%	0	0,0%	0,1	0,2%
<b>Subtotal</b>	<b>726,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.110</b>	<b>100,0%</b>	<b>31,8</b>	<b>99,8%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,1</b>	<b>0,2%</b>
<b>Total</b>	<b>726,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.110</b>	<b>100,0%</b>	<b>31,8</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
<b>Exportações</b>					
Carnes	49,00	26,8%	40,73	32,8%	Carnes 32,8%
Açúcar	16,18	8,8%	12,55	10,1%	Açúcar 10,1%
Obras de ferro ou aço	8,36	4,6%	10,08	8,1%	Obras de ferro ou aço 8,1%
Amidos e féculas	8,85	4,8%	9,76	7,9%	Amidos e féculas 7,9%
Preparações de carnes	14,53	7,9%	7,12	5,7%	Preparações de carnes 5,7%
Máquinas elétricas	1,76	1,0%	7,08	5,7%	Máquinas elétricas 5,7%
Máquinas mecânicas	12,14	6,6%	6,23	5,0%	Máquinas mecânicas 5,0%
Bebidas	0,64	0,3%	3,31	2,7%	Bebidas 2,7%
Cereais	4,18	2,3%	2,25	1,8%	Cereais 1,8%
Ferro e aço	2,62	1,4%	2,17	1,7%	Ferro e aço 1,7%
<b>Subtotal</b>	<b>118,26</b>	<b>64,6%</b>	<b>101,27</b>	<b>81,4%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>64,72</b>	<b>35,4%</b>	<b>23,07</b>	<b>18,6%</b>	
<b>Total</b>	<b>182,99</b>	<b>100,0%</b>	<b>124,35</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
<b>Importações</b>					
Combustíveis	0,00	0,0%	26,73	93,4%	Combustíveis 93,4%
Máquinas mecânicas	0,01	25,4%	1,87	6,6%	Máquinas mecânicas 6,6%
<b>Subtotal</b>	<b>0,01</b>	<b>100,0%</b>	<b>28,60</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0,03</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,01</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>0,05</b>	<b>100,0%</b>	<b>28,61</b>	<b>100,0%</b>	

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.*

## **2ª PARTE - LEITURA DE RELATÓRIOS**

**2**



**SENADO FEDERAL**

Senador Armando Monteiro

## **RELATÓRIO Nº       , DE 2016**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 70, de 2016 (Mensagem nº 393, de 12 de julho de 2016, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

**RELATOR: Senador ARMANDO MONTEIRO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52 item IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA é filho de Mauro Vieira e Noêmia Iecker Vieira e nasceu em Niterói/RJ, em 15 de fevereiro de 1951.

É Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense desde 1973, mesmo ano em que concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. No ano seguinte, ingressou na carreira diplomática, como Terceiro-Secretário.

Ascendeu a Conselheiro em 1987; a Ministro de Segunda Classe, em 1993; e a Ministro de Primeira Classe, em 1999. Todas as promoções por merecimento. Desde 2014 passou para o Quadro Especial.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática e na Administração Federal destacam-se as de Secretário de Modernização Administrativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, entre 1985 e 1986; Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia, de 1986 a 1987; Secretário Nacional de Administração do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), de 1987 a 1989; Subchefe do Departamento Cultural, entre 1989 e 1990; Conselheiro na Embaixada no México, de 1990 a 1992; Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral de Política Exterior, entre 1992 e 1993; Introdutor Diplomático do Gabinete do Ministro de Estado, de 1993 a 1995; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paris, de 1995 a 1999; Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral, de 1999 a 2003; Chefe de Gabinete do Ministro de Estado, de 2003 a 2004; Embaixador em Buenos Aires, entre 2004 e 2010; Embaixador em Washington, de 2010 a 2014.

Cabe destacar que o ilustre Embaixador exerceu ainda o cargo de Ministro das Relações Exteriores, entre 2015 e 2016, e representa um de nossos mais preparados e respeitados diplomatas, com amplas experiências administrativa e política exemplarmente demonstradas.

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informe sobre a Organização das Nações Unidas (ONU), do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A criação das Nações Unidas é fruto da devastação da Segunda Guerra Mundial e do sentimento generalizado que era preciso criar um mecanismo de proteção do sistema mundial e de manutenção da paz entre os países.

O nome Nações Unidas foi concebido pelo presidente dos Estados Unidos da América Roosevelt e utilizado pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas, de 12 de janeiro de 1942, quando os representantes de 26 países assumiram o compromisso de que seus governos continuariam a lutar contra as potências do Eixo.

A Carta das Nações Unidas (Carta de São Francisco) foi elaborada pelos representantes dos países presentes à Conferência sobre a Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. A Organização propriamente dita, entretanto, começou a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética, bem como pela maioria dos signatários. Hoje, em 24 de outubro, comemora-se em todo o mundo o “Dia das Nações Unidas”.

Durante a primeira reunião da Assembleia Geral, em Londres, em 1946, ficou decidido que a sede permanente da Organização seria nos Estados Unidos.

De acordo com a Carta, a ONU possui seis órgãos principais: a Assembleia Geral (AGNU), o Conselho de Segurança (CSNU), o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) e o Secretariado. O sistema ONU é formado pelos seis órgãos principais da Organização e seus órgãos subsidiários, os fundos e programas por eles criados, bem como as agências especializadas e outros organismos associados às Nações Unidas.

Chamam-se membros fundadores das Nações Unidas os países que assinaram a Declaração das Nações Unidas de 1º de janeiro de 1942, ou que participaram da Conferência de São Francisco, tendo assinado e ratificado a Carta. O Brasil é um dos 51 membros fundadores da ONU e sempre foi membro atuante, desde a fundação da Organização, tanto em seus órgãos quanto nas agências do sistema ONU.

O papel do Brasil nos primeiros anos da ONU também se refletiu na presidência, exercida por Oswaldo Aranha, da II Sessão Regular da Assembleia Geral das Nações Unidas (1947) e da I Sessão Especial (abril de 1947), que decidiu a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel.

A partir das primeiras sessões regulares da Assembleia Geral, com base em entendimento alcançado à época, firmou-se o costume de conceder ao Brasil o primeiro lugar entre os países no Debate Geral que se realiza a cada abertura de sessão, em setembro. Essa prática passou a simbolizar, para a opinião pública brasileira, o vínculo especial entre o Brasil e a ONU e reflete a imagem positiva de que o país desfruta na Organização.

O Brasil compartilha plenamente os princípios e propósitos das Nações Unidas. A autodeterminação, a não intervenção e a solução pacífica de controvérsias são princípios inscritos na Constituição brasileira, assim como o compromisso com a paz e com a promoção do desenvolvimento, a defesa dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente. O país tem procurado, em sua atuação nas Nações Unidas, contribuir ativamente para o tratamento equilibrado dos pilares que sustentam as atividades da Organização: a manutenção da paz e da segurança internacionais, a promoção dos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.

O Brasil já participou de cerca de 50 operações de manutenção da paz (OMPs) e contribuiu com um total de mais de 55 mil militares e policiais. Hoje, é o 23º maior contribuinte de tropas e participa de nove missões de paz, com 1.279 militares e 24 policiais. O Brasil é o principal contribuinte de tropas da MINUSTAH (Haiti), com 978 militares e 4 policiais (de um total de 4.698, sendo 2.338 militares e 2.360 policiais). O comando militar é atualmente exercido pelo general de divisão Ajax Porto Pinheiro (“Force Commander”). Dos dois batalhões remanescentes, um é brasileiro e o outro multinacional (Uruguai, Chile e Bolívia).

Em 14 de outubro de 2015, a Resolução nº 2.243 do CSNU estendeu o mandato da MINUSTAH por 12 meses e solicitou a realização de Missão de Avaliação Estratégica para revisar as condições de segurança e a capacidade do Governo de garantir a estabilidade, após a realização das

eleições presidenciais e a formação de novo governo, a fim de considerar a retirada da Missão. O Brasil contribui também com a nau-capitânia (atualmente, a Fragata Independência) à Força-Tarefa Marítima da UNIFIL (Líbano)

Contra-almirantes brasileiros exercem, desde fevereiro de 2011, o comando da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interna das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), cuja nau capitânia é embarcação brasileira. Há ainda sete militares do Exército brasileiro desdobrados junto ao Estado-Maior do Contingente Espanhol na UNIFIL. O Brasil hoje contribui com 279 militares para a UNIFIL (DPKO, abril de 2016). O país desenvolve cooperação com o Líbano por meio da oferta de vagas na Escola Naval e na Escola Superior de Guerra.

Na sessão principal da V Comissão da 70ª AGNU, ocorrida em dezembro de 2015, foi aprovado o orçamento regular relativo ao biênio 2016-2017, no valor de USD 5,4 bilhões, bem como as escalas de contribuições aplicáveis ao triênio 2016- 2018.

Em 2016, o Brasil passou a ser o sétimo maior contribuinte ao orçamento regular das Nações Unidas, com cota de 3,823%, 30% maior que a cota que cabia ao país no biênio 2014-2016. O aumento da cota brasileira se deveu ao crescimento econômico experimentado pelo país no período-base (2008-2013) empregado para o cálculo da escala do triênio 2016-2018, que leva em conta o Produto Interno Bruto (PIB) dos estados membros. A cota do Brasil na escala de contribuições relativa ao orçamento das operações de paz, por sua vez, foi estabelecida em 0,7646%.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente



6

, Relator

6

**RELATÓRIO DE GESTÃO****MISSÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO ÀS NAÇÕES UNIDAS  
EM NOVA YORK****EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA****INTRODUÇÃO**

1. O relatório que encaminho, referente ao período em que tive a honra de chefiar a Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York a partir de outubro de 2013, descreve uma etapa em que a diplomacia brasileira demonstrou uma capacidade crescente de contribuir para moldar a agenda multilateral e orientar resultados, em fase de atividade cada vez mais intensa e diversificada do sistema ONU. Nesse esforço, a Delegação contou com o permanente apoio da Secretaria de Estado e dos numerosos órgãos do Executivo responsáveis pelo acompanhamento de assuntos aqui abordados. Multiplicaram-se também, durante esta gestão, os contatos com outras autoridades governamentais, bem como com a sociedade civil. É possível afirmar, sem exagero, que não existe assunto, no vasto temário tratado pelas Nações Unidas em sua sede, em que o Brasil não apresente idéias e manifeste sua singularidade, a partir de um compromisso inabalável com a Carta da ONU e com o multilateralismo. Para tal contribuem nossas raízes democráticas e os progressos dos últimos anos na promoção da inclusividade econômica e social, além do desenvolvimento de uma política externa que alia uma forte âncora regional com uma presença global.

2. A transição para uma ordem multipolar, descrita como irreversível pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon, abre perspectivas promissoras para a cooperação internacional e para o Brasil, com suas relações diplomáticas universais, e sua capacidade de influir sobre virtualmente todos os temas na pauta dos organismos multilaterais. Característica do mundo contemporâneo é a urgência com que se apresenta à comunidade internacional o imperativo da cooperação. Impossível conceber, hoje, soluções puramente nacionais ou regionais para desafios como aqueles associados à mudança do clima, ao combate ao terrorismo, às epidemias, às questões migratórias e ao problema mundial das drogas e dos ilícitos, entre outros. A ONU se posiciona, neste contexto, como plataforma incontornável, produzindo novos consensos que atualizam conceitos e traçam caminhos novos para a consecução de objetivos comuns. O documento "O futuro que queremos", emanado da Conferência Rio +20, sobressai como ponto de

inflexão histórica, que repercute sobre todo o processo de negociação da Agenda 2030 sobre Desenvolvimento Sustentável e situa a ONU no centro do esforço internacional para reconciliar o progresso econômico e social com a variável ambiental. Outros avanços, como o verificado em Paris, no Acordo sobre a Mudança do Clima, levaram vários observadores a descrever o ano de 2015 como um verdadeiro marco no fortalecimento do multilateralismo.

3. Não obstante, persistem desafios sem consensos, ou respostas adequadas, particularmente no plano da promoção da paz. No Oriente Médio, aos antigos diferendos se somam novos e complexos conflitos, agravados pela disseminação territorial do extremismo violento que conduz ao terrorismo. Apesar de alguns cenários subregionais encorajadores, a África continua a enfrentar várias guerras fratricidas. Tampouco devemos subestimar as dificuldades para a promoção de um mundo mais pacífico e seguro oriundas das tensões entre as principais potências militares, que se manifestam, por exemplo, no Leste da Europa e no Mar da China Meridional. Em um ano em que a ONU procura identificar um, ou uma, ocupante para o cargo de Secretária-Geral, cabe ter em mente que o déficit de credibilidade da Organização se concentra sobretudo no plano da promoção de uma paz internacional duradoura. Até certo ponto, o mapa do caminho para uma cooperação mais efetiva já está traçado, no que se refere ao desenvolvimento sustentável e à promoção dos direitos humanos. O mesmo não pode ser dito em relação à promoção da paz, tanto em termos dos mecanismos de governança (leia-se reforma do Conselho de Segurança) como em relação às estratégias políticas e militares.

4. O relatório a seguir obedece à divisão, que se convencionou fazer, do raio de atividades onusianas em três pilares básicos: desenvolvimento sustentável, paz e segurança internacional, promoção e proteção dos direitos humanos. Inclui também um segmento sobre candidaturas e um breve apanhado estatístico, como indicador quantitativo do perfil de atuação da Representação Permanente. Sem ser exaustivo, o texto abaixo procura não deixar de mencionar qualquer aspecto relevante do multifacetado trabalho da Missão e alinhava algumas sugestões de ação futura.

#### DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

5. Minha gestão à frente da Missão coincidiu com intensa atividade nas Nações Unidas, relacionada à área de desenvolvimento sustentável, como desdobramento da Conferência Rio+20, de 2012. O ápice dessas atividades deu-se em setembro de 2015, quando a Assembleia Geral adotou a

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cujos 17 objetivos e 169 metas constituem plano de ação global para a efetiva implementação de um modelo de desenvolvimento equilibrado, em que aspectos ambientais, sociais e econômicos são promovidos em sintonia e com o objetivo central de erradicar a pobreza. A Agenda 2030, juntamente com o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima e a Agenda de Ação de Adis Abeba, sobre financiamento ao desenvolvimento, compõem o arcabouço que deverá nortear as atividades de desenvolvimento sustentável na ONU, nos próximos anos. A Missão foi participante central nesses processos.

6. Como se sabe, à diferença dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Agenda 2030 aplica-se a todos os países, e não apenas às nações em desenvolvimento. Trata-se de uma mudança de paradigma que, embora forme parte de um novo consenso, aporta desafios no plano de implementação dos compromissos assumidos. Persiste na burocracia de alguns países desenvolvidos e do Banco Mundial uma visão segundo a qual caberia aos países em desenvolvimento, sobretudo, adotar medidas no plano doméstico.

7. A aprovação da nova agenda também significa a superação do ponto de vista, associado ao "Consenso de Washington", segundo o qual o crescimento econômico deveria ter prevalência sobre outras questões, como a igualdade social e a proteção ambiental. Exemplo concreto desse avanço conceitual é o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 10, que versa sobre a diminuição da desigualdade tanto dentro de países quanto no âmbito internacional.

8. A atuação do Brasil foi decisiva para moldar a natureza inovadora e abrangente da Agenda 2030. Boa parte dos ODSs e de suas respectivas metas remete diretamente a políticas públicas e prioridades do governo brasileiro. O próprio ODS-10, acima mencionado, sobre desigualdade, derivou em parte de proposta brasileira de refletir na nova agenda a necessidade de promover a igualdade social e de diminuir o fosso entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

9. A importância da atuação brasileira no campo do desenvolvimento sustentável reflete-se no papel que o País foi convidado a desempenhar em diversos processos negociadores nos últimos três anos. Cito, a seguir, alguns exemplos.

10. Juntamente com a França, o Brasil foi determinante para a adoção do Mecanismo de Facilitação de Tecnologia (TFM, na sigla em inglês), que pode ser considerado o primeiro plano de ação concreto sobre transferência de tecnologia adotado no

âmbito da ONU. O mecanismo visa facilitar o acesso de países em desenvolvimento a tecnologias livres de royalties, com potencial de auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável. Depois de décadas de negociações frustradas nessa área, devido à sensibilidade econômico-estratégica do tema e à reticência dos países desenvolvidos em engajar-se em conversações a respeito – fora da Organização Mundial sobre Propriedade Intelectual – a adoção do mecanismo de facilitação de tecnologias é considerada um dos mais importantes resultados da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Adis Abeba, em meados de 2015, da qual o Brasil foi um dos vice-presidentes.

11. O Brasil também foi chamado a ocupar a vice-presidência da mesa diretora da 11ª Sessão do Foro das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF-11), entidade chefiada pelo brasileiro Manoel Sobral Filho. Na ocasião, decidiu-se pelo fortalecimento do Arranjo Internacional sobre Florestas (AIF), com a elaboração de um plano estratégico (2017-2030), maior vinculação do tema florestal à Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas e estabelecimento de Fundo com vistas a apoiar a elaboração de projetos de preservação de áreas florestais. A atuação brasileira salvaguardou os interesses do País e reafirmou o compromisso histórico do Brasil com o tratamento multilateral de temas florestais.

12. Nos últimos anos, o Brasil tem presidido a negociação da resolução anual que acompanha a implementação dos grandes acordos da ONU sobre desenvolvimento sustentável. Essa resolução deverá promover a adaptação da estrutura e dos métodos de trabalho das Nações Unidas à Agenda 2030, os quais ainda refletem o antigo paradigma segundo o qual os desafios de desenvolvimento dizem respeito apenas aos países em desenvolvimento.

13. Desde março de 2016, o Brasil preside, por meio do IBGE, a Comissão de Estatísticas da ONU, cujo Grupo Interagências e de Peritos sobre Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável está encarregado de elaborar proposta de indicadores para medir a implementação dos ODSs. Trata-se de posição de suma relevância, pois coloca o Brasil no centro de debates e negociações que determinarão os meios e métodos de monitoramento e mensuração dos ODSs.

14. A Missão tem buscado, em coordenação com outros países, promover o tratamento de temas da nova agenda que não encontram um "locus" natural de debate dentro das Nações Unidas. O Brasil participa ativamente do grupo que promove o ODS-10 (sobre desigualdade) e tem patrocinado, juntamente com

a Suíça e com a Universidade de Nova York, o debate sobre o ODS-16 (sobre sociedades pacíficas, justas e inclusivas).

15. No âmbito regional, tem sido relevante a contribuição da Comissão Econômica Regional para a América Latina e Caribe (CEPAL), tanto no plano das análises e elaboração de cenários, como na coordenação entre os países da América Latina e Caribe. A recente criação do Foro Regional sobre Desenvolvimento Sustentável, iniciativa que advém da Conferência Rio+20 e que contou com amplo apoio do Brasil, deverá impulsionar os esforços de implementação da Agenda 2030 em nosso entorno.

16. Na área de mudança do clima, os últimos anos foram marcados pela realização de grandes eventos relacionados ao Acordo de Paris. Em setembro de 2014, a ONU sediou, por iniciativa do SGNU, a Cúpula do Clima. O evento reuniu 120 Chefes de Estado e de Governo e teve por principal objetivo alertar para a importância de um acordo ambicioso para combater o aquecimento global. À margem da Cúpula, foi realizada a Marcha para o Clima, que reuniu 100 mil pessoas em Nova York.

17. Em abril de 2016, foi realizada cerimônia de assinatura do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima, com a presença de 175 delegações. O Acordo representa ponto de inflexão na luta global contra a mudança do clima, na medida em que envolve, pela primeira vez, todos os países com vistas ao objetivo de limitar o aquecimento global a até 2 graus centígrados em relação a níveis pré-industriais. O sucesso do Acordo de Paris está intrinsecamente ligado à implementação exitosa da Agenda 2030.

#### TEMAS ECONÔMICOS

18. A área econômica e financeira da ONU é palco por excelência da disputa de narrativas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre a governança econômico-financeira global. Enquanto países em desenvolvimento têm interesse em que temas dessa natureza sejam discutidos na ONU, onde cada país tem um voto, os países desenvolvidos privilegiam instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, nas quais contam com maior peso relativo.

19. Ao longo de minha gestão, o Brasil engajou-se nessa discussão em diversas frentes, entre as quais vale ressaltar: a) no tópico de dívidas soberanas, exercício da vice-presidência do Comitê Ad Hoc para Elaboração de Marco Jurídico Multilateral para Processos de Reestruturação de

Dívidas Soberanas (CAH), que definiu nove princípios voluntários para reestruturação desse tipo de dívida; b) na área de governança da Internet, a defesa da adoção de resoluções anuais sobre tecnologias da informação e das comunicações para o desenvolvimento ("ICT4D"), assim como a participação na revisão decenal dos resultados da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI+10, em dezembro de 2015, realizada após a organização do Fórum sobre Governança da Internet em João Pessoa, no mês anterior); e c) engajamento no processo negociador do Programa de Ação de Viena para Países em Desenvolvimento Sem Litoral ("landlocked developing countries"), e da Revisão de Meio Período do Programa de Ação de Istanbul para Países de Menor Desenvolvimento Relativo. Em ambos os casos, o Brasil ocupou uma das vice-presidências.

#### TEMAS DE SAÚDE

20. Nos últimos três anos, aprofundou-se o debate político sobre temas de saúde em Nova York. A participação brasileira nesse debate, assim como em iniciativas específicas na área de saúde, frequentemente subsidiada também por representantes do Ministério da Saúde, tem sido fundamental para o avanço dos pontos de vista nacionais, e de interesse dos países em desenvolvimento como um todo.

21. O histórico do Brasil, país mais populoso com sistema de saúde universal e gratuito, no tratamento de epidemias como o HIV/Aids e a ênfase atribuída pelo governo brasileiro aos determinantes sociais da saúde contribuem para manter atuação de perfil elevado em diversas vertentes, a seguir detalhadas.

22. O Brasil é membro do grupo "Política Externa e Saúde Global" (FPGH, pela sigla em inglês), juntamente com África do Sul, França, Indonésia, Noruega, Tailândia e Senegal. A cada ano, o Grupo apresenta resolução sobre tema de destaque da agenda de saúde, e sua atuação logrou chamar maior atenção para os temas associados à saúde em Nova York. As resoluções propostas pelo grupo foram as primeiras a aportar perspectiva ampla sobre os vínculos entre saúde e política externa. O FPGH completa dez anos de existência em 2016, após o quê o Brasil deverá promover atualização da Declaração de Oslo (2006), que estabeleceu as prioridades do grupo.

23. O surto de Ebola ocorrido em 2014 na África Ocidental teve impacto significativo sobre a forma como temas de saúde são tratados pela ONU. A criação da primeira missão da ONU para combater emergência sanitária contribuiu para reforçar a constatação de que a comunidade internacional não está preparada para lidar com tais situações. No mesmo ano, em

resposta ao surto, o SGNU estabeleceu o Painel de Alto Nível sobre a Resposta Global às Crises de Saúde, chefiado pelo Presidente da Tanzânia e integrado pelo ex-Chanceler Celso Amorim. O Painel apresentou 27 recomendações para implementação nos níveis nacional, regional e internacional destinadas a ampliar a capacidade global de resposta a emergências sanitárias. A fim de monitorar a implementação das recomendações do painel, entre as quais a preparação de Cúpula Global sobre Crises de Saúde em 2018, foi estabelecida pelo SGNU Força-Tarefa a ser coordenada pelo Secretário-Geral Adjunto, pela Diretora Geral da OMS e pelo Presidente do Banco Mundial.

24. No contexto do surto global de Zika, reconhecido pela OMS, em fevereiro de 2016, como Emergência Pública de Interesse Internacional, o Brasil vem acompanhando as ações do Plano de Ação Estratégica de Resposta ao Zika, coordenado pelo Enviado Especial do SGNU para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, David Nabarro. Fundo fiduciário foi criado para financiar as ações globais do Plano.

25. Em novembro de 2015, foi instituído pelo SGNU Painel sobre Acesso a Medicamentos, que também contou com a participação do ex-Chanceler Celso Amorim, além do Vice-Presidente da Fiocruz, Jorge Bermudez. Espera-se que até o mês de agosto seja divulgado o relatório do painel.

26. Na área do HIV/Aids, em 2014, a Missão apoiou a campanha "Proteja o Gol", lançada pela UNAIDS durante a Copa do Mundo. Mais recentemente, em junho último, teve atuação importante na Revisão de Alto Nível sobre o tema, inclusive no que diz respeito à coordenação com representantes da sociedade civil brasileira.

27. No que tange ao tema de segurança do trânsito, o Brasil envolve-se ativamente na negociação das resoluções bianuais, as quais co-patrocina, bem como nas campanhas realizadas por entidades como a Fundação FIA, a OMS e o UNICEF. O País figura como um dos "campeões" do tema, tendo defendido sua inclusão entre os ODSs, e é reconhecido pela qualidade de seu arcabouço jurídico destinado a reduzir as mortes no trânsito, em particular a Lei Seca. Em 2014, a adoção da resolução sobre segurança no trânsito contou com a presença do Deputado Federal Hugo Leal (PSB-RJ), Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do trânsito Seguro e autor de lei sobre a matéria.

28. O Brasil vem atuando, ainda, no processo negociador da Reunião de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana (AMR), a ter lugar em Nova York, em setembro próximo, que deverá abordar implicações da questão não apenas sob a perspectiva



da saúde, mas também da agricultura e do comércio exterior. Tendo em conta a gravidade e a urgência da situação da AMR, espera-se que a reunião possa chamar atenção da comunidade internacional para o problema e venha a definir novo modelo de governança para coordenar a resposta global.

#### TEMAS HUMANITÁRIOS

29. O tema da assistência humanitária na ONU tem adquirido crescente relevância e complexidade, devido à gravidade das atuais crises humanitárias e a tentativas de reforma da arquitetura internacional de resposta a crises.

30. Nesse contexto, o Secretário-Geral da ONU lançou o relatório "Uma Humanidade: Responsabilidades Compartilhadas", no qual propõe uma "Agenda para a Humanidade" com cinco responsabilidades fundamentais a serem levadas adiante pelos Estados membros e demais atores humanitários. Na Cúpula Humanitária Mundial (Istambul, maio de 2016), esses atores assumiram compromissos voluntários para fazer avançar a Agenda para a Humanidade. O Brasil subscreveu os "compromissos fundamentais" propostos pelo Secretariado e apresentou outros compromissos individuais, cuja implementação deve ser objeto de seguimento nacional.

31. A atuação da Missão no tema abarcou duas de suas dimensões: (i) sistêmica, ao engajar-se nos debates normativos e sobre políticas que influenciam o desenho e funcionamento do sistema humanitário; e (ii) operacional, a fim de viabilizar a transferência, para organismos da ONU, de recursos recebidos com vistas a apoiar países que atravessam crises humanitárias.

32. Na dimensão sistêmica, o Brasil participou ativamente dos principais processos da ONU no período, no âmbito da Assembleia Geral, do Conselho Econômico e Social e do Escritório para a Coordenação de Assuntos Humanitários. Ademais, cabe ao Brasil presidir, juntamente com a Suécia, o grupo de trabalho "Diálogo sobre Parcerias Humanitárias" (DHP), composto por países desenvolvidos e em desenvolvimento. O grupo constitui espaço privilegiado e representativo para o debate de questões sistêmicas da arquitetura humanitária internacional, tendo produzido insumos para o relatório do SGNU "Uma Humanidade: Responsabilidade Compartilhada".

33. A atuação brasileira nesses espaços tem ressaltado a importância de prevenir e solucionar conflitos; respeitar o Direito Humanitário Internacional; fortalecer mecanismos de cooperação; e buscar viabilizar o desenvolvimento de longo

prazo dos países e populações atingidos por crises humanitárias.

34. Na dimensão operacional da assistência humanitária, o Brasil realizou importantes contribuições para agências da ONU no período. Transferiu, por meio da Missão, recursos para as seguintes entidades, entre outras: Organização Mundial da Saúde (OMS), Programa Mundial de Alimentos (PMA), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo Central das Nações Unidas para Ação em Casos de Emergência (CEFR), Fundo Fiduciário de Resposta ao Ebola das Nações Unidas, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU) e Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA).

35. No atual cenário de persistência, quando não de recrudescimento, das crises humanitárias, a questão do aprimoramento da resposta humanitária e de seu arcabouço institucional tende a manter-se proeminente nas Nações Unidas.

36. Devem permanecer na pauta temas como a atenção a refugiados e deslocados internos; o empoderamento de mulheres e meninas na ação humanitária; a necessidade de reduzir a fragmentação e imprevisibilidade do financiamento; e a busca de maior coerência e sinergia entre as ações dos diversos atores.

#### ATIVIDADES OPERACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO

37. Em minha gestão, a Missão manteve-se especialmente engajada nas atividades de fundos, programas e agências especializadas da ONU, por meio da participação ativa nas sessões das Juntas Executivas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Fundo das Nações Unidas para População (FNUAP), do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da ONU-Mulheres.

38. Outra área de atuação foi no âmbito dos Diálogos do Conselho Econômico e Social, sobre o posicionamento de longo prazo do Sistema de Desenvolvimento da ONU (UNDS). Os Diálogos reuniram ideias sobre como aprimorar o UNDS no contexto da Agenda 2030, tornando-o mais universal, transversal e integrado, buscando sinergias entre as agências e reduzindo a fragmentação, a sobreposição e a competição entre elas.

39. Em particular, o Brasil vem defendendo que o UNDS seja capacitado para acompanhar a implementação dos ODSs em todos os países, inclusive nos países desenvolvidos, sem prejuízo do foco nos países mais vulneráveis. Ademais, deve ser preservada a posição dos países ditos "emergentes" como recipiendários de cooperação internacional, bem como ampliada a representação dos países em desenvolvimento nas Juntas Executivas das agências.

40. A Revisão Quadrienal Ampla de Políticas das Atividades Operacionais das Nações Unidas (QCPR 2017-2020), que consiste em um plano plurianual para o UNDS para os próximos quatro anos, será oportunidade para tratar desses temas em profundidade, assim como aperfeiçoar e reorientar o sistema à luz do novo paradigma da Agenda 2030.

41. Cumpre ressaltar, finalmente, que o Brasil foi eleito membro da Junta Executiva da ONU-Mulheres para o período 2017-2019, o que exigirá da Missão envolvimento direto e contínuo em suas atividades.

#### COOPERAÇÃO SUL-SUL E FUNDO IBAS

42. No campo conceitual, o Brasil tem reiterado a importância de respeitar os princípios e características da cooperação sul-sul, tais como delineados na Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul (Nairóbi, 2009).

43. São especialmente relevantes o caráter complementar, e não substituto, da cooperação sul-sul em relação aos esquemas tradicionais de cooperação norte-sul, bem como a necessidade de assegurar espaço político para os países em desenvolvimento definirem suas estratégias e prioridades nacionais com flexibilidade e autonomia.

44. Os países em desenvolvimento têm-se oposto à imposição, à cooperação sul-sul, de padrões de quantificação e avaliação originários da cooperação tradicional norte-sul, desenvolvidos fora da ONU. Qualquer discussão sobre mensuração da cooperação sul-sul deve ser liderada pelos próprios países em desenvolvimento.

45. O Brasil tem defendido o fortalecimento do apoio prestado pelo sistema ONU à cooperação sul-sul, de duas maneiras: o reforço político e financeiro do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), o ponto focal da coordenação inter-agências da ONU, e a integração do apoio à cooperação sul-sul nas atividades e iniciativas correntes das agências.

46. O tema da cooperação sul-sul foi objeto de negociações periódicas em resolução anual da AGNU; em capítulo próprio dentro da QCPR; e na Reunião de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul (realizada em 2014 e 2016). Além disso, o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento (DCF, realizado em 2014 e 2016) constituiu importante espaço, embora não-vinculante, para difundir as ideias brasileiras sobre cooperação.

47. A realização, em 2018, da próxima edição desses dois foros e da reunião Buenos Aires+40 (sucessora de evento homólogo realizado na Argentina em 1978, quando foi aprovado o "Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento"), serão oportunidades para dar continuidade aos pleitos brasileiros, bem como para trocar experiências com outras delegações em eventos paralelos e reuniões bilaterais.

48. Ainda no campo da cooperação sul-sul, sublinho as atividades do Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza, gerido em Nova York por Junta Diretora composta pelos Representantes Permanentes Alternos de Brasil, Índia e África do Sul e secretariada pelo UNOSSC. Reconhecido como caso de sucesso, o Fundo tem promovido iniciativas concretas de cooperação para o desenvolvimento, sempre priorizando o envolvimento dos atores locais desde a etapa da concepção e da formulação dos projetos, além do elemento da apropriação ("ownership") nacional.

49. O Fundo conta com contribuições anuais de US\$ 1 milhão de cada país. São desafios para o próximo período a quitação do saldo devedor do Brasil desde o ano de 2012, bem como a internalização do Acordo de Formalização do Fundo no ordenamento jurídico brasileiro.

#### ÁREA CULTURAL

50. Entre outubro de 2013 e julho de 2016, a Missão envolveu-se na realização de oito eventos culturais, com a participação total aproximada de 2500 pessoas, entre membros do corpo diplomático e funcionários das Nações Unidas, representantes de governo, acadêmicos, artistas, e de membros da sociedade civil de diversos países.

51. O evento de maior repercussão no período foi a cerimônia artística de reinauguração dos painéis "Guerra e Paz" de Cândido Portinari, realizada em setembro de 2015, que contou, na abertura, com a participação do Secretário-Geral Ban Ki-moon, e com transmissão de mensagens presidencial e do Papa Francisco.

52. No contexto da realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, a Missão realizou uma série de iniciativas culturais, utilizando-se da oportunidade para promover o Esporte como instrumento para a paz e o desenvolvimento.

53. No âmbito da Década Internacional da ONU para Afrodescendentes (2015-2024), foram organizados dois eventos: o painel "Autorrepresentação como Estratégia de Combate ao Racismo" e o evento paralelo, à margem da 60ª Sessão da Situação sobre a Situação da Mulher (CSW60), intitulado "Mulheres afrodescendentes na diáspora: construindo identidades raciais". O programa cultural do Posto também contemplou o tema da apatridia, objeto do painel "A Importância da Nacionalidade no Mundo de Hoje", realizado em 2015.

54. Anualmente, em maio, a Missão coordena, em parceria com as demais missões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a organização dos eventos comemorativos do "Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP".

#### TEMAS ADMINISTRATIVOS E ORÇAMENTÁRIOS

55. Ao longo de minha gestão, dediquei especial atenção aos temas orçamentários e administrativos, tratados no âmbito da V Comissão da Assembleia Geral. Os principais interesses a nortear a atuação da Missão têm sido:

(i) manter a capacidade da Organização de cumprir seus mandatos, particularmente na área de desenvolvimento, da erradicação da pobreza e dos direitos humanos, e evitar que decisões tomadas em foros responsáveis por esses e outros temas se vejam prejudicadas por financiamento inadequado ou cortes indevidos de recursos;

(ii) preservar a metodologia para cálculo da contribuição brasileira à ONU;

(iii) fortalecer o pilar de desenvolvimento sustentável mediante financiamento adequado;

(iv) preservar condições regulatórias que viabilizem a participação das Forças Armadas em missões de manutenção da paz;

(v) assegurar o financiamento adequado de missões de paz de especial interesse ao Brasil, como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL);

(vi) ampliar o recrutamento de nacionais brasileiros para o Secretariado;

(vii) ampliar a participação de empresas brasileiras nas compras de bens e serviços da Organização;

(viii) tendo presente o contexto de restrições orçamentárias internas, reduzir e racionalizar os gastos da Organização, sem, no entanto, comprometer o cumprimento de mandatos.

56. Em todas essas frentes, foram alcançados resultados expressivos nos últimos três anos. Nas negociações do orçamento regular da ONU, que financia as atividades da Organização, a participação brasileira esteve orientada, de modo geral, a buscar o custeio adequado e equilibrado de atividades da ONU no desenvolvimento, paz e segurança e direitos humanos. Foram aprovados, por exemplo, cargos adicionais na CEPAL, bem como para a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), e para a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA). Todos os elementos da metodologia de cálculo da contribuição brasileira foram preservados, evitando aumentos arbitrários, com ônus desproporcional para o Brasil e outros países em desenvolvimento. A participação de peritos brasileiros nos órgãos subsidiários da Assembleia Geral responsáveis por temas orçamentários e administrativos fortalece a atuação da Delegação ao garantir que os interesses brasileiros sejam refletidos em suas recomendações. Durante minha gestão, o Brasil logrou a reeleição do Embaixador Henrique Sardinha Pinto para o Comitê de Contribuições (CoC) e a eleição do Conselheiro Fernando Sena para o Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), ambos órgãos nos quais o Brasil tem buscado manter presença constante. Com relação às operações de manutenção da paz, garantiram-se os recursos necessários para a realização dos mandatos outorgados pelo CSNU, em especial para as missões da ONU no Haiti (MINUSTAH) e no Líbano (UNIFIL), operações em que as Forças Armadas lideram, respectivamente, o componente militar e a Força-Tarefa Marítima.

57. Por outra parte, a Missão continuou a prestar apoio a iniciativas para promover vendas de bens e serviços de empresas brasileiras à Organização, bem como para corrigir a subrepresentação de nacionais brasileiros no Secretariado. Em 2014, por intermédio da Missão e com apoio do Consulado-Geral em Nova York, representantes da Apex Brasil e da CNI participaram de seminário da Divisão de Aquisições da ONU (UNPD) sobre como aceder ao sistema de licitações para

realização de vendas à Organização. Em setembro de 2014, em Brasília, e maio de 2015, em Belo Horizonte e novamente em Brasília, a UNPD ministrou seminários para apresentação do sistema de compras da ONU e prospecção de fornecedores. Novo evento está sendo organizado para setembro próximo. Além disso, a Missão brasileira empenhou-se em ampliar os investimentos do fundo de pensão dos funcionários da ONU no Brasil. O fundo, cujo volume chega a cerca de US\$ 53 bilhões, já mantém investimentos de cerca de US\$ 950 milhões na América Latina. Na área de recursos humanos, a Missão organizou, em novembro de 2014, também em conjunto com o Consulado-Geral em Nova York, palestra a estudantes do programa "Ciência Sem Fronteiras" para apresentação das oportunidades profissionais existentes no Secretariado. Missão ao Brasil, passando por Brasília, Belo Horizonte, Campinas e São Paulo, foi realizada em maio deste ano.

58. Devo registrar, por fim, o desafio representado pela dificuldade de o Brasil manter-se em dia com suas contribuições para a Organização. As dívidas remontam a 2013 e superam hoje US\$ 410 milhões. O País, hoje o 7º maior contribuinte da ONU, figura como segundo maior devedor, atrás apenas dos Estados Unidos, responsáveis pela maior parcela do orçamento e cujo atraso tem, frequentemente, motivações políticas. A situação de inadimplência, caso persista, ameaçará afetar negativamente a imagem e minar a credibilidade do Brasil em todo o sistema das Nações Unidas. O pagamento sistematicamente tardio e limitado ao montante necessário para evitar a perda do voto, como vem ocorrendo nos últimos anos, é prática desaconselhável, tanto do ponto de vista político como financeiro.

#### PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS

59. O Brasil manteve perfil participativo em todos os processos e debates sobre paz e segurança nas Nações Unidas no decorrer de minha gestão em Nova York. Apesar de não ser membro do Conselho de Segurança (CSNU), o Brasil teve atuação de relevo nas discussões do órgão, em consonância com sua tradição de país em desenvolvimento que mais vezes exerceu mandato no Conselho e com sua aspiração a assento permanente no CSNU, ao lado de Alemanha, Índia e Japão. A Missão participou de todos os debates abertos organizados pelo Conselho e manteve contato frequente com outras delegações para acompanhar e influenciar negociações de importância estratégica, sobressaindo, nesse aspecto, parcerias mantidas com o Chile e o Uruguai por ocasião de seus respectivos mandatos no CSNU.

60. Nos últimos anos, o Brasil continuou a exercer protagonismo em missões de paz da ONU, sobretudo no Haiti e no Líbano. Presidi a Comissão de Consolidação da Paz (CCP) das Nações Unidas e sua Configuração Guiné-Bissau, quando busquei aproximar a CCP das deliberações do CSNU. A Delegação brasileira envolveu-se substantivamente nas dinâmicas de importância estrutural para o aperfeiçoamento sistêmico das Nações Unidas, incluindo as revisões sobre operações de paz, consolidação de paz e mulheres, paz e segurança; as negociações para reformar o Conselho de Segurança; e o processo de sucessão do Secretário-Geral da ONU.

#### OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

61. Durante minha gestão, o Brasil manteve engajamento em dez Operações de Manutenção da Paz (OMPs) e Missões Políticas Especiais (MPes) das Nações Unidas, com participação de especial relevo no componente militar da MINUSTAH (Haiti) e marítimo da UNIFIL (Líbano). O desempenho positivo do Brasil, como contribuinte de tropas profissionais e capazes de agregar valor ao trabalho da ONU em situações de instabilidade e conflito, é hoje objeto de consenso na Organização. Na República Democrática do Congo, a atuação do General Santos Cruz à frente do componente militar da MONUSCO, até 2015, refletiu suas qualidades de liderança e reconheceu o papel que o Brasil pode desempenhar em contexto reconhecidamente difícil, no cumprimento de mandato inovador, sob o Capítulo VII da Carta da ONU. A Delegação manteve frutífera cooperação com o Escritório do Conselheiro Militar do Brasil junto à ONU, permitindo atuação conjunta junto a órgãos pertinentes das Nações Unidas. Há atualmente seis oficiais militares brasileiros cedidos para o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) do Secretariado da ONU, inclusive seu Diretor de Parcerias Estratégicas, General Paul Cruz.

62. Diante da sensação coletiva de que as ferramentas da ONU precisam ser permanentemente aprimoradas para enfrentar os complexos desafios na área de paz e segurança, o Secretário-Geral Ban Ki-moon criou, em 2015, um Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz, sob a chefia do ex-Presidente de Timor-Leste, José Ramos-Horta, para revisar a atuação das Nações Unidas e apresentar recomendações estratégicas para o seu aperfeiçoamento. O Brasil, único país latino-americano representado no Painel, foi ativo no processo e influenciou de forma significativa seu resultado, que reafirmou a primazia da política e a prioridade à prevenção de conflitos. Nesse contexto, o Brasil sediou reunião regional de consultas do Painel para a América Latina e o Caribe, em Salvador, em 2015.



63. A Delegação defendeu os princípios fundamentais das missões de paz; sublinhou que a "militarização" dessas operações não assegura necessariamente a proteção de civis; enfatizou a importância de atentar para a relação entre segurança e desenvolvimento; questionou a admissibilidade da execução de atividades de antiterrorismo por operações de paz; propugnou a cooperação entre o CSNU, o Secretariado da ONU e os países contribuintes de tropas e polícias (TPCCs) para as missões de paz, bem como a colaboração reforçada entre o CSNU e a CCP; e favoreceu maior papel para as mulheres na prevenção, mediação e resolução de conflitos e na construção da paz duradoura.

64. Em 2015, o Brasil acolheu as principais recomendações do Estudo Independente Global sobre a Resolução 1325 (2000), relativa à agenda de mulheres, paz e segurança, e deu início à formulação de Plano de Ação Nacional na temática. O Brasil se posicionou, com firmeza, contra abusos e explorações sexuais em missões de paz, que desgastam a reputação da ONU. Afirmamos a necessidade de investigar todas as alegações e, em caso de comprovação, punir os autores; apoiamos a política de tolerância zero do SGNU na matéria; e defendemos abordagem preventiva para evitar tais crimes, com ênfase no treinamento rigoroso das tropas e policiais que serão desdobrados. O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), que ministra cursos na área a tropas brasileiras, obteve certificados do Secretariado da ONU em reconhecimento de sua qualidade.

#### CONSOLIDAÇÃO DA PAZ

65. Presidi, entre 2014 e 2015, a Comissão de Consolidação da Paz (CCP) da ONU. À frente da CCP, o Brasil priorizou o apoio aos esforços nacionais de consolidação da paz; a prevenção de conflitos e a consideração de suas causas profundas; uma melhor interação entre a CCP e o Conselho de Segurança; o fortalecimento do papel econômico e político das mulheres na consolidação da paz; e a necessidade de integrar perspectivas regionais e subregionais nos trabalhos da CCP. Como Presidente da CCP, visitei a sede da União Africana em 2014, quando mantive contato com o Conselho de Paz e Segurança da UA, organizei sessão anual sobre a mobilização de recursos para a construção da paz e promovi painel acerca da participação de mulheres na construção da paz. Sob a condução do Brasil, o Comitê Organizacional da CCP finalizou os Termos de Referência para a revisão da arquitetura da consolidação da paz da ONU, processo que ocorreria em 2015, com o apoio de Grupo Consultivo de Peritos. A revisão resultou em ideias inovadoras, como o conceito de "paz sustentável" ("sustaining

peace"), e foi concluída e endossada por resoluções da AGNU e do CSNU, em 2016. Como Presidente da Configuração Guiné-Bissau da CCP, organizei sete reuniões; emiti sete comunicados a respeito da situação bissau-guineense; e viajei três vezes a Bissau para contatos com o Escritório Integrado de Consolidação da Paz em Guiné-Bissau (UNIOGBIS) e com autoridades locais.

#### PAZ E SEGURANÇA - AMÉRICA LATINA E CARIBE

66. Tendo em conta a liderança, desde 2004, da MINUSTAH no Haiti, a Delegação manteve participação ativa no Grupo de Amigos do Haiti e no Grupo Consultivo Ad Hoc do ECOSOC (AHAG). Nos últimos três anos, embora o mandato da MINUSTAH tenha permanecido inalterado, seus efetivos foram reduzidos em mais de 50%. No que se refere à eventual reconfiguração da MINUSTAH, o Brasil vem apoiando decisões do CSNU que reflitam as condições no terreno e não coloquem em risco os ganhos de estabilidade alcançados desde 2004. Vale registrar que grande parte dos objetivos militares da Missão já foi alcançada, razão pela qual seria pertinente começar a estudar presença da ONU de outra natureza, mais voltada ao desenvolvimento e ao fortalecimento institucional, inclusive valendo-se das possibilidades oferecidas pela Comissão de Consolidação da Paz (CCP).

67. O Brasil acompanhou as negociações que levaram à aprovação, pelo CSNU, de Missão Política Especial na Colômbia, como componente internacional do mecanismo tripartite de verificação e monitoramento do cessar-fogo entre o Governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo (FARC-EP). O processo configura avanço histórico para encerrar o único conflito armado do continente sul-americano. Após gestões junto ao Secretariado para expressar o interesse brasileiro em contribuir com a Missão na Colômbia, o Brasil foi convidado a participar do componente civil da Missão, inclusive com funções de chefia.

#### PAZ E SEGURANÇA - ORIENTE MÉDIO

68. O prolongado conflito na Síria ocupou parte expressiva da agenda internacional nos últimos anos. O Brasil continuou a se pronunciar em favor de solução pacífica e inclusiva para as hostilidades, por meio de negociações lideradas pelo povo sírio e apoiadas pelas Nações Unidas. O Brasil votou a favor das resoluções anuais da AGNU sobre as graves violações dos direitos humanos na Síria, que incorporaram propostas sugeridas pela Missão, e organizou reuniões informais na Missão com representantes da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Síria, estabelecida pelo

Conselho de Direitos Humanos e presidida pelo brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro. A Delegação acompanhou as movimentações internacionais para enfrentar grupos terroristas presentes na Síria, como o ISIL e a Frente Al-Nusra; os 'briefings' na ONU sobre o acesso humanitário na Síria; e o processo de desmantelamento do arsenal químico sírio e de investigações sobre o uso de armas químicas no país. Essas atividades subsidiaram o posicionamento brasileiro em eventos políticos e humanitários sobre a Síria, como a Conferência de Genebra II, em 2014, e as reuniões anuais de doadores no Kuwait e em Londres.

69. Tema de especial interesse brasileiro é a questão dos refugiados de origem síria. Minha gestão praticamente coincidiu com a vigência da Resolução Normativa 17 do CONARE, de 2013, que facilitou a emissão de vistos, em caráter humanitário, a indivíduos afetados pelo conflito no país levantino. A Delegação assegurou grande visibilidade internacional a tal medida, que beneficiou cerca de 9 mil pessoas e é considerada referência em matéria de refúgio. A situação política e militar no Golã Sírio, ocupado desde 1967 por Israel, continuou a ser objeto de resoluções da AGNU e do ECOSOC, com apoio brasileiro. Participamos de debates do CSNU sobre a Força de Separação das Nações Unidas (UNDOF), que zela pela trégua no Golã Sírio.

70. No tocante à Questão da Palestina, o último triênio foi marcado pela ausência de progressos tangíveis rumo à solução de dois Estados, em cenário de inação do CSNU, expansão dos assentamentos israelenses ilegais, perda de credibilidade do Quarteto e ondas periódicas de violência. Esse ciclo vicioso culminou, em 2014, com a terceira ofensiva militar de Israel contra Gaza em menos de seis anos, quando o uso desproporcional da força foi condenado pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon e pelo Brasil. Refletindo o histórico posicionamento do Estado brasileiro em prol de Estado livre, independente, soberano e viável para o povo palestino, nas fronteiras de 1967 e com Jerusalém Oriental como capital, vivendo em paz com Israel, a Delegação apoiou ou co-patrocinou resoluções da AGNU e do ECOSOC sobre as repercussões econômicas e sociais da ocupação; o status de Jerusalém; as necessidades dos refugiados palestinos; a aplicabilidade das Convenções de Genebra aos territórios ocupados; as práticas israelenses que violam os direitos humanos das populações sob ocupação; e a soberania do povo palestino sobre seus recursos naturais. Como parte da campanha internacional pelo reconhecimento do Estado da Palestina, a AGNU aprovou, em 2015, com co-patrocinio brasileiro, resolução determinando o hasteamento, nas sedes

da ONU, das bandeiras dos Estados observadores não-membros - Palestina e Santa Sé.

71. Nossas posições sobre a disputa israelo-palestina foram reiteradas nos discursos presidenciais na AGNU e nos debates abertos do CSNU sobre a situação no Oriente Médio. O Brasil participou, ainda, das atividades do Comitê sobre o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino (CEDIPP) e das celebrações do Dia Internacional da Solidariedade com o Povo Palestino. Em 2014, o Brasil foi convidado para integrar o Comitê Consultivo da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA), em reconhecimento a suas contribuições para tal população. Paralelamente, a Delegação participou de eventos de especial relevância para o Estado de Israel e o povo judeu, a exemplo de sessão especial da AGNU sobre o antissemitismo no mundo, em 2015. Na ocasião, condenei todas as formas de discriminação religiosa e lamentei que conflitos internacionais fossem instrumentalizados para promover o antissemitismo, a islamofobia e outras formas de intolerância. Mantive contato com representantes de associações judaicas brasileiras e internacionais, em particular o "World Jewish Congress".

72. A situação libanesa foi examinada de forma prioritária pela Delegação, à luz dos vínculos humanos e culturais entre Brasil e Líbano e do comando brasileiro da Força-Tarefa Marítima da Força Interina da ONU no Líbano (UNIFIL). No CSNU, o Brasil apoiou o Governo libanês em seus esforços rumo à estabilização; salientou a importância de monitorar a fronteira israelo-libanesa; alertou para as consequências negativas do vácuo presidencial instalado em 2014 em Beirute; e enfatizou o imperativo de dissociar a situação libanesa do conflito sírio, além de tratar adequadamente o vasto contingente de refugiados sírios no Líbano. O Brasil se fez presente, com pessoal diplomático e militar, nas reuniões dos contribuintes de tropas para a UNIFIL.

73. A Delegação acompanhou a situação no Iraque, sobretudo no contexto da crise iniciada, em 2014, pela ocupação de parte do território iraquiano pelo ISIL. Reagiu aos relatórios e participou de debates sobre o tema, bem como das negociações em torno da Missão das Nações Unidas de Assistência ao Iraque (UNAMI). Manteve a Secretaria de Estado informada sobre desdobramentos especialmente preocupantes, como o risco de colapso da usina hidrelétrica de Mosul. Em seus discursos no CSNU, o Brasil condenou os atentados terroristas e graves abusos dos direitos humanos cometidos no Iraque, e sublinhou a necessidade de reconciliação nacional. Recordou, ainda, que a contínua instabilidade iraquiana demonstra os riscos de

estratégias calcadas no uso da força e sem autorização do CSNU.

74. O Brasil continuou a seguir de perto o quadro político, humanitário e de segurança no Afeganistão. O último triênio registrou importantes transições no país asiático, como o fim da missão ocidental de combate (Força Internacional de Assistência para a Segurança da OTAN), o início de nova operação militar de apoio e treinamento (Missão Apoio Firme da OTAN) e eleições presidenciais que conduziram a governo de unidade nacional. A Delegação participou das tratativas para a resolução anual da AGNU sobre a situação afegã. Acompanhou, ademais, os debates a respeito da Missão das Nações Unidas de Assistência ao Afeganistão (UNAMA); do processo inacabado de reconciliação entre Cabul e o Talibã; das correntes de refugiados e migrantes estimuladas pelo conflito; dos fluxos internacionais de narcóticos de origem afegã; da necessidade de coordenação internacional para enfrentar o terrorismo no país; e da aplicação do regime de sanções do CSNU contra o Talibã.

75. No tocante à Líbia, cuja crônica instabilidade remete à intervenção militar de 2011, o Brasil seguiu os debates no CSNU sobre os bons ofícios prestados pela Missão Especial das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL); a implementação dos regimes de sanções aplicáveis ao país, sobretudo o embargo de armas; os mandatos do TPI para investigar graves crimes cometidos na Líbia; e os esforços internacionais para contrarrestar o tráfico de pessoas no litoral líbio. Ao discursar no Conselho de Segurança, o Brasil acolheu o Acordo Político Líbio de 2015 e a subsequente formação de Governo de Acordo Nacional para reconsolidar a autoridade estatal no país.

76. Minha gestão coincidiu com a deterioração do panorama político, humanitário e de segurança do Iêmen, após sublevação do movimento houthi e do ex-Presidente Ali Abdullah Saleh contra o governo iemenita, fato que suscitou intervenção militar do Conselho da Cooperação do Golfo em 2015. Dentre os aspectos mais atentamente acompanhados nesse contexto, figuram os relatórios e debates sobre tais eventos, os bons ofícios prestados pelo SGNU para o Iêmen e a imposição de sanções militares, financeiras e de viagens aos indivíduos e entidades que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade do Iêmen. Registro a participação do Brasil no Grupo de Amigos do Iêmen e a ênfase atribuída, no CSNU, a necessidade de cessar as hostilidades e assegurar o respeito ao direito humanitário e aos direitos humanos no Iêmen, no marco dos esforços para a solução política da crise.

77. O Brasil também monitorou as discussões acerca da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), e apoiou as resoluções da AGNU sobre a necessidade de solução política que assegure o direito à autodeterminação do povo do Saara Ocidental. Dedicou especial atenção ao tema em 2016, após crise diplomática entre Rabat e o SGNU agravada pela decisão marroquina de expulsar a maioria do contingente civil da MINURSO. Houve esforço para minimizar o impacto de tal gesto sobre a MINURSO, que conta com 10 observadores militares brasileiros.

#### PAZ E SEGURANÇA - ÁFRICA

78. O Brasil participou, ao longo de minha gestão, de oito debates abertos do CSNU sobre desafios enfrentados pela África, como a epidemia de Ebola; a cooperação entre ONU e União Africana; conflitos e ameaças terroristas no Oriente Médio e no Norte da África; prevenção e resolução de conflitos na Região dos Grandes Lagos; o papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos na África; a pirataria e os roubos armados no Golfo da Guiné; e a consolidação da paz na África. Tais debates permitiram à Delegação expressar posições atualizadas sobre uma região de relevância estratégica para o Brasil.

79. No CSNU, o Brasil defendeu o protagonismo dos países africanos na solução dos problemas do continente; o respeito à soberania e aos processos institucionais dos Estados africanos; a crítica ao uso indiscriminado da força por potências externas; o imperativo de enfrentar o tráfico ilegal de recursos naturais, vinculado ao financiamento de conflitos; o reforço à cooperação da ONU com a União Africana e as organizações sub-regionais africanas; o empoderamento e a liderança de mulheres em processos de paz e segurança; a prevenção da violência contra mulheres em conflitos; o tratamento da epidemia de Ebola como emergência médica e desafio econômico e social; as atividades da CCP em prol da paz sustentável na África; a necessidade de enfatizar a prevenção de conflitos; e, no Golfo da Guiné, a harmonização de atividades de segurança com a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

80. País africano de especial importância para a diplomacia multilateral brasileira é Guiné-Bissau, que restaurou sua ordem constitucional e promoveu eleições democráticas em 2014, embora novas incertezas políticas tenham emergido desde 2015, em função de tensões entre lideranças políticas locais. À frente da Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz, o Brasil mobiliza a comunidade internacional para auxiliar a estabilização do país, por meio

do diálogo político inclusivo. A questão é também acompanhada pela CPLP, cuja Presidência o Brasil deverá assumir em novembro.

#### PAZ E SEGURANÇA - EUROPA

81. A principal crise europeia nos últimos anos envolveu a Ucrânia, cuja instabilidade doméstica, a partir de 2014, exacerbou tensões entre a Federação da Rússia e os membros permanentes ocidentais do Conselho de Segurança. A Delegação participou de debates sobre o quadro político e humanitário no país, particularmente a mudança de regime em Kiev, o referendo pela autodeterminação da Crimeia e a eclosão de conflito interno nas regiões de Donetsk e Luhansk. Ao manifestar sua preocupação com tais eventos, o Brasil rejeitou a adoção de enfoque militar para o conflito e apoiou os esforços para a reconciliação e o diálogo político inclusivo, sobretudo o Pacote de Medidas para a Implementação dos Acordos de Minsk (ou Minsk II), endossado em 2015 pelo CSNU.

#### DESARMAMENTO

82. As negociações e os debates multilaterais sobre desarmamento, em Nova York, durante os últimos três anos, foram marcadas por avanços na área de armamentos convencionais, com a entrada em vigor do Tratado sobre o Comércio de Armas (ATT); pela crescente frustração dos Estados não-nuclearmente armados com os limitados avanços efetivos no desarmamento nuclear; e por críticas crescentes à maquinaria do desarmamento da ONU - que levaram a iniciativas independentes para avançar o tema.

83. Entre os principais eventos ligados ao desarmamento, sobressaiu a IX Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 2015. A reunião não adotou Documento Final, diante do bloqueio do consenso necessário por EUA e Canadá, desconfortáveis com referência à importância da realização de Conferência para o Estabelecimento de uma Zona Livre de Armas Nucleares e outras Armas de Destruição em Massa no Oriente Médio. Esse malogro, combinado com a crescente adesão a recentes iniciativas relacionadas ao impacto humanitário das armas nucleares, gerou consequências tangíveis na I Comissão da 70a AGNU, que adotou novas iniciativas sobre desarmamento nuclear.

84. Adotado pela AGNU em 2013, o ATT entrou em vigor em 24 de dezembro de 2014. A Delegação atuou para que Estados signatários que ainda não o ratificaram - caso do Brasil - também tivessem direito a voto nas decisões da Conferência. O

ATT complementa os instrumentos voluntários sobre armas convencionais negociados nas Nações Unidas, que incluem o Registro de Armas Convencionais, o Instrumento Padrão para Reportar Gastos Militares e o Programa de Ação sobre armas pequenas e armamento leve (UNPoA). Durante minha gestão, o UNPoA foi objeto de duas Reuniões Bienais de Estados (2014 e 2016) e uma reunião de peritos governamentais (2015).

85. A Comissão do Desarmamento (UNDC) não logrou aprovar recomendações no ciclo trienal encerrado em 2014. A estagnação das instituições tradicionais de desarmamento e não-proliferação contribuiu para ações originais, como novo Grupo de Trabalho Aberto sobre uma Quarta Sessão Especial da AGNU voltada ao desarmamento (SSOD-IV) – bandeira antiga do Movimento dos Não-Alinhados e do Brasil. O cenário também permitiu iniciativas de desarmamento nuclear em outros foros, como as conferências sobre o impacto humanitário das armas nucleares de Oslo, Nayarit e Viena; e novo Grupo de Trabalho Aberto da AGNU para negociações multilaterais de desarmamento nuclear.

86. Ao longo de minha gestão, o Brasil defendeu o início imediato de negociações, na ONU, de instrumento juridicamente vinculante de proibição das armas nucleares – seja uma convenção abrangente ou um tratado de banimento. Também teve ênfase o tema da informação e das telecomunicações no contexto da segurança internacional, com a convocação do quarto Grupo de Peritos Governamentais (GGE), presidido por perito brasileiro, entre 2014 e 2015. O GGE reafirmou o papel central da ONU no assunto e adotou conclusões de interesse do Brasil sobre aplicação do direito internacional e a proteção do direito à privacidade.

#### TERRORISMO E EXTREMISMO VIOLENTO

87. O terrorismo alterou significativamente seu 'modus operandi' e se firmou como uma das principais ameaças à paz e à segurança internacionais. O surgimento do "Estado Islâmico do Iraque e Levante" (ISIL, ISIS ou Daesh) ilustra as tendências mais recentes do fenômeno, como o controle de extensos territórios, o recrutamento de combatentes estrangeiros, o aumento das fontes de financiamento, o uso sofisticado das redes sociais e o recurso aos chamados 'lobos solitários'.

88. Durante minha gestão frente à Delegação, o Brasil participou de todos os debates abertos no CSNU sobre terrorismo e acompanhou a adoção de importantes documentos na matéria, como a Resolução 2178 (2014), sobre o enfrentamento aos 'combatentes terroristas estrangeiros'; a Resolução 2249



(2015), facilitando politicamente o recurso à autodefesa; e a Resolução 2253 (2015), que incluiu os indivíduos e entidades associados ao ISIL no regime de sanções antes associado à Al-Qaeda. Não obstante esforços envolvendo o Brasil, sob a coordenação do Sri Lanka, persistiu impasse sobre a necessidade de convocação de conferência para a negociação de Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional que definiria o fenômeno.

89. Na AGNU, o Brasil influenciou sobre as recentes revisões bienais da Estratégia Global da ONU de Contraterrorismo (2014 e 2016). A atuação brasileira permitiu a inclusão, na Estratégia, de temas como o direito à privacidade na era digital e a aplicação do direito humanitário no contexto de ataques com veículos aéreos não-tripulados ('drones'), ademais do reforço à consideração das causas subjacentes do terrorismo e do reconhecimento do impacto contraproducente que certas respostas à atual crise de refugiados podem ter em relação ao fenômeno.

90. A Delegação tem contribuído para evitar que o conceito juridicamente indefinido de extremismo violento seja tratado como sinônimo de terrorismo, tendo em vista a existência de manifestações de extremismo violento não associadas a atos terroristas. Graças à atuação do Brasil, relatório do Secretariado sobre o tema apresentou essa definição de forma clara.

91. O Brasil defende abordagem abrangente e inclusiva para a questão do terrorismo, que contribua para superar a marginalização e a exclusão social, econômica, política, religiosa e cultural. A Delegação tem ressaltado que o conflito prolongado entre israelenses e palestinos é um fator que não pode ser ignorado na análise da raiz do sentimento de injustiça que é manipulado por falaciosas narrativas de opressão dos grupos terroristas.

#### TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (TPI)

92. A governança política do sistema do Estatuto de Roma do TPI é realizada por meio da Assembleia de Estados-Partes (AEP), que se reúne anualmente na Haia ou em Nova York. O Brasil demonstra seu renovado engajamento em assuntos relacionados ao TPI, do que é exemplo a coordenação brasileira do Grupo de Amigos do TPI em Nova York (desde 2015). Nos últimos anos, consolidou-se a prática de emissão anual de declaração da UNASUL por ocasião do Dia da Justiça Penal Internacional (17/7).

#### OCEANOS E DIREITO DO MAR

93. No que tange aos debates sobre oceanos e direito do mar, sobressai a apresentação, pelo Brasil, da submissão parcial revista da plataforma continental brasileira à Comissão de Limites da Plataforma Continental. Sob minha gestão, iniciaram-se as atividades do Comitê Preparatório para o futuro instrumento jurídico internacional sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além das jurisdições nacionais (PrepCom BBNJ). Trata-se de processo negociador que almeja preencher lacuna normativa existente na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). O Brasil contribui para tal dinâmica e coordena o Grupo de Trabalho sobre Recursos Marinhos Genéticos da PrepCom BBNJ.

#### VI COMISSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

94. Na VI Comissão da AGNU, atinente a temas jurídicos, a Delegação incluiu referências à inviolabilidade das comunicações diplomáticas e consulares na resolução bienal da AGNU acerca da proteção de representações diplomáticas e consulares. O Brasil difundiu o conceito de acesso à Justiça, seja na VI Comissão, na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ou em outros foros negociadores e acadêmicos. Foi aprofundada a prática de pronunciamentos coletivos da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) na grande maioria dos temas alocados à VI Comissão.

#### RESPONSABILIDADE DE PROTEGER E RESPONSABILIDADE AO PROTEGER

95. O início do século XXI evidenciou que o recurso à força pode agravar a vulnerabilidade da população civil em cuja defesa a intervenção militar é supostamente feita. Exemplo gráfico dessa problemática é fornecido pela Líbia, onde o cenário de instabilidade e de violência atual não pode ser dissociado da operação militar alegadamente executada para implementar a Resolução 1973 (2011) do CSNU, em nome da "responsabilidade de proteger" (R2P). A Delegação vem disseminando o conceito de "responsabilidade ao proteger" (RwP), inicialmente formulado pelo Brasil em nota conceitual de 2011, e que ganhou renovado interesse diplomático e acadêmico durante minha gestão em Nova York. Demonstração desse interesse foi o convite para que o Brasil participe do grupo que elabora proposta de resolução da AGNU sobre a "responsabilidade de proteger", ora em negociação. Recebi vários mestrandos e doutorandos em Relações Internacionais interessados no tema ao longo dos três últimos anos. A Universidade de Columbia organizou seminário em 2015 sobre o assunto, em parceria com a Missão do Brasil, sob a orientação do professor Michael Doyle.

## REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA

96. A reforma do Conselho de Segurança segue sendo uma das principais pendências na agenda da ONU. O Brasil mantém seu compromisso com o processo, por meio de coordenação com o G-4, também constituído por Alemanha, Índia e Japão, e o Grupo L69 de mais de 40 países em desenvolvimento favoráveis a reforma do CSNU com ênfase na ampliação das duas categorias de membros. Nos últimos anos, o principal avanço foi representado pela Decisão 69/560 do Presidente da 69ª AGNU, em 2015, que incluiu, como anexo, a compilação das posições de 120 países sobre a reforma do CSNU. Trata-se de possível base para o início de negociações concretas. Sobressai, ainda, a realização de Reunião de Cúpula dos países do G-4 – a primeira em uma década – em setembro de 2015, quando os Chefes de Estado e Governo de Brasil, Alemanha, Índia e Japão reafirmaram o objetivo comum de buscar reforma do CSNU que torne o órgão mais legítimo, eficaz, democrático e representativo da nova configuração geopolítica global. A coordenação estratégica do G-4 teve seguimento por meio de reuniões de alto nível nas capitais dos países do agrupamento, das quais participei: Tóquio (2014), Berlim (2015), Brasília (2016) e Nova Delhi (2016). Participei, ainda, de dois seminários sobre o tema, na Turquia (2014) e na Itália (2015).

97. Em 2015, ano que marcou o 70º aniversário da ONU, foram organizados inúmeros eventos com vistas a fazer balanço sobre as atividades das Nações Unidas e a refletir sobre a necessidade de ajustá-la aos desafios do século XXI. Participei, nesse contexto, de dois retiros sobre o tema, a convite da UN Foundation e da Brookings Institution, além de seminário em Liechtenstein organizado pelo grupo "The Elders", formado por ex-Chefes de Governo e Estado e outras lideranças globais.

## SUCESSÃO DO SECRETÁRIO-GERAL

98. O processo de seleção do próximo Secretário-Geral da ONU, conduzido ao longo de 2016, tem sido mais aberto e democrático do que experiências anteriores. Pela primeira vez em 70 anos, foram organizados diálogos informais ("sabatinas") envolvendo os candidatos, os Estados membros da ONU e a sociedade civil. Até julho de 2016, 12 candidaturas foram apresentadas, inclusive seis mulheres, destacando-se os nomes de António Guterres (ex-Primeiro Ministro de Portugal e ex-Alto Comissário da ONU para Refugiados) e Susana Malcorra (Chanceler da Argentina e ex-Chefe de Gabinete do SGNU). Guterres foi o pleiteante mais apoiado na primeira votação

informal do CSNU, em 21/7, mas o processo deve prosseguir até setembro ou outubro. A Delegação participou de todos os eventos relativos ao tema e apresentou questões aos candidatos, inclusive em coordenação com o Grupo Latino-Americano e Caribenho, o G-4 e o G-77/China/China. Mantive contato pessoal com todos os postulantes a SGNU e com organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas interessadas no processo.

#### DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIAIS

99. Durante meu período na chefia desta Missão, o Brasil atribuiu foco diferenciado à agenda de direitos humanos e temas sociais, participando ativamente das principais discussões e propondo iniciativas inovadoras. Vale registrar que os assuntos tratados na III Comissão enfrentam dinâmica frequentemente polarizada, verificando-se, de uma parte, tentativas de politização do debate e singularização seletiva de países, e, de outra parte, o recrudescimento de posições conservadoras em certas regiões do globo.

100. A atuação brasileira nessa área foi marcada pelo comprometimento com os órgãos e com os atores do sistema das Nações Unidas para direitos humanos e sociais. Participamos, de modo engajado, em debates temáticos na AGNU e nas suas Comissões, em diálogos interativos com relatores e enviados especiais. Sempre com vistas à defesa dos direitos humanos e da ampliação do espaço destinado às questões sociais na ONU, o Brasil foi parte de coordenações específicas para busca de soluções construtivas e para a obtenção de consensos, seja em âmbito regional, por meio do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) e da CELAC, seja em outros foros, como no G77, quando possível. Igualmente relevante foi a interlocução produtiva com países europeus, a exemplo de cooperação com a Alemanha quanto ao direito à privacidade.

101. Nessa seara, a atuação brasileira fez-se presente em temas de interesse de grupos sociais específicos, a exemplo das questões de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, do combate ao racismo e da promoção dos direitos dos afrodescendentes, dos povos indígenas, das pessoas com deficiência e dos indivíduos LGBTI. Ademais, o Brasil teve presença de grande visibilidade em temas transversais e de impacto social, como a questão dos refugiados e migrantes, o problema mundial das drogas, a questão da privacidade na era digital e a segurança e proteção dos jornalistas. O País também se fez presente em negociações que ajudam a apontar novos caminhos, como no caso da Trégua Olímpica, fortemente calcada em aspectos de direitos humanos, da promoção do voluntariado em paz e desenvolvimento e do apoio à

participação ativa da sociedade civil nos debates e foros decisórios, seja como parte das delegações, seja como voz independente. Registre-se ainda a participação brasileira nas discussões que envolvem países que enfrentam desafios importantes quanto a direitos humanos, nos casos de resoluções sobre Irã, Myanmar, República Popular Democrática da Coreia e Síria.

#### PRÊMIO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS 2016

102. Criado em 1981, o prêmio é concedido anualmente pela ONU a indivíduo ou a instituição por destacados serviços à agenda de população e desenvolvimento. Pela primeira vez em 33 anos, nacional brasileira foi agraciada: a professora da USP Carmem Barroso, uma das fundadoras do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero. Barroso foi Diretora de Saúde Sexual e Reprodutiva da fundação MacArthur e é integrante do Grupo Independente de Especialistas da Estratégia Global da ONU de Saúde da Mulher e da Criança, lançado pelo SGNU em fevereiro de 2016. Foi premiada, em cerimônia realizada em Nova York em 23 de junho de 2016, em reconhecimento a seu trabalho de promoção dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil e no mundo.

#### IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DA MULHER

103. A Missão manteve elevado perfil de engajamento com a promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher na ONU, culminando com a presidência da Comissão da Situação da Mulher (CSW) em sua 60ª sessão (14 a 24/3/2016). Pela primeira vez, a Comissão contou com segmento ministerial, com participação recorde de mais de 80 ministros.

104. A Comissão também atraiu mais de 4 mil representantes de organizações não-governamentais (representando 540 ONGs) e sediou mais de 200 eventos paralelos na Sede da ONU. Ao longo da sessão, o Brasil copatrocinou, entre outros, os seguintes eventos: "Promovendo o empoderamento das mulheres e igualdade de gênero no marco da Agenda 2030: O papel das parcerias inovadoras entre Governos e agências das Nações Unidas", organizado em parceria com o Reino Unido, ONU-Mulheres e UNFPA, "Agenda 2030: contribuição do esporte no alcance da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres", organizado com o Comitê Olímpico Internacional e a ONU-Mulheres.

105. As conclusões adotadas pela 60ª Sessão da CSW foram saudadas por Estados-membros, pela ONU-Mulheres e por representantes da sociedade civil, por confirmar a relação central entre a implementação da Declaração e Plataforma de

Ação de Beijing e a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. O documento inclui chamado para que os Estados-membros fortaleçam e implementem legislações e instituições, melhorem a coleta e análise de dados e aumentem o financiamento para a igualdade de gênero e empoderamento da mulher. Cumpre destacar as referências substantivas ao papel da sociedade civil, inclusive menções a grupos feministas e defensoras de direitos humanos. O texto também inclui menções específicas ao papel das mulheres em processos de paz, inclusive mediação e consolidação da paz, a mulheres indígenas, mulheres rurais, mulheres com deficiência, além de incluir referências ao papel da juventude e ao engajamento de homens e meninos.

106. Nesse contexto, registro a adesão do Brasil à campanha "He for She" (Eles por Elas) e minha participação em eventos paralelos destinados a sublinhar o papel dos homens e meninos na promoção da igualdade de gênero.

107. Particularmente relevante foi o reconhecimento no documento final da 60ª CSW de que a igualdade de direitos econômicos e a independência e empoderamento econômico das mulheres são essenciais para o cumprimento da Agenda 2030. O documento também enfatiza a "persistência da feminização da pobreza" e o papel das políticas de proteção social.

108. A CSW também adotou resolução sobre o programa plurianual, determinando que o tema principal da 61ª sessão (2018) será "O empoderamento econômico das mulheres no mundo em transformação do trabalho". A resolução reconhece a intenção da Comissão de ter o tema "empoderamento das mulheres indígenas" como tema emergente da CSW em 2018.

#### RACISMO E AFRODESCENDENTES

109. Em dezembro de 2013, foi adotada a resolução da AGNU que proclamou a "Década Internacional das Pessoas Afrodescendentes" - 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2024. O Brasil desempenhou papel de liderança juntamente com os Estados Membros da CARICOM e com a África do Sul na promoção da iniciativa, participando em nível ministerial da cerimônia de lançamento e organizando dois eventos a respeito do assunto. Em setembro de 2015, paralelamente à abertura da 70ª sessão da AGNU, o Brasil promoveu evento sobre a autorrepresentação como estratégia de combate ao racismo. Em março de 2016, o Brasil organizou debate a respeito dos desafios de mulheres negras na busca por igualdade. Os dois eventos tiveram o copatrocinio da Missão dos EUA e a participação do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos. Registro igualmente o apoio brasileiro ao memorial

"Arco do Retorno", que homenageia as Vítimas da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Escravos, inaugurado em 2015 na entrada norte da AGNU. Além dessas iniciativas, o Brasil tem apoiado a resolução anual sobre "Eliminação do Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata", tradicionalmente tabulada pelo G-77/China/China.

#### DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

110. Durante minha gestão, a conclusão da Segunda Década das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas (2005-2014) deu ensejo à realização da primeira Conferência Mundial sobre Povos Indígenas (CMPI). O Brasil ingressou no Grupo de Amigos dos Povos Indígenas na ONU (que reúne México, Argentina, Nicarágua, Bolívia, Equador, El Salvador, Peru, Congo, Espanha, Noruega, Finlândia, Dinamarca, Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Estados Unidos). Temos dado apoio à resolução anual a respeito dos "Direitos dos Povos Indígenas", debatida no âmbito da III Comissão.

111. Na 70ª AGNU, foi aprovada resolução que concedeu mandato ao Presidente da Assembleia Geral para aumentar a participação de representantes dos povos indígenas em debates na ONU, mediante consultas aos Estados Membros e aos indígenas. Nas consultas realizadas em 2016, o Brasil defendeu a criação de categoria de credenciamento específica para povos indígenas, de maneira a permitir participação a título próprio e não como representante de ONGs. Insistiu na necessidade de garantir que haja tempo suficiente para que cada Estado Membro realize consultas internas antes que seja estabelecido novo regime de participação.

#### PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

112. O Brasil participa ativamente da Conferência das Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD), realizada anualmente em Nova York. No período 2014-2016, o Brasil ocupou a Vice-Presidência do bureau da CRPD em representação do GRULAC. Além de participação destacada nas atividades da COP, envidei esforços para a inclusão do tema dos direitos das pessoas com deficiência de maneira transversal nas diversas negociações nas quais o Brasil esteve envolvido em matérias de temas sociais. Ilustram essa perspectiva o apoio brasileiro à inclusão do tema na Agenda 2030, nos debates da 60ª CSW e no documento final da Conferência Mundial sobre Povos Indígenas.

#### PESSOAS LGBTI

113. O Brasil manteve seu compromisso com a defesa e promoção dos direitos humanos das pessoas LGBTI na ONU. Em 2014 e 2015 esta Missão organizou, em parceria com Argentina, Colômbia, Chile, El Salvador, Uruguai e o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (EACDH), eventos de alto nível para promover o tema nas Nações Unidas. Em 2015, o evento "Proteção dos Direitos das Pessoas LGBTI na América Latina: uma década de progresso", contou com a participação da cantora Daniela Mercury e de Malu Verçosa Mercury, que contribuiu para a campanha "Free&Equal" do EACDH.

#### REFUGIADOS E MIGRANTES

114. O tema de refugiados e migrantes tem ocupado espaço crescente na agenda da ONU em 2016, em preparação à Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral sobre Grandes Movimentos de Refugiados e Migrantes, que ocorrerá em 19 de setembro próximo. O processo negociador da declaração política que será adotada na ocasião tem sido marcado pelo engajamento do Brasil, em coordenação com países da América Latina, em prol da defesa e promoção dos direitos de refugiados e migrantes, independente de situação migratória. Entre outras medidas promovidas pelo Brasil estão o fortalecimento da governança internacional na área de migrações e a centralidade do princípio de "non-refoulement" e de medidas para combater a xenofobia, intolerância e discriminação contra refugiadas e migrantes.

115. Tendo em conta as políticas inovadoras do Brasil nessa área, dei visibilidade às ações adotadas no plano doméstico para promover o deslocamento seguro e a integração local dos grandes fluxos de refugiados sírios e de migrantes haitianos recebidos pelo País nos últimos anos.

#### PROBLEMA MUNDIAL DAS DROGAS - UNGASS

116. Realizou-se em Nova York, no último mês de abril, a terceira sessão especial da Assembleia Geral da ONU sobre o Problema Mundial das Drogas (UNGASS). A tônica dos debates contribuiu para difundir uma visão abrangente sobre o tema, para além da perspectiva repressiva, na adoção de enfoque centrado no dependente do uso de drogas.

117. Apesar de a Delegação haver expressado desapontamento com a não inclusão do tema da pena de morte no documento final da UNGASS, o texto adotou recomendações alinhadas com posições do Brasil, como a implementação de políticas públicas fundamentadas em evidência científica, a partir de abordagem equilibrada, multidisciplinar e integrada, tendo o



respeito aos direitos humanos e a ênfase às questões de saúde pública como ponto de referência.

#### DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL

118. Iniciativa de especial visibilidade durante os trabalhos da III Comissão da Assembleia Geral foi a adoção, em 2013, de resolução inédita sobre "O direito à privacidade na era digital", apresentada por Brasil e Alemanha. O texto foi aprovado por consenso e com copatrocinio de 55 membros, oriundos de todas as regiões e de diferentes níveis de desenvolvimento. A iniciativa também angariou apoio da sociedade civil, ao tratar de temas como coleta de informações e monitoramento em massa, no contexto da proteção de direitos civis e político.

119. Em 2014, durante a 69ª AGNU, aumentou de 55 para 65 o número de copatrocinios da resolução, mais uma vez adotada por consenso. Deu-se continuidade ao debate sobre aspectos específicos, como a extraterritorialidade, em complementação a atividades desenvolvidas no âmbito ou à margem das sessões do Conselho de Direitos Humanos.

120. Desdobramento relevante durante a 70ª AGNU foi a "transversalização" do tema: apesar de não ter sido tabulado projeto de resolução específico, referências ao direito à privacidade foram incluídas em outros projetos de resolução que trataram da proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais no combate ao terrorismo, por exemplo. Para a 71ª AGNU, e na esteira da apresentação do primeiro relatório do Relator Especial sobre Direito à Privacidade Joseph Cannataci, Brasil e Alemanha anunciaram a intenção de apresentar novo projeto de resolução sobre o direito à privacidade na era digital, com elementos recolhidos a partir do relatório e da consideração do tema em Genebra.

#### SEGURANÇA DE JORNALISTAS

121. A voz do Brasil também se fez presente nas discussões sobre a segurança de jornalistas, especialmente em cenários de conflito. Fazemos parte do "grupo de amigos da proteção aos jornalistas", recentemente criado por iniciativa das Missões da França, Grécia e Lituânia, e copatrocinamos a Resolução "A segurança de jornalistas e a questão da impunidade", aprovada por consenso na 70ª AGNU. A resolução proclama o dia 10. de novembro como "Dia Internacional de Combate à Impunidade de Crimes Cometidos Contra Jornalistas", defende o direito à vida, à integridade pessoal e à liberdade de expressão de jornalistas e encoraja esforços para a prevenção da violência contra esses profissionais e a

investigação de crimes contra eles cometidos, além de reforçar o "Plano de Ação das Nações Unidas sobre Violência contra Jornalistas", endossado em abril de 2012.

#### TRÉGUA OLÍMPICA

122. O Brasil conduziu as negociações de resolução da AGNU que determinou trégua olímpica durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro. O documento foi adotado em outubro de 2015, com o copatrocinio de 180 países, e teve como principal característica o enfoque na questão dos direitos humanos como fundamento para a trégua. O Brasil participou de diversos eventos paralelos a respeito dos Jogos Olímpicos e das reuniões do Grupo de Amigos sobre o Esporte para a Paz e Desenvolvimento. O SGNU e o Presidente da Assembleia Geral reforçaram o apelo à trégua olímpica, que teve início em 29 de julho de 2016.

#### VOLUNTARIADO

123. Na 70ª AGNU, a resolução "Integração do voluntariado na paz e no desenvolvimento: o Plano de Ação para a próxima década e além", facilitada por Brasil e Japão, foi adotada por consenso, com o co-patrocinio de 100 países.

#### SOCIEDADE CIVIL

124. Nos últimos três anos, foi possível observar resistências crescentes à participação da sociedade civil nos debates em diferentes instâncias decisórias da ONU. O Comitê de ONGs do ECOSOC tem adotado postura restritiva, especialmente no tratamento de ONGs dedicadas à saúde sexual e reprodutiva. Nesse período, promovi a inclusividade, mantendo contato informal frequente com representantes da sociedade civil nacional e internacional em Nova York.

#### RESOLUÇÕES SOBRE PAÍSES

125. Da 68ª à 70ª AGNU, foram aprovadas na III Comissão da AGNU resoluções sobre a situação de direitos humanos nos seguintes países: Síria, Irã, Myanmar e República Popular Democrática da Coreia. Nas ocasiões em que as resoluções foram submetidas a voto, o Brasil se posicionou favoravelmente às propostas, à exceção do caso do Irã, em que nos abstinemos nas três votações realizadas, tendo em vista a postura pouco flexível dos propositores do projeto, em relação a mudanças no texto apresentado. A respeito desse último caso, o Brasil, em suas explicações de voto, ressaltou acreditar que os textos circulados não logravam refletir adequadamente os esforços do governo iraniano em prol da

melhoria da situação de direitos humanos do seu povo, não deixando de registrar, contudo, preocupação com os sérios desafios vivenciados pelo Irã, como nos casos da aplicação da pena de morte, da situação da mulher, da liberdade de expressão e de associação pacífica e da proteção de minorias religiosas, inclusive da comunidade Bahai.

126. Não obstante, o Brasil permaneceu engajado no processo negociador das referidas resoluções, buscando conferir equilíbrio aos projetos apresentados. Ressalto que, ao longo do período, foi possível verificar que as delegações e grupos facilitadores de resoluções sobre países adotaram progressivamente postura mais cooperativa, com a antecipação dos documentos, coleta de impressões sobre os projetos e, em alguns casos, como o da Síria, incorporação de propostas de emendas brasileiras.

#### CANDIDATURAS BRASILEIRAS NOS ÓRGÃOS DO SISTEMA ONU

127. Nos últimos três anos, o Brasil apresentou candidaturas a diversos órgãos do sistema da ONU, e obteve êxito na maioria delas.

128. No referido período, fomos eleitos para um mandato do Conselho de Econômico e Social (ECOSOC) (2015-2017), em certame realizado no âmbito da 69<sup>a</sup> AGNU, em outubro de 2014. Dentre as vagas reservadas ao GRULAC, o Brasil foi eleito com a maior votação, juntamente com Trinidad e Tobago, tendo ambos recebido 183 votos de 187 possíveis.

129. O Brasil também garantiu presença em diversos órgãos subsidiários do ECOSOC: Comitê de Programa e Coordenação (CPC), mandato 2015-2017; Conselho de Coordenação do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), mandato 2015-2017; Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), mandato 2016-2020 (61a. à 64a. sessões); Junta de Coordenação do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), mandato 2016-2019; a Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Penal (CCPCJ), mandato 2016-2018; Junta Executiva da ONU-Mulheres, mandato 2017-2019; Comissão de População e Desenvolvimento (CPD), mandato 2017-2021 (51a. a 54a. Sessões); Comissão de Desenvolvimento Social (CDSoc), mandato 2017-2021 (56a. a 59a. Sessões); Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CSTD), mandato 2017- 2020; e Grupo de Trabalho Intergovernamental de Peritos em Normas Internacionais de Contabilidade e Divulgação da Informação (ISAR), mandato 2016-2018 (neste último, o Brasil é, atualmente, o único país do GRULAC a compor o órgão).

130. Registro também a eleição do Brasil para a Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (UNCITRAL), mandato 2016-2022, bem como a consolidação das atividades do país no Comitê Organizacional da Comissão de Consolidação da Paz (CO-CCP), órgão em que exerceu mandato ininterrupto, tendo dividido a vaga com El Salvador no ano de 2009.

131. Nos pleitos envolvendo peritos, os candidatos brasileiros contaram sempre com todo o apoio deste Posto. Em pleitos competitivos e com votação obrigatória, foi possível obter votações expressivas. Nessa área, merecem destaque as eleições do Dr. Renato Zerbini Leão ao Conselho de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC), mandato 2015-2018; da juíza Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt ao cargo de Juíza do Tribunal de Apelações das Nações Unidas (UNAT), mandato 2016-2023; e do professor Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros, eleito em 2015 para completar, até setembro de 2017, o mandato do professor Marota Rangel no Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar (TIDM).

132. Observo que o Brasil manteve importante presença no âmbito da V Comissão, ao eleger representantes para seus principais órgãos subsidiários: o Embaixador Henrique Sardinha Pinto ao Comitê de Contribuições (CoC), mandato 2015-2017, e o Conselheiro Fernando de Oliveira Sena ao Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), mandato 2015-2017.

133. Recordo, igualmente, minhas participações na Presidência da 60ª sessão da CSW e na Presidência da CO-CCP, durante sua sessão anual de 2014, e na Vice-presidência, durante sessão de 2015.

134. O Brasil participou ainda de mesas diretoras de importantes processos de negociação no âmbito das Nações Unidas, dentre as quais destaco a Mesa Diretora da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento ao Desenvolvimento (FfD) (Adis Abeba, 13-16/07/2015). Sete países disputaram as cinco vagas reservadas ao GRULAC. Após reuniões de coordenação, Brasil foi endossado para compor uma das vagas;

135. Igualmente, o Brasil fez-se representar no Conselho do Fundo Verde para o Clima (GCF), mandato 2016-2018. Em 2015, onze países apresentaram-se para a disputa de três vagas reservadas ao GRULAC. Foi estabelecido um acordo de compartilhamento de assentos. Desse modo, o Brasil compartilha o assento com a Costa Rica, Uruguai e Belize.

136. Apesar dos esforços do Posto e das credenciais profissionais e acadêmicas dos candidatos, não obtivemos êxito nas eleições aos seguintes órgãos: Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE), mandato 2017-2022; Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), mandato 2017-2020; Comitê sobre os Direitos da Criança (CRC), mandato 2017-2024; e Tribunal Penal Internacional (TPI), mandato 2015-2024.

137. As eleições para a JIFE, CEDAW e CRC foram marcadas por um alto grau de competitividade, com vários candidatos concorrendo entre si, em cenário de ausência de distribuição geográfica para as vagas disponíveis. Essa conjugação de fatores pode ter limitado a capacidade de diversos países de apoiarem as candidaturas brasileiras, em virtude de compromissos já assumidos com outros Estados Membros, especialmente os do GRULAC.

138. Quanto ao pleito brasileiro ao cargo de juiz do Tribunal Penal Internacional (TPI), mandato 2015-2024, nas eleições realizadas durante XIII Assembleia dos Estados Partes do Estatuto de Roma em dezembro de 2014, foi possível perceber que o complexo sistema de alocação de votos, com reservas de vagas por região, categoria de juiz (Direitos Humanos ou Direito Penal) e gênero, bem como as sucessivas rodadas de votação, podem ter levado as delegações a reavaliarem seus votos nas rodadas finais, rompendo com os compromissos assumidos para as primeiras etapas da votação.

#### PRÓXIMAS ELEIÇÕES COM CANDIDATURAS DO BRASIL

139. Relaciono, a seguir, os órgãos para os quais o Brasil lançou candidaturas com eleições agendadas a partir do segundo semestre de 2016. Até o momento, há quadro de disputa em quatro pleitos (CDH, CDI, ACABQ e ITLOS):

- Candidatura do Embaixador Gilberto Vergne Saboia à reeleição para a Comissão de Direito Internacional (CDI), mandato 2017-2021 (eleições em novembro de 2016). Por ora, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Haiti, México, Nicarágua, Peru e Venezuela disputam as sete vagas reservadas ao GRULAC. O mandato atual do perito brasileiro encerra-se em 2016;

- Comitê Organizacional da Comissão de Consolidação da Paz (CO-CCP), mandato 2017-2018 (eleições em dezembro de 2016). Por ora, Brasil e Colômbia apresentaram candidaturas para as duas vagas reservadas ao GRULAC, na categoria Assembleia Geral;

- 
- Comitê de Programa e Coordenação (CPC), mandato 2018-2020 (eleições em abril/maio de 2017). Por ora, apenas Brasil apresentou candidatura para as quatro vagas reservadas ao GRULAC;
  - Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), mandato 2018-2020 (eleições em novembro de 2017). Por ora, Brasil e Paraguai apresentaram candidatos para a única vaga reservada ao GRULAC. O mandato atual do perito brasileiro, Conselheiro Fernando Sena, encerra-se em dezembro de 2017;
  - Candidatura do Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto à reeleição no Comitê de Contribuições (CoC), mandato 2018-2020 (eleições em outubro/novembro de 2017). Por ora, apenas Brasil apresentou candidato para a única vaga reservada ao GRULAC. O mandato atual do perito brasileiro encerra-se em dezembro de 2017;
  - Candidatura do Professor Antonio Augusto Cançado Trindade à reeleição ao cargo de juiz da Corte Internacional de Justiça (CIJ), mandato 2018-2027 (eleições em novembro de 2017). Para o referido mandato, há cinco vagas sem distribuição regional e, até o momento, apenas Brasil e Líbano apresentaram candidatos;
  - Conselho Econômico e Social (ECOSOC), mandato 2019-2021 (eleições em junho de 2018). Para o referido mandato, há três vagas reservadas ao GRULAC e o Brasil apresentou sua candidatura, juntamente com Jamaica e Paraguai. O mandato atual brasileiro no órgão encerra-se em 2017.
  - Conselho de Segurança (CSNU), mandato 2033-2034 (eleições em junho de 2032). Como se sabe, o GRULAC dispõe de apenas uma vaga a cada ano. Por ora, não há quadro de disputa.
  - Conselho de Direitos Humanos (CDH), mandato 2017-2019 (eleições em outubro de 2016). Brasil, Cuba e Guatemala disputam as duas vagas reservadas ao GRULAC no mandato em tela;
  - Junta Executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), mandato 2018-2020 (eleições em abril/maio de 2017): Brasil e Colômbia apresentaram candidaturas para as 2 (duas) vagas reservadas ao GRULAC;
  - Comitê sobre Organizações Não-Governamentais (CONG), mandato 2019-2022 (eleições em abril/maio de 2018): Brasil, Cuba, Nicarágua e Venezuela apresentaram candidaturas para as quatro vagas reservadas ao GRULAC.

- Junta Executiva do PNUD/FNUAP/UNOPS, mandato 2018-2020 (eleições em abril/maio de 2017): Brasil e Antígua e Barbuda apresentaram candidaturas para as duas vagas reservadas ao GRULAC;

- Comissão de Entorpecentes (CND), mandato 2018-2021 (eleições em abril/maio 2017): Brasil, Chile, Colômbia e Cuba apresentaram candidaturas para as quatro vagas reservadas ao GRULAC. O mandato atual do Brasil no órgão encerra-se em 2017.

- Candidatura do Professor Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros à reeleição ao cargo de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITLOS), mandato 2017-2026 (eleições em junho de 2017). Até o momento, Brasil e Paraguai apresentaram candidatos que disputam a única vaga reservada ao GRULAC. O atual mandato do juiz brasileiro encerra-se em setembro de 2017;

- Candidatura do Almirante Jair Alberto Ribas Marques à reeleição na Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), mandato 2017-2022 (eleições em junho de 2017). O Brasil realizou o lançamento informal da candidatura à reeleição do Almirante Ribas Marques em abril de 2015. A candidatura será formalmente comunicada à DOALOS assim que o período de inscrições for aberto, o que deverá ocorrer apenas no segundo semestre de 2016. No âmbito do GRULAC, por ora, apenas o Brasil formalizou candidatura para uma das quatro vagas reservadas ao grupo regional;

- Comissão de Estatística, mandato 2020-2023 (eleições em abril/maio de 2019). O atual mandato brasileiro encerra-se em 2017. Para o mandato 2020-2023, apenas o Brasil apresentou candidatura para a única vaga reservada ao GRULAC.

#### ELEIÇÕES PARA ASSENTOS NÃO PERMANENTES NO CONSELHO DE SEGURANÇA

140. Nas eleições para assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), biênio 2007-2008, realizadas em 2006, a única vaga reservada ao GRULAC foi objeto de forte disputa entre a Guatemala e a Venezuela, que se estendeu por mais de 40 rodadas de votação, culminando com a escolha do Panamá como candidato de consenso. Desde então, e de modo a evitar a repetição daquelas circunstâncias, consolidou-se tendência, no âmbito do GRULAC, de apresentar candidaturas com grande antecedência para minimizar a possibilidade de disputa. Desde 2008, foram realizadas várias

eleições competitivas no CSNU em vários grupos regionais, à exceção do GRULAC.

141. Observa-se, assim, aumento significativo no número de candidaturas do GRULAC apresentadas com grande antecedência em relação aos mandatos almejados. Até o presente momento, 16 países apresentaram postulações ao Conselho. O último País a apresentar sua candidatura ao CSNU foi o Brasil, que pleiteia vaga para o mandato 2033-2034 (eleições em junho de 2032).

142. Como consequência do acirramento das disputas ao CSNU nos últimos anos, as campanhas dos países que pleiteiam vagas no órgão têm sido cada vez mais intensas e extensas. A disputa entre Espanha, Nova Zelândia e Turquia para duas vagas no biênio 2015-2016, por exemplo, contou com campanha neo-zelandesa iniciada em 2013 e marcada pela presença e visibilidade do país em diversos eventos culturais e paralelos realizados em Nova York. Considerada de grande êxito, a campanha resultou na eleição da Nova Zelândia ao CSNU na primeira rodada de votações. Igualmente, Cazaquistão e Tailândia, em suas recentes campanhas para mandato 2017-2018 do CSNU, promoveram inúmeros eventos paralelos e recepções em Nova York, contando, inclusive, com a presença de autoridades Governamentais e de membros da Família Real tailandesa.

#### ELEIÇÕES PARA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

143. No que diz respeito aos pleitos para a Presidência da Assembleia Geral (PGA), parece consolidar-se tendência de antecipação da apresentação de candidaturas ao cargo no âmbito do GRULAC, de modo semelhante ao que ocorre com a disputa para o CSNU. O Peru, por exemplo, apresentou sua candidatura ao cargo para a 88ª sessão, cujas eleições estão previstas para junho de 2032. Para as próximas quatro sessões da AGNU em que o cargo caberá a nacional da região (73ª, 78ª, 83ª e 88ª), apenas Honduras que concorre ao cargo em 2018, nomeou candidata específica (Embaixadora Mary Flores Flake, Representante Permanente junto à ONU), tamanha a distância no tempo entre o momento da apresentação das candidaturas e a ocasião das eleições propriamente ditas.

144. Recordo, ademais, que, nos últimos anos, a construção de consenso para a escolha do PGA tem sido objeto de progressiva dificuldade. Em 2012, em função da disputa entre dois candidatos do leste europeu (Lituânia e Sérvia), recorreu-se à votação efetiva pela Assembleia Geral para a eleição do candidato do sérvio, Vuk Jeremic, à Presidência da 67ª AGNU, o que não ocorria desde 1991, quando, por ausência de consenso no Grupo da Ásia-Pacífico, o Embaixador Samir S.



Shihabi (Arábia Saudita) superou os candidatos de Papua Nova Guiné e do Iêmen. De maneira semelhante, para a 71ª AGNU, candidatos de Chipre (Embaixador Andreas D. Mavroyiannis) e Fiji (Embaixador Peter Thomson) disputaram o cargo, tendo o candidato fijiano sido eleito por diferença de apenas 4 votos.

#### DADOS ESTATÍSTICOS

145. Durante minha gestão, o Brasil proferiu mais de 70 discursos no Conselho de Segurança (CSNU). As alocações abrangeram temas variados da agenda de paz e segurança, entre as quais as atividades da MINUSTAH no Haiti; as situações no Oriente Médio, na África Ocidental, nos Grandes Lagos Africanos e no Golfo da Guiné; e tópicos transversais, como as revisões de operações de paz, consolidação da paz e mulheres, paz e segurança. No mesmo período, o Brasil copatrocinou 376 resoluções da Assembleia Geral e de suas Comissões, seja em capacidade nacional ou por meio do G-77/China. A Delegação liderou a negociação de 17 documentos, incluindo seis apresentados ou facilitados pelo Brasil e 11 co-facilitados em parceria com outras missões e grupos regionais. Sobressaem, nesse espectro, resoluções sobre desenvolvimento sustentável, o direito à privacidade na era digital, direitos da criança, desarmamento nuclear e a trégua olímpica anunciada pela AGNU para os Jogos do Rio de Janeiro.

146. Presidi a Comissão da Consolidação da Paz (CCP) e sua Configuração Guiné-Bissau, e fui eleito para presidir a Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) no biênio 2016-2017. Diplomatas brasileiros presidiram ou co-presidiram 15 processos e grupos no âmbito das Nações Unidas, entre os quais a V e a VI Comissões da Assembleia Geral; o Grupo de Peritos Governamentais (GGE) de Informação e Telecomunicações no Contexto da Segurança Internacional; o Diálogo sobre Parcerias Humanitárias; e o Grupo de Amigos do Tribunal Penal Internacional (TPI), entre outros.

147. Desde outubro de 2013, a Delegação recebeu e apoiou 131 visitas de parlamentares brasileiros que vieram a Nova York para eventos multilaterais, como o Debate Geral da AGNU, a Comissão sobre População e Desenvolvimento (CPD), a Reunião de Alto Nível sobre HIV/AIDS, a Conferência Mundial de Presidentes de Parlamento e diversas reuniões da União Interparlamentar (UIP).

148. Minha gestão buscou valorizar, ademais, o diálogo com academia, imprensa e sociedade civil, de modo a informar a opinião pública nacional e internacional sobre as prioridades da política externa brasileira e favorecer ação diplomática

inclusiva a partir da colaboração com esses atores. Desde outubro de 2013, o Brasil fez-se representar em 35 atividades dessa natureza, por meio de palestras em universidades locais e brasileiras; encontros com a sociedade civil nas 18 viagens oficiais que realizei no período - três das quais a Guiné-Bissau, no contexto da Configuração da CCP; e retiros e seminários com lideranças políticas internacionais. Integrei a Junta de Embaixadores da Comissão Independente sobre o Multilateralismo do "International Peace Institute" (IPI). Observa-se crescente interesse da academia na política externa brasileira, de que são exemplos os frequentes convites das universidades e "think-tanks" locais para palestras. Sobressaem os seminários de que participei nas universidades de Columbia, Harvard e Princeton, na United Nations University e no Hunter College, bem como na Brookings Institution e no Aspen Institute.

#### DIFICULDADES ENCONTRADAS:

- Persistência da ênfase do sistema ONU em manter dinâmica assistencialista, Norte-Sul, nos moldes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de caráter universal;
- Inadequação das estruturas do sistema ONU à natureza inter-setorial da Agenda 2030 e ao tratamento dos Objetivos que não possuem "foro" específico;
- Insistência de alguns Estados-membros em tentar importar, para a ONU em Nova York, discussões sobre mudança do clima cujo âmbito adequado é a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC);
- Relutância de alguns países desenvolvidos em reconhecer as Nações Unidas como foro de debates multilaterais sobre governança econômica e financeira global;
- Necessidade de reafirmar as flexibilidades concedidas pela OMC aos países em desenvolvimento sobre patentes e proteção da saúde pública;
- Ênfase indevida dos países desenvolvidos na "securitização" da agenda da saúde;
- Insistência de alguns países em aplicar à cooperação sul-sul, que tem sua própria dinâmica, os princípios e condicionalidades utilizados pelos países desenvolvidos em sua cooperação prestada a países pobres;

- Divergências entre os Estados-membros sobre a priorização de reformas administrativas em detrimento de atividades substantivas, particularmente no pilar de desenvolvimento;
- Inadimplência do Brasil em relação aos orçamentos regular, de operações de paz da Organização e dos tribunais penais;
- A persistência de interpretação favorável ao recurso a intervenções militares no ideário de alguns países, malgrado os resultados problemáticos de intervenções no Afeganistão, no Iraque e na Líbia;
- No caso do Haiti, resistências de alguns países à renovação do mandato da MINUSTAH, no contexto de atrasos no calendário eleitoral haitiano;
- Resistências à participação de observadores militares de países fronteiriços - entre os quais o Brasil - na Missão Política Especial da ONU na Colômbia;
- O desafio de garantir recursos previsíveis do orçamento da ONU para a consolidação da paz e de contribuições ao Fundo de Consolidação da Paz (PBF);
- A continuada inação do CSNU em relação ao conflito Israel-Palestina e a inoperância do Quarteto para o Oriente Médio;
- No caso de Guiné-Bissau, o desafio da estabilidade política, capaz de permitir o pleno funcionamento do governo e a recuperação econômica;
- Em matéria de desarmamento, a resistência dos países nuclearmente armados em cumprir seus compromissos sob o TNP e participar de novos processos multilaterais para avançar rumo à eliminação das armas nucleares em escala global;
- A paralisia dos esforços para a convocação de conferência para o estabelecimento de Zona Livre de Armas Nucleares e outras Armas de Destruição em Massa no Oriente Médio;
- A estagnação das negociações multilaterais para lograr a desnuclearização da península coreana;
- A dificuldade de implementar a Estratégia Global da ONU de Contraterrorismo e a ausência de avanços rumo a Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional que contemple a definição universal do fenômeno do terrorismo; e

- A indevida instrumentalização, por parte das grandes potências, do conceito de responsabilidade de proteger como justificativa para o uso da força.

#### SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO CHEFE DO POSTO

- Aprofundar coalizões com delegações de países desenvolvidos e em desenvolvimento, a fim de transcender aspectos problemáticos da dinâmica Norte-Sul na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Intensificar ações que promovam abordagem construtiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de caráter transversal, como o ODS-10 (desigualdade), o ODS-12 (consumo e produção responsáveis) e o ODS-16 (sociedades pacíficas, justas e inclusivas);
- Preservar, nas atividades ligadas à mudança do clima, a noção de que países desenvolvidos têm responsabilidades históricas diferenciadas, cabendo-lhes obrigações mais abrangentes.
- Preservar e ampliar o papel da ONU no debate multilateral sobre temas ligados à governança econômica e financeira global;
- Promover atualização da Declaração de Oslo do agrupamento "Política Externa e Saúde Global";
- Considerar apoiar a realização de conferência global sobre saúde e desenvolvimento sustentável;
- Fortalecer o apoio substantivo do sistema ONU a atividades de cooperação sul-sul, inclusive o Fundo IBAS;
- Dar continuidade ao programa de promoção e difusão cultural do Brasil;
- Dar continuidade à participação do Brasil e de peritos brasileiros nos principais órgãos da ONU responsáveis por temas administrativos e orçamentários;
- Ampliar esforços para participação de empresas brasileiras no sistema de compras da ONU;
- Intensificar a política brasileira de inserção de nacionais no Secretariado da ONU;

- Subsidiar os esforços da SERE junto às autoridades financeiras nacionais com vistas ao pagamento tempestivo das contribuições brasileiras às Nações Unidas;
- Manter o perfil participativo do Brasil em todos os debates sobre paz e segurança na ONU, inclusive no CSNU;
- Manter presença significativa de militares brasileiros no Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) com a finalidade de facilitar o diálogo e a coordenação da participação brasileira em missões de paz;
- Dar continuidade às gestões e planejamento para a participação brasileira em missões de paz em novos cenários, de forma a manter ou ampliar a contribuição do Brasil à manutenção da paz no mundo;
- Favorecer acordo entre os Estados membros que garanta a destinação de recursos previsíveis para as atividades de consolidação da paz;
- Advogar pela melhor coordenação entre o Conselho de Segurança e a CCP;
- Apoiar ativamente iniciativas multilaterais, no CSNU ou em outros órgãos, para reavivar o processo de paz israelo-palestino e avançar rumo à solução de dois Estados;
- Em Guiné-Bissau, promover o diálogo entre os principais atores políticos bissau-guineenses, mobilizar a atenção da comunidade internacional para os desafios de ordem econômica do país, e estimular a atuação construtiva dos atores regionais e sub-regionais com Guiné-Bissau, utilizando plenamente a presidência brasileira da CPLP e da Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz;
- Na agenda de desarmamento, convocar a Quarta Sessão Especial da AGNU voltada ao desarmamento e continuar as negociações para lograr um instrumento juridicamente vinculante de proibição das armas nucleares;
- Disseminar e continuar a atualizar, na ONU e em meios acadêmicos e da sociedade civil, os princípios relacionados ao conceito de responsabilidade ao proteger;
- Reunir vontade política de alto nível para fazer avançar a agenda da reforma do Conselho de Segurança, promovendo negociações concretas com vistas a encontrar acordo no mais breve prazo possível, em linha com a Declaração de Chefes de Estado e Governo de 2005;

- 
- Favorecer a crescente transparência do processo de sucessão do Secretário-Geral, buscando assegurar o êxito de candidatura apta a conduzir a ONU na superação dos desafios inerentes a uma ordem mundial inclusiva, a partir de uma multipolaridade cooperativa;
  - Garantir a manutenção da liderança do Brasil em temas sociais e de direitos humanos, especialmente quanto à capacidade de construção de consensos com países de variadas matizes culturais e ao reconhecimento do País como interlocutor comprometido com o sistema multilateral;
  - Apoiar os debates e a implementação de políticas multilaterais que promovam a equidade de oportunidades de trabalho e de remuneração entre homens e mulheres;
  - Manter o compromisso de promover a Década Internacional das pessoas afrodescendentes, por meio da realização de eventos e de discussões no âmbito da ONU;
  - Garantir a plena implementação dos compromissos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência;
  - Dar continuidade às discussões sobre o direito à privacidade na era digital, contribuindo para resguardar a segurança de informações estratégicas e de dados de caráter pessoal;
  - Garantir que a participação brasileira nas discussões da Reunião de Alto Nível da AGNU sobre Grandes Movimentos de Refugiados e Migrantes, a ser realizada em setembro próximo, reflita as políticas exitosas implementadas pelo País e reconhecidas em diversas instâncias e foros internacionais;
  - Quanto à temática das candidaturas, seria importante uma reflexão sobre formas de se aprimorar a coordenação entre diversos órgãos de governo. O processo de apresentação e promoção de candidaturas poderia ser aperfeiçoado, por exemplo, com a criação de instância que centralize o fluxo de informações e o planejamento da participação brasileira em pleitos específicos. Tais providências contribuiriam para tornar mais célere e eficiente o processo decisório sobre lançamento de candidaturas e sobre propostas de troca de votos.



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM Nº 70, DE 2016

(nº 393/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

**AUTORIA:** Presidente da República

**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 393

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Os méritos do Senhor Mauro Luiz Iecker Vieira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de julho de 2016.



EM nº 00186/2016 MRE

Brasília, 27 de Junho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MAURO LUIZ IECKER VIEIRA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **MAURO LUIZ IECKER VIEIRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: José Serra*

Aviso nº 449 - C. Civil.

Em 12 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**INFORMAÇÃO****CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MAURO LUIZ IECKER VIEIRA**

CPF: 366.501.297-04

ID: 5334 MRE

1951 Filho de Mauro Vieira e Noêmia Iecker Vieira, nasce em 15 de fevereiro, em Niterói-RJ

**Dados Acadêmicos:**

1973 Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense

1973 CPCD - IRBr

**Cargos:**

1974 Terceiro-Secretário

1978 Segundo-Secretário

1980 Primeiro-Secretário, por merecimento

1987 Conselheiro, por merecimento

1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

1999 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

2014 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

**Funções:**

1974-75 Departamento Econômico, Assistente

1975-78 Divisão de Política Financeira e de Desenvolvimento, Assistente

1978-82 Embaixada em Washington, Terceiro-Secretário,, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário

1982-85 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevideu, Primeiro-Secretário

1985 Secretaria-Geral, Assessor

1985-86 Ministério da Ciência e Tecnologia, Secretário de Modernização Administrativa

1986-87 Ministério da Ciência e Tecnologia, Secretário-Geral Adjunto

1987-89 Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretário Nacional de Administração do INPS

1989-90 Departamento Cultural, Subchefe

1990-92 Embaixada no México, Conselheiro

1992-93 Secretaria-Geral de Política Exterior, Chefe de Gabinete

1993-95 Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático

1995-99 Embaixada em Paris, Ministro-Conselheiro

1999-2003 Secretaria-Geral, Chefe de Gabinete

2003-04 Gabinete do Ministro de Estado, Chefe de Gabinete

2004-10	Embaixada em Buenos Aires, Embaixador
2010-14	Embaixada em Washington, Embaixador
2015-16	Ministro de Estado das Relações Exteriores

**PAULA ALVES DE SOUZA**  
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

Subsecretaria-Geral Política I  
Departamento de Organismos Internacionais  
Divisão das Nações Unidas

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

**Informação para o Senado Federal**  
**OSTENSIVO**  
**Junho de 2016**

<b>DADOS BÁSICOS</b>
----------------------

<b>Nome oficial</b>	Organização das Nações Unidas (ONU)
<b>Estados membros</b>	193
<b>Ano de fundação</b>	1945
<b>Sede central</b>	Nova York
<b>Línguas oficiais</b>	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
<b>Ano de adesão do Brasil</b>	1945 (membro fundador)
<b>Órgãos principais</b>	Assembleia Geral (AGNU), Conselho de Segurança (CSNU), Conselho Econômico e Social (ECOSOC), Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça (CIJ), Secretariado
<b>Principais chefias da organização</b>	Ban Ki-Moon (secretário-geral das Nações Unidas, ocupa o cargo desde 2007); Mogens Lykketoft (Dinamarca), presidente da 70ª sessão da AGNU, ocupa o cargo até o final da presente sessão, 12/09/16; será substituído por Peter Thomson (Fiji), presidente da 71ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a partir de 13/09/16.
<b>Representante da ONU no Brasil</b>	Sr. Niky Fabiancic (Coordenador Residente da ONU no Brasil)

Informação elaborada em 21 de junho de 2016, por Eugênio Vargas Garcia, Maitê de Souza Schmitz, Juliana Cardoso Benedetti, Maria Clara de Paula Tusco e Wagner da Silva Koscheck, com subsídios de outras áreas da Secretaria de Estado.  
Revisada por Maria Luisa Escorel de Moraes.

**PERFIS BIOGRÁFICOS****BAN KI-MOON**

Secretário-Geral das Nações Unidas  
(mandatos 2007-2011 e 2012-2016)



Nasceu em Eumseong, Coreia do Sul, em 13 de junho de 1944. Graduado em Relações Internacionais e, posteriormente, graduado e mestre em Administração Pública na Universidade de Harvard.

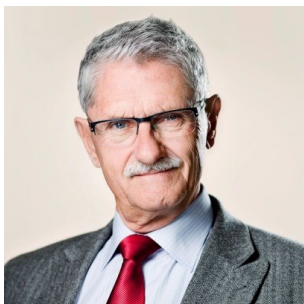
Quando de sua eleição como secretário-geral das Nações Unidas (SGNU), em 2007, Ban Ki-moon era o ministro de Relações Exteriores e do Comércio da República da Coreia. Em sua carreira como diplomata, serviu em Nova Delhi, Nova York, Washington e foi embaixador em Viena. Exerceu os cargos de assessor internacional do presidente da República, consultor chefe de segurança nacional para o presidente da República, vice-ministro para política de planejamento e diretor-geral para assuntos americanos. Em 2002, o governo do Brasil agraciou-o com a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco.

Em seu primeiro mandato (2007-2011), logrou promover reformas relevantes na estrutura do Secretariado, como a criação da ONU-Mulheres e do Departamento de Apoio no Terreno ("Department of Field Support", DFS na sigla em inglês), para sustentar número crescente de operações de manutenção da paz.

Foi reeleito por aclamação, com apoio do Brasil, em 21 de junho de 2011, para servir um segundo mandato consecutivo como secretário-geral da Organização, no período 2012-2016. Ban Ki-moon salientou, em seu discurso na ocasião, que daria renovada prioridade ao fortalecimento das Nações Unidas na prevenção de conflitos, nas operações de manutenção e construção da paz, na proteção de civis, no fortalecimento das capacidades de prevenção e reação a megadesastres, na área dos direitos humanos e justiça, além da continuidade em esforços de não-proliferação e desarmamento.

**MOGENS LYKKETOFT**

Presidente da 70ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas  
(setembro de 2015 a setembro de 2016)



Nascido em 9 de janeiro de 1946, em Copenhague, Mogens Lykketoft é economista de formação e possui mestrado em economia pela Universidade de Copenhague. Iniciou sua carreira política como ministro da Tributação, cargo que ocupou entre 1980 e 1981. Teve atuação destacada no Partido Social Democrata (PSD), de que foi líder entre 2002 e 2005. Entre 1993 e 2000, foi ministro de Finanças e, entre 2000 e 2001, foi ministro de Relações Exteriores. Foi presidente do Parlamento da Dinamarca, entre 2011 e 2015. Em 15 de junho de 2015, foi eleito por aclamação presidente da 70ª sessão da Assembleia Geral da ONU.



**PETER THOMSON**

Presidente eleito para a 71ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas  
(setembro de 2016 a setembro de 2017)



Nasceu em Suva, Fiji, em 1948, e graduou-se pela Universidade de Auckland (*Bachelor of Arts Political Studies*), na Nova Zelândia, e pela Universidade de Cambridge (Pós-Graduação em Estudos de Desenvolvimento), no Reino Unido.

Representante permanente de Fiji junto às Nações Unidas desde 2010, cargo que acumula com a função de embaixador junto a Cuba. Ocupou o cargo de vice-presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas na sessão 2011-2012 e de presidente da Assembleia da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos na sessão 2011-2012. Ocupou a presidência do Grupo dos 77 e China, em 2013, da Junta Executiva do UNDP/UNFPA/UNOPS, em 2014. Atualmente, exerce a função de presidente do Conselho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

Tem algumas obras publicadas, entre elas o livro “Kava in the Blood”, sendo o vencedor do “Montana Book Award for non-fiction”.

Em 2014, o presidente da República do Fiji concedeu o título de Oficial da Ordem do Fiji ao embaixador Thomson.

Sua candidatura à presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas foi endossada pelos doze estados membros do grupo dos pequenos estados insulares em desenvolvimento do Pacífico (PSIDS), agrupamento que nunca antes havia ocupado esse cargo.

## INFORMAÇÕES GERAIS

### *Processo de criação*

Após a Segunda Guerra Mundial, que devastou dezenas de países e tomou a vida de milhões de seres humanos, prevalecia na comunidade internacional sentimento generalizado de que era necessário encontrar uma forma de manter a paz entre os países.

O nome Nações Unidas foi concebido pelo presidente dos EUA Roosevelt e utilizado pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas, de 12 de janeiro de 1942, quando os representantes de 26 países assumiram o compromisso de que seus governos continuariam a lutar contra as potências do Eixo.

Em agosto de 1944, na Conferência de Dumbarton Oaks entre os chamados "quatro policiais" (EUA, União Soviética, Reino Unido e China), foi preparado o primeiro projeto do documento constitutivo da Organização. Ali se encontravam definidos os princípios da organização, a estrutura e o funcionamento de seus órgãos principais, incluindo um Secretariado para cuidar dos assuntos administrativos, além de disposições específicas sobre a manutenção da paz e da segurança internacionais, como forma de prevenir e suprimir atos de agressão.

Mais tarde, na Conferência de Yalta, definiu-se a fórmula para a votação no Conselho de Segurança: a) cada membro do Conselho teria um voto; b) as decisões em questões processuais seriam tomadas pelo voto afirmativo de sete membros (após a expansão do Conselho de Segurança de onze para quinze membros, em 1963, o número de mínimo de votos passou de sete para nove); e c) as decisões em todos os outros assuntos seriam tomadas pelo voto afirmativo de sete membros (também alterado para nove em 1963), inclusive os votos afirmativos de todos os membros permanentes (aí embutido, portanto, o poder de veto).

A Carta das Nações Unidas (Carta de São Francisco) foi elaborada pelos representantes dos países presentes à Conferência sobre a Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. A Organização propriamente dita, entretanto, começou a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética, bem como pela maioria dos signatários. Hoje, em 24 de outubro, comemora-se em todo o mundo o "Dia das Nações Unidas".

Durante a primeira reunião da Assembleia Geral, em Londres, em 1946, ficou decidido que a sede permanente da Organização seria nos Estados Unidos. Em dezembro de 1946, John D. Rockefeller Jr. ofereceu cerca de oito milhões de dólares para a compra de parte dos terrenos na margem do East River, na ilha de Manhattan, em Nova York. A cidade de Nova York ofereceu o resto dos terrenos para possibilitar a construção da sede da Organização.

Atualmente, a ONU tem, além da sede central em Nova York, sedes em Genebra (Suíça), Viena (Áustria), Nairobi (Quênia) e escritórios espalhados em grande parte dos países do planeta.

*Organizações internacionais que precederam a ONU*

A organização predecessora da ONU é a Liga das Nações, criada após a Primeira Guerra Mundial pelo Tratado de Versalhes, em 1919. Tratou-se de tentativa ambiciosa de se criar uma associação permanente de estados, de escopo universal, destinada a preservar a paz e assegurar o cumprimento das normas de direito internacional. Representou, assim, inovadora proposta de estruturar o funcionamento do sistema internacional.

Um dos principais idealizadores da Liga foi o então presidente dos EUA Woodrow Wilson, que, já em 1918, havia apresentado a proposta de um acordo de paz de 14 Pontos, cujos termos incluíam a transparência nas relações internacionais, a abolição das barreiras econômicas entre os países e a redução dos armamentos nacionais.

O projeto wilsoniano foi sendo reformulado e expandido, transformando-se no Tratado de Versalhes, que exigia dos países derrotados na Primeira Guerra pesadas indenizações financeiras e lhes impunha outras restrições. O Tratado levou em conta interesses econômicos, estratégicos e territoriais dos vencedores, e acabou gerando tensões nas relações internacionais no período entreguerras.

A Liga das Nações, desde suas origens, apresentava deficiências que acabaram por conduzi-la ao fracasso. Entre outros fatores, pode-se citar a ausência dos Estados Unidos entre seus membros. Embora a ideia da organização tivesse partido do presidente Wilson, o Congresso dos EUA considerou que convinha aos Estados Unidos regressarem a seu isolacionismo e não aprovou o ingresso do país na Liga, por temer que os Estados Unidos, então uma potência emergente, se transformassem numa espécie de polícia internacional.

Da mesma maneira, a União Soviética não entrou na organização, uma vez que, no início da década de 1920, logo após a implantação do comunismo, a nação tinha entre seus objetivos a exportação da revolução e a luta para levar o socialismo ao mundo todo. Só anos mais tarde, com as mudanças na política internacional da União Soviética, o país entrou na Liga das Nações, assim como a própria Alemanha – que, como outros países derrotados na Primeira Guerra, teve sua participação na Liga inicialmente vetada.

A corrida armamentista que teve início na Alemanha e no Japão na década de 1930 era evidência de que as nações não se submetiam aos ideais da organização e, ao mesmo tempo, um prenúncio da Segunda Guerra Mundial, que eclodiu em setembro de 1939. Com a declaração de guerra, a Liga decidiu interromper suas sessões até a paz. Depois de 1939, esvaziou-se e restringiu-se a atividades como a proteção de refugiados e os estudos sobre a futura reconstrução. O ano de 1946

marcou o fim formal da Liga das Nações, pois o organismo na prática já não funcionava.

*Escopo da Organização*

O preâmbulo da Carta das Nações Unidas expressa os ideais e os propósitos dos povos cujos governos se uniram para constituir as Nações Unidas:

*"Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade; a reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas; a estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional; a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade.*

*E para tais fins, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos; unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais; garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada, a não ser no interesse comum; e empregar mecanismos internacionais para promover o progresso económico e social de todos os povos.*

*Resolvemos conjugar os nossos esforços para a consecução desses objetivos."*

O Artigo 1º da Carta define os propósitos da Organização:

- Manter a paz e a segurança internacionais;
- Desenvolver relações amistosas entre as nações;
- Realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de carácter económico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;
- Ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns.

Devido ao seu carácter internacional único e aos poderes previstos em sua Carta, a Organização pode agir numa ampla gama de questões. Embora mais conhecida pelo seu trabalho no âmbito da manutenção da paz, prevenção de conflitos e assistência humanitária, os domínios de atuação Nações Unidas, que incluem as agências, fundos e programas do Sistema ONU, abrangem temas como desenvolvimento sustentável, proteção aos refugiados, combate ao terrorismo, desarmamento e não proliferação, promoção da democracia, direitos humanos, igualdade de gênero, governança global, saúde, alimentação, entre outros.

*Estados membros*

A admissão de novos membros na organização é regulada pelo art. 4º da Carta de São Francisco, que estabelece que a ONU está aberta a todos os "estados amantes da paz" que aceitarem as obrigações contidas na Carta e que, a juízo da Organização, estiverem aptos e dispostos a cumprir tais obrigações. A admissão de qualquer Estado será efetuada por decisão da Assembleia Geral (AGNU), mediante recomendação do Conselho de Segurança (CSNU).

Chamam-se membros fundadores das Nações Unidas os países que assinaram a Declaração das Nações Unidas de 1º de janeiro de 1942, ou que participaram da Conferência de São Francisco, tendo assinado e ratificado a Carta. O Brasil é um dos 51 membros fundadores da ONU. Houve dois períodos marcados pela grande elevação do número de membros: a década de 1960, em razão da descolonização (43 novos membros), e a década de 1990, em função do desmembramento da União Soviética, entre outros fatores (33 membros). Os últimos países a tornarem-se membros da Organização foram: Tuvalu e Sérvia em 2000, Suíça e Timor-Leste em 2002, Montenegro em 2006 e Sudão do Sul em 2011, que se tornou o 193º membro da Organização.

*Órgãos Principais*

De acordo com a Carta, a ONU possui seis órgãos principais: a Assembleia Geral (AGNU), o Conselho de Segurança (CSNU), o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) e o Secretariado.

O sistema ONU é formado pelos seis órgãos principais da Organização e seus órgãos subsidiários, os fundos e programas por eles criados, bem como as agências especializadas e outros organismos associados às Nações Unidas.

*1. Assembleia Geral (AGNU)*

A Assembleia Geral das Nações Unidas é o principal órgão deliberativo das Nações Unidas, que reúne todos os estados membros da Organização. Na Assembleia Geral, cada estado, independentemente de seu tamanho, poder militar ou econômico, tem direito a um voto ("one country, one vote").

Embora as resoluções da Assembleia Geral não tenham caráter vinculante e funcionem apenas como recomendações, têm significativo impacto político ao refletir o grau de acordo intergovernamental, a evolução das ideias políticas e o estado da cooperação global a respeito de determinado tema. As resoluções são adotadas por maioria simples dos presentes e votantes (97 votos, se presentes os 193 membros) ou por 2/3 (129 votos) nos casos de "assuntos importantes", entre os quais aqueles afetos à manutenção da paz e segurança internacionais, admissão, suspensão e expulsão de membros e todos os assuntos orçamentários (Artigo 18 da Carta e Regras de Procedimento 83-86).

As questões organizacionais e procedimentais da Assembleia Geral são tratadas pelo Comitê Geral ou pelo Comitê de Credenciais. As questões substantivas, por sua vez, são tratadas no Plenário ou por uma de seis Comissões Principais, nas quais todos os membros têm direito a representação. A Assembleia Geral, normalmente, atribui todas as questões de sua ordem do dia a uma das Comissões, ou Comitês Especiais estabelecidos para estudar uma questão específica. As Comissões ou Comitês Especiais, por sua vez, submetem propostas à aprovação do Plenário da Assembleia. São as seguintes as Comissões da AGNU:

1. Primeira Comissão (**Desarmamento e Segurança Internacional**): armas nucleares, outras armas de destruição em massa, espaço sideral (aspectos relativos a desarmamento), armas convencionais, segurança e desarmamento regional, outras medidas de desarmamento e segurança internacional e maquinário de desarmamento.
2. Segunda Comissão (**Econômica e Financeira**): política macroeconômica, atividades operacionais para desenvolvimento, financiamento para desenvolvimento, grupos de países em situações especiais, globalização e interdependência, erradicação de pobreza, tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento, agricultura e segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e soberania do povo palestino sobre seus recursos naturais.
3. Terceira Comissão (**Social, Humanitária e Cultural**): promoção e proteção dos direitos humanos.
4. Quarta Comissão (**Políticas Especiais e Descolonização**): descolonização e Oriente Médio.
5. Quinta Comissão (**Administrativa e Orçamentária**): orçamento regular das Nações Unidas (bianual), orçamento das operações de manutenção da paz (anual), escalas de contribuições dos estados membros (metodologia revisada a cada 3 anos) e questões administrativas diversas, inclusive política de pessoal.
6. Sexta Comissão (**Jurídica**): direito internacional e outras questões jurídicas relativas às Nações Unidas.

## 2. *Conselho de Segurança (CSNU)*

O Conselho de Segurança tem competência de zelar pela manutenção da paz e segurança internacionais. É formado por quinze membros: cinco permanentes, que possuem o direito a veto (China, Estados Unidos, Federação da Rússia, França e Reino Unido) e dez membros não permanentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de dois anos.

De acordo com a Carta, todos os membros das Nações Unidas concordam em aceitar e cumprir as decisões do Conselho (Artigo 25). As decisões do Conselho de Segurança são mandatórias.

Cada membro do Conselho tem direito a um voto. As decisões sobre procedimentos necessitam dos votos de 9 dos 15 membros. As decisões relativas a questões substantivas também necessitam de nove votos, inclusive os dos cinco membros permanentes. Esta é a regra da “unanimidade das grandes potências”, também chamada de “veto”. Se um membro permanente não apoia uma decisão, mas não deseja bloqueá-la através do veto, pode abster-se de votar ou declarar que não participa da votação. A abstenção e a não participação não são consideradas vetos.

O Conselho de Segurança funciona continuamente e um representante de cada um de seus membros deve estar sempre presente nas deliberações na sede das Nações Unidas. O Conselho pode reunir-se fora da Sede, se assim julgar conveniente. Qualquer estado membro da ONU, mesmo que não integre o Conselho de Segurança, pode tomar parte nos debates, sem direito a voto, se o Conselho considerar que os interesses desse estado estão sendo especialmente afetados. Tanto os membros como os não membros são convidados a participar dos debates, sem direito a voto, quando são partes envolvidas na controvérsia em exame no Conselho, que especificará as condições para participação dos não membros.

A presidência do Conselho de Segurança é exercida pelos membros (inclusive os não permanentes) segundo esquema de rodízio alfabético, por períodos de um mês.

### 3. *Conselho Econômico e Social (ECOSOC)*

O ECOSOC é a instância de debates substantivos e de coordenação nas áreas econômica, social e humanitária do Sistema ONU. O Conselho tem relevante papel na integração dos três pilares do desenvolvimento sustentável (social, ambiental e econômico) e na implementação da agenda de desenvolvimento, inclusive das Metas de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, a partir de 2015, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. De natureza global e voluntária e de aplicação universal, porém levando em conta as particularidades nacionais, os ODS buscam refletir, de maneira equilibrada, a integração entre os três pilares do desenvolvimento sustentável, com base nas áreas temáticas identificadas no documento da Conferência Rio+20.

O Conselho tem mantido regularmente importante diálogo com instituições financeiras e comerciais internacionais, inclusive o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional.

No documento aprovado na Rio+20 ("O Futuro que Queremos"), foi ressaltada a importância de fortalecer as instituições internacionais existentes, notadamente a AGNU, o ECOSOC e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e torná-las mais coerentes e eficientes. Reafirmou-se, no documento, que o ECOSOC é o principal órgão para assuntos de desenvolvimento econômico e social e de coordenação do Sistema das Nações Unidas.

#### *4. Conselho de Tutela*

A Carta de São Francisco também estabeleceu um Conselho de Tutela, encarregado da supervisão da administração dos territórios sob regime de tutela internacional. As principais metas desse regime de tutela consistiam em promover o progresso dos habitantes dos territórios e desenvolver condições para a progressiva independência e estabelecimento de um governo próprio.

Os objetivos do Conselho de Tutela foram amplamente atingidos e os territórios inicialmente sob esse regime – em sua maioria países da África – alcançaram, ao longo dos anos, sua independência. Tanto assim que, em 19 de novembro de 1994, o Conselho de Tutela suspendeu suas atividades. A decisão foi tomada após o encerramento do acordo de tutela sobre Palau, no Pacífico.

#### *5. Corte Internacional de Justiça (CIJ)*

Principal órgão judiciário das Nações Unidas, a Corte Internacional de Justiça (CIJ), tem como função resolver controvérsias de caráter jurídico surgidas entre estados. Sediada no Palácio da Paz, na Haia, a CIJ foi criada em substituição à Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI), que desde 1922 havia funcionado no mesmo local. A CIJ deu início a suas atividades em 1946, com a dupla função de solucionar controvérsias legais submetidas por estados e de emitir pareceres consultivos sobre questões legais do interesse de organizações internacionais devidamente autorizadas. A nova Corte teve seu estatuto (muito semelhante ao da CPJI) anexado à Carta da ONU, tornando-se um dos órgãos principais da Organização. A base da jurisdição da CIJ em casos contenciosos é o consentimento dos estados que são parte da disputa – consentimento esse que pode ser expresso de diversos modos.

A CIJ é composta por quinze juízes, de diferentes nacionalidades, eleitos, trienalmente, por nove anos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança da ONU. O art. 2º. do Estatuto estabelece que a Corte deverá ser composta por juízes independentes, eleitos sem atenção à sua nacionalidade, dentre pessoas que gozem de alta consideração moral e possuam as qualificações exigidas em seus respectivos países para o desempenho das mais altas funções judiciárias, ou que sejam juristas de reconhecida competência em direito internacional.



Desde a sua criação, a CIJ sempre teve membros nacionais de pelo menos quatro dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU: Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia/União Soviética. Além disso, em apenas uma ocasião (de 1968 a 1984) a Corte não teve membro de nacionalidade chinesa. Nas informações oficiais da CIJ, fala-se da existência de uma prática na distribuição das vagas que equivale à do CSNU: 3 para a África, 2 para América Latina e Caribe, 3 para a Ásia, 5 para Europa Ocidental e outros Estados e 2 para a Europa Oriental.

Quatro brasileiros já serviram como Juízes da CIJ no passado: José Philadelpho de Barros e Azevedo, Levi Fernandes Carneiro, José Sette-Camara e Francisco Rezek. Em 2008, Antonio Augusto Cançado Trindade foi eleito Juiz da Corte por um mandato de 9 anos.

#### 6. *Secretariado*

O Secretariado administra e executa os programas e políticas elaboradas pelos demais órgãos das Nações Unidas. O secretário-geral (SGNU), principal funcionário administrativo da Organização, é indicado pela Assembleia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança. Além de Ban Ki-moon (República da Coreia, 2007/atual), desempenharam o cargo de secretário-geral da Organização: Kofi Annan (Gana, 1997/2006); Boutros Boutros-Ghali (Egito, 1992/1996); Javier Pérez de Cuéllar (Peru, 1982/1991); Kurt Waldheim (Áustria, 1972/1981); U Thant (Mianmar, 1961/1971); Dag Hammarskjöld (Suécia, 1953/1961); e Trygve Halvdan Lie (Noruega, 1946/1952).

Cerca de 40 mil pessoas trabalham para o Secretariado de diversas nacionalidades, inclusive brasileira. Contudo, observa-se considerável concentração de funcionários oriundos da América do Norte e da Europa Ocidental, sobretudo nos escalões mais elevados, o que constitui desafio à diversificação geográfica do quadro de funcionários, conforme estipulado pelo parágrafo 101 da Carta.

*Sistema ONU: Organismos e Programas Vinculados à Organização*

As agências especializadas são organizações separadas, ligadas à ONU através de acordos internacionais e dotadas de estruturas intergovernamentais autônomas e de orçamentos e funcionários internacionais próprios. Algumas delas são anteriores à criação da ONU, como, por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que existe desde 1919, ou a União Postal Internacional (UPU), criada em 1875. Trabalham com a ONU e entre si, em geral, por meio do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), que desempenha a função de coordenador. Seus secretariados, integrados por funcionários internacionais, trabalham sob a direção dos chefes executivos desses organismos, que não respondem diretamente ao secretário-geral da ONU.

Alguns exemplos, além das já mencionadas, são: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Organização Mundial da Saúde (OMS); Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO); União Internacional de Telecomunicações (ITU); Organização Marítima Internacional (IMO), entre outras.

Além dos organismos intergovernamentais especializados, que integram o Sistema das Nações Unidas, existe uma série de outros Programas e Fundos, financiados por contribuições voluntárias dos Estados membros e criados pela ONU com propósitos específicos, de caráter econômico, social, humanitário, etc. Respondem à Assembleia Geral de forma direta ou por meio do ECOSOC. Em questões administrativas, os chefes executivos dos Programas e Fundos respondem ao SGNU.

São exemplos de Programas e Fundos da ONU: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT); o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), entre outros.

## RELAÇÕES BRASIL-ONU

O Brasil sempre foi membro atuante das Nações Unidas, desde a fundação da Organização, tanto em seus órgãos quanto nas agências do sistema ONU.

Em agosto de 1944, durante a Conferência de Dumbarton Oaks nos Estados Unidos, a delegação estadunidense, por instrução do presidente Roosevelt, propôs o acréscimo de um sexto assento permanente no Conselho de Segurança para o Brasil, devido a seu “tamanho, recursos e participação ativa na Guerra”. A proposta não seguiu adiante, mas a diplomacia brasileira acompanhou as discussões e, na Conferência de São Francisco, defendeu o fortalecimento das cláusulas de revisão e emenda da Carta.

O Brasil esteve entre os países que pugnaram por modificar as propostas de Dumbarton Oaks para obter aperfeiçoamentos na Carta ao final adotada. Foram incluídos na Carta princípios de justiça e direito internacional, matéria que havia sido negligenciada em Dumbarton Oaks. Estava em causa a noção de que a manutenção da ordem não poderia ser o objetivo único da organização e que só a força militar não seria capaz de sustentar a paz, especialmente se desvinculada de preocupações éticas ou valores inerentes a uma sociedade mais justa e menos desigual. No que concerne à Assembleia Geral, suas atribuições foram ampliadas, reconhecendo seu direito de discutir quaisquer questões que se enquadrem nos objetivos da Carta, assim como o direito de fazer recomendações aos estados membros e ao Conselho de Segurança. Diversas outras faculdades entraram na competência da Assembleia, como recomendar medidas para a solução pacífica de qualquer situação internacional, supervisionar a ação do Conselho de Tutela e aprovar o orçamento da ONU.

A participação do Brasil na fundação da ONU também se fez sentir em outros momentos: a articulação diplomática latino-americana, na Conferência de Chapultepec (“Conferência Interamericana sobre Problemas de Paz e Guerra”, preparatória da participação da região em São Francisco), a qual firmou posição em favor da aceitação da Argentina como um dos membros fundadores da ONU, com apoio brasileiro.

O Brasil veio a ocupar um assento não permanente no Conselho de Segurança logo em 1946-47. No exercício do mandato, a delegação brasileira pôde participar ativamente das discussões no momento em que a ONU, contrariando suas aspirações iniciais, começava a ser moldada pela realidade da nascente Guerra Fria.

O papel do Brasil nos primeiros anos da ONU também se refletiu na presidência, exercida por Oswaldo Aranha, da II Sessão Regular da Assembleia Geral das Nações Unidas (1947) e da I Sessão Especial (abril de 1947), que decidiu a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel.

A partir das primeiras sessões regulares da Assembleia Geral, com base em entendimento alcançado à época, firmou-se o costume de conceder ao Brasil o primeiro lugar entre os países no Debate Geral que se realiza a cada abertura de sessão, em setembro. Essa prática passou a simbolizar, para a opinião pública brasileira, o vínculo especial entre o Brasil e a ONU e reflete a imagem positiva de que o país desfruta na Organização.

O Brasil compartilha plenamente os princípios e propósitos das Nações Unidas. A autodeterminação, a não intervenção e a solução pacífica de controvérsias são princípios inscritos na Constituição brasileira, assim como o compromisso com a paz e com a promoção do desenvolvimento, a defesa dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente. O país tem procurado, em sua atuação nas Nações Unidas, contribuir ativamente para o tratamento equilibrado dos pilares que sustentam as atividades da Organização: a manutenção da paz e da segurança internacionais, a promoção dos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.

#### Paz e Segurança Internacional

##### *Conselho de Segurança das Nações Unidas*

Na arquitetura institucional da ONU, atribuiu-se ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) a primazia sobre a condução dos assuntos relacionados à paz e à segurança internacionais. Com base nos Capítulos VI ou VII da Carta da ONU, o Conselho de Segurança pode decidir sobre medidas a serem adotadas em relação aos estados cujas ações ameacem a paz internacional. Dentre as decisões que podem ser tomadas ao amparo do Capítulo VII estão o embargo de armas, sanções abrangentes e mesmo a autorização de intervenção armada. Essas medidas são manifestações impositivas da autoridade do CSNU, pois dispensam o consentimento das partes em conflito.

O Conselho de Segurança é composto por cinco membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido – os "P5") e por dez membros não permanentes, eleitos para mandatos de dois anos. Os atuais membros não permanentes são: Angola (2015-16), Egito (2016-17), Espanha (2016-17), Japão (2016-17), Malásia (2015-16), Nova Zelândia (2015-16), Senegal (2016-17), Ucrânia (2016-17), Uruguai (2016-17) e Venezuela (2015-16).

Depois do Japão (11 vezes), o Brasil é o país que por mais vezes (10) integrou o Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro não permanente. Esteve nele presente por dez vezes, nos biênios 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94, 1998-99, 2004-05 e 2010-11. Para o último, foi eleito com 182 votos (dentre 183 países votantes), o que demonstra o amplo reconhecimento das contribuições do Brasil à atuação do órgão.

O Brasil sustenta que o CSNU deve atuar de forma transparente, responsável e sempre orientada pelos princípios basilares da Carta das Nações

Unidas. O país defende as vias diplomática e política para a solução dos conflitos e consideramos que as medidas coercitivas são opções de última instância.

#### *Operações de Manutenção da Paz*

O Brasil já participou de cerca de 50 operações de manutenção da paz (OMPs) e contribuiu com um total de mais de 55 mil militares e policiais. Hoje, é o 23º maior contribuinte de tropas e participa de nove missões de paz, com 1.279 militares e 24 policiais. O Brasil é o principal contribuinte de tropas da MINUSTAH (Haiti) e General brasileiro exerce seu comando militar desde 2004. Atualmente, a missão é liderada pelo General Ajax Porto Pinheiro. O Brasil contribui também com a nau-capitânia (atualmente, a Fragata Independência) à Força-Tarefa Marítima da UNIFIL (Líbano), comandada pelo Contra-Almirante Claudio Henrique Mello de Almeida.

#### **Haiti - MINUSTAH**

O Brasil é o maior contribuinte de tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), com 978 militares e 4 policiais (de um total de 4.698, sendo 2.338 militares e 2.360 policiais). O comando militar é atualmente exercido pelo general de divisão Ajax Porto Pinheiro (“Force Commander”). Dos dois batalhões remanescentes, um é brasileiro e o outro multinacional (Uruguai, Chile e Bolívia).

Em 14/10/2015, a Resolução 2243 do CSNU estendeu o mandato da MINUSTAH por 12 meses e solicitou a realização de Missão de Avaliação Estratégica para revisar as condições de segurança e a capacidade do Governo de garantir a estabilidade, após a realização das eleições presidenciais e a formação de novo governo, a fim de considerar a retirada da Missão.

#### **Líbano-UNIFIL**

Contra-almirantes brasileiros exercem, desde fevereiro de 2011, o comando da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interna das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), cuja nau capitânia é embarcação brasileira. Há ainda sete militares do Exército brasileiro desdobrados junto ao Estado-Maior do Contingente Espanhol na UNIFIL. O Brasil hoje contribui com 279 militares para a UNIFIL (DPKO, abril de 2016). O país desenvolve cooperação com o Líbano por meio da oferta de vagas na Escola Naval e na Escola Superior de Guerra.

#### *Consolidação da Paz*

A arquitetura de consolidação da paz das Nações Unidas é composta pela Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas (“Peacebuilding Commission” - CCP), pelo Escritório de Apoio à Consolidação da Paz (“Peacebuilding Support Office” - PBSO) e pelo Fundo de Consolidação da Paz (“Peacebuilding Fund” - PBF). As três entidades foram estabelecidas em 2005, com

vistas a fortalecer a atuação das Nações Unidas no apoio a países recém-egressos de conflitos armados. Sua criação atendeu a necessidade de se estabelecer mecanismo capaz de coordenar os esforços internacionais para enfrentar os desafios interdependentes nos campos da segurança e do desenvolvimento no contexto de pós-conflito. Por meio de ações de consolidação da paz, busca-se oferecer resposta adequada às causas subjacentes aos conflitos (debilidade institucional; pobreza; insegurança jurídica; disputa por terras e recursos naturais; estagnação econômica) e, desse modo, consolidar as bases para a promoção da paz sustentável.

A pedido de países interessados, a CCP estabeleceu “configurações específicas” para acompanhar e angariar apoio internacional à consolidação da paz. Hoje, constam na agenda da CCP Burundi, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, República Centro-Africana e Serra Leoa.

Desde 2007, o Brasil exerce a presidência da Configuração Guiné-Bissau da CCP, tendo sido o primeiro país em desenvolvimento a exercer semelhante função (atualmente, o Marrocos exerce a presidência da Configuração da República Centro-Africana). O Brasil já contribuiu com três representantes para o Grupo Consultivo Independente do Fundo de Consolidação da Paz. Em 2007 e 2008, aportou cerca de US\$ 600 mil ao PBF.

Entre janeiro de 2014 e março de 2015, o Brasil exerceu a presidência da CCP. Entre outros, organizou, em 23/6/2014, a primeira sessão anual da CCP, dedicada à discussão de meios para a mobilização de recursos domésticos e geração de receitas, e às lições dos processos de transição e saída de missões das Nações Unidas. Além disso, organizou, em 8/9/2014, reunião do Comitê Organizacional da CCP acerca da epidemia de ebola na África Ocidental – uma das primeiras manifestações da comunidade internacional sobre a gravidade da doença.

#### *Mulheres, Paz e Segurança*

O tema “Mulheres, Paz e Segurança” vem recebendo atenção crescente por parte das Nações Unidas. Em 2000, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1325, primeira decisão específica sobre o tema, a qual permanece como referência para o tratamento de questões de gênero no contexto de conflitos armados. A resolução aponta maneiras concretas de incorporar a perspectiva de gênero no tratamento de conflitos, entre as quais: a) participação de mulheres em processos de paz e em operações de manutenção da paz; b) proteção de mulheres contra a violência sexual em situação de conflito; c) prevenção de violência baseada em gênero em situação de conflito por meio do fortalecimento do Estado de Direito. Desde então, o tema consolidou-se na agenda internacional e foi objeto de diversas resoluções e declarações do CSNU.

Ao longo dos últimos 15 anos, outras sete resoluções foram adotadas com o objetivo de fortalecer a estratégia da ONU para promover a paz sustentável por

intermédio de estratégias que incluam a perspectiva de gênero. Entre outras medidas, o Conselho de Segurança recomendou que os estados membros elaborassem Planos Nacionais de Ação (PNAs), ou outras estratégias no âmbito doméstico, com vistas a promover a implementação da Resolução 1325. Até março corrente, cerca de 60 países já aprovaram planos na matéria.

Em outubro último, o Brasil anunciou o início do processo de elaboração de seu PNA, com vistas a promover a implementação da Resolução 1325 no âmbito doméstico. O anúncio brasileiro vai ao encontro de uma série de ações voltadas para a promoção da participação de mulheres em iniciativas relacionadas à paz e à segurança internacional, sobretudo nos setores de defesa e relações exteriores.

O Grupo de Trabalho (GT) responsável pela elaboração do PNA brasileiro é coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e composto por membros do Ministério da Defesa e do Ministério da Justiça e Cidadania. O GT conta ainda com o apoio de membros da sociedade civil e da ONU-Mulheres.

#### Reforma do Conselho de Segurança

A estrutura do Conselho de Segurança mantém-se inalterada na categoria de membros permanentes, desde a criação das Nações Unidas. A única reforma do órgão ocorreu em 1965 com o aumento no número de vagas para membros não permanentes, de 6 para 10.

As discussões sobre reforma do Conselho de Segurança ganharam intensidade a partir dos anos 1990, com o fim da Guerra Fria. A expansão considerável do número de estados membros da Organização, que passou de 51 (1945) para 193 (atual) resultou em crescente demanda por maior representação no órgão.

O Brasil juntou-se a Alemanha, Índia e Japão para formar o denominado G4 em 2004. O grupo defende a expansão do CSNU nas categorias de membros permanentes e não permanentes, com maior participação dos países em desenvolvimento em ambas. Com base no reconhecimento mútuo de que são candidatos legítimos a membros permanentes em um Conselho de Segurança reformado, os quatro países apoiam reciprocamente seus respectivos pleitos.

O G4 entende que a expansão do CSNU, com o ingresso de novos membros permanentes e não permanentes, contribuirá para que as decisões do órgão, que afetam toda a comunidade internacional, sejam tomadas com mais equilíbrio e de forma mais inclusiva, legítima e eficaz. Embora haja diferenças de posições sobre a questão, há uma maioria consistente e significativa de estados membros da ONU que apoia uma reforma nos moldes defendidos pelo G4.

Em 2008, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, por consenso, a Decisão 62/557, que determinou o início de negociações intergovernamentais sobre a reforma do CSNU (IGN), com base nas posições e propostas dos estados

membros, e estabeleceu o plenário informal da Assembleia Geral como foro negociador.

Desde então, o G4 e demais países apoiadores do processo de reforma têm participado ativamente do processo e atuado para estimular que os facilitadores das tratativas apresentem texto conciso que sirva de base para negociações efetivas, passo que representaria ponto de inflexão para o processo de reforma.

#### Brasileiros no Secretariado

O Brasil permanece em situação de sub-representação no secretariado das Nações Unidas, que conta, em universo de cerca de 10 mil cargos, com apenas 168 funcionários de nacionalidade brasileira. Destes, sendo oito em nível de direção (nível D1 ou D2) e apenas um (o brasileiro Bráulio Ferreira de Souza Dias, secretário executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica) em nível de secretário-geral adjunto (ASG). Nos cargos em que deve ser observado o critério de equilíbrio regional, o Brasil tem apenas 41 funcionários, 32 abaixo do número mínimo considerado ideal pela Organização.

Para corrigir essa situação, o Brasil tem participado, anualmente, do Programa de Jovens Profissionais (YPP, na sigla em inglês) das Nações Unidas, que seleciona profissionais de até 32 anos, oriundos de países subrepresentados, para ocupar cargos de nível inicial no Secretariado. Desde 2012, foram aprovados no YPP 14 candidatos brasileiros. O Brasil também já recebeu duas missões de "outreach" do Secretariado, com o objetivo de disseminar informações sobre as formas de ingresso em carreiras das Nações Unidas. As missões, ocorridas em 2013 e 2016, promoveram palestras para acadêmicos, funcionários públicos e entidades profissionais de distintas áreas em diversas capitais brasileiras.

#### Orçamento das Nações Unidas e contribuições brasileiras

O orçamento das Nações Unidas é separado em três categorias distintas: o orçamento regular; os orçamentos das operações de manutenção da paz; e os orçamentos dos tribunais penais internacionais para a ex-Iugoslávia e para Ruanda e de seu mecanismo residual. Para cada uma das categorias, aplica-se escala de quotas distinta para cálculo das contribuições devidas pelos estados membros. Nos orçamentos de operações de manutenção da paz, os membros permanentes do Conselho de Segurança têm responsabilidades financeiras adicionais, que implicam acréscimo às suas cotas, com correspondente desconto oferecido aos países em desenvolvimento. Os tribunais internacionais utilizam uma mescla da escala aplicável ao orçamento regular e aquela referente às missões de paz.

O orçamento regular abrange período de dois anos, assim como os orçamentos dos tribunais penais. Ambos são aprovados na sessão principal da V Comissão da Assembleia Geral, que se encerra em dezembro, e sua execução tem início no mês de janeiro seguinte. Ao cabo de um ano, a V Comissão revisa esses orçamentos, para efetuar os ajustes que forem necessários para o ano seguinte. Os



orçamentos das operações de manutenção da paz, por sua vez, são geralmente aprovados em sessão reconvocada da V Comissão, realizada no mês de maio, e têm vigência de apenas um ano, com execução que vai do início de julho até o fim de junho do ano seguinte. As escalas de contribuição para os três orçamentos, que definem as cotas que caberão cada estado membro, têm validade, de três anos, e também costumam ser aprovadas na sessão principal da V Comissão.

Na sessão principal da V Comissão da 70<sup>a</sup> AGNU, ocorrida em dezembro de 2015, foi aprovado o orçamento regular relativo ao biênio 2016-2017, no valor de USD 5,4 bilhões, bem como as escalas de contribuições aplicáveis ao triênio 2016-2018.

Em 2016, o Brasil passou a ser o sétimo maior contribuinte ao orçamento regular das Nações Unidas, com cota de 3,823%, 30% maior que a cota que cabia ao país no biênio 2014-2016. O aumento da cota brasileira se deveu ao crescimento econômico experimentado pelo país no período-base (2008-2013) empregado para o cálculo da escala do triênio 2016-2018, que leva em conta o PIB dos estados membros. A cota do Brasil na escala de contribuições relativa ao orçamento das operações de paz, por sua vez, foi estabelecida em 0,7646%.

## ANEXOS

### *Estados membros*

A ONU possui hoje 193 estados membros. Segue lista de todos os países que fazem parte das Nações Unidas, assim como a data de sua admissão na Organização. Todos aqueles países marcados com asteriscos são membros fundadores da ONU (51, no total, entre eles o Brasil).

1. Afeganistão (19 de novembro de 1946)
2. África do Sul (7 de novembro de 1945)\*
3. Albânia (14 de dezembro de 1955)
4. Alemanha (18 de setembro de 1973) (4)
5. Andorra (28 de julho de 1993)
6. Angola (1º de dezembro de 1976)
7. Antígua e Barbuda (11 de novembro de 1981)
8. Arábia Saudita (24 de outubro de 1945)\*
9. Argélia (8 de outubro de 1962)
10. Argentina (24 de outubro de 1945)\*
11. Armênia (2 de março de 1992)
12. Austrália (1º de novembro de 1945)\*
13. Áustria (14 de dezembro de 1955)
14. Azerbaijão (2 de março de 1992)
15. Bahamas (18 de setembro de 1973)
16. Bangladesh (17 de setembro de 1974)
17. Barbados (9 de dezembro de 1966)
18. Bahrein (21 de setembro de 1971)
19. Belarus (24 de outubro de 1945)\*
20. Bélgica (27 de dezembro de 1945)\*
21. Belize (25 de setembro de 1981)
22. Benin (20 de setembro de 1960)
23. Bolívia (14 de novembro de 1945)\*
24. Bósnia e Herzegovina (22 de maio de 1992) (1)
25. Botsuana (17 de outubro de 1966)
26. Brasil (24 de outubro de 1945)\*
27. Brunei (21 de setembro de 1984)
28. Bulgária (14 de dezembro de 1955)
29. Burkina Faso (20 de setembro de 1960)
30. Burundi (18 de setembro de 1962)
31. Butão (21 de setembro de 1971)
32. Cabo Verde (16 de setembro de 1975)

- 33. Camboja (14 de dezembro de 1955)
- 34. Cameroun (20 de setembro de 1960)
- 35. Canadá (9 de novembro de 1945)\*
- 36. Cazaquistão (2 de março de 1992)
- 37. Chade (20 de setembro de 1960)
- 38. Chile (24 de outubro de 1945)\*
- 39. China (24 de outubro de 1945)\*
- 40. Chipre (20 de setembro de 1960)
- 41. Colômbia (5 de novembro de 1945)\*
- 42. Comores (12 de novembro de 1975)
- 43. Congo (20 de setembro de 1960) (3)
- 44. Coreia do Norte (17 de setembro de 1991)
- 45. Coreia do Sul (17 de setembro de 1991)
- 46. Costa do Marfim (20 de setembro de 1960)
- 47. Costa Rica (2 de novembro de 1945)\*
- 48. Croácia (22 de maio de 1992) (1)
- 49. Cuba (24 de outubro de 1945)\*
- 50. Dinamarca (24 de outubro de 1945)\*
- 51. Djibouti (20 de setembro de 1977)
- 52. Dominica (18 de dezembro de 1978)
- 53. Egito (24 de outubro de 1945)\*
- 54. El Salvador (24 de outubro de 1945)\*
- 55. Emirados Árabes Unidos (9 de dezembro de 1971)
- 56. Equador (21 de dezembro de 1945)\*
- 57. Eritreia (28 de maio de 1993)
- 58. Eslováquia (19 de janeiro de 1993) (2)
- 59. Eslovênia (22 de maio de 1992) (1)
- 60. Espanha (14 de dezembro de 1955)
- 61. Estados Unidos (24 de outubro de 1945)\*
- 62. Estônia (17 de setembro de 1991)
- 63. Etiópia (13 de novembro de 1945)\*
- 64. Federação da Rússia (24 de outubro de 1945)\* (5)
- 65. Fiji (13 de outubro de 1970)
- 66. Filipinas (24 de outubro de 1945)\*
- 67. Finlândia (14 de dezembro de 1955)
- 68. França (24 de outubro de 1945)\*
- 69. Gabão (20 de setembro de 1960)
- 70. Gâmbia (21 de setembro de 1965)
- 71. Gana (8 de março de 1957)
- 72. Geórgia (31 de julho de 1992)

73. Granada (17 de setembro de 1974)
74. Grécia (25 de outubro de 1945)\*
75. Guatemala (21 de novembro de 1945)\*
76. Guayana (20 de setembro de 1966)
77. Guiné (12 de dezembro de 1958)
78. Guiné-Bissau (17 de setembro de 1974)
79. Guiné Equatorial (12 de novembro de 1968)
80. Haiti (24 de outubro de 1945)\*
81. Holanda – Países Baixos (10 de dezembro de 1945)\*
82. Honduras (17 de dezembro de 1945)\*
83. Hungria (14 de dezembro de 1955)
84. Iêmen (30 de setembro de 1947)
85. Ilhas Marshall (17 de setembro de 1991)
86. Ilhas Salomão (19 de setembro de 1978)
87. Índia (30 de outubro de 1945)\*
88. Indonésia (28 de setembro de 1950)
89. Irã (24 de outubro de 1945)\*
90. Iraque (21 de dezembro de 1945)\*
91. Irlanda (14 de dezembro de 1955)
92. Islândia (19 de novembro de 1946)
93. Israel (11 de maio de 1949)
94. Itália (14 de dezembro de 1955)
95. Jamaica (18 de setembro de 1962)
96. Japão (18 de dezembro de 1956)
97. Jordânia (14 de dezembro de 1955)
98. Kiribati (14 de setembro de 1999)
99. Kuwait (14 de maio de 1963)
100. Laos (14 de dezembro de 1955)
101. Lesoto (17 de outubro de 1966)
102. Letônia (17 de setembro de 1991)
103. Líbano (24 de outubro de 1945)\*
104. Libéria (2 de novembro de 1945)\*
105. Líbia (14 de dezembro de 1955)
106. Liechtenstein (18 de setembro de 1990)
107. Lituânia (17 de setembro de 1991)
108. Luxemburgo (24 de outubro de 1945)\*
109. Macedônia (8 de abril de 1993) (1)
110. Madagascar (20 de setembro de 1960)
111. Malásia (17 de setembro de 1957)
112. Malawi (1º de dezembro de 1964)

113. Maldivas (21 de setembro de 1965)
114. Mali (28 de setembro de 1960)
115. Malta (1º de dezembro de 1964)
116. Marrocos (12 de novembro de 1956)
117. Maurício (24 de abril de 1968)
118. Mauritânia (27 de outubro de 1961)
119. México (7 de novembro de 1945)\*
120. Micronésia (17 de setembro de 1991)
121. Moçambique (16 de setembro de 1975)
122. Moldova (2 de março de 1992)
123. Mônaco (28 de maio de 1993)
124. Mongólia (27 de outubro de 1961)
125. Montenegro (28 de junho de 2006) (1) (6)
126. Myanmar (19 de abril de 1948)
127. Namíbia (23 de abril de 1990)
128. Nauru (14 de setembro de 1999)
129. Nepal (14 de dezembro de 1955)
130. Nicarágua (24 de outubro de 1945)\*
131. Níger (20 de setembro de 1960)
132. Nigéria (7 de outubro de 1960)
133. Noruega (27 de novembro de 1945)\*
134. Nova Zelândia (24 de outubro de 1945)\*
135. Omã (7 de outubro de 1971)
136. Palau (15 de dezembro de 1994)
137. Panamá (13 de novembro de 1945)\*
138. Papua Nova Guiné (10 de outubro de 1975)
139. Paquistão (30 de setembro de 1947)
140. Paraguai (24 de outubro de 1945)\*
141. Peru (31 de outubro de 1945)\*
142. Polónia (24 de outubro de 1945)\*
143. Portugal (14 de dezembro de 1955)
144. Qatar (21 de setembro de 1971)
145. Quênia (16 de dezembro de 1963)
146. Quirguistão (2 de março de 1992)
147. Reino Unido (24 de outubro de 1945)\*
148. República Centro-Africana (20 de setembro de 1960)
149. República Democrática do Congo (20 de setembro de 1960)
150. República Dominicana (24 de outubro de 1945)\*
151. República Tcheca (19 de janeiro de 1993) (2)
152. Romênia (14 de dezembro de 1955)

153. Ruanda (18 de setembro de 1962)
154. Samoa (15 de dezembro de 1976)
155. San Marino (2 de março de 1992)
156. Santa Lúcia (18 de setembro de 1979)
157. São Cristóvão e Névis (23 de setembro de 1983)
158. São Tomé e Príncipe (16 de setembro de 1975)
159. São Vicente e Granadinas (16 de setembro de 1980)
160. Senegal (28 de setembro de 1960)
161. Serra Leoa (27 de setembro de 1961)
162. Sérvia (1º de novembro de 2000) (1) (6)
163. Seychelles (21 de setembro de 1976)
164. Singapura (21 de setembro de 1965)
165. Síria (24 de outubro de 1945)\*
166. Somália (20 de setembro de 1960)
167. Sri Lanka (14 de dezembro de 1955)
168. Suazilândia (24 de setembro de 1968)
169. Sudão (12 de novembro de 1956)
170. Sudão do Sul (14 de julho de 2011)
171. Suécia (19 de novembro de 1946)
172. Suíça (10 de setembro de 2002)
173. Suriname (4 de dezembro de 1975)
174. Tadjiquistão (2 de março de 1992)
175. Tailândia (16 de dezembro de 1946)
176. Tanzânia (14 de dezembro de 1961)
177. Timor-Leste (27 de setembro de 2002)
178. Togo (20 de setembro de 1960)
179. Tonga (14 de setembro de 1999)
180. Trinidad e Tobago (18 de setembro de 1962)
181. Tunísia (12 de novembro de 1956)
182. Turquia (24 de outubro de 1945)\*
183. Turcomenistão (2 de março de 1992)
184. Tuvalu (5 de setembro de 2000)
185. Ucrânia (24 de outubro de 1945)\*
186. Uganda (25 de outubro de 1962)
187. Uruguai (18 de dezembro de 1945)\*
188. Uzbequistão (2 de março de 1992)
189. Vanuatu (15 de setembro de 1981)
190. Venezuela (15 de novembro de 1945)\*
191. Vietnã (20 de setembro de 1977)
192. Zâmbia (1º de dezembro de 1964)

193. Zimbábue (25 de agosto de 1980)

(1) A República Federal Socialista da Iugoslávia foi membro fundador das Nações Unidas até sua dissolução e subsequente admissão de novos membros: Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e Sérvia.

(2) A Tchecoslováquia foi membro fundador da ONU até a divisão do país em República Tcheca e Eslováquia. Ambas fazem parte hoje da Organização.

(3) O Zaire foi membro da ONU até a mudança de seu nome para República Democrática do Congo, em 1997.

(4) A República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã foram membros da ONU de 1973 a 1990 quando os dois países decidiram se unificar.

(5) A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi membro fundador da ONU e, em 1991, foi sucedida pela Federação da Rússia, após seu desmembramento em vários países.

(6) Em 2003, a República Federativa da Iugoslávia mudou seu nome para Sérvia e Montenegro. Após a independência de Montenegro, em 2006, Sérvia e Montenegro tornaram-se, cada um, membros da Organização.

*Evolução do Número de Países Membros*

<b>Ano</b>	<b>Total de países membros da ONU</b>	<b>Novos integrantes</b>
1945	51	África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bélgica, Belarus, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, República Dominicana, Equador, Egito, El Salvador, Estados Unidos, Etiópia, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Holanda, Honduras, Índia, Iugoslávia, Irã, Iraque, Líbano, Libéria, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Reino Unido, Filipinas, Síria, Tchecoslováquia, Turquia, Ucrânia, União Soviética, Uruguai, Venezuela
1946	55	Afganistão, Islândia, Tailândia, Suécia
1947	57	Paquistão, Iêmen
1948	58	Myanmar
1949	59	Israel
1950	60	Indonésia
1955	76	Albânia, Áustria, Bulgária, Camboja, Sri Lanka, Finlândia, Hungria, Irlanda, Itália, Jordânia, Laos, Líbia, Nepal, Portugal, Romênia, Espanha
1956	80	Japão, Marrocos, Sudão, Tunísia
1957	82	Gana, Malásia
1958	82	Guiné
1960	99	Congo Brazzaville, Cameroun, Chade, Chipre, Côte d'Ivoire (Costa do Marfim), Daomé (Benin), Gabão, República Democrática do Congo, Mali, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, Madagascar, Senegal, Somália, Togo, Burkina Faso
1961	104	Mauritânia, Mongólia, Serra Leoa, Tanzânia.
1962	110	Argélia, Burundi, Jamaica, Ruanda, Trinidad e Tobago, Uganda
1963	113	Kuwait, Quênia, Zanzibar (Tanzânia)
1964	115	Malawi, Malta, Zâmbia
1965	117	Gâmbia, Ilhas Maldivas, Singapura
1966	122	Barbados, Botsuana, Guyana, Lesoto



1967	123	Iêmen
1968	126	Guiné Equatorial, Maurício, Suazilândia
1970	127	Ilhas Fiji
1971	132	Bahrein, Butão, Emirados Árabes Unidos, Omã, Qatar
1973	135	Bahamas, República Democrática da Alemanha, República Federativa da Alemanha
1974	138	Bangladesh, Granada, Guiné-Bissau
1975	144	Cabo Verde, Comores, Moçambique, Papua Nova Guiné, São Tomé e Príncipe, Suriname
1976	147	Angola, Samoa, Seychelles
1977	149	Djibouti, Vietnam
1978	151	Dominica, Ilhas Salomão
1979	152	Santa Lúcia
1980	154	São Vicente e Granadinas, Zimbábue
1981	157	Antígua e Barbuda, Belize, Vanuatu
1983	158	São Cristóvão e Nevis
1984	159	Brunei Darussalam
1990	159	Liechtenstein, Namíbia
1991	166	Estônia, Letônia, Lituânia, Ilhas Marshall, Micronésia, República da Coreia, República Democrática da Coreia
1992	179	Armênia, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Cazaquistão, Croácia, Eslovênia, Geórgia, Moldova, Quirguistão, San Marino, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão
1993	184	Andorra, Eritreia, Eslováquia, Macedônia, Mônaco, República Tcheca
1994	185	Palau
1999	188	Kiribati, Nauru, Tonga
2000	189	República Federativa da Iugoslávia, Tuvalu
2002	191	Suíça, Timor-Leste
2006	192	Montenegro
2011	193	Sudão do Sul

*Cronologia da Relação Brasil-ONU*

<b>1945</b>	Brasil assina a Carta da Organização das Nações Unidas (São Francisco, EUA).
<b>1946-1947</b>	Primeiro mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
<b>1947</b>	Presidência, exercida por Oswaldo Aranha, da II Sessão Regular da AGNU.
<b>1947</b>	Presidência, exercida por Oswaldo Aranha, da I Sessão Especial, que decidiu a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel.
<b>1951-1952</b>	Segundo mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
<b>1954-1955</b>	Terceiro mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
<b>1963-1964</b>	Quarto mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
<b>1967-1968</b>	Quinto mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
<b>1986</b>	AGNU adota Resolução 41/11, de iniciativa brasileira, criando a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).
<b>1988-1989</b>	Sexto mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
<b>1992</b>	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento é realizada no Rio de Janeiro.
<b>1994-1995</b>	Sétimo mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
<b>1998-1999</b>	Oitavo mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
<b>2004</b>	O Brasil sedia a XI Conferência Geral das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento.
<b>2004-2005</b>	Nono mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
<b>2007</b>	O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, visita o Brasil
<b>2010-2011</b>	Décimo mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
<b>Jul/2012</b>	A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) é realizada no Rio de Janeiro.

*Atos Brasil-ONU*

<b>Título</b>	<b>Data de Celebração</b>	<b>Entrada em Vigor</b>	<b>Publicação (D.O.U)</b>
Acordo Básico de Assistência Técnica	11/09/1952	03/12/1956	06/06/1957
Acordo Concernente à Assistência a ser Prestada pelo Fundo Especial das Nações Unidas (e Ajuste Interpretativo)	16/09/1960	16/09/1960	10/10/1960
Acordo Básico de Assistência Técnica Brasil/ONU, suas Agências Especializadas e Agência Internacional de Energia Atômica. Adesão da IMCO e da UNIDO.	29/12/1964	02/05/1966	30/09/1966
Ajuste Relativo a Reinstalação do Centro de Informação das Nações Unidas no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro	03/04/1987	03/04/1987	14/08/1987
Acordo, por Troca de Cartas, visando a Regulamentar a Cessão de uma Companhia de Infantaria do Exército à Operação de Paz da ONU em Moçambique (ONUMOZ)	28/11/1994	Em ratificação	08/05/1997
Acordo Relativo à Terceira Reunião da Conferência das Partes do Protocolo de Cartagena e à Oitava Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade Biológica	28/09/2005		07/10/2005
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e as Nações Unidas relativo aos Arranjos para a Quinta Sessão do Fórum Urbano Mundial	21/10/2009	21/10/2009	19/11/2009
Programa Executivo do Acordo Básico de Assistência Técnica	17/11/2009	17/11/2009	04/12/2009

entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para Implementar Ações de Cooperação na Área de Gestão de Políticas Públicas			
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica sobre a Realização do Trigésimo Terceiro Período de Sessões da CEPAL	24/03/2010	24/03/2010	30/03/2010
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa de Voluntários das Nações Unidas	12/08/2010	12/08/2010	
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012	05/04/2012		29/05/2012
Emenda ao Acordo Marco para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional entre Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura	04/09/2013		27/01/2014
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a	06/06/2015		06/08/2015

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura			
Acordo entre a República Federativa do Brasil e as Nações Unidas sobre Providências para a Reunião do Fórum de Governança da Internet em 2015	28/10/2015		09/11/2015
Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e as Nações Unidas para Sedar a Reunião do Grupo Ad Hoc de Especialistas Técnicos para a Avaliação e Manejo de Riscos	13/11/2015		16/11/2015
Acordo, Por Troca de Notas, Relativo à Conferência Regional da América Latina e do Caribe da Década Internacional dos Afrodescendentes	27/11/2015		03/12/2015

*Atos Multilaterais*

<b>Nome</b>	<b>Data de Celebração</b>	<b>Data de Promulgação</b>	<b>Data de Publicação (D.O.U)</b>
Carta das Nações Unidas (da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça)	26/06/1945	22/10/1945	05/11/1945
Constituição da Organização Internacional do Trabalho	09/10/1946	20/10/1948	24/11/1948
Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio	09/12/1948	06/05/1952	09/05/1952
Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados	28/07/1951	28/01/1961	30/01/1961
Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher	31/03/1953	12/09/1963	17/09/1963
Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica	26/10/1956	27/08/1957	03/09/1957
Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras	10/06/1958	23/07/2002	24/07/2002
Tratado da Antártida	01/12/1959	11/07/1975	14/07/1975
Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas	18/04/1961	08/06/1965	11/06/1965
Convenção de Viena sobre Relações Consulares	24/04/1963	26/07/1967	28/07/1967
Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares	21/05/1963	03/09/1993	06/09/1993
Tratado de Proscrição das Experiências com Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e sob a Água	05/08/1963	26/04/1966	29/04/1966
Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial	21/12/1965	08/12/1969	10/12/1969
Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos	16/12/1966	06/07/1992	07/07/1992
Pacto Internacional sobre Direitos	19/12/1966	06/07/1992	07/07/1992

Econômicos, Sociais e Culturais			
Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, Inclusive a Lua e Demais Corpos Celestes	27/01/1967	17/04/1969	22/04/1969
Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares	01/07/1968	07/12/1998	08/12/1998
Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados	23/05/1969	14/12/2009	15/12/2009
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	18/12/1979	13/09/2002	16/09/2002
Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar	10/12/1982	12/03/1990	14/03/1990
Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	10/12/1984	15/02/1991	18/02/1991
Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	20/12/1988	26/06/1991	27/06/1991
Convenção sobre os Direitos da Criança	20/11/1989	21/11/1990	22/11/1990
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	09/05/1992	01/07/1998	02/07/1998
Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no Mundo (CPAQ)	13/01/1993	01/03/1999	02/03/1999
Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	14/12/1997	12/05/2005	13/05/2005
Estatuto do Tribunal Penal Internacional	17/07/1998	25/09/2002	26/09/2002
Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas	12/08/1998	25/09/2002	27/09/2002

Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional	15/11/2000	12/03/2004	15/03/2004
---	------------	------------	------------



*Lista de maiores contribuintes das Nações Unidas*

<b>Orçamento regular (2016-2018)</b>		<b>Orçamento das operações de paz (2016)</b>	
<b>País</b>	<b>Cota</b>	<b>País</b>	<b>Cota</b>
Estados Unidos	22%	Estados Unidos	28.5738%
Japão	9.68%	China	10.2879%
China	7.921%	França	6.3109%
Alemanha	6.389%	Reino Unido	5.7966%
França	4.859%	Rússia	4.0107%
Reino Unido	4.463%	Japão	9.68%
<b>Brasil</b>	<b>3.823%</b>	Alemanha	6.389%
Itália	3.748%	Itália	3.748%
Rússia	3.088%	Canadá	2.921%
Canadá	2.921%	Espanha	2.443%

## **2ª PARTE - LEITURA DE RELATÓRIOS**

3

Relatório de gestão

Luiz Alberto Figueiredo Machado

Embaixada do Brasil em Washington,

Estados Unidos da América

1. INTRODUÇÃO: UMA RELAÇÃO MADURA

2. Assumi a Embaixada do Brasil em Washington no dia 7 de maio de 2015, em um momento particularmente auspicioso das relações bilaterais, em meio aos preparativos da visita da Presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos, que teve lugar em 29 e 30 de junho daquele ano e foi integrada por expressiva delegação ministerial (nove ministros) e importante segmento empresarial. Inicialmente prevista para ocorrer em 2013, a visita fora adiada de comum acordo entre os dois governos, em função das revelações da imprensa sobre monitoramento de altas autoridades por parte de agências de inteligência dos Estados Unidos. A reforma dos programas de vigilância dessas agências, ao lado das garantias oferecidas pelo próprio presidente Obama de que países amigos e aliados não seriam mais alvo desse tipo de monitoramento, permitiram superar o episódio e retomar a trajetória ascendente do relacionamento bilateral. A visita presidencial representou marco no fortalecimento da relação que, com o conjunto de compromissos assumidos, alcançou grau inédito de maturidade e institucionalização. No plano econômico, os Estados Unidos mantêm-se como o nosso primeiro sócio em matéria de investimentos externos e segundo maior parceiro comercial, ao passo que o Brasil segue na posição de um dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos na região e, cada vez mais, também assume o papel de investidor, com a presença crescente de empresas brasileiras no mercado norte-americano.

3. Durante o período de pouco mais de um ano em que

estive à frente do posto, pude testemunhar o interesse firme e constante no aprofundamento das relações Brasil-Estados Unidos nas mais diversas áreas, seja por parte dos governos, dos corpos de estado, dos agentes privados ou dos setores organizados das respectivas sociedades. Os documentos resultantes da visita presidencial - em cuja negociação me empenhei pessoalmente - incluem, entre outros instrumentos, um comunicado conjunto presidencial sobre ampla gama de temas, e outro específico, sobre mudança do clima, que refletem em grande medida esses interesses e fornecem ambicioso mapa do caminho para seguir aprofundando a relação bilateral em áreas como diálogo político-diplomático; comércio e investimentos; defesa e segurança; ciência, tecnologia e inovação; energia e meio ambiente; direitos humanos e temas sociais; questões migratórias; cooperação educacional e técnica. Em conjunto, os mecanismos de consulta regular entronizados nos comunicados presidenciais de 2011 e 2014 representam o maior nível de institucionalização jamais alcançado na relação entre Brasil e Estados Unidos: conta-se, hoje, com uma densa rede de acordos e mecanismos bilaterais de diálogo e cooperação, sendo quatro diálogos estratégicos em nível ministerial, que se reportam diretamente aos presidentes (político-diplomático; defesa; energia; e finanças e economia), e mais de trinta outros grupos ou comissões bilaterais de consulta e coordenação, em uma gama variada de áreas, além de foro de altos executivos Brasil-Estados Unidos.

4. No plano político-diplomático, o tempo que me tocou em Washington foi caracterizado por um nível excelente de diálogo e de entendimento, que pode ser sintetizado nas menções públicas do Presidente Obama ao papel do Brasil como "potência global" e "major global player", o que se refletiu, de maneira muito concreta, nos progressos alcançados em matéria de facilitação do comércio e convergência regulatória; na remoção do principal obstáculo para a abertura do mercado norte-americano para a carne 'in natura' brasileira; no diálogo de alto nível em energia e em ciência e tecnologia; na coordenação de posições para as negociações sobre mudança do clima e para a atuação nos foros multilaterais de direitos

humanos; na estreita cooperação mantida na área de segurança, com vistas aos jogos olímpicos; ou ainda na disposição de retomar, em novo patamar, o diálogo e a cooperação no setor de defesa, entre outras iniciativas descritas a seguir. Não menos importante, a atitude adotada pelo governo norte-americano, com relação ao processo político interno no Brasil, foi pautada, a todo o momento, por estrito respeito às decisões emanadas das instituições brasileiras nos marcos constitucionais.

5. Este relatório, ao tratar de diversos temas da agenda bilateral ou da política externa dos EUA, demonstra a maturidade alcançada nessa relação, essencial por todos os pontos de vista, e confirma o interesse em seu fortalecimento contínuo como um caminho sem volta, não obstante eventuais divergências pontuais que possam ocorrer e que têm sido encaradas com naturalidade de parte a parte. O relatório, no presente formato, foi concebido não como inventário exaustivo dos diversos assuntos que foram objeto de tratamento e atenção por parte da Embaixada em Washington no período, mas como guia geral, do qual sobressaem os aspectos de maior interesse e relevância, bem como as linhas mestras que imprimir para a atuação da Embaixada. O amplo leque de temas aqui tratados busca dar uma ideia clara da variedade e complexidade das relações com os Estados Unidos e da natureza especial do trabalho diplomático em Washington, não apenas na promoção dos interesses brasileiros nas gestões e negociações com a contraparte norte-americana e no diálogo com os diversos e influentes atores governamentais e não governamentais presentes nesta capital, mas também na observação e análise dos distintos aspectos da política interna e externa da principal potência mundial, tendo presente sua atuação decisiva nos principais tabuleiros das relações internacionais e suas implicações para a segurança nacional e o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

POLÍTICA INTERNA

6. Durante minha gestão, a Embaixada efetuou, como corresponde, acompanhamento e análise da vida política dos Estados Unidos, levando em consideração a diversidade de agentes e as características locais, com especial atenção para desenvolvimentos que possam ter implicações para a relação bilateral e os interesses brasileiros. Em contexto de crescente polarização entre os partidos Democrata e Republicano, marcado, entre outros fenômenos, pela ascensão de grupos conservadores principistas (como o "Tea Party") no seio do Partido Republicano e pela correspondente reação do Partido Democrata, e pela dificuldade de promoção de soluções de conciliação no Congresso, o que impôs dificuldades ao governo do presidente Obama e levou-o a atuar nos limites das prerrogativas do executivo, de maneira a consolidar avanços em matéria de política externa (normalização das relações com Cuba, cujo fim do embargo necessita de ação do Congresso), saúde ("Obamacare") e direitos civis (intervenções do Executivo em casos de abuso policial e apoio à união homoafetiva). Por outro lado, o governo não logrou avançar em temas caros ao presidente, como nas áreas de imigração (as medidas executivas de 2014, que legalizariam cinco milhões de imigrantes, foram travadas judicialmente); controle de armas; e direitos sociais e trabalhistas (licença-maternidade paga, aumentos do salário mínimo, entre outros).

7. Mereceu atenção detida, nesse período, o processo das primárias partidárias norte-americanas, com vistas às eleições presidenciais de novembro de 2016. O posto registrou e analisou os posicionamentos dos principais pré-candidatos, com base nos debates, declarações públicas e entrevistas, bem como registrou a evolução dos desempenhos e prognósticos individuais, por meio do cotejamento de pesquisas eleitorais, da análise do debate público norte-americano e da troca de informações com formadores de opinião nesta capital. Consideradas "pouco usuais", por suas características únicas nesta edição, as primárias para as eleições de 2016 contaram com grande número de pré-candidatos em seu começo: dezessete do lado republicano e cinco do lado democrata. Se, entre os

democratas, a disputa concentrou-se rapidamente nas figuras de Hillary Clinton e Bernie Sanders, entre os republicanos o número de pré-candidatos continuou alto durante certo período, mas sempre sob a liderança de Donald Trump, que logrou consolidar-se, no início de maio, como único candidato restante. As convenções partidárias, previstas para julho de 2016, deverão validar as candidaturas de Donald Trump e Hillary Clinton, ambos já com o número necessário de delegados, com vistas às eleições de novembro deste ano.

#### POLÍTICA EXTERNA

8. Dada a multiplicidade de processos internacionais nos quais os Estados Unidos se fazem presentes de maneira determinante, alguns dos quais com implicações para o próprio funcionamento do sistema internacional, inclusive em sua dimensão regional, ademais da extensa agenda bilateral mantida com terceiros países de todos os quadrantes, o acompanhamento e análise da política externa norte-americana é tarefa complexa, que exige da Embaixada capacidade de processamento e análise de volume considerável de informações qualificadas. Contatos com diversas áreas de governo, interlocução regular com o corpo diplomático local e com atores privados e do mundo acadêmico, além de acompanhamento e diálogo com o influente circuito de 'think tanks' (centros de estudo ou pensamento) sediados nesta capital, são instrumentos do trabalho diário da Embaixada.

9. No período em que estive à frente do posto, acompanhei as posições e as políticas do governo norte-americano com relação aos países da América Latina e busquei manter contato frequente com meus pares latino-americanos e caribenhos, individualmente ou por meio do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC). Mantive interlocução com os 'think tanks' locais que seguem a região, tais como o "Council of the Americas", o "Inter-American Dialogue", o "Atlantic Council", e o "Wilson

Center" - nos quais tive ocasião de fazer apresentações sobre temas brasileiros - e fiz acompanhamento das movimentações de pessoas em cargos-chave da administração norte-americana responsáveis por América Latina, em Washington e nos principais postos norte-americanos na região, entre os quais ressalto o processo de nomeação da secretária assistente para hemisfério ocidental, Roberta Jacobson, para o cargo de embaixadora no México, havendo sido substituída interinamente no Departamento de Estado por Mari Carmen Aponte, que visitou o Brasil em 2 e 3 de junho de 2016.

10. Minha gestão à frente da Embaixada coincidiu com momento particularmente promissor para as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Após o anúncio do processo de normalização das relações com Cuba, tornado público em 17 de dezembro de 2014, a realização da Cúpula das Américas no Panamá (10 e 11 de abril de 2015), na qual os presidentes Barack Obama e Raúl Castro encontraram-se formalmente pela primeira vez, marcou mudança na abordagem adotada pelo governo Obama para a região. O processo de normalização das relações entre Washington e Havana foi seguido de perto pelo posto, que manteve diálogo frequente com autoridades norte-americanas responsáveis, com diplomatas da seção de interesses de Cuba nesta capital - que voltou a atuar plenamente como Embaixada em 20 de julho de 2015 - e com os meios especializados. Marco do processo de normalização foi a visita do presidente Barack Obama a Cuba (20-22 de março de 2016), que buscou consolidar tendência à irreversibilidade do processo de reaproximação. Pude testemunhar e relatar, ao longo do período, as alterações na opinião pública norte-americana com relação a Cuba, a formação de grupos de "lobby" em favor da normalização e o crescente interesse dos grupos empresariais norte-americanos em investir e fazer negócios com aquele país.

11. Outros processos importantes na relação dos Estados



Unidos com a região foram observados, acompanhados e analisados, em particular no que se refere às relações com Colômbia, Argentina e Venezuela. A visita do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, a Washington (3-5 de fevereiro de 2016) serviu para o anúncio do compromisso dos Estados Unidos com o desenvolvimento do país no período pós-conflito, por meio da substituição do "Plano Colômbia" pelo "Paz Colômbia", que prevê ajuda e cooperação econômica norte-americana da ordem de US\$ 450 milhões. O posto acompanhou, ainda, o lançamento de iniciativa plurilateral capitaneada pelos Estados Unidos, com vistas à desminagem do vizinho andino. No que se refere à Argentina, com cuja representação diplomática o posto manteve estreito diálogo, a eleição do presidente Mauricio Macri, em dezembro de 2014, marcou superação de quadro de esgarçamento, o que foi coroado pela visita do presidente Obama à Argentina (23-24 de março de 2016), que abriu novo capítulo nas relações com Buenos Aires. As relações com a Venezuela, por sua vez, viram-se marcadas pela promulgação, em março de 2015, pouco antes de minha chegada ao posto, de sanções a altas autoridades do governo venezuelano, com fortes implicações diplomáticas decorrentes de linguagem que classificava a Venezuela como "ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos". Nos meses seguintes, o governo norte-americano diminuiu o tom e apostou em diálogo calibrado. Em março de 2016, em contexto de acirramento do quadro interno venezuelano, Washington renovou as sanções, o que ocasionou a retirada do encarregado de negócios da Venezuela e novo congelamento das relações.

12. A Europa permaneceu um dos focos principais do interesse norte-americano, tanto do ponto de vista econômico quanto geopolítico. Acompanhei com atenção as negociações com vistas à conclusão da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, em inglês), especialmente mediante interlocução direta com Michael Froman, o USTR. Esse acordo potencialmente complementa os tradicionais laços na área de defesa e constituiria novo e relevante esteio à parceria

transatlântica, de importância central para a política externa norte-americana desde a Segunda Guerra Mundial. O combate ao terrorismo também foi, no período, elemento central da agenda de cooperação entre os Estados Unidos e a Europa. Os atentados em Paris e em Bruxelas, cujas repercussões foram acompanhadas e analisadas pelo posto, demonstraram a vulnerabilidade do espaço europeu à atuação terrorista e ao fluxo de refugiados do Oriente Médio, acendendo sinal de alerta na "parceria transatlântica". Acompanhei, ademais, as discussões neste país e as correspondentes manifestações de apoio do presidente Obama à importância de uma Europa unida, em que manifestou o interesse explícito do governo norte-americano de que o Reino Unido permanecesse na União Europeia. O resultado do referendo (pelo "Brexit"), em 23/6, tem sido acompanhado detidamente pela Embaixada, tendo em vista suas implicações para as relações transatlânticas, em particular econômicas e comerciais, os rearranjos geopolíticos decorrentes, os aspectos de segurança no âmbito da OTAN ou, ainda, suas eventuais consequências para a economia global e para o desempenho da economia norte-americana, que comento mais abaixo.

13. Mais além da agenda econômico-comercial, mereceram especial atenção do posto, durante esse período, as relações entre Washington e Moscou. A crise ucraniana e a crescente tensão com a Rússia vêm revigorando antigos temores sobre a segurança coletiva europeia, alimentando, nos meios de análise de Washington, a percepção de uma potencial "nova guerra fria", com repercussões sobre o futuro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cuja próxima reunião de cúpula ocorre em Varsóvia, em 8 e 9 de julho. As relações com a Rússia, nesse cenário, atravessam possivelmente o seu pior momento desde a Guerra Fria, a ponto de o estamento de segurança nacional norte-americano elencar o país como um dos cinco principais desafios estratégicos dos Estados Unidos nos próximos anos (juntamente com China, Coreia do Norte, Irã e o combate ao terrorismo). Não obstante, prevalece entre Washington e Moscou a visão comum de que se deve resguardar um grau de coordenação em temas mais amplos da agenda internacional, como desarmamento

nuclear, conflitos regionais, terrorismo, migração, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e energética, ameaças cibernéticas, desenvolvimento do Ártico ou exploração espacial. A coordenação para o acordo P5+1/Irã sobre o programa nuclear iraniano, bem como para a cessação de hostilidades no conflito da Síria, foram exemplos da importância de resguardar uma margem de cooperação entre Washington e Moscou.

14. O Oriente Médio continuou a merecer atenção prioritária da política externa norte-americana. Para além da cobertura das numerosas viagens de alto nível de autoridades médio-orientais a Washington (incluindo a primeira visita aos Estados Unidos do rei Salman, da Arábia Saudita, em sua atual função), e sem descurar do acompanhamento das relações norte-americanas com países como Israel, Líbano, Egito e Arábia Saudita, entre outros, a Embaixada procurou manter acompanhamento sistemático do papel desempenhado pelos Estados Unidos nos principais e mais sensíveis dossiês daquela região, com implicações mais amplas para as relações internacionais e de interesse para a atuação externa do Brasil: o conflito sírio e, de forma imbricada, o combate ao autodenominado "Estado Islâmico - EI"; o processo de paz israelo-palestino; e o dossiê nuclear iraniano.

15. No que diz respeito à situação na Síria, busquei, mediante contatos com representantes do Departamento de Estado, com diplomatas de países da região e com os círculos locais de reflexão estratégica, analisar a posição dos Estados Unidos e avaliar seus impactos sobre o desenrolar do conflito, de maneira a subsidiar Brasília e também nossa rede de postos mais diretamente implicada, em particular a Embaixada do Brasil em Damasco. No período, o principal objetivo de Washington naquele país passou a ser a destruição do EI e a resolução do conflito, tornando-se menos contundente o clamor pela deposição de Bashar al-Assad, que fundamentara o envolvimento norte-americano nos primeiros anos da guerra. O envolvimento russo no teatro de operações teve novas e complexas implicações para a política externa norte-americana, que tem liderado, com Moscou, o processo

de tratativas intra-sírias, apostando em uma pacificação e transição política no país. Embora tais esforços pareçam insuficientes para dar fim, no curto prazo, ao conflito sírio, é certo que os Estados Unidos, em conjunto com a Rússia, terão papel central em qualquer desfecho na Síria, em processo que seguirá exigindo acompanhamento detido do posto.

16. Meu tempo à frente da Embaixada coincidiu, ademais, com reveses no esforço diplomático norte-americano de reanimar o processo de paz entre israelenses e palestinos, após o fracasso de esforço liderado pelo Secretário de Estado, John Kerry, em 2014. Ao longo do período recente, pareceu haver diminuído a margem de manobra de Washington para buscar avanços, em meio a certa erosão no relacionamento com o governo israelense, tema sobre o qual deixei diversos registros. O posto relatou, ainda, o engajamento dos Estados Unidos com a chamada "iniciativa francesa" para retomar o processo de paz. Deu-se também seguimento à interlocução tradicional da Embaixada com alguns dos principais grupos de representação de interesses israelenses em Washington, por meio de contatos frequentes com suas lideranças, havendo-se organizado duas recepções na Embaixada por ocasião do Fórum Global do 'American Jewish Committee' (AJC), a que estiveram presentes expoentes da comunidade judaica no Brasil e no mundo.

17. A Embaixada empenhou-se, ao longo do período, em acompanhar proximamente as negociações do acordo sobre o programa nuclear iraniano entre União Europeia, Alemanha, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia (UE/P5+1) e Irã, finalmente concluído em 14 de julho de 2015, bem como seu complexo processo de aprovação pelo congresso norte-americano. Para tanto, o posto manteve estreito diálogo com as áreas responsáveis pelo assunto tanto no Departamento de Estado quanto no Departamento do Tesouro, com as representações diplomáticas de diversos países envolvidos e com os círculos de análise

estratégica sediados nesta capital. O acordo ("Joint Comprehensive Plan of Action" - JCPOA) representa um dos principais legados da política externa do governo Obama. A suspensão das sanções relacionadas ao programa nuclear iraniano por parte dos Estados Unidos e da União Europeia, por ocasião da entrada em vigor do JCPOA, em 16 de janeiro de 2016, desencadeou movimentação de diversos países, entre os quais o Brasil, interessados em explorar o mercado interno iraniano. Nesse contexto, a Embaixada realizou gestões para obter esclarecimentos do governo estadunidense a respeito da modificação do regime de sanções em relação ao Irã, e, por instrução da Secretaria de Estado, intermediou a organização de videoconferência, em 7/6/16, com funcionários dos Departamentos de Estado e do Tesouro, inclusive do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC, da sigla em inglês), com o objetivo de elucidar dúvidas do setor bancário brasileiro no tocante ao reestabelecimento de relações bancárias e financeiras com o Irã. Em seguimento à videoconferência, está em curso a organização de missão técnica norte-americana ao Brasil em setembro próximo.

18. De todo modo, ainda que permaneça algum grau de antagonismo frente a Teerã (sempre estimulado por pressões políticas internas e externas), o presidente Obama, nessa fase final de seu mandato, deixou claro que esse deixou de ser a lógica primordial da atuação dos Estados Unidos na região, posição agora ocupada pelo combate ao terrorismo. A erradicação do autodenominado "Estado Islâmico - EI", em particular, assumiu papel cada vez mais relevante na estratégia de defesa norte-americana e lugar cada vez mais central na pauta bilateral dos Estados Unidos com diversos países médio-orientais e com os demais países membros da OTAN, muitos dos quais integram a coalizão militar liderada por Washington contra aquele grupo terrorista. A retomada de territórios antes controlados pelo EI, em especial no Iraque (incluindo centros urbanos importantes como Ramadi e, mais recentemente, Fallujah), tem permitido progressos graduais no esforço para combater o terrorismo. Uma das

grandes apostas do mandatário norte-americano no "front" externo, nos poucos meses que lhe restam na Casa Branca, é de que a campanha militar obtenha novos êxitos de relevo, com destaque para a reconquista de Raqqa, na Síria, e Mosul, no Iraque.

19. A Ásia permaneceu um dos focos principais da política externa norte-americana, no bojo da política de "pivô" ou "rebalanceamento" para a Ásia-Pacífico, concebida pelo presidente Obama. As relações com a China mereceram particular atenção do posto, em virtude da densidade e complexidade da relação, caracterizada por um misto de cooperação e competição. A Embaixada acompanhou detidamente os resultados da visita de estado do presidente Xi Jinping aos Estados Unidos, em 25 de setembro de 2015, bem como as negociações da Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês), componente econômico estratégico para os interesses norte-americanos no contexto da política de reequilíbrio e maior acordo de livre comércio do qual os Estados Unidos jamais participaram. O engajamento dos Estados Unidos com o multilateralismo regional asiático, em particular as relações com a 'Asia Pacific Economic Cooperation' (APEC), a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e seus vários mecanismos institucionais ganhou, no período, particular dinamismo. O posto dedicou atenção ao acompanhamento e análise dos resultados da primeira reunião de cúpula Estados Unidos-ASEAN em território norte-americano (Sunnylands, Califórnia, 15 e 16 de fevereiro de 2016), bem como o lançamento da "nova parceria estratégica" Estados Unidos-ASEAN e seus desdobramentos. Também foram objeto de acompanhamento e análise do posto, no período, a normalização das relações com o Vietnã e a abertura estadunidense para Myanmar.

20. Minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Washington coincidiu, ainda, com o acirramento das tensões na península coreana, razão pela qual mereceram especial acompanhamento o impacto dos anúncios da Coreia do Norte da realização de testes nucleares e relatos de

lançamento de satélite com tecnologia de mísseis balísticos, nos primeiros meses de 2016, episódios que tiveram desdobramentos no âmbito das Nações Unidas, em particular a aprovação da resolução 2270 do Conselho de Segurança, cujas negociações foram lideradas pelos Estados Unidos e China, que estabeleceu as mais duras sanções impostas por aquele órgão à RPDC. Ainda na vertente securitária da política de "rebalanceamento", a Embaixada tem acompanhado as tensões no Mar do Sul da China, o reforço, atualização e aprofundamento das alianças tradicionais dos EUA com Japão e Coreia do Sul e a renovada relação de defesa com as Filipinas, que constituem os pilares dos interesses norte-americanos na garantia da segurança, da liberdade de navegação e de sobrevoo na área.

21. No que diz respeito à África, buscou-se acompanhar o engajamento dos Estados Unidos principalmente com os países da África Subsaariana e avaliar os principais aspectos da política externa norte-americana para a África no último ano de mandato do presidente Obama. Ao longo do período, mantive contato estreito com meus homólogos dos países de língua oficial portuguesa da África com representação diplomática na capital estadunidense e, de forma mais ampla, com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Nesse sentido, procurei promover e estimular uma maior coordenação e intercâmbio, nos assuntos de interesse comum, entre as embaixadas em Washington dos estados membros da CPLP, tendo em vista a assunção pelo Brasil, em meados deste ano, da presidência de turno da Comunidade. Para tanto, instituí em Washington um "grupo de embaixadores da CPLP", com o apoio entusiástico de meus colegas lusófonos, com vistas à promoção conjunta de nossa identidade cultural e de interesses compartilhados pelos países de língua portuguesa neste país, no momento em que o Brasil assume, a partir da metade do ano corrente, a presidência 'pro tempore' da CPLP.

## RELAÇÕES COM O CONGRESSO

22. Como tem sido prática, porção significativa do trabalho da Embaixada foi dedicada, no período, ao relacionamento com o Congresso norte-americano, sabidamente um eixo fundamental de qualquer atuação diplomática consequente em Washington. Nesse sentido, além de dar apoio às missões de parlamentares brasileiros a esta capital, empenhei-me em manter e fortalecer a rede de relacionamentos do posto com lideranças do poder legislativo norte-americano, contribuindo para o adensamento do relacionamento bilateral e promovendo a melhor compreensão do lado norte-americano sobre a complexa realidade brasileira e as oportunidades de cooperação com o Brasil. Na tarefa de trabalhar as relações com o Congresso, foi instrumental o relacionamento com os parlamentares integrantes do 'Brazil Caucus', grupamento presente na Câmara que congrega cerca de trinta representantes com interesse no Brasil, seja pela presença significativa de imigrantes brasileiros em seus distritos, seja por razões econômico-comerciais. Colaboradores meus estiveram sempre em contato constante com assessores (ou "staffers") de diversos parlamentares, além de fazer acompanhamento cotidiano da pauta da Câmara e do Senado, de maneira a identificar o tratamento de matérias de interesse direto ou indireto para o Brasil.

23. No tratamento da relação com o Congresso, dei continuidade aos eventos ou programas tradicionais realizados com a presença de parlamentares e "staffers". Um dos principais eventos dessa agenda é a recepção 'Brazil on the Hill', organizada anualmente na residência da Embaixada. Em sua edição de 16 de setembro de 2015, o evento foi realizado em parceria com a 'Brazil Industries Coalition' (BIC) e contou com o apoio da APEX-Brasil, do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da churrascaria Fogo de Chão, oferecendo coquetel e jantar a



183 pessoas, entre parlamentares norte-americanos, diplomatas, empresários, "staffers", havendo contado com a presença de importante delegação de parlamentares brasileiros, liderada pela senadora Ana Amélia (PP-RS) e integrada pelos deputados federais Eduardo Barbosa (PSDB-MG), Sibá Machado (PT-AC), Geraldo Resende (PMDB-MS), Alexandre Serfiotis (PSD-RJ) e Nelson Markezelli (PTB-SP).

24. Eventos de importância singular para o avanço dos interesses brasileiros junto ao legislativo norte-americano são as viagens de parlamentares e 'staffers' ao Brasil promovidas ao amparo do "Mutual Educational and Cultural Exchange Act" (MECEA), que muito contribuem para o melhor entendimento da realidade nacional e para a formação de simpatias benéficas ao Brasil junto aos legisladores norte-americanos. Realizado com periodicidade anual, em parceria com a APEX-Brasil, o MECEA não pôde, infelizmente, ter lugar no ano de 2015, em virtude de exiguidade de recursos. Não obstante, considero esse programa fundamental para criar um terreno mais propício aos interesses nacionais no Congresso estadunidense. Seria importante, portanto, que o programa fosse retomado no prazo mais breve possível.

25. A Embaixada também trabalhou ativamente na viabilização de diversas missões de parlamentares brasileiros, individualmente ou em grupo, aos Estados Unidos. Ressalto, por especialmente relevante, o apoio prestado no agendamento e execução de missão do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, senador Aloysio Nunes Ferreira a esta capital (17-20 de abril 2016), cuja agenda incluiu reunião com o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, senador Bob Corker (R-Tennessee), e com o líder da minoria naquela Comissão, senador Ben Cardin (D-Maryland); reunião com o subsecretário de assuntos políticos do Departamento de Estado, embaixador Thomas Shannon; e encontro com correspondentes brasileiros de imprensa em Washington, entre outros compromissos.

26. Na dimensão da diplomacia federativa, vertente indispensável e tradicional do trabalho da Embaixada, tendo em vista o alto grau de autonomia e a diversidade de interesses dos governos estaduais, realizei duas visitas de trabalho ao estado da Califórnia e a Nova York, com foco na agenda de comércio e investimentos, em particular em setores de alta tecnologia. Por razões de ordem estritamente orçamentária, não foi possível manter o planejamento de viagens do chefe do posto e tampouco enviar funcionários diplomáticos em missões a outros estados da União, conforme tem sido a prática do posto, o que, entendo, será retomado uma vez normalizada a situação orçamentária.

#### DEFESA E SEGURANÇA

27. No período em que estive à frente do posto, a área de defesa confirmou-se como uma das mais promissoras para a relação bilateral, tanto na vertente da cooperação militar-militar e do diálogo político-militar, quanto na da associação entre os setores industriais, a começar pelo potencial identificado de cooperação em matéria de pesquisa e desenvolvimento industrial. A visita de trabalho a Washington do então Ministro de Estado da Defesa, Jacques Wagner, às vésperas da visita presidencial, em junho de 2015, foi marcada pela entrada em vigor, naqueles dias, do Acordo de Cooperação em Defesa e do Acordo Geral sobre a Segurança de Informações Militares. A aprovação de ambos os instrumentos, em ação coordenada entre executivo e legislativo brasileiros, foi corretamente percebida em Washington como sinal de disposição do Brasil de elevar o diálogo e a cooperação em defesa a um novo patamar. A visita do Ministro de Estado da Defesa a esta capital foi acompanhada, ademais, de delegação empresarial brasileira do setor, que manteve reunião de trabalho com seus pares norte-americanos, da qual resultou entrega de carta às autoridades de ambos os governos, em que se indica, entre outros, a expectativa

de institucionalizar um diálogo industrial de defesa entre os dois países e explorar possibilidades de desenvolver projetos produtivos conjuntos no setor. O diálogo industrial de defesa poderia também servir de foro para explorar e estruturar iniciativas de cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação na área de defesa, aproximando os atores do chamado "complexo militar-industrial-acadêmico" de ambos os países, em benefício de futuros projetos industriais e do esforço nacional em matéria de desenvolvimento tecnológico e industrial em áreas estratégicas, com sabida irradiação para o conjunto da atividade da indústria nacional.

28. A par desses desdobramentos, os presidentes, em seu comunicado conjunto, determinaram que fossem retomados o Diálogo de Cooperação em Defesa (DCD), inaugurado em 2012 e de nível ministerial, e o Diálogo Político-Militar, que ocorre entre os ministérios das Relações Exteriores e da Defesa de ambos os países e que se encontrava suspenso desde 2013. Após sucessivos reagendamentos, por razões internas de lado a lado, há expectativa de que as reuniões de ambos os mecanismos possam ocorrer ainda em 2016.

29. Além disso, manteve-se, ao longo de todo o período, intensa agenda bilateral de cooperação militar-militar, acompanhada pelas adidâncias das Forças Armadas na Embaixada em Washington, sempre em estreita coordenação interna no posto. Foi extensa a lista de altas autoridades militares brasileiras que realizaram missões a Washington e aos Estados Unidos no período, entre os quais ressalto a do comandante da Marinha, almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira; do comandante do Exército, general Eduardo Dias da Costa Villas-Bôas; e do comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Luiz. Ao lado das agendas específicas de cooperação, treinamento e aparelhamento de cada Força, bem como dos exercícios militares regulares conjuntos, foram numerosas as missões relacionadas à cooperação em matéria de inteligência e segurança, com vistas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro. De todos os oficiais-generais em visita a Washington, os quais invariavelmente recebi na

Embaixada, colhi a percepção de uma ampla disposição das autoridades militares estadunidenses de manter diálogo franco e cooperação aprofundada com o Brasil.

30. Na agenda de cooperação em segurança propriamente dita, cujo acompanhamento conta com o concurso da adidância da Polícia Federal na Embaixada, ressalto o compromisso dos presidentes, plasmado no comunicado conjunto de 2015, no sentido de explorar iniciativas bilaterais ou trilaterais de combate aos ilícitos transnacionais, inclusive por meio da valorização do grupo de trabalho sobre segurança e crimes transnacionais, criado em outubro de 2012. Aguarda-se, ainda, convocação de nova reunião do referido GT, que envolve, do lado brasileiro, os distintos órgãos e agências de governo responsáveis pela política de segurança pública e combate a ilícitos internacionais.

#### DESARMAMENTO E NÃO PROLIFERAÇÃO

31. Durante minha gestão, a Embaixada deu continuidade ao acompanhamento das posições e iniciativas dos Estados Unidos em matéria de desarmamento e não proliferação, por meio de contatos regulares com as autoridades estadunidenses responsáveis pelo assunto e pelo acompanhamento sistemático das discussões sobre o tema promovidas por 'think tanks' e círculos de reflexão estratégica locais. No plano bilateral, o posto trabalhou na preparação e produção de subsídios para a realização da 4ª reunião do Diálogo Brasil-Estados Unidos sobre Desarmamento e Não Proliferação, que teve lugar em Brasília em 13 de agosto de 2015. O mecanismo tem permitido o intercâmbio de opiniões de modo abrangente e estruturado sobre o tema, promovendo a melhor compreensão das posições nacionais.

32. Como parte dos preparativos para a IX Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (Nova York, 27/4-22/5/2015), o posto manteve

interlocução com o secretário adjunto para segurança internacional e não proliferação, Thomas Countryman, com base em diálogo franco sobre as posições e expectativas dos Estados Unidos para a Conferência, com o intuito de subsidiar a participação brasileira. O posto atuou, ademais, na preparação e apoio à participação da delegação brasileira à 4ª Cúpula de Segurança Física Nuclear (IV CSFN), realizada nesta capital em 31 de março e 1º. de abril de 2016. A delegação brasileira foi encabeçada pelo então ministro de estado das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira. A IV CSFN contou com a presença de 35 chefes de estado ou de governo e encerrou processo lançado em 2010 e capitaneado pessoalmente pelo presidente Obama.

33. No período em questão, não houve avanços em relação à ratificação do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT) pelo Senado americano e às negociações para um tratado sobre material físsil nuclear ("Fissile Material Cut-off Treaty"). Ambos os temas foram compromissos de Obama em seu discurso sobre desarmamento e não proliferação, proferido em Praga, em 5 de abril de 2009. Em 27 de maio de 2016, Barack Obama tornou-se o primeiro presidente dos Estados Unidos a visitar Hiroshima, ocasião na qual reforçou, em seu discurso, a ideia de um mundo livre de armas nucleares, sem lançar, no entanto, novas iniciativas em matéria de desarmamento.

34. Em relação ao Irã, como mencionado anteriormente, os Estados Unidos mudaram o foco de sua abordagem de sanções para incentivos econômicos e a perspectiva de reinserção financeira do país na economia global. A aprovação do "Plano Abrangente de Ação Conjunta", em 14 de julho de 2015, e sua entrada em vigor, em 16 de janeiro de 2016 ("dia da implementação"), gerou, por um lado, intensa movimentação de países buscando se posicionarem em relação ao mercado iraniano, e, por outro, incerteza com relação ao novo regime de sanções, com a atitude de cautela por parte de agentes econômicos. Ao final de meu período em Washington, o executivo dos Estados Unidos realizou gestos no sentido de garantir que não importaria entraves a países que desejem fazer negócios

com o Irã. Se o acordo nuclear com o Irã foi a grande aposta do governo Obama na área de não proliferação, o avanço do programa nuclear norte-coreano, inclusive com a realização de novos testes nucleares, evidenciou os limites da estratégia dos Estados Unidos conhecida como "paciência estratégica" e as dificuldades do governo americano na contenção do programa nuclear e missilístico da Coreia do Norte, como referido mais acima.

#### DIREITOS HUMANOS, TEMAS SOCIAIS E COOPERAÇÃO JURÍDICA E CONSULAR

35. Durante minha gestão, a Embaixada acompanhou atentamente a evolução dos assuntos ligados aos direitos humanos e aos temas sociais nos Estados Unidos, bem como suas repercussões domésticas e internacionais. Esse exercício incluiu frequente contato com representantes do governo norte-americano e da sociedade civil, dedicando especial atenção à forma como o Brasil é retratado nas declarações de autoridades e especialistas, além dos relatórios por eles publicados. Os temas acompanhados incluíram o tráfico internacional de pessoas, a violência policial, o trabalho infantil e forçado, as liberdades de expressão, religião e na Internet, o sequestro internacional de menores, os direitos de populações LGBT, as populações deslocadas (migrantes e refugiados), entre outros. Em linhas gerais, o Brasil continua a ser observado com olhar muito favorável, havendo, contudo, menções esporádicas a problemas pontuais que são reconhecidos e combatidos pelo próprio governo brasileiro.

36. A Embaixada dedicou particular atenção a relatórios elaborados pelos EUA em que o Brasil é citado. O Departamento de Trabalho dos EUA, em seus relatórios, continua a citar o Brasil como um país onde persiste a prática de trabalho forçado e infantil. A consequência mais concreta dessa observação é a inclusão de setores produtivos brasileiros na "Lista de Bens Produzidos por Meio de Trabalho Forçado e Infantil", não obstante reiteradas gestões bilaterais minhas e de meu antecessor, bem como do setor privado brasileiro. Embora não haja

qualquer tipo de sanção decorrente da inclusão nessa lista, a inclusão do Brasil arranha a imagem de setores produtivos brasileiros. Por essa razão, é recomendável continuar manter um diálogo fluido e fornecer informações de qualidade para garantir que os relatórios reflitam de maneira adequada as ações empreendidas pelo governo brasileiro para eliminar o problema.

37. Ainda assim, de maneira geral, a agenda de direitos humanos tem servido como meio de aproximação entre as duas grandes democracias da região. Talvez o fruto recente mais concreto dessa confluência de visões tenha sido a constituição, no contexto da última visita presidencial bilateral aos EUA, do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos Globais. Desde 2015, o grupo reuniu-se em duas ocasiões, e tem se mostrado instrumento valioso para a adoção, nos foros multilaterais, de abordagens e estratégias que, quando não são comuns, são ao menos transparentes, constituindo-se em excelente medida para o entendimento mútuo e alcance dos respectivos objetivos.

38. Dediquei também especial atenção à abordagem dos EUA sobre a evolução da epidemia do vírus zika no continente americano. Esse trabalho envolveu tanto o acompanhamento do tratamento do tema pelas agências especializadas norte-americanas ('Centers for Disease Control and Prevention' - CDC, 'National Institutes of Health' - NIH, 'Food and Drug Administration' - FDA), com cujos diretores tive ocasião de interagir, bem como o recebimento e resposta a consultas encaminhadas e a divulgação das medidas adotadas pelo Brasil para combater a doença. Procurei, nesses termos, apontar o decisivo papel que o Brasil tem desempenhado na produção de conhecimento sobre o vírus e também na luta contra a doença, buscando, ao mesmo tempo, desfazer percepções equivocadas sobre o país. Os esclarecimentos envolveram a produção de artigos em periódicos de grande circulação, palestras a representantes da indústria do turismo, entrevistas em meios televisivos, contato com parlamentares e intermediação da participação de especialistas brasileiros em eventos locais. Nesse

contexto, e à medida que se aproximam as datas de início dos jogos olímpicos e paralímpicos, avalio que, no curto prazo, devem ser intensificados os esforços para informar o real estado do surto da doença no continente, no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro, desconstruindo argumentos que sugiram qualquer tipo de medida desconectada de justificativas científicas. No médio e longo prazos, será essencial continuar a apoiar e a divulgar a interação das instituições científicas dos dois países.

39. Durante minha gestão, a Embaixada apoiou, ademais, o seguimento dos passos necessários à implementação do acordo de previdência social, em negociação desde 2009 e finalmente assinado na última visita presidencial, em 2015. A reunião de implementação do acordo deverá ocorrer, em princípio, na sede da "Social Security Administration" nos próximos meses. Quando passar a vigorar, o acordo permitirá aos brasileiros em situação migratória regular que contribuam para o sistema de seguridade social norte-americano a utilização das contribuições feitas à previdência brasileira para antecipar a solicitação de sua aposentadoria, bem como garantirá o mesmo direito a cidadãos norte-americanos em situação análoga. Outro compromisso advindo da última visita presidencial foi a adoção de medidas para ingresso do Brasil no programa "Global Entry", cuja expectativa de concretização havia sido estimada para o fim do primeiro semestre de 2016. O programa, que não isenta da necessidade de visto, permitirá ingresso desburocratizado nos aeroportos norte-americanos para os indivíduos previamente cadastrados. Foram identificados, contudo, entraves de ordem técnica para a integração dos sistemas da Polícia e da Receita Federal com suas contrapartes norte-americanas. Considerando-se o esperado impacto positivo que a consecução desse objetivo poderá ter para viajantes frequentes, sobretudo no meio empresarial, avalio como fundamental a renovação de esforços para superar as dificuldades existentes.

40. A Embaixada seguiu conferindo, ainda, atenção às responsabilidades do posto no encaminhamento de assuntos relacionados à cooperação jurídica e consular que têm



interface direta com o Departamento de Estado, o Departamento de Justiça e, em menor medida, o Departamento de Segurança Interna. Ao longo do último ano, foram realizadas mais de duzentas gestões de natureza jurídica, em especial aquelas relacionadas com cartas rogatórias, pedidos de transferências de presos e pedidos de extradição. O posto apoiou e organizou, ainda, diversas visitas de representantes das mais altas cortes brasileiras a esta capital, entre os quais destaco o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Francisco Falcão, e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro José Antonio Dias Toffoli.

#### COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

41. Durante o tempo em que estive à frente do posto, pude testemunhar o crescente papel da cooperação educacional como vetor positivo e de alta visibilidade na agenda bilateral. Contribuiu para tanto a participação protagônica dos Estados Unidos como principal destino de bolsistas brasileiros do programa Ciência sem Fronteiras (CsF): das 92 880 bolsas implementadas no mundo, 27 821 o foram nos EUA, das quais mais de 6500 apenas em minha gestão. A intensa mobilidade proporcionada pelo CsF pôs o Brasil em destaque no meio acadêmico local, o que pode ser aferido, a título de exemplo, pela intensidade da interlocução da Embaixada com o setor: no período de pouco mais de um ano, foram cerca de 55 as visitas recebidas pela Embaixada de delegações universitárias (alunos, professores ou administradores) ou realizadas pelo posto a universidades norte-americanas, - ou seja, em média uma por semana - além de dezenas de palestras temáticas proferidas pelo setor educacional da Embaixada, entre outras atividades.

42. A implementação de programa de tal magnitude demandou, por outro lado, atento e permanente acompanhamento do posto no apoio aos bolsistas, na

facilitação de contatos e na promoção da interlocução entre as agências implementadoras no Brasil e nos EUA (notadamente a CAPES e o Instituto de Educação Internacional-IIE) e mantendo constante fluxo de informação com as universidades participantes. Busquei, assim, ajudar a garantir a fluida execução do programa em todos os seus aspectos, inclusive os financeiro-orçamentários, de modo a assegurar a tranquilidade dos milhares de bolsistas brasileiros presentes neste país.

43. A intensificação da agenda de cooperação educacional materializou-se, ademais, na assinatura de memorando de entendimento sobre educação técnico-profissionalizante, por ocasião da visita presidencial de junho de 2015. O 'MoU' pavimenta o caminho para uma relação bilateral ainda mais vigorosa na área educacional e - tendo em vista os impactos objetivos da educação técnico-profissionalizante - alinhada com os melhores interesses econômicos do Brasil e com os anseios da sociedade brasileira.

#### PROMOÇÃO CULTURAL

44. Em contexto de severas restrições orçamentárias, que afetaram a capacidade do posto de promover atividades culturais, a Embaixada intensificou a busca de parcerias com produtores locais e instituições públicas e privadas interessadas em apoiar ou associar-se a iniciativas de difusão da cultura brasileira, em suas mais diversas manifestações, de maneira a racionalizar recursos e manter presença e visibilidade do Brasil na cena cultural e artística desta capital.

45. No que considero o exemplo mais ilustrativo de parceria desse tipo, em maio de 2016 a residência oficial recebeu mais de cinco mil visitantes por ocasião do 'Around the World /Passport DC', evento anual em que dezenas de embaixadas nesta capital abrem suas portas ao público externo. Neste ano, graças a patrocínios diversos, a Embaixada foi capaz de propiciar programação cultural diversificada, além de exhibir inédita exposição

de tochas históricas dos jogos olímpicos, o que fez do Brasil o ponto alto dessa programação já tradicional da capital norte-americana. Outro exemplo bem-sucedido de parceria negociada pela Embaixada, sem ônus, foi a participação do Brasil, como país tema, da gala anual beneficente da principal rede hospitalar de reabilitação Medstar, em evento para mais de 600 convidados, a que esteve presente o presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, ocasião em que foi premiado atleta paralímpico brasileiro.

46. Sempre com base em parcerias e associações com entidades locais, a Embaixada foi capaz de apoiar programação musical regular, nos mais variados gêneros, da qual destaco a apresentação, em setembro de 2015, do grupo musical Reco do Bandolim e Choro Livre, e o recital, em junho de 2016, do pianista clássico brasileiro Ronaldo Rolim. A Embaixada renovou, no período, a cooperação com a Biblioteca do Congresso, onde realizou-se, em abril de 2016, o evento 'Clarice Lispector: a conversation with Benjamin Moser', em que o biógrafo e tradutor da escritora brasileira para o inglês apresentou e discutiu sua obra. No que toca à promoção do audiovisual brasileiro, a Embaixada organizou, em parceria com a Universidade Johns Hopkins, em Baltimore, mostra de cinema brasileiro, em que foram exibidos filmes nacionais vinculados à temática dos direitos humanos.

47. Além disso, a Embaixada divulgou, prestigiou e emprestou apoio institucional, entre outras, às seguintes iniciativas: exposições da artista plástica Denise Milan; exposição sobre a obra da arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi; festival anual Afro-Bahia, que celebrou a música, a arte e a culinária da Bahia; peça teatral sobre a vida de Carmen Miranda, exibida em teatro da capital; painel acadêmico sobre capoeira; lançamento e discussão de livros de autores brasileiros e norte-americanos sobre o Brasil; palestra do arquiteto brasileiro Arthur Casas; prêmio concedido à violinista brasileira Deborah Wanderley dos Santos pela 'Young Orchestra of Americas'; apresentações de músicos brasileiros em casas de espetáculos locais, como Joyce Moreno, Ana Carolina, Rose

Moraes, Cyro Baptista; divulgação de filmes brasileiros em apresentação na cidade, como 'Que Horas Ela Volta?', 'Rio I Love You?' e 'Pelé', bem como dos longa metragens exibidos na edição de 2015 do Festival de Cinema Latino-Americano.

#### DIPLOMACIA

#### PÚBLICA

48. Durante minha gestão, foram ampliadas as ações de diplomacia pública, com o objetivo de divulgar as iniciativas relativas ao Brasil e as atividades da Embaixada, bem como modernizar a interação com o público norte-americano. Buscou-se, nesse contexto, diversificar o uso de mídias sociais e fortalecer o relacionamento com a comunidade dos chamados 'think tanks' (centros de estudo ou pensamento) sediados em Washington e com a grande imprensa norte-americana. Além das funções de ponto focal para a mídia norte-americana e para os correspondentes brasileiros, bem como de assessoria de imprensa e contato para entrevistas concedidas a meios locais, a Embaixada auxiliou na preparação e no acompanhamento da cobertura de imprensa a visitas de altas autoridades brasileiras a Washington. No período, mantiveram contato com a imprensa, em entrevistas individuais ou coletivas organizadas na Embaixada, os ministros da Fazenda (em três ocasiões); do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Ciência, Tecnologia e Inovação; de Minas e Energia; da Defesa; e das Relações Exteriores.

49. Em minha gestão, procurei aproximar-me da imprensa norte-americana e manter interlocução fluida do posto com os principais meios de comunicação estadunidenses. Em setembro de 2015, fiz publicar no 'Huffington Post', um dos maiores e mais influentes portais de notícias dos Estados Unidos, artigo de minha autoria sobre as relações Brasil-Estados Unidos. Ao longo do período, concedi entrevistas, entre outros, para o jornal 'Washington Diplomat' e para os canais de televisão WUSA (programa 'This is America and the World') e PBS, bem como para rede local de televisão DC Cable, com foco nos jogos olímpicos e paralímpicos.

50. A importância crescente das mídias sociais levou a Embaixada a aperfeiçoar o uso de seus perfis institucionais no Facebook, Youtube, Twitter, Periscope e Instagram. Determinei que todas as mensagens recebidas por meio das mídias sociais do posto fossem respondidas, tanto quanto possível, imediatamente. As contas da Embaixada em Washington no Facebook e no Twitter contam, hoje, com cerca de doze mil e de três mil seguidores respectivamente, o que representou aumento de 50% de público nas duas mídias sociais desde o início de minha gestão. Com periodicidade mensal, a 'Newsletter' eletrônica 'Brazil in USA', produzida e distribuída pelo posto, somou-se ao objetivo de divulgar o Brasil e as ações da Embaixada, e vem sendo enviada a cerca de 1600 destinatários, com repercussão crescentemente positiva. Com base nessa experiência, instruí a que fosse criada, em 2016, mala direta eletrônica específica - 'The Brazilian Cultural Insider' - dedicada à divulgação de atividades culturais, artísticas e acadêmicas relacionadas ao Brasil na região de Washington e arredores, iniciativa que tem gerado resultados notáveis.

51. Com base no diagnóstico de que o Brasil tem presença ainda pouco condizente, no cenário local de 'think tanks', com sua importância econômica e política - até por não ser encarado como um "problema" para a política externa norte-americana - determinei que a Embaixada renovasse os esforços no sentido de aumentar nossa capacidade de influência e interlocução com esses centros de pensamento. Em 2014, ainda durante a gestão de meu antecessor, foi lançada a Iniciativa Brasil no 'Center for Strategic and International Studies' (CSIS), projeto piloto apoiado pela APEX-Brasil, com duração inicial de dois anos e que, desde então, vem promovendo encontros e publicando estudos sobre o país. Fui, desde o primeiro dia, um incentivador desse tipo de iniciativa, havendo participado de eventos nesse e em outros 'think tanks'. A APEX-Brasil estuda atualmente a renovação da cooperação com o CSIS, o que seria altamente recomendável diante dos resultados positivos alcançados nos últimos dois anos, ao projetar uma imagem mais sofisticada da

realidade brasileira e das inúmeras oportunidades de cooperação com o país. No mesmo espírito da cooperação com o CSIS, a Embaixada estimulou e prestigiou a presença de brasileiros e estudiosos de Brasil em outros centros de pensamento importantes, como 'Wilson Center', 'Atlantic Council', 'Brookings' e 'Interamerican Dialogue'.

52. No contexto do fortalecimento dos vínculos com 'think tanks' e comunidade acadêmica, foram também organizados, na Embaixada, eventos sobre Brasil com ampla participação de acadêmicos brasileiros e norte-americanos de várias universidades da região, diretores encarregados de América Latina e Brasil de importantes 'think tanks', executivos de consultorias privadas e associações empresariais, funcionários do Banco Mundial, brasilianistas e especialistas, jornalistas brasileiros e estrangeiros, autoridades brasileiras de passagem por Washington, entre outras personalidades, o que se tem provado de grande utilidade para estimular um debate mais aprofundado sobre a contribuição do Brasil para diversos temas de interesse não apenas dos EUA, mas de uma audiência global. A título de sugestão, seria importante considerar a manutenção e ampliação do apoio da APEX-Brasil a iniciativas como a parceria com o CSIS, se possível replicando o modelo de parceria com outros centros de estudo e pensamento de grande influência nesta capital, como forma de contribuir para a divulgação e compreensão da realidade política e econômica brasileira, bem como das oportunidades de parceria e negócios com o país, junto a formadores de opinião e importantes tomadores de decisão presentes nesta capital.

TEMAS

ECONÔMICOS

53. O período em que estive à frente do posto foi marcado por contexto econômico de baixa persistente no valor do petróleo e demais commodities, de valorização do dólar norte-americano e de fraco desempenho de parceiros tradicionais dos Estados Unidos. Relatei o debate econômico e financeiro nos EUA, marcado, principalmente, pela inflexão da política monetária expansiva, adotada

desde o pós-crise de 2008.

54. A taxa básica de juros da economia norte-americana ("Fed funds rate"), que não sofria elevações desde 2006 e era mantida entre zero e 0,25% ao ano desde dezembro de 2008, sofreu, em dezembro de 2015, sua primeira elevação, para o patamar entre 0,25% e 0,5% ao ano. Sinalizado como iminente desde outubro de 2014, o início da chamada "normalização monetária" foi sendo sucessivamente adiado, em função de incertezas no cenário externo, de desempenho positivo da economia norte-americana – porém aquém das expectativas –, e de inflação preocupantemente abaixo da meta, a despeito de baixos índices de desemprego. O cenário de avanços constantes, porém modestos, na economia também reduziu o ritmo inicialmente esperado para outros aumentos nos juros básicos. Ademais, o resultado do referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit") e a consequente incerteza do mercado financeiro mundial causaram aumento nas expectativas de agentes econômicos no sentido de que o "Federal Reserve" manterá o mesmo patamar da taxa básica de juros até dezembro de 2016, protelando ainda mais sua eventual elevação.

55. O Produto Interno Bruto (PIB) não deixou de crescer, mas desacelerou seu ritmo de crescimento, que passou dos 3,9%, registrados no segundo trimestre de 2015, para 2% no terceiro trimestre de 2015, 1,4% no quarto trimestre de 2015 e 0,8% no primeiro trimestre de 2016. O índice de desemprego, que, em maio de 2015 estava em 5,5%, caiu quase que constantemente, até chegar a 4,7% em maio de 2016. A inflação registrou 1,02% no acumulado de 12 meses até maio de 2016, distante ainda da meta de 2%.

56. No que se refere à situação das contas públicas, o déficit de 439 bilhões de dólares registrado no ano fiscal encerrado em 30 de setembro de 2015 foi o menor desde 2007, tanto em seu valor nominal quanto no que representa em relação ao PIB (2,5%). Incrementos de cerca de 8% na arrecadação e de 5% nas despesas possibilitaram redução de 9% no déficit na comparação com o ano fiscal

finalizado em 30/09/2014. Já a dívida pública norte-americana finalizou o ano de 2015 em 18,9 trilhões de dólares, o que equivale a cerca de 105% do PIB. Nesse contexto, a Embaixada acompanhou e informou sobre o impasse entre o executivo e o legislativo norte-americanos relacionado ao limite para endividamento público ('debt ceiling') e os embates para aprovação do orçamento 2015/2016, que quase resultaram em nova interrupção das atividades do governo federal ('shutdown').

#### INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS

57. Washington sedia importantes organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os governadores pelo Brasil nessas instituições financeiras são o ministro da Fazenda (Banco Mundial e FMI) e o ministro de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (BID). Como embaixador em Washington, tive a oportunidade de acompanhar as atividades das diretorias executivas pelo Brasil e apoiar a promoção de interesses brasileiros naqueles organismos. A Embaixada também prestou apoio técnico e logístico a visitas de autoridades da área econômica a Washington, em nível técnico e ministerial, para encontros bilaterais com contrapartes norte-americanas ou reuniões no FMI, no Banco Mundial ou BID. Entre as autoridades brasileiras da área econômica que receberam apoio da Embaixada, cumpre destacar o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o então presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e o então secretário executivo do Ministério do Planejamento, Dyogo de Oliveira.

#### Fundo Monetário Internacional

58. A Embaixada acompanhou de perto os assuntos relevantes para o Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), a exemplo da 14ª Reforma Geral de Quotas e



Governança do FMI, a qual, apesar de aprovada em 2010, tinha sua implementação pendente de ratificação pelos Estados Unidos, detentor de poder de veto na instituição. Em processo de mais de cinco anos, cujo desfecho foi prontamente reportado e relatado a Brasília, a aprovação da 14ª Reforma foi ratificada pelo Congresso dos Estados Unidos, em dezembro de 2015. Sua entrada em vigor elevou o poder de voto do Brasil no FMI de 1,7% para 2,32%, colocando o país entre os dez maiores quotistas do Fundo. Teve início, na sequência, a negociação da 15ª Reforma de Quotas, ainda em fase embrionária, mas prevista para ser finalizada até as Reuniões Anuais de 2017.

59. Em contatos com o então diretor-executivo pelo Brasil, Paulo Nogueira Batista, substituído por Otaviano Canuto em julho de 2015, segui as negociações para renovação do acordo de 'constituency' do Brasil no FMI, que compreende outros dez países (Cabo Verde, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Suriname, Timor-Leste e Trinidad e Tobago). O novo acordo deverá ser assinado nos próximos meses, visto que o atual, em vigor desde 2004, expirará em novembro próximo.

60. Na esteira do reatamento das relações entre os EUA e Cuba, comentado mais acima, acompanhou-se ainda o debate que se seguiu a respeito da possível normalização das relações da ilha caribenha com o FMI, primeiro passo para eventual reengajamento daquele país com as principais instituições financeiras internacionais. Reportei, ainda, importantes discussões e decisões do FMI, que colaboraram para subsidiar a atuação de Embaixadores brasileiros em países como a Grécia, que está em fase de negociação de suas dívidas com os principais credores internacionais, notadamente os países europeus.

#### Banco Mundial

61. Meu contato com o Banco Mundial foi constante e frutífero durante todo esse período, em particular com o escritório da Diretoria-Executiva brasileira, chefiada

por Antônio Henrique Silveira, até 30 de junho último. O Brasil encontra-se entre os três maiores clientes do Banco Mundial, o que implica contínuo esforço de desenho e aprovação de novos projetos, voltados especialmente para estados e municípios. Não por outra razão, durante esse período, foram frequentes as visitas de autoridades federais, estaduais e municipais à sede do Banco Mundial, as quais contaram com apoio técnico e logístico da Embaixada.

62. O Banco Mundial vem passando por profundas reformas de governança e de estrutura administrativa, e a Embaixada procurou acompanhar seus desdobramentos, fornecendo as informações relevantes a Brasília. Após a ambiciosa reforma de 2010, mediante a qual o poder de voto do Brasil passou de 2,07% para 2,23%, e o dos países em desenvolvimento aumentou de 42,7% para 47,2%, está em curso novo processo de realinhamento das ações do Banco Mundial, por meio do qual o Brasil poderá elevar ainda mais sua influência na instituição. Outros debates importantes do Banco Mundial no período foram: a reforma, ainda em andamento, das salvaguardas sociais e ambientais aplicadas a projetos do Banco; o futuro da Associação para o Desenvolvimento Internacional, braço do Banco Mundial voltado para os países pobres e que conta com contribuição brasileira; e o apoio da instituição à crise dos refugiados no Oriente Médio e Europa.

#### Banco Interamericano de Desenvolvimento

63. A Embaixada deu continuidade, também, à interlocução com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em 2015, acompanhei a segunda reeleição do colombiano Luis Alberto Moreno, candidato único, que contou com apoio brasileiro, para seu terceiro mandato à frente do Grupo BID. Também manteve contato fluido com a Diretoria-Executiva pelo Brasil no BID, chefiada por Ricardo Carneiro, até 30 de junho último, quando foi substituído pelo ex-diretor pelo Brasil no Banco Mundial, Antonio Henrique Silveira.

64. Atualmente, o Brasil representa 10,75% dos votos no banco, é o principal tomador de recursos e o segundo maior acionista, junto com Argentina, ficando atrás somente dos Estados Unidos, que contam com pouco mais de 30% dos votos no banco. A exposição nominal do BID é estimada em US\$ 140 bilhões, sendo que o Brasil responde por 22% do total; o México, por 18%; a Argentina, por 16%; e a Colômbia, por 9%. Como o conjunto de programas para o país está direcionado a estados e municípios, a Embaixada intermediou visitas de autoridades federais e, principalmente, estaduais e municipais ao Banco ao longo de minha gestão, a despeito da forte redução na contratação de novos empréstimos a partir de 2015, por conta do ajuste fiscal.

65. Acompanhou-se, ainda, a implementação das decisões da Assembleia Anual de 2015, para a reestruturação das janelas de operação com o setor privado, que permitiu o aumento do capital do Banco, com aporte de "capital fresco" à Corporação Interamericana de Investimentos (CII) do BID, para a criação, a partir de 2017, da Nova Corporação ("NewCo"). Na "NewCo", os EUA diluirão seu poder acionário para operações sem garantia soberana, do atual patamar de 22,78% para algo em torno de 15% (ainda suficientes para mantê-los como o principal acionista). Também acompanhei as decisões da Assembleia Anual de 2016, nas Bahamas, que debateu, entre outros temas, a consolidação de meta mais ambiciosa para o financiamento de projetos relacionados a mudanças climáticas e a operacionalização dos compromissos financeiros do Banco com o Haiti.

#### PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

66. A Embaixada dedicou especial atenção ao fortalecimento da relação comercial entre Brasil e Estados Unidos, a fim de ampliar as exportações brasileiras, promover investimentos norte-americanos no Brasil e atender às consultas de empresas e associações

empresariais interessadas em incrementar o intercâmbio entre os dois países. Além de participar dos principais mecanismos de diálogo comercial e empresarial, a Embaixada promoveu encontros para atrair investimentos e divulgar a imagem e os produtos do Brasil nos EUA.

67. Segundo os dados do MDIC, o fluxo de comércio entre o Brasil e os EUA em 2015 alcançou 55,5 bilhões de dólares (US\$), com déficit de US\$ 2,4 bilhões para o Brasil. Trata-se de declínio em relação ao déficit brasileiro de US\$ 8,3 bilhões registrado em 2014, quando a corrente bilateral de comércio alcançou US\$ 61,7 bilhões. Nos primeiros cinco meses de 2016, a corrente de comércio alcançou US\$ 17,8 bilhões, com déficit de US\$ 569 milhões para o Brasil, que representou diminuição importante em relação ao déficit de US\$ 2,1 bilhões registrado no período de janeiro a maio de 2015.

68. No tocante a investimentos, em 2015 foram registrados, pelos dados do Banco Central do Brasil, fluxo de investimento externo direto da ordem de US\$ 9,9 bilhões dos EUA para o Brasil, e de US\$1,9 bilhão do Brasil para os EUA. Nos primeiros cinco meses de 2016, o fluxo dos EUA para o Brasil foi de US\$ 5,6 bilhões, 56,5% acima dos US\$ 3,6 bilhões registrados em igual período do ano anterior. No sentido inverso, o fluxo do Brasil para os EUA, nos primeiros cinco meses de 2016, foi de US\$ 543 milhões, 21,3% menor do que o verificado em igual período do ano anterior, quando alcançou US\$ 690 milhões. Os estoques de IED norte-americano no Brasil e brasileiro nos EUA fecharam o ano de 2014 (últimos dados divulgados) em US\$111,7 bilhões e US\$ 11,8 bilhões, respectivamente.

69. Empenhado em ampliar o fluxo de investimentos entre Brasil e EUA, dediquei especial atenção à promoção e manutenção de parcerias com entidades empresariais locais como a 'Brazil Industries Coalition' (BIC), a 'US Chamber of Commerce' e a Câmara de Comércio Brasil-EUA de Nova York na realização de seminários de divulgação das oportunidades comerciais e de investimentos no Brasil. Periodicamente, proferi palestras sobre a economia brasileira a grupos de investidores, empresários e

formadores de opinião norte-americanos. Promovi contatos de funcionários da Embaixada e do governo brasileiro com interlocutores locais no governo norte-americano, na academia e em institutos especializados para o acompanhamento de temas de interesse mútuo. Por ocasião da 3ª. Conferência de Investimentos SelectUSA, organizada pelo governo dos EUA, em Washington, em junho último, recebi delegação empresarial brasileira, acompanhada pela embaixadora dos EUA no Brasil, Liliana Ayalde. Na ocasião, foi realizado, nas dependências da Embaixada, seminário sobre o processo de internacionalização de empresas brasileiras.

70. Conferi particular atenção à necessidade de apoiar empresas transnacionais brasileiras nos EUA, tendo mantido diálogo constante com os grupos presentes nos EUA como a Embraer, entre outros, e prestado assistência a empresas brasileiras de pequeno e médio portes, sobretudo no que se refere à identificação de oportunidades de comércio e de investimento. Nesse sentido promovi a atualização do "Guia Como Exportar - Estados Unidos da América", cuja edição anterior datava de 2012.

71. Mantive, ademais, diversas reuniões com empresários e associações empresariais norte-americanas baseadas na região de Washington DC, Maryland e Virgínia. Essas reuniões e missões representaram importantes oportunidades de promoção comercial, ao viabilizar encontros também com funcionários dos governos estaduais e municipais norte-americanos, bem como com empresários e associações empresariais e comerciais desses locais. Participei, ainda, de eventos empresariais fora da capital, em missões comerciais a estados norte-americanos, como Califórnia e Nova York. Recebi, com frequência, executivos e representantes de empresas brasileiras e norte-americanas, os quais me informaram sobre o andamento de suas atividades no Brasil e nos EUA e consultaram-me sobre aspectos referentes aos seus setores de atuação.

72. Avalio como importante atribuição da Embaixada o atendimento a consultas de empresários brasileiros e norte-americanos interessados em explorar oportunidades de comércio e investimento bilateral. Em 2015 e nos primeiros cinco meses de 2016, o setor de promoção comercial e de investimentos da Embaixada atendeu a mais de 1000 consultas de importadores norte-americanos e exportadores brasileiros. Atendeu, igualmente, 235 solicitações de investidores e outras empresas em busca de informações sobre como investir no Brasil.

73. Por ocasião da visita presidencial aos EUA, em junho de 2015, a Embaixada organizou, em parceria com o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU), evento empresarial que reuniu altos representantes do governo norte-americano, como a Secretária de Comércio dos EUA, e contou com a presença de mais de 200 executivos dos dois países, interessados em fortalecer os laços comerciais e de investimentos bilaterais. Foi realizado, ainda, 'road-show' para a divulgação de oportunidades de investimento no setor de infraestrutura oferecidas pelo Programa de Investimento em Logística (PIL), com a presença de centenas de potenciais investidores, selecionados pela Embaixada e pelos consulados brasileiros nos EUA. Outro destaque foi a reunião da mandatária brasileira com os executivos brasileiros integrantes do 'CEO Forum' Brasil-EUA, que retomara seus encontros com a realização, no mesmo mês, da IX edição do Fórum, em Brasília.

74. A Embaixada acompanhou o estabelecimento de um grupo de trabalho bilateral (GTB), a fim de aprofundar a parceria em infraestrutura entre os dois países. No âmbito desse GTB, a Embaixada participou das negociações (02/2016), da assinatura (03/2016) e da primeira reunião técnica (04/2016) do "Memorando de Cooperação sobre o Desenvolvimento do Setor de Infraestrutura". Esse

exercício propiciará a coordenação e a exploração de sinergias entre i) a Parceria em Transportes Brasil-Estados Unidos, ii) a Parceria em Aviação Brasil-Estados Unidos e iii) o Diálogo Estratégico em Energia Brasil-Estados Unidos, mecanismos pré-existentes, que continuarão a operar de forma independente, mas que se beneficiarão da visão ampliada da cooperação bilateral e do compartilhamento de melhores práticas, conferidos pelo Memorando.

75. Ao longo do último ano, o posto acompanhou e prestou apoio logístico a visitas do então ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Armando Monteiro, e do secretário de comércio exterior do MDIC, Daniel Godinho. Importantes medidas de convergência e coerência regulatória e de facilitação de comércio foram definidas e implementadas nessas visitas. São exemplos dessas iniciativas a assinatura de acordo de conformidade no setor de cerâmica, que deverá ser seguido de entendimentos similares nos setores têxtil, calçadista e de equipamentos elétricos, e de interoperabilidade dos portais de comércio exterior ('single window').

#### POLÍTICA COMERCIAL

76. Desde o início de minha gestão, a Embaixada deu prosseguimento às gestões junto ao Congresso dos Estados Unidos, com vistas à renovação do Sistema Geral de Preferências, do qual o Brasil havia sido o terceiro maior beneficiário (US\$ 2,33 bilhões em exportações brasileiras beneficiadas) antes sua expiração, em julho de 2013. Juntamente com as demais embaixadas que compõem a Aliança para o SGP (A-SGP: grupo de representações diplomáticas em Washington, de países beneficiados pelo SGP), a Embaixada do Brasil procurou ressaltar aos congressistas a importância do programa de isenção tarifária para os exportadores brasileiros, bem como para as empresas dos Estados Unidos, muitas das quais dependiam dos produtos brasileiros e vinham diminuindo sua capacidade produtiva em razão dos impostos de

importação antes eliminados pelo SGP, mas novamente vigentes a partir da expiração do programa em agosto de 2013.

77. Ademais, a Embaixada procurou ressaltar, junto aos membros do Congresso, que, diante da perda dos benefícios tarifários concedidos pelo programa, a China vinha substituindo muitas das exportações dos países do SGP, contrariando o argumento de críticos do programa, no sentido de que o fim do SGP proporcionaria ganhos de produção e de mercados a empresas norte-americanas. Esse argumento teve importância particular, dado o engajamento da administração Barack Obama e do Congresso, no sentido de contrapor-se ao avanço da influência chinesa na região da Ásia-Pacífico (um dos principais motivos, inclusive, para a negociação da Parceria Transpacífica - TPP). Finalmente, em junho de 2015, o Congresso aprovou projeto de lei amplo, sobre vários temas referentes à política comercial dos Estados Unidos, inclusive a 'Trade Promotion Authority' (TPA), que incluiu a renovação do SGP.

78. A partir início do processo de revisão anual de 2015 do SGP, iniciada em agosto daquele ano, a Embaixada prestou apoio a peticionárias norte-americanas que buscavam manter os benefícios tarifários concedidos a produtos brasileiros importados por suas empresas. Segundo resultado da revisão, publicado em 1º de julho de 2016, os produtos brasileiros ameaçados de serem graduados ou removidos do programa mantiveram-se como elegíveis aos benefícios tarifários do SGP.

79. Também acompanhei atentamente as negociações entre a Casa Branca e o Congresso dos Estados Unidos a respeito da tramitação do projeto de lei que renovaria a 'Trade Promotion Authority (TPA)'. A aprovação da lei de renovação da TPA, que autoriza o presidente dos EUA a firmar acordos de livre comércio, que deverão, após assinados, ser votados pelo Congresso sem possibilidade de emendas, vinha sendo aguardada pelos países negociadores da Parceria Transpacífica, pois não poderiam avançar nas tratativas sobre temas sensíveis sem antes



terem a certeza de que o que fosse acordado não seria modificado pelos congressistas norte-americanos. Após finalmente aprovada pelo Congresso, a renovação da TPA foi assinada pelo presidente Barack Obama, em 29 de junho de 2015, e, conforme previsto, as negociações da TPP logo foram concluídas, em 5 de outubro daquele ano, e o acordo assinado em 4 de fevereiro de 2016.

80. A partir da publicação do texto do acordo, em 5 de novembro de 2015, instruí os setores econômico e comercial e de ciência e tecnologia da Embaixada a analisar a TPP e avaliar possíveis impactos sobre as relações econômicas e comerciais bilaterais, entre Brasil e Estados Unidos, cujos resultados foram enviados a Brasília. Resta saber em que medida o acordo poderá afetar o comércio externo brasileiro em decorrência da eliminação de barreiras não tarifárias, bem como se as concessões feitas pelos EUA aos países da TPP poderão afetar eventuais futuras negociações comerciais do Brasil com os Estados Unidos, a exemplo das quotas tarifárias norte-americanas.

81. Além da TPP, a Embaixada seguiu acompanhando com atenção a evolução das negociações, ainda em curso, do acordo de Parceria Transatlântica para Comércio e Investimentos (TTIP), entre os EUA e a União Europeia, lançadas em julho de 2013. Pude observar que, por meio da TTIP (assim como na TPP), os EUA buscam defender seus interesses econômicos por meio de acordo com configuração OMC-plus no que se refere a mecanismo de solução de controvérsias investidor-estado (ISDS), proteção a direitos de propriedade intelectual, compras governamentais, bem como de normas e procedimentos regulatórios, leis trabalhistas, comércio eletrônico e proteção ambiental. As negociações avançaram lentamente durante o último ano, principalmente por restrições dos Estados Unidos sobre compras governamentais em nível subfederal e serviços financeiros e por dificuldades da União Europeia em relação a coerência regulatória e mecanismo de solução de controvérsias investidor-estado. Além disso, a incerteza gerada pelo resultado do referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia

poderá ser elemento de desaceleração das negociações, não só por razões de reorganização interna do bloco europeu, mas também pelo fato de que os EUA poderão perder contraparte negociadora com a qual o país apresentava maior alinhamento de posições.

82. A Embaixada acompanhou, ainda, a intensa disputa no Congresso pela renovação do mandato de funcionamento do banco de crédito de exportações e importações dos Estados Unidos, o "Ex-Im Bank". Apesar da forte oposição de parlamentares do Partido Republicano ao banco, que consideram representar gastos públicos desnecessários, o mandato do "Ex-Im Bank" foi finalmente renovado, em dezembro de 2015, por período de quatro anos.

#### DEFESA COMERCIAL E ACESSO AO MERCADO DOS EUA

83. Conforme estudo realizado pela Embaixada ("Relatório de barreiras, nos Estados Unidos, à exportação de produtos brasileiros", edição de 2016), as exportações brasileiras seguem sendo prejudicadas por barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos a produtos como: açúcar, algodão, camarão, carne bovina 'in natura', carne de frango, etanol, milho, soja, tabaco, frutas e hortaliças, sucos de fruta, lácteos, produtos siderúrgicos e produtos têxteis, entre outros. Ademais, as exportações brasileiras são igualmente afetadas, nos EUA, por medidas de caráter horizontal, como subsídios à produção agrícola, subsídios à exportação, barreiras técnicas em agricultura, medidas antidumping e antissubsídios, exigências de conteúdo nacional e restrições relacionadas a propriedade intelectual, produtos de defesa e investimentos estrangeiros.

84. À frente do posto, realizei gestões pela remoção de barreiras a produtos brasileiros, com destaque para a publicação, no contexto da visita presidencial de junho de 2015, da lei ("Final Rule") que finalmente determinou a abertura mercado norte-americano de carne bovina "in

natura" (resfriada e congelada) para exportadores brasileiros, depois de cumpridas exigências de equivalência sanitária. Tratou-se do mais importante passo em processo de negociação que se estendia desde 1999. Nos meses recentes, a Embaixada também encabeçou força tarefa que preveniu a aprovação de emendas parlamentares à lei orçamentária que exigiriam, do produto brasileiro, novas avaliações de risco - o que poderia levar a novo atraso no processo de abertura do mercado norte-americano. O início da comercialização da carne bovina depende, agora, somente de processo mútuo de certificação, a ser concluído em breve. Para além dos ganhos diretos de acesso ao mercado norte-americano, a comercialização poderá propiciar a abertura a mercados de terceiros países, que seguem os parâmetros sanitários e fitossanitários estadunidenses.

85. Minha gestão coincidiu com momento em que, diante da valorização cambial do dólar norte-americano e da sobre capacidade produtiva chinesa, principalmente de produtos siderúrgicos, várias empresas norte-americanas, por temerem incremento desmesurado do ingresso de determinadas importações, solicitaram ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos (DoC) o início de investigações antidumping e antissubsídios. O Brasil, apesar de não contar com volume de produção e exportação equivalentes aos chineses, acabou sendo objeto das investigações, juntamente com os principais exportadores mundiais de produtos siderúrgicos.

86. Desde o início de minha gestão, os produtos brasileiros incluídos em investigações antidumping e antissubsídios dos Estados Unidos foram laminados de aço a quente, laminados de aço a frio e laminados de aço-carbono ou aço-liga, cujas principais empresas brasileiras exportadoras foram a Companhia Siderúrgica Nacional, a Usiminas e a Gerdau Açominas. Ademais, o DoC concluiu, nesse período, investigação antidumping, iniciada em período anterior à minha chegada ao posto, sobre exportações brasileiras de papel não revestido,

produzido pela empresa Suzano Papel e Celulose.

87. Nas investigações sobre exportações do setor siderúrgico brasileiro, a Embaixada realizou gestões junto ao DoC e à USITC com vistas a reverter o início de processos ou reduzir o escopo das investigações tanto no que se refere aos programas governamentais suspeitos de fornecerem subsídios quanto no que se refere às empresas suspeitas de praticarem dumping. Ademais, em reuniões com autoridades norte-americanas, manifestei sempre a importância que o governo brasileiro atribui ao tema, bem como a relevância do mercado dos EUA para o Brasil. Nos casos dos laminados de aço a quente e dos laminados de aço a frio, foi possível eliminar dos processos parte dos programas governamentais que seriam investigados. No caso dos laminados de aço-carbono ou aço-liga, foi possível retirar o Brasil da lista de países a serem investigados no processo antissubsídios, tendo-se prosseguido apenas à investigação antidumping.

88. Também durante minha gestão, foram retomadas as reuniões da Comissão Brasil-Estados Unidos de Relações Econômicas e Comerciais (ATEC), cuja última reunião havia acontecido em setembro de 2013, em Brasília. A elaboração da agenda, sobre a qual discuti diretamente com o USTR, Michael Froman, refletiu o interesse de ambos os governos, expressado durante a visita presidencial de junho de 2015, no sentido de "elevar o nível de ambição do relacionamento econômico bilateral". Por essa razão, o encontro da ATEC, realizado em Washington, em março último, contou com reunião em nível ministerial, tendo participado os Ministros de Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e do Representante de Comércio dos Estados Unidos. A reunião foi precedida de encontro técnico, quando foram discutidos, entre outros temas, as respectivas agendas comerciais dos EUA e do Brasil, cooperação no âmbito da OMC e atuais desafios na área econômica, a exemplo da sobreoferta global de aço.

## TEMAS FINANCEIROS E TRIBUTÁRIOS

89. A Embaixada acompanhou as discussões do Diálogo Econômico e Financeiro Brasil-Estados Unidos, realizado nesta capital, em dezembro de 2015, entre o então Ministro de Estado da Fazenda, Joaquim Levy, e o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Jacob Lew. O encontro reforçou o adensamento dos contatos entre funcionários do Ministério da Fazenda e do Departamento do Tesouro dos EUA, assim como proporcionou a troca de opiniões sobre a situação da economia internacional, temas relativos à política financeira internacional e às instituições e foros correlatos. Na área tributária, gestões feitas pela Embaixada garantiram o importante voto dos Estados Unidos em favor do Subsecretário da Receita Federal, Ernani Checucci, eleito em junho de 2015 para o cargo de diretor de fortalecimento de capacidades da Organização Mundial de Aduanas (OMA). Em agosto do mesmo ano, entrou em vigor o "Acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA ('Foreign Account Tax Compliance Act')", importante instrumento bilateral, que se soma aos esforços do governo brasileiro para combater a evasão fiscal, em linha com o projeto 'Base Erosion and Profit Shift' (BEPS), desenvolvido na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

90. A Embaixada recebeu, em junho de 2015, representantes de grandes empresas norte-americanas pertencentes ao grupo 'Business Roundtable', para discutir aspectos do BEPS em relação aos investimentos dessas empresas no Brasil. Em outubro, participei de reunião com a Secretária de Comércio dos Estados Unidos, Penny Pritzker, durante o qual, entre outros assuntos, foi proposta a criação de um grupo de trabalho intergovernamental destinado a avaliar os aspectos de nossos sistemas tributários que constituem empecilhos ao comércio bilateral, em particular com vistas a considerar

eventual assinatura de Acordo para Evitar a Dupla Tributação (ADT), que facilitaria os investimentos de empresas transnacionais de ambos os países.

91. Determinei, ademais, que Embaixada fizesse acompanhamento detido das políticas de sanções econômico-financeiras dos EUA a terceiros países, com ênfase nas medidas aplicadas pelo 'Office of Foreign Assets Control' (OFAC), órgão do Departamento do Tesouro responsável pela implementação das sanções econômico-financeiras dos EUA a países como Coreia do Norte, Sudão e Rússia. A Embaixada também acompanhou as importantes alterações realizadas nos regimes de sanções norte-americanas a países como Cuba e Irã, buscando esclarecer eventuais dúvidas de entidades financeiras e do governo brasileiro. Foram realizadas, ainda, gestões junto ao Tesouro norte-americano em prol de dilação dos prazos exigidos pelo G-20 Financeiro para a aprovação de legislação brasileira que tipificasse o crime de financiamento ao terrorismo.

#### TURISMO E MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

92. Durante todo o período, a Embaixada intensificou as atividades de divulgação das potencialidades turísticas do Brasil, tendo presente a condição do país como sede de megaeventos esportivos. Em 2015, foi amplamente divulgada a realização, em Palmas, da primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. O posto promoveu a realização de série de eventos, em parceria com o 'Smithsonian Institute' e com o 'think-tank' 'Council of the Americas', para o marco de um ano para abertura dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Também foi organizado, em outubro de 2015, na residência da Embaixada, evento em colaboração com a rede de televisão NBC, detentora dos direitos de transmissão dos Jogos.

93. Em 2016, guiado pelo imperativo da austeridade orçamentária, busquei o estabelecimento de parcerias com diversos atores da iniciativa privada (NBC4, NBC/Comcast, Coca-Cola, Nike, LATAM Airways, Panasonic, MedStar NHR,

Texas de Brazil), com vistas a divulgar os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Como mencionado mais acima, o Brasil como sede dos jogos paralímpicos foi o tema da prestigiosa gala anual da rede hospitalar MedStar NHR. Também celebrei o marco dos 100 dias para a abertura dos jogos olímpicos, com a inauguração, na residência, de exposição inédita de tochas dos jogos de verão, desde a primeira, dos Jogos de Berlim (1936), que reintroduziu a tradição das tochas ao olimpismo contemporâneo, à que está sendo utilizada para os Jogos do Rio de Janeiro. A coleção, adquirida ao longo do ano pela Coca-Cola, por sugestão do posto, também pôde ser apreciadas por mais de cinco mil pessoas, durante a edição 2016 do "Passport DC", em que abri as portas da Residência para o público em geral. Proferi palestras sobre a preparação do Brasil para a realização dos Jogos e publiquei artigos sobre as medidas do governo brasileiro para combater a propagação do vírus zika. Por fim, a Embaixada negociou parceria com a rede de televisão NBC/Comcast, para a realização, nas dependências do renomado 'Newseum', de recepção, para cerca de 800 pessoas, por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, em 5 de agosto próximo.

#### ENERGIA

94. Na área de energia, destaco, no período em que chefieei a Embaixada, a retomada do Diálogo Estratégico de Energia e o estreitamento da interlocução com a Agência de Proteção Ambiental (EPA) em torno do programa 'Renewable Fuel Standard' (RFS).

#### III Diálogo Estratégico em Energia

95. O diálogo estratégico Brasil-EUA de energia (DEE) foi retomado, conforme instrução do comunicado conjunto da última visita presidencial, com a organização de sua

terceira edição, em Washington, em 13 de novembro de 2015. O diálogo foi precedido de reunião de coordenação, realizada em 20 de outubro, entre o então ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, e o secretário de Energia, Ernest Moniz. O III DEE caracterizou-se pelo alto nível técnico das discussões e pela objetividade dos resultados alcançados.

96. Entre os resultados, destacam-se: i) compromisso de relatar aos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos, ainda em 2016, as iniciativas desenvolvidas no âmbito do diálogo de energia no período; ii) desenvolvimento de plano de trabalho em energia solar; iii) ampliação da exitosa cooperação em eficiência energética em edificações para o estudo da eficiência energética no setor industrial, por meio da criação de força-tarefa com foco em financiamento; iv) formalização da cooperação científica e tecnológica com os laboratórios nacionais norte americanos; v) renovação do trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho em biocombustíveis, com especial atenção à troca de informações sobre produção e consumo de biocombustíveis no Brasil e nos Estados Unidos; vi) recuperação das iniciativas de cooperação com terceiros países, como convite aos Estados Unidos para integrarem os trabalhos de elaboração de Atlas Global da Bioenergia; vii) inclusão dos temas "hidrocarbonetos não-convencionais" e "captura e armazenamento de carbono" (CCS) no âmbito de grupo de trabalho sobre combustíveis fósseis; viii) organização de missão de especialistas em energia nuclear da Eletrobras e da Eletronuclear ao Laboratório Nacional de Idaho; e ix) troca de experiências e informações sobre o nexos água-energia.

97. Do trabalho desenvolvido ao longo desse período, meus contatos com o Secretário de Energia Ernest Moniz me deixam convencido de que o lado norte-americano nutre claro interesse em estreitar as relações bilaterais nessa área. Os Estados Unidos reconhecem o Brasil como importante ator, em função: a) da capacidade tecnológica do país em matéria de energias renováveis; b) da dimensão



do mercado brasileiro e as perspectivas de aumento da demanda por energias renováveis, como resultado das nossas políticas públicas de estímulo à expansão da participação dessas energias na matriz energética nacional; c) da capacidade de liderança brasileira em foros internacionais de mudança do clima e energia, como país emergente cuja matriz energética está entre as mais limpas do mundo, com base tecnológica e capaz de compartilhar experiências exitosas nessas duas áreas.

"Renewable Fuel Standard" (RFS)

98. A Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos conduz anualmente o processo de revisão do programa de estímulo à adoção de combustíveis renováveis, denominado "renewable fuel standard" (RFS). O RFS estabelece mandatos anuais de utilização de biocombustíveis (convencionais e avançados) na matriz energética dos Estados Unidos, com cronograma de aumento gradual até 2022. Desde então, o RFS vem sendo revisado anualmente, sempre com a possibilidade de correção, para mais ou para menos, do volume de biocombustíveis mandatado para o ano subsequente. Em 2010, a EPA incluiu o etanol de cana-de-açúcar na categoria de biocombustíveis avançados, à qual também pertencem o biodiesel, o etanol celulósico, o etanol de sorgo e outros tipos de biocombustíveis ainda em estágio experimental. O etanol de milho norte-americano continua a ser considerado biocombustível convencional.

99. A Embaixada buscou intensificar o diálogo com a Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos, com vistas a inteirar-se em mais profundidade do processo em curso de reavaliação das regras do RFS, bem como a manter presente nesse debate os interesses exportadores da indústria brasileira de etanol, que propugna pela priorização do uso de biocombustíveis avançados. Mais concretamente, foram efetuadas repetidas gestões em favor do aumento dos volumes obrigatórios de biocombustíveis a serem misturados à gasolina em 2016 e 2017. Buscou-se,

además, actualizar a EPA com informações sobre a projetada expansão da capacidade de oferta de etanol pelo Brasil, em decorrência dos investimentos anunciados pelo setor. Por fim, chamou-se atenção para o início da produção industrial de etanol celulósico no Brasil e as perspectivas de expansão da capacidade produtiva desse biocombustível.

100. A EPA manifestou interesse em realizar visita às plantas industriais brasileiras de etanol celulósico em 2016. À luz do progresso da indústria de etanol 2G no Brasil, o EPA poderia fazer refletir a expectativa de crescimento da produção desta categoria de biocombustível em futuros "mandatos" de mistura de biocombustíveis, no âmbito do "Renewable Fuel Standard". Mais recentemente, em 18 de maio passado, a EPA divulgou proposta dos volumes obrigatórios de biocombustíveis a serem misturados à gasolina no mandato de 2017. A Embaixada está acompanhando o processo de consulta pública da proposta, marcado por movimentos de pressões e contrapressões de diversos setores, favoráveis e contrários aos números divulgados e, até mesmo, por questionamentos em torno da própria existência do programa RFS. Neste contexto, além da intensificação do diálogo com a EPA, a Embaixada vem mantendo em bases regulares reuniões de coordenação com o escritório da UNICA em Washington, com vistas atualizar argumentos e estratégias de promoção dos interesses dos produtores e exportadores brasileiros.

#### MEIO AMBIENTE E ESPAÇO

101. A temática ambiental continuou a ocupar papel importante na agenda do governo Barack Obama, que trabalhou por deixar legado na área ambiental ao lançar políticas como o Plano Energia Limpa ("Clean Power Plan") e determinar o engajamento dos Estados Unidos nas negociações do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima. A resistência de diversos atores, entre eles a liderança do Partido Republicano, ao Plano Energia Limpa, cuja

implementação encontra-se suspensa por ordem judicial, é ilustrativa da falta de consenso interno em relação à gravidade do problema da mudança do clima e do papel que cabe aos Estados Unidos em seu enfrentamento. A despeito dos obstáculos domésticos, o senso de prioridade atribuído por Obama ao tema da mudança do clima, inédito em comparação com administrações anteriores, abriu espaço para maior colaboração entre Brasil e Estados Unidos nessa área.

102. A cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos em mudança do clima foi um dos destaques da visita presidencial a Washington em junho de 2015, que resultou na adoção da Declaração Conjunta específica sobre o assunto – em cuja negociação me empenhei pessoalmente – e na criação de grupo de trabalho com o objetivo de ampliar a cooperação bilateral em questões relacionadas ao uso da terra, energia limpa e adaptação, bem como diálogos políticos sobre a questão climática em nível nacional e internacional. O Grupo de Trabalho de Alto Nível sobre Mudança do Clima reuniu-se pela primeira vez em outubro de 2015, em Brasília, e a segunda reunião deve ocorrer no segundo semestre de 2016, nos Estados Unidos. Esse processo de aproximação contribuiu para a consolidação de clima cooperativo entre os negociadores brasileiros e estadunidenses durante a 21ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que resultou na adoção do Acordo de Paris em dezembro de 2015.

103. Também por ocasião da última visita da presidencial a Washington, adotou-se Programa de Trabalho entre o Ministério do Meio Ambiente e a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) e Declaração de Intenções entre o Ministério do Meio Ambiente e o Serviço Florestal dos Estados Unidos sobre Cooperação no Combate a Incêndios Florestais. Em julho de 2015, foi celebrado Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Águas (ANA), o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o Serviço Geológico dos Estados Unidos.

104. Além de incluir o tema do meio ambiente em meus contatos com autoridades locais, empenhei-me em desfazer percepções equivocadas sobre a realidade ambiental brasileira por meio da organização de eventos, participação em palestras, interação com organizações não governamentais e concessão de entrevistas. Sendo Washington sede de escritórios de organizações ambientais, 'think tanks' e meios de comunicação de alcance global, a cidade é local privilegiado para a divulgação dos resultados bem sucedidos das políticas ambientais brasileiras. Em diferentes ocasiões, procurei enfatizar o êxito da política brasileira de combate ao desmatamento e os ambiciosos compromissos adotados pelo Brasil no âmbito das negociações do Acordo de Paris. Destaco, entre as atividades promovidas, a organização de evento em comemoração do Dia da Amazônia, em 11 de setembro de 2015, e do evento "Clima e Biodiversidade - Conquistas e Desafios", em 19 de outubro de 2015, que contou com a participação da Secretária de Biodiversidades e Florestas, Ana Cristina Barros, e o Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Carlos Klink; bem como palestras que proferi com foco na questão do meio ambiente, tais como as promovidas pelas organizações "Diplomacy Matters", em 15 de outubro de 2015; "World Affairs Council", em 4 de novembro de 2015, "The New Republic", em 16 de dezembro de 2015 e "George Washington University", em 19 de abril de 2016.

105. A Embaixada deu continuidade ao trabalho de acompanhamento das reuniões semestrais do Conselho do Fundo para o Meio Ambiente Global (Global Environment Facility - GEF), entidade sediada em Washington que atua como mecanismo financeiro de convenções internacionais sobre o meio ambiente e é fonte importante de recursos externos para programas ambientais brasileiros. Destaca-se, no último ano, a aprovação de recursos para a terceira fase do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e o programa regional também sobre a Amazônia

envolvendo Brasil, Colômbia e Peru.

106. A cooperação em nível técnico entre Brasil e Estados Unidos na área espacial desenvolve-se de maneira correta, embora haja grande potencial a ser explorado. No contexto da visita da presidencial a Washington, em junho de 2015, foram firmados dois instrumentos entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a NASA, um para permitir a participação de estudantes brasileiros em programas de estágio na NASA (programa GLOBE), e outro para promover a cooperação na área de física solar espacial (heliofísica) e a pesquisa sobre clima espacial. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Agência Nacional para Oceanos e Atmosfera dos Estados Unidos (NOAA), por sua vez, firmaram instrumento para permitir a participação do Brasil no programa de satélites COSMIC-2. Permanece em aberto a questão da efetivação de um Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre os dois países, tema que considero fundamental para o desenvolvimento pleno da cooperação espacial Brasil-Estados Unidos, em benefício do programa espacial brasileiro e do desenvolvimento da indústria de alta tecnologia no país.

#### CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

107. Os temas de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) estiveram no centro dos esforços da Embaixada para imprimir novo impulso à agenda de cooperação bilateral. Em 2015, coube ao posto trabalhar na preparação e no seguimento da IV comissão conjunta Brasil-Estados Unidos em C,T&I (Washington, 28 e 29 de maio de 2015), foro em que são definidas as áreas e os programas prioritários da cooperação. O nível de representação de ambas as delegações evidenciou a importância dos temas de C,T&I para as relações bilaterais. Do lado brasileiro, a delegação foi chefiada pelo então ministro da C,T&I, Aldo Rebelo. Do lado norte-americano, pelo diretor do escritório para políticas de ciência e tecnologia da Casa Branca (OSTP), Antony Holdren, a mais alta autoridade do

governo americano no setor. Vale recordar que a comissão mista Brasil-Estados Unidos é um dos poucos foros bilaterais chefiados pelo próprio diretor do OSTP. Os outros países com os quais o governo norte-americano mantém foro de C,T&I com chefia de delegação neste nível são China, Índia, Rússia, Coreia e Japão.

108. Entre os temas discutidos na comissão mista, destacaram-se os relativos a gerenciamento e resposta a desastres; pesquisa sobre ecossistemas e gerenciamento de recursos naturais; sistemas de energia limpa e eficiente; física de alta energia e fontes de luz síncrotron; e saúde pública (incluindo biomedicina e biotecnologia). A comista e seus eventos paralelos foram particularmente exitosos não somente por terem dado seguimento a iniciativas anteriores como também por terem lançado novas áreas de cooperação, conforme refletido na declaração conjunta emanada da visita presidencial de julho de 2015. Na ocasião foram firmados seis instrumentos negociados no âmbito da comissão conjunta: a) declaração de intenções entre o MCTI e departamento de energia sobre colaboração em ciência e tecnologia da radiação síncrotron e física de neutrinos; b) acordo entre o INPE/MCTI e a administração nacional oceânica e atmosférica dos Estados Unidos (NOAA) para o programa da constelação do sistema de observação para meteorologia, ionosfera e clima (COSMIC-2); c) acordo entre a AEB (Agência Espacial Brasileira) e a NASA (Agência Espacial Americana) para pesquisa em heliofísica; d) acordo entre a AEB e a NASA para adesão do Brasil ao programa GLOBE - programa de aprendizagem e observações globais em benefício do meio ambiente; e) acordo entre o CNPEM, o LNLS e o Laboratório Nacional de Argonne para desenvolver mecanismos e processos para aprofundar a colaboração relacionada a pesquisa e desenvolvimento com fontes de luz síncrotron; f) memorando de entendimento entre a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e o Conselho de Competitividade (CoC) no campo da inovação e competitividade, para estabelecer uma cooperação que contribua para a melhoria das políticas públicas brasileiras e norte-americanas na área.

109. Busquei sempre promover e intensificar iniciativas com vistas a aprofundar integração da diáspora científica brasileira às atividades de promoção da inovação do governo brasileiro. Destacam-se: a) a realização de encontro de cientistas e profissionais brasileiros do 'Brazilian Expert Network' (BEN) com representantes do IPEA; b) realização do 'I encontro Ciência sem Fronteiras-Brazilian Expert Network'; c) organização de 'BEN Talk' com a participação de representantes do 'US-Brazil Business Council' para debater o novo marco legal de C,T&I (Lei 13.243). Em consonância com os esforços de integrar C,T&I à diplomacia pública, o evento foi transmitido ao vivo por meio de mídias sociais e a gravação divulgada posteriormente.

110. Além da interface dos temas de C,T&I com a academia e o governo, a Embaixada tem procurado apoiar a participação do setor privado em debates e iniciativas em matéria de inovação. A título de exemplo, o posto: a) auxiliou na organização do fórum de inovação, organizado pelo Conselho Empresarial Brasil-EUA na Câmara de Comércio dos EUA (27/5/2015); b) acompanhou o projeto-piloto 'immersion in innovation ecosystems', organizado pelo Conselho de Competitividade (18 a 26 de abril de 2016) exclusivamente para 21 brasileiros, entre os quais representantes do setor privado, acadêmico e governamental.

111. A Embaixada organizou também missões de estudo e prospecção de cooperação. A título de exemplo: a) montou programa de visita da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e CEBRAP, para estudo pormenorizado, 'in loco', da 'National Network for Manufacturing Innovation' (NNMI), iniciativa do governo Obama com o objetivo de promover em diversos setores industriais, o desenvolvimento de produtos e processos inovadores; b) organizou visitas de delegações brasileiras da área de C,T&I aos EUA, entre outras, da Agência de Inovação Brasileira (FINEP), do Instituto de

---

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

112. A dificuldade apresentada pela estrutura pulverizada do sistema de C,T&I norte-americano tem sido contornada por um contínuo diálogo com as grandes instituições governamentais, como o escritório para política de ciência e tecnologia da Casa Branca (OSTP), a Fundação Nacional de Ciência (NSF), o Departamento de Energia (DoE), o Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia NIST) e os Institutos Nacionais de Saúde (NIH); com o setor privado, como a "Biotechnology Industry Organization" (BIO), o Conselho de Competitividade (CoC); com instituições vinculadas à pesquisa e desenvolvimento, como a Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS) e a Universidade Georgetown; e organizações não governamentais, como a "Public Knowledge". Com base nesses contatos, a Embaixada buscou fortalecer mecanismos já consolidados, apoiar o estabelecimento de novas iniciativas, facilitar contatos e parcerias entre entidades dos dois países, divulgar políticas brasileiras na área de C,T&I e prospectar novas possibilidades de cooperação identificadas a partir do acompanhamento de políticas de C,T&I nos Estados Unidos.

113. Não posso deixar de registrar meu agradecimento e reconhecimento à equipe de diplomatas e funcionários da Embaixada, cuja excelência profissional, espírito público e sentido de equipe foram fundamentais para que eu tenha podido fazer frente à multiplicidade das tarefas e desafios inerentes à função de embaixador do Brasil em Washington.

LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Embaixador





## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM Nº 71, DE 2016

(nº 394/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

**AUTORIA:** Presidente da República

**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 394

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Os méritos do Senhor Sérgio Silva do Amaral que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de julho de 2016.

EM nº 00202/2016 MRE

Brasília, 8 de Julho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **SÉRGIO SILVA DO AMARAL**, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **SÉRGIO SILVA DO AMARAL** para inclusão em++.....

Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: José Serra*

Aviso nº 450 - C. Civil.

Em 12 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**INFORMAÇÃO****CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE, APOSENTADO, SÉRGIO SILVA DO AMARAL**

CPF.: 110.152.927-04

ID.: 4207 MRE

1944 Filho de Pedro Augusto do Amaral e Maria Aparecida Silva do Amaral, nasce em 1º de junho, em São Paulo/SP

**Dados Acadêmicos:**

Direito e Ciências Sociais, USP

CPCD - IRBR

Graduação, Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne), Certificado de Ciências Políticas

Pós-graduação, Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne), Diploma de Estudos Superiores Especializados (DESS) em Ciências Políticas

Doutor em Ciências Políticas, Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne)

**Cargos:**

1971 Terceiro-Secretário  
 1975 Segundo-Secretário  
 1979 Primeiro-Secretário, por merecimento  
 1982 Conselheiro, por merecimento  
 1988 Ministro de Segunda Classe, por merecimento  
 1994 Ministro de Primeira Classe, por merecimento  
 2007 Ministro de Primeira Classe, aposentado

**Funções:**

1971-72 Divisão de Cooperação Intelectual, assistente  
 1972-74 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assistente  
 1974-77 Embaixada em Paris, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário  
 1977-1980 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário  
 1980-84 Presidência da República, Secretaria de Planejamento, assessor  
 1984-88 Embaixada em Washington, Conselheiro  
 1988-1990 Ministério da Fazenda, Secretário de Assuntos Internacionais  
 1990-91 Delegação Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro  
 1991-93 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro  
 1994 Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Secretário Executivo  
 1994-95 Ministério da Fazenda, Chefe de Gabinete  
 1995-99 Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministro Chefe e Porta-Voz  
 1999-2001 Embaixada em Londres, Embaixador  
 2001-03 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Ministro de Estado  
 2003-05 Embaixada em Paris, Embaixador

**Condecorações:**

Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Grande Oficial  
 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz  
 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz  
 Ordem do Tesouro Sagrado, Japão, Grande Cordão  
 Ordem da República da Itália, Grã-Cruz  
 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial  
 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial  
 Ordem do Mérito da República Portuguesa, Grã-Cruz  
 Knight Commander of the British Empire

Légion d'Honneur, France, Grande Oficial  
Ordem do Mérito Judiciário, Brasil/DF, Grã-Cruz  
Mérito Científico, Brasil, Grã Cruz  
Ordem Azteca, México, Grã-Cruz

**Publicações:**

O Problema da Dívida da América Latina - A Visão de um Grande País Devedor, in Congressional Research Service, Library of Congress, Washington;  
A Crise da Dívida do Ponto de Vista de um País Devedor, in Journal of International Law and Politics, Universidade de Nova York, volume 17, primavera de 1985;  
A Dívida Externa: Da Crise de Liquidez à Crise do Crescimento, in Case Western Reserve Journal of International Law, Canada-United States Law Journal;  
Comércio e Desenvolvimento, in World Economic Forum, Nova York/EUA.

**PAULA ALVES DE SOUZA**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

### ESTADOS UNIDOS



### INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Maio de 2016

### DADOS BÁSICOS SOBRE OS EUA

**NOME OFICIAL:**

Estados Unidos da América

<b>CAPITAL:</b>	Washington, DC
<b>ÁREA:</b>	9.631.418 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO ( 2014/julho):</b>	318,8 milhões
<b>IDIOMA OFICIAL:</b>	Não tem.
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Protestantes (52%), católicos (24%), mórmons (2%), judeus (2%), muçulmanos (1%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Presidencialismo
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Parlamento bicameral. A Câmara de Representantes e o Senado
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Barack Hussein Obama II (desde 20/1/2009)
<b>CHANCELER:</b>	John Forbes Kerry (desde 1º/2/2013)
<b>PIB NOMINAL (FMI, est 2015):</b>	US\$ 18,28 trilhões
<b>PIB PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (FMI, est 2015):</b>	US\$ 18,28 trilhões
<b>PIB PER CAPITA (FMI, est 2015):</b>	US\$ 57,04 mil
<b>PIB PPP PER CAPITA (FMI, est 2015):</b>	US\$ 57,04 mil
<b>VARIAÇÃO DO PIB (FMI):</b>	2,6% (2015); 2,4% (2014); 2,21% (2013); 2,32% (2012); 1,8% (2011); 2,4% (2010)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014, PNUD):</b>	0,915 (8ª posição entre 188 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2014, PNUD):</b>	79,1 anos (PNUD, relatório de 2014)
<b>ALFABETIZAÇÃO:</b>	99% (CIA World Fact Book, 2014)
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO:</b>	5% (dezembro de 2015 - US Bureau of Labor Statistics)
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	dólar dos EUA (USD ou US\$)
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Liliana Ayalde; concedido <i>agrément</i> a Peter McKinley em 25 de maio de 2016
<b>BRASILEIROS NO PAÍS:</b>	Cerca de 1.315.000 pessoas

#### INTERCÂMBIO COMERCIAL (em US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

Brasil → EUA	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
<b>Intercâmbio</b>	22.416	27.114	26.297	35.206	43.788	35.633	59.774	60.671	50.551
<b>Exportações</b>	10.675	14.208	16.728	22.539	25.065	15.601	25.804	24.653	24.079
<b>Importações</b>	11.741	12.905	9.569	12.666	18.723	20.032	33.970	36.018	26.471
<b>Saldo</b>	-1.065	1.303	7.158	9.873	6.341	-4.430	-8.165	-11.365	-2.391

Informação elaborada em 24/05/2016 por Claudia de Angelo Barbosa. Revisada por Claudia de Angelo Barbosa, em 24/05/2015.

#### APRESENTAÇÃO

Em termos de organização política, os Estados Unidos são uma república federal de sistema presidencialista.



Geograficamente, o país está situado na América do Norte, é banhado pelo Atlântico, no leste, e pelo Pacífico, no oeste, e faz fronteira, ao norte, com o Canadá e, ao sul, com o México.

A federação norte-americana é composta por 50 estados e um distrito federal (Washington DC). O Alasca – que faz divisa ao leste com o Canadá, e, ao oeste, com a [Rússia](#), através do [estreito de Bering – e o Havaí – arquipélago](#) no Pacífico Central – são dois dos 50 estados que compõem os EUA. O país conta, ainda, com territórios "incorporados", muitos dos quais dispõem de administração própria, como é o caso de Guam (Pacífico), Ilhas Virgens Americanas (Caribe), Marinas Setentrionais (Pacífico), Porto Rico (Caribe), e Samoa Americana (Pacífico), entre outros.

Com 9.631.418 km<sup>2</sup> de território e uma população de 318 milhões de habitantes, o país é o [quarto](#) maior em área total (incluindo terras descontínuas, como o Alasca e Havaí), o quinto maior em área contígua e o terceiro mais populoso do mundo.

A história da formação dos Estados Unidos da América resulta da revolta de [treze colônias](#) do [Império Britânico](#) localizadas ao longo da [costa atlântica](#). Em 4 de julho de 1776, os estados rebeldes emitiram a Declaração de Independência e derrotaram a Grã-Bretanha na Guerra Revolucionária Americana. Em 17 de setembro de 1787, seus representantes, reunidos na Convenção da Filadélfia, aprovaram a atual Constituição dos Estados Unidos. Em 1788, com a ratificação da Constituição, os estados tornaram-se parte de uma única república com um governo central. Outro documento fundamental do país é a [Carta dos Direitos, ou Declaração dos Direitos dos Cidadãos dos Estados Unidos](#), composta pelas dez primeiras emendas constitucionais, as quais garantem direitos civis e liberdades fundamentais, ratificada, por sua vez, em 1791.

A expansão territorial dos Estados Unidos pela América do Norte deu-se ao longo do século XIX, resultando na anexação de novos estados. Nesse período, diferenças políticas entre o [sul do país – de perfil predominantemente agrário –](#) e o [norte – mais industrializado](#) – em torno dos direitos dos estados e da escravidão provocaram a [Guerra de Secessão](#), que durou de 1861 a 1865.

Com a vitória do norte, o país escapou da possibilidade de divisão e a abolição da escravidão em toda a nação tornou-se viável, colaborando, também, para que, já em fins do século XIX, sua economia assumisse a maior escala do mundo e o país lograsse expandir-se em direção ao Pacífico, na chamada "corrida para o oeste".

Nos últimos anos do século XIX e início do XX, a [Guerra Hispano-Americana](#) e a [Primeira Guerra Mundial](#) deixaram clara a condição do país como

potência militar. Encerrada a Segunda Guerra Mundial, o país tornou-se o primeiro a possuir armas nucleares e, terminado o período da Guerra Fria, a dissolução da antiga União Soviética deixou os EUA na posição de única superpotência mundial.

Com um PIB nominal estimado, em 2015, pelo FMI, em US\$ 18,28 trilhões, a economia norte-americana beneficia-se de abundância de recursos naturais e infraestrutura bem desenvolvida. Não obstante ser considerado uma economia pós-industrial, o país continua a ser um dos maiores produtores de bens manufaturados do mundo. Em termos de poderio militar, destaca-se o fato de que 39% dos gastos mundiais do setor dizem respeito aos Estados Unidos, país que exerce, também, forte liderança política e cultural no mundo todo.

## PERFIL BIOGRÁFICO

**Barack Hussein Obama II**  
Presidente dos Estados Unidos



Nasceu em 4 de agosto de 1961, em Honolulu (Havaí). Filho de economista queniano e de antropóloga norte-americana. Viveu com a mãe e o padrasto na periferia de Jacarta, Indonésia, e no Havaí, com os avós maternos. Casado com Michelle LaVaughn Robinson Obama, nascida em 1964, tem duas filhas: Malia Ann (1998) e Natasha (2001).

Após dois anos no "Occidental College", em Los Angeles, cursou Ciência Política pela Universidade Columbia, de Nova York, onde se formou em 1983. Em 1985, mudou-se para Chicago, onde trabalhou como ativista comunitário. Em 1988, ingressou na Faculdade de Direito de Harvard e chegou ao cargo de

editor da “Harvard Law Review”, sendo o primeiro afrodescendente a ocupá-lo. Formou-se em 1991.

Em 1992, lecionou Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de Chicago. Ingressou no Partido Democrata, tendo sido eleito, em 1996, “Senador Estadual”, representando o 13º distrito de Chicago. Em 2004, elegeu-se Senador Federal por Illinois. Tornou-se célebre, naquele ano, pelo discurso na Convenção Democrata que escolheu John Kerry como candidato a presidente.

Em 2007, lançou-se candidato à presidência. Venceu Hillary Clinton nas primárias do Partido Democrata. Derrotou o adversário republicano John McCain nas presidenciais de 2008, tomando posse em janeiro de 2009. No mesmo ano, recebeu o Prêmio Nobel da Paz, “por suas ações por um mundo sem armas nucleares”, segundo o comitê do Prêmio. Cumpriu a promessa de campanha de retirar as tropas norte-americanas do Iraque (em dezembro de 2011) e de acelerar a retirada das tropas do Afeganistão. Em contrapartida, não logrou avanços significativos para o fechamento da prisão de Guantánamo. Na área econômica, teve como grande desafio administrar o país que havia sido o epicentro da crise financeira de 2008.

Reeleito em novembro de 2012, Obama governa um país cuja economia mostra sinais de gradual recuperação da crise de 2008. Enfrenta, contudo, cenário de polarização política, acentuado com as eleições de novembro de 2014, que concederam ao Partido Republicano a maioria nas duas Casas do Congresso. Na esfera internacional, Obama enfrenta, entre outros desafios, o ressurgimento de movimentos fundamentalistas islâmicos no Iraque e Síria; a questão ucraniana e seu impacto na relação com a Rússia; o impasse no processo de paz entre Israel e Palestina; e as dificuldades encontradas no relacionamento com a Venezuela. Obama deixará, como legado, a normalização das relações com Cuba, o fechamento de um acordo em torno do dossiê nuclear iraniano, o entendimento com a China em mudança do clima, a assinatura do Acordo da Parceria Transpacífica (TPP) e o impulso dado às negociações da Parceria Transatlântica em Comércio e Investimentos (TIP), com a expectativa da Casa Branca de finalizar o acordo ainda durante o mandato de Barack Obama.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1824, os Estados Unidos reconheceram a independência do Brasil; ao ser recebido pelo presidente dos EUA como representante diplomático do Brasil, José Silvestre Rebello foi o primeiro diplomata a apresentar credenciais em nome do governo brasileiro após a independência do Brasil.

Em 1825, os EUA inauguraram sua missão diplomática no Brasil. Em 1905, o Brasil e os EUA elevaram o *status* de ambas as missões a embaixadas e Joaquim Nabuco foi o primeiro embaixador do Brasil nos EUA.

Ao longo do século XX, a cooperação entre Brasil e EUA intensificou-se. Em 22 de agosto de 1942, após ataques alemães a navios brasileiros, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, aderindo à coalizão dos Aliados, liderada pelos norte-americanos. Em 30 de abril de 1948, Brasil e EUA uniram esforços com mais 19 países das Américas para fundar a Organização dos Estados Americanos, sediada em Washington, DC.

Atualmente, a relação bilateral beneficia-se muito das semelhanças existentes entre os dois países. Brasil e Estados Unidos são as duas maiores economias e populações das Américas. Países de dimensões continentais, com amplos recursos naturais, são democracias multiétnicas e multiculturais.

Consubstanciada em mais de trinta mecanismos bilaterais, a relação Brasil-EUA abrange praticamente todos os itens das agendas bilateral, regional e internacional. Temas como educação, ciência, tecnologia e inovação, investimento, infraestrutura e direitos humanos – prioritários na política interna dos dois países – ocupam espaço importante na cooperação bilateral.

O relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos ganhou forte impulso com as visitas de Barack Obama ao Brasil (março de 2011) e da presidente Dilma Rousseff aos EUA (abril de 2012). A segunda visita da presidente Dilma Rousseff aos EUA, em 30 de junho de 2015, consolidou a parceria Brasil-EUA, reativando diálogos bilaterais e inaugurando novas iniciativas.

A visita presidencial aos EUA em junho de 2015 aprofundou a cooperação em defesa, meio ambiente, energia, ciência, tecnologia e inovação, educação, comércio e investimentos, direitos humanos e fluxo de pessoas; serviu para divulgar as oportunidades de investimento em infraestrutura no Brasil junto a empresários e investidores norte-americanos; reafirmou o compromisso do Brasil e dos EUA de se coordenarem quanto a temas centrais das agendas regional e global – como atestam as Declarações Conjuntas sobre Mudança do Clima e sobre Governança da Internet; ensejou a assinatura do Acordo Bilateral de Previdência

Social, do Memorando de Entendimento sobre Educação Profissional e Tecnológica, do Memorando de Intenções sobre Normas Técnicas e Avaliação de Conformidade, da Declaração Conjunta sobre Compartilhamento de Exame de Patentes entre Escritórios, bem como de outros instrumentos na área ambiental e em ciência, tecnologia e inovação; e impulsionou a retomada de negociações para concluir o programa Entrada Global (facilitação do ingresso de viajantes frequentes) e dos entendimentos relativos à isenção futura de vistos.

A visita presidencial ensejou, também, o anúncio da conclusão dos procedimentos para entrada em vigência do Acordo sobre Cooperação em Defesa, promulgado em 18/12/2015, e do Acordo sobre Proteção de Informações Militares Sigilosas (GSOMIA).

#### Reuniões Bilaterais em 2016:

Como desdobramentos da visita, foram programadas, para 2016, várias reuniões bilaterais.

Em 29-30/3, ocorreu, em Washington, a III Reunião da Comissão Brasil-EUA de Relações Econômicas e Comerciais (III ATEC), reunindo, em seu segmento ministerial, os titulares do MRE e do MDIC e ensejando a assinatura de Memorando de Entendimento que criou o Grupo de Trabalho (GT) para o Desenvolvimento do Setor de Infraestrutura. O GT sobre Infraestrutura visa a divulgar oportunidades de investimentos em projetos de infraestrutura e esclarecer questões sobre marcos regulatórios que regem os setores de transporte e energia. A Primeira Reunião Técnica sobre o Plano de Trabalho relativo ao GT de Infraestrutura ocorreu em 08 de abril de 2016, em Washington.

Também em abril, realizaram-se o II Seminário Brasil-EUA sobre Segurança Cibernética e Privacidade da Internet (Florida, 07-08/04) e a II Reunião do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos Globais (Washington, 08/04). Aguarda-se a realização das reuniões do Comitê Consultivo Agrícola Brasil-EUA (Washington); do IX Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (IX GTBD Brasil-EUA) e da XI Reunião do Diálogo Político-Militar; do V Diálogo de Parceria Global, entre o Ministro de Relações Exteriores e o Secretário de Estado; e do II Diálogo de Cooperação em Defesa, presidido pelos Ministros de Defesa.

Em junho, estão previstos a II Reunião do GT sobre Mudança do Clima e o XIV Diálogo MDIC-Departamento de Comércio (DoC). Também em 2016, deverá ser convocado o X Fórum de Altos Executivos Brasil-EUA (X CEO Forum Brasil-EUA), que reúne, em seu segmento governamental, os titulares do MDIC e da Casa Civil.

Destacam-se também, na agenda Brasil-EUA de 2016, os entendimentos para avançar no combate à epidemia do vírus zika; a cooperação para garantir a segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro; as negociações em torno da criação do Grupo de Trabalho sobre o Setor de Infraestrutura; e o impulso a iniciativas de fomento à inovação e competitividade, reunindo os setores empresarial, governamental e acadêmico.

#### **Assuntos Consulares**

A rede consular brasileira conta com dez Consulados-Gerais nos Estados Unidos, nas seguintes cidades: Atlanta; Boston; Chicago; Hartford; Houston; Los Angeles; Miami; Nova York; São Francisco; e Washington, D.C. Conta também com Consulados Honorários em quinze cidades estadunidenses (Cincinnati, Norfolk, Birmingham, Charleston, Memphis, Jackson, New Orleans, Phoenix, Honolulu, Salt Lake City, San Diego, Las Vegas, Filadélfia, Hamilton, e Seattle).

A comunidade brasileira residente nos Estados Unidos é estimada, segundo dados do Relatório Consular de 2014 (RCN 2014) das Repartições Consulares brasileiras naquele país, em cerca de 1.315.000 (um milhão e trezentos e quinze mil) pessoas. Cerca de 35% a 40% dos brasileiros que residem no exterior estão nos Estados Unidos. Acredita-se que esse número esteja subestimado, em razão da extensão do país, da circularidade migratória e do espalhamento dos brasileiros pelo território norte-americano.

O perfil da comunidade é o mais diverso possível, incluindo brasileiros indocumentados que exercem empregos menos qualificados, passando por brasileiros documentados, estudantes, trabalhadores no setor de serviços, profissionais liberais, cientistas e pesquisadores de renome, e investidores internacionais. Parte dos emigrantes brasileiros já está estabelecida há algumas décadas (desde 1980), mas, continuamente, há circulação de novos emigrantes.

### **Empréstimos e financiamentos oficiais**

Não há registro de concessão de crédito oficial do Brasil aos Estados Unidos, como tomadores soberanos.

## **POLÍTICA INTERNA**

O sistema parlamentar norte-americano é bicameral, composto pela Câmara dos Representantes, com 485 membros, eleitos para mandatos de 2 anos, e pelo Senado, com 100 integrantes (2 por Estado), cujos mandatos são de 6 anos.

Desde a reeleição do presidente Obama, a forte polarização partidária no Congresso já vinha dificultando a aprovação dos projetos de lei do Executivo. O Partido Republicano detinha a maioria na Câmara de Representantes, enquanto os Democratas dominavam o Senado.

Em novembro de 2014, as eleições de "meio de mandato" ("midterm elections") reduziram, ainda mais, a base de sustentação parlamentar do governo Obama. O Partido Republicano conquistou maioria no Senado (54 republicanos, contra 46 democratas), posição que não ocupava desde 2007; ampliou seu domínio na Câmara de Representantes (244 republicanos, contra 188 democratas); e angariou o maior número de governadores estaduais em 100 anos (24 republicanos, contra 10 democratas). Trata-se do domínio republicano na legislatura que se iniciou em 6 de janeiro de 2015 (114º Congresso) e que exige do governo Obama grandes esforços para consolidar sua herança.

Em novembro de 2016, ocorrerão as eleições presidenciais nos EUA. Segundo projeções eleitorais, a disputa deverá ocorrer entre a candidata do Partido

Democrata, Hillary Clinton – ex- Primeira Dama, ex-senadora por Nova York e ex-Secretária de Estado no primeiro mandato de Obama – e o magnata Donald Trump, do Partido Republicano. A cerimônia de posse do novo presidente dos Estados Unidos está marcada para 20 de janeiro de 2017.

## POLÍTICA EXTERNA

Como principal potência política, militar e econômica do mundo, os Estados Unidos são membros dos principais organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), Organização dos Estados Americanos (OEA), Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para o Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), entre outros.

Os EUA são membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, maior contribuinte de vários organismos internacionais, inclusive da ONU, e respondem por grande parte das quotas e do poder de decisão do FMI e do Banco Mundial.

O presidente Barack Obama, em seus dois mandatos (2009-2012 e 2013-2016), colocou em marcha diversos processos. A normalização das relações com Cuba, as negociações em torno do dossiê nuclear iraniano, o entendimento com a China sobre mudança do clima e, no campo comercial, a assinatura do Acordo da Parceria Transpacífica (TTP) e o impulso às negociações da Parceria Transatlântica em Comércio e Investimentos (TTIP) – que a Casa Branca espera concluir ainda em 2016 – são exemplos dessas iniciativas.

No âmbito político-militar, o presidente Obama buscou diferenciar-se de seu antecessor, o republicano George W. Bush, ao defender maior seletividade no uso da força, acompanhada de esforços diplomáticos no sentido do multilateralismo.

Um dos eixos da política externa de Obama é o "reequilíbrio para a Ásia-Pacífico", tendo como referência as maiores perspectivas econômicas e comerciais da região, bem como riscos à segurança internacional, a exemplo da tensão na Península Coreana e dos distintos conflitos de soberania em curso no Mar da China.

Apesar da prioridade concedida à Ásia-Pacífico, o Oriente Médio continua a absorver, na prática, boa parte dos recursos da diplomacia norte-americana. Embora a negociação sobre o dossiê nuclear iraniano figure como importante legado de Obama, o impasse nas negociações entre Israel e Palestina, as crises na Síria, Iraque e Líbia e a ascensão do autoproclamado "Estado Islâmico"

(EI) são alguns dos pontos criticados, sobretudo pela oposição republicana, na política externa de Obama.

Também a Europa é foco do interesse norte-americano, com a negociação em curso da "Parceria Transatlântica em Comércio e Investimento" (TTIP, em inglês).

A Rússia, objeto de sanções norte-americanas por sua atuação na crise ucraniana, voltou a ocupar papel relevante na agenda diplomática dos EUA devido a sua influência no processo de paz na Síria.

Com relação à África, a Casa Branca tem procurado, desde a realização de Cúpula EUA-África (outubro de 2014), consolidar a posição do continente como plataforma para a promoção de interesses norte-americanos na área de segurança e combate ao terrorismo.

Nas Américas, desde o lançamento do processo de normalização das relações com Cuba, intensificaram-se as visitas mútuas em nível ministerial. Em vista dos avanços na relação, Barack Obama visitou Havana em 21 e 22 de março de 2016, em gesto histórico – primeira visita de um presidente norte-americano desde 1928.

Na sequência, em 23 e 24 de março de 2016, o presidente Obama foi à Argentina. O gesto foi interpretado, pela imprensa norte-americana, como tentativa de maior aproximação com aquele país, após a eleição do presidente Mauricio Macri.

Permanecem, contudo, dificuldades nas relações entre os EUA e a Venezuela. A aprovação, pelo governo Obama, em 2014-2015, de medidas que sancionam representantes do governo Maduro contribuiu para escalar a retórica entre Caracas e Washington.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

### I – Economia

Em momento de baixa persistente no valor do petróleo e demais *commodities*, a economia norte-americana oscila entre o otimismo provocado por baixos índices de desemprego (5% em março e há oito meses oscilando entre 5,1% e 4,9%) e o razoável desempenho do consumo doméstico (crescimento de 3,1% em 2015, embora declinando para 2,4% no último trimestre de 2015 e 1,9% no primeiro de 2016), contraposto à desconfiança decorrente de crescimento modesto do PIB (0,5% registrado no primeiro trimestre de 2016), de inflação significativamente abaixo da meta de 2% (0,3% no primeiro trimestre de 2016 e 0,82% no acumulado dos últimos 12 meses) e de cenário externo de baixo crescimento em parceiros importantes.

O governo dos Estados Unidos e o Banco Central norte-americano, o "Federal Reserve" (Fed), seguem projetando que o aquecimento no mercado de trabalho implicará aumentos de salário, da renda disponível, do consumo e, por



fim, da inflação. Com efeito, houve incremento salarial real de 2,9% no primeiro trimestre de 2016, mas a poupança tem aumentado mais rapidamente que o consumo, sendo este último responsável por 2/3 do PIB e principal vetor para o esperado aumento da inflação.

Essa mesma oscilação de humores já retardara em mais de um ano o aumento da taxa básica de juros da economia norte-americana (“Fed funds rate”), do patamar de zero a 0,25% ao ano para o patamar atual, de 0,25% a 0,50% ao ano. Sinalizada como iminente a partir de outubro de 2014, a decisão, que, esperava-se, marcaria a plena recuperação da economia dos Estados Unidos dos efeitos da crise iniciada em 2008 e, conseqüentemente, o início da “normalização” da política monetária deste país, foi finalmente implementada apenas em dezembro último.

Apesar da clara sinalização conferida pelo Fed ao mercado, a decisão, unânime, foi criticada por economistas de renome, como o ex-presidente do Federal Reserve, Larry Summers, e por altos representantes de entidades multilaterais, como o presidente do Banco Mundial, Jim Yong Kim, e a Diretora-Gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde. Argumentam que, após sucessivos adiamentos da alta de juros, que geravam incertezas e volatilidade no mercado, o Fed, após inúmeras indicações de aumento, acabou compelido a fazê-lo, com base em incrementos sucessivos, porém modestos, de relevantes indicadores econômicos locais.

Diante dos efeitos anti-inflacionários da elevação dos juros, de sua contribuição à valorização do dólar norte-americano e à deterioração das contas externas estadunidenses (o comércio exterior teria subtraído 0,34 pontos percentuais do PIB do primeiro trimestre), a “guerra preventiva à inflação” poderia, em alguma medida, dificultar a própria recuperação econômica que todos almejavam.

Nesse contexto, nas reuniões de janeiro, março e abril do corrente, o Fed, a despeito de seguir sinalizando possível alta da taxa básica de juros da economia norte-americana, preferiu mantê-la inalterada. Em 28/04/2016, um dia após o encerramento da última reunião, foi divulgado, em primeira estimativa, que o PIB norte-americano do primeiro trimestre teria crescido apenas 0,5 % (a quarta queda consecutiva do indicador, que caiu para o seu menor patamar em dois anos).

O encontro previsto para ocorrer em junho próximo será realizado à luz da primeira revisão, a ser divulgada em 27/05, do desempenho do PIB para o primeiro trimestre de 2016. Os dados de desemprego e de inflação dos meses de abril e de maio de 2016 também serão conhecidos antes do encontro e poderão ser utilizados para justificar a manutenção da taxa em seu patamar atual ou sua elevação, caso seja verificado maior dinamismo na economia estadunidense.

## II – Comércio exterior bilateral

Segundo dados do MDIC, apesar do incremento de 70,2% no intercâmbio comercial entre Brasil e EUA no período de 2009 a 2013, a balança comercial passou a exibir tendência de déficit para o Brasil. De 2012 a 2013, o déficit brasileiro aumentou 100,6%, passando de -US\$ 5,66 bilhões para -US\$ 11,36 bilhões.

No período 2014-2015, o déficit com os EUA reduziu-se sensivelmente, passando de -US\$ 7,99 bilhões para -US\$ 2,39 bilhões. O resultado ocorreu em meio à queda generalizada da corrente de comércio Brasil-EUA (da ordem de -8,06%), que passou, no período, de US\$ 62,04 bilhões para US\$ 50,55 bilhões. A redução no fluxo comercial deveu-se tanto à queda das exportações brasileiras para os EUA (-8,9%) – que passou de US\$ 27,02 bilhões em 2014 para US\$ 24,07 bilhões em 2015 – quanto ao declínio das importações (-7,56%) no mesmo período – de US\$ 35,01 bilhões para US\$ 26,47 bilhões.

Ainda de acordo com o MDIC, em abril de 2016, a corrente de comércio foi de US\$ 3,46 bilhões, com exportação de US\$ 1,64 bilhão e importação de US\$ 1,82 bilhão – déficit de US\$ 182 milhões.

Embora os EUA tenham sido superados pela China como o maior importador do Brasil, ao contrário do que ocorre com o parceiro asiático, o perfil das exportações brasileiras para os EUA é majoritariamente composto por produtos manufaturados e semimanufaturados, o que indica alto perfil de valor agregado.

## III – Investimentos bilaterais

De acordo com o BACEN, os EUA continuam a ser o país com maior estoque de investimentos no Brasil, no valor de aproximadamente US\$ 136,6 bilhões, no final de 2013. O estoque de investimentos brasileiros nos EUA, em 2013, manteve tendência de crescimento, alcançando valor de US\$ 21,1 bilhões (em 2012, era de 18,4 bilhões). Com relação ao fluxo de investimentos, ingressaram US\$ 9 bilhões no Brasil, originários dos EUA, em 2013, enquanto empresas brasileiras investiram US\$ 2,7 bilhões na economia norte-americana no mesmo ano.

A participação dos investimentos norte-americanos diretos no total de investimentos recebidos pelo Brasil, segundo dados do BACEN, foi de 11,8%, em 2010; 12,8 %, em 2011; 20,3%, em 2012; e 18,3%, em 2013. Entre janeiro e agosto de 2014, segundo estatísticas do BACEN, o Brasil recebeu investimento de aproximadamente US\$ 4,9 bilhões dos EUA e, por sua vez, investiu US\$ 1,93 bilhão naquele país – o que indica uma razão de investimento de US\$ 2,5 investidos pelos EUA no Brasil por cada US\$ 1 investido pelo Brasil nos EUA.

Historicamente dominados pelos investimentos norte-americanos no Brasil, os fluxos bilaterais de investimentos estão tendendo para o equilíbrio por

causa do aumento dos investimentos brasileiros naquele país. Em 2000, para cada dólar investido nos EUA por empresas brasileiras, cerca de 47 dólares eram investidos no Brasil por empresas norte-americanas; em 2015, essa razão caiu para 3 dólares de empresas norte-americanas para cada dólar investido por empresas brasileiras (US\$ 6.647/US\$ 1.943).

CRONOLOGIA HISTÓRICA
----------------------

1898	Início da Guerra Hispano-Americana (aquisição de Porto Rico, Cuba e Filipinas).
1914	<b>Início da Primeira Guerra Mundial; os Estados Unidos entram no conflito só em 1917.</b>
1929	<b>Quebra da Bolsa de Nova York; Grande Depressão; “New Deal” de Roosevelt em 1932.</b>
1941	Ataque japonês a Pearl Harbour; bombas atômicas sobre o Japão em 1945.
1944	Conferência de Bretton Woods cria FMI e Banco Mundial; o dólar passa a ser reserva internacional.
1945	<b>Ata de San Francisco; criação da Organização das Nações Unidas.</b>
1947	<b>Assinatura do GATT, Acordo Geral de Tarifas e Comércio (futura OMC).</b>
1947	<b>Plano Marshall apoia a reconstrução europeia.</b>
1949	<b>Criação da OTAN; início da Guerra Fria com a URSS.</b>
1950	<b>Envolvimento norte-americano na Guerra da Coreia (até 1953).</b>
1954	<b>Início do movimento de direitos civis.</b>
1961	<b>Corte das relações diplomáticas com Cuba; tentativa de invasão da Baía dos Porcos.</b>
1963	<b>Assassinato do presidente John Kennedy em Dallas.</b>
1964	<b>Envolvimento militar no Vietnã após ataque a navio americano no Golfo de Tonkin.</b>
1968	<b>Martin Luther King Jr. e Robert F. Kennedy são assassinados; Partido Democrata racha na Convenção em Chicago e Richard Nixon é eleito presidente.</b>
1971	<b>EUA suspendem convertibilidade do dólar em ouro; crise monetária mundial.</b>
1972	<b>Nixon visita a China; EUA e URSS assinam acordo para limitação de armas.</b>
1973	<b>Embargo da OPEP causa choque do petróleo e crise na economia norte-americana.</b>
1974	<b>Nixon renuncia após escândalo Watergate.</b>
1975	<b>EUA se retiram do Vietnã após intensa campanha de mobilização social.</b>
1978	<b>Carter promove Acordo de Camp David (Sadat e Begin); fim do conflito Egito-Israel.</b>
1979	<b>Estabelecimento de relações diplomáticas com a China continental.</b>
1981	<b>Governos Reagan. Invasão de Granada (1983) e escândalo “Irã-Contras” (1986).</b>
1987	Gorbachev e Reagan assinam tratado de redução de arsenal nuclear; declínio da URSS.

1990	<b>Liderança norte-americana na Guerra do Golfo, após invasão do Kuwait pelo Iraque.</b>
1992	<b>Presidentes Bush e Gorbachev encontram-se em Camp David; fim da Guerra Fria.</b>
1993	<b>Assinatura do NAFTA (acordo de livre comércio e regras com México e Canadá).</b>
2001	<b>Ataques ao World Trade Center e ao Pentágono deixam quase 3000 mortos.</b>
2002	<b>Início das guerras contra o Iraque e o Afeganistão.</b>
2008	<b>Barack Obama é o primeiro afro-americano a eleger-se presidente da República.</b>
2011	<b>Osama Bin Laden é morto por um grupo de agentes especiais da marinha americana (Seals), no Paquistão.</b>
2012	<b>Reeleição do presidente Barack Obama, vencendo o candidato republicano Mitt Romney.</b>
2014	<b>Em novembro, os Republicanos obtêm, nas <i>midterm elections</i>, a maioria da Câmara e do Senado.</b>
2014	<b>O presidente Barack Obama anuncia normalização das relações entre EUA e Cuba, após cinco décadas.</b>
2015 (julho)	<b>EUA e Cuba abrem oficialmente embaixadas em Havana e Washington.</b>
2016 (março)	<b>Barack Obama realiza visita oficial a Havana (a primeira de um presidente norte-americano desde 1928).</b>

## CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

### Histórica

1824	Os EUA reconhecem a Independência do Brasil (primeira nação a fazê-lo). Estabelecimento das relações diplomáticas. Abertura da Legação do Brasil em Washington.
1825	Abertura da Legação dos EUA no Brasil.
1905	Elevação do <i>status</i> de ambas as Legações a Embaixadas. Joaquim Nabuco é o primeiro embaixador do Brasil em Washington.

### Recente

2007 (março)	Visita do presidente George W. Bush a São Paulo. Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis.
2007 (março)	Visita do presidente Lula a Camp David.
2007	Resolução da Câmara dos Representantes reconhece a “calorosa

<b>(setembro)</b>	amizade” e a crescente “relação estratégica” entre os Estados Unidos e o Brasil.
<b>2008 (setembro)</b>	Primeira reunião do novo “Brazil Caucus”, agrupamento informal que reúne cerca de 30 parlamentares com interesse pelo Brasil e pelas relações bilaterais.
<b>2011 (março)</b>	Visita do presidente Barack Obama ao Brasil. Assinatura de 10 Acordos Bilaterais.
<b>2012 (9-10 de abril)</b>	Visita oficial da presidente da República, Dilma Rousseff, aos Estados Unidos.
<b>2013 (31 de maio)</b>	Visita do vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ao Brasil. Encontros com o vice-presidente da República, Michel Temer, e com a presidente da República, Dilma Rousseff, com agenda que teve foco em assuntos econômicos e de energia.
<b>2014 (julho)</b>	O vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, veio ao Brasil por ocasião da Copa do Mundo, para assistir, em Natal, a jogo da seleção norte-americana, e encontrar-se, em Brasília, em 17/06, com a presidente Dilma Rousseff e com o vice-presidente Michel Temer.
<b>2015 (janeiro)</b>	Visita do vice-presidente Joe Biden ao Brasil, por ocasião da cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff.
<b>2015 (junho)</b>	Visita da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos.

#### ATOS BILATERAIS

#### Atos em vigor [mais recentes-1990]

<b>Título</b>	<b>Data de Celebração</b>	<b>Entrada em vigor</b>	<b>Publicação (D.O.U)</b>
Acordo de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate a Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes	12/04/1995	28/04/1997	03/06/1997
Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	01/03/1996	09/07/1997	26/08/1997
Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal	14/10/1997	21/02/2001	03/05/2001
Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear.	14/10/1997	15/09/1999	14/10/1999
Acordo Relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência.	26/10/1999	N/D	N/D

Acordo para o Fornecimento de Material de Defesa Norte-americano	02/06/2000	N/D	N/D
Acordo, por troca de Notas, para a Cooperação no Âmbito do Sistema Landsat-7, nos Termos do Memorando de Entendimento de 26/12/2000.	27/12/2001	N/D	N/D
Acordo Relativo à Assistência Mútua entre as suas Administrações Aduaneiras	20/06/2002	N/D	N/D
Acordo, por troca de Notas, para a Cooperação no Âmbito do Sistema Landsat-7 e seu anexo III, nos termos do Memorando de Entendimento de 26/12/2002.	29/12/2003	N/D	N/D
Acordo para a Promoção da Segurança da Aviação	22/03/2004	27/02/2006	05/04/2006
Acordo para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos	20/03/2007	19/03/2013	16/05/2013
Acordo sobre Propriedades de Imóveis Diplomáticos e Consulares	01/06/2007	18/01/2008	18/01/2008
Acordo para Programas Educacionais e de Intercâmbio Cultural	27/05/2008	17/11/2009	13/05/2010
Acordo, por troca de Notas, sobre a alteração do prazo de validade dos vistos e os emolumentos consulares incidentes sobre os mesmos vistos	14/11/2008	28/05/2010	02/06/2010
Acordo de Comércio e Cooperação Econômica	19/03/2011	N/D	26/09/2011
Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa	12/04/2010	18/12/2015	21/12/2015
Acordo para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA	23/09/2014	N/D	25/08/2015
Acordo relativo a Medidas de Segurança para a Proteção de Informações Militares Sigilosas (GSOMIA)	21/11/2010 Emenda em 09/6/2015	21/3/2016	22/3/2016

#### **Atos em tramitação**

<b>Título</b>	<b>Data de celebração</b>	<b>Tramitação</b>
Acordo sobre Transporte Marítimo	30/09/2005	MRE

Acordo sobre Transportes Aéreos	19/03/2011	Casa Civil
Acordo Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	19/03/2011	Câmara dos Deputados
Acordo de Previdência Social	30/06/2015	Câmara dos Deputados

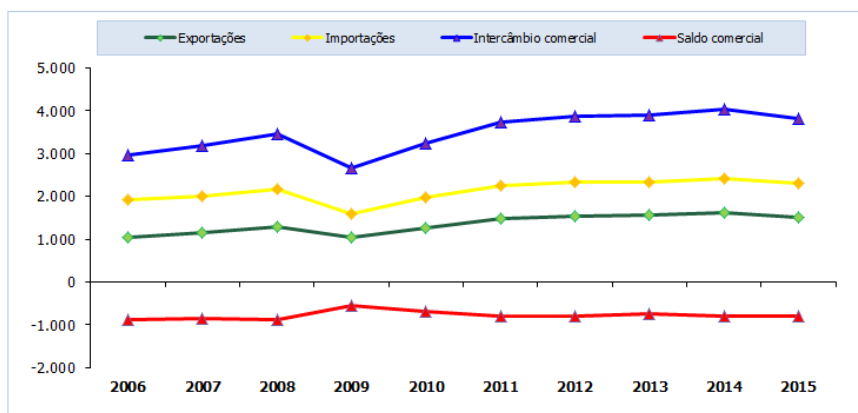


## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior dos Estados Unidos  
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	1.037	14,7%	1.919	10,8%	2.956	12,1%	-882
2007	1.163	12,1%	2.017	5,1%	3.180	7,6%	-855
2008	1.300	11,8%	2.165	7,3%	3.465	9,0%	-865
2009	1.057	-18,7%	1.602	-26,0%	2.659	-23,3%	-545
2010	1.278	21,0%	1.968	22,9%	3.246	22,1%	-690
2011	1.482	15,9%	2.264	15,0%	3.745	15,4%	-782
2012	1.545	4,3%	2.335	3,1%	3.880	3,6%	-790
2013	1.578	2,1%	2.327	-0,3%	3.904	0,6%	-749
2014	1.620	2,7%	2.411	3,6%	4.031	3,2%	-791
2015	1.504	-7,2%	2.307	-4,3%	3.811	-5,5%	-803
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>45,0%</b>	<b>--</b>	<b>20,2%</b>	<b>--</b>	<b>28,9%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

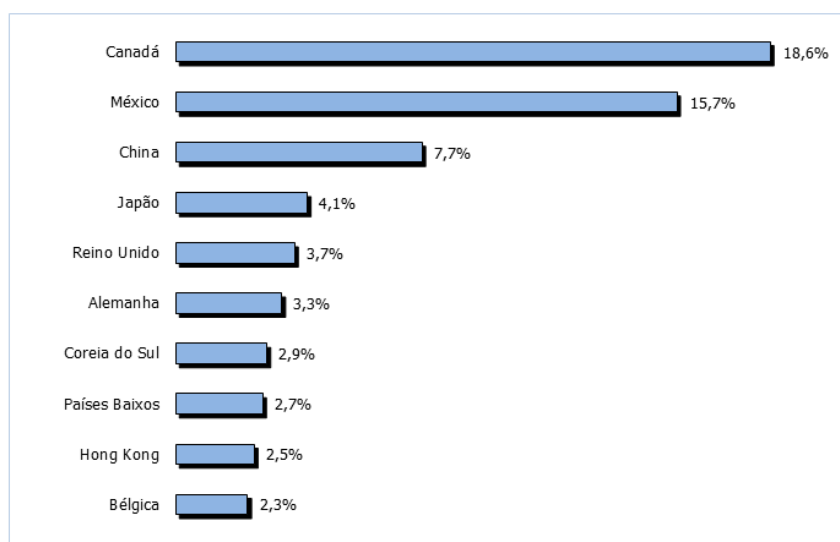


**Direção das exportações dos Estados Unidos**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Canadá	280	18,6%
México	236	15,7%
China	116	7,7%
Japão	62	4,1%
Reino Unido	56	3,7%
Alemanha	50	3,3%
Coreia do Sul	43	2,9%
Países Baixos	41	2,7%
Hong Kong	37	2,5%
Bélgica	34	2,3%
...		
<i><b>Brasil (11ª posição)</b></i>	<i><b>32</b></i>	<i><b>2,1%</b></i>
<b>Subtotal</b>	<b>987</b>	<b>65,6%</b>
<b>Outros países</b>	<b>517</b>	<b>34,4%</b>
<b>Total</b>	<b>1.504</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.*

**10 principais destinos das exportações**

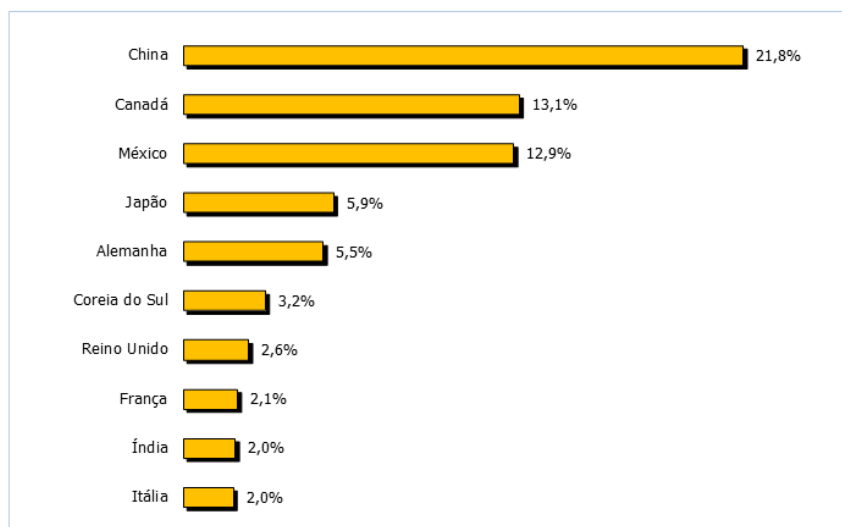


**Origem das importações dos Estados Unidos**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
China	503	21,8%
Canadá	302	13,1%
México	297	12,9%
Japão	135	5,9%
Alemanha	126	5,5%
Coreia do Sul	74	3,2%
Reino Unido	59	2,6%
França	49	2,1%
Índia	47	2,0%
Itália	45	2,0%
...		
<i><b>Brasil (17ª posição)</b></i>	<i><b>28</b></i>	<i><b>1,2%</b></i>
<b>Subtotal</b>	<b>1.665</b>	<b>72,2%</b>
<b>Outros países</b>	<b>642</b>	<b>27,8%</b>
<b>Total</b>	<b>2.307</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

**10 principais origens das importações**

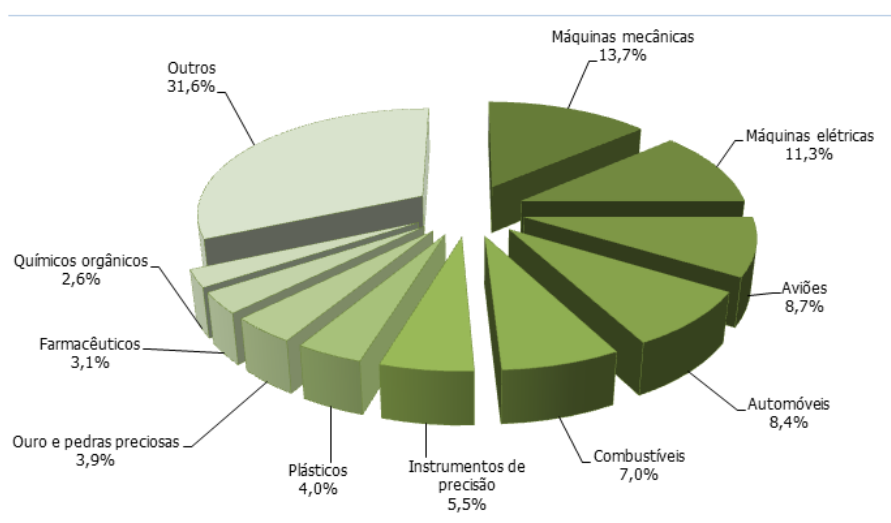


**Composição das exportações dos Estados Unidos**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas mecânicas	206	13,7%
Máquinas elétricas	170	11,3%
Aviões	131	8,7%
Automóveis	127	8,4%
Combustíveis	106	7,0%
Instrumentos de precisão	83	5,5%
Plásticos	60	4,0%
Ouro e pedras preciosas	59	3,9%
Farmacêuticos	47	3,1%
Químicos orgânicos	39	2,6%
<b>Subtotal</b>	<b>1.028</b>	<b>68,4%</b>
<b>Outros</b>	<b>476</b>	<b>31,6%</b>
<b>Total</b>	<b>1.504</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.*

**10 principais grupos de produtos exportados**

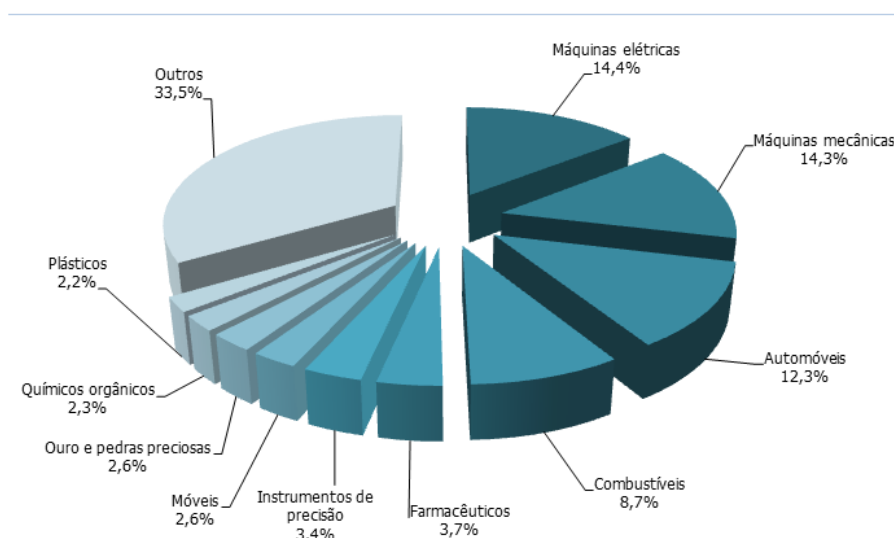


**Composição das importações dos Estados Unidos**  
**US\$ bilhões**

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas elétricas	333	14,4%
Máquinas mecânicas	329	14,3%
Automóveis	284	12,3%
Combustíveis	201	8,7%
Farmacêuticos	86	3,7%
Instrumentos de precisão	78	3,4%
Móveis	61	2,6%
Ouro e pedras preciosas	60	2,6%
Químicos orgânicos	52	2,3%
Plásticos	50	2,2%
<b>Subtotal</b>	<b>1.534</b>	<b>66,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>773</b>	<b>33,5%</b>
<b>Total</b>	<b>2.307</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.*

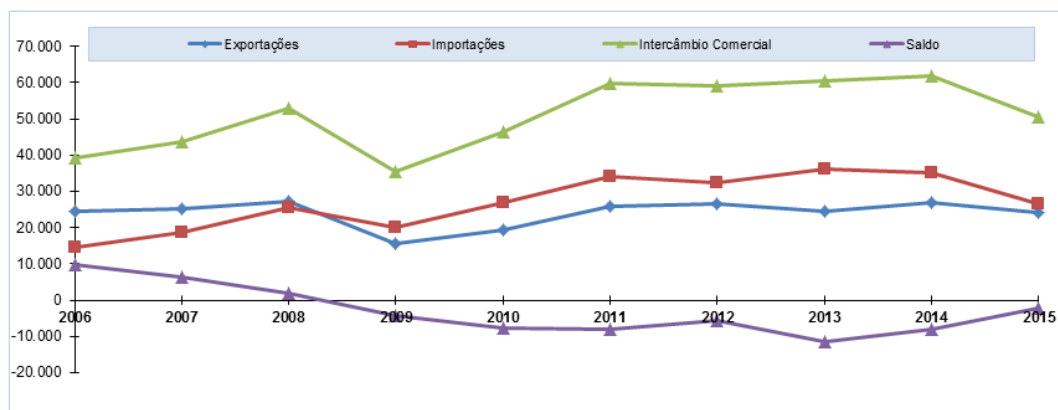
**10 principais grupos de produtos importados**



**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Estados Unidos**  
**US\$ milhões**

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	24.525	8,8%	17,80%	14.657	15,7%	16,05%	39.182	11,3%	17,10%	9.867
2007	25.065	2,2%	15,60%	18.723	27,7%	15,52%	43.788	11,8%	15,57%	6.342
2008	27.423	9,4%	13,85%	25.628	36,9%	14,82%	53.051	21,2%	15,90%	1.795
2009	15.602	-43,1%	10,20%	20.032	-21,8%	15,68%	35.634	-32,8%	12,69%	-4.431
2010	19.307	23,8%	9,56%	27.044	35,0%	14,88%	46.352	30,1%	12,08%	-7.737
2011	25.805	33,7%	10,08%	33.970	25,6%	15,01%	59.775	29,0%	12,39%	-8.166
2012	26.701	3,5%	11,01%	32.363	-4,7%	14,50%	59.064	-1,2%	12,68%	-5.662
2013	24.653	-7,7%	10,19%	36.019	11,3%	15,02%	60.672	2,7%	12,59%	-11.365
2014	27.028	9,6%	12,01%	35.018	-2,8%	15,28%	62.046	2,3%	13,66%	-7.991
2015	24.080	-10,9%	12,60%	26.471	-24,4%	15,44%	50.551	-18,5%	13,94%	-2.391
2016 (jan-abr)	6.698	-13,9%	11,97%	7.174	-24,8%	16,80%	13.871	-19,9%	3,83%	-476
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>-1,8%</b>		<b>--</b>	<b>80,6%</b>		<b>--</b>	<b>29,0%</b>		<b>--</b>	<b>n.c.</b>

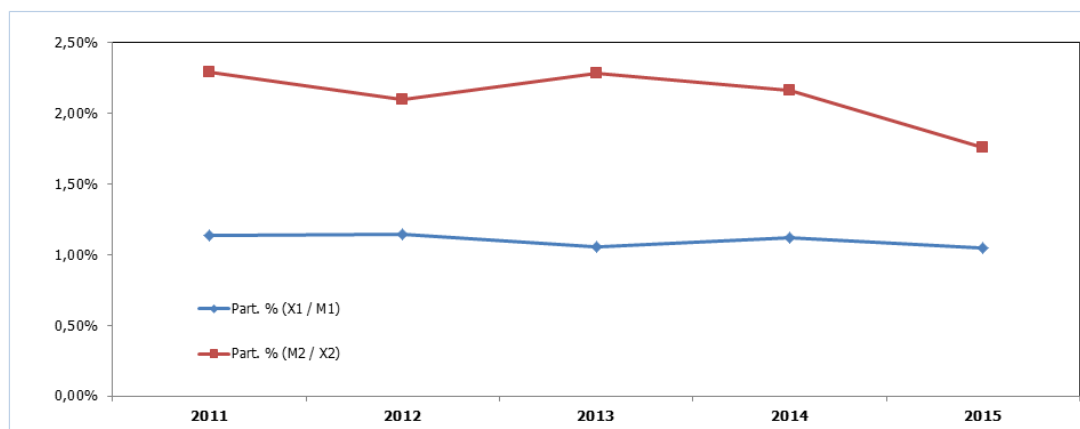
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



**Part. % do Brasil no comércio dos Estados Unidos**  
**US\$ milhões**

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para os Estados Unidos (X1)	25.805	26.701	24.653	27.028	24.080	-6,7%
Importações totais dos Estados Unidos (M1)	2.263.619	2.334.678	2.326.590	2.410.855	2.306.822	1,9%
Part. % (X1 / M1)	1,14%	1,14%	1,06%	1,12%	1,04%	-8,4%
Importações do Brasil originárias dos Estados Unidos (M2)	33.970	32.363	36.019	35.018	26.471	-22,1%
Exportações totais dos Estados Unidos (X2)	1.481.682	1.544.932	1.577.587	1.619.743	1.503.870	1,5%
Part. % (M2 / X2)	2,29%	2,09%	2,28%	2,16%	1,76%	-23,2%

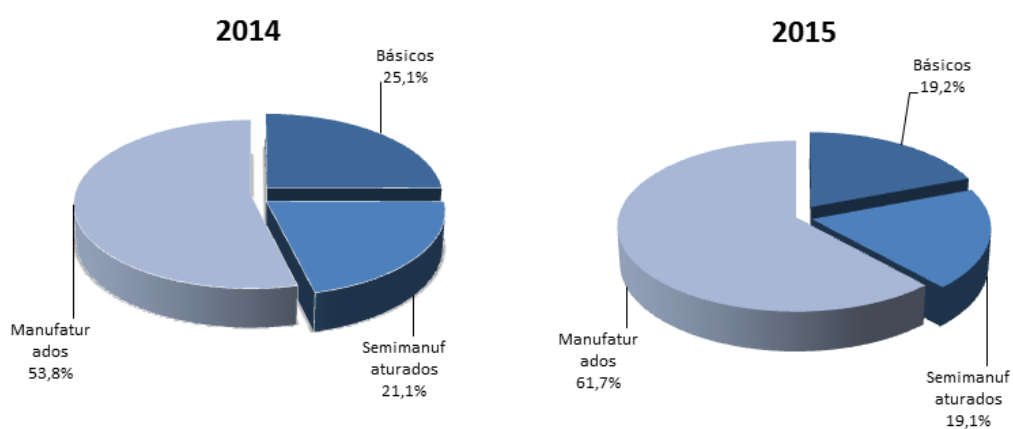
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/LINCTAD/ITC/TradeMap. As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações dos Estados Unidos e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



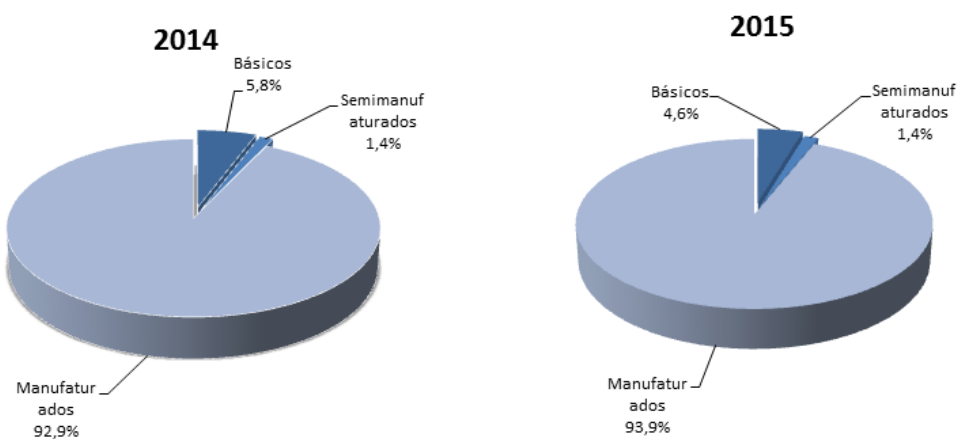
### Exportações e importações brasileiras por fator agregado

#### Comparativo 2015 com 2014

#### Exportações Brasileiras<sup>(1)</sup>



#### Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

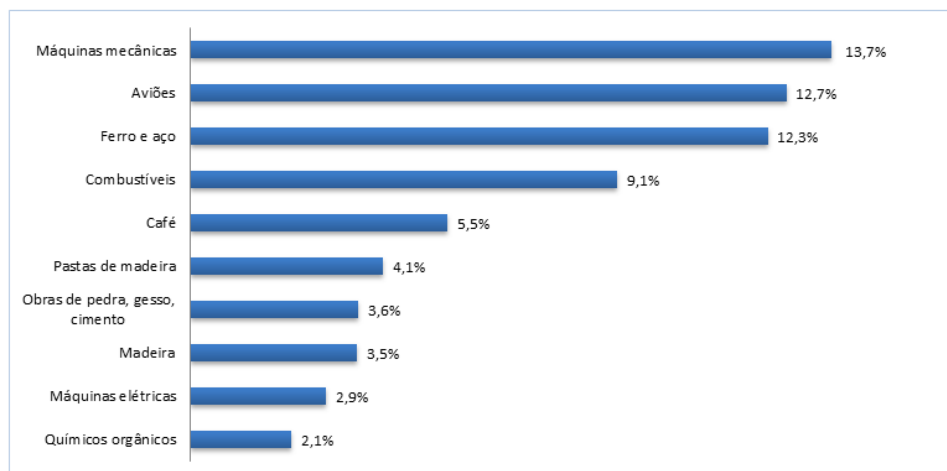


**Composição das exportações brasileiras para os Estados Unidos**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	2.882	11,7%	3.591	13,3%	3.292	13,7%
Aviões	1.381	5,6%	2.243	8,3%	3.060	12,7%
Ferro e aço	3.129	12,7%	3.844	14,2%	2.965	12,3%
Combustíveis	3.622	14,7%	3.588	13,3%	2.187	9,1%
Café	982	4,0%	1.317	4,9%	1.314	5,5%
Pastas de madeira	1.028	4,2%	974	3,6%	984	4,1%
Obras de pedra, gesso, cimento	842	3,4%	864	3,2%	859	3,6%
Madeira	724	2,9%	819	3,0%	852	3,5%
Máquinas elétricas	796	3,2%	777	2,9%	694	2,9%
Químicos orgânicos	936	3,8%	853	3,2%	514	2,1%
<b>Subtotal</b>	<b>16.322</b>	<b>66,2%</b>	<b>18.870</b>	<b>69,8%</b>	<b>16.721</b>	<b>69,4%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>8.331</b>	<b>33,8%</b>	<b>8.158</b>	<b>30,2%</b>	<b>7.359</b>	<b>30,6%</b>
<b>Total</b>	<b>24.653</b>	<b>100,0%</b>	<b>27.028</b>	<b>100,0%</b>	<b>24.080</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015**

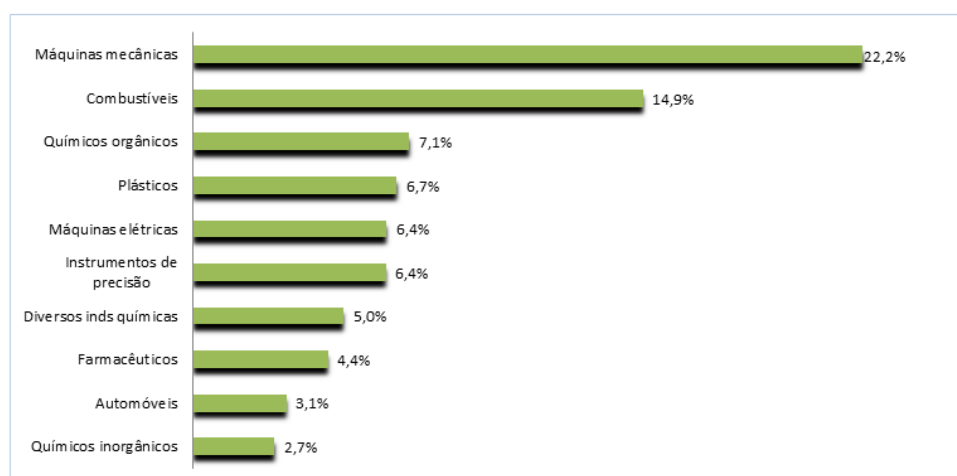


**Composição das importações brasileiras originárias dos Estados Unidos**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	7.040	19,5%	6.781	19,4%	5.870	22,2%
Combustíveis	6.772	18,8%	7.429	21,2%	3.943	14,9%
Químicos orgânicos	2.296	6,4%	2.240	6,4%	1.891	7,1%
Plásticos	2.206	6,1%	2.080	5,9%	1.784	6,7%
Máquinas elétricas	2.855	7,9%	2.475	7,1%	1.691	6,4%
Instrumentos de precisão	2.103	5,8%	2.008	5,7%	1.686	6,4%
Diversos inds químicas	1.610	4,5%	1.583	4,5%	1.314	5,0%
Farmacêuticos	1.320	3,7%	1.388	4,0%	1.177	4,4%
Automóveis	1.040	2,9%	967	2,8%	814	3,1%
Químicos inorgânicos	781	2,2%	715	2,0%	711	2,7%
<b>Subtotal</b>	<b>28.023</b>	<b>77,8%</b>	<b>27.666</b>	<b>79,0%</b>	<b>20.881</b>	<b>78,9%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>7.996</b>	<b>22,2%</b>	<b>7.352</b>	<b>21,0%</b>	<b>5.590</b>	<b>21,1%</b>
<b>Total</b>	<b>36.019</b>	<b>100,0%</b>	<b>35.018</b>	<b>100,0%</b>	<b>26.471</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
<b>Exportações</b>					
Máquinas mecânicas	1.091	14,0%	1.155	17,2%	Máquinas mecânicas 17,2%
Aviões	873	11,2%	789	11,8%	Aviões 11,8%
Ferro e aço	1.075	13,8%	656	9,8%	Ferro e aço 9,8%
Café	448	5,8%	312	4,7%	Café 4,7%
Pastas de madeira	271	3,5%	293	4,4%	Pastas de madeira 4,4%
Madeira	295	3,8%	284	4,2%	Madeira 4,2%
Combustíveis	665	8,5%	283	4,2%	Combustíveis 4,2%
Obras de pedra, gesso, cimento	269	3,5%	256	3,8%	Obras de pedra, gesso, cimento 3,8%
Máquinas elétricas	235	3,0%	201	3,0%	Máquinas elétricas 3,0%
Químicos orgânicos	171	2,2%	161	2,4%	Químicos orgânicos 2,4%
<b>Subtotal</b>	<b>5.393</b>	<b>69,3%</b>	<b>4.390</b>	<b>65,5%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>2.386</b>	<b>30,7%</b>	<b>2.308</b>	<b>34,5%</b>	
<b>Total</b>	<b>7.779</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.698</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
<b>Importações</b>					
Máquinas mecânicas	2.048	21,5%	1.558	21,7%	Máquinas mecânicas 21,7%
Combustíveis	1.658	17,4%	1.175	16,4%	Combustíveis 16,4%
Químicos orgânicos	659	6,9%	501	7,0%	Químicos orgânicos 7,0%
Instrumentos de precisão	584	6,1%	493	6,9%	Instrumentos de precisão 6,9%
Plásticos	663	6,9%	490	6,8%	Plásticos 6,8%
Máquinas elétricas	652	6,8%	453	6,3%	Máquinas elétricas 6,3%
Farmacêuticos	328	3,4%	324	4,5%	Farmacêuticos 4,5%
Diversos inds químicas	329	3,4%	264	3,7%	Diversos inds químicas 3,7%
Químicos inorgânicos	234	2,5%	240	3,3%	Químicos inorgânicos 3,3%
Adubos	181	1,9%	220	3,1%	Adubos 3,1%
<b>Subtotal</b>	<b>7.336</b>	<b>76,9%</b>	<b>5.718</b>	<b>79,7%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>2.205</b>	<b>23,1%</b>	<b>1.456</b>	<b>20,3%</b>	
<b>Total</b>	<b>9.541</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.174</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.



## **2ª PARTE - LEITURA DE RELATÓRIOS**

**4**

## Relatório de gestão

Embaixada do Brasil em Lisboa, Portugal

Embaixador Mario Vilalva

1. Os três primeiros capítulos serão dedicados a um rápido exame, respectivamente, da política interna de Portugal, de sua economia e de sua política externa. Em seguida, serão apresentados os principais componentes da relação bilateral.

### POLÍTICA INTERNA

2. Desde novembro de 2010, a Embaixada vem acompanhando de perto os principais desdobramentos da política interna portuguesa, marcados pelos efeitos adversos da crise econômica e das políticas de rigor fiscal dela decorrente.

3. O início da crise econômica e financeira ocorreu durante o governo do Primeiro-Ministro socialista José Sócrates, eleito pela primeira vez em 2005 e reconduzido ao cargo (com maioria relativa no Parlamento) no pleito de setembro de 2009. Os efeitos da crise levaram à queda de Sócrates, em março de 2011, e à posterior derrota eleitoral dos socialistas nas eleições gerais de junho de 2011. Na ocasião, saiu-se vitorioso o Partido Social Democrático (PSD), liderado por Pedro Passos Coelho, com o apoio do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP), liderado por Paulo Portas.

4. O governo do Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, vinculado ao memorando de entendimento, firmado com a troika pelo seu antecessor, foi marcado pela adoção de rigorosas medidas de ajuste fiscal, tais como redução de prestações sociais e de salários, aumento de carga tributária, entre outros. Como esperado, os efeitos sociais negativos da crise e das políticas de austeridade – diminuição da renda, aumento do desemprego, da emigração etc. – geraram grande descontentamento na população, sobretudo nos setores mais carentes. Passos Coelho, contudo, conseguiu terminar seu mandato com alguma melhoria nos indicadores econômicos e de desemprego.

5. Nas eleições gerais de outubro de 2015, a coligação PSD/CDS-PP saiu-se vitoriosa, não alcançando, porém, maioria absoluta. Passos Coelho foi reconduzido à chefia do governo, mas seu segundo mandato durou poucas semanas. A Assembleia da República, integrada majoritariamente pelos partidos de centro-esquerda e esquerda, aprovou moção de rejeição ao programa de governo, acarretando sua queda.

6. Formou-se, então, o atual governo do Partido Socialista (PS), viabilizado no Parlamento pelo apoio dos partidos de esquerda radical: Bloco de Esquerda (BE), Partido Comunista Português (PCP) e Partido Ecologista "Os Verdes" (PV). Trata-se de composição inédita no sistema político português vigente desde 1976. Até então, as funções executivas haviam sido exercidas unicamente pelos partidos do chamado "arco da governação", que incluía as forças de centro-esquerda (PS), centro (PSD) e centro-direita (CDS-PP).

7. Entre 2010 e 2011, a Embaixada também acompanhou e reportou sobre as eleições presidenciais ocorridas no período. Primeiramente a de Aníbal Cavaco Silva, reconduzido à chefia do Estado em 2011, e a de Marcelo Rebelo de Sousa, eleito em 2016. A eleição de Marcelo Rebelo de Sousa tem sido vista como fator que poderá contribuir para a estabilidade da atual solução de governo (PS apoiado pela esquerda radical). Desde o início de seu mandato, o novo Presidente vem adotando discurso de independência, conciliação e equidistância em relação às disputas partidárias. Ademais, tem (ou demonstra ter) bom relacionamento pessoal com o Primeiro-Ministro António Costa.

8. Tenho com o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa e seus familiares relação pessoal, construída desde o período em que servi, como Conselheiro, na Embaixada do Brasil em Lisboa (1991-1993). Seu irmão, Pedro Rebelo de Sousa, hoje eminente advogado no país, foi, na segunda metade dos anos 1980, membro da equipe de William (Bill) Rhodes, Vice-Presidente do City Group, e, nessa condição, colaborou na reestruturação da dívida externa brasileira.

#### ECONOMIA

9. Ao assumir minhas funções na Embaixada, em novembro de 2010, a economia local atravessava período de forte turbulência, com desconfianças em relação à capacidade de pagamento do país, em contexto de crise financeira global. Ao

final de 2010, Portugal apresentava endividamento público de 96% do PIB, déficit fiscal da ordem de 11,2% do PIB e taxa de desemprego de 10,8% da população economicamente ativa. A constante elevação dos juros dos títulos da dívida soberana portuguesa e as consequentes dificuldades de liquidez do sistema financeiro local desencadearam o pedido de resgate internacional em abril de 2011, ainda no governo do socialista José Sócrates.

10. Em maio de 2011, Portugal assinou Memorando de Entendimento com o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o FMI (troika), que lhe garantiu empréstimo de EUR 78 bilhões, sob a condição de implementação de rigoroso ajuste macroeconômico. O ajuste baseava-se em três pilares: equilíbrio das contas públicas, solvência do setor financeiro e reformas econômicas destinadas a incentivar a produtividade. O programa também previa a privatização de empresas públicas, com o qual se estimava arrecadar cerca de EUR 5,5 bilhões.

11. O governo do social-democrata Pedro Passos Coelho, que sucedeu o de José Sócrates, em meados de 2011, passou à implementação do ajuste fiscal determinado pela troika, com base na elevação de impostos, redução de despesas públicas e corte das remunerações dos servidores públicos e pensionistas. O programa teve forte impacto recessivo e, com o aumento do desemprego (chegou a 17,5% em 2013), provocou a emigração de milhares de jovens portugueses. O PIB recuou 1,8%, em 2011, 4%, em 2012, e 1,1%, em 2013.

12. Em 2013, entretanto, Portugal logrou obter o primeiro superávit das contas externas em décadas, graças ao aumento das exportações e à queda das importações. Ademais, reduziu o déficit público para 4,8% do PIB, abaixo inclusive da meta estipulada (5,5% do PIB) para aquele ano.

13. Já ao final de 2014, o déficit público subiu para 7,2% do PIB, o endividamento saltou para 130% do PIB (em razão dos empréstimos liberados pela troika) e a taxa de desemprego ficou em torno de 14%, mas a economia voltou a crescer (+0,9%), sustentada pela recuperação do consumo interno. Vale registrar que o PIB em 2014 era cerca de 85% daquele registrado em 2008.

14. As privatizações renderam cerca de EUR 8 bilhões aos cofres públicos, contribuindo para a elevação do investimento



estrangeiro direto líquido. Empresas chinesas foram responsáveis por mais da metade dos recursos obtidos. Espanhóis e franceses também tiveram participação relevante. Dentre as principais empresas privatizadas, coube destaque às seguintes: Energias de Portugal (EDP); Redes Energéticas Nacionais (REN); Aeroportos de Portugal (ANA); Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC); Hospitais Privados de Portugal (HPPs), concorrência vencida pela então brasileira AMIL; e TAP, com participação da brasileira Azul Linhas Aéreas.

15. O programa de resgate da troika encerrou-se em maio de 2014, com críticas à austeridade e aos resultados alcançados. Portugal prescindiu da última parcela do empréstimo, de EUR 3 bilhões, e de qualquer programa cautelar, pois, segundo o então Primeiro-Ministro Passos Coelho, a estratégia para o "regresso aos mercados e a consolidação orçamental foram bem-sucedidas e o país recuperou a sua credibilidade externa". Empresários portugueses, todavia, questionaram a fragilidade das reformas macroeconômicas e fiscais. Consideram-nas insuficientes para equilibrar as contas públicas e elevar a competitividade das empresas locais. Especialistas, por sua vez, atribuem a estagnação econômica dos últimos anos ao crescimento negativo da população, que mantém os salários em níveis elevados, prejudicando a competitividade do país. Com efeito, nos últimos anos, o número de mortes tem superado o de nascimentos (desde 2009) e o número de imigrantes tem decaído (desde 2010).

16. De todo modo, o ajuste fiscal do período sob intervenção externa proporcionou alguma melhoria nos fundamentos macroeconômicos do país. Além disso, as políticas monetárias expansionistas do Banco Central Europeu trouxeram alívio à situação financeira, principalmente no que se refere à rolagem da dívida soberana e à captação de recursos financeiros nos mercados internacionais. Ressalte-se que o programa de "quantitative easing" do Banco Central Europeu diminuiu o custo de financiamento de Portugal e estimulou a migração de capitais das economias emergentes para títulos soberanos da periferia da zona euro, garantidos que estão pelas autoridades comunitárias.

17. Atualmente, os problemas econômicos enfrentados por Portugal continuam concentrados na necessidade de consolidação fiscal, na baixa competitividade da economia e

nas desconfianças em relação à liquidez do sistema financeiro. Em 2015, a dívida pública diminuiu ligeiramente para 128% do PIB; o déficit fiscal reduziu-se para 4,4% do PIB; e o desemprego decresceu, situando-se em 12,4% da população economicamente ativa. A atividade econômica, por sua vez, expandiu-se em 1,5%.

18. O FMI tem preconizado publicamente a consolidação fiscal, nas sucessivas missões de supervisão a Portugal. De acordo com representantes do Fundo, seriam necessárias medidas adicionais de austeridade para atingir a meta de déficit público de 2,2% do PIB em 2016. O FMI sublinha a importância de racionalizar a despesa pública, de forma a compensar as pressões exercidas pelo aumento dos salários e das pensões, que teriam subido acima das capacidades da economia portuguesa.

19. Importa também mencionar que a baixa produtividade persiste como fonte de preocupação, em especial para a Comissão Europeia. Esta tem manifestado descontentamento com o recente aumento do salário mínimo e com o fraco ritmo de implementação das reformas estruturais. Em paralelo, estudo do "International Institute for Managing Development", divulgado em junho corrente, mostrou que o país perdeu competitividade no ano passado, caindo da 36<sup>a</sup> para a 39<sup>a</sup> posição, em um total de 61 países avaliados.

20. Com relação ao setor financeiro português, há aproximadamente EUR 26 bilhões de créditos insolventes, com média de 12% da carteira de crédito dos bancos em risco de inadimplência. Ademais, as instituições financeiras não têm logrado canalizar recursos para investimentos produtivos, sobretudo nos setores mais dinâmicos da economia portuguesa, como o setor exportador e o de turismo, com crescimento a ritmo acelerado (acima de dois dígitos).

21. A Embaixada acompanhou atentamente o desenvolvimento de todos esses temas durante os últimos seis anos, reportando periodicamente à Secretaria de Estado análises e fatos relevantes da vida econômica portuguesa. Nesse sentido, prestou apoio e trabalhou em conjunto com órgãos públicos e entidades empresariais, de modo a estimular e aperfeiçoar as relações econômicas entre Brasil e Portugal. Por fim, cabe destacar o importante trabalho feito ao longo do processo de privatizações em Portugal, com vistas a apresentar as

oportunidades surgidas ao empresariado brasileiro e apoiar as empresas brasileiras nos processos licitatórios.

22. Tópico específico acompanhado pela Embaixada foi a questão do interesse português na exclusão da ilha da Madeira da lista de jurisdições de tributação favorecida da Receita Federal do Brasil, objeto de diversas solicitações do governo português. A Receita Federal até o momento não considerou satisfatórias as reformas feitas no regime fiscal da Madeira, razão pela qual não autorizou a exclusão do arquipélago da chamada "lista negra".

#### POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

23. Para dar conta do seguimento e análise da política exterior portuguesa e, nesse contexto, defender os interesses brasileiros na relação bilateral e multilateral, a Embaixada buscou estabelecer, ao longo dos últimos seis anos, ampla rede de contatos junto a líderes políticos, autoridades, empresários, acadêmicos, representantes de organizações da sociedade civil, corpo diplomático estrangeiro, jornalistas e formadores de opinião. Nesse processo, tive a felicidade de me tornar amigo pessoal dos Primeiros-Ministros Pedro Passos Coelho (2011-2015) e António Costa (2015- .), além dos Ministros dos Negócios Estrangeiros Paulo Portas (2011-2013) e Rui Machete (2013-2015).

24. A política externa portuguesa tem-se estruturado, em diferentes governos, em torno de três vias principais: a europeia, a atlântica e a lusófona. A estas tem-se somado, ultimamente, o entorno meridional do país (Mediterrâneo e norte da África). A vocação histórica de fazer pontes entre a Europa e os outros continentes, ainda muito viva na identidade nacional, adquire especial apelo à medida que a apreensão com o futuro se torna mais aguda em tempos de crise política e econômica. Assim, Portugal parece se dar conta de que precisa crescentemente cultivar a dimensão ecumênica de sua identidade, buscando credenciar-se como interlocutor dos parceiros comunitários junto aos países lusófonos e, ao mesmo tempo, aprofundar os contatos bilaterais extra-regionais.

25. A participação na União Europeia continua sendo a dimensão essencial da estratégia de desenvolvimento do país. É para lá que vai o principal das exportações portuguesas e é de lá que são recebidos os maiores recursos financeiros, na forma dos programas de convergência econômica (cerca de EUR

100 bilhões desde 1986). Nos últimos anos, por conta do pedido de resgate financeiro à troika, em 2011, a Europa tem estado, crescentemente, no centro das atenções da opinião pública. Por conseguinte, a diplomacia portuguesa vem dedicando boa parte de seus esforços à Europa: na implementação das contrapartidas ao programa de resgate, entre 2011 e 2014; na negociação dos termos e do formato da saída do referido programa, em 2014; e na formulação de propostas de política regional, especialmente no campo da estabilização financeira e orçamentária da zona euro. Nesse contexto, o atual governo socialista de António Costa tem proposto a adoção, em nível europeu, de programa de convergência econômica dos Estados-membros, bem como o reforço do papel executivo da Comissão Europeia, além de maior participação dos parlamentos nacionais no processo decisório das instâncias políticas da União Europeia.

26. A vertente atlântica aparece, no discurso, ao mesmo tempo como vocação histórica e como oportunidade para o futuro. Dela emana a ideia de que Portugal estará no centro geográfico de qualquer parceria transatlântica bem-sucedida e, em consequência, terá sua importância acrescida em todos os quadrantes. Nesse sentido, Portugal concede grande importância a sua participação na Conferência Ibero-Americana e na OTAN (nesse último caso, enfatizando as responsabilidades de Portugal no quadro do terrorismo e dos fenômenos de extremismo religioso), bem como às relações com tradicionais e novos parceiros nas Américas: na primeira categoria, Brasil e Venezuela; na segunda, Colômbia, Peru, Panamá e México. O interesse por novas parcerias na região levou Portugal a ser admitido como observador da Aliança do Pacífico, em 25 de maio de 2013. O Primeiro-Ministro António Costa (PS) tem manifestado apoio às negociações do TTIP (Tratado de Comércio e Investimento UE/EUA), embora de maneira menos enfática que seu antecessor.

27. O eixo lusófono, no qual se inclui a participação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), é considerado prioritário por Portugal à medida que o credencia, dentro e fora da Europa, como interlocutor privilegiado dos demais países de língua portuguesa, em especial Angola, Moçambique e Brasil. É nesse eixo que Portugal concentra o maior volume de iniciativas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, por meio de programas estratégicos de cooperação com Angola, Cabo Verde,

Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe, implementados pelo Instituto Camões. E é desse eixo que Portugal espera receber a musculatura necessária para contornar a sua dimensão periférica no contexto europeu. Verificaram-se, ao longo dos últimos anos, resultados concretos do esforço (promovido por sucessivos governos) de promoção das exportações e dos investimentos junto aos países africanos de língua oficial portuguesa, em especial Angola e Moçambique.

28. Na CPLP, o Governo do socialista António Costa tem arrolado como prioridades a afirmação da língua portuguesa, a implantação de uma "cidadania lusófona" e o estreitamento da ligação às diásporas de língua portuguesa, estimadas em cerca de 5 milhões de pessoas e qualificadas como poderosa força económica, cultural e política. Recentemente, à luz de polémica envolvendo a assunção do próximo Secretário-Executivo da CPLP (pelo critério de rotatividade, caberia a Portugal), resolveu-se que São Tomé e Príncipe e Portugal terão, nessa ordem, a Secretaria-Executivo da Comunidade, pelo período de dois anos cada um.

29. Com relação ao Mediterrâneo, além de reforçar os laços bilaterais, Portugal busca engajar-se com a região no quadro da ONU, da UE e dos grupamentos que ligam o Sul da Europa ao Magrebe, tais como o Diálogo 5+5, o "Med Group" e a União para o Mediterrâneo (UpM), sendo esta última o único foro internacional no qual dialogam Israel e Palestina.

30. Sob o governo de António Costa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros foi fortalecido com a incorporação de toda a política europeia, a promoção das exportações e a internacionalização da economia (foi criado, para este fim, o cargo de Secretário de Estado da Internacionalização, no âmbito do MNE). Para isso terá contribuído a experiência executiva de Augusto Santos Silva, ministro em governos dos ex-PMs António Guterres e José Sócrates, e a quem foi atribuída a precedência mais elevada no gabinete ministerial, após o Primeiro-Ministro António Costa.

31. Cabe destacar que a atual prioridade da política externa portuguesa é a candidatura de António Guterres a Secretário-Geral das Nações Unidas. Guterres, além de ex-Primeiro-Ministro de Portugal (1995-2002), ocupou o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (2005-2015).

Em seu governo, Guterres fez da relação com o Brasil política de Estado: resolveu os antigos conflitos envolvendo o reconhecimento de diplomas de brasileiros vivendo e trabalhando em Portugal; decidiu apoiar de forma determinada e consistente o investimento português no Brasil, cujo estoque alcança hoje mais de EUR 3 bilhões; e passou a apoiar, ostensiva e declaradamente, as pretensões brasileiras nos organismos internacionais, entre as quais o pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

#### RELAÇÕES BILATERAIS

32. Ao longo dos últimos anos, o relacionamento entre Brasil e Portugal tem-se manifestado de forma muito positiva, caracterizado que está pelo interesse português de aprofundar parcerias com todos os países de língua portuguesa e, nesse contexto, pela busca de novos temas de cooperação, entre os quais se destacaram as iniciativas nas áreas da ciência, tecnologia e inovação, bem como o constante esforço pelo incremento do comércio e dos investimentos mútuos. Como se recorda, esse novo patamar das relações bilaterais muito se beneficiou do equacionamento dos antigos problemas migratórios e dos freqüentes contenciosos comerciais. O bom momento é também evidenciado pelo fluxo de visitas bilaterais de alto nível, de parte a parte.

33. A fluidez do relacionamento permite maior receptividade das autoridades locais à atuação da Embaixada do Brasil. Assim, o diálogo com as autoridades portuguesas tem sido freqüente, desimpedido e de alto nível, tanto no Executivo, quanto no Legislativo e no Judiciário. Nesse contexto, os pleitos brasileiros são sempre examinados com muita atenção e consideração.

34. Aproveitando-se desse ambiente, a Embaixada tem promovido e acompanhado várias iniciativas de cooperação entre os dois países, dentre as quais se destacaram, nos últimos anos, as que tiveram como objeto os setores da inovação, energia, biotecnologia, nanotecnologia, educação e promoção da língua portuguesa, bem como outros temas constantes da agenda de trabalho da Comissão Permanente Bilateral (CPB), importante instância de diálogo político e de cooperação entre os dois países.

35. Portugal tem feito do aprofundamento de laços com os países de língua portuguesa, em especial com o Brasil, verdadeira política de Estado. Isto se deve, em grande medida, ao fato de que o país reconhece a sua dimensão limitada no âmbito europeu e, desse modo, procura, na CPLP, novas formas de poder, riqueza e atuação internacional. Assim, seguidos governos portugueses, independentemente das suas tendências ideológicas, têm atribuído elevada importância às cúpulas bilaterais Brasil-Portugal e a toda iniciativa nos diversos campos da cooperação.

36. No plano multilateral, Portugal tem trabalhado estreitamente com o Brasil. Empenha-se constantemente no apoio às nossas pretensões internacionais, entre as quais a candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Recorde-se, a propósito, a excelente cooperação mantida entre os dois países quando coincidiram, em 2011, na condição de membros não-permanentes do referido órgão. Importante também destacar, nesse contexto, o apoio prestado por Portugal, de forma ostensiva e determinada, aos pleitos, demandas e candidaturas brasileiras em organismos internacionais, muitas vezes em dissonância com a orientação de seus sócios na União Europeia.

37. Cabe mencionar aqui a viabilização da candidatura do Professor José Graziano, na disputa pelo cargo de Diretor-Geral da FAO, em 2011. Sua eleição, obtida por apenas quatro votos sobre o candidato espanhol, Miguel Ángel Moratinos (fortemente apoiado pelos países europeus), só foi possível graças ao esforço conjunto da CPLP, com atuação expressiva de Portugal. Na mesma linha, em 2013, por ocasião das eleições para o cargo de Diretor-Geral da OMC, Portugal apoiou e promoveu ativamente a candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo, tanto na União Europeia quanto na OMC, novamente opondo-se à maioria dos países europeus, orientados a votar no candidato concorrente (mexicano). Ao longo de ambos os processos eleitorais, a Embaixada manteve contatos frequentes com os responsáveis pelo assunto no Executivo português. Em reconhecimento ao trabalho desempenhado pela chancelaria portuguesa, três diplomatas portugueses foram condecorados com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Pela mesma razão e por todo o apoio que o governo português tem dado aos pleitos brasileiros, foi recentemente concedida a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul ao ex-Vice-Primeiro-Ministro e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas.

38. Portugal também tem envidado esforços em favor do Acordo de Associação Mercosul-UE. Além de apoiar e reconhecer ostensivamente os méritos do Acordo, Lisboa orientou muitas de suas Embaixadas na Europa, especialmente aquelas junto aos governos mais renitentes, a gestionar pela retomada das negociações, demonstrando as vantagens do processo para os dois lados do Atlântico. Graças às conversas mantidas no mais alto nível, pôde a diplomacia portuguesa compreender melhor os avanços e recuos no processo decisório tanto do lado europeu quanto do lado do Mercosul. Com o mesmo propósito, a Embaixada tem procurado aproximar-se de vários eurodeputados portugueses, a fim de estender o apoio para as negociações do Acordo também ao Parlamento Europeu.

39. No plano das visitas bilaterais de alto nível, cabe recordar ter o Senhor Vice-Presidente da República (atualmente no exercício da Presidência da República), Michel Temer, visitado Portugal em dezembro de 2012; em outubro de 2013; e em abril de 2015, quando manteve reunião de trabalho com o então Vice-Primeiro-Ministro Paulo Portas, além de ter sido recebido pelo Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho e pelo Presidente Aníbal Cavaco Silva. A Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, realizou visitas a Portugal em março de 2011 e em junho de 2013, esta última por ocasião da XI Cimeira Brasil-Portugal.

40. O ex-Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira visitou Lisboa em março de 2016, quando manteve reunião bilateral com o MNE Augusto Santos Silva e participou da XIV Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Por sua vez, o ex-Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado visitou Lisboa em março de 2014, e o ex-Ministro Antonio Patriota, em abril de 2013.

41. Do lado português, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa confirmou que visitará o Brasil para a abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, e o Primeiro-Ministro António Costa, para a abertura dos Jogos Paralímpicos. O Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho visitou o Brasil em outubro de 2011 e Paulo Portas, sucessivamente Ministro dos Negócios Estrangeiros e Vice-Primeiro-Ministro, visitou o Brasil em sete oportunidades, entre julho de 2011 e janeiro de 2015. Por sua vez, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Rui Machete visitou o Brasil em maio de 2015. Ministros de outras pastas



dos dois países também realizaram diversas visitas oficiais, nos últimos anos.

42. Como ocorre a cada Legislatura, a Assembleia da República Portuguesa comunicou à Embaixada a instalação, na corrente Legislatura (13<sup>a</sup>), do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Portugal. Integram o grupo parlamentares de todas as tendências representadas na Assembleia. Sua presidência cabe ao deputado Carlos Páscoa (PSD). Do lado brasileiro, não foi ainda instalado no Congresso Nacional o respectivo Grupo para a 55<sup>a</sup> Legislatura (2015-2018).

43. Nos últimos seis anos, a Embaixada manteve interlocução muito próxima com o Grupo Parlamentar Portugal-Brasil e com outros parlamentares portugueses, de modo a informar e demandar apoio para os grandes temas da agenda bilateral. Desses contatos, verificou-se claramente o forte interesse dos deputados portugueses de aprofundar relações com o Congresso Nacional e de estimular ações nas áreas das relações culturais, humanas e acadêmicas. Seria, portanto, conveniente que se estude a possibilidade de reinstalação do Grupo Parlamentar de Amizade do lado brasileiro, o qual muito tem contribuído para o atendimento dos interesses bilaterais.

#### PROMOÇÃO COMERCIAL

44. O fluxo de comércio bilateral evoluiu de forma anômala entre 2010 e 2015. O endurecimento da crise econômica em Portugal e na União Europeia, associado ao clima amplamente desfavorável da economia mundial em anos recente e, ainda, a retração da economia brasileira, contribuíram para a redução generalizada dos indicadores (Instituto Nacional de Estatística de Portugal, em EUR milhões)

2010	2015	Importação portuguesa	1.046,6	860,0	Exportação portuguesa	439,5	569,3	Saldo (déficit português)	607,1	290,7
		Corrente de comércio	1.486,1	1.429,3						

45. Na pauta do comércio bilateral, as principais exportações portuguesas para o Brasil foram: produtos agrícolas (em 2010, representaram 43,3% do fluxo e, em 2015, 44,2%); máquinas e aparelhos (17,5% e 12,7%); veículos e outro material de transporte (2,6% e 15,9%); produtos alimentares (6,9% e 6,9%); metais comuns e seus produtos (4,6% e 5,6%); minérios e minerais (incluindo petróleo) (8,1% e 5,8%); produtos de plástico e borracha (3,2% e 2,0%); matérias primas e

intermédias têxteis (1,9% e 1,7%); papel e pasta de papel (1,4% e 0,9%); produtos químicos (orgânicos e inorgânicos) (2,2% e 1,1%); e madeira e seus produtos (1,1% e 0,8%).

46. Por outro lado, as principais importações do Brasil foram: petróleo (em 2010, representaram 42,4% do fluxo e, em 2015, 24,4%); produtos agrícolas (29,0% e 33,3%); veículos e outro material de transporte (0,4% e 6,4%); máquinas e aparelhos (4,4% e 4,6%); metais comuns e suas obras (3,1% e 11,3%); produtos alimentares (5,7% e 1,5%); peles e couros (1,2% e 1,8%); produtos plásticos e de borracha (4,1% e 4,3%); madeira e suas obras (2,5% e 3,4%); produtos químicos (orgânicos e inorgânicos) (2,5% e 1,3%); matérias primas e intermédias têxteis (0,5% e 1,7%); pasta de papel e celulose (1,1% e 0,9%); instrumentos de ótica e de precisão (0,5% e 0,5%); e calçados (1,1% e 0,8%).

47. Quanto aos investimentos bilaterais, verificavam-se os seguintes valores em estoque de investimento nos respectivos finais de período, em milhões de euros:

2010	2015	De Portugal no Brasil	6.251,1	3.000,2	Do Brasil em Portugal	4.440,9	2.475,7
------	------	-----------------------	---------	---------	-----------------------	---------	---------

48. No período em questão, o Setor de Promoção Comercial da Embaixada (SECOM) organizou ou apoiou a participação de empresas brasileiras em variadas feiras em território português, em setores tais como alimentação, artesanato, turismo e agronegócio. Igualmente divulgou amplamente em Portugal as feiras realizadas no Brasil.

49. O SECOM apoiou também a realização de inúmeras missões empresariais brasileiras a Portugal, sejam as que acompanharam autoridades governamentais de nível federal, estadual ou municipal em visitas oficiais, sejam aquelas organizadas por entidades patronais ou de classe nacionais, ou por órgãos de fomento, tais como APEX e SEBRAE.

50. O SECOM prestou anualmente apoio à Embratur na organização da participação brasileira na Bolsa de Turismo de Lisboa. Além disso, divulgou o Brasil como destino de turismo em incontáveis eventos e feiras realizados anualmente no território português.

51. Todos os diplomatas da Embaixada, inclusive eu próprio, participaram, no período, de grande número de seminários,

"workshops" e rodadas de negócios com vistas a promover o comércio, os investimentos, a inovação e a tecnologia entre os dois países, tanto como palestrantes quanto como debatedores. O auditório da Embaixada foi cedido, para realização de seminários, a diversas entidades.

52. A Embaixada buscou sempre manter contato estreito com os dirigentes das principais entidades portuguesas na área de comércio exterior, indústria, tecnologia e investimentos, tais como AICEP, Associação Industrial Portuguesa, Confederação Empresarial de Portugal, Associação Empresarial de Portugal, Invest Lisboa, Câmaras de Comércio etc. Cabe registro especial à parceria que mantém com a Câmara de Comércio Luso-Brasileira, que inclui a organização conjunta e periódica de eventos, realizados, na grande maioria, nas cidades de Lisboa e do Porto.

53. Entre janeiro de 2011 e março de 2016, foram as seguintes as principais atividades do SECOM, em termos numéricos: 2.967 atendimentos a consultas empresariais; 508 atendimentos sobre investimentos bilaterais; 649 atos de divulgação de feiras no Brasil; 121 participações e apoio a participantes em feiras locais; 422 atos de organização e apoio a missões empresariais, seminários, eventos, rodadas de negócios e similares; 238 participações efetivas em seminários, eventos, rodadas de negócios, "workshops", mostras e semelhantes; 231 visitas, entrevistas, encontros com autoridades locais e agentes empresariais; 273 inserções no cadastro de empresas importadoras portuguesas na BrazilGlobalNet (BGN); 1.046 validações de registro no cadastro de empresas portuguesas importadoras na BGN.

#### DEFESA E SEGURANÇA

54. A Embaixada conta com três adidâncias: de Defesa e Naval; do Exército e Aeronáutica; e da Polícia Federal. Todas contribuem de forma muito positiva para as atividades do posto e para o elevado perfil do Brasil em Portugal. A Adidância da Polícia Federal, ademais, presta importante colaboração aos Consulados-Gerais do Brasil em Lisboa, Faro e Porto.

55. As adidâncias militares têm apoiado, sobretudo, as iniciativas de cooperação entre Forças Armadas e a participação de militares brasileiros em cursos em universidades e academias militares portuguesas, bem como têm

participado de operações e exercícios coordenados pelas FFAA de Portugal. Em 2016, foram oferecidas 31 vagas em instituições portuguesas a militares da Força Aérea e do Exército brasileiros de diversas patentes, em áreas como Defesa Química, Biológica e Nuclear, Engenharia, Paraquedismo, Curso contra Terrorismo, Estudos Africanos, Administração Pública, Construção e Instalação, entre outros. Oficiais da Marinha brasileira também encontram-se matriculados em cursos em Portugal. A cooperação militar tem o benefício, para o lado brasileiro, de tomar conhecimento de métodos e práticas adotadas por Portugal em decorrência de sua participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Por outro lado, o envio de militares portugueses para cursos no Brasil tem aumentado no último ano, em razão de priorização da parceria com o Brasil, apesar das restrições orçamentárias vigentes em Portugal.

#### CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, ENERGIA E MEIO AMBIENTE

56. Desde 2011, tem sido notável a aproximação entre Brasil e Portugal nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, energia e meio ambiente. A cooperação nesses temas foi responsável por importante adensamento das relações bilaterais.

57. Na área aeronáutica, a cooperação trouxe alguns dos mais valiosos resultados, com a consolidação de cadeia estruturante de criação de conhecimento e tecnologia, em estreita coordenação entre os dois governos. O desenvolvimento da aeronave Embraer KC-390, iniciado em 2009, ganhou consistência nos anos seguintes. O projeto representou avanço significativo na indústria aeronáutica dos países envolvidos, sobretudo Brasil e Portugal. A aeronave é a maior já fabricada com tecnologia brasileira e o mais importante projeto da história da indústria aeronáutica portuguesa. Mais de 16 empresas locais participam na cadeia de fornecedores do KC-390, a exemplo da OGMA, do Centro de Inovação e Engenharia para as Indústrias da Mobilidade (CEIIA) e das fábricas da Embraer em Évora. Aguarda-se, no momento, anúncio da decisão do governo português de adquirir, para sua Força Aérea, 6 unidades do KC-390.

58. A cooperação na área de mobilidade inteligente também assistiu grande progresso nos últimos cinco anos. O Centro de Inovação e Engenharia para as Indústrias da Mobilidade (CEIIA), a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI) e a

Itaipu Binacional cooperam, desde 2013, no programa Mob-I, que pretende desenvolver cadeia de valor para a mobilidade elétrica nas cidades de Brasília, Campinas, Curitiba, Foz do Iguaçu e Rio de Janeiro. As atividades serão apoiadas pela plataforma "mobi.me", tecnologia portuguesa responsável pela administração de redes de mobilidade elétrica na Europa.

59. Há também, desde fevereiro de 2016, cooperação em curso entre o Governo de Minas Gerais, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior português e o CEIIA para o desenvolvimento de veículo elétrico, que servirá de suporte industrial para fomentar a mobilidade inteligente e a cooperação em temas energéticos ligados ao conceito de "smartcities" (o protótipo do veículo elétrico pode ser visitado nas instalações do CEIIA, na cidade do Porto).

60. No campo da tecnologia aplicada às comunicações, a construção do cabo submarino "BuildingEuropeLink to LatinAmerica" (BELLA) é demonstração de como o relacionamento entre Brasil e Portugal em C,T&I pode ter benefícios que se estendam para seus respectivos continentes. O cabo, a interligar Fortaleza a Lisboa, será alternativa viável à estrutura existente de fibra ótica ligando a Europa à América Latina. Atualmente, todos os cabos provenientes da América do Sul destinam-se aos EUA, à exceção de um, de baixa capacidade. O projeto é privado e vem sendo conduzido pela Telebrás e pela companhia espanhola IslaLink, cabendo aos governos envolvidos apoio financeiro e político. O acordo de acionistas foi firmado em 2015.

61. A principal pendência da iniciativa é, atualmente, a integralização do apoio financeiro de EUR 25 milhões esperado do lado comunitário. Em resposta a gestões que a Embaixada vem realizando, o governo português e os eurodeputados portugueses têm-se empenhado em levar adiante o projeto em âmbito europeu.

62. Na área de nanotecnologia, a Embaixada vem promovendo nos últimos anos a interlocução entre o Ministério da Educação do Brasil (MEC), o Ministério da Educação e Ciência de Portugal e a Secretaria de Estado da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Espanha, a qual resultou na assinatura, em 2013, de Memorando de Entendimento para cooperação no âmbito do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL), situado na cidade de Braga. Por meio do instrumento, a

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) financiou, desde 2014, cerca de 25 bolsistas brasileiros para o desenvolvimento de projetos de pesquisa em nanotecnologia nas instalações do laboratório. Novas bolsas poderão ser oferecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com base em Carta de Intenções firmada, em 2015, entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Ministério da Educação e Ciência de Portugal e a Secretaria de Estado da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Espanha. Dentre os países estrangeiros, o Brasil tem hoje o terceiro maior contingente de pesquisadores no INL. A cooperação é vantajosa para ambas as partes, uma vez que oferece a pesquisadores brasileiros acesso a instalações de excelência internacional em área sensível e possibilita a Portugal dar melhor aproveitamento às estruturas existentes no laboratório da cidade de Braga.

63. Em biotecnologia, a Embaixada deu início a diálogo profícuo entre o MCTI e a Associação Beira Atlântico Parque (BiocantPark), situado na cidade de Cantanhede. O diálogo resultou em Memorando de Entendimento para Cooperação em Biotecnologia, firmado em 2013. O instrumento prevê possibilidade de instalação de empresas de capital e tecnologia brasileiros no BiocantPark, bem como a criação conjunta de programas de formação avançada em biotecnologia, a partir das universidades do Norte e Centro de Portugal, especialmente de Coimbra, localizada a 25km de Cantanhede. Está prevista a instalação de uma primeira empresa brasileira no terceiro edifício do Parque, em fase final de construção.

64. A cidade portuguesa do Fundão e o município de Campinas (SP) também iniciaram cooperação nessa área. Foram inaugurados, em 2015, o Centro de Biotecnologia da Beira Interior (CBTPBI) e seu campo experimental, dotado de estufas para o desenvolvimento de plantas produzidas ou modificadas em laboratório na cidade portuguesa. A Universidade Estadual de Campinas, o Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas e o Polo de Alta Tecnologia de Campinas deram apoio técnico à montagem dos laboratórios e à seleção de equipamentos para o centro de pesquisa. Empresas brasileiras manifestaram interesse em instalar-se no novo parque.

65. No campo da pesquisa científica, a Embaixada tem-se empenhado no sentido da construção de redes de conhecimento densas envolvendo as comunidades acadêmicas brasileira e portuguesa. Como resultado, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, e a CAPES firmaram, em 2010, Convênio de Cooperação para fortalecer os laços entre os sistemas de pós-graduação e pesquisa brasileiro e português, bem como para desenvolver a cooperação acadêmica e fomentar o desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa. O instrumento prevê o lançamento anual de edital de concurso para projetos de pesquisa desenvolvidos por instituições dos dois países, com duração de dois anos. No último edital, foram aprovados 30 projetos, a serem executados no biênio 2015-2016.

66. Iniciativa transversal aos temas de C&T e energia, a cooperação em engenharia do petróleo é exemplo de geração de conhecimento e tecnologia que resultou do estreitamento do relacionamento econômico e empresarial entre Brasil e Portugal. A petrolífera portuguesa Galp e sete universidades portuguesas criaram no Brasil, em 2013, o Instituto do Petróleo e do Gás (ISPG). A iniciativa visa a facilitar o investimento pela Galp de 1% das receitas obtidas com a exploração de petróleo no Brasil (onde atua em 27 projetos "onshore" e "offshore" em sete bacias) em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, exigência legal imposta pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Por meio do ISPG, 19 bolsistas brasileiros já concluíram ou cursam atualmente mestrado em engenharia do petróleo oferecido, em Portugal, pela universidade escocesa Heriot-Watt.

67. Em paralelo, o ISPG já submeteu à ANP 14 projetos a serem desenvolvidos conjuntamente por cientistas brasileiros e portugueses para criação de conhecimento em temas ligados ao petróleo. Os projetos de pesquisa foram iniciativa de universidades e "thinktanks" brasileiros. Quando aprovados pela ANP, serão desenvolvidos conjuntamente com acadêmicos de universidades portuguesas.

68. A Petrobras também teve atuação em Portugal, ao longo dos últimos anos. Entre 2007 e 2013, a empresa realizou prospecção de petróleo em águas profundas nas bacias de Peniche e do Alentejo, em parceria com a Galp. Após revisão

do plano estratégico de atuação internacional da empresa, o escritório em Portugal encerrou suas atividades em 2014 e as participações nos projetos de exploração foram vendidas. Da presença da petrolífera brasileira em Portugal, resultaram o "Programa de Formação Avançada e Investigação Conjunta em Geoengenharia de Reservatórios Carbonatados", iniciativa conjunta Petrobras-Galp, e projeto de produção de biodiesel, que prevê o refino do combustível em Portugal a partir de óleo de palma produzido no estado do Pará.

69. Há, por fim, frentes de cooperação em etapa inicial com perspectivas de êxito animadoras. Em junho de 2016, a Agência Espacial Brasileira e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais responderam a gestões realizadas pela Embaixada e iniciaram diálogos com a Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal (FCT), com vistas a promover cooperação em ciência e tecnologia para o espaço e a observação do Atlântico. Nesse último tema, também a Secretaria da Comissão Interministerial para Recursos do Mar (SECIRM) manifestou interesse em cooperar, tendo como pano de fundo o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA).

70. O valioso desenvolvimento da cooperação entre Brasil e Portugal nas áreas de C,T&I, energia e meio ambiente teve papel central na elevação do relacionamento bilateral a nova fase, dotada de caráter estratégico e de alto valor agregado. Os dois países mostraram, nos últimos cinco anos, serem capazes de trabalhar juntos com vistas a oferecer à comunidade internacional soluções inteligentes para demandas de numerosos setores.

71. A ampliação dos esforços na troca de missões técnicas entre os dois países e a agilização e ampliação, no Brasil, da liberação de recursos para realização de pesquisas científicas serão importantes para assegurar que a cooperação nesses temas alcance todo seu potencial.

#### EDUCAÇÃO

72. O relacionamento entre Brasil e Portugal na área educacional é caracterizado pelo dinamismo e pela fluidez. O intercâmbio nessa área é desenvolvido ao abrigo: a) de programas oficiais; b) de convênios entre universidades dos dois países; e c) da iniciativa individual de alunos e pesquisadores, atraídos por instituições de ensino superior



portuguesas, progressivamente interessados na captação de estudantes brasileiros. O apelo das universidades portuguesas, sobretudo as públicas, está associado a sua qualidade e à língua comum.

73. Ao longo dos últimos seis anos, a Embaixada buscou fortalecer e ampliar, quando possível, as iniciativas oficiais; estimular universidades portuguesas a estabelecer parcerias com congêneres brasileiras; e disponibilizar informações aos estudantes brasileiros interessados em estudar em Portugal.

74. A cooperação educacional desenvolvida ao abrigo de programas oficiais ganhou forte ímpeto em 2012 com a criação do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Desde o ano anterior, a Embaixada procurou fomentar contatos com autoridades e universidades portuguesas, com o objetivo de implementar o CsF em Portugal (divulgação do programa, seleção de cursos e de instituições e agilização da concessão de vistos de estudante). Em 2012, com o início do programa, a Embaixada se fez representar em diversas palestras e eventos, em diferentes universidades, com a presença de bolsistas e pesquisadores brasileiros. A Embaixada também se fez presente em eventos de recepção dos bolsistas do CsF.

75. No primeiro ano do programa, Portugal foi o segundo principal destino dos bolsistas brasileiros. Entretanto, no primeiro semestre de 2013, o governo brasileiro anunciou a suspensão de Portugal das bolsas de graduação sanduíche do CsF, em razão da prioridade conferida no programa à proficiência em um segundo idioma. Foram mantidas apenas as bolsas de pós-graduação. Em consequência, declinou significativamente o ingresso de estudantes brasileiros no país por meio de programas oficiais.

76. Até o momento, foram implementadas em Portugal 3.843 bolsas no âmbito do CsF. A grande maioria delas correspondeu a bolsas de graduação concedidas no primeiro ano do programa. Atualmente, estão em vigor cerca de 486 bolsas de pós-graduação, em benefício de alunos de doutorado pleno, doutorado sanduíche e pós-doutorado em universidades portuguesas.

77. No ano letivo 2012-2013, auge da cooperação educacional, via programas oficiais, entre os dois países havia cerca de 5 mil bolsistas (do CsF e de outros programas da CAPES e do

CNPq) em Portugal, num total de 7 mil estudantes brasileiros no país.

78. O governo de Portugal ressentiu-se da suspensão das bolsas de graduação-sanduíche, tendo solicitado, em diversas ocasiões, a sua reativação. Para as universidades portuguesas, a vinda de número expressivo de estudantes brasileiros representou fonte não desprezível de financiamento, em contexto de acentuada redução do repasse de verbas públicas para o ensino superior (queda de 50% do financiamento público no ensino superior, desde 2010).

79. A Embaixada se empenhou em esclarecer às autoridades portuguesas que a exclusão de Portugal do CsF para bolsas de graduação havia-se devido unicamente à prioridade conferida ao aprendizado de língua estrangeira, não estando relacionada, como aventado pela imprensa local, à qualidade das universidades portuguesas, nem a qualquer tipo de constrangimento em relação ao país.

80. O Programa Licenciaturas Internacionais (PLI) constitui o segundo mais importante programa oficial de mobilidade internacional de estudantes brasileiros, após o CsF. Seu objetivo é a diversificação curricular dos cursos de licenciatura brasileiros, por meio de parcerias com universidades estrangeiras. A primeira edição (2010-2012) do PLI para Portugal contemplou 28 projetos; a segunda (2011-2013), 38 projetos; a terceira (2012-2014), 64 projetos; a quarta (2013-2015), 40 projetos; e a quinta (2016-2017), 17 projetos. Portanto, também o PLI registra número decrescente de bolsas concedidas.

81. Outros projetos oficiais na área de cooperação educacional e acadêmica incluem: Programa Capes-FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia); Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores (PDPP); Programa Capes-IGC (Instituto Gulbenkian de Ciências; desativado em 2015); Programa Capes-Ministério do Turismo (desativado em 2015); e Cátedra Capes-Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Cátedra Milton Santos).

82. O decréscimo do número de bolsas concedidas por programas oficiais de cooperação educacional não resultou em diminuição do interesse de alunos brasileiros pelo estudo em universidades portuguesas. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), há cerca de 9 mil estudantes

brasileiros em universidades portuguesas, constituindo a maior comunidade estudantil estrangeira no país. A maioria deles vem ao país por conta própria, respondendo a crescente internacionalização das instituições de ensino superior de Portugal.

83. O Setor Educacional da Embaixada, além de prestar apoio na implementação de programas oficiais de cooperação educacional, como o CsF e o PLI, assiste a estudantes brasileiros matriculados em universidades portuguesas. Atende assim estudantes brasileiros residentes em Portugal interessados em obter declarações - escalas de notas, idoneidade de instituições brasileiras de ensino superior e autorização para exercício profissional, entre outras - exigidas por autoridades portuguesas para diversos fins, tais como prosseguimento dos estudos, processos de reconhecimento de escolaridade ou grau, processos de aquisição de nacionalidade etc.

84. Nos últimos seis anos, o reconhecimento de títulos e graus universitários foi tema importante na agenda bilateral, com desdobramentos positivos. A agilização dos procedimentos para reconhecimento de títulos e acesso às profissões é tema de interesse comum aos dois países. Do ponto de vista de Portugal, a medida facilitaria o exercício profissional de seus cidadãos emigrados, cujo fluxo aumentou desde 2010, em consequência da crise econômica vivida no país. Do ponto de vista do Brasil, a medida ajudaria a suprir a carência de mão-de-obra especializada existente em alguns setores, como o de engenharia, cuja demanda aumentou no mesmo período, em consonância com os investimentos na modernização das infraestruturas do país.

85. Como se recorda, na década de 1990, as universidades portuguesas estabeleceram procedimento comum e célere de reconhecimento de títulos obtidos em universidades brasileiras (em especial, nas instituições públicas federais) e implementaram o reconhecimento automático de títulos de mestrado e doutorado obtidos em programas de pós-graduação de excelência. Segundo o lado português, haveria agora um desequilíbrio entre os dois países na matéria, uma vez que, no Brasil, não se teriam verificado avanços semelhantes.

86. Com o intuito de harmonizar procedimentos, a Embaixada promoveu, em junho de 2013, encontro entre a Associação

Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), durante o qual foi firmado Memorando de Entendimento para agilizar os processos de reconhecimento e equivalência de graus e títulos acadêmicos. O documento estabelece que as universidades integrantes dessa iniciativa terão prazo de até 90 dias para concluir os processos de revalidação ou equivalência de títulos. Numa primeira etapa, seriam contemplados apenas os títulos (licenciatura e mestrado) nas áreas de Arquitetura e Engenharia.

87. Esse importante instrumento, no entanto, ainda não está em vigor. Para que o novo procedimento seja aplicado é necessário que as 15 universidades brasileiras e 14 portuguesas integrantes da iniciativa assinem convênios específicos para esse fim. Segundo fonte do CRUP, resistências internas na maioria das universidades brasileiras dificultariam a assinatura dos acordos específicos entre as instituições de ensino dos dois países.

88. Para agilizar o reconhecimento de títulos, algumas instituições de ensino portuguesas têm firmado convênios com universidades brasileiras, prevendo o reconhecimento mútuo de diplomas em determinadas áreas ou criando cursos de pós-graduação com dupla titulação (atribuição de títulos brasileiro e português, prescindindo assim de reconhecimento).

89. No tocante às questões relativas ao acesso a profissões e seu exercício, observaram-se progressos desde 2010. Novos convênios foram firmados ou entraram em vigor, somando-se aos acordos já existentes entre as ordens de advogados e médicos dos dois países. Em dezembro de 2013, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do Brasil e a Ordem dos Arquitetos (AO) de Portugal firmaram acordo de reciprocidade para a harmonização de condições de inscrição de arquitetos e urbanistas brasileiros e portugueses nos órgãos de classe dos dois países. Em setembro de 2015, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e a Ordem dos Engenheiros (OE) de Portugal assinaram Termo de Reciprocidade, prevendo o reconhecimento automático, para efeito de inscrição nos respectivos órgãos profissionais, das competências de engenheiros brasileiros e portugueses, sem necessidade de realização de exames específicos.

## LÍNGUA PORTUGUESA

90. Brasil e Portugal têm reiterado compromisso mútuo com a promoção e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e produção científica. Essa circunstância torna importante a plena aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP) nos países-membros da CPLP.

91. Durante os últimos seis anos, a Embaixada acompanhou a progressiva implementação do AOLP até sua plena vigência, tanto em Portugal (maio de 2015) quanto no Brasil (janeiro de 2016). Apesar de definitivamente implantado em Portugal, ainda há resistência ao Acordo em meios intelectuais e jornalísticos do país.

92. A fim de contra-arrestar a resistência ao AOLP, a Embaixada tem procurado participar do debate, sem, entretanto, interferir nas decisões internas do país. Procura, outrossim, desfazer entendimentos equivocados em relação à aplicação do Acordo no Brasil, bem como sobre os seus benefícios para toda a comunidade de língua portuguesa. Nesse sentido, a Embaixada tem conversado com os meios intelectuais portugueses, com os deputados na Assembleia da República e feito constar, em artigos publicados na imprensa local, os devidos esclarecimentos sobre a matéria.

## CULTURA

93. A difusão da cultura brasileira em Portugal é uma das principais atribuições da Embaixada do Brasil em Lisboa. Com programação cultural própria ou forjando parcerias com outras instituições, a Embaixada promoveu nos últimos seis anos um número considerável de eventos em Portugal em diversas áreas da cultura. Vale lembrar que diversos artistas brasileiros têm público cativo no país, que consome a cultura de massa brasileira como nenhum outro, graças, entre outros, à partilha da mesma língua.

94. Durante o período de 2010 a 2016, confiante no interesse demonstrado localmente pelas diversas manifestações culturais brasileiras, a Embaixada procurou implementar iniciativas de qualidade, sempre tendo como foco artistas e setores que poderiam encontrar dificuldades para viabilizar-se comercialmente. Promoveu a dança, a pintura, a capoeira, a poesia, a escultura, o "design" e, naturalmente, a música. O

Brasil está presente no calendário cultural português e a Embaixada, principalmente até 2013, pôde contribuir para a viabilização de eventos que contemplaram todas as áreas.

95. A iniciativa mais expressiva no período em questão foi a realização do Ano do Brasil em Portugal (ABP), cuja concepção inicial decorreu de decisão tomada na X Cimeira Brasil-Portugal, celebrada em 2010, quando os dois chefes de governo comprometeram-se a realizar, em conjunto e em simultâneo, eventos para atualizar as relações bilaterais nos setores de cultura, comércio, educação, tecnologia e inovação. No mesmo período (entre 7 de setembro de 2012 e 10 de junho de 2013) foi realizado o Ano de Portugal no Brasil.

96. Os números do ABP foram expressivos. Foram realizados 294 eventos, distribuídos por todo o país e com grande audiência. Manifestações artísticas diversas – teatro, cinema, música, artes visuais e literatura – obtiveram grande repercussão, destacando-se exposições com obras de Hélio Oiticica, desenhos de Millôr Fernandes e mobiliário de Sergio Rodrigues; shows de Alceu Valença, Ana Cañas, Chico César, Cidade Negra, Criolo, Ed Motta, João Donato, Lenine, Milton Nascimento, Miúcha, Ney Matogrosso, Quinteto Villa-Lobos, Roberta Sá e Tulipa Ruiz; montagens teatrais com Bibi Ferreira e Marília Pêra; apresentações de dança com o Balé da Cidade de S. Paulo e Deborah Colker; e colóquios literários que reuniram Eduardo Bueno, Ferreira Gullar, João Paulo Cuenca, Luis Fernando Veríssimo, Paulo Lins e Zuenir Ventura. Assinala-se ainda a importância, em 2013, da realização do "Premiere Brasil Lisboa", com a presença da então Ministra da Cultura Marta Suplicy, e que teve como destaque o filme "Flores Raras", de Bruno Barreto.

97. Evento de destaque também no ABP foi a inauguração, em Belmonte, cidade natalícia de Pedro Álvares Cabral, da Biblioteca de História do Brasil, em anexo ao Museu dos Descobrimentos daquela cidade, por ocasião dos festejos anuais alusivos ao 26 de abril de 1500, data da primeira missa celebrada no Brasil. Trata-se da única biblioteca do gênero em Portugal.

98. Para além do Ano do Brasil em Portugal, evento único das história das relações bilaterais, a Embaixada pôde apoiar a presença brasileira em diversos festivais de cinema, realizados anualmente no país. Destaca-se, nesse contexto, a

Monstra (Festival de Animação de Lisboa); o IndieLisboa (Festival de Cinema Independente); o Festin (Festival de Cinema Itinerante de Língua Portuguesa); o Doclisboa (Festival Internacional de Documentários); o QueerLisboa (Festival Internacional de temática LGBT); e o Lisbon & Estoril Film Festival.

99. Na área de artes visuais, foram concedidos apoios para a viabilização da presença de galerias e artistas brasileiros na ArcoLisboa (feira de arte contemporânea) e na "Vera World Fine Art Festival", além de diversas mostras individuais em espaços de Lisboa.

100. Portugal abriga anualmente expressivo número de festivais literários, nos quais autores brasileiros ocupam lugar de destaque. Habitualmente, a Embaixada procura apoiar a presença dos convidados, viabilizando, quando possível, passagens aéreas e diárias. O Correntes d'Escritas (Póvoa do Varzim, onde nasceu Eça de Queiroz) e o Folio (realizado em Óbidos) destacam-se num contexto que inclui também a Feira do Livro de Lisboa. Este último evento recebeu em 2016, depois de cinco anos de ausência, estande do Brasil organizado pela Embaixada, com coleções cedidas pela FUNAG e pelo Senado Federal. O retorno do Brasil à Feira do Livro de Lisboa teve grande repercussão na mídia e entre os visitantes do certame. O estande do Brasil foi visitado pelo Presidente da República Portuguesa e pelo Presidente da Câmara Municipal (Prefeito) de Lisboa.

101. À luz do intenso intercâmbio intelectual entre Brasil e Portugal, há frequentes convites para que acadêmicos brasileiros participem de eventos em várias cidades portuguesas. Em alguns casos, foi possível à Embaixada desenvolver parcerias com os organizadores dos eventos para assegurar a presença dos convidados. Dentre estes, mereceu especial destaque a Festa da Literatura e do Pensamento, organizada pela prestigiosa Fundação Calouste Gulbenkian, em 2014, que contou com a participação de Luiz Camillo Osório, Professor de Estética da PUC-RJ e curador do Museu de Arte do Rio de Janeiro, entre outros.

102. Graças à existência de pequeno auditório na Embaixada do Brasil, foi possível conceder espaço, por diversas ocasiões, para lançamento de livros e palestras de autores portugueses (com obras sobre o Brasil) e brasileiros, inclusive aqueles

que vivem em Portugal. Entre os contemplados destacaram-se, em 2015, o romance biográfico de Pedro Álvares Cabral "Vera Cruz", do autor português João Morgado, e, em 2016, a palestra da escritora brasileira Betty Milan, que versou sobre o envelhecimento, tema de sua obra "A mãe eterna".

103. Registre-se, com satisfação, a atribuição do Prêmio Camões aos escritores brasileiros Raduan Nassar (2016), Alberto da Costa e Silva (2014), Dalton Trevisan (2012) e Ferreira Gullar (2010), ocasiões em que a literatura brasileira obteve grande repercussão nos meios de comunicação.

104. Dignas de nota, por fim, são as iniciativas dos municípios espalhados pelo país, que promovem apresentações musicais, festivais e eventos culturais, muitas vezes com apoio da Embaixada, possível graças à contratação de artistas brasileiros residentes em Portugal, às parcerias envolvendo a divulgação dos eventos ou à intermediação de contatos com instituições brasileiras, como ocorreu, por exemplo, em junho de 2016, em festa da Câmara Municipal (Prefeitura) de Sintra, que comemorou a geminação da cidade portuguesa com Petrópolis, organizando exposição trazida pelo Museu Imperial daquela cidade serrana.

#### ADMINISTRAÇÃO DA EMBAIXADA

105. A Chancelaria da Embaixada encontra-se instalada em edifício datado do século XVII, que, em razão de seu valor arquitetônico e artístico, foi objeto de estudos acadêmicos. Trata-se de prédio razoavelmente espaçoso, capaz de atender às necessidades cotidianas de trabalho, bem como possibilitar a realização de atividades como cerimônias protocolares e eventos culturais. Em razão da antiguidade do prédio, cuidados especiais fazem-se necessários com frequência, entre os quais obras de manutenção, restauração ou mesmo de reforma das edificações da Chancelaria.

106. Desde 2011, realizaram-se obras de reforço estrutural do muro, da fachada principal e da capela; obras de reabilitação dos telhados do edifício principal; e obras de reforma do sistema de climatização. Permanece, contudo, a necessidade de várias outras obras de estrutura e recuperação de patrimônio que, em decorrência das reconhecidas dificuldades orçamentárias, não foi possível contemplar.



107. Por último, a Residência da Embaixada, instalada em magnífico imóvel adquirido pelo governo brasileiro em 1974, tem sido amplamente utilizada para atividades sociais e protocolares. Além do recebimento de autoridades, empresários, intelectuais e personalidades da sociedade portuguesa, comemora-se tradicionalmente na Residência o dia 7 de setembro, na forma de recepção com cerca de 1.500 convidados (possivelmente a maior manifestação oficial da data nacional realizada no exterior).

MARIO VILALVA, Embaixador



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM Nº 73, DE 2016

(nº 396/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

**AUTORIA:** Presidente da República

**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 396

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Os méritos do Senhor Luiz Alberto Figueiredo Machado que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de julho de 2016.

EM nº 00205/2016 MRE

Brasília, 8 de Julho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: José Serra*

Aviso nº 452 - C. Civil.

Em 12 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

## I N F O R M A Ç Ã O

### CURRICULUM VITAE

#### **MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO**

CPF.: 599.872.197-72

ID.: 7754 MRE

1955 Filho de Renato Machado e Zilda Machado, nasce em 17 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

#### **Dados Acadêmicos:**

1977	Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
1979	CPCD - IRBr
1982	Direito do Mar e Direito Econômico Internacional, Academia de Direito Internacional da Haia
1986	CAD - IRBr
2000	CAE - IRBR, A Plataforma Continental Brasileira e o Direito do Mar: Considerações para uma Ação Política

#### **Cargos:**

1980	Terceiro-Secretário
1982	Segundo-Secretário
1989	Primeiro-Secretário, por merecimento
1995	Conselheiro, por merecimento
2003	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2009	Ministro de Primeira Classe

#### **Funções:**

1980-81	Divisão das Nações Unidas, assistente
1981-85	Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
1983	Instituto Rio Branco, Professor assistente de Direito Constitucional
1985-86	Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, assistente
1986-89	Missão junto à ONU, Nova York, Segundo-Secretário
1989-92	Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro-Secretário
1992-94	Departamento do Meio Ambiente, assessor
1995-96	Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, Chefe
1996-99	Embaixada em Washington, Conselheiro
1999-2002	Embaixada em Ottawa, Conselheiro
2002-04	Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Chefe
2004-05	Delegação Permanente junto à UNESCO, Paris, Ministro-Conselheiro
2005-11	Departamento do Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor
2011-13	Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia
2013	Missão do Brasil junto às Nações Unidas, Representante Permanente
2013-14	Ministro de Estado das Relações Exteriores
2014-	Embaixada do Brasil em Washington, Embaixador

**Condecorações:**

1995	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1995	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1996	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
1998	Medalha do Pacificador, Brasil
2011	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

**PAULA ALVES DE SOUZA**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

# PORTUGAL



## INFORMAÇÃO OSTENSIVA Junho de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE PORTUGAL	
<b>NOME OFICIAL:</b>	República Portuguesa
<b>GENTÍLICO:</b>	português / portuguesa
<b>CAPITAL:</b>	Lisboa
<b>ÁREA:</b>	92 mil km <sup>2</sup>



<b>POPULAÇÃO:</b>	10,41 milhões
<b>IDIOMA OFICIAL:</b>	Português
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Catolicismo (84,5%); nenhuma (13%); outras religiões cristãs (2%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Republicano Semipresidencialista
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Unicameral (Assembleia da República)
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Presidente Marcelo Rebelo de Sousa
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Primeiro-Ministro António Costa
<b>CHANCELER:</b>	Augusto Santos Silva
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):</b>	US\$ 199,08 bilhões
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):</b>	US\$ 289,79 bilhões
<b>PIB PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 19.122
<b>PIB PPP PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 27.835
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	-1,13% (2013), 0,91% (2014), 1,47 (est. 2015), 1,40 (est. 2016)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):</b>	0,83 – muito elevado (43°)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2014)</b>	80,9 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO (2015):</b>	95,7%
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (est. 2016)</b>	11,56%
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	euro
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA</b>	Francisco Ribeiro Telles
<b>BRASILEIROS NO PAÍS</b>	116.271

**BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (em US\$ milhões). Fonte: MDIC**

<b>Brasil → Portugal</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>
<b>Intercâmbio</b>	<b>482,6</b>	<b>705,8</b>	<b>774,7</b>	<b>1.253,6</b>	<b>2.146,0</b>	<b>1.711,5</b>	<b>2.891,2</b>	<b>1.948,2</b>	<b>1.632,1</b>
<b>Exportações</b>	331,5	507,7	631,3	1.021,4	1.804,9	1.276,9	2.055,1	854,4	822,1
<b>Importações</b>	151,1	198,1	143,4	232,2	341,1	434,6	836,1	1.087,8	809,9
<b>Saldo</b>	180,4	309,6	487,9	789,1	1.463,8	842,3	1.219,0	-233,4	12,2

Informação elaborada em 27/06/2015 pelo TS Carlos Augusto de Carvalho Dias. Revisada pelo PS Daniel Afonso da Silva, em 28/06/2016.

**PERFIS BIOGRÁFICOS**



Marcelo Rebelo de Sousa  
Presidente da República Portuguesa

O Presidente eleito no último dia 25 de janeiro nasceu em Lisboa, em 12 de dezembro de 1948, filho de um médico e de uma assistente social. O pai, Baltazar Rebelo de Sousa, foi, entre 1970 e 1974, ministro de Saúde e Assistência, das Corporações e da Previdência Social e do Ultramar.

Bacharel e doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, da qual é professor catedrático, desenvolveu também carreira no jornalismo, tendo sido diretor do jornal "Expresso" (1980-1983) e comentarista político em canais de televisão (2000-2015). Casado, tem dois filhos e cinco netos.

Milita no Partido Social-Democrata (centro-direita) desde 1974, ano da Revolução dos Cravos. Presidiu o partido entre 1996 e 1999. Exerceu as funções de: Deputado Constituinte (1975); Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (1981); Ministro dos Assuntos Parlamentares (1982); Deputado Europeu (1997-1999); Conselheiro de Estado (2000-2001 e 2006-2016).



António Luís Santos da Costa

### Primeiro-Ministro

Nasceu em 17 de julho de 1961, em Lisboa. Pelo lado paterno, descende de família brãmane goesa convertida ao catolicismo no século XVI. Graduou-se em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e fez pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa.

Filiou-se à Juventude Socialista em 1975, aos 14 anos. Em novembro de 2014, tornou-se Secretário-Geral do Partido Socialista (PS). Exerceu as funções de Deputado (1991-2009), Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (1995-1997), Ministro dos Assuntos Parlamentares (novembro de 1997), Ministro da Justiça (1999-2002), líder da bancada do PS na Assembleia da República (2002-2004), Deputado e Vice-Presidente do Parlamento Europeu (2004-2005), Ministro de Estado e da Administração Interna (2005-2007) e Prefeito de Lisboa, por três mandatos (2007-2015).

Em 1989, foi um dos responsáveis pela negociação da aliança entre o PS e o Partido Comunista Português (PCP), que conduziu Jorge Sampaio à Prefeitura de Lisboa (1989-2001). Para construir a maioria que viabilizou sua indicação à Chefia de Governo, obteve o apoio do Bloco de Esquerda (BE), do Partido Comunista Português (PCP) e do Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), além de lograr mobilizar seu partido em torno dessa aliança à esquerda.

Esteve no Brasil em várias ocasiões, a última em abril de 2014, quando visitou obras de infraestrutura para a Copa do Mundo e empresas, além de encontrar-se com membros da comunidade portuguesa em São Paulo. Entre seus projetos para os países de língua portuguesa, destaca-se a proposta de criação de espaço lusófono de livre circulação de cidadãos.

### RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento entre Brasil e Portugal passa por momento de fluidez, decorrente do equacionamento de problemas migratórios, do elevado fluxo de visitas bilaterais, bem como da ausência de contenciosos comerciais. O bom momento do relacionamento é marcado também pela crescente cooperação em ciência, tecnologia e inovação, bem como pelo incremento, nos últimos anos, dos investimentos mútuos.

A Presidente Dilma Rousseff realizou visita a Lisboa em junho de 2013, ocasião na qual foi realizada a XI Cimeira bilateral, encontro entre os Chefes de Governo dos dois países. Dentre os resultados concretos da visita presidencial, registre-se a assinatura de acordo entre universidades brasileiras e portuguesas, com vistas à facilitação do reconhecimento de títulos e diplomas nas áreas de arquitetura e engenharia.

O Presidente da República, em exercício, Michel Temer, visitou Portugal, na função de Vice-Presidente, em abril de 2015. Na ocasião, reuniu-se com o então Presidente Aníbal Cavaco Silva, com o então Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho e com o então Vice-Primeiro-Ministro Paulo Portas. Participou, ainda, de seminário empresarial.

O comércio bilateral tem mantido, em geral, dinamismo, a despeito do quadro de crise econômico-financeira internacional. O volume do comércio bilateral alcançou, em 2015, EUR 1,4 bilhão (-4,94% em relação a 2014). As importações foram de EUR 860 milhões (-0,56%) e as exportações EUR 569,3 milhões (-10,9%). O déficit português atingiu EUR 291 milhões.

O Brasil é o 11º parceiro de Portugal, como vendedor e como comprador. Para o Brasil, Portugal está em 40º lugar entre os parceiros. Os principais produtos exportados para o Brasil são azeite de oliveira (26,2% do total), partes e peças de veículos (14,3%), maçãs, peras e marmelos frescos (6,6%), vinhos (5,1%), peixe congelado (4,1%), peixes secos e salgados (3%) e minério de cobre (2,4%). Os principais produtos importados do Brasil são petróleo (24,4% do total), soja (19,7%), laminados planos de ferro ou aço (8,9%), milho (4,8%), aviões (3,6%), polímeros em formas primárias (2,9%) e tabaco não manipulado (2,8%).

Os investimentos brasileiros em Portugal atingiram o valor recorde de US\$ 4,3 bilhões em 2014 e as inversões portuguesas somaram US\$ 3,1 bilhões naquele ano. Estima-se haver, atualmente, cerca de 600 empresas de capital português atuando no Brasil.

No plano externo, há convergência de posições nos foros multilaterais, sobretudo com respeito à necessidade de reforma das instituições políticas e financeiras internacionais. Portugal já reiterou, em diversas ocasiões, a necessidade de reforma do Conselho de Segurança que inclua o Brasil como membro permanente.

O Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Portugal ainda não foi constituído no Congresso brasileiro para a 55ª Legislatura (2015-2018).

## **ASSUNTOS CONSULARES**

Estima-se em 116.271 o número de brasileiros em Portugal. Cerca de 16.000 seriam imigrantes indocumentados. Há 308 brasileiros presos, cumprindo pena ou aguardando julgamento.

As demandas são diversas, mas concentram-se em serviços consulares (melhoria do atendimento, diminuição dos emolumentos consulares e mudanças nos meios de pagamento disponíveis), em questões trabalhistas e previdenciárias, especialmente na execução do Acordo Previdenciário Brasil-Portugal (fim da cobrança

de 25% de Imposto de Renda sobre aposentadorias pagas pelo INSS) e no enfrentamento do tráfico de pessoas e da violência doméstica.

### **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS**

Não há registro de concessão de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano beneficiando Portugal.

### **POLÍTICA INTERNA**

O atual governo do Partido Socialista (PS), apoiado no Parlamento pelos partidos de esquerda (Bloco de Esquerda – BE –, Partido Comunista Português – PCP – e Partido Ecologista "Os Verdes") e empossado em 26 de novembro de 2015, constitui composição inédita no sistema político português. Desde a redemocratização, as funções executivas haviam sido exercidas unicamente pelos partidos do chamado "arco da governabilidade", que incluía as forças de centro-esquerda (Partido Socialista), centro (Partido Social-Democrata – PSD) e centro-direita (Centro Democrático Social-Partido Popular – CDS-PP).

Nas eleições legislativas de 4 de outubro de 2015, nenhum dos partidos obteve maioria absoluta. O Presidente Cavaco Silva reconduziu Pedro Passos Coelho, líder do partido com maior votação (PSD, em coligação com o CDS, com 38,5% dos votos), à Chefia do Governo. A Assembleia da República, no entanto, integrada majoritariamente pelos partidos de centro-esquerda e esquerda (122 dos 230 deputados), aprovou moção de rejeição ao programa de governo apresentado pelo PSD, acarretando a demissão do XX Governo Constitucional, que durou menos de um mês.

O Presidente Cavaco Silva, impossibilitado de convocar novas eleições, viu-se obrigado a dar posse a António Costa, após o PS firmar “acordos de incidência parlamentar” com os partidos de esquerda.

A aliança entre o PS e os partidos de esquerda tem demonstrado sua força em diferentes ocasiões: a eleição do Presidente da Assembleia (Ferreira Rodrigues, do PS, embora a maior bancada individual seja a do PSD); a aprovação do programa do governo; e a aprovação do orçamento de 2016, o primeiro orçamento do Estado português aprovado com votos favoráveis do PCP e do Bloco de Esquerda.

### **POLÍTICA EXTERNA**

O novo Chanceler, Augusto Santos Silva, tem propugnado voz mais ativa da diplomacia portuguesa nos foros de que participa e a valorização institucional do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O alcance desse segundo objetivo tem sido

facilitado por sua precedência entre os Ministros – sendo considerado a segunda figura do Governo, após o Primeiro-Ministro António Costa.

O Chanceler Santos Silva tem reiterado a vocação histórica de Portugal, ainda muito viva na identidade nacional, de estabelecer pontes entre a Europa e os outros continentes, manifestando a intenção de trabalhar pelo aprofundamento das relações com o Mediterrâneo e o Norte da África e com o Atlântico Sul – tanto América Latina como África Ocidental.

Em consonância com as supracitadas diretrizes gerais, apresentou nove objetivos específicos de sua gestão à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros: (i) participação mais ativa na construção europeia; (ii) reforço dos vínculos norte-atlânticos; (iii) fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); (iv) internacionalização da economia portuguesa; (v) promoção da língua portuguesa; (vi) modernização da relação com as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro; (vii) aprofundamento da cooperação internacional; (viii) relançamento da ação externa em contexto multilateral; (ix) valorização e consolidação da rede diplomática, consular e comercial.

A participação na União Europeia continua sendo a dimensão essencial da estratégia de desenvolvimento do país. Superada a fase mais aguda da crise financeira (o programa de resgate foi concluído em maio de 2014, sem que tenha sido necessário solicitar recursos adicionais), Portugal tenciona adotar atitude mais assertiva nas discussões comunitárias. Nesse sentido, tem sido encarecida a necessidade de respostas articuladas a desafios enfrentados pela União Europeia em três planos distintos: institucional (déficit democrático e de participação popular); econômico-financeiro (retomada do crescimento e do emprego); de cidadania, justiça, segurança e direitos (terrorismo e refugiados).

Quanto ao terceiro aspecto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem defendido o resgate da Europa como “espaço de liberdade e direitos, pluralismo e diversidade”, cobrando empenho de todos os países na busca de soluções que facilitem conciliar a agenda social e humanitária da integração – livre circulação, políticas de vizinhança, cooperação e apoio ao desenvolvimento e políticas de asilo e acolhimento de refugiados – com a agenda de segurança – controle das fronteiras externas da União e luta contra o terrorismo.

A vertente atlântica da política externa portuguesa mantém-se importante, e aparece no discurso ao mesmo tempo como vocação histórica e como oportunidade para o futuro. Sobre esse eixo da política externa assenta a ideia de que Portugal estaria no centro geográfico de qualquer parceria transatlântica bem-sucedida e, em consequência, teria sua importância geopolítica incrementada. Portugal mantém firme interesse nas negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimentos (TTIP), bem como

participação engajada nas cúpulas ibero-americanas. No plano das relações bilaterais com os EUA, Portugal busca solução para a questão relativa à decisão norte-americana de reduzir a presença militar na Base das Lajes, nos Açores. Atualmente, os norte-americanos arcam com a totalidade dos custos de manutenção da base (cerca de EUR 9 milhões por ano).

O eixo lusófono é considerado prioritário por Portugal, à medida que o credencia, dentro e fora da Europa, como interlocutor privilegiado dos demais países de língua portuguesa. Trata-se do espaço em que Portugal concentra o maior volume de iniciativas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, por meio de Programas Estratégicos de Cooperação com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe, implementados pelo Instituto Camões.

A atenção dispensada à CPLP é enfatizada, em 2016, por meio de propostas para a dinamização da Comunidade, no marco de seus 20 anos de criação. Portugal tem demonstrado interesse em promover o aprofundamento do diálogo político-diplomático na Comunidade, o "enriquecimento" do estado de Observador Associado e iniciativas para as comunidades da diáspora que têm como língua de herança ou materna o português. O país esforça-se para promover a língua portuguesa como "língua global", caracterizando-a como "porta de entrada" para a comunicação, cooperação e negócios.

Além das vertentes já referidas, Portugal dedica especial atenção ao desenvolvimento das relações com o Mediterrâneo e com o norte da África, seu entorno geográfico. Os países do Magrebe são considerados prioritários, tanto do ponto de vista do relacionamento econômico-comercial, quanto pelas considerações de segurança do continente europeu. Portugal mantém encontros de cúpula regulares com Marrocos (segundo maior parceiro comercial de Portugal na África), Argélia e Tunísia. Portugal ocupou a copresidência do "Diálogo 5+5" entre maio de 2013 e maio de 2015. O mecanismo, informal, reúne Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Tunísia, Espanha, França, Itália, Malta e Portugal. Ao longo dos dois últimos anos, realizou debates sobre migrações, terrorismo e interconexão energética.

As fortes relações políticas e econômicas de Portugal com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) têm contribuído, em parte, para a recuperação da economia portuguesa, inclusive no que respeita à acolhida, por esses países, de fluxos emigratórios de Portugal. Em gesto tido em Lisboa como simbólico, o Primeiro-Ministro António Costa realizou sua primeira visita internacional a Cabo Verde, em janeiro passado. A par da tradicional prioridade conferida aos PALOP, Lisboa tem dado mostras de interesse em aprofundar as relações bilaterais com outros países africanos, tais como Nigéria, Gana, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo e Zimbábue, com vistas a reforçar seu papel como um dos principais atores na elaboração das políticas da União

Europeia para aquele continente. Em janeiro passado, o Chanceler Santos Silva participou da XXVI Cúpula da União Africana, em Adis Abeba.

O interesse de Portugal em intensificar suas relações econômicas e políticas com a América Latina foi demonstrado com a admissão do país, em maio de 2013, como observador da Aliança do Pacífico, bem como por intensa troca de visitas bilaterais nos dois últimos anos. Os Presidentes da Colômbia, do Peru e do México visitaram Lisboa. O então Presidente Cavaco Silva esteve em Bogotá, Lima e Cidade do México (onde participou da XXIV Cúpula Ibero-americana). A Venezuela é caso especial, por contar com a segunda maior comunidade de origem portuguesa na América do Sul, depois do Brasil. São cerca de 700 mil luso-descendentes, o que faz da Venezuela parceiro importante na região.

### **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

A economia portuguesa tende a seguir em lenta recuperação. O Fundo Monetário Internacional, o Banco de Portugal e a Comissão Europeia prevêem crescimento do PIB entre 1 e 2% em 2016. O Conselho de Finanças Públicas, por sua vez, prevê crescimento de 2,1%. O desemprego deve manter-se em dois dígitos. A inflação baixa e a queda do preço do petróleo dificultam a retomada econômica. Mantendo ação anticíclica, o Banco Central Europeu (BCE) prolongou até março de 2017 a compra de títulos, a despeito de movimento mais restritivo do Banco Central dos Estados Unidos (FED). A tendência é que os juros permaneçam baixos em Portugal e na Europa como um todo, ao longo do ano corrente.

Portugal não conseguiu, em 2015, reduzir seu déficit nominal abaixo de 3% do PIB, principalmente em função da liquidação e venda do banco Banif. A Comissão Europeia terá de estipular novas metas para diminuição do desequilíbrio orçamentário, de modo a cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). De acordo com as regras vigentes, o descumprimento dos objetivos do déficit fiscal pode provocar sanções de até 0,2% do PIB.

### **RELACIONAMENTO ECONÔMICO-COMERCIAL BILATERAL**

A corrente de comércio bilateral no primeiro trimestre do ano atingiu EUR 388 milhões, mais 13% do que no trimestre anterior. Houve forte incremento de vendas de aeronaves, EUR 98,2 milhões, que correspondem a 38% do total exportado para Portugal.

Com relação aos fluxos de investimento, verificou-se aumento em ambas as direções: o investimento português no Brasil foi de EUR 153,6 milhões, quase dez vezes



mais o valor verificado no período análogo de 2015, de EUR 17,3 milhões. De igual modo, o investimento brasileiro em Portugal atingiu EUR 239,1 milhões, contra os EUR 15,1 milhões investidos no primeiro trimestre de 2015. Dessa forma, o estoque de investimentos brasileiros em Portugal no final do primeiro trimestre deste ano era de EUR 2.702,5 milhões, valor que representa 2,1% do total naquele país, enquanto o de investimentos portugueses no Brasil era de EUR 3.200,6 milhões, 3,9% do estoque de investimentos portugueses no exterior no final do período considerado.

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

29 a.C	Lusitânia é integrada ao Império Romano
411	Invasões bárbaras na Península Ibérica
711	Invasões muçulmanas na Península Ibérica
1093	Afonso VI de Leão e Castela entrega a D. Henrique de Borgonha o Condado Portucalense
1128	D. Afonso Henriques, filho de D. Henrique, ganha a Batalha de São Mamede contra as tropas de D. Teresa, sua mãe. Declara o Condado Portucalense principado independente
1139	Batalha de Ourique - D. Afonso Henriques vence tropas Mouras e proclama o Reino Independente de Portugal, reconhecida por Castela em 1143
1279-1325	Reinado de D. Dinis, o “Pai da Pátria”
1415	Conquista de Ceuta; inicia-se a Era dos Descobrimentos
1498	Chegada de Vasco da Gama às Índias
1500	Chegada de Pedro Álvares Cabral ao nordeste do atual território brasileiro.
1511-1542	Chegada dos portugueses à Indochina, à Indonésia, à China e ao Japão
1580-1640	Com a morte de D. Sebastião, trono português passa à Coroa Espanhola
1750-1777	Marquês de Pombal promove o “despotismo esclarecido” em Portugal
1807	Invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte
1808	Família Real se estabelece no Brasil
1820	Revolução liberal do Porto
1822	Independência do Brasil
1828-1834	Guerra Civil Portuguesa – D. Pedro IV vence seu irmão, D. Miguel, e entrona sua filha, D. Maria II, Rainha de Portugal
1910	Deposição de Manuel II e criação da República Portuguesa
1926-1933	Ditadura militar
1928	António de Oliveira Salazar é nomeado Ministro de Finanças
1932	Salazar passa a acumular a Pasta de Finanças com a Chefia do Governo
1933	Promulgação da Constituição Estado-Novista
1949	Portugal, neutro na II Guerra Mundial, ingressa na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

1961	Eclode a Guerra de Independência de Angola; tropas indianas invadem Goa, Damão e Diu; início da “Guerra Colonial Portuguesa”
1974	Revolução dos Cravos
1975	Independência de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique.
1976	Nova Constituição, que instaura oficialmente a III República.
1986	Portugal adere à União Europeia
1999	Portugal adere ao Euro; cede Macau à China
2006	Cavaco Silva elege-se Presidente da República Portuguesa.
2009	Portugal mergulha em grave crise financeira
2011	Reeleição do Presidente Cavaco Silva. Início do XIX Governo Constitucional de Portugal, chefiado pelo Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho. Portugal pede ajuda ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional.
2012	Agências de classificação de risco de crédito rebaixam Portugal ao nível BBB- ( <i>junk status</i> ); servidores públicos realizam greve-geral de 24 horas em protesto contra medidas de austeridade do Governo Passos Coelho.
2015	António Costa (Partido Socialista) torna-se Primeiro-Ministro, com o apoio de partidos de esquerda.
2016	Marcelo Rebelo de Sousa é eleito presidente, sucedendo Cavaco Silva.

#### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1500	Chegada ao atual território brasileiro do navegador Pedro Álvares Cabral.
1530	Início da colonização do Brasil por Martim Afonso de Souza.
1549	Tomé de Souza é nomeado Governador-Geral do Brasil.
1560-1615	Luso-brasileiros repelem invasões francesas no Brasil.
1647	Luso-brasileiros repelem invasões holandesas no Brasil.
1808	Vinda da Corte Portuguesa para o Brasil; abertura dos Portos às nações amigas marca fim do monopólio econômico colonial português.
1815	Brasil elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e a Algarves.
1822	Independência do Brasil.
1825	Brasil e Portugal assinam Tratado de Paz e Aliança; reconhecimento da independência do Brasil.
1953	Celebração do Tratado de Amizade e Consulta.
1991	I Cimeira Luso-Brasileira.
1995	II Cimeira Luso-Brasileira.
1997	III Cimeira Luso-Brasileira.
1999	IV Cimeira Luso-Brasileira.
2000	Celebração do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, em 22 de abril, no contexto das comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses à costa brasileira.

2001	V Cimeira Luso-Brasileira.
2002	VI Cimeira Luso-Brasileira.
2004	VII Cimeira Luso-Brasileira.
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e realização da VIII Cimeira Brasil-Portugal.
2008	Visita ao Brasil do Presidente Cavaco Silva, na comemoração do Bicentenário da Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro; IX Cimeira Brasil-Portugal.
2009	Visita do Ministro Celso Amorim a Lisboa.
2010	Visita do Presidente Lula a Portugal e realização da X Cimeira Brasil-Portugal.
2011	Visita da Presidente Dilma Rousseff a Coimbra e Lisboa (março). Visita do Primeiro-Ministro Passos Coelho e do Presidente Cavaco Silva ao Brasil (outubro).
2012	Visita do Chanceler Paulo Portas ao Brasil (maio). Visita do Primeiro-Ministro Passos Coelho para a Conferência Rio+20 (junho). Visita do Vice-Presidente Michel Temer a Portugal (dezembro).
2013	Visita da Presidente Dilma Rousseff a Portugal (junho), ocasião em que é realizada a XI Cimeira Luso-brasileira.
2015	Visita do Vice-Presidente Michel Temer a Portugal.
2016	Visita do Ministro Mauro Vieira a Lisboa, em março, por ocasião de Reunião do Conselho de Ministros da CPLP.

#### ATOS BILATERAIS

<b>Título do Acordo</b>	<b>Data de Celebração</b>	<b>Entrada em Vigor Internacional</b>	<b>Publicação</b>
Ajuste Administrativo para a Aplicação do Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	28/12/2015	28/12/2015	24/02/2016
Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	09/08/2006	01/05/2013	09/05/2013

Programa de Cooperação no Âmbito da Subcomissão para as Áreas da Educação, Cultura, Comunicação Social, Ciência e Tecnologia, Juventude e Desporto para 2006-2009	23/11/2005	01/01/2006	20/12/2005
Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	29/10/2005	01/11/2008	18/12/2008
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	13/10/2005	24/12/2009	06/10/2010
Protocolo de Colaboração Cinematográfica entre o Ministério da Cultura de Portugal através do Instituto do Cinema Audiovisual e Multimédia e Ministério da Cultura do Brasil através da Agência Nacional do Cinema do Brasil nos Domínios da Promoção e Distribuição de Obras Cinematográficas	13/10/2005	13/10/2005	26/10/2005
Acordo para a Proteção de Informação Classificada entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	13/10/2005	31/10/2008	Situação especial
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas	11/07/2003	05/12/2007	08/04/2008
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Contratação Recíproca de Nacionais	11/07/2003	19/10/2003	24/07/2003
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes	11/07/2003	03/10/2004	24/07/2003
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Serviços Aéreos	11/11/2002	03/01/2007	09/03/2007
Protocolo de Operacionalização da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	05/09/2001	05/09/2001	18/02/2002

Convênio entre o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Instituto Camões do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal	05/09/2001	05/10/2001	18/02/2002
Protocolo de Colaboração na Área de Arquivos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	05/09/2001	05/09/2001	12/03/2002
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Técnico e de Apoio ou Serviço	05/09/2001	28/11/2004	04/02/2005
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	05/09/2001	23/03/2006	03/05/2006
Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	16/05/2000	05/10/2001	14/11/2001
Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	22/04/2000	05/09/2001	20/09/2001
Protocolo Modificativo do Protocolo que Institui o Prêmio Camões.	17/04/1999		Em Ratificação
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países	17/04/1999		Tramitação Congresso Nacional
Acordo Relativo à Isenção de Vistos.	15/04/1996	25/01/1997	06/02/1997
Acordo de Cooperação Consular para Proteção e Assistência Consular, aos seus Nacionais em Terceiros Países.	03/07/1995	20/07/1997	25/07/1997
Acordo para a Constituição de um Grupo de Cooperação Consular Luso-Brasileiro.	07/05/1991	23/08/1993	14/11/1994
Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal.	07/05/1991	01/12/1994	01/12/1994

Tratado de Extradicação	07/05/1991	01/12/1994	05/12/1994
Ajuste Administrativo ao Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social	07/05/1991	25/03/1995	28/04/1995
Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social	07/05/1991	25/03/1995	18/04/1995
Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.	07/05/1991	25/04/1994	05/04/1994
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.	07/05/1991	20/04/1994	05/07/1994
Acordo de Cooperação para a Redução da Procura Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas.	07/05/1991	18/06/1995	11/09/1995
Acordo Quadro de Cooperação.	07/05/1991	07/07/1995	19/07/1995
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	05/05/1986	06/03/1990	13/03/1990
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil Portugal de 07 de setembro de 1966, que põe em Vigor o Convênio entre CNPq do Brasil e o Instituto de Investimento Tropical (IICT) de Portugal.	07/04/1983	07/04/1983	29/04/1983
Acordo de Co-Produção Cinematográfica.	03/02/1981	04/06/1985	17/06/1985
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.	03/02/1981	17/06/1982	12/06/1982
Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo.	03/02/1981	04/05/1982	20/05/1982
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima.	23/05/1978	23/09/1980	22/10/1980
Convênio sobre Radioamadorismo.	17/03/1972	17/03/1972	11/01/1973
Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses.	07/09/1971	22/04/1972	14/04/1972
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento.	22/04/1971	10/10/1971	26/10/1971
Protocolo Adicional ao Acordo Cultural de 07 de setembro de 1966.	22/04/1971	10/09/1971	24/09/1971
Acordo de Previdência Social	17/10/1969	01/12/1970	07/12/1970
Acordo para a Concessão de Isenções Aduaneiras aos Consulados e Cônsules de Carreira de ambos os Estados	29/05/1969	29/05/1969	26/12/1969

Acordo Básico de Cooperação Técnica	07/09/1966	16/12/1967	18/01/1968
Acordo para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos	18/06/1965	21/03/1968	16/04/1968
Tratado de Amizade e Consulta	16/11/1953	04/01/1955	19/01/1955
Acordo de Cooperação Intelectual	06/12/1948	25/01/1951	01/03/1951
Acordo para Aplicação da Tarifa Postal Interna aos Objetos de Correspondência a Permutar entre os Dois Países	30/04/1942	03/05/1942	28/07/1942
Convenção Especial sobre Propriedade Literária e Artística	26/09/1922	09/04/1924	12/04/1924
Convenção de Arbitramento	25/03/1909	29/05/1911	07/03/1912

## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior de Portugal  
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	44,78	15,8%	70,71	10,6%	115,48	12,6%	-25,93
2007	52,48	17,2%	82,27	16,3%	134,75	16,7%	-29,78
2008	57,25	9,1%	94,55	14,9%	151,80	12,7%	-37,31
2009	44,25	-22,7%	71,81	-24,1%	116,06	-23,5%	-27,56
2010	49,41	11,7%	77,68	8,2%	127,10	9,5%	-28,27
2011	59,59	20,6%	82,92	6,7%	142,51	12,1%	-23,34
2012	58,14	-2,4%	72,51	-12,6%	130,65	-8,3%	-14,37
2013	62,79	8,0%	75,71	4,4%	138,51	6,0%	-12,92
2014	63,89	1,7%	78,29	3,4%	142,18	2,7%	-14,41
2015	55,27	-13,5%	66,66	-14,9%	121,93	-14,2%	-11,39
2016(jan-mar)	13,16	-3,9%	15,84	-1,0%	28,96	-2,4%	-2,68
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>23,4%</b>	<b>--</b>	<b>-5,7%</b>	<b>--</b>	<b>5,6%</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

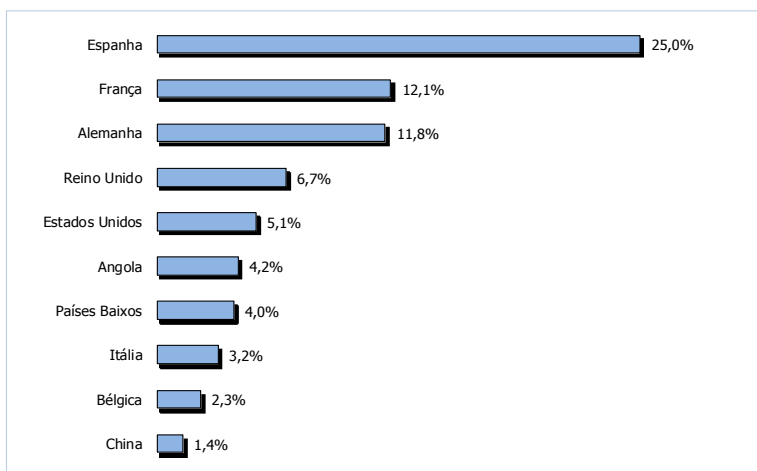


**Direção das exportações de Portugal**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Espanha	13,83	25,0%
França	6,70	12,1%
Alemanha	6,55	11,8%
Reino Unido	3,70	6,7%
Estados Unidos	2,85	5,1%
Angola	2,33	4,2%
Países Baixos	2,21	4,0%
Itália	1,76	3,2%
Bélgica	1,26	2,3%
China	0,76	1,4%
...		
<b>Brasil (12ª posição)</b>	<b>0,63</b>	<b>1,1%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>42,59</b>	<b>77,1%</b>
<b>Outros países</b>	<b>12,68</b>	<b>22,9%</b>
<b>Total</b>	<b>55,27</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

**10 principais destinos das exportações**

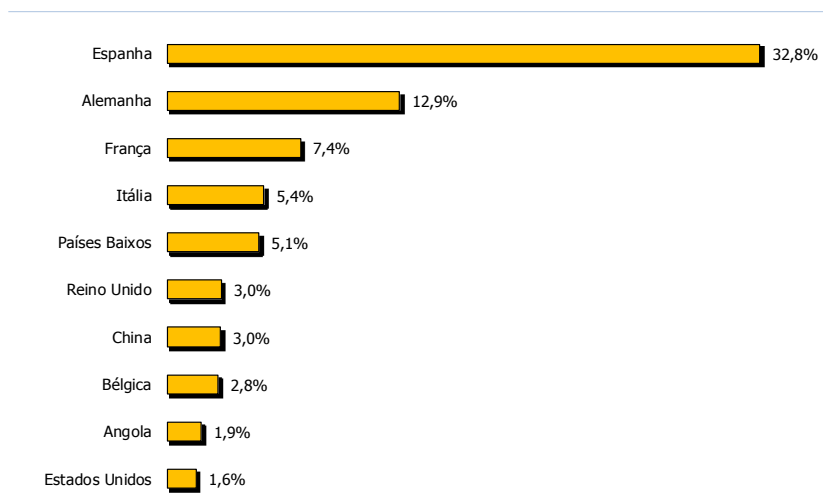


**Origem das importações de Portugal**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Espanha	21,88	32,8%
Alemanha	8,60	12,9%
França	4,92	7,4%
Itália	3,58	5,4%
Países Baixos	3,39	5,1%
Reino Unido	2,01	3,0%
China	1,98	3,0%
Bélgica	1,88	2,8%
Angola	1,26	1,9%
Estados Unidos	1,07	1,6%
<b>Brasil (11ª posição)</b>	<b>0,95</b>	<b>1,4%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>51,52</b>	<b>77,3%</b>
<b>Outros países</b>	<b>15,14</b>	<b>22,7%</b>
<b>Total</b>	<b>66,66</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.*

**10 principais origens das importações**

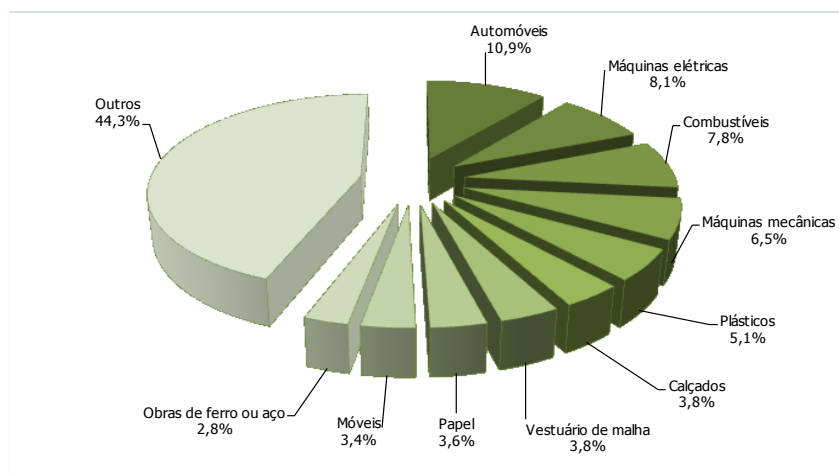


**Composição das exportações de Portugal**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Automóveis	6,00	10,9%
Máquinas elétricas	4,45	8,1%
Combustíveis	4,30	7,8%
Máquinas mecânicas	3,60	6,5%
Plásticos	2,83	5,1%
Calçados	2,12	3,8%
Vestuário de malha	2,10	3,8%
Papel	1,97	3,6%
Móveis	1,88	3,4%
Obras de ferro ou aço	1,55	2,8%
<b>Subtotal</b>	<b>30,80</b>	<b>55,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>24,47</b>	<b>44,3%</b>
<b>Total</b>	<b>55,27</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.*

**10 principais grupos de produtos exportados**

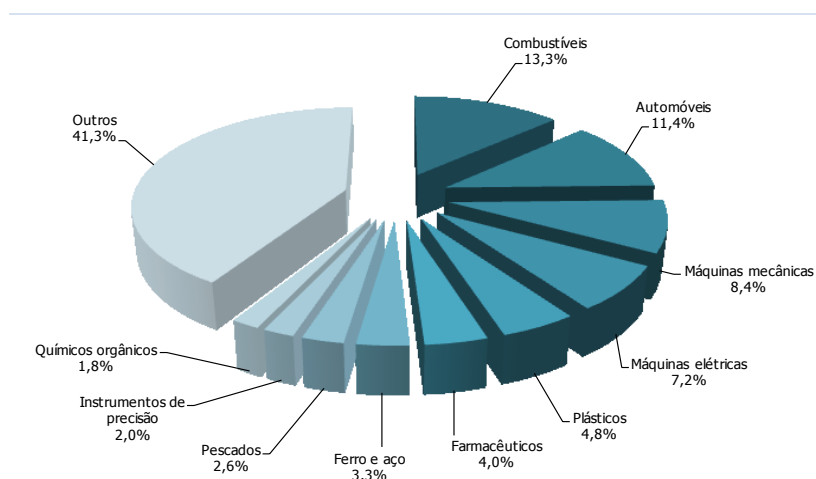


**Composição das importações de Portugal**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos</b>	<b>2 0 1 5</b>	<b>Part.% no total</b>
Combustíveis	8,84	13,3%
Automóveis	7,60	11,4%
Máquinas mecânicas	5,58	8,4%
Máquinas elétricas	4,82	7,2%
Plásticos	3,22	4,8%
Farmacêuticos	2,63	4,0%
Ferro e aço	2,18	3,3%
Pescados	1,77	2,6%
Instrumentos de precisão	1,32	2,0%
Químicos orgânicos	1,18	1,8%
<b>Subtotal</b>	<b>39,14</b>	<b>58,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>27,52</b>	<b>41,3%</b>
<b>Total</b>	<b>66,66</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.*

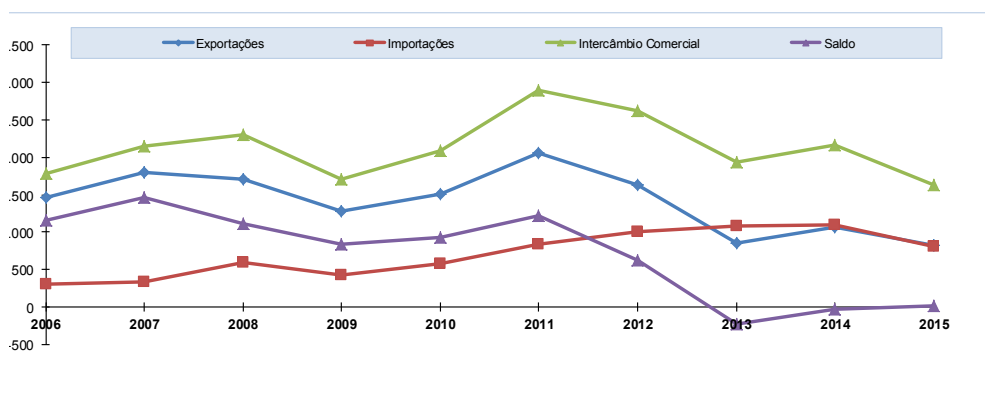
**10 principais grupos de produtos importados**



**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Portugal**  
**US\$ milhões**

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	1.468	43,8%	1,07%	313	34,6%	0,34%	1.781	42,1%	0,78%	1.156
2007	1.805	22,9%	1,12%	341	9,1%	0,28%	2.146	20,5%	0,76%	1.464
2008	1.707	-5,4%	0,86%	599	75,5%	0,35%	2.305	7,4%	0,69%	1.108
2009	1.277	-25,2%	0,83%	435	-27,4%	0,34%	1.711	-25,8%	0,61%	842
2010	1.508	18,1%	0,75%	581	33,6%	0,32%	2.089	22,0%	0,54%	928
2011	2.055	36,3%	0,80%	836	43,9%	0,37%	2.891	38,4%	0,60%	1.219
2012	1.625	-20,9%	0,67%	999	19,5%	0,45%	2.624	-9,2%	0,56%	626
2013	854	-47,4%	0,35%	1.088	8,9%	0,45%	1.942	-26,0%	0,40%	-233
2014	1.060	24,1%	0,47%	1.096	0,8%	0,48%	2.157	11,0%	0,47%	-36
2015	822	-22,5%	0,43%	810	-26,1%	0,47%	1.632	-24,3%	0,45%	12
2016 (jan-mai)	282	-5,2%	0,15%	241	-32,6%	1,23%	523	-20,2%	0,41%	40
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>-44,0%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>159,1%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>-8,4%</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>n.c.</b>

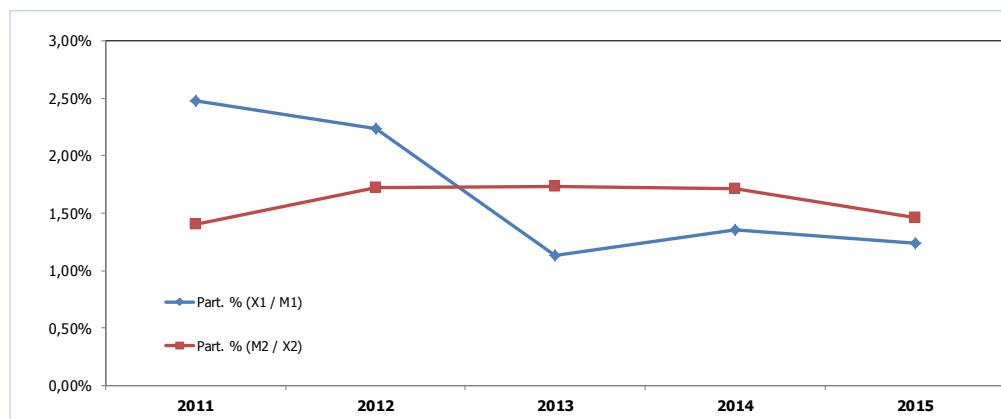
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



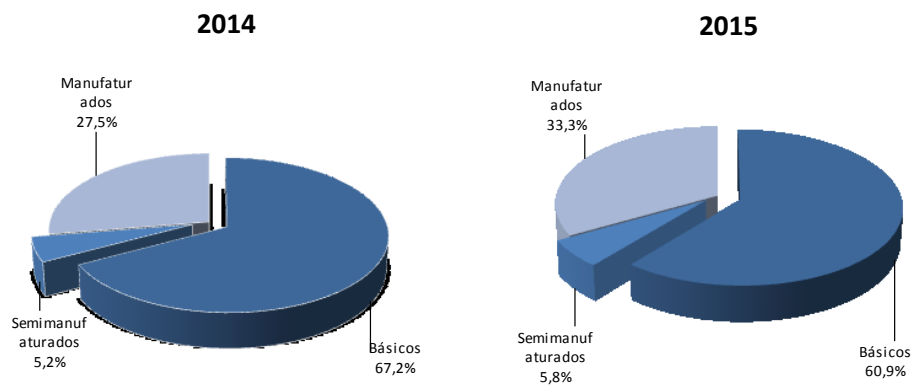
**Part. % do Brasil no comércio de Portugal**  
**US\$ milhões**

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011-2015
Exportações do Brasil para Portugal (X1)	2.055	1.625	854	1.060	822	-60,0%
Importações totais de Portugal (M1)	82.924	72.506	75.714	78.295	66.658	-19,6%
Part. % (X1 / M1)	2,48%	2,24%	1,13%	1,35%	1,23%	-50,2%
Importações do Brasil originárias de Portugal (M2)	836	999	1.088	1.096	810	-3,1%
Exportações totais de Portugal (X2)	59.588	58.141	62.794	63.886	55.271	-7,2%
Part. % (M2 / X2)	1,40%	1,72%	1,73%	1,72%	1,47%	4,5%

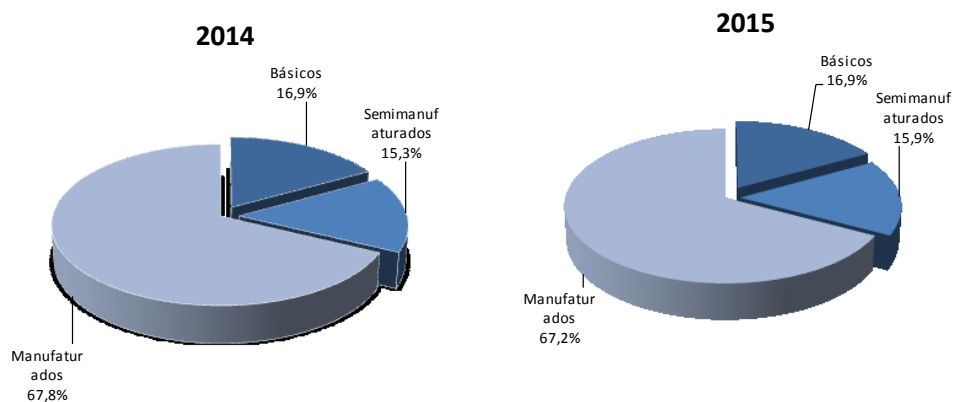
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap. As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações de Portugal e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



### Exportações Brasileiras<sup>(1)</sup>



### Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

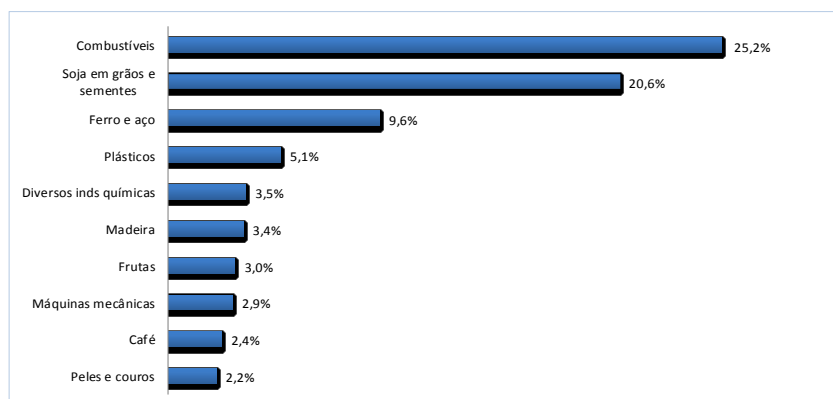
(1) Exclusive transações especiais.

**Composição das exportações brasileiras para Portugal**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	180	21,1%	425	40,1%	207	25,2%
Soja em grãos e sementes	106	12,4%	164	15,5%	169	20,6%
Ferro e aço	10	1,2%	78	7,4%	79	9,6%
Plásticos	34	4,0%	27	2,5%	42	5,1%
Diversos inds químicas	24	2,8%	30	2,8%	29	3,5%
Madeira	12	1,4%	21	2,0%	28	3,4%
Frutas	22	2,6%	25	2,4%	25	3,0%
Máquinas mecânicas	27	3,2%	31	2,9%	24	2,9%
Café	18	2,1%	23	2,2%	20	2,4%
Peles e couros	28	3,3%	25	2,4%	18	2,2%
<b>Subtotal</b>	<b>461</b>	<b>54,0%</b>	<b>849</b>	<b>80,1%</b>	<b>641</b>	<b>78,0%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>393</b>	<b>46,0%</b>	<b>211</b>	<b>19,9%</b>	<b>181</b>	<b>22,0%</b>
<b>Total</b>	<b>854</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.060</b>	<b>100,0%</b>	<b>822</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015**



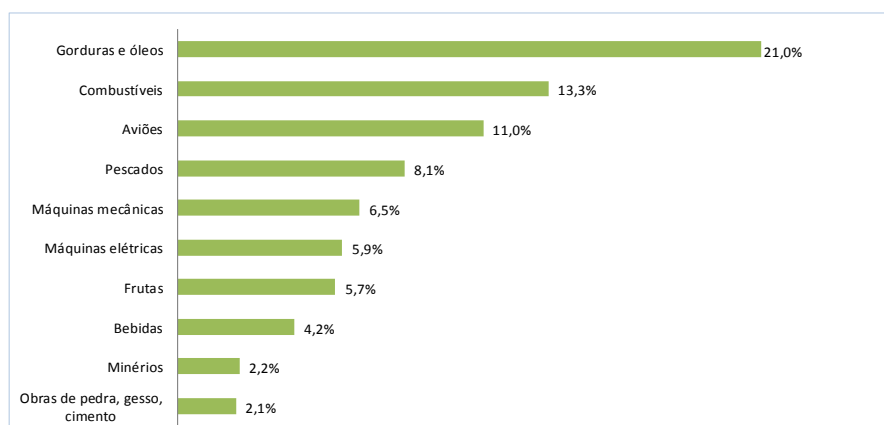


**Composição das importações brasileiras originárias de Portugal**  
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Gorduras e óleos	231	21,2%	221	20,2%	170	21,0%
Combustíveis	80	7,4%	140	12,8%	108	13,3%
Aviões	22	2,0%	77	7,0%	89	11,0%
Pescados	97	8,9%	98	8,9%	66	8,1%
Máquinas mecânicas	111	10,2%	129	11,8%	53	6,5%
Máquinas elétricas	99	9,1%	72	6,6%	48	5,9%
Frutas	38	3,5%	58	5,3%	46	5,7%
Bebidas	37	3,4%	39	3,6%	34	4,2%
Minérios	25	2,3%	20	1,8%	18	2,2%
Obras de pedra, gesso, cimento	21	1,9%	25	2,3%	17	2,1%
<b>Subtotal</b>	<b>761</b>	<b>70,0%</b>	<b>879</b>	<b>80,2%</b>	<b>649</b>	<b>80,1%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>327</b>	<b>30,0%</b>	<b>217</b>	<b>19,8%</b>	<b>161</b>	<b>19,9%</b>
<b>Total</b>	<b>1.088</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.096</b>	<b>100,0%</b>	<b>810</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan- mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan- mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
<b>Exportações</b>					
Soja em grãos e sementes	98	32,9%	47	16,7%	Soja em grãos e sementes 16,7%
Combustíveis	47	15,8%	43	15,3%	Combustíveis 15,3%
Ferro fundido	12	4,0%	33	11,7%	Ferro fundido 11,7%
Plásticos	14	4,7%	16	5,7%	Plásticos 5,7%
Madeira	12	4,0%	15	5,3%	Madeira 5,3%
Frutas	10	3,4%	14	5,0%	Frutas 5,0%
Café	10	3,4%	10	3,5%	Café 3,5%
Cereais	0	0,0%	9	3,2%	Cereais 3,2%
Açúcar	0	0,0%	8	2,8%	Açúcar 2,8%
Diversos inds químicas	8	2,7%	8	2,8%	Diversos inds químicas 2,8%
<b>Subtotal</b>	<b>211</b>	<b>71,0%</b>	<b>203</b>	<b>72,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>86</b>	<b>29,0%</b>	<b>79</b>	<b>28,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>297</b>	<b>100,0%</b>	<b>282</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Importações</b>					
Gorduras e óleos	70	19,5%	52	21,5%	Gorduras e óleos 21,5%
Aviões	32	8,9%	47	19,5%	Aviões 19,5%
Pescados	36	10,0%	31	12,8%	Pescados 12,8%
Frutas	20	5,6%	19	7,9%	Frutas 7,9%
Máquinas elétricas	24	6,7%	16	6,6%	Máquinas elétricas 6,6%
Máquinas mecânicas	22	6,1%	14	5,8%	Máquinas mecânicas 5,8%
Bebidas	12	3,3%	9	3,7%	Bebidas 3,7%
Obras de pedra, cimento	7	2,0%	6	2,5%	Obras de pedra, cimento 2,5%
Plásticos	4	1,1%	4	1,7%	Plásticos 1,7%
Vestuário de malha	3	0,8%	4	1,7%	Vestuário de malha 1,7%
<b>Subtotal</b>	<b>230</b>	<b>64,2%</b>	<b>202</b>	<b>83,7%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>128</b>	<b>35,8%</b>	<b>39</b>	<b>16,3%</b>	
<b>Total</b>	<b>358</b>	<b>100,0%</b>	<b>241</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

## **2ª PARTE - LEITURA DE RELATÓRIOS**

**5**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

## RELATÓRIO

*Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 75, de 2016 (Mensagem nº 403, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.*

RELATOR: Senador **LASIER MARTINS**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 75, de 2016, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraímos as informações que passamos a relatar.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Filho de João Domingos da Luz Vargas e de Iná Vieira Vargas, o Sr. Everton Vieira Vargas nasceu em Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, em 23 de janeiro de 1955.

Formou-se em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal em 1977, tendo obtido o título de *Master of Arts in International Relations* pela Universidade de Boston, EUA, em 1983, e o Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília, em 2001. Em 1976, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Foi nomeado Terceiro-Secretário, em 1977, e, subsequentemente, promovido a Segundo-Secretário, em 1979, a Primeiro-Secretário, em 1985, Conselheiro, em 1991, Ministro de Segunda Classe, em 1997 e a Ministro de Primeira Classe em 2005, sempre por merecimento.

Dentre os cargos que assumiu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Coordenador-Geral da Cúpula das Américas, em 1995; Chefe da Divisão do Meio Ambiente, em 1998; Diretor-Geral do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, em 2001; Professor de Linguagem Diplomática no Instituto Rio Branco, de 2002 a 2007; Assessor Especial e Chefe de Gabinete do Secretário-Geral, em 2005 e Subsecretário-Geral para Política, entre 2007 e 2009. Foi Representante Titular do Ministério das Relações Exteriores no Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira, em 2001, e na Comissão Interministerial sobre Mudança Global do Clima, em 2003.

No exterior, atuou na Missão junto à Organização das Nações Unidas (ONU), de 1988 a 1992; e na Embaixada em Tóquio, em 1992. Foi Embaixador em Berlim, entre 2009 e 2013, e em Buenos Aires, desde 2013.

Entre as missões que desempenhou no exterior, cabe ressaltar a chefia da delegação brasileira à VII e VIII Reunião Operativa da Agenda Comum Brasil-Estados Unidos sobre Meio Ambiente, Brasília e Washington, em 2003 e 2005, respectivamente; Reunião do GT Brasil-Argentina sobre Cooperação Espacial, Buenos Aires, 2004; à Reunião Brasil-Rússia para Negociação do Acordo de Proteção Mútua de



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Tecnologia, Moscou, 2006; à Reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Brasil-Ucrânia, Kiev, 2008.

Em 1994, defendeu a tese “Parceria Global? As Alterações Climáticas e a Questão do Desenvolvimento”, aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco – CAE. Registramos, ainda, que Sua Excelência tem profícua produção acadêmica.

No tocante à missão brasileira junto à União Europeia, observamos que, segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, o Brasil foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com a então Comunidade Econômica Europeia, em 1960. Desde então, observa o Relatório, *o relacionamento bilateral passou por diversas mudanças, mas sempre manteve elevada importância no quadro da política externa brasileira.*

As relações entre o Brasil e o bloco europeu atingiram um patamar diferenciado em 2007, com a assinatura da Parceria Estratégica, ampliando-se as oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse bilateral ou regional (Mercosul e CELAC com a UE). O Relatório destaca que a *Parceria tem contribuído para que Brasil e UE aprofundem as relações políticas, dinamizem os vínculos econômicos e diversifiquem as iniciativas de cooperação e que o relacionamento em nível estratégico pressupõe interlocução intensa e consultas sistemáticas, o que se dá por meio de uma série de encontros entre representantes do governo brasileiro e das instâncias comunitárias.*

Muitas Reuniões de Cúpula, em nível presidencial, e encontros regulares entre altos funcionários, especialistas e técnicos têm ocorrido nos últimos anos. Nesse sentido, assevera o Itamaraty, *dada a diversidade de temas que integram a Parceria Estratégica, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento, em áreas como paz e segurança, comércio, investimentos, regulação, serviços, energia, sociedade da informação, desenvolvimento sustentável, mudança do clima, educação e cultura.*

Convém destacar, ainda, que, no plano político, Brasil e União Europeia *reconhecem-se como atores de um sistema internacional multipolar e em transformação*, e compartilham o compromisso de



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

fortalecer o multilateralismo, pois entendem ser este *o mecanismo mais eficaz para viabilizar a paz e a cooperação, em âmbito mundial*. A valorização das instâncias democráticas e o respeito aos direitos humanos são, também, princípios basilares da Parceria Estratégica, assinala o Relatório.

Em termos de relações econômico-comerciais, estas *são de imensa relevância para ambos os lados*. Afinal, tomada em seu conjunto, a União Europeia é hoje o maior parceiro comercial do Brasil, à frente dos Estados Unidos da América e da República Popular da China. Entre 2003 e 2013, o intercâmbio comercial mais que triplicou e o bloco detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que o país se transformou na quinta maior fonte de investimentos diretos estrangeiros na União Europeia.

De fato, os laços do Brasil com a União Europeia vão muito além dos vínculos políticos e econômicos. Compreendem estreita cooperação em distintas áreas, como Educação, Ciência e Tecnologia e Segurança. Ademais, o espírito de integração europeu e os valores que fundamentam o bloco também são compartilhados pelos brasileiros.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**RELATÓRIO DE GESTÃO DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL  
JUNTO À UNIÃO EUROPEIA  
EMBAIXADORA VERA MACHADO**

1 Ainda que circunstâncias políticas e econômicas internas de parte a parte possam ter contribuído para que o potencial da cooperação bilateral não tenha sido plenamente realizado nos últimos três anos, o relacionamento entre o Brasil e a União Europeia (EU) manteve-se em nível condizente com a relevância que ambas as partes atribuem uma à outra.

2. A profunda afinidade de valores que alicerça as densas relações do Brasil com a Europa representa inegável trunfo na condução de nossa agenda com Bruxelas. Tal fica patente em cada contato mantido com interlocutor da União Europeia e reforça a percepção de que se deverá continuar a conferir alta prioridade à Parceria Estratégica com a UE, que, desde seu lançamento, em 2007, propiciou intenso exercício de fortalecimento e diversificação dos canais institucionais de diálogo, de que são mostra, "inter alia", os mais de 30 diálogos setoriais hoje existentes, cobrindo ampla gama de temas políticos e econômico-comerciais.

3. Ao lado das relações bilaterais propriamente ditas, as relações birregionais, quer em sua vertente Mercosul-UE, quer na forma do diálogo entre a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a UE constituem elemento a que também se atribuiu foco especial ao longo da gestão da antiga titular do posto. Enquanto, no primeiro caso, longo processo de tratativas culminou, em maio último, com troca de ofertas iniciais de acesso a mercados entre as partes, no âmbito do exercício CELAC-UE, foi realizada, em junho de 2015, a II Cúpula do foro, a qual contou com a presença da Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff.

4. Em 2013 realizou-se, em 21 de novembro, a XV Reunião da Comissão Mista bilateral, precedida por reunião do Subcomitê de Temas Econômicos e Comerciais. O encontro permitiu proveitoso exercício de avaliação de parte importante dos diálogos setoriais estabelecidos entre o Brasil e a UE, bem como outros aspectos da cooperação bilateral. Confirmou-se, na ocasião, a importância do foro como instância técnica de acompanhamento das iniciativas levadas a cabo no âmbito da cada vez mais diversificada agenda Brasil-UE e, nesse sentido, seu importante papel



como instrumento de preparação das instâncias mais altas de diálogo, em particular das Cúpulas bilaterais.

5. Pouco depois, teve lugar, também em Bruxelas, a III Reunião do Mecanismo de Diálogo Político Brasil-UE em Nível de Altos Funcionários, que propiciou intercâmbio dos mais profícuos não apenas sobre os respectivos quadros regionais e os grandes temas da agenda internacional, mas também sobre questões de natureza bilateral. Nesse contexto, a parte europeia reiterou o interesse da UE em firmar com o Brasil acordo-quadro que permita ao País participar de operações de gerenciamento de crises internas da União Europeia.

Recorde-se que tal ideia tem sido vista com reticência pelo lado brasileiro, em face tanto da prioridade conferida pelo Brasil às missões de paz no âmbito das Nações Unidas, quanto das dificuldades de natureza legal e administrativa que a proposta encerraria.

6. A possibilidade de fortalecimento da ação conjunta na área da segurança cibernética foi discutida na ocasião. Naquele momento, ambas as partes procuravam ainda definir sua resposta às revelações de Edward Snowden sobre a interceptação de comunicações levada a cabo pela NSA. Também naquela oportunidade passava-se a registrar crescente preocupação do lado europeu com os desenvolvimentos na Ucrânia, tema que assumiu particular relevância na definição das prioridades da ação externa da União Europeia no restante da gestão da embaixadora Vera Machado. A crise ucraniana, agravada com a anexação da Crimeia e o conflito no leste do país, tornou-se, então, objeto de crescente atenção da delegação brasileira, que também passou a acompanhar de perto a resultante deterioração das relações entre Bruxelas e Moscou, marcada pela imposição de sanções de parte a parte entre outros desdobramentos.

7. Prevista para realizar-se em abril de 2015, a IV Reunião do Mecanismo teve de ser adiada, por dificuldades de agenda da Secretária-Geral Adjunta do Serviço Europeu de Ação Exterior (SEAE), Helga Schmid. Embora não se tenha podido agendar nova reunião, foram constantes os contatos da antiga titular desta Missão com aquela autoridade do SEAE durante os três anos de sua gestão. Tais contatos invariavelmente contribuíram para uma melhor leitura pelo posto da ação externa da União Europeia nas questões mais candentes da agenda internacional. Dentre estas, cabe ressaltar as tratativas sobre o dossiê nuclear iraniano, em que Schmid esteve diretamente envolvida, além das crises na Síria, no Iraque e

na Líbia, as perspectivas do processo de paz no Oriente Médio e o conflito na Ucrânia, entre outras. A prioridade atribuída por Bruxelas a esses temas refletiu-se na atenção que lhes foi dedicada pela Missão nos últimos três anos. Nesse contexto, cumpre mencionar a realização, em julho de 2013, em Bruxelas, de reuniões dos diálogos bilaterais sobre assuntos de paz e segurança internacionais, sobre temas das Nações Unidas e sobre desarmamento e não proliferação. Nova edição de tais diálogos teve lugar, em Brasília, em abril de 2015.

8. Em 24 de fevereiro de 2014, realizou-se, em Bruxelas, a VII Cúpula bilateral. A Delegação brasileira foi chefiada pela Sra. Presidente da República, enquanto a União Europeia esteve representada pelos então Presidentes do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. O evento propiciou discussão proveitosa sobre questões centrais das agendas bilateral e birregional, bem como a respeito de temas regionais e globais de interesse mútuo. Os debates foram caracterizados por marcado clima de entendimento e evidenciaram coincidências de pontos de vista sobre os caminhos a serem seguidos para o adensamento das relações bilaterais. Até mesmo o tratamento de assuntos de inegável sensibilidade - como foi o caso das consultas entre Brasil e UE na Organização Mundial do Comércio (OMC) referentes a medidas tributárias brasileiras (Inovar-Auto e certos incentivos à Zona Franca de Manaus) - deu-se de forma franca e construtiva e em nada afetou a atmosfera positiva do encontro. A percepção de ambas as partes da importância de fazer avançar as tratativas do acordo de associação entre o Mercosul e a UE deu o tom dos trabalhos de reunião de Cúpula que serviu para atestar a prioridade que os dois lados atribuem à Parceria Estratégica.

9. A Cúpula praticamente coincidiu com o desfecho da Revolução da Maidan, na Ucrânia, e a derrubada do Presidente Viktor Yanukovich, desdobramentos que vieram a se somar a uma sucessão de eventos que já haviam tornado o tema ucraniano "uma questão central da política europeia", conforme definiu Van Rompuy na oportunidade.

10. Com exceção da reunião de atualização do Subcomitê de Temas Econômicos e Comerciais, realizada em junho, verificou-se hiato na sequência de reuniões dos mecanismos de diálogo de alto nível ou de abrangência temática mais ampla ao longo de 2014, período marcado, no contexto da União Europeia, por eleições para o Parlamento Europeu e a

escolha e posse dos novos Presidente da Comissão Europeia, Colégio de Comissários e Presidente do Conselho Europeu. Tais processos foram objeto de extensa informação do posto. O resultado do pleito para o Legislativo da União Europeia, com o crescimento de agremiações céticas em relação à União Europeia (ditas "eurocéticas") em quase todo o continente - à esquerda e à direita do espectro político -, fez crescer a percepção entre os líderes europeus da necessidade de proceder a mudanças no projeto de integração, de modo a torná-lo mais relevante para o cidadão. A surpreendente decisão favorável ao "Brexit" no plebiscito britânico de 23 de junho passado veio reforçar, de maneira dramática, as divergências no âmbito da UE sobre como lidar com os desafios que o bloco tem diante de si, tanto no plano interno - em que a prioridade parece ser agora desestimular efeito dominó da decisão do Reino Unido -, quanto no externo, especialmente em sua vizinhança a leste e a sul. Se são frequentes as indicações de que a decisão britânica exige uma "reação europeia", parece inexistir entendimento comum sobre o que isto implica. Alguns enfatizam a necessidade de avançar o processo integracionista por meio de um "relançamento" ou "refundação", capaz de superar resistências e assegurar vínculos mais profundos. Outros, contudo, por meio de leitura oposta, interpretam o voto britânico não como um convite para novas iniciativas, e sim como uma advertência sobre a necessidade de respeitar os interesses das sociedades e evitar propostas desprovidas de apoio popular.

11.Reuniões dos mecanismos de diálogo bilateral foram retomadas no ano de 2015, com a realização de novo encontro do Subcomitê de Temas Econômicos e Comerciais e da XVI Reunião da Comissão Mista bilateral, em Brasília, em 28 de abril. Esta última possibilitou avaliar o estado final de implementação das ações acordadas no Plano de Ação Conjunta 2012-2014 da Parceria Estratégica, bem como debater as perspectivas para a cooperação futura, tendo em conta o andamento dos diálogos setoriais existentes. A exemplo de edições anteriores, representou exercício amplo de avaliação da cooperação bilateral e, nesse sentido, contribuiu de forma importante para subsidiar a elaboração do Plano de Ação Conjunta 2016-2021, ora em fase final de negociação.

12.Em 9 de junho de 2015, a Alta Representante da UE para Relações Exteriores e Política de Segurança, Federica Mogherini, recebeu o então Ministro de Estado, embaixador Mauro Vieira, para almoço de trabalho na sede do SEAE, à margem da II Cúpula CELAC-UE. O encontro

versou sobre questões das agendas bilateral e birregional, bem como acerca de desenvolvimentos no contexto latino-americano e de desafios globais. Na ocasião, as partes coincidiram quanto à importância das relações bilaterais em suas diversas vertentes e ao caráter estratégico das tratativas sobre o acordo de associação entre o Mercosul e a UE. Ambos concordaram, ainda, em promover o diálogo em temas multilaterais.

13.No final de setembro, o então Ministro de Estado voltou a avistar-se com a Alta Representante, à margem da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Examinaram-se, na ocasião, as perspectivas de troca de ofertas no quadro das negociações de Acordo de Associação entre o Mercosul e a UE, a crise migratória e de refúgio e as situações na Venezuela, na Colômbia e na Palestina. No que toca ao tema migratório, Federica Mogherini elogiou os esforços da população brasileira para receber e integrar as vítimas de conflitos armados. Como marco final das discussões bilaterais ocorridas no período de chefia da embaixadora Vera Barrouin Machado, realizou-se, em junho de 2016, a reunião de atualização do Subcomitê de Temas Econômicos e Comerciais, que, como de praxe, examinou os resultados dos diálogos setoriais econômicos, explorou soluções para entraves às exportações e facilitou o intercâmbio de informações sobre temas técnicos e prioridades políticas.

## DIÁLOGO INTERPARLAMENTAR

14.No que toca ao diálogo interparlamentar, o principal desdobramento durante a gestão da embaixadora Vera Barrouin Machado consistiu, inegavelmente, no estabelecimento da Delegação para as Relações com o Brasil no Parlamento Europeu (D-BR). Tratou-se de reconhecimento por parte daquela Casa do aumento do perfil do País na cena internacional, bem como da importância da Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia. Com a decisão, a Delegação para as Relações com os Países do Mercosul deu lugar à Delegação para as Relações com o Mercosul (DEMER). A D-BR iniciou formalmente seus trabalhos em 1º de outubro de 2014. A convite de seu Presidente, o eurodeputado português Paulo Rangel (Grupo do Partido Popular Europeu - PPE), a antiga chefe do posto participou de um bom número de sessões da Delegação, ocasiões em que teve a oportunidade de tratar tanto de temas internos brasileiros, quanto de questões atinentes às relações Brasil-UE e às negociações Mercosul-UE.

Membros da D-BR realizaram missão a Brasília e Belo Horizonte em novembro de 2015, chefiada pelo Deputado Paulo Rangel, ocasião em que foram recebidos pelo então Ministro de Estado.

15. Em 2 de junho último, realizou-se em Brasília o XXIII Fórum Parlamentar Brasil-Europa, de que participaram, do lado do Parlamento Europeu, entre outros, os eurodeputados portugueses Francisco Assis (Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu - S&D) e António Marinho e Pinto (Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa - ALDE, no acrônimo em inglês), respectivamente, Presidente da DEMER e Vice-Presidente da D-BR. O tema do evento foi "Desafios de Formulação de Políticas Comerciais e Sociais frente à Soberania Globalizada". O Fórum reveste-se de particular importância, na medida em que consiste em canal de diálogo interparlamentar com o envolvimento de diversos atores de ambas as partes. Em sua mais recente edição, tomaram parte, além de parlamentares brasileiros e europeus, representantes do Itamaraty, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MICS), do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e da Universidade de Brasília (UnB).

16. No dia 16 do mesmo mês, teve lugar, em Bruxelas, a II Reunião Interparlamentar Parlamento Europeu-Brasil. O encontro foi conduzido pelo Presidente do Grupo de Amizade Brasil-UE, Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) e pelo eurodeputado António Marinho e Pinto. A delegação de deputados brasileiros, integrada também pelos deputados Pedro Vilela (PSDB/AL), presidente da CREDN da Câmara dos Deputados, Victor Mendes (PSD/MA), Pedro Fernandes (PTB/MA) e Gilberto Nascimento (PSC/SP), manteve, ainda, encontros com o eurodeputado Francisco Assis e com a Diretora-Executiva para as Américas do SEAE, Edita Hrda. A II Reunião Interparlamentar PE-Brasil propiciou oportunidade para discussão franca e direta sobre temas do interesse concreto de ambas as partes e ilustrou a importância do aprofundamento do diálogo entre o Congresso Nacional e o Parlamento Europeu no contexto da Parceria Estratégica Brasil-UE. São patentes os benefícios que o adensamento de tal diálogo traz para as relações bilaterais, conforme também atestaram o XXIII Fórum Parlamentar Brasil-Europa e a missão ao Brasil de eurodeputados da D-BR, acima citados, entre outros eventos recentes. Justifica-se, assim, que se continue a envidar esforços no sentido

de assegurar o estabelecimento de diálogo parlamentar regular e estruturado entre o Brasil e a UE, compromisso, de resto, assumido pelas partes nos Planos de Ação da Parceria Estratégica de 2008 e de 2011, e presente no texto ora em negociação.

17.No âmbito do diálogo parlamentar birregional, em junho de 2015, os Senadores Roberto Requião (PMDB/PR), Lídice da Mata (PSB/BA), Lindbergh Farias (PT/RJ) e Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) e o Deputado Federal Heráclito Fortes (PSB/PI) participaram, em Bruxelas, da 8ª Sessão Plenária Ordinária da Assembleia Euro-Latino-Americana (EuroLat), em cujo âmbito também tiveram lugar o Encontro EuroLat-Sociedade Civil e o Fórum Euro-Latino-Americano da Mulher. Na oportunidade, o Senador Roberto Requião foi eleito copresidente da EuroLat, pela parte latino-americana. No princípio de novembro passado, o eurodeputado espanhol Ramón Jáuregui Atondo (S&D), copresidente pelo lado europeu, realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com parlamentares brasileiros e no Itamaraty, os quais se centraram na discussão das perspectivas de progressos nas negociações do Acordo de Associação entre o Mercosul e a UE.

#### CELAC-UE

18.Em janeiro de 2013, alguns meses antes do início da gestão da embaixadora Vera Machado, realizou-se, em Santiago do Chile, a primeira Cúpula CELAC-UE, na esteira do início do funcionamento da Comunidade, em dezembro de 2011. A Cúpula de Santiago deu continuidade ao diálogo de alto nível entre as duas regiões, que remonta a 1999, quando os respectivos Chefes de Estado e de Governo se reuniram, no Rio de Janeiro, para "fortalecer os laços de um entendimento político, econômico e cultural entre as duas regiões, a fim de desenvolver uma parceria estratégica".

19.Pouco mais de dois anos depois, em junho de 2015, foi organizada a segunda Cúpula birregional, da qual emanaram a Declaração de Bruxelas e a Declaração Política, espécie de documento síntese sobre a parceria birregional. A Declaração de Bruxelas resultou em texto equilibrado, premido pela necessidade de acomodar as posições de 61 países. Para o Brasil, o exercício negociador revelou-se positivo, na medida em que foi possível introduzir temas de interesse para o País que não

havia sido inseridos na proposta original europeia. Entre esses temas, vale destacar a importância do fortalecimento do sistema multilateral, a necessidade de conferir equilíbrio aos três pilares do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares - TNP (desarmamento, não proliferação e uso pacífico da energia nuclear) e o compromisso de dar seguimento aos esforços com vistas à plena implementação das reformas do sistema de quotas do FMI. Na Declaração Política, os Chefes de Estado e de Governo comprometeram-se a levar a cabo exercício de reflexão sobre o futuro das relações birregionais.

#### PLANO DE AÇÃO CELAC-UE 2015-2017

20. Nos meses que antecederam a Cúpula de Bruxelas, foram também realizadas negociações para atualizar o conteúdo do Plano de Ação CELAC-UE 2015-2017. Desde o lançamento do instrumento original, em 2010, seu texto não havia passado por processo de revisão. Em cada capítulo, o Plano de Ação procura identificar áreas a serem objeto de troca de experiências e informações, de formação de parcerias ou de programas de cooperação. Ao longo dos anos, algumas matérias incluídas no Plano de Ação deram origem a foros técnicos específicos, a exemplo do Mecanismo de Coordenação e Cooperação em Matéria de Drogas; o Diálogo Abrangente e Estruturado sobre Migrações; e a Iniciativa Conjunta de Pesquisa e Inovação. A partir de 2015, capítulos novos foram incorporados ao Plano de Ação, que passou a ter a seguinte estrutura: 1. Ciência, pesquisa, inovação e tecnologia; 2. Desenvolvimento sustentável; meio ambiente; mudança do clima; biodiversidade; energia; 3. Integração regional e interconectividade para promover a inclusão e coesão social; 4. Migração; 5. Educação e emprego para promover inclusão e coesão social; 6. O Problema Mundial das Drogas; 7. Gênero; 8. Investimentos e empreendedorismo para o desenvolvimento sustentável; 9. Educação Superior; e 10. Segurança cidadã.

21. Nos últimos meses, no âmbito do citado exercício de reflexão, os países da CELAC têm-se dedicado a negociar documento de avaliação sobre os programas e iniciativas do Plano de Ação CELAC-UE 2015-2017, tarefa mandatada pelos Chefes de Estado e de Governo por ocasião da segunda Cúpula birregional. Espera-se que o texto final do documento

figure entre os resultados da próxima reunião ministerial CELAC-UE, a realizar-se em outubro próximo, em Punta Cana, República Dominicana.

#### - FUNDAÇÃO EULAC

22. Após anos de negociações, o texto do Convênio Constitutivo da Fundação EULAC encontrava-se, em 2015, praticamente fechado, havendo sido, até mesmo, objeto de rubrica da Alta Representante e do MNE do Equador (país que ocupava a Presidência "Pro Tempore" da CELAC) por ocasião da segunda Cúpula CELAC-UE, em junho daquele ano. Discordâncias supervenientes, já superadas, atrasaram o processo negociador. Vislumbra-se, portanto, como forte a possibilidade de que o Convênio seja firmado por ocasião da Reunião de Ministros de Relações Exteriores CELAC-UE, em outubro próximo.

#### - CÚPULA ACADÊMICA

23. Em junho de 2015, realizou-se, em Bruxelas, no contexto da segunda Cúpula CELAC-UE, a II Reunião de Cúpula Acadêmica birregional. Na oportunidade, buscou-se seguimento às discussões e às ações planejadas na primeira edição do evento, em Santiago do Chile, na qual foi criado o Fórum Acadêmico Permanente América Latina e Caribe - União Europeia (FAP ALC-UE). A Declaração final da II Cúpula Acadêmica registrou, entre outras, proposta de criação de agências de avaliação e de acreditação acadêmica nos âmbitos regional e birregional.

#### COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, TEMAS EDUCACIONAIS E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA

24. A cooperação entre o Brasil e a União Europeia nas diversas áreas de ciência e tecnologia, em temas educacionais e de sociedade da informação avançou de forma consistente durante a gestão da embaixadora Vera Machado no posto. Os bons resultados devem-se, em grande medida, aos contatos e entendimentos que puderam ser estabelecidos diretamente entre setores da Comissão Europeia (incluindo a Delegação da UE em Brasília) e diferentes instâncias técnicas do Governo federal. A Missão



envolveu-se diretamente nos eventos organizados em Bruxelas e contribuiu para a fluidez da interlocução entre a Comissão e as autoridades brasileiras. Já a área de cooperação técnica é singular. Desde 2014, com sua graduação pela UE à condição de país industrializado ou de alta renda, o Brasil deixou de ser favorecido por programas bilaterais europeus, embora ainda receba recursos no âmbito de projetos da União Europeia para a América Latina.

25.A cooperação em ciência e tecnologia abrange áreas tão diversas como ciências do mar e pesquisa diversas em segurança alimentar, agricultura sustentável, bioeconomia e fontes de energia renováveis. Destaca-se também a área de fusão nuclear, no quadro do Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Agência Europeia de Energia Atômica (EURATOM), que entrou em vigor no Brasil em abril último. Outro ponto importante é a cooperação entre o MCTI e o "Joint Research Center" (JRC). Desde junho de 2013, os dois órgãos têm organizado profícuos encontros anuais para a avaliação de suas atividades conjuntas, que abrangem áreas como prevenção de desastres e gerenciamento de crises, uso sustentável de recursos naturais, tecnologias de informação e telecomunicações, gestão de recursos hídricos e análise de imagens de satélite. Iniciativa central para o apoio e fomento às diversas iniciativas tem sido o projeto "Apoio aos Diálogos Setoriais UE-Brasil", coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), pela Delegação da UE em Brasília e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Um dos seus diversos segmentos é, justamente, a área de ciência e tecnologia.

26.A cooperação educacional tem permitido intensa troca de informações e resultou em reuniões de alto nível, como o "Seminário Brasil-União Europeia sobre Mobilidade Acadêmica, Internacionalização e Inovação", em Brasília, em outubro de 2013, e o "Fórum Brasil-União Europeia sobre a Internacionalização da Educação", em Bruxelas, em fevereiro de 2014. Já a cooperação em temas da sociedade da informação tem sido objeto de reuniões bilaterais anuais, que abrangem iniciativas em áreas como computação em nuvem, Internet das Coisas (IoT), segurança cibernética, estratégias de políticas digitais, governança da Internet e redes ópticas. Recentemente, à margem do Congresso Mundial da Telefonia Móvel, realizado em Barcelona, em fevereiro último, o então Ministro das Comunicações, André Figueiredo, e o Comissário europeu de Economia e

Sociedade Digital, Günther Oettinger, firmaram instrumento sobre cooperação em tecnologia 5G.

## DIREITOS HUMANOS

27.O respeito aos direitos humanos constitui valor fundamental do bloco, a ser observado pelos Estados-membros e na atuação externa da UE. Com hierarquia semelhante à dos principais Tratados do processo de integração europeu, a Carta dos Direitos Fundamentais elenca os direitos dos cidadãos e residentes na UE. Em que pese o reconhecimento, por parte de entidades afetas ao tema, dos importantes avanços propiciados por medidas da União Europeia no campo dos direitos humanos, critica-se a capacidade da UE de assegurar a observância destes no âmbito das liberdades, segurança e justiça, bem como aponta-se persistente discriminação contra determinados grupos sociais. No plano de sua atuação externa, o bloco adotou diretrizes sobre pena de morte, tortura e outros tratamentos cruéis, proteção de crianças em conflitos armados, proteção de defensores dos direitos humanos, observância do direito internacional humanitário e violência contra mulheres. Os acordos firmados pela UE com terceiros países e organizações regionais contêm cláusulas de defesa da democracia e dos direitos humanos, bem como de sanções e de revogação do instrumento em caso de sua violação. No contexto multilateral, a defesa comunitária dos princípios democráticos, dos direitos humanos e do Estado de Direito nem sempre está revestida de imparcialidade e coerência.

28.De 2013 a 2016, realizaram-se duas edições das Reuniões do Diálogo Brasil-UE sobre Direitos Humanos. O IV Diálogo Brasil-UE sobre Direitos Humanos (Brasília, abril de 2014), contou com a participação do Representante Especial da UE para os Direitos Humanos, Stavros Lambrinidis, e da então Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, e constituiu oportunidade de enumerar as principais ações levadas a cabo na área, bem como de reiterar a disposição em aprofundar o diálogo e a parceria no assunto. A V edição do Diálogo (Brasília, setembro de 2015) abrangeu seminários com a sociedade civil e com o setor empresarial, ambos sobre o tema de empresas e direitos humanos e de defensores de direitos humanos, propostos pela parte europeia, além da reunião bilateral para o intercâmbio de informações

sobre políticas aplicadas, resultados obtidos e áreas de interesse comum para a atuação conjunta nos planos bilateral e multilateral.

29. Houve desenvolvimentos relevantes no que tange ao tratamento das temáticas de gênero, como a participação de seis parlamentares brasileiras na primeira edição do Fórum Global de Mulheres em Parlamentos (Bruxelas, novembro de 2013), a alocução da antiga chefe do posto no Fórum EUROLAT da Mulher (Bruxelas, junho de 2015), e a participação de autoridade brasileira, como oradora, no "Seminário CELAC-UE sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento Econômico da Mulher" (Bruxelas, março de 2016).

30. A UE buscou, no período, aprofundar sua relação com a sociedade civil no Brasil. Nesse contexto, o SEAE formalizou compromisso estratégico com entidades brasileiras, destinado a "melhorar o impacto, a previsibilidade e a visibilidade da ação europeia", bem como ao desenvolvimento de "cooperação mais estruturada e estratégica" com aquele segmento. O documento pretende-se uma resposta a demandas daquelas entidades com "experiência sólida em gestão de fundos de origem privada, pública e estrangeira", com vistas a orientar a cooperação da Delegação da UE em Brasília e dos Estados- membros no Brasil entre 2014 e 2017.

31. Ao longo desse período de consolidação da parceria na promoção e proteção dos direitos humanos, o Brasil e a UE puderam identificar e avançar em áreas de interesse para atuação conjunta, como o direito à privacidade em meio digital, direitos humanos e responsabilidade social corporativa, direitos de pessoas com deficiência, enfrentamento do racismo e da discriminação racial, direitos da população em situação de rua, liberdade de religião e crença e direitos das pessoas LGBTI, proteção de defensores dos direitos humanos e prevenção da tortura.

## MIGRAÇÕES

32. Durante a primavera setentrional de 2015 registrou-se grande intensificação do fluxo migratório em direção à UE, tanto pela via do Mar Mediterrâneo Central, a partir da costa líbia, quanto pela rota do Mar Egeu. O recrudescimento da crise migratória e de refugiados colocou a questão no topo da agenda de Bruxelas e, a exemplo da crise ucraniana e seus efeitos na relação com a Rússia, acabou por desviar a atenção do bloco de seus

vínculos com parceiros como o Brasil. As respostas de Bruxelas a tal desafio mereceram ampla atenção do posto até o fim da gestão da embaixadora Vera Barrouin Machado. Nesse contexto, caberá destacar, entre outras iniciativas, o lançamento de operação militar específica de combate aos traficantes de pessoas na Líbia, a decisão comunitária de promover mecanismo de redistribuição e realocação de requerentes de refúgio mediante o estabelecimento de cotas por Estado-membro - medida que se tem revelado de difícil implementação - e a conclusão de acordo com a Turquia para a redução do fluxo de migrantes daquele país, o qual levou à virtual cessação do uso da rota do mar Egeu.

33. Em diferentes instâncias de diálogo bilateral, Brasil e UE promoveram diálogo franco e abrangente sobre temas afetos às migrações e à mobilidade, o que propiciou o aprofundamento do conhecimento mútuo de realidades, limites, expectativas e intenções quanto à cooperação em assunto prioritário para ambas as partes e que ganha crescente visibilidade no contexto global, em suas vertentes política, econômica e humanitária. O interesse da UE em promover o tema migratório no âmbito da relação bilateral com o Brasil fez-se ainda mais concreto quando da apresentação pelo bloco, em maio de 2015, de proposta de Declaração Conjunta sobre Agenda Comum em Matéria de Migração e Mobilidade. A iniciativa se inseriu no âmbito da Abordagem Global da União Europeia de Migração e Mobilidade, adotada em 2012, a partir da percepção da União Europeia da necessidade de levar a cabo política "coerente e global" de migração, na esteira dos acontecimentos da Primavera Árabe e do sul do Mar Mediterrâneo em 2011.

## TEMAS SECURITÁRIOS

34. Importante notar que a deterioração do quadro humanitário se deu paralelamente ao recrudescimento da crise de segurança interna, com o temor da ameaça terrorista disseminado após os ataques à redação do jornal Charlie Hebdo e a supermercado Kosher, em Paris, em janeiro de 2015, o qual se viria a agudizar em novembro, com a série de novos ataques perpetrados na capital francesa, coordenados em solo belga, e, meses depois, em março deste ano, com os atentados ao aeroporto internacional e a estação de metrô de Bruxelas.

35. Tais ataques fizeram crescer a percepção de vulnerabilidade no continente, em decorrência da acrescida capacidade de mobilização de nacionais europeus por redes islamistas radicais. O tema alcançou centralidade no debate europeu, tanto no contexto da União Europeia, quanto no âmbito dos Estados-membros. Vistos como ataques aos valores fundamentais europeus, contra a liberdade de expressão e contra a democracia, os atentados motivaram a busca pelas autoridades da UE do fortalecimento da política da União Europeia de contraterrorismo. Nesse quadro, tornavam-se cada vez mais expostas as divergências no plano da União Europeia relacionadas ao equilíbrio entre o fortalecimento do arsenal securitário do bloco e a preservação das liberdades civis, com a crescente pressão em favor de medidas como o estabelecimento de um Registro de Identificação de Passageiros europeu (PNR, na sigla em inglês), o qual acabou por ser aprovado pelo Parlamento Europeu em abril passado, somadas a iniciativas voltadas a fortalecer o controle das fronteiras externas e a ações de combate à radicalização e ao extremismo na internet.

36. Longe de se esgotar nos planos da União Europeia e regional, a questão deverá receber crescente atenção no contexto das relações da UE com o Brasil, conforme deixa patente o interesse manifestado pela EUROPOL, agência europeia responsável por aplicação da lei, em 2014, de firmar acordo estratégico de cooperação policial com o País. O correspondente projeto de decisão do Conselho da UE recebeu a aprovação do Parlamento Europeu em março de 2016 e, tão logo formalmente autorizado pelo Conselho, o instrumento poderá ser proposto à parte brasileira, firmado e ter vigência imediata.

## CONJUNTURA MACROECONÔMICA

37. Nos últimos três anos, têm sido complexos os desafios da UE em matéria de política macroeconômica e financeira, ainda que a fase mais aguda da crise de anos anteriores já tenha sido superada. O maior bloco mundial enfrenta dificuldades para firmar a lenta e modesta recuperação econômica em caminho sustentável, restaurar a confiança dos investidores e preservar a estabilidade do sistema financeiro. Tais desafios deverão continuar no horizonte do bloco pelos próximos anos. A recente decisão popular no Reino Unido de abandonar a UE agravou significativamente o quadro de adversidades, já afetado, desde 2015, pela crise na Grécia e os

riscos de fragmentação do espaço "Schengen" de livre circulação, em decorrência da crise de refugiados e das ameaças de terrorismo.

38.O passivo socioeconômico da crise econômico-financeira ainda é tangível em muitos países, podendo-se comprová-lo no desemprego (10,1% na média da zona do euro, em maio de 2016), no endividamento dos setores público e privado (90,7% na média da zona do euro, no fim de 2015) e na vulnerabilidade de muitos bancos, altamente expostos à inadimplência. A desaceleração dos mercados emergentes e o embargo russo ao setor agrícola são fatores externos adversos ao processo de recuperação e crescimento econômico. Tais circunstâncias somam-se a problemas internos, como o envelhecimento da população europeia, as críticas eurocéticas ao projeto de integração e as diferenças notáveis entre os Estados-membros no tratamento devários assuntos da pauta econômico-financeira, como política fiscal, política monetária e regulamentação dos bancos.

39.A recuperação europeia encontra-se em seu quarto ano consecutivo, movida pela demanda doméstica; contudo, é ainda frágil, mesmo na comparação com outras economias desenvolvidas egressas da crise, como os Estados Unidos. Como consequência desse quadro, a taxa média de desemprego tem decrescido nos últimos três anos, porém em ritmo lento, e ainda há disparidades entre Estados-membros, inclusive entre as maiores economias. Além disso, o índice de inflação, com tendência de queda nos últimos quatro anos, continua em níveis persistentemente baixos (+0,1% nos 12 meses até junho na zona do euro). Essa situação tem representado exigente teste de credibilidade para as autoridades monetárias do continente, em especial o Banco Central Europeu (BCE), no cumprimento de seu mandato de estabilidade de preços. O contexto de baixa inflação, explicável em parte pelos baixos preços do petróleo no mercado internacional, levou o BCE a superar divisões decisórias internas e introduzir série de significativos estímulos monetários, incluindo programa de compras de títulos de dívida pública e privada ("quantitative easing").

40.Segundo analistas, o ativismo do BCE no apoio à recuperação não tem sido, entretanto, complementado a contento por outras políticas econômicas, como a fiscal e as reformas estruturais. A ausência dessa contribuição decisiva encontra diversas explicações, como o fato de essas políticas não estarem plenamente integradas no nível europeu e, portanto, as decisões estarem fragmentadas entre os diversos Governos

(diferentemente da política monetária), a escassez de apoio popular às reformas estruturais e certa descoordenação entre os Estados-membros no processo de consolidação das finanças públicas. Ainda que tenha sido fortalecida a coordenação macroeconômica na UE, entende-se haver espaço para melhora nos exercícios de monitoramento coletivo.

41. Não obstante os questionamentos ao princípio de 'ever closer Union', alguns projetos de integração e de coordenação econômico-financeira na Europa lograram avançar. Podem ser citados: a harmonização da regulamentação dos bancos e a criação da União Bancária (com o objetivo primordial de reduzir as chances de crises bancárias e mitigar o efeito de contágio das finanças dos bancos para as finanças públicas); a União dos Mercados de Capitais (que visa a diversificar as fontes de financiamento para as empresas e reduzir a alta concentração da intermediação financeira sobre os bancos na Europa); o Plano de Investimentos (com a finalidade de eliminar a insuficiência de investimentos para projetos de infraestrutura, de alto risco e longa maturação); e a cooperação administrativa para fins tributários (voltada a estimular a transparência e anular as práticas agressivas adotadas por multinacionais para minimizar seu passivo de impostos).

42. No âmbito das relações bilaterais, o Diálogo sobre Questões Macroeconômicas e o Diálogo sobre Serviços Financeiros foram realizados, pela última vez, em 2013, no Brasil. Caberia, como perspectiva de futuro, seguir trabalhando junto ao lado europeu, a quem caberia, em princípio, sediar as próximas edições, de modo a retomar o processo, preferencialmente antes da próxima reunião da Comissão Mista Brasil-UE.

43. Além das instituições principais da UE, sediadas em Bruxelas, como a Comissão Europeia, a Missão também procurou estabelecer ou aprofundar contatos com organismos econômicos e financeiros vinculados ao bloco, tais como o Banco Europeu de Investimentos (BEI), sediado em Luxemburgo, e o BCE, sediado em Frankfurt. O BCE e o Banco Central do Brasil assinaram, em abril de 2016, memorando de entendimento sobre cooperação. Quanto ao BEI, o Brasil figura como o principal beneficiário de financiamento extrarregional do Banco na região da América Latina, mas, diferentemente dos outros países dos BRICS, não conta, em seu território, com escritório regional da instituição europeia, tema que poderia merecer trabalho futuro.

## COMÉRCIO

44. Nos últimos anos, a corrente comercial entre o Brasil e a União Europeia refletiu a tendência mundial de desaceleração do comércio exterior, bem como as conjunturas econômicas desafiadoras enfrentadas por ambos os parceiros e também algumas decisões específicas, como a reforma do Sistema Geral de Preferências comerciais da UE, em 2014, que excluiu da lista de países beneficiários aqueles que - como o Brasil - são classificados pelo Banco Mundial como de renda média alta ou renda alta. Após alcançar quase 100 bilhões de dólares em 2011, a corrente bilateral vem caindo nos últimos anos e somou 70,6 bilhões de dólares em 2015, sendo 33,9 bilhões correspondentes a exportações brasileiras e 36,6 bilhões a importações (dados do MDIC). Nos cinco primeiros meses deste ano, a queda mais pronunciada em suas importações vem levando o Brasil a retomar sua tradicional posição superavitária. Durante a gestão da embaixadora Vera Machado, o marco principal na área comercial foi a exitosa retomada das negociações comerciais correspondentes ao Acordo de Associação Mercosul-UE, por meio de troca de ofertas iniciais de acesso a mercados, realizada em 11 de maio do corrente, a primeira troca ocorrida desde 2004. A troca foi estimulada por contatos em nível de negociadores, realizados em 2014 e 2015, e por encontros políticos, como a Reunião Ministerial Mercosul-UE, mantida à margem da II Cúpula CELAC-UE, em junho do ano passado. Com vistas à confirmação da troca, a embaixadora Vera Machado realizou diversas gestões junto a representantes da Comissão Europeia (Direção-Geral de Comércio e Direção-Geral de Agricultura), do Serviço Europeu de Ação Exterior, do Parlamento Europeu e das delegações dos Estados membros da UE nesta capital.

Houve ainda gestões junto ao setor privado, com o intuito de contrabalançar as pressões do setor agrícola europeu, e também um esforço de coordenação frequente com as Missões dos demais países do Mercosul em Bruxelas. A continuidade das negociações será um dos principais desafios futuros da Missão do Brasil junto à União Europeia, tendo em vista, sobretudo, as reações de alguns produtores europeus à competitividade do agronegócio brasileiro.

45. Em marco mais amplo, esta Missão vem acompanhando a evolução da política comercial da União Europeia, tanto em suas formulações conceituais, de que serve como exemplo a nova estratégia



comercial da Comissão Europeia, "Trade for All", lançada em outubro de 2015, quanto nas negociações mantidas pela UE com terceiros países. Neste último caso, o destaque, devido ao seu potencial impacto global, corresponde às tratativas da Parceria Transatlântica para o Comércio e Investimentos (TTIP) com os EUA, mas outros processos foram também informados e analisados de modo contínuo, servindo como exemplos os acordos concluídos recentemente com Canadá, Vietnã e Cingapura, as discussões sobre a atualização dos instrumentos já celebrados com o México e o Chile e a proposta de futuras negociações com a Austrália e a Nova Zelândia. Cabe destacar, nesses exercícios, o modo como a Comissão busca consolidar um novo modelo de acordo comercial, caracterizado por recorte temático abrangente e defesa de concessões simétricas de acesso, independentemente do nível de desenvolvimento das partes contratantes. Esta nova orientação poderá influenciar a postura europeia nas negociações com o Mercosul.

46. Para além das negociações bilaterais ou birregionais, mereceram acompanhamento do posto o posicionamento europeu em negociações multilaterais, como a Rodada de Doha e o Pacote de Bali da OMC, bem como, dentro das atribuições específicas da Missão, temas como o painel iniciado pela UE, na OMC, sobre medidas tributárias brasileiras. Outra área focada pelo setor econômico do posto foi a de defesa comercial. Procurou-se aportar celeridade ao intercâmbio de notificações sobre abertura e demais fases do processo de investigações antidumping da Comissão Europeia contra produtos brasileiros. No caso específico da investigação para revisão de final de período das medidas antidumping contra as importações de lâminas de alumínio provenientes do Brasil, foi realizada gestão junto à Comissão Europeia e foi mantido contato estreito com o escritório de advocacia que defendeu a indústria brasileira de alumínio. O resultado da investigação foi positivo para o Brasil, ao encerrar a imposição de medidas contra o produto brasileiro. Atualmente, estão em curso investigações antidumping contra certos óxidos de manganês e certos produtos de ferro e aço planos laminados a quente, que poderão afetar o Brasil e são objeto, novamente, de monitoramento pela Missão.

47. Ainda no campo da defesa comercial, este posto vem informando sobre os instrumentos à disposição da Comissão Europeia e a discussão em curso na UE sobre sua eventual reforma, de modo a assegurar maior rapidez e eficácia, particularmente relevantes para a indústria siderúrgica,

em contexto de crescimento dos excedentes globais de produção. Acompanhou-se o debate legislativo sobre o tema iniciado em 2013 e ainda em curso. Neste contexto de exame dos instrumentos de defesa comercial disponíveis e de crescimento dos excedentes da produção de aço, a Missão acompanha e informa sobre o acirrado debate, na UE, referente ao eventual reconhecimento da China como economia de mercado, para efeitos de investigações antidumping.

48.Vale comentar a atuação do posto no Subcomitê Brasil-UE de Temas Econômicos e Comerciais, instrumento da Parceria Estratégica bilateral. Seja por meio de participação ativa durante as reuniões que aconteceram nesta capital, seja por meio do envio de subsídios para as reuniões realizadas em Brasília, a Missão colaborou para aperfeiçoar o Subcomitê como instância para a solução de questões comerciais, bem como para a identificação de novas oportunidades de trabalho conjunto.

49.Tem sede na jurisdição do posto a Organização Mundial de Aduanas (OMA), entidade que define os padrões aduaneiros globais, com o intuito de estimular o comércio e combater atividades fraudulentas. Sem descuidar de suas tarefas técnicas tradicionais, a OMA vem incorporando à sua agenda a discussão de novos temas, como o comércio eletrônico e o terrorismo. Ademais, a organização vem se aprimorando, por demanda dos membros, no papel de fortalecimento de capacidades, o que poderá ser importante para a implementação eficaz do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC. A Missão do Brasil junto à União Europeia participou ativamente das sessões, representando o Brasil ou assessorando delegações da Receita Federal em encontros do Conselho de Cooperação (órgão plenário da OMA), Comissão de Política, Comitê de Auditoria e Grupo sobre Contrafação e Pirataria. Diplomatas da Missão participaram, também, das frequentes reuniões dos representantes aduaneiros dos BRICS baseados em Bruxelas, para o intercâmbio de opiniões e coordenação de posições sobre os temas da OMA.

50.No período em que a embaixadora Vera Machado esteve à frente do posto, o candidato brasileiro Ernani Checcucci, então Subsecretário de Aduanas e Relações Internacionais da Receita Federal, foi eleito para mandato de cinco anos (2016-2020) à frente da Diretoria de Fortalecimento de Capacidades da OMA, com forte apoio do Itamaraty e desta Missão, por meio de gestões junto a todos os membros da organização. A embaixadora engajou-se pessoalmente nesse pleito, podendo testemunhar, ao longo da

sessão plenária durante a qual ocorreu a eleição, o alto conceito de que goza o Brasil no seio da OMA. Cabe assinalar que a preservação de tal quadro favorável exige, entre outros elementos, a continuidade dos pagamentos das contribuições ordinárias à organização.

## PROPRIEDADE INTELECTUAL

51. Nos últimos três anos, a UE continuou proativa na área de propriedade intelectual (PI). As iniciativas legislativas adotadas pelo bloco, nesse período, incluem a reforma do sistema de marcas, o aprimoramento do sistema de gestão coletiva de direitos autorais, a regulamentação do serviço de licenciamento de obras musicais 'online' e a proteção de informações confidenciais com valor comercial das empresas. Além disso, a Comissão vislumbra possíveis leis para harmonizar a proteção de indicações geográficas de produtos não agrícolas e modernizar o sistema de direitos autorais. O novo projeto da "patente unitária", adotado em 2012, ainda não entrou em vigor, por insuficiência de ratificações. A decisão britânica de abandonar a UE deverá atrasar o cronograma da patente unitária, uma vez que o Reino Unido era um dos atores centrais da iniciativa.

52. Como parte de sua estratégia internacional, a Comissão Europeia publicou, em julho de 2015, relatório bienal sobre o grau de proteção de PI em terceiras jurisdições. A China, apontada como a principal origem de produtos falsificados no mundo, e a Índia continuam sendo a principal fonte de preocupações para o bloco. O Brasil permaneceu com sua posição inalterada na categoria 3 de prioridade, atrás da China (categoria 1), Índia, Argentina, Rússia e Turquia (categoria 2) e junto com outros onze países (incluindo o Canadá, os Estados Unidos e países latino-americanos, como Equador e México).

53. Na vertente bilateral, o Brasil continua mantendo discussões construtivas sobre PI com a UE, no marco do Diálogo informal anual. Esta Missão tem buscado contribuir com o objetivo brasileiro de assegurar equilíbrio aos debates. O posto também realizou numerosas gestões junto às instituições da UE sobre a nova legislação europeia de marcas, para ressaltar a importância de preservar o trânsito de mercadorias legítimas, sobretudo medicamentos, pelo território da UE. Nos últimos dois anos, a Missão também manteve interlocução fluida sobre o tema com a

Organização "Médicos sem Fronteiras", entidade diretamente interessada no acesso de países em desenvolvimento a medicamentos de baixo custo.

54. Na vertente multilateral, esta Missão tem representado o Brasil no Grupo sobre Contrafação e Pirataria da Organização Mundial de Aduanas (Grupo CAP/OMA), trabalhando para fortalecer o intercâmbio de experiências entre autoridades aduaneiras. Serve como exemplo adicional da atuação do posto na agenda de combate à contrafação e à pirataria da OMA a participação na divulgação de resultados da Operação "Gol 14", ocorrida no País e em vizinhos latino-americanos, no contexto da Copa do Mundo de Futebol, e que resultou na apreensão aduaneira de milhares de mercadorias falsificadas.

## AGRICULTURA

55. Entre 2013 e 2016, o Brasil manteve-se como principal fornecedor de produtos agrícolas e alimentícios para a UE, com parcela de mercado variando entre 11,5% e 13%. Nesse período, o agronegócio respondeu, em média, por aproximadamente 50% das exportações totais do Brasil para a UE, tendo o país obtido sempre saldos consideráveis no comércio bilateral de produtos agrícolas. Em 2015, as exportações brasileiras de produtos agrícolas para a UE chegaram a US\$ 18,2 bilhões, com saldo de US\$ 15,7 bilhões nesse setor.

56. Tais dados têm como reflexo acentuada sensibilidade do setor agrícola europeu com relação à produção brasileira, vista como extremamente competitiva em setores especialmente sensíveis da agricultura europeia, como os de carnes e açúcar. Isto afeta as condições de acesso dos produtos brasileiros ao mercado europeu. Os anseios dos agricultores europeus, frise-se, passam por recrudescimento no momento atual, por conta de seu entendimento, reiteradamente divulgado, de que o setor estaria passando por uma conjuntura de crise, cujos efeitos, consubstanciados principalmente na redução dos preços recebidos pelos produtores, são atribuídos ao impacto cumulativo do embargo russo sobre exportações europeias de produtos agrícolas e alimentícios e da entrada em vigor de medidas específicas com caráter liberalizante no âmbito da última reforma da Política Agrícola Comum (PAC), concluída em 2013.

57. Foi profícuo o relacionamento bilateral na área agrícola durante esses últimos três anos. Observou-se significativo estreitamento dos

contatos no nível técnico entre os dois lados, com a realização, em Bruxelas, da IV e da V reuniões do Mecanismo de Consultas em Questões Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), em junho de 2014 e outubro de 2015, respectivamente, e a II reunião do Diálogo em Agricultura, também em outubro de 2015. Com o importante estímulo da visita da então Ministra Kátia Abreu a Bruxelas, em maio de 2015, foi ainda inaugurada nova dinâmica nas relações bilaterais em temas SPS. Entre 2013 e 2016, garantiram-se avanços para o acesso dos produtos agrícolas brasileiros ao mercado europeu, entre os quais: a habilitação de novas áreas para a exportação de carne bovina termoprocessada e "in natura"; a exclusão do limão "tahiti" ("Citrus latifolia Tanaka"), principal fruta cítrica exportada pelo Brasil para a UE, das medidas emergenciais de importação de cítricos com relação à doença da "pinta preta"; a revisão da regionalização aplicada ao Brasil para o trânsito de equídeos com relação ao mormo, de modo a permitir a participação dos cavalos europeus nas competições equestres dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos deste ano; e a aprovação da soja geneticamente modificada "Cultivance", desenvolvida, em conjunto, pela Embrapa e pela multinacional do setor químico BASF, para uso em alimentos e rações.

58. Pleitos importantes do lado brasileiro, contudo, permanecem pendentes de resolução, como o interesse na abertura do mercado europeu para exportações brasileiras de carne suína, cuja efetivação esbarra na proibição, pela UE, da utilização da substância beta-agonista ractopamina. Diante da estrutura tarifária do bloco europeu, contudo, vale registrar que ampliação expressiva das vendas brasileiras dependeria, principalmente, de ações que se desdobram no plano das negociações comerciais multilaterais ou entre o Mercosul e a UE. Outro aspecto que deverá continuar a ser acompanhado com atenção nos próximos anos, em razão de seu potencial de impacto sobre o comércio de produtos agrícolas, refere-se aos desdobramentos de regulamentos da União Europeia sobre a aplicação de certas tecnologias e práticas à produção agrícola, tal como nos casos de organismos geneticamente modificados, pesticidas e clonagem animal, por exemplo.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

59.O tema do desenvolvimento sustentável tem sido objeto de crescente interesse, não apenas das instituições da União Europeia, mas também da sociedade civil, do mundo acadêmico e da esfera empresarial. Nota-se sua crescente aproximação às agendas de comércio, segurança e ciência e tecnologia do bloco. Dessa forma, o tratamento da União Europeia da matéria tem se tornado cada vez mais transversal.

60.Certas iniciativas da União Europeia na área de desenvolvimento sustentável demandam especial atenção do Brasil. Serve como exemplo o Regulamento sobre Registro, Avaliação, Autorização e Restrição de Químicos (REACH, na sigla em inglês), em vigor desde 2007, que tem atraído preocupação de terceiros países, uma vez que poderia afetar severamente produção e comércio de uma vasta gama de mercadorias. Em linhas gerais, o REACH representa um sistema de normatização da produção, comercialização e uso de substâncias químicas, produzidas na UE ou importadas, por razão de seus possíveis impactos sobre o meio ambiente e a saúde humana. Tendo em vista que a UE concentra o 2º maior mercado e a maior indústria química mundial, o sistema REACH afeta interesses globais nos âmbitos comercial, legal, tecnológico, ambiental e de saúde pública. A Missão manteve contato constante com representantes da Direção-Geral de Meio Ambiente da Comissão Europeia, com vistas a expressar a perspectiva brasileira e acompanhar o calendário de implementação da iniciativa. Participou, ainda, de eventos organizados pela Critical Raw Materials Alliance, que congrega empresas, potencialmente afetadas pelo REACH, sediadas em diversos países. Nesses eventos, realizados no Parlamento Europeu, a Missão pode não apenas acompanhar as discussões entre as autoridades europeias e representantes do setor privado, mas também expressar as preocupações brasileiras quanto ao tema.

61.A principal iniciativa do relacionamento Brasil-UE no âmbito de meio ambiente e desenvolvimento sustentável é o Diálogo de Alto Nível sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável. O mecanismo constitui importante ferramenta para troca de informações e debate de temas relevantes da agenda internacional. Sua última reunião ocorreu em janeiro de 2014, em Brasília.

62.As políticas da União Europeia para o setor de energia são orientadas por três objetivos principais: garantir a segurança energética, o que implica ações intra e extra-bloco para assegurar suprimento contínuo e confiável; buscar ganhos de competitividade, por meio da redução de custos; e alavancar a sustentabilidade, pela redução da emissão de gases de efeito estufa e menor dependência de combustíveis fósseis. Os desafios para a consecução de tais prioridades, porém, são significativos. Pouco mais da metade da necessidade europeia de energia é suprida por fontes externas. A dependência europeia de importações de energia aumentará até 2030, chegando a 56,4%, de acordo com estimativas da Comissão Europeia. O principal fornecedor externo é a Rússia, responsável por 41% das importações de gás e 33% das importações de petróleo da UE (calculadas por valor), o que acentua o desafio da União Europeia, tendo em vista os irritantes no relacionamento do bloco com o referido país. Além disso, cabe registrar a dificuldade, por razões técnicas e políticas, de integrar as redes físicas europeias de distribuição, o que gera fragmentação no mercado da União Europeia de energia.

63.Entre as diversas iniciativas recentes empreendidas para atingir os objetivos traçados pela UE, a União Energética constitui a mais ambiciosa e abrangente. A União Energética representa, essencialmente, um guarda-chuva para diferentes iniciativas já existentes e/ou planejadas. Em termos políticos e normativos, pode-se afirmar que todas as suas cinco dimensões - segurança energética, solidariedade e confiança, mercado interno, eficiência energética e descarbonização da economia - já foram exploradas em outros dispositivos. Mas, em termos práticos, pode-se igualmente afirmar que a União Energética considera novos elementos concretos, como, por exemplo, a centralização de governança do mercado de energia europeu.

64.O Brasil é constantemente mencionado pela Comissão como parceiro estratégico nas ações de cooperação internacional no setor. A entidade também confere prioridade ao incremento do diálogo com o Brasil em temas como inovação e pesquisa de tecnologias de produção de energia sustentável, inclusive biocombustíveis, regulação de mercados e eficiência energética. A cooperação bilateral no setor de energia decorre, em particular, de iniciativas gestadas nos encontros de alto nível e no âmbito do Diálogo Regular sobre Política Energética entre o Brasil e a UE, cujo último encontro foi realizado em fevereiro de 2014. Tema de especial

interesse para o Brasil, no âmbito do relacionamento bilateral, decorre da diretiva comunitária que estabelece os critérios para a celebração de acordos bilaterais de sustentabilidade para biocombustíveis com terceiros países. Nesse contexto, a percepção brasileira é de que a produção de etanol no Brasil logra o mesmo resultado de sustentabilidade da produção europeia, o que permitiria, portanto, a assinatura de acordo de equivalência de critérios de sustentabilidade. No entanto, a UE apresenta resistência em avançar no tema. Ainda na esfera das energias renováveis, estão em curso, nas instituições da União Europeia, discussões referentes à revisão da diretiva sobre fontes renováveis, que estabelecerá novos objetivos do bloco para o período pós-2020. Este processo é altamente relevante para os interesses brasileiros, o que justifica esforço constante de acompanhamento por parte deste posto.

65.Cabe destacar, ainda, que o processo de construção da usina de Belo Monte foi objeto de grande interesse, de maneira geral com viés negativo, por parte das autoridades da União Europeia, bem como de ONGs e da opinião pública europeia. Nesse contexto, a Missão desempenhou papel ativo no sentido de esclarecer a importância estratégica de Belo Monte para o desenvolvimento do Brasil, bem como para apresentar as iniciativas de proteção ambiental e social associadas ao projeto.

66.Em matéria de mudança do clima, a UE tem pautado sua atuação pela defesa de um regime multilateral "verdadeiramente global e eficaz", o que implica, em sua visão, compromissos legalmente vinculantes de mitigação para países desenvolvidos e países em desenvolvimento; maior convergência dos compromissos de mitigação dos países desenvolvidos e dos grandes países em desenvolvimento; e avaliação de adequação do esforço global, de modo a assegurar o cumprimento do objetivo de manter o aquecimento global abaixo de dois graus centígrados. Nas negociações da UNFCCC, que culminaram no Acordo de Paris, a UE orientou-se pela perspectiva de se alcançar um instrumento legalmente vinculante e de aplicação global. Apresentou proposta ambiciosa de contribuição nacionalmente determinada (INDC), cujo elemento central é o compromisso de redução das emissões de gases de efeito estufa em 40% até 2030, frente ao patamar de 1990. A UE participou ativamente da COP 21, inclusive por meio de entendimentos com o Brasil, o que contribuiu para elevar o nível de ambição das negociações. 67.No plano das relações



bilaterais, o Diálogo de Alto Nível Brasil-UE sobre Mudança do Clima, realizado pela última vez em 2014 com uma atualização informal em 2015, tem se apresentado como importante mecanismo de troca de informações, esclarecimentos e aproximação entre as partes. Os contatos entre Brasil e UE têm sido um importante fator para o progresso das negociações no âmbito da UNFCCC. Adicionalmente, o diálogo oferece espaço para abordar temas específicos de interesse nacional, como o potencial dos biocombustíveis para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa no setor de transportes.

### OUTROS TEMAS ECONÔMICOS

68.Em 2015, o Brasil foi o oitavo maior importador de serviços da União Europeia (14,0 bi, 1,5%) e o nono maior exportador para a UE (8,9 bi, 1,3%). O setor de serviços é responsável por cerca de 75% do PIB europeu e de 68% do brasileiro. O posto tem acompanhado a participação da União Europeia no processo plurilateral de negociação do Acordo sobre Comércio de Serviços (TISA), bem como o tratamento de serviços nos acordos comerciais do bloco europeu.

69.A União Europeia é o maior investidor externo no Brasil e o principal destino dos investimentos brasileiros. O estoque de investimentos estrangeiros diretos (IED) da UE no Brasil era, no final de 2014, de 343,6 bilhões de euros, sendo o país o terceiro maior receptor de recursos da UE. Os setores que mais receberam investimentos foram: extração de petróleo e gás natural; metalurgia; agricultura, pecuária e extrativismo mineral; produtos alimentícios; produtos químicos; veículos automotores; telecomunicações; serviços financeiros; e planos de saúde. O estoque de IED do Brasil na União Europeia era, por sua vez, de 113,6 bilhões de euros no fim de 2014, sendo o país o quinto maior investidor no continente europeu. Os investimentos brasileiros na UE cobrem ampla gama de setores, como: siderurgia; cimento e construção; mineração; máquinas e equipamentos; automotivo; petróleo; petroquímico; açúcar e álcool; produtos alimentícios; serviços financeiros; software; e aviação.

70.A Comissão Europeia prioriza ganhos de acesso em compras governamentais, por entender que, atualmente, apenas um quarto do mercado mundial de contratos estaria aberto à concorrência internacional.

Brasil e União Europeia iniciaram discussões sobre formas de estabelecer contatos mais regulares sobre a matéria.

71. Brasil e UE retomaram recentemente a cooperação no setor de transportes aéreos. Em dezembro de 2015, foi publicado, no Diário Oficial da União, o Acordo sobre Segurança da Aviação Civil entre o Brasil e a União Europeia, firmado em julho de 2010. Na área de transportes, cabe registrar também a realização, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em março do corrente, de missão técnica a Bruxelas, focada em troca de experiências nos setores de transporte ferroviário e corredores logísticos multimodais.

72. Na área de relações empresariais, criou-se, em 2014, por ocasião da VI Cúpula Brasil-União Europeia, com participação pública e privada, o Grupo de Trabalho 'Ad Hoc' sobre Temas Econômicos, com ênfase em Investimentos e Competitividade. Outras iniciativas, como o diálogo sobre pequenas e médias empresas (PMEs), o projeto bilateral de cooperação e internacionalização de "clusters" e o programa "Connect", voltado para o intercâmbio de empreendedores entre Brasil e União Europeia, geraram resultados, mas sofreram também o efeito de fatores como, em alguns casos, a falta de financiamento por parte do lado brasileiro.

73. Dentre as atividades organizadas conjuntamente na área de defesa da concorrência, destacam-se as discussões de cunho técnico sobre cumprimento de regras de competição econômica, consideradas prioritárias pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); o intercâmbio, entre o CADE e a Direção-Geral de Concorrência da Comissão Europeia, de informações sobre desafios específicos nessa área; e os seminários sobre Defesa da Concorrência e Cooperação Internacional, desenvolvidos no âmbito do diálogo sobre cooperação administrativa em matéria de concorrência, cuja segunda edição foi realizada em maio de 2014.



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM Nº 75, DE 2016

(nº 403/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.

**AUTORIA:** Presidente da República

**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 403

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.

Os méritos do Senhor Everton Vieira Vargas que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de julho de 2016.

**ESTE DOCUMENTO NÃO FAZ PARTE DO PROCESSO**

Aviso nº 459 - C. Civil.

Em 14 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN  
Secretário-Executivo da Casa Civil  
da Presidência da República

## I N F O R M A Ç Ã O

### CURRICULUM VITAE

#### MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EVERTON VIEIRA VARGAS

CPF.: 249.887.070-91

ID.: 6538 MRE

1955 Filho de João Domingos da Luz Vargas e Iná Vieira Vargas, nasce em 23 de janeiro, em Santo Ângelo/RS

#### Dados Acadêmicos:

1976 CPCD - IRBR  
 1977 Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal  
 1982 CAD - IRBR  
 1983 Master of Arts in International Relations, Boston University/EUA  
 1994 CAE - IRBR, Parceria Global? As Alterações Climáticas e a Questão do Desenvolvimento  
 2001 Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília/DF

#### Cargos:

1977 Terceiro-Secretário  
 1979 Segundo-Secretário  
 1985 Primeiro-Secretário, por merecimento  
 1991 Conselheiro, por merecimento  
 1997 Ministro de Segunda Classe, por merecimento  
 2005 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

#### Funções:

1977-81 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente  
 1981-85 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário  
 1985-88 Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente e chefe, substituto  
 1988 Instituto Rio Branco, Professor de Estudos Brasileiros para Estrangeiros  
 1988-92 Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro-Secretário e Conselheiro  
 1992-95 Embaixada em Tóquio, Conselheiro  
 1993 V Conferência das Partes da Convenção Ramsar, Kushiro, Japão, Chefe da delegação  
 XIV Sessão do Conselho Internacional sobre Madeiras Tropicais e Sessão Especial para  
 1993 Negociação do Acordo Sucessor do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais de 1983, Ilocama, Japão, Chefe da delegação  
 1995-98 Secretaria-Geral, Coordenador-Geral da Cúpula das Américas  
 1998-2001 Divisão do Meio Ambiente, Chefe  
 1998-2000 II, III e IV Sessão do Foro Intergovernamental de Florestas das Nações Unidas, Genebra e Nova York, Chefe da delegação  
 1999 V Conferência das Partes da Convenção da Basiléia sobre Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito, Basiléia, Chefe de delegação  
 XIII Sessão do Órgão de Assessoramento Científico e Técnico e do Órgão de Assessoramento para  
 2000 Implementação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Lyon, Chefe da delegação  
 2000 Sessão Final do Comitê Intergovernamental Negociador da Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), Joanesburgo, África do Sul, Chefe da delegação  
 2000 V Conferência das Partes da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e XII Reunião das Partes do Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, Ouagadougou, Burkina Faso, Chefe da delegação  
 2001 Comissão Interministerial Preparatória da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 2002), Secretário-Executivo  
 2001 Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira, Representante Titular do MRE

2001	Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor-Geral
2002-07	Instituto Rio Branco, Professor de Linguagem Diplomática
2003	Comissão Interministerial sobre Mudança Global do Clima, Representante titular do MRE
2003-2005	VII e VIII Reunião Operativa da Agenda Comum Brasil- Estados Unidos sobre Meio Ambiente, Brasília e Washington, Chefe da delegação (2003 e 2005)
2004	Reunião do GT Brasil-Argentina sobre Cooperação Espacial, Buenos Aires, Chefe da delegação
2005-07	Secretaria-Geral, Assessor Especial e Chefe de Gabinete
2006	Reunião Brasil-Rússia para negociação do Acordo de Proteção Mútua de Tecnologia, Moscou, Chefe da Delegação.
2007-09	Subsecretaria-Geral Política I, Subsecretário-Geral
2008	Comissão Intergovernamental de Cooperação Brasil-Ucrânia, Kiev, Chefe de Delegação
2009-13	Embaixada em Berlim, Embaixador
2013-	Embaixada em Buenos Aires, Embaixador

#### Condecorações:

1997	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1999	Medalha do Pacificador, Brasil
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2008	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2008	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial
2008	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2012	Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial
2013	Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha, Grã-Cruz

#### Publicações:

1997	Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL, in Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 40, No.1
2002	A atuação diplomática do Brasil e a mudança do clima. in PHILIPPI JR, Arlindo et alii (editores) Meio Ambiente, Direito e Cidadania. São Paulo: Universidade de São Paulo; Signus Editora
2003	The Basel Liability Protocol on Liability and Compensation for Damage Resulting from Transboundary Movements of Hazardous Wastes and Their Disposal. in YIEL Vol.12, Oxford:OUP. (Co-autoria com Guido Soares)
2005	A Sustentabilidade Como Valor. In Batista, Eleizer; Cavalcanti, Roberto B.; Fujihara, Marco Antônio. Os Caminhos da Sustentabilidade no Brasil. São Paulo: Terra das Artes Editora, 2005.
2006	A Construção Recente do Direito Internacional do Meio Ambiente: uma visão brasileira. In Nasser, Salem Hikmat; Rey, Fernando. Direito Internacional do Meio Ambiente. São Paulo: Atlas, 2006.
2006	Global Challenges and the Shaping of International Law. In Caldeira Brant, Leonardo Nemer (coordenador). Anuário Brasileiro de Direito Internacional. v.1, nº.1, 2006. Belo Horizonte: CEDIN, 2006
2007	O Legado do Discurso: brasilidade e hispanidade no pensamento social brasileiro e latino-americano. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
2007	A Biodiversidade como Recurso Estratégico: uma reflexão do ângulo da política externa. Rio de Janeiro: CEBRI, Volume 2, Ano 6, 2007. (em co-autoria com Adriana Sader Tescari)
2013	Brasilien und Deutschland: Partner auf Augenhöhe, In Fritz, Erich G. (hrsg) Brasilien: Auf dem Sprung zur Weltwirtschaftsmacht? Oberhausen: Athen, 2013
2014	Argentina y America del Sur en la Inserción Internacional del Brasil. Revista Gestar, Ano 4, No. 13, Buenos Aires, 2014.

**PAULA ALVES DE SOUZA**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Departamento da Europa**  
**Divisão da Europa III**

**UNIÃO EUROPEIA**



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Junho de 2016**

<b>DADOS BÁSICOS SOBRE A UNIÃO EUROPEIA</b>	
<b>PAÍSES MEMBROS:</b>	Alemanha; Áustria; Bélgica; Bulgária; Chipre; Croácia; Dinamarca; Eslováquia; Eslovênia; Espanha; Estônia; Finlândia; França; Grécia; Hungria; Irlanda; Itália; Letônia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Polônia; Portugal; Reino Unido; República Tcheca; Romênia; e Suécia

<b>PRINCIPAIS ÓRGÃOS:</b>	Conselho Europeu (Chefes de Estado e de Governo); Conselho de ministros (com várias formações); Parlamento Europeu; Comissão Europeia; Corte Europeia de Justiça
<b>SEDE PRINCIPAL:</b>	Bruxelas
<b>ÁREA:</b>	4.463.600 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO (Eurostat, 2015):</b>	508,4 milhões
<b>PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU:</b>	Donald Tusk (Polónia)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA (CE):</b>	Jean-Claude Juncker (Luxemburgo)
<b>ALTA REPRESENTANTE PARA OS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A POLÍTICA DE SEGURANÇA:</b>	Federica Mogherini (Itália)
<b>PRESIDÊNCIA DE TURNO DO CONSELHO DA UE:</b>	Países Baixos (Primeiro-Ministro Mark Rutte), até 30/6/2016
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):</b>	US\$ 16,220 trilhões
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):</b>	US\$ 19,205 trilhões
<b>PIB PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 31.968,93
<b>PIB PPP PER CAPITA (2015)</b>	US\$ 37.852,24
<b>VARIAÇÃO DO PIB (FMI)</b>	1,986% (2015); 1,445% (2014); 0,279% (2013)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):</b>	Maior: Noruega – 0,944 - 1º no ranking Menor: Bulgária – 0,782 – 59º no ranking
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2014):</b>	80,6 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO (2014):</b>	99,75%
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015):</b>	9,4%
<b>UNIDADES MONETÁRIAS:</b>	euro, coroa dinamarquesa, coroa tcheca, coroa sueca, florim húngaro, leu romeno, kuna croata, lev búlgaro, libra esterlina, zloty polonês
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	João Gomes Cravinho

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ bilhões FOB) - Fonte: MDIC

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Intercâmbio</b>	<b>51,35</b>	<b>67,31</b>	<b>82,79</b>	<b>63,43</b>	<b>82,48</b>	<b>99,63</b>	<b>96,82</b>	<b>98,52</b>	<b>88,77</b>	<b>70,59</b>
<b>Exportações</b>	31,13	40,57	46,60	34,19	43,32	53,17	49,10	47,77	42,05	33,95
<b>Importações</b>	20,21	26,74	36,19	29,24	39,15	46,46	47,72	50,75	46,72	36,65
<b>Saldo</b>	<b>10,92</b>	<b>13,83</b>	<b>10,40</b>	<b>4,95</b>	<b>4,17</b>	<b>6,71</b>	<b>1,39</b>	<b>-2,98</b>	<b>-4,67</b>	<b>-2,70</b>

Informação elaborada em 01/junho/2016.

**PERFIS BIOGRÁFICOS**  
**Donald Tusk**  
**Presidente do Conselho Europeu**



Nasceu em Gdańsk, Polônia, em 22/4/1957. Graduiu-se em História pela Universidade de Varsóvia em 1980. Na universidade, ajudou a fundar o Comitê Estudantil do Solidarność (Solidariedade) e, mais tarde, a União Independente dos Estudantes, diretamente afiliada àquele sindicato. Impedido de ingressar no serviço público, trabalhou por sete anos em uma cooperativa em Swietlik. Fundou o partido Congresso Liberal Democrática (KLD) em 1991. Foi eleito Senador em 1997. Tornou-se líder da oposição na Câmara Baixa em 2001. Derrotado nas eleições presidenciais de 2005, saiu vitorioso das eleições legislativas dois anos depois. Em 16/11/2007, tomou posse como Primeiro-ministro. Como Chefe de Governo polonês, atribuiu prioridade à plena inserção na União Europeia, à defesa dos interesses dos membros mais recentes do Bloco e à construção de relações cordiais com a Rússia. Assumiu o posto de presidente do Conselho Europeu em dezembro de 2014.

**Jean-Claude Juncker**  
**presidente da Comissão Europeia**



Nasceu em Redange, Luxemburgo, em 9/12/1954. Graduou-se em Direito na Universidade de Estrasburgo. Exerceu diversos cargos públicos durante sua vida: em 1982, foi nomeado vice-ministro do Trabalho de Luxemburgo; em 1984, foi designado ministro do Trabalho; em 1989, ministro das Finanças; e foi primeiro-ministro de Luxemburgo entre 1995 e 2013; entre 2005 e 2013, foi presidente do Eurogrupo, instituição europeia que congrega os ministros da Economia e Finanças dos estados membros da Zona do Euro, o presidente do Banco Central Europeu e o Comissário Europeu de Assuntos Econômicos e Monetários. Em 1º de novembro de 2014, assumiu a presidência da Comissão Europeia.

## RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com a então Comunidade Econômica Europeia, em 1960. Desde então, o relacionamento bilateral passou por diversas mudanças, mas sempre manteve elevada importância no quadro da política externa brasileira. Com a assinatura da Parceria Estratégica, em 2007, as relações Brasil-União Europeia (UE) atingiram novo patamar, e ampliaram-se as oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse bilateral ou birregional (Mercosul e CELAC com a UE). A Parceria tem contribuído para que Brasil e UE aprofundem as relações políticas, dinamizem os vínculos econômicos e diversifiquem as iniciativas de cooperação.

O relacionamento em nível estratégico pressupõe interlocução intensa e consultas sistemáticas, o que se dá por meio de uma série de encontros entre representantes do governo brasileiro e das instâncias comunitárias. Além das Reuniões de Cúpula anuais, em nível presidencial, há encontros regulares entre altos funcionários, especialistas e técnicos. Dada a diversidade de temas que integram a Parceria Estratégica, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento, em áreas como paz e segurança, comércio, investimentos, regulação, serviços, energia, sociedade da informação, desenvolvimento sustentável, mudança do clima, educação e cultura. A Comissão Mista bilateral, criada em 1992, exerce o papel de coordenação da ampla agenda bilateral. Há, ainda, encontros regulares entre representantes das sociedades civis e do empresariado, que contribuem para aproximar as sociedades brasileira e europeia, bem como para debater ideias sobre como explorar novas oportunidades e superar desafios.

No plano político, Brasil e UE reconhecem-se como atores de um sistema internacional multipolar e em transformação. Compartilham, ademais, o compromisso de fortalecer o multilateralismo: entendem ser esse o mecanismo mais eficaz para viabilizar a paz e a cooperação, em âmbito mundial. O Brasil tem na UE importante interlocutor, por exemplo, na questão do fortalecimento e da reforma das instituições multilaterais e de seus processos de decisão, sobretudo a Organização das Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. A valorização das instâncias democráticas e o respeito aos direitos humanos são, também, princípios basilares da Parceria Estratégica.

As relações econômico-comerciais são de imensa relevância para ambos os lados. Entre 2003 e 2013, o intercâmbio comercial mais que triplicou. Tomada em seu conjunto, a UE é hoje o maior parceiro comercial do Brasil. A UE detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que o país se transformou em importante fonte de investimentos diretos estrangeiros na

UE (5º maior). As dinâmicas relações econômicas têm enorme potencial de expansão: além das perspectivas de incremento do comércio, sobretudo com a expectativa de conclusão das negociações de acordo comercial entre Mercosul e UE, espera-se que os investimentos recíprocos sigam em rota de expansão.

A agenda de cooperação é igualmente intensa. No campo da educação, cerca de metade dos bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras, da graduação ao pós-doutorado, nas áreas prioritárias do Programa, escolhem países da UE como destino. Na área de ciência e tecnologia, Brasil e UE cooperam de maneira próxima em pesquisas e investimentos conjuntos em áreas como biocombustíveis e tecnologia da informação. Como sede de importantes centros de pesquisa, a UE é parceira fundamental em projetos de tecnologia e inovação, os quais poderão contribuir para um salto qualitativo no desenvolvimento brasileiro.

Brasil e UE têm, ainda, procurado avançar na formulação de estruturas que permitam ampliar o escopo de sua cooperação, como a cooperação trilateral, modalidade que promove o intercâmbio de experiências sobre como lidar com desafios comuns aos países em desenvolvimento.

A última Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia (Bruxelas, 24 de fevereiro de 2014), a sétima a ocorrer, contribuiu, entre outras coisas, para as negociações do Acordo de Associação Birregional Mercosul-União Europeia, ao reiterar a disposição das partes, no mais alto nível político, em alcançar acordo ambicioso, abrangente e equilibrado. Cabe referir, outrossim, às discussões sobre governança da Internet, assunto no qual Brasil e UE têm identificado convergência de posições – defesa de modelo multissetorial, democrático e transparente de governança, e o entendimento de que as tecnologias da informação e da comunicação podem constituir poderosa ferramenta para o desenvolvimento.

Entre os acordos bilaterais assinados nos últimos anos, pode-se destacar o Acordo sobre a Segurança da Aviação Civil e o Acordo sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns – ambos em vigor –, além de Acordo sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos, em processo de tramitação no Congresso Nacional.

#### ***Assuntos consulares***

Tendo em conta que a competência sobre temas consulares continua pertencente aos estados membros individualmente, não cabe referência ao presente tópico nesta informação.

#### ***Empréstimos e financiamentos oficiais***

Tópico tampouco aplicável à União Europeia em seu conjunto.

## POLÍTICA INTERNA

Nas eleições para o Parlamento Europeu de maio de 2014, uma sólida maioria de 479 das 751 cadeiras (63,8%) do Parlamento Europeu continua nas mãos dos três maiores blocos "tradicionais" da política pan-europeia – 221 no Partido Popular Europeu (PPE), de centro-direita; 191 com os Socialistas/Democratas (S&D), de centro-esquerda; e 67 em mãos dos liberais-democratas da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ADLE), de centro. O mandato dos parlamentares europeus é de cinco anos. Acordo entre tais blocos partidários permitiu a divisão das principais posições europeias:

i) a presidência da Comissão Europeia, com Jean-Claude Juncker (cabeça de chapa do Grupo PPE, vencedor das eleições) – por mandato de 5 anos, renovável uma vez –, que, a despeito da vocal oposição britânica, contou com apoio decisivo da chanceler alemã, Angela Merkel, do presidente francês, François Hollande, e do primeiro-ministro italiano, Matteo Renzi. A Comissão Europeia é o órgão executivo da UE, sendo politicamente independente. É responsável pela elaboração de propostas de novos atos legislativos europeus e pela execução das decisões do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia. Entre suas competências encontram-se: ser a única instituição da UE que apresenta legislação para adoção pelo Parlamento e pelo Conselho com o objetivo de proteger os interesses da UE e dos seus cidadãos em questões que podem ser tratadas com maior eficácia ao nível europeu do que ao nível nacional; resolver questões técnicas específicas mediante consulta de peritos e do público em geral; gerir as políticas europeias e distribuir os fundos da UE; definir as prioridades de despesa da UE juntamente com o Conselho e o Parlamento; elaborar orçamentos anuais que devem ser aprovados pelo Parlamento e pelo Conselho Europeus; controlar as despesas, que são verificadas pelo Tribunal de Contas; juntamente com o Tribunal de Justiça, garantir a aplicação da legislação da UE em todos os estados membros; representar a UE nas instâncias internacionais, designadamente nas áreas da política comercial e da ajuda humanitária; e negociar acordos internacionais em nome da UE.

ii) o cargo de presidente do Conselho Europeu, com a escolha do ex-primeiro-ministro polonês Donald Tusk, ao término do mandato de Herman Van Rompuy, em 1º de dezembro de 2014, para mandato de dois anos e meio, renovável uma vez. Sua escolha se deu por consenso entre os estados membros e contou com forte apoio da Alemanha, em particular pela intenção de dar posição relevante no âmbito do Bloco a alguém proveniente do Leste da Europa. Com a nova composição da Comissão Europeia e do Conselho Europeu, configura-se divisão de tarefas mais clara entre os órgãos: Tusk tenderá a ser a face externa da União

Europeia, enquanto Juncker se concentrará na gestão interna do Bloco. O Conselho Europeu reúne os Chefes de Estado e de Governo dos estados membros para definir a agenda política da UE, representando o nível mais elevado de cooperação política do Bloco. Entre suas competências, encontram-se: decidir sobre as orientações gerais e as prioridades políticas, mas não aprovar legislação; tratar de questões complexas e sensíveis que não podem ser resolvidas em níveis inferiores de cooperação intergovernamental; definir a política externa e de segurança comum da UE, tendo em conta os interesses estratégicos e as implicações em termos de defesa; designar e nomear candidatos a determinados altos cargos nas instituições da UE, como a presidência do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia;

iii) a escolha do alemão Martin Schulz (S&D) para a presidência do Parlamento Europeu, para mandato de dois anos e meio. O bloco partidário também passou a ocupar o cargo de Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, com a italiana Federica Mogherini. O Parlamento Europeu tem três tipos principais de poderes: poderes legislativos (adotar legislação, juntamente com o Conselho da UE, com base em propostas da Comissão Europeia; decidir sobre os acordos internacionais; decidir sobre os alargamentos do Bloco; analisar o programa de trabalho da Comissão; e convidar a Comissão a propor legislação); poderes de supervisão (exercer o controle democrático de todas as instituições da UE; eleger o presidente da Comissão; e aprovar a Comissão no seu todo; poder votar moção de censura, obrigando a Comissão a demitir-se; conceder quitação, isto é, aprovar a forma como o orçamento da UE é gasto; examinar as petições dos cidadãos e abrir inquéritos; debater a política monetária com o Banco Central Europeu; interrogar a Comissão e o Conselho; realizar observações eleitorais); e poderes orçamentários (definir o orçamento da UE, juntamente com o Conselho Europeu; e aprovar o quadro financeiro plurianual da UE).

O número de representantes ligados a partidos eurocéticos e com matriz populista está distante da maioria absoluta de 376 vozes necessárias para bloquear decisões no Parlamento Europeu. Nesse quadro, não deverá haver real ruptura do *modus operandi* do Parlamento Europeu, cujas decisões continuarão a derivar da composição pragmática entre os seus três grandes blocos. Minoritários, os eurocéticos deverão atuar como forças obstrucionistas no cotidiano do Parlamento, tornando mais lento e conturbado o já complexo processo decisório. Poderão ter influência indireta, ademais, se as vozes do "*mainstream*", impactadas pelo avanço dos eurocéticos, vierem a adotar certos elementos de seu discurso político.

Outras instituições de relevo no âmbito comunitário são:



- i) Conselho da União Europeia, onde os ministros dos governos de cada país membro da UE reúnem-se para discutir, alterar e aprovar legislação e coordenar políticas. Os ministros estão habilitados a assumir compromissos em nome dos respetivos governos em relação às medidas aprovadas nas reuniões. Ele negocia e adota a legislação europeia, juntamente com o Parlamento Europeu, com base em propostas da Comissão Europeia; coordena as políticas dos países da UE; define a política externa e de segurança, com base nas orientações do Conselho Europeu; celebra acordos entre a UE e outros países ou organizações internacionais; e aprova o orçamento da UE em conjunto com o Parlamento Europeu. Sua presidência é exercida rotativamente pelos países da UE, por períodos de 6 meses; e
- ii) Tribunal de Justiça da União Europeia, que interpreta a legislação da UE para garantir sua aplicação da mesma forma em todos os países do Bloco e delibera sobre diferendos jurídicos entre governos nacionais e instituições da UE. Os particulares, as empresas e as organizações podem também, em determinadas circunstâncias, recorrer ao Tribunal se considerarem que os seus direitos foram infringidos por uma instituição europeia.

No último ano, podem ser destacados quatro temas que atraíram a atenção das instituições europeias e colocam sob pressão o projeto comunitário: i) a crise ucraniana; ii) a crise migratória; iii) a crise na Grécia; e iv) o referendo no Reino Unido sobre a permanência na União Europeia. A atual conjuntura de crises econômica, migratória e institucional, com aproximação de referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE, tem paralisado parte da ação internacional do Bloco.

## POLÍTICA EXTERNA

A Política Externa e de Segurança Europeia, criada pelo Tratado de Maastricht (1992) e fortalecida a partir do Tratado de Lisboa (2007), permite à União Europeia (UE) maior grau de ação conjunta e coordenada sobre questões regionais e internacionais, sempre que concedido mandato à UE pelos estados membros. Dessa forma, os vinte e oito países da UE têm uma influência muito maior do que individualmente.

Embora as características dessa política comunitária sejam essencialmente intergovernamentais, dependente da posição conjunta de todos os estados membros da UE, esse instrumento demonstra a busca pela constituição de uma voz única para a região em temáticas menos conflituosas entre seus países-membros, como Comércio Internacional, Direitos Humanos e Meio Ambiente.

No campo das relações exteriores da União, dois grupos de países foram identificados como prioritários para a atuação inicial da Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE): os países vizinhos da UE e os grandes atores globais, tradicionais e emergentes. Dentro do primeiro grupo, o conflito na Ucrânia e os levantes em países do Norte da África e do Oriente Médio merecem grande atenção por parte da UE, com especial destaque para o desenvolvimento da guerra civil na Líbia e na Síria, que conta com forte atuação de organizações e inclusive tropas de países europeus, e do conflito israelo-palestino. A UE tem desempenhado relevante papel, igualmente, em questões como o programa nuclear iraniano e a estabilização da Somália, da região do Chifre da África e do Sahel. Os temas migratórios têm ganhado destaque na agenda externa da União Europeia, com atuação junto a países de origem e de trânsito de migrantes, bem como outros atores regionais relevantes no Norte da África e no Oriente Médio.

A construção de parcerias estratégicas com os países de maior destaque no sistema internacional também tem sido priorizada. Dez países foram considerados estratégicos pela UE, nações de reconhecimento internacional histórico ou emergente, sendo esses Estados Unidos, Japão, Canadá, Coreia do Sul, países pertencentes ao agrupamento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e México.

No campo econômico-comercial, destacam-se as negociações para estabelecimento da Parceria Transatlântica em Comércio e Investimentos (TTIP, na sigla em inglês). Rodadas de negociações entre as partes têm ocorrido desde 2014. As últimas notícias dão conta de que as negociações serão prolongadas muito além da expectativa inicial das partes de concluí-las até o final deste ano.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

### *Panorama geral*

De acordo com o último relatório da Comissão Europeia (4/5/2016), em meio à deterioração adicional do cenário econômico mundial no início de 2016, a economia europeia entrou em seu quarto ano de recuperação modesta. De acordo com a análise, os fatores positivos que, em 2015, favoreceram o consumo privado e as exportações – baixos preços de petróleo, baixos custos de financiamento e desvalorização do euro em relação ao dólar – deverão continuar a apoiar o crescimento nos anos de 2016 e 2017. Não obstante, indicou agravamento dos riscos ao crescimento, notadamente externos. As principais preocupações apontadas são a desaceleração da China e de outras economias emergentes, a fragilidade do comércio internacional, as tensões geopolíticas e outras incertezas políticas.

No âmbito interno, embora a política fiscal tenha se mostrado ligeiramente favorável ao crescimento, em razão de maiores gastos governamentais relacionados com o intenso influxo de refugiados, o legado da crise ainda continua a constranger o ímpeto da recuperação europeia. O alto nível de endividamento público e privado restringe a potencialidade de investimentos e também de consumo. Adicionalmente, a elevada exposição dos bancos a créditos de baixa qualidade inibe a disposição e a capacidade das instituições financeiras de prover liquidez à economia real.

Quanto ao comércio exterior, a deterioração do ambiente internacional começou a ter visível impacto sobre as exportações da zona do euro a partir do segundo semestre de 2015, anulando o fator positivo da depreciação da moeda comum. Por outro lado, graças à melhora da competitividade de preços, resultado da desvalorização cambial passada e da queda dos custos unitários do trabalho, espera-se que o crescimento das exportações se acelere ao longo de 2016. Contudo, a contribuição das vendas externas deverá ser superada pelo aumento das compras, resultante tanto da maior demanda doméstica, quanto do alto conteúdo de importações nos bens europeus de exportação. A Comissão Europeia estima, nesse sentido, que as "importações líquidas" impactariam negativamente o crescimento do PIB em 2016, tornando-se neutras em 2017.

No primeiro trimestre de 2016, o PIB da Zona do Euro (ZE), atualmente com 19 países, ampliou-se em 0,6% frente ao período anterior, e o da União Europeia (UE), com seus 28 países, em 0,5%, confirmando diagnóstico de modesta

e frágil recuperação. Em comparação com o primeiro trimestre de 2015, a expansão do PIB foi de 1,6% na ZE e de 1,7% na UE. O resultado foi superior àquele obtido pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, surpreendendo positivamente analistas, que previam crescimento de 0,4%. Mais uma vez, confirma-se o diagnóstico de recuperação moderada da economia europeia, movida principalmente pela demanda doméstica. O consumo privado continua a ser o principal motor do crescimento, mas economistas vêem sinais de retomada dos investimentos. Teria igualmente contribuído para a aceleração neste início de ano, embora em menor grau, a orientação fiscal levemente expansionista. O PIB real da ZE finalmente alcançou o nível pré-crise, após oito anos de períodos de recessão, estagnação e limitado crescimento. O dado mostra o caráter lento da atual retomada da atividade econômica da zona do euro, que, em ciclos recessivos anteriores, precisou de cinco a oito trimestres para recuperar o nível de produção pré-crise. Desta vez, foram necessários mais de 30 trimestres. A projeção atual do órgão europeu é que a economia da UE cresça a taxas de 1,8% em 2016 e 1,9% em 2017, e a da ZE, 1,6% e 1,8%.

O desemprego deverá, segundo análise do escritório de estatísticas europeu, seguir declinando gradualmente nos próximos dois anos, embora em ritmo mais lento do que em 2015. Na ZE, estima-se que o índice recuará de 10,9%, em 2015, para 10,3% em 2016 e 9,9% em 2017. Na UE, é prevista queda de 9,4% para 8,9% e 8,5%, respectivamente. Vale observar que, mesmo que os prognósticos se confirmem no fim do horizonte de previsão (2017), as taxas de desemprego ainda estarão acima dos níveis pré-crise: 7,2% na ZE e 6,7% na UE. Em comparação com um ano atrás, o índice retrocedeu em 25 estados membros da UE, subiu em dois (Áustria e Finlândia) e manteve-se estável em um (Romênia).

O índice inflacionário anualizado na zona do euro e na União Europeia, segundo o Gabinete de Estatísticas da UE (Eurostat), subiu ligeiramente em dezembro de 2015: de 0,1% para 0,2% na ZE e para 0,0%, na UE. Em dezembro de 2014, o índice era de -0,2% na zona do euro e de -0,1% na UE. Acredita-se que o preço da cesta de produtos subirá 0,5% tanto na ZE, quanto na UE. Há apenas três meses, a estimativa do órgão era de inflação de 1,0% no caso da zona do euro e de 1,1% no caso do bloco. Nesse contexto, a CE rebaixou novamente suas previsões para a variação de preços ao consumidor: 0,2% em 2016 e 1,4% em 2017, contra as projeções de 0,5% e 1,5%, de três meses atrás.

Na seara comercial, em 2015, a UE obteve superávit comercial de 64,2 bilhões de euros – comparado a 13,3 bilhões em 2014, resultado de um aumento de 5% nas exportações, para EUR 1,789 trilhão, e de 2% nas importações, para EUR 1,725 trilhão. O maior aumento foi observado no comércio com o maior parceiro:

tanto as vendas para os EUA quanto as compras de produtos oriundos daquele país subiram 19%. O Brasil manteve-se em décimo lugar em 2015, apesar da queda de 6% nas exportações da UE para o país. O comércio com a Rússia continuou a apresentar forte queda (-28% nas exportações europeias e -25% nas importações). Além de Rússia e Brasil, apenas o comércio com a Noruega registrou queda. O ranking completo, em 2015, em ordem decrescente de comércio, é o seguinte: EUA, China, Suíça, Rússia, Turquia, Noruega, Japão, Coreia do Sul, Índia e Brasil. No primeiro trimestre de 2016, o Brasil continuou a registrar forte queda no comércio com a UE, segundo o Eurostat. As exportações europeias para o Brasil caíram 19,9%, na comparação anual, tendo somado EUR 6,9 bilhões. As importações de produtos brasileiros pela UE recuaram 9,3%, para EUR 6,7 bilhões. Na comparação trimestral, os números também mostram queda: -11,5% e -5,7%, respectivamente. O Brasil passou a ser, assim, o 11º maior parceiro comercial da UE, cedendo a 10ª posição para o Canadá e imediatamente à frente de Emirados Árabes Unidos, Cingapura e Arábia Saudita.

### ***Comércio exterior com o Brasil***

Nas relações com o Brasil, destaca-se, em primeiro lugar, o caráter complementar das economias brasileira e europeia, o que confere grande potencial ao relacionamento econômico-comercial entre os dois países. Há interesse, no lado europeu, em suprir a demanda brasileira por produtos e serviços em setores nos quais o Bloco conta com reconhecida "expertise", tais como infraestrutura, logística, transportes e alta tecnologia. Entre as principais importações brasileiras na atualidade, pode-se mencionar máquinas mecânicas, automóveis, farmacêuticos e máquinas elétricas. O Brasil, por sua vez, encontra-se em condições de diversificar a pauta de exportações – atualmente concentrada em minérios, café, chá, mate, especiarias e farelo de soja.

O comércio bilateral Brasil-União Europeia tem-se decaído significativamente desde 2013, quando o intercâmbio bilateral atingiu US\$ 98,52 bilhões, o segundo maior valor na série histórica, inferior apenas ao registrado no ano de 2011 – US\$ 99,63 bilhões. A participação do intercâmbio com a União Europeia no comércio exterior brasileiro tem ficado ao redor de 20% do total. As quedas em 2014 e 2015 foram respectivamente de 9,9% e de 20,5%.

### ***Investimentos***

A União Europeia, tida em seu conjunto, conta com o maior estoque de investimentos no Brasil.

Segundo dados do Banco Central, em 2014, os investimentos diretos da União Europeia no Brasil chegaram a US\$ 27,7 bilhões (50% do total e mais que o dobro da América do Norte, segunda colocada); em 2013, o montante foi de US\$ 24,5 bilhões (50% do total e duas vezes e meia mais que a América do Norte, novamente a segunda colocada).

Com referência ao estoque de investimentos em todo mundo, os dados mais recentes do Eurostat, referentes ao ano de 2014, registram que a cifra alcança 5,749 trilhões de euros (acréscimo de 7,6% frente ao ano anterior), tendo como principal destino os EUA (EUR 1,985 trilhões), a Suíça (EUR 632,3 bilhões), o Brasil (EUR 343,6 bilhões, acréscimo de 0,9% - equivalente a mais que o dobro do valor correspondente aos investimentos da América do Norte, US\$ 143 bilhões, e seis vezes mais que os investimentos da Ásia e da Oceania combinados), o Canadá (EUR 274,7 bilhões) e Rússia (EUR 171,5 bilhões).

Por outro lado, o estoque de investimentos alocados no espaço comunitário totalizou 4,583 trilhões de euros (acréscimo de 9,6% frente ao ano anterior), tendo como principal origem os EUA (EUR 1,810 trilhões), a Suíça (EUR 509,4 bilhões), o Japão (EUR 166,3 bilhões), o Canadá (EUR 165,9 bilhões) e o Brasil (EUR 113,6 bilhões, apresentando aumento expressivo, de EUR 55,4 bilhões, na comparação com o ano anterior).

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>1949</b>	Criação do Conselho da Europa
<b>1951</b>	Seis países – Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países Baixos instituem a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), cujo tratado constitutivo entraria em vigor em 1952
<b>1955</b>	Decisão dos ministros do Exterior dos seis países de estender a integração a toda a economia
<b>1957</b>	Assinatura em Roma dos Tratados que instituem a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom), que entrariam em vigor em 1º de janeiro de 1958
<b>1965</b>	Assinado tratado de fusão dos executivos das três comunidades e que cria um Conselho e uma Comissão únicos. Entraria em vigor em 1º de julho de 1967.
<b>1968</b>	Eliminação completa, com 18 meses de avanço sobre o previsto, dos direitos aduaneiros intracomunitários sobre os produtos industriais. Entra em vigor uma Pauta Aduaneira Comum.
<b>1970</b>	É assinado em Luxemburgo tratado que permite sejam as Comunidades Europeias progressivamente financiadas por “recursos próprios” e que confere maiores poderes ao Parlamento Europeu.

<b>1972</b>	São assinados em Bruxelas os tratados de adesão da Dinamarca, da Irlanda, da Noruega e do Reino Unido às Comunidades Europeias.
<b>1973</b>	A Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderem às Comunidades Europeias, que passam a ter nove estados membros. A Noruega não adere ao bloco, na sequência de referendo em que o voto majoritário foi desfavorável à adesão.
<b>1974</b>	Na Cimeira de Paris, os líderes políticos dos Nove decidem reunir-se regularmente em Conselho Europeu três vezes por ano. Estabelecem-se eleições diretas para o Parlamento Europeu e cria-se o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
<b>1975</b>	É assinado um tratado que reforça os poderes orçamentais do Parlamento Europeu e cria o Tribunal de Contas Europeu. Entraria em vigor em 1 de junho de 1977.
<b>1978</b>	Na Reunião de Cúpula de Bremen, a França e a República Federal da Alemanha propõem um relançamento da cooperação monetária por meio da criação de um Sistema Monetário Europeu (SME), que começa a funcionar em 13 de março de 1979.
<b>1979</b>	É assinado o tratado de adesão da Grécia às Comunidades Europeias. São realizadas as primeiras eleições diretas dos 410 deputados do Parlamento Europeu.
<b>1981</b>	Entrada da Grécia nas Comunidades Europeias, que passam a contar 10 estados membros.
<b>1985</b>	Assinatura dos Tratados de adesão da Espanha e de Portugal às Comunidades Europeias. No Conselho Europeu de Luxemburgo, os Dez acordam em rever o Tratado de Roma e relançar a integração europeia, por meio do “Ato Único Europeu”, que abre caminho à realização plena do mercado interno até 1993
<b>1986</b>	Espanha e Portugal aderem às Comunidades Europeias, que passam a contar 12 estados membros. É assinado em Luxemburgo e na Haia o Ato Único Europeu, que entraria em vigor em 1 de julho de 1987
<b>1990</b>	É assinado o Acordo de Schengen, que visa a suprimir os controles de fronteiras entre os estados membros das Comunidades Europeias
<b>1991</b>	O Conselho Europeu de Maastricht adota o Tratado da União Europeia, que estabelece as bases para uma política externa e de segurança comum, uma cooperação mais estreita nos domínios da justiça e dos assuntos internos e a criação de uma União Económica e Monetária, incluindo uma moeda única. A conjugação da cooperação intergovernamental nestes domínios com o sistema comunitário existente dá origem à União Europeia (UE). A CEE passa a chamar-se “Comunidade Europeia” (CE)
<b>1992</b>	É assinado em Maastricht o Tratado da União Europeia, que entraria em vigor em 1º de novembro de 1993
<b>1993</b>	É criado o mercado interno
<b>1994</b>	São assinados no Conselho Europeu de Corfu (Grécia) os tratados de adesão à União Europeia da Áustria, da Finlândia, da Noruega e da Suécia
<b>1995</b>	A Áustria, a Finlândia e a Suécia juntam-se à UE, que passa a ter 15 estados

	membros. A Noruega, na sequência de novo referendo em que o voto majoritário foi desfavorável, volta a desistir do processo de adesão
<b>1997</b>	O Conselho Europeu de Amsterdã adota um tratado que dá à União Europeia novas competências, que entraria em vigor em 1º de maio de 1999
<b>1998</b>	Tem início o processo de adesão dos novos países candidatos, que vai abranger Chipre, Malta e 10 países da Europa Central e Oriental. O Conselho Europeu de Bruxelas decide que 11 estados membros (Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha) preenchem as condições necessárias para a adoção da moeda única em janeiro de 1999. A estes juntar-se-á mais tarde a Grécia
<b>1999</b>	As moedas de 11 Estados membros são substituídas pelo euro
<b>2000</b>	Em Nice, o Conselho Europeu chega a acordo sobre o texto de um novo Tratado, que reforma o sistema decisório da UE na perspectiva do alargamento. Os presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu e da Comissão Europeia proclamam a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia
<b>2001</b>	É assinado o Tratado de Nice, que entraria em vigor em 1 de fevereiro de 2003.
<b>2002</b>	Entrada em circulação das moedas e notas em euros. O Conselho Europeu de Copenhague decide que 10 dos países candidatos (Chipre, Malta, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia) poderão aderir à UE em 1º de maio de 2004. A adesão da Bulgária e da Romênia é prevista para 2007
<b>2003</b>	São assinados em Atenas os tratados de adesão de Chipre, Malta, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia. A Convenção sobre o futuro da Europa adota um projeto de Constituição Europeia e conclui os seus trabalhos. Tem início a Conferência Intergovernamental que deverá redigir um novo Tratado incorporando a Constituição Europeia
<b>2004</b>	Chipre, Malta, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia aderem à União Europeia. Os 25 estados membros assinam um Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa
<b>2005</b>	São assinados os Tratados de adesão com a Bulgária e a Romênia
<b>2007</b>	A Bulgária e a Romênia aderem à União Europeia, elevando o número de estados membros para 27. Os 27 estados membros da UE assinaram o Tratado de Lisboa, que modifica os Tratados anteriores. O Tratado de Lisboa é ratificado por todos os países da UE antes de entrar em vigor a 1º de dezembro de 2009.
<b>2013</b>	A Croácia passa a ser o 28º país membro da UE





### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

<b>1960</b>	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Comunidade Europeia
<b>1992</b>	Acordo-Quadro de Cooperação entre a Comunidade Econômica Europeia e o Brasil
<b>1995</b>	Acordo-Quadro de Cooperação Inter-Regional Mercosul-Comunidade Europeia
<b>2004</b>	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e União Europeia (UE)
<b>2006</b>	Visita ao Brasil do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso
<b>2007</b>	Primeira Cúpula Brasil-União Europeia. Lançamento da Parceria Estratégica Brasil-UE. Publicação do I Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2008-2011)
<b>2008</b>	Visita ao Brasil do presidente do Conselho da União Europeia, Nicolas Sarkozy, e do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. II Cúpula Brasil-UE
<b>2009</b>	Visita a Estocolmo (a Suécia exercia a Presidência do Conselho da União Europeia naquele momento) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. III Cúpula Brasil-UE
<b>2010</b>	Visita ao Brasil do presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. IV Cúpula Brasil-UE
<b>2011</b>	Visita a Bruxelas da presidente Dilma Rousseff. V Cúpula Brasil-UE. Lançamento do II Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2012-2014).
<b>2013</b>	Visita ao Brasil do presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. VI Cúpula Brasil-UE
<b>2014</b>	Visita a Bruxelas (sede do Conselho Europeu) da presidente Dilma Rousseff. VII Cúpula Brasil-UE. Visita ao Brasil do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso
<b>2015</b>	Encontro entre a Senhora Presidenta da República e os presidentes do Conselho Europeu, Donald Tusk, e da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, à margem da COP21, em Paris

### ATOS BILATERAIS

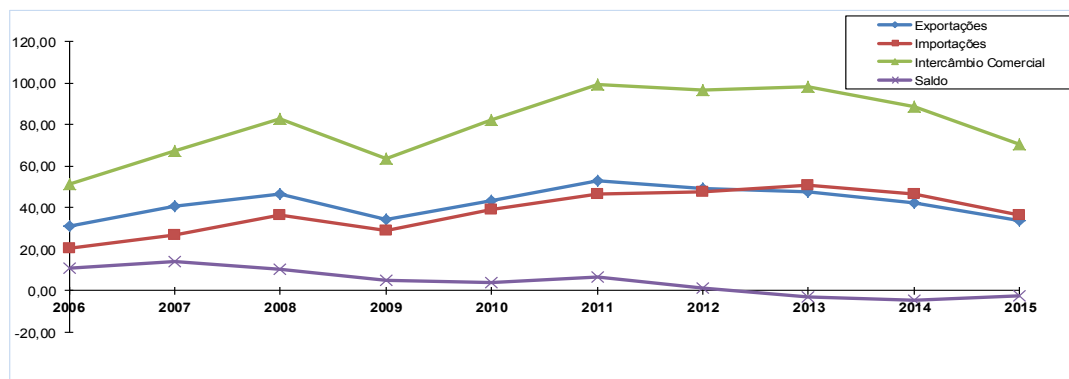
<b>Título do Acordo</b>	<b>Data de celebração</b>	<b>Data de entrada em vigor</b>	<b>Data de promulgação</b>
Acordo sob a forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e o Brasil, nos Termos do Artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, Relativo à Alteração das Concessões para carne de Aves de Capoeira Transformada Previstas na lista da UE anexa ao GATT de 1994	26/06/2012	Tramitação MRE	
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre a Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço ou Oficiais	08/11/2010	11/03/2011	01/04/2011
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns	08/11/2010	01/10/2012	05/10/2012
Acordo Sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia	14/07/2010	27/08/2013	18/12/2015
Acordo Entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia Sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos	14/07/2010		Tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	19/01/2004	15/12/2006	10/05/2007
Acordo-Quadro de Cooperação Financeira	19/12/1994	21/06/1995	29/08/1995
Acordo-Quadro de Cooperação	29/06/1992	01/11/1995	28/11/1995
Acordo sobre o Estabelecimento e os Privilégios e Imunidades da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias no Brasil	04/04/1984	19/11/1984	09/02/1989

#### **DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS**

**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - União Europeia**  
**US\$ bilhões, fob**

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	31,13	14,8%	22,59%	20,21	10,8%	22,13%	51,35	13,2%	22,41%	10,92
2007	40,57	30,3%	25,25%	26,74	32,3%	22,17%	67,31	31,1%	23,93%	13,83
2008	46,60	14,9%	23,54%	36,19	35,3%	20,92%	82,79	23,0%	24,81%	10,40
2009	34,19	-26,6%	22,35%	29,24	-19,2%	22,89%	63,43	-23,4%	22,59%	4,95
2010	43,32	26,7%	21,46%	39,15	33,9%	21,54%	82,48	30,0%	21,50%	4,17
2011	53,17	22,7%	20,77%	46,46	18,7%	20,54%	99,63	20,8%	20,66%	6,71
2012	49,10	-7,6%	20,24%	47,72	2,7%	21,38%	96,82	-2,8%	20,79%	1,39
2013	47,77	-2,7%	19,74%	50,75	6,4%	21,17%	98,52	1,8%	20,45%	-2,98
2014	42,05	-12,0%	18,68%	46,72	-7,9%	20,39%	88,77	-9,9%	19,54%	-4,67
2015	33,95	-19,3%	17,76%	36,65	-21,6%	21,37%	70,59	-20,5%	19,47%	-2,70
2016 (jan-abr)	10,06	-7,2%	17,99%	9,98	-22,4%	23,36%	20,04	-15,4%	20,31%	0,09
<b>Var. % 2006-2015</b>	<b>9,0%</b>	<b>---</b>	<b>---</b>	<b>81,3%</b>	<b>---</b>	<b>---</b>	<b>37,5%</b>	<b>---</b>	<b>---</b>	<b>n.c.</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.  
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

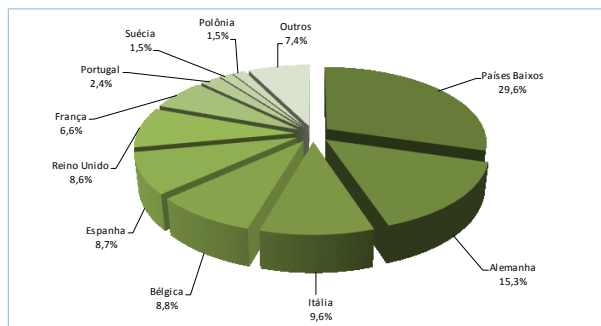


**Direção das exportações brasileiras para a União Europeia, por país**  
**US\$ milhões**

Descrição	2013	Part. % no total	2014	Part. % no total	2015	Part. % no total	Var. % 2013-2015	2015 (jan- abr)	Part. % no total	2016 (jan- abr)	Part. % no total	Var. % 2015-2016
Países Baixos	17.333	36,3%	13.036	31,0%	10.044	29,6%	-42,0%	3.023	27,9%	3.037	30,2%	0,4%
Alemanha	6.552	13,7%	6.633	15,8%	5.179	15,3%	-21,0%	1.815	16,7%	1.393	13,8%	-23,3%
Itália	4.098	8,6%	4.021	9,6%	3.270	9,6%	-20,2%	1.097	10,1%	1.064	10,6%	-3,0%
Bélgica	3.594	7,5%	3.287	7,8%	2.990	8,8%	-16,8%	991	9,1%	979	9,7%	-1,2%
Espanha	3.546	7,4%	3.255	7,7%	2.943	8,7%	-17,0%	824	7,6%	817	8,1%	-0,9%
Reino Unido	4.067	8,5%	3.827	9,1%	2.907	8,6%	-28,5%	1.076	9,9%	855	8,5%	-20,5%
França	3.394	7,1%	2.918	6,9%	2.245	6,6%	-33,8%	772	7,1%	677	6,7%	-12,3%
Portugal	854	1,8%	1.060	2,5%	822	2,4%	-3,8%	202	1,9%	206	2,0%	2,0%
Suécia	449	0,9%	493	1,2%	503	1,5%	12,1%	185	1,7%	183	1,8%	-1,1%
Polónia	396	0,8%	484	1,2%	495	1,5%	25,0%	101	0,9%	146	1,5%	44,3%
Irlanda	611	1,3%	332	0,8%	383	1,1%	-37,2%	64	0,6%	82	0,8%	28,8%
Eslovênia	340	0,7%	392	0,9%	381	1,1%	12,1%	112	1,0%	121	1,2%	8,1%
Dinamarca	472	1,0%	516	1,2%	322	0,9%	-31,8%	122	1,1%	71	0,7%	-41,4%
Finlândia	451	0,9%	401	1,0%	269	0,8%	-40,3%	119	1,1%	112	1,1%	-6,4%
Romênia	385	0,8%	283	0,7%	242	0,7%	-37,1%	62	0,6%	48	0,5%	-22,6%
Hungria	146	0,3%	164	0,4%	239	0,7%	63,9%	62	0,6%	68	0,7%	8,7%
Áustria	139	0,3%	147	0,3%	139	0,4%	0,4%	52	0,5%	24	0,2%	-53,4%
Bulgária	219	0,5%	206	0,5%	118	0,3%	-46,1%	44	0,4%	38	0,4%	-13,6%
Grécia	151	0,3%	140	0,3%	117	0,3%	-22,7%	33	0,3%	35	0,3%	6,0%
Croácia	181	0,4%	62	0,1%	78	0,2%	-56,8%	4	0,0%	13	0,1%	197,6%
Lituânia	115	0,2%	43	0,1%	52	0,2%	-54,6%	9	0,1%	10	0,1%	11,5%
Luxemburgo	32	0,1%	17	0,0%	36	0,1%	14,5%	4	0,0%	3	0,0%	-11,2%
Estônia	41	0,1%	46	0,1%	33	0,1%	-21,0%	19	0,2%	5	0,1%	-72,0%
Letônia	21	0,0%	42	0,1%	27	0,1%	27,5%	14	0,1%	14	0,1%	-2,4%
República Tcheca	60	0,1%	56	0,1%	26	0,1%	-56,9%	8	0,1%	7	0,1%	-11,0%
Eslováquia	27	0,1%	25	0,1%	21	0,1%	-21,7%	7	0,1%	9	0,1%	18,0%
Malta	21	0,0%	62	0,1%	15	0,0%	-26,1%	4	0,0%	6	0,1%	23,4%
Chipre	13	0,0%	43	0,1%	9	0,0%	-28,6%	3	0,0%	12	0,1%	267,4%
<b>Total</b>	<b>47.772</b>	<b>100,0%</b>	<b>42.047</b>	<b>100,0%</b>	<b>33.947</b>	<b>100,0%</b>	<b>-28,9%</b>	<b>10.845</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.062</b>	<b>100,0%</b>	<b>-7,2%</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

**Participação dos principais compradores da União Europeia das exportações brasileiras, 2015**

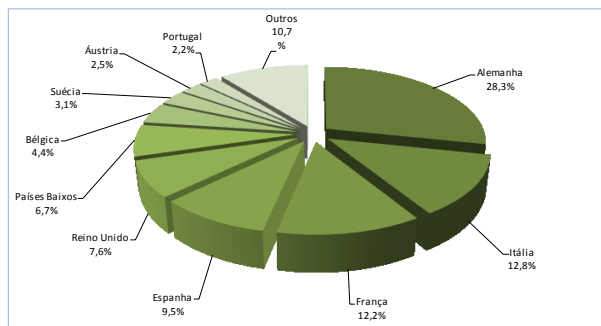


**Origem das importações brasileiras procedentes da União Europeia, por país**  
US\$ milhões

Descrição	2013	Part. % no total	2014	Part. % no total	2015	Part. % no total	Var. % 2013-2015	2015 (jan- abr)	Part. % no total	2016 (jan- abr)	Part. % no total	Var. % 2015-2016
Alemanha	15.183	29,9%	13.837	29,6%	10.380	28,3%	-31,6%	3.617	28,1%	2.860	28,7%	-20,9%
Itália	6.719	13,2%	6.312	13,5%	4.675	12,8%	-30,4%	1.706	13,3%	1.211	12,1%	-29,0%
França	6.499	12,8%	5.700	12,2%	4.457	12,2%	-31,4%	1.455	11,3%	1.191	11,9%	-18,2%
Espanha	4.487	8,8%	3.910	8,4%	3.499	9,5%	-22,0%	1.279	10,0%	807	8,1%	-36,9%
Reino Unido	3.615	7,1%	3.258	7,0%	2.800	7,6%	-22,5%	871	6,8%	809	8,1%	-7,1%
Países Baixos	2.345	4,6%	3.168	6,8%	2.469	6,7%	5,3%	950	7,4%	575	5,8%	-39,5%
Bélgica	2.010	4,0%	1.850	4,0%	1.623	4,4%	-19,3%	588	4,6%	428	4,3%	-27,3%
Suécia	1.991	3,9%	1.626	3,5%	1.152	3,1%	-42,1%	407	3,2%	305	3,1%	-25,0%
Áustria	1.388	2,7%	1.127	2,4%	901	2,5%	-35,1%	286	2,2%	356	3,6%	24,2%
Portugal	1.088	2,1%	1.096	2,3%	810	2,2%	-25,6%	318	2,5%	198	2,0%	-37,6%
Dinamarca	906	1,8%	838	1,8%	668	1,8%	-26,3%	218	1,7%	197	2,0%	-9,4%
Finlândia	892	1,8%	628	1,3%	561	1,5%	-37,0%	185	1,4%	233	2,3%	26,0%
Polónia	809	1,6%	665	1,4%	529	1,4%	-34,6%	179	1,4%	154	1,5%	-13,8%
Irlanda	624	1,2%	613	1,3%	522	1,4%	-16,3%	201	1,6%	142	1,4%	-29,6%
República Tcheca	597	1,2%	555	1,2%	433	1,2%	-27,6%	163	1,3%	144	1,4%	-12,0%
Hungria	487	1,0%	487	1,0%	417	1,1%	-14,4%	164	1,3%	86	0,9%	-47,3%
Romênia	412	0,8%	488	1,0%	283	0,8%	-31,2%	108	0,8%	76	0,8%	-29,2%
Eslováquia	171	0,3%	141	0,3%	119	0,3%	-30,5%	46	0,4%	31	0,3%	-31,2%
Luxemburgo	89	0,2%	73	0,2%	89	0,2%	0,1%	18	0,1%	103	1,0%	483,4%
Eslovênia	86	0,2%	74	0,2%	63	0,2%	-27,3%	23	0,2%	18	0,2%	-25,3%
Grécia	115	0,2%	68	0,1%	48	0,1%	-58,0%	30	0,2%	18	0,2%	-38,8%
Bulgária	33	0,1%	37	0,1%	43	0,1%	30,9%	13	0,1%	10	0,1%	-23,4%
Letônia	7	0,0%	10	0,0%	32	0,1%	382,6%	3	0,0%	3	0,0%	-14,8%
Estônia	48	0,1%	43	0,1%	23	0,1%	-53,1%	9	0,1%	6	0,1%	-33,6%
Malta	77	0,2%	56	0,1%	20	0,1%	-73,3%	8	0,1%	3	0,0%	-65,9%
Lituânia	33	0,1%	34	0,1%	20	0,1%	-40,7%	4	0,0%	8	0,1%	108,2%
Croácia	36	0,1%	21	0,0%	9	0,0%	-75,9%	4	0,0%	3	0,0%	-21,7%
Chipre	4	0,0%	2	0,0%	1	0,0%	-70,4%	1	0,0%	0	0,0%	-75,0%
<b>Total</b>	<b>50.751</b>	<b>100,0%</b>	<b>46.719</b>	<b>100,0%</b>	<b>36.646</b>	<b>100,0%</b>	<b>-27,8%</b>	<b>12.853</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.975</b>	<b>100,0%</b>	<b>-22,4%</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

**Participação dos principais fornecedores da União Europeia, das importações brasileiras, 2015**

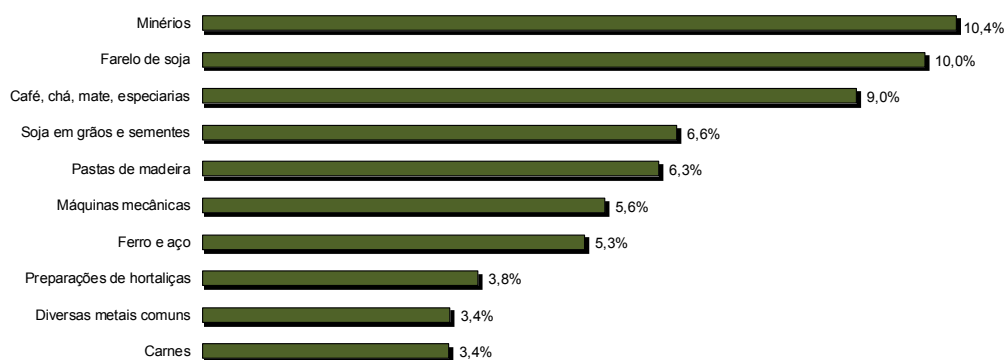


**Composição das exportações brasileiras para a União Europeia**  
**US\$ milhões**

Descrição	2013	Part.% no total	2014	Part.% no total	2015	Part.% no total	2015 (jan- abr)	Part.% no total	2016 (jan- abr)	Part.% no total
Minérios	7.521	15,7%	5.588	13,3%	3.535	10,4%	1.363	12,6%	932	9,3%
Farelo de soja	4.731	9,9%	4.606	11,0%	3.389	10,0%	987	9,1%	861	8,6%
Café, chá, mate, especiarias	2.554	5,3%	3.506	8,3%	3.068	9,0%	1.188	11,0%	849	8,4%
Soja em grãos e sementes	2.811	5,9%	3.187	7,6%	2.225	6,6%	575	5,3%	578	5,7%
Pastas de madeira	2.073	4,3%	2.082	5,0%	2.141	6,3%	698	6,4%	726	7,2%
Máquinas mecânicas	2.302	4,8%	2.198	5,2%	1.888	5,6%	568	5,2%	737	7,3%
Ferro e aço	1.167	2,4%	1.769	4,2%	1.792	5,3%	567	5,2%	448	4,5%
Preparações de hortaliças	1.585	3,3%	1.301	3,1%	1.293	3,8%	422	3,9%	497	4,9%
Diversas metais comuns	726	1,5%	872	2,1%	1.162	3,4%	304	2,8%	511	5,1%
Carnes	1.365	2,9%	1.398	3,3%	1.156	3,4%	358	3,3%	338	3,4%
<b>Subtotal</b>	<b>26.835</b>	<b>56,2%</b>	<b>26.507</b>	<b>63,0%</b>	<b>21.648</b>	<b>63,8%</b>	<b>7.030</b>	<b>64,8%</b>	<b>6.477</b>	<b>64,4%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>20.936</b>	<b>43,8%</b>	<b>15.540</b>	<b>37,0%</b>	<b>12.299</b>	<b>36,2%</b>	<b>3.815</b>	<b>35,2%</b>	<b>3.585</b>	<b>35,6%</b>
<b>Total</b>	<b>47.772</b>	<b>100,0%</b>	<b>42.047</b>	<b>100,0%</b>	<b>33.947</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.845</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.062</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015**



**Composição das importações brasileiras originárias da União Europeia**  
US\$ milhões

Descrição	2013	Part.% no total	2014	Part.% no total	2015	Part.% no total	2015 (jan- abr)	Part.% no total	2016 (jan- abr)	Part.% no total
Máquinas mecânicas	11.865	23,4%	10.238	21,9%	7.648	20,9%	2.709	21,1%	2.428	24,3%
Farmacêuticos	4.087	8,1%	3.959	8,5%	3.409	9,3%	1.141	8,9%	1.137	11,4%
Automóveis	5.345	10,5%	4.557	9,8%	2.968	8,1%	1.185	9,2%	756	7,6%
Máquinas elétricas	3.964	7,8%	3.524	7,5%	2.943	8,0%	1.106	8,6%	719	7,2%
Químicos orgânicos	3.066	6,0%	2.973	6,4%	2.709	7,39%	780	6,1%	622	6,2%
Combustíveis	2.637	5,2%	2.807	6,0%	1.981	5,4%	989	7,7%	416	4,2%
Instrumentos de precisão	2.433	4,8%	2.190	4,7%	1.726	4,7%	593	4,6%	454	4,5%
Diversos inds químicas	1.753	3,5%	1.991	4,3%	1.646	4,5%	287	2,2%	257	2,6%
Plásticos	2.069	4,1%	1.961	4,2%	1.630	4,4%	593	4,6%	480	4,8%
Obras de ferro ou aço	1.697	3,3%	1.291	2,8%	904	2,5%	353	2,7%	245	2,5%
<b>Subtotal</b>	<b>38.916</b>	<b>76,7%</b>	<b>35.490</b>	<b>76,0%</b>	<b>27.565</b>	<b>75,2%</b>	<b>9.734</b>	<b>75,7%</b>	<b>7.515</b>	<b>75,3%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>11.835</b>	<b>23,3%</b>	<b>11.229</b>	<b>24,0%</b>	<b>9.081</b>	<b>24,8%</b>	<b>3.119</b>	<b>24,3%</b>	<b>2.461</b>	<b>24,7%</b>
<b>Total</b>	<b>50.751</b>	<b>100,0%</b>	<b>46.719</b>	<b>100,0%</b>	<b>36.646</b>	<b>100,0%</b>	<b>12.853</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.975</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015**

